00100.065096/2025-90

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 48, TERÇA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2025

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (S/Partido-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 19ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE ABRIL DE 2025

1.1 – ABERTURA 9

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Oradores

Senador Paulo Paim – Registro do encontro com representantes sindicais e de frentes trabalhistas para tratar de temas referentes às relações de trabalho. Destaque para o início do ciclo de debates na CCJ sobre a proposta de redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais. Convite aos Parlamentares para a sessão em homenagem ao Dia do Trabalhador, que ocorrerá em 9 de maio. 9

Senador Eduardo Girão – Apoio às manifestações em defesa da anistia aos acusados pelos atos de 8 de janeiro de 2023. Desaprovação de supostas irregularidades e falhas na gestão das empresas estatais federais, em especial os Correios, com destaque para o requerimento, subscrito por S.Exa., de criação de CPI sobre o tema. Indignação com a eventual participação do Presidente do STF em comitivas do Presidente da República. Críticas à política econômica do Governo Federal. 12

Senador Humberto Costa – Manifestação contrária à eventual proposta de anistia, pelo Congresso Nacional, aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023, acusados por crimes contra o Estado democrático de direito. 16

Senador Confúcio Moura – Relato sobre os impactos das enchentes do Rio Madeira, em Rondônia, e manifestação de solidariedade à população atingida. Defesa da justa destinação das emendas parlamentares, destacando sua aplicação em áreas como saúde, educação, habitação e apoio a comunidades isoladas. 18

1.2.2 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa ordinária para 8 de abril, às 14 horas. 22

1.3 – ENCERRAMENTO 22

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de Prazos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única Comissão do despacho, aos Projetos de Lei nºs 423, 434, 452, 893, 1117, 1278, 1285, 1332 e 1345/2025. 24

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Educação e Cultura, ao Projeto de Lei nº 4187/2024. 26

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei nº 1392/2025. 27

2.1.2 – Comunicações

Da Liderança do Progressistas, de indicação do Senador Esperidião Amin como Vice-Líder do referido Partido **(Ofício nº 19/2025)**. 29

Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia, de substituição de membro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária **(Ofício nº 27/2025)**. 30

Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Sociais **(Ofício nº 28/2025)**. 31

2.1.3 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1958/2021; dos Projetos de Lei nºs 5688/2023 e 4276/2024; do Projeto de Resolução nº 3/2025; da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2025; e dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 128 e 137/2025 às Comissões competentes. 33

2.1.4 – Indicações

Nº 14/2025, do Senador Mecias de Jesus, que *sugere ao Ministério da Fazenda que adote providências urgentes para evitar os efeitos econômicos e trabalhistas decorrentes do encerramento abrupto dos benefícios do PERSE e da consequente reoneração tributária, promovendo ações de estabilização e revisão das diretrizes aplicadas pela Receita Federal.* 35

Nº 15/2025, do Senador Mecias de Jesus, que *sugere ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que adote providências para mitigar o cenário de insegurança jurídica gerado pelo encerramento antecipado do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), promovendo articulação institucional com os órgãos competentes e da administração tributária federal.* 40

Nº 16/2025, do Senador Mecias de Jesus, que *sugere à Casa Civil da Presidência da República a adoção de medidas urgentes para mitigar os impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos da América sobre produtos do agronegócio brasileiro.* 44

2.1.5 – Mensagens do Presidente da República

Nº 1.667/2024, na origem (**Mensagem nº 1/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.* . 51

Nº 90/2025, na origem (**Mensagem nº 2/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores,*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão. 89

Nº 91/2025, na origem (**Mensagem nº 3/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.* 164

Nº 121/2025, na origem (**Mensagem nº 4/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.* 214

Nº 122/2025, na origem (**Mensagem nº 5/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.* 238

Nº 123/2025, na origem (**Mensagem nº 6/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CLARA DE ABREU RADA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.* 268

Nº 186/2025, na origem (**Mensagem nº 7/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.* 326

Nº 187/2025, na origem (**Mensagem nº 8/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.* 387

Nº 252/2025, na origem (**Mensagem nº 9/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ VERAS GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.* 417

Nº 253/2025, na origem (**Mensagem nº 10/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.* 438

Nº 287/2025, na origem (**Mensagem nº 11/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39,*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen. 465

Nº 339/2025, na origem (**Mensagem nº 12/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PABLO DUARTE CARDOSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.* 494

2.1.6 – Projetos de Lei

Nº 1510/2025, do Senador Nelsinho Trad, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir educação financeira nos currículos da educação básica.* 518

Nº 1521/2025, da Senadora Tereza Cristina, que *denomina "Rodovia Presidente José Fragelli" o trecho da rodovia BR-419, entre os Municípios de Aquidauana e Rio Verde de Mato Grosso, no Estado do Mato Grosso do Sul.* 523

Nº 1522/2025, da Senadora Tereza Cristina, que *denomina "Rodovia Coronel Zelito" o trecho da rodovia BR-419 situado entre os Municípios de Aquidauana e Anastácio, no Estado do Mato Grosso do Sul.* . 528

Nº 1524/2025, do Senador Randolfe Rodrigues, que *institui a Lista Nacional de Proibição de Embarque Aéreo por Risco à Segurança Pública e à Integridade dos Passageiros – LNPE, no âmbito da aviação civil brasileira, e dá outras providências.* 531

Nº 1526/2025, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica para a inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA); a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre prioridade processual em que figure como parte a pessoa com transtorno do espectro autista (TEA).* 536

2.1.7 – Requerimentos

Nº 259/2025, do Senador Humberto Costa e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia Nacional do Delegado de Polícia. 542

Nº 260/2025, do Senador Flávio Arns, requer a inclusão de apoiamento ao Projeto de Lei nº 1.182/2025. 545

Nº 261/2025, do Senador Mecias de Jesus, requer informações ao Senhor Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego, sobre o conhecimento e as providências adotadas em relação à falta de depósito ou ao atraso desarrazoado no depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas contas vinculadas dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), bem como sobre a situação financeira da referida estatal. 547

Nº 262/2025, da Senadora Tereza Cristina e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 25 anos da Lei Complementar nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). 553

PARTE III

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3 – RESOLUÇÕES

Nº 1/2025 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 69/2023), que *institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil.* 557

Nº 2/2025 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 5/2024), que *dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Chipre e dá outras providências.* 558

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 560

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 563

6 – LIDERANÇAS 564

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 567

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 570

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 573

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 613

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 19ª Sessão, Não Deliberativa, em 7 de abril de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Costa e Confúcio Moura.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 15 horas e 17 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra, por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição, que se encontra sobre a mesa, ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

Com a palavra o Senador Paulo Paim para o seu pronunciamento. S. Exa. disporá de 20 minutos para tal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Senador Humberto Costa, que está presidindo os trabalhos, Vice-Presidente da Casa; Senador Confúcio, que estava me dando uma aula sobre a minha coluna e os outros problemas de dores – muito obrigado ao senhor, que é médico...

Senador Humberto Costa, antes de começar, quero agradecer muito a V. Exa., que esteve lá no Rio Grande do Sul e foi muito bem recebido pelas lideranças. Eu só não fui porque eu estava em Brasília, até com esse problema que eu estou de coluna, mas agradeço porque V. Exa. me citou lá na conversa com a moçada de forma muito elogiosa. Parabéns pelo seu trabalho. E a linha em que V. Exa. esteve lá e que foi publicada nos jornais é a linha que eu também adoto na política. Então, meus cumprimentos a V. Exa.

Sr. Presidente Humberto Costa, hoje, pela manhã, recebi em meu gabinete representantes do movimento sindical, de centrais, de confederações, de sindicatos, do Fórum Sindical dos Trabalhadores e do Diap. Na pauta, tratamos de temas atuais e relevantes do mundo do trabalho.

Mais uma vez – eu sei que V. Exa. é um entusiasta desta tese –, falamos da redução da jornada de trabalho, dos projetos que temos na Câmara, de parte de Deputados e Deputadas, e que temos aqui no Senado também. Eu tenho um de 2015 e anuncio que o Senador Rogério Carvalho é o Relator e já está com o parecer pronto. Todo esse tema fortalece o movimento sindical e os trabalhadores do campo e da cidade.

Amanhã, a CCJ do Senado dará início a um ciclo de debates, por meio de audiências públicas, sobre a proposta da redução de jornada para 36 horas semanais, e é isso que dispõe a maioria das propostas, inclusive essa da qual eu sou autor e cujo Relator, para orgulho de todos nós, é o Líder do PT aqui no Senado, o Senador Rogério Carvalho. O relatório dele está muito bem elaborado e tenho certeza de que será discutido com um olhar muito positivo pelos convidados, não só amanhã, mas durante todo o mês de maio, e de que será um tema dos principais debates no Brasil, por parte dos trabalhadores.

Quero dizer que a reunião de amanhã será às 14h, na CCJ.

Agradeço, além do Relator da matéria – porque é um tema pelo qual eu tenho muito carinho –, o Senador Rogério Carvalho, também ao Presidente Otto Alencar, que colocou a matéria em debate.

Sabemos todos nós que há outras propostas que estão circulando aqui no Senado e também na Câmara. Falo de uma de autoria do Senador Weverton, da qual sou Relator; uma do Senador Cleitinho; na Câmara dos Deputados, tem uma que está tendo uma atenção muito grande de parte do povo brasileiro, da Deputada Erika Hilton; e uma também, com uma bela repercussão, do Deputado Reginaldo Lopes. Todos vão na linha das 36 horas semanais, numa escala decrescente – agora são 44, pode ir para 40, e assim vai diminuindo depois uma hora por ano.

A audiência pública de amanhã será a primeira de uma série de quatro que a CCJ realizará. Também estão previstas audiências, ainda no mês de maio, na Comissão de Direitos Humanos, como também na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comissão de Assuntos Sociais.

A redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem corte, sem diminuição dos salários, é o que preveem todas as propostas que estão em circulação. É uma medida que aproxima o Brasil de uma tendência mundial. Os países, na sua ampla maioria, já compreenderam que garantir mais tempo para a família, o lazer, o estudo, a qualificação profissional melhora a qualidade de vida dos trabalhadores e melhora também a qualidade do que é produzido; impulsiona a produtividade e, consequentemente, também, a geração de mais emprego, já que teremos mais pessoas trabalhando, produzindo, participando do mercado interno, o que vai gerando um saldo positivo para todos.

A Islândia, por exemplo, implementou a jornada de quatro dias por semana e registrou o crescimento econômico de 5%, enquanto mais da metade da população ativa passou a trabalhar menos horas, sem perder renda. Na Alemanha, as empresas que testaram esse modelo também tiveram resultado positivo. Mantiveram a prática depois de uma experiência que fizeram, pois constataram o aumento da produtividade, a redução de custos, a redução da rotatividade, e todos ganharam muito mais – os trabalhadores e os empregadores.

Sr. Presidente Humberto Costa, outro ponto abordado na reunião desta manhã foi a importância do Estatuto do Trabalho, que é uma SUG apresentada ainda em 2018. Essa proposta chamada de a CLT do século XXI visa atualizar nossa querida CLT.

Eu estou com a relatoria na Comissão de Direitos Humanos e, lá dentro também, tem um capítulo especial sobre a jornada de trabalho. Na verdade, o Estatuto do Trabalho tem como eixo central a promoção dos direitos sociais, a humanização das relações de trabalho, o combate a qualquer tipo de trabalho escravo, com vistas, assim, à construção de uma sociedade mais justa, fraterna, solidária e democrática.

A proposta combate todas as formas de discriminação, preconceito, racismo, trabalho escravo, precarização das condições laborais, defende uma tese – que nós todos aqui já aprovamos, foi um projeto encaminhado pelo Presidente Lula – de que homem e mulher na mesma função, mesmo salário; mesma produção, é legítimo que tenham o mesmo salário.

Infelizmente, se não aumentarmos o debate, a fiscalização, esse projeto muito bem construído, em parceria do Executivo com o Legislativo e sancionado pelo Presidente, não dará o resultado sonhado por todos nós, de que haja respeito tanto ao homem como à mulher, seja negro, seja branco, seja indígena, devido ao trabalho e à produção que dão com a mesma qualidade, e não pode haver salário diferente só pela cor da pele ou porque se é homem ou é mulher.

A legislação trabalhista não pode beneficiar apenas um dos lados da relação capital-trabalho. Tem que beneficiar a ambos, tanto o empregado como o empregador, porque com um trabalhador preparado, trabalhando com uma jornada que lhe permita ter saúde, evitar acidentes no trabalho e um salário decente, com isso, é claro que todos ganham. Para que o Brasil cresça de forma sustentável, é fundamental estabelecer uma relação justa entre empregadores e trabalhadores. Nós queremos que este mês de maio, que se aproxima já, seja um mês de debate das questões relacionadas ao mundo do trabalho, não só sobre a redução da jornada, que é o carro-chefe deste momento, mas também sobre o salário mínimo, a questão da política salarial, a questão do Imposto de Renda, a questão da previdência, ou seja, o olhar para os aposentados e pensionistas, que estão também muito mobilizados.

Presidente Humberto Costa, Senador Girão, que já está no Plenário, pretendemos fazer, no dia 9... Nós conseguimos, dialogando aqui com os Senadores, porque o mês de maio estava todo quase ocupado, conseguimos marcar, para o dia 9 à tarde, um debate, aqui no Plenário, sobre o mundo do trabalho. No dia 9 próximo, será aqui então feito um debate sobre o mundo do trabalho com a presença de convidados. Vamos convidar, claro, o Ministro do Trabalho, vamos convidar as centrais, as confederações, os empresários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que puderem estar aqui também, para discutirmos não só – repito – a questão das 40 horas, mas eu acho que, durante o mês de maio, ela será o carro-chefe dos debates, tanto aqui como fora daqui, nos eventos do dia 1º de maio em todo o país. Esse dia 9 é dentro do mês de maio. Foi a única data que conseguimos, porque é natural que, no mínimo, os Senadores também escolham, porque as sessões de homenagem e de debate estão livres para a segunda e a sexta, e nós conseguimos essa sexta. Então, esperamos um debate tranquilo, equilibrado, que venha a conquistar almas e mentes, como dizia a Senadora Heloísa Helena, as almas e mentes dos Senadores, no que tange à jornada de trabalho sem redução de salário.

Lembramos aqui que todo debate sobre a evolução do mundo do trabalho é importante, mas o que nos preocupa mais, mais do que isso até, é quando nós vemos que setores da economia estão puxando um debate, que eu entendo que não tem guarida nesta Casa e nem no Governo, de uma nova reforma da previdência. Isso preocupa muito, porque todas as reformas da previdência que houve até agora – todas – só aumentaram a idade para efeito de aposentadoria, tanto dos homens como das mulheres, e não evoluíram, na linha de melhoria no vencimento daqueles que deram a sua vida por este país, trabalhando, produzindo, contribuindo para a previdência até a sua aposentadoria.

É comum – e o que eu vou dizer não é nenhuma novidade – o cidadão se aposentar com três salários mínimos, ou com quatro, ou com cinco, e, com o andar da carruagem, com o passar dos tempos, ele está ganhando a metade do número de salários mínimos. Se ganhava cinco, está ganhando dois; se ganhava dois, está ganhando um, e por aí vai. Quer dizer, não há uma política que acompanhe o custo de vida que atenda ao interesse dos aposentados.

Sabemos que é um tema que está em debate e vai continuar em debate. Vários estudos apontam essa distorção.

Mas, Sr. Presidente, voltando ao estatuto, nosso objetivo é construir uma nova carta social trabalhista, o que nós chamamos de CLT do século XXI, entendendo este momento que o mundo está vivendo, em que se fala muito em inteligência artificial, em que, a cada dia que passa, novas metodologias do campo do trabalho avançam.

Queremos uma CLT moderna, que garanta o direito dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, que estabeleça um novo patamar para as relações laborais no Brasil, com os direitos e benefícios equilibrados.

Até hoje, nós temos trabalhadores, como os por aplicativo, por exemplo, para os quais não há uma regulamentação ainda, porque não houve o devido entendimento, e eles ainda continuam sem seus direitos assegurados.

Houve uma iniciativa de um projeto encaminhado pelo Presidente à Câmara, mas até o momento não chegaram a um acordo. Eu espero que votem e venha para o Senado, e nós também vamos aprofundar o debate aqui.

Claro, tudo isso são propostas ousadas, mas positivas, que visam a melhorar, repito, a vida das pessoas, que buscam harmonizar os interesses dos trabalhadores, dos empregadores, numa visão de políticas humanitárias, com muito diálogo e inclusão.

As novas tecnologias, ninguém tem dúvida, estão transformando o mundo, estão transformando o mundo do trabalho e gerando novas profissões. Repito: hoje, você, aqui no Brasil, presta serviço em qualquer país da América do Norte ou mesmo da Europa.

Nós avançamos. No entanto, isso não pode ser desculpa para negar garantias que promovam melhores condições de vida e direitos trabalhistas a esses homens e mulheres que estão já convivendo com esse novo momento do mundo do trabalho. O caminho para o futuro deve ser pavimentado com inclusão, não com exclusão.

O Estatuto do Trabalho – ou a CLT do século XXI, como muitos o estão chamando, de que eu sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Relator – representa o início de uma resposta cívica, ampla, responsável, tendo uma visão de política humanitária para toda a nossa gente. Deve ser construída e está sendo construída com a participação de toda a sociedade, dos meios produtivos, dos movimentos sindical e social e com a força dos trabalhadores.

Sr. Presidente, o terceiro tema que abordamos, de que falei muito em uma reunião que eu tive hoje, pela manhã, é o da atuação atual do movimento sindical, seus avanços, desafios e perspectivas diante das mudanças do trabalho no mundo. Outras reuniões estão sendo planejadas para aprofundarmos e avançarmos nesse debate.

Com certeza, seguiremos firmes na luta por um Brasil mais justo, com trabalho digno, direitos garantidos e um projeto de desenvolvimento que coloque o ser humano no centro das decisões.

Falo aqui do ser humano, mas podem crer que sou um dos defensores dos animais. Tenho satisfação de dizer que tenho lá três cachorrinhos. São os primeiros a me receber na porta da casa quando chego de Brasília para o Rio Grande do Sul.

Mas, enfim, nessa visão humanista é que nós estamos trabalhando.

Faço um chamamento – agora encerrando, Presidente – para o dia 9 de maio. Este Plenário será palco de uma sessão de celebração do 1º de maio, Dia do Trabalhador e da trabalhadora do mundo, e cada país vai fazer, durante o mês de maio, suas homenagens aos trabalhadores e apresentará suas pautas para melhorar a vida da nossa gente.

Nesse dia, vamos abordar tudo o que falei aqui e, naturalmente, muito mais que os convidados trarão.

Termino dizendo: viva os trabalhadores do campo e da cidade! Vida longa a toda a nossa gente!

Agradeço, Presidente Humberto Costa. Agradeço, mais uma vez, a tolerância de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero convidar agora, para fazer uso da palavra, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido irmão, Senador Humberto Costa, torcedor do clube que está fazendo aniversário hoje, dia 7 de abril – pensa que eu esqueci? Seu Timbu, Náutico, fazendo 124 anos.

Parabéns a esse clube que tantas alegrias já deu para os seus torcedores e engrandece o futebol brasileiro.

Quero cumprimentar as Senadoras aqui presentes, os Senadores, funcionários desta Casa, assessores, brasileiros que estão nos assistindo aqui presencialmente – sejam muito bem-vindos aqui nas galerias do Senado – e também aqueles que estão nos acompanhando pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelo trabalho da equipe da Agência Senado.

Sr. Presidente, esse final de semana nós tivemos um magnífico – quero dizer a palavra que define –, magnífico evento de manifestação, ordeira, pacífica, respeitosa, como tem que ser, lá na capital paulista, lá em São Paulo, na Avenida Paulista. Quero cumprimentar todos os que puderam participar.

A gente perde de vista, ali, pelas imagens aéreas, a quantidade de milhares, centenas de milhares de pessoas, e isso mostra que o povo brasileiro está preocupado com o destino da sua nação, especialmente na questão da injustiça sem precedentes, na história, que está acontecendo com algumas pessoas que, ao que tudo indica, foram massa de manobra, e essas pessoas não podem ter absolutamente suas vidas destruídas, famílias devastadas, com penas completamente desproporcionais, enquanto nós temos traficantes sendo liberados a torto e a direito, pessoas que mataram, assassinos, mataram gente, ou que mataram de outra forma, porque a corrupção é uma forma de assassinato: quando você rouba dinheiro de verba pública, você está tirando dinheiro de medicamento, tirando profissionais do hospital, está tirando a manutenção das estradas e está causando acidentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, a gente está vendo no Brasil uma inversão tão grande de valores, de prioridades no nosso país, que ontem o brasileiro deu a resposta nas ruas, num evento que reuniu sete Governadores, que mostrou força, e isso é muito importante.

Não foi apenas na Paulista. Eu, por exemplo, não fui à Paulista. Eu fiquei com o meu povo, com os meus conterrâneos cearenses, ali no cruzamento da Dom Luís com a Virgílio Távora. Fizemos um "adesivaço" lá, conversamos com as pessoas, mobilizamo-nos...

Acredito que não é inteligente que tiremos, que sufoquemos o desejo das pessoas de se manifestarem. Então, acredito que, em toda capital, em toda cidade, as pessoas merecem se manifestar, protestar, pelas pautas em que elas acreditam. A rua é livre!

E eu já fiz assim, quando o evento foi em Copacabana, com os cearenses, fiz ontem novamente e vou continuar fazendo, porque eu acredito que é através de todas as ruas, não em um lugar específico, até porque os cearenses – 95%, no mínimo, dos cearenses – não têm condições de ir para São Paulo. Então, vão ficar assistindo pela televisão com o grito engasgado do que eles querem dizer, querem falar, querem manifestar democraticamente? Não vão poder ir para as ruas?

É claro que nós vamos sempre estar com os cearenses, e eu fiz questão de ficar com o meu povo, e foi um evento muito bonito, que trouxe muita esperança de que a justiça volte a ser para todos no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, tivemos muitas faixas também ontem, lá nesse evento em Fortaleza, e eu vi pelas imagens, em São Paulo... Soube que teve em Boa Viagem também, em frente à padaria, uma movimentação em Recife...

E eu vi muitas faixas, lá em Fortaleza, de "Fora, Lula", de "*Impeachment* do Lula", e eu trago dados aqui, para que possamos refletir, quem está nos ouvindo e nos assistindo, se eu estou falando alguma coisa irreal.

Um relatório do Banco Central do Brasil divulgou que as estatais brasileiras terminaram o ano de 2024 com um rombo de quase R$7 bilhões – "b" de "bola" –, o maior rombo de toda a série histórica de 23 anos.

Estão quebrando as nossas estatais, com carguinhos, politicagem, propaganda com o chapéu dos outros por projeto de poder, porque é nisso que essa turma pensa, e eu quero dizer aqui que quase a metade desse rombo, repito, de R$7 bilhões, foi apenas nos Correios – R$3,2 bilhões –, o que mostra uma série de indícios de irregularidades, como a desistência, em ações trabalhistas, de quase R$1 bilhão e patrocínios culturais suspeitos.

Já subscrevi o requerimento do Senador Marcio Bittar para a instalação de uma CPI dos Correios, para a gente ver o tamanho do prejuízo que o povo brasileiro está tendo por essa turma que não sabe ou não quer administrar.

Não podemos esquecer que, em 2005, no primeiro Governo Lula, foi justamente uma CPI que investigava propinas nos Correios que desencadeou a descoberta do primeiro grande escândalo do PT, o mensalão.

Esse governo começou muito mal, o Governo Lula, desde seus primeiros dias, ao aumentar o número de ministérios de 23 para 37, totalizando agora 39 ministérios, de forma a acomodar duvidosos interesses partidários. A máquina é para servi-los, e não para servir a população; é servir os seus projetos de poder.

Para termos uma melhor ideia desse abuso, basta citar o caso de uma das maiores e mais sólidas democracias do planeta, com uma população superior à nossa. É o caso dos Estados Unidos da América, que funcionam muito bem com um número equivalente a 15 ministérios apenas. O Brasil, repito, tem 39.

Outra marca desse governo é a peregrinação pelo mundo, com extensas e questionáveis comitivas hospedadas em hotéis de luxo, demonstrando zero de preocupação com os gastos perdulários. Declarou, por exemplo, que deseja incluir na comitiva – o próprio Presidente Lula declarou isso, acredite se quiser –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

adivinhem quem? O Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Depois de tanto ativismo judicial realizado por Luís Roberto Barroso, que mais parece um militante do que um ministro do Supremo – um militante ideológico –, fica esta pergunta: por que é que o Presidente Lula está querendo convidar o Ministro Barroso, Presidente do STF, para engrossar mais ainda essas vergonhosas comitivas com o dinheiro da gente para o exterior?

O Brasil já não tem problema demais não? E isso é ou não é uma promiscuidade entre os Poderes ficando cada vez mais exposta?

Qual é o real objetivo desse convite? Eu pergunto à senhora, ao senhor que está nos ouvindo e nos assistindo aqui nesta tarde de segunda-feira.

São sucessivas as denúncias de irregularidades que já causaram algumas demissões dentro do Governo Lula, mas um desses casos emblemáticos é o do Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, que continua firme nesse governo.

Já em seus primeiros dias à frente da pasta, foi denunciado por uso abusivo do avião da FAB para participar de um leilão de cavalos de raça em São Paulo.

Tal viagem custou para você, brasileira, brasileiro, que nos paga para a gente estar aqui... E não é barato; só para o Senado, são R$6 bilhões.

Sabe quanto é que custou a viagem para o Ministro ir ao evento de cavalo de raça, o seu *hobby*?

Foi R$140 mil essa viagem dele. Já não basta a condescendência deste Governo Lula com viagem de Ministro do Supremo para cima e para baixo, como aconteceu agora no jogo da final do campeonato paulista entre Corinthians e Palmeiras, em que o Ministro Dino e o Ministro Alexandre de Moraes... O Alexandre de Moraes eu tenho certeza, já saiu o relatório, de que ele foi no jato da FAB. Coincidência esse jogo, não é? Mas foi para um evento também, uma palestra em São Paulo. Alegou segurança, que precisava de segurança. É estranho isso, é muito estranho. Tudo isso pago com o dinheiro da gente.

Alguns meses depois, foi indiciado pela Polícia Federal o Ministro Juscelino nos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa pelo desvio de mais R$10 milhões em emendas parlamentares; todas elas dirigidas à região do Estado do Maranhão, onde ele tem propriedades, e a família domina politicamente alguns municípios, com destaque para Vitorino Freire, que tem como Prefeita a sua irmã.

Eu venho tentando convocar o Ministro para esclarecimentos em algumas Comissões desta Casa desde 2024, especialmente na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, mas os requerimentos não são pautados. É bom que a população saiba que nós estamos tentando e que a blindagem desse Ministro é poderosa, mas água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Isso mostra um pouco o espírito deste Governo, que parece flertar com a corrupção novamente, porque denúncias como as contra esse Ministro, tem feito... O Governo fazer vista grossa é inadmissível, num país cuja maioria é de pessoas de bem, trabalhadoras, íntegras, porque é assim que o brasileiro é, e a gente sabe.

Um dos últimos casos de complacência deste Governo com desvios envolveu Renildo Evangelista Lima, esposo da Deputada Federal Helena Lima. Ele foi flagrado pela Polícia Federal com R$500 mil, meio milhão de reais, sabe onde? Na cueca. Eu venho de um estado que tem escândalos com essa questão de cueca, já conhecidos no Brasil inteiro, e essa turma está toda de volta ao poder agora.

Olhe este dado do Sr. Renildo Evangelista: ele tem sua irmã como sócia; Renildo dirige a empresa Voare, de aviação aérea, que já celebrou 17 contratos com o Governo no montante de R$600 milhões, o último deles foi com o Ministério da Saúde, no valor de R$15,8 milhões para prestar serviços ao SUS nas terras ianomâmis.

Isso ajuda a entender por que a economia do país vai de mal a pior.

Em 2024, houve a maior disparada do dólar, atingindo o patamar superior a R$6,30. A moeda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileira foi aquela que mais se desvalorizou dentre todos os países do mundo.

Outra grave questão é o aumento contínuo da dívida pública. Em dezembro de 2022, ela representava 71,7% do PIB. Só no atual Governo Lula, essa dívida já cresceu quase R$1 trilhão, ultrapassando um total de R$9 trilhões, e a previsão é de que chegue, em dezembro de 2025, ao patamar de 84% do Produto Interno Bruto do Brasil. É um desastre o que nós estamos vendo com este Governo.

Enquanto aqui no Brasil a crise só faz crescer, em função da irresponsabilidade fiscal do Governo Lula, que está mais preocupado, parece estar mais preocupado, em se vingar, no revanchismo com quem o critica, com quem pensa diferente dele, com seus adversários políticos... Então essa crise, que só faz crescer, de um Governo perdulário, vem junto ao aumento de tributos, claro.

Mas a nossa vizinha Argentina, presidida por Milei, com perfil conservador, de direita, vem dando uma verdadeira aula na gestão da economia. Em 2023, a inflação na Argentina era de 211%. Milei tomou posse em janeiro de 2024. Em apenas um ano, a inflação já despencou para 118% e com perspectiva de continuar essa queda acelerada, pelo bem do país. Já em dezembro de 2024, o superávit fiscal foi de 1,8% do PIB, sendo o melhor resultado da Argentina desde 2009. Só no último trimestre, a economia da Argentina apresentou uma expansão de 3,9%. Apesar de ser um período difícil, de correções estruturais, já são nítidos os sinais da melhoria das condições sociais, pois em 2023, o país chegou a um dos piores níveis de sua história, com 41% da população vivendo na pobreza, antes de o Milei assumir.

Qual foi a mágica empregada pelo Governo Milei? Nenhuma. Apenas vem cumprindo com firmeza o seu dever primordial, ou seja, cortes drásticos nos gastos públicos. É como as contas que nós temos em casa. Se a gente gastar mais do que a gente tem, vai complicar, ao ponto em que nós vamos ter que tomar medidas drásticas, senão vai ficar sem dinheiro para o essencial, para o alimento. De lazer nem se fala.

Então tem que tomar as medidas, mas o nosso Governo não toma. É só gastar, viajar com o dinheiro de quem paga imposto. Muito diferente, então, o que acontece na Argentina do que acontece no Brasil, onde temos um Governo que gasta muito aqui e gasta mal.

E, como não cumpre com sua obrigação, cortando gastos, obriga o Banco Central a manter as taxas de juros da economia num nível estratosférico, para controlar a explosão da inflação. Mas o grande problema desse remédio é ser temporário e não tratar a causa. Com isso, os preços continuam explodindo – você sabe, brasileira e brasileiro –, com destaque aos alimentos, o que afeta diretamente os mais pobres deste país. Os preços estão aí. Basta você ir ao mercadinho da esquina ou ao supermercado e constatar.

Apesar de tudo isso, não podemos jamais desanimar; muito pelo contrário: nossos irmãos argentinos estão demonstrando como é fácil realizar mudanças positivas na economia. Basta a população fazer as escolhas certas daqueles que receberão a enorme responsabilidade de governar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em 2026, nós teremos eleições. É hora de trocar. É hora de mudar aqueles por quem você não está se sentindo representado. Por isso, eu vi muitas faixas nas ruas: "Fora, Lula" e "*Impeachment* de Lula" também, ontem, além, obviamente, sobre a urgente anistia de que nós precisamos para reconciliar o Brasil.

Por isso, precisamos continuar fazendo a nossa parte da melhor forma possível, mobilizados a favor da justiça e da verdade, seja nas ruas, seja através das redes sociais.

Encerro com esse profundo pensamento de Joanna de Ângelis, a mentora de uma grande pacifista baiano, Divaldo Franco. Abro aspas: "Sempre que algumas vantagens para ti ofereçam danos para outrem, recusa-as, [...] [porque] ninguém poderá ser feliz erguendo sua alegria sobre o infortúnio do seu próximo".

Que Deus abençoe a nossa nação!

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Durante o discurso do Sr. Eduardo Girão, o Sr. Humberto Costa, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Girão.

Eu passo a palavra para o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, público que nos acompanha pelos serviços de comunicação do Senado e que nos segue pelas redes sociais, anistia, Sr. Presidente, é espetáculo da insensatez, que quer se propor a ser um golpe dentro do golpe. Requerem os que defendem essa proposta, agora, indulto a criminosos que tentaram a derrubada do Estado democrático de direito, o que é amplamente rechaçado pela maioria dos brasileiros.

Pesquisas mostram que a maior parte da população brasileira é contra perdoar criminosos pelos atos que foram cometidos antes do dia 8 de janeiro, no próprio dia 8 de janeiro e depois do 8 de janeiro de 2023.

A pesquisa Genial/Quaest identificou que 56% da população brasileira defendem que os golpistas devem continuar presos por mais tempo e cumprirem suas penas; o Datafolha registrou, no final de março, que 63% da população brasileira são contra essa propalada a anistia.

Esta, Sr. Presidente, não é uma pauta do Brasil nem dos brasileiros. O povo quer que criminosos paguem pelo que fizeram.

A maioria da população também considera que Bolsonaro, ex-Presidente da República, esteve à frente da tentativa de golpe e que agiu o STF com justiça e com base na lei ao torná-lo réu pelos crimes cometidos.

O inelegível responde, no Supremo Tribunal Federal, junto com outros sete asseclas, pelos seguintes crimes: 1) liderança de organização criminosa armada; 2) tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito; 3) golpe de Estado; 4) dano contra o patrimônio da União; 5) deterioração de patrimônio tombado.

O ex-Presidente foi líder inconteste do planejamento e da execução do golpe que redundou no fatídico 8 de janeiro. O plano de golpe, iniciado em 2021, passava por: 1) desqualificação do processo eleitoral – ele chegou, inclusive, a convocar embaixadores de outros países para fazer uma exposição demonstrando, no seu pensamento, a condição de vulnerabilidade das urnas eletrônicas; 2) colocar urnas eletrônicas em suspeição, como já disse aqui; 3) promover a desacreditação internacional do Brasil, elevando-nos – ou rebaixando-nos – à condição de república de banana, onde os processos eleitorais não são democráticas; 4) promover a sublevação das Forças Armadas; 5) reunião de armamentos para ataque; 6) assassinato do Presidente e do Vice-Presidente eleitos e do Presidente do TSE, também membro do STF.

Acampamentos estimulados em frente a quartéis fizeram fomento à leitura deturpada do art. 142, da Constituição Federal, para tentativa de intervenção das Forças Armadas que redundaram no 8 de janeiro. A data foi, na verdade, a cereja do bolo, com depredação e invasão das sedes dos Três Poderes da República. Bolsonaro e Anderson Torres, seu ex-Ministro da Justiça, esperavam juntos, nos Estados Unidos, o desenrolar dos fatos e o possível decreto de garantia da lei e da ordem para retornarem ao Brasil e tomarem o poder legitimamente constituído pela expressão do povo nas eleições de 2022.

A minuta do golpe foi impressa no próprio Palácio do Planalto e destrinchava toda a trama. É uma evidência contundente e inconteste, que já está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, ao lado de propostas que criavam estados de exceção e de uma série de materiais descobertos pela PF e que formam robusta documentação probatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os atos foram planejados, articulados e coordenados, segundo as investigações da PF, o parecer do Ministério Público e a aceitação da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, por altíssimas autoridades da República. Qualquer golpe de Estado, tentado ou exitoso, só ocorre com o envolvimento de figuras como as que tiveram papel protagonista neste recente episódio brasileiro.

O Brasil passou por um momento de extremo risco, de enorme gravidade, que não pode ser minimizado. Tivesse dado certo aquela tentativa de golpe, possivelmente este Congresso Nacional estivesse fechado; muitos aqui tivessem sido presos, assassinados ou exilados; e boa parte da população brasileira estivesse sob a mordaça da falta de liberdade para expressão das suas ideias e para organização política e social.

É mentira, falsidade, estelionato intelectual querer fazer comparações incomparáveis, absurdas. A mulher que pichou a estátua da Justiça com batom não é vítima, como querem fazer crer: ela foi participante ativa da organização criminosa que resultou nos eventos do 8 de janeiro; concorreu para o resultado dos atos. Podemos discutir a dosimetria da pena, mas isso é algo que compete ao Supremo Tribunal Federal – o criminoso deve ser tratado pela Justiça, não pelo Congresso Nacional.

Querer fazer essa ré de mártir é um ardil do comando do golpe para se beneficiar do caso dela; é usá-la uma segunda vez como boi de piranha para que, por meio dela, todos os outros líderes sejam indultados. Ela participou da destruição de provas; participou diariamente, durante vários meses, do acampamento que acontecia aqui em frente ao Comando do Exército. Portanto, não foi simplesmente o uso de um batom para escrever "Perdeu, mané" que fez com que ela fosse condenada, mas foram essas ações para desestabilizar a democracia do nosso país.

Um Deputado bolsonarista deu um grande tiro no pé ao querer compará-la e associá-la a Rosa Parks, uma ativista símbolo dos direitos civis nos Estados Unidos, que jamais se associou ao crime ou a um golpe de Estado. Rosa Parks foi aquela mulher que se recusou a dar o seu assento a uma pessoa branca e, com isso, gerou uma grande mobilização nos Estados Unidos contra o racismo explícito que ali havia e que, em vários aspectos, ainda há. Portanto, essa comparação é uma agressão à memória dos que defendem os direitos humanos, dos que defendem a liberdade, a democracia. E o seu texto, a sua gravação, que ele esperava que fosse mais uma ação de gigantesca repercussão, foi, em grande parte, ignorada.

É uma ridicularia que mostra a má-fé de que são imbuídos esses que defendem essa posição. É a mesma rapinagem que norteou ontem, diferentemente do que foi dito aqui, aquela minguada manifestação golpista na Avenida Paulista, que reuniu menos de 45 mil pessoas, muitas das quais generosamente levadas por uma superestrutura que agregou diversos segmentos que têm poder político e poder financeiro.

A manifestação se notabilizou, de fato, por Governadores necrófagos, que, como hienas e urubus, estão à espreita das carcaças e da carniça do ex-Presidente Bolsonaro para tentar herdar seu espólio necropolítico.

É bom porque caiu a máscara. Alguns deles querem se caracterizar como direitistas moderados, fascistas humanistas, como se pudesse existir esse tipo de coisa. Mas está claro que todos que lá estavam são aliados daqueles que tentaram o golpe contra o nosso país. Houve lá ainda vergonhosos ataques e insultos ao sistema eleitoral, delírios febris de fraudes nas urnas, ofensas a autoridades e um novo inimigo eleito, o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, que se tem recusado a prejudicar a pauta do Brasil para se vergar a bolsonaristas lunáticos.

Anistiar criminoso é um golpe dentro do golpe. Não há razão de ser. Não pode ter espaço no Congresso Nacional. Não é uma agenda do povo brasileiro, mas de uma organização criminosa armada, como disseram a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República.

O povo quer saber de oportunidades de trabalho, de como ganhar dinheiro, de prosperar. Quer deste Congresso medidas que reduzam o preço dos alimentos e que dotem o Brasil de mecanismos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazer face à ameaça do tarifaço trumpista, apoiado pela extrema direita brasileira, ainda que esse tarifaço prejudique enormemente o nosso país.

Precisamos trabalhar para assegurar nossos empregos, nossa indústria, o agronegócio, o setor produtivo, enfim, e impedir que nos cheguem prejuízos dessa guerra comercial planetária e irracional em que os Estados Unidos estão jogando o mundo.

Querer parar o trabalho de Deputados e Senadores para discutir indulto a criminoso é um insulto à democracia e ao povo. Bolsonaro está inelegível, foi condenado, não vai concorrer no ano que vem e vai responder pelos crimes ligados à tentativa de golpe. Ponto. Esse é o fato concreto que temos no nosso país hoje. O caso dele é com a Justiça, não é com o Congresso Nacional. Aqui é lugar de se focar no Brasil e nas pautas do povo, não na agenda de um grupúsculo que depois de cometer um rosário de crimes, entre eles o de agir contra a soberania desta Casa Legislativa, de tentar quebrar a independência entre os Poderes da República, agora quer usá-la para receber o benefício da graça pelos crimes cometidos.

Como expressa o povo, por meio de sua vontade, de acordo com as pesquisas, que os responsáveis por essa página infeliz da nossa história sigam presos, sejam presos e cumpram o que lhes for imputado pelo Judiciário, visto pelos brasileiros como um Poder que agiu de forma justa e equilibrada nesse processo.

Não haverá anistia para golpista. Quem ainda está agarrado a essa pauta que largue esse abraço de afogados, que preste atenção ao Brasil, abandone esse ócio e venha trabalhar junto conosco por um Brasil melhor e mais justo para o seu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Agradeço as palavras do Senador Humberto Costa, a quem solicito que ocupe aqui a Presidência, para que eu possa fazer um discurso.

(O Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa, Segundo Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a palavra o ilustre Senador Confúcio Moura, do PMDB, de Rondônia, para o uso da palavra durante 20 minutos.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, cumprimento a todos os servidores do Senado, os telespectadores e a todos os canais de comunicação aqui do Senado. Que todos sejam cumprimentados! É uma tarde tranquila, o Plenário vazio, ainda os Senadores nas suas bases eleitorais. De agora para frente será mais intenso esse contato com os seus estados, com o seu eleitorado, o que é justificado.

Para a introdução do meu pronunciamento, eu recebi e falei há pouco com o Prefeito da capital do Estado de Rondônia, Porto Velho, o competente Prefeito Léo Moraes. Pesquisando com ele sobre a situação da enchente do Rio Madeira, que já ultrapassou as suas quotas, chegando a dezesseis metros e frações, já atingiu muitas rodovias de acesso, por exemplo, à cidade de Guajará-Mirim, à cidade de Nova Mamoré, dificultando o trânsito de carros pequenos, ambulâncias e tudo mais e inundando vários distritos do chamado Baixo Madeira, de onde as pessoas já estão sendo deslocadas para abrigos. Eu sei que a Defesa Civil do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho já estão preparadas para o enfrentamento desses eventos climáticos extremos, das chuvas demais na região.

Eu administrei também, quando Governador do estado, a supercheia do Madeira no ano de 2014. Ela ultrapassou todos os limites anteriores e históricos, mas, na época, eu tive o apoio da Presidente Dilma, que esteve lá comigo, sobrevoando a região. Ela ficou sensibilizada e nos ajudou muito, inclusive no setor habitacional. Naquela época, nós estávamos construindo, com a ação da Presidente Dilma, em torno de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25 mil casas no Estado de Rondônia e em Porto Velho. Era bastante habitação. Então, nós não tivemos muito problema para abrigar as pessoas, porque tínhamos disponibilidade de residências, apartamentos e casas. Tão logo foram concluídas, fomos acomodando o pessoal, e certo é que foi dada preferência a eles. Hoje em dia, existem lá cidades novas como Orgulho do Madeira, Cristal da Calama e outros conjuntos habitacionais maravilhosos, construídos naquela época por ação do Governo Federal.

Eu me solidarizo com todos aqueles que estão passando por essas dificuldades, porque, realmente, o pessoal ama muito a beira do rio. Os ribeirinhos desses distritos são amorosos. Eles vivem realmente acostumados com aquela vida, não querem sair de lá e produzem alimentos, muita pesca, muito tudo. E eles vivem numa certa paz, num certo sossego. O desassossego maior são essas enchentes ocasionais.

Mas aqui levo a minha solidariedade a todos os desabrigados e à população que está padecendo em consequência das enchentes do Rio Madeira, lá no Estado de Rondônia.

O objeto também do meu discurso, Sr. Presidente, é falar de um assunto que realmente tem sido satanizado pela imprensa brasileira que são as chamadas emendas parlamentares, aqui no Congresso Nacional.

Eu lembro bem, Senador Humberto Costa – nós fomos Deputados juntos lá nos anos 90 e 2000 –, e, naquela época, as emendas não eram, assim, vinculadas obrigatórias pelo Governo Federal. O Governo pagava aquelas emendas se quisesse pagar; eram mais ou menos autorizativas. Então, todo mundo vivia em paz, todo mundo vivia tranquilo. A gente não se aborrecia tanto, assim, buscando esses recursos, que efetivamente são importantes, eu vou relatar aqui, mas nós não tínhamos essa vinculação constitucional de obrigatoriedade de pagar essas emendas, todas elas, como são. Aí vieram outras alterações, introduções constitucionais garantindo esse pagamento para todos os Parlamentares indistintamente de partido.

Aí, a partir de agosto, o Ministro Flávio Dino deu uma travada nessas emendas aqui no Congresso Nacional. Causou uma certa inquietação nas duas Casas, mas ele pediu transparência e rastreabilidade.

Eu acho que não foi de mais pedir a transparência das emendas: saber para onde elas vão, qual é o objetivo delas, qual é o plano de trabalho delas e quem é o autor da emenda, qual é o Parlamentar, qual é o Senador, qual é o Deputado que autorizou aquele pagamento daquelas emendas. Eu acho extremamente necessário. Da minha parte, está liberado. E eu faço questão da absoluta transparência, de saber para onde vai esse dinheiro, qual o benefício com que ele vai impactar nas comunidades, nas cidades... E pode colocar meu nome, tranquilamente, sem nenhum constrangimento.

Acho que, com isso, nós vamos resolver a situação desse pagamento de emendas parlamentares. E, realmente, se você perguntar o que mais... Assim, não é querendo desacreditar o Congresso, mas isso virou um tormento entre nós. Parece que a coisa mais importante do mundo é a emenda parlamentar, sendo que nossa agenda aqui é tão ampla. Mas eu faço aqui também a defesa da justa destinação das emendas para os municípios mais necessitados e comunidades.

Outro tipo de emenda de que o Ministro Flávio Dino questiona a transparência são as emendas de Comissão, que antigamente eram chamadas emendas de Relator. Quanto às emendas de Comissão, também, da minha parte, nas Comissões a que pertenço, vou fazer questão de provocar os Presidentes, para que sejam as mais transparentes possíveis, para que, realmente, de cada autor de uma emenda, que destinou um recurso, se saiba quem é e para onde vai esse dinheiro; que seja transparente e rastreável.

Então, Sr. Presidente, essas emendas são importantes? Eu acho que são muito importantes. Por exemplo, quem é que vai levar um dinheiro, como eu costumo... As minhas emendas são neste sentido: eu coloco emendas minhas na universidade, eu coloco emendas minhas no Instituto Federal de Educação, eu coloco na Embrapa e coloco... Normalmente, são esses os itens. E coloquei em uma cidade só uma emenda de bancada, na cidade de Ariquemes, para a parte das chamadas cidades inteligentes de alta tecnologia. Altamente transparentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E as emendas pequenas, emendas individuais, nós colocamos, por exemplo... Eu quero saber se aqui, no Congresso Nacional, na Comissão de Orçamento, se a própria Ministra do Planejamento, Simone Tebet, vai saber que existe falta de água para as comunidades indígenas e ribeirinhos da região, por exemplo, de Guajará-Mirim, Costa Marques e o próprio Porto Velho, no chamado Baixo Madeira. Ela não saberá disso. Se não for um Parlamentar sensível a essas comunidades, para levar água tratada, a estação de tratamento de água, para as pequenas comunidades... E o valor é baixo, em torno de R$600 mil, e esse dinheiro é o próprio Ministério da Saúde quem executa. Estamos colocando esse recurso para água nessas comunidades onde tem rio em abundância, mas a água é suja, a água é barrenta. O Rio Madeira está transbordando, mas a água é uma água barrenta, que realmente não é possível de ser utilizada como água para beber, água para tomar, para uso humano e nem também animal.

Muito bem, então, nós fazemos isso com essas emendas.

Outra, a modernização tecnológica nas escolas. Coloquei recursos para serem administrados pelo Instituto Federal de Educação de Rondônia para atender 23 municípios, logo depois daquela – vocês viram muito bem – crise de tecnologia nas escolas na época da pandemia; foi um abismo. As escolas não tinham computadores, os professores não estavam preparados e os alunos também não. Como é que dariam aulas à distância? Ficou aquela coisa maluca e cada um inventando um jeito de levar aulas para os alunos, que não podiam frequentá-las porque as escolas estavam fechadas. É para a modernização, é uma emenda importantíssima. Já foi toda aplicada, os computadores foram entregues e o instituto federal está preparando os professores para o correto uso dos computadores e outros instrumentos tecnológicos para as escolas.

As obras inacabadas das creches. Tinha tantas creches inacabadas, muitas creches, na nossa região; e nós colocamos recursos para concluir essas obras todas, para concluir as creches inacabadas, que estavam a dez anos, 15 anos paralisadas, em ruínas, e hoje elas já estão sendo entregues.

Isso é extremamente importante! Nós estamos colaborando com o próprio Governo, recuperando essa imagem nefasta de obras inacabadas. Isso é importante, tanto creches como escolas – escolas novas, escolas bonitas, maravilhosas. Nós estamos fazendo, por exemplo, na cidade de Presidente Médici, uma escola lindíssima, lá em Alto Paraíso, num distrito, e outras tantas escolas que estamos construindo no Estado de Rondônia, com emendas parlamentares para o MEC.

Então, você veja a importância delas, elas chegam lá!

Como é que uma pessoa vai saber que tem uma creche inacabada lá em Cabixi, que fica na divisa com a Bolívia? Eu fui lá esses dias. Está lá uma creche há muitos anos paralisada, faltando R$1,5 milhão. Vou colocar agora esse recurso para terminar essa creche. Como é que fica uma obra inacabada, uma creche, onde não tem nenhuma outra creche? Eu que vou lá é que sei! E vou terminar a creche este ano, vou ajudar lá o Prefeito a fazer essa obra, a concluir a obra. Estão lá os esqueletos dela, cheios de mato ao redor. Vamos torná-la útil.

Então, essas emendas servem para essas coisas importantes!

Colocamos energia solar em unidades terapêuticas, em hospitais. Por exemplo, para as irmãs de Santa Marcelina, lá em Porto Velho, a conta de luz – elas são freiras – era muito alta. Há hospitais filantrópicos e tudo, escolas filantrópicas, e elas pagavam uma conta de energia muito elevada. Nós colocamos lá o dinheiro para elas colocarem energia solar para baratear o custo, o gasto delas com pagamento de energia.

E assim tem sido feito. Os pescadores... Será que alguém aqui da Comissão de Agricultura vai saber que está faltando uma fábrica de gelo para a conservação do gelo na beira do Rio Mamoré, na cidade de Guajará-Mirim? Sou eu que vou lá que vou saber, que vou conversar com os pescadores, e sei o que está faltando: eles estão passando dificuldades com a falta de gelo. Então, colocamos um recurso. Quem vai fazer isso – a fábrica de gelo – é o Instituto Federal de Educação, e vai melhorar as condições higiênicas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambiente para os pescadores. Isso é fundamental!

Neste ano, com o instituto federal, nós estamos colocando um barco, construindo um barco grande. O estaleiro já foi licitado. Esse dinheiro eu coloco no Instituto Federal de Educação, é ele que faz e contratou um estaleiro para fazer um barco para transportar os moradores ribeirinhos e as comunidades indígenas, descendo o rio. É muito longo o trecho, tem muitas aldeias e muitas comunidades. Eles precisam vender mandioca, banana – tem muita banana –, milho verde, farinha, peixe, e tudo o que eles produzem por lá eles colocam nesse barco. Hoje eles pagam frete.

O velho aposentado da beira do rio, quando ele paga a passagem para ir receber lá no banco – ele gasta muitas horas para descer o rio, para ir e voltar são dois dias, três dias –, ele gasta o dinheirinho da aposentadoria na viagem e na hospedagem. Então, nós estamos construindo um barco para transporte gratuito das pessoas e das mercadorias. Com capacidade para 70 toneladas, é um barco grande para transportar as pessoas de graça. A Prefeitura concordou. No ano que vem, eu ainda tenho mandato, mais um pedaço para frente, e vou deixar o custeio desse barco por dois anos garantido. Depois, eu não sei o que será da gente no futuro de disputas eleitorais ou não, aí são outros quinhentos, mas já vamos deixar lá isso garantido para transporte gratuito dessas populações pobres, isoladas, de beira de rio. São comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores pobres.

Então, veja bem a importância dessas emendas individuais para atender essas comunidades. Isso eu faço. Quando fui candidato pela primeira vez a Deputado Federal, eu achei que só teria um mandato, aí eu falei assim: "Já que eu vou ter só um mandato, eu vou escolher 17 comunidades, aqui do Estado de Rondônia, onde nenhum político foi, aquelas bem isoladas mesmo, de beira de rio, seringueiro velho". Ninguém ia lá naquelas comunidades. Eu falei: "Eu vou me dedicar a esse povo, a esse povo que ninguém vê. Para esse Brasil profundo, esse Brasil escondido, eu vou para lá". Aí eu escolhi essas comunidades, comecei a ir ajudar. Eu chegava lá de burro, a cavalo, porque não tinha estrada. Aí nós fomos colocando esse dinheirinho e levamos iluminação para essas 17 comunidades – luz –, levamos estrada, levamos escola. Hoje a gente chega à porta deles de carro. Isso é glorioso! É glorioso! E não é que esse povo, que a gente pensa que é tão isolado do mundo, um falou para o outro, que falou para o outro, que falou para o outro, e, na outra eleição, eu aumentei a quantidade de votos? Na terceira, eu fui o mais votado do estado, atendendo essas comunidades isoladas, esse povo excluído, esse povo do Brasil profundo. Então, é assim que é a vida.

Então, gente, eu investi dinheiro na indústria de chocolate, para aulas na fábrica de chocolate, para distribuição de mudas de cacau e de café para os produtores. Então, são essas coisas que eu tenho feito no meu mandato, assim o utilizando, da melhor maneira possível, com a melhor das intenções possíveis, para atender a essas comunidades isoladas. Eu tenho usado as prefeituras, mas a maioria é universidade e o instituto federal.

O Instituto Federal de Rondônia tem uma capilaridade. Ele coloca os professores e os alunos nesses programas, tornando as comunidades fortes. E assim outros tantos programas nós estamos levando, grande parte deles geridos pelo Instituto Federal de Educação de Rondônia e pela Universidade Federal de Rondônia. Esse é o trabalho que eu acho importante.

Então, a gente não pode, assim, infernizar ou satanizar por completo os objetivos das emendas parlamentares, quando bem aplicadas. E eu me ofereço e já deixo bem aberto à Comissão a qual eu pertenço, à Casa aqui, o Senado Federal, que exijam do meu gabinete a mais absoluta transparência sobre todos os recursos de que dispomos todos aqui, destinados aos municípios dos nossos estados respectivos.

Assim, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa., pela oportunidade da fala neste momento e por poder dar explicações claras ao povo brasileiro. Eu fiz um resumo aqui, um sumário das coisas, e a gente poderia falar mais, mas fica por aqui – o tempo já está acabando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Confúcio Moura.

É importante o pronunciamento de V. Exa., que corrobora com tudo aquilo que conhecemos de V. Exa. – a seriedade, o espírito público, a transparência. E eu quero parabenizá-lo, inclusive, por mostrar que as emendas parlamentares não precisam ser demonizadas, mas elas têm que ser transparentes e precisam ser aplicadas corretamente; e talvez num volume tão grande quanto é hoje, não é?

Eu lhe agradeço. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom, a Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa ordinária para amanhã, terça-feira, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Levanta-se a sessão às 15 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 423/2025	Dispõe sobre o reconhecimento da prática do futevôlei como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação.	CEsp (DT)
PL 434/2025	Dispõe sobre o reconhecimento da prática da altinha ou altinho como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação.	CEsp (DT)
PL 452/2025	Proíbe a adoção de sistema de cotas em processos seletivos de programas de Residência Médica.	CDH/CAS (DT)
PL 893/2025	Modifica a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para tratar da alegação de exceção da verdade perante comissão parlamentar de inquérito.	CCJ (DT)
PL 1117/2025	Revoga o inciso III do art. 25 e dá nova redação ao inciso VI do art. 26, ambos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que independa de carência a concessão do salário-maternidade para as seguradas do Regime Geral de Previdência.	CAE/CAS (DT)
PL 1278/2025	Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências, para incluir, dentre as condicionalidades da complementação-VAAR, a utilização, em períodos não letivos, da infraestrutura	CE (DT)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	escolar para atividades educativas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer.	
PL 1285/2025	Altera Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para tipificar o crime de coação criminosa no tráfico de drogas.	CSP/CCJ (DT)
PL 1332/2025	Estabelece obrigações para plataformas de comércio eletrônico, a fim de coibir a receptação de bens, produtos ou mercadorias em ambiente digital de negócios.	CCJ/CTFC/ CCDD (DT)
PL 1345/2025	Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, a fim de tipificar a conduta de organizações criminosas que promovem domínio territorial.	CSP/CCJ (DT)

Prazo: de 8/4/2025 a 14/4/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Projeto de Lei nº 4.187, de 2024, da Deputada Federal Lídice da Mata*, que institui o Dia Nacional da Axé-Music.*

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, §1º, V, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

Prazo: de 8/4/2025 a 14/4/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Projeto de Lei nº 1.392, de 2025, do Senador Carlos Viana*, que altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para assegurar a remuneração de equipes multiprofissionais que atendam educandos com transtorno do espectro autista e com doenças raras com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.*

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo posteriormente à Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

Prazo: de 8/4/2025 a 14/4/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comunicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25877.32185-28 (LexEdit)

SENADO FEDERAL

Ofício nº 019/2025 - GLPP Brasília, 7 de abril de 2025

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, comunico que, consultada a Bancada do Progressistas e em cumprimento aos dispostos do art. 65 §7º, RISF, indico como Vice-Líder o **Senador Esperidião Amin – PP/SC.**

Atenciosamente,

Senadora Tereza Cristina
(PP - MS)
Líder do Progressistas

Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6471278110

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25231.20095-02

SENADO FEDERAL
Bloco Parlamentar Democracia

Ofício nº 027/ BLDEM/2025

Brasília, 07 de abril de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: Substituição de membro do Bloco Parlamentar Democracia para a composição da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, indicar o Senador Styvenson Valentim (PSDB/RN), no cargo de Suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho (União/PB), para compor a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA desta Casa, nas vagas pertencentes ao Bloco Parlamentar Democracia, observados os cálculos de proporcionalidade partidária.

Atenciosamente,

Senador **Efraim Filho**
Líder do Bloco Parlamentar Democracia no Senado Federal

Assinado eletronicamente, por Sen. Efraim Filho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2657944912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25386.79424-03

SENADO FEDERAL
Bloco Parlamentar Democracia

Ofício nº 028/2025 - BLDEM

Brasília, 02 de abril de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Indicação de parlamentar do Bloco Parlamentar Democracia na composição da Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, nas vagas pertencentes ao Bloco Parlamentar Democracia, observados os cálculos de proporcionalidade partidária, o **Senador Styvenson Valentim (PSDB/RN),** para ocupar a vaga de suplente, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Atenciosamente,

Senador **Efraim Filho**
Líder do Bloco Parlamentar Democracia

Assinado eletronicamente, por Sen. Efraim Filho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3445937139

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Encaminhamento de matérias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 1958/2021 (Substitutivo)	Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.	CDH/CCJ
PL 5688/2023	Institui a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano.	CAS
PL 4276/2024	Dispõe sobre o desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis destinado ao atendimento de mulheres vítimas de violência.	CCT/CDH
PRS 3/2025	Institui a Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico.	CI
PEC 6/2025	Altera o art. 208 da Constituição para instituir a possibilidade de concessão de bônus regional nos processos seletivos para o ingresso no ensino superior nas instituições educacionais públicas, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e promover maior acesso ao ensino superior nas regiões mais carentes do Brasil	CCJ
PDL 128/2025	Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução Gecex nº 709, de 13 de março de 2025, que altera a Resolução a Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).	CRA/CCJ
PDL 137/2025	Susta a Resolução Gecex nº 648, de 14 de outubro de 2024, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior.	CAE/CCJ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Indicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO N° 14, DE 2025

Sugere ao Ministério da Fazenda que adote providências urgentes para evitar os efeitos econômicos e trabalhistas decorrentes do encerramento abrupto dos benefícios do PERSE e da consequente reoneração tributária, promovendo ações de estabilização e revisão das diretrizes aplicadas pela Receita Federal.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25344.99421-33

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

INDICAÇÃO Nº , DE 2025

Sugere ao Ministro da Fazenda que adote providências urgentes para evitar os efeitos econômicos e trabalhistas decorrentes do encerramento abrupto dos benefícios do PERSE e da consequente reoneração tributária, promovendo ações de estabilização e revisão das diretrizes aplicadas pela Receita Federal.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que adote providências urgentes para evitar os efeitos econômicos e sociais decorrentes do encerramento abrupto dos benefícios fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), promovendo medidas de estabilização regulatória e revisão administrativa das diretrizes aplicadas pela Receita Federal.

JUSTIFICATIVA

O anúncio da Receita Federal de que o limite de R$ 15 bilhões de renúncia fiscal previsto na Lei nº 14.859/2024 teria sido atingido resultará no encerramento abrupto dos benefícios do PERSE, o que impacta diretamente a

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8154109702

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25344.99421-33

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

empregabilidade, a sobrevivência de micro e pequenas empresas e a recuperação econômica de setores ainda frágeis.

Esse encerramento sem transição contraria a própria natureza do PERSE, que tinha como objetivo proporcionar alívio fiscal até dezembro de 2026. O setor de eventos foi o primeiro a parar e o último a retomar, e muitas empresas ainda dependem do suporte fiscal para evitar demissões e o fechamento de atividades.

Paralelamente, surgiu um ambiente de conflito judicial que escancara a insegurança jurídica da medida. Conforme noticiado pelo portal Contábeis, decisões judiciais em várias regiões vêm garantindo a manutenção da alíquota zero. Destacam-se, entre elas:

• A 4ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, que concedeu liminar à ABRASEL;

• A 3ª Vara Federal de São Paulo, que garantiu o benefício até 2027;

• A 2ª Vara Federal de Santos e a 4ª Vara de Sorocaba, com decisões semelhantes.

Essas decisões contrastam com o direito em diferentes localidades, criando tratamento desigual entre empresas, agravando a instabilidade fiscal e jurídica e impactando diretamente a competitividade dos negócios.

Esse cenário demanda resposta imediata do Ministério da Fazenda, que é o órgão competente para conduzir a política fiscal e orientar a Receita Federal quanto à uniformidade interpretativa e ao respeito à legalidade e aos direitos dos contribuintes.

O Projeto de Lei nº 1.264, de 2025, de minha autoria, propõe a revogação do limite fiscal e representa um instrumento legislativo relevante para restaurar a previsibilidade, permitir a continuidade do programa dentro de seu prazo legal e evitar impactos socioeconômicos profundos.

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8154109702

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25344.99421-33

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

Ante o exposto, é nesse contexto que sugerimos ao Poder Executivo Federal as medidas supracitadas.

Senador MECIAS DE JESUS

Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8154109702

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentada a Indicação nº 14, de 2025, do Senador Mecias de Jesus, *sugerindo ao Ministério da Fazenda que adote providências urgentes para evitar os efeitos econômicos e trabalhistas decorrentes do encerramento abrupto dos benefícios do PERSE e da consequente reoneração tributária, promovendo ações de estabilização e revisão das diretrizes aplicadas pela Receita Federal.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO N° 15, DE 2025

Sugere ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que adote providências para mitigar o cenário de insegurança jurídica gerado pelo encerramento antecipado do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), promovendo articulação institucional com os órgãos competentes e da administração tributária federal.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25198.64829-88

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

INDICAÇÃO Nº , DE 2025

Sugere ao Ministro da Justiça e Segurança Pública que adote providências para mitigar o cenário de insegurança jurídica gerado pelo encerramento antecipado do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), promovendo articulação institucional com os órgãos competentes e da administração tributária federal.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que adote providências urgentes, em articulação com os órgãos competentes, visando garantir segurança jurídica às empresas contempladas pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), diante da crescente instabilidade normativa e judicial provocada pelo seu encerramento antecipado.

JUSTIFICATIVA

O fim abrupto do PERSE, anunciado pela Receita Federal com base no teto fiscal, gerou grave insegurança jurídica para milhares de empresas dos setores de eventos, turismo, cultura e alimentação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1898048523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25198.64829-88

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

A matéria publicada no portal Contábeis evidencia esse quadro ao relatar uma série de decisões judiciais divergentes. A 4ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, por exemplo, concedeu liminar à ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), assegurando a manutenção da alíquota zero e impedindo a cobrança dos tributos reonerados. Da mesma forma, a 3ª Vara Federal de São Paulo, a 2ª Vara Federal de Santos e a 4ª Vara de Sorocaba também decidiram pela continuidade dos benefícios até 2027.

Desta forma, criou-se um cenário de disparidade e insegurança para empresas que operam sob regimes jurídicos distintos, a depender da jurisdição ou da interpretação judicial aplicada.

Tal instabilidade prejudica a confiança dos agentes econômicos no ordenamento jurídico, desestimula a regularidade tributária e compromete a integridade do sistema de justiça fiscal.

Diante disso, é fundamental que o Ministério da Justiça promova articulação institucional com os órgãos competentes e a Receita Federal para que se estabeleça uma resposta uniforme e coordenada, garantindo previsibilidade, segurança jurídica e respeitando o princípio da legalidade.

O Projeto de Lei nº 1.264, de 2025, de minha autoria, que revoga o limite fiscal imposto ao PERSE, é instrumento importante nesse processo, pois visa restabelecer o ambiente jurídico estável necessário para que as empresas possam planejar sua atuação até o fim regular do programa, já previsto para dezembro de 2026.

Ante o exposto, é nesse contexto que sugerimos ao Poder Executivo Federal as medidas supracitadas.

Senador MECIAS DE JESUS

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1898048523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentada a Indicação nº 15, de 2025, do Senador Mecias de Jesus, *sugerindo ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que adote providências para mitigar o cenário de insegurança jurídica gerado pelo encerramento antecipado do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), promovendo articulação institucional com os órgãos competentes e da administração tributária federal.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO N° 16, DE 2025

Sugere à Casa Civil da Presidência da República a adoção de medidas urgentes para mitigar os impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos da América sobre produtos do agronegócio brasileiro.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25603.49307-26

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

INDICAÇÃO Nº , DE 2025

Sugere ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa, a adoção de medidas urgentes para mitigar os impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos da América sobre produtos do agronegócio brasileiro.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa, a adoção de medidas urgentes para mitigar os impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos da América sobre produtos do agronegócio brasileiro, a fim de que, nos termos dos arts. 4º, inciso I; 170; e 187 da Constituição Federal — que versam, respectivamente, sobre a independência nacional nas relações internacionais, os fundamentos da ordem econômica e a execução da política agrícola com participação efetiva do setor produtivo —, seja instrumentalizada a defesa da produção nacional e a promoção de medidas estratégicas frente a iniciativas unilaterais que afetam a competitividade do agronegócio brasileiro.

Para tanto, sugere-se:

Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1786252321

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25603.49307-26

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

1. Sanção imediata do Projeto de Lei nº 2.088/2023, aprovado pelo Congresso Nacional, que estabelece mecanismos de defesa comercial para equilibrar as relações comerciais internacionais e proteger os setores produtivos nacionais afetados por medidas tarifárias estrangeiras.

2. Convocação urgente de uma mesa de diálogo entre o Poder Executivo, o Congresso Nacional e representantes do setor produtivo nacional, com o objetivo de formular estratégias conjuntas para enfrentar os impactos das tarifas impostas e fortalecer a posição do Brasil nas negociações internacionais.

3. Início de negociações diplomáticas com os Estados Unidos da América e outros países aliados, visando à revisão das tarifas impostas e à restauração das condições de competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

4. Adoção de medidas de apoio aos produtores afetados, incluindo incentivos fiscais, linhas de crédito especiais e programas de promoção de exportações para novos mercados, com o objetivo de mitigar os prejuízos decorrentes das tarifas impostas e diversificar os destinos das exportações brasileiras.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação fundamenta-se na necessidade urgente de adoção de providências concretas e coordenadas pelo Poder Executivo Federal diante da elevação unilateral das tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos da América sobre produtos do agronegócio brasileiro — medida que compromete de forma substancial a competitividade internacional do setor e, por consequência, a estabilidade econômica de diversas cadeias produtivas nacionais.

Conforme amplamente noticiado, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) identificou que 19 produtos brasileiros enfrentam impacto classificado como "crítico" ou "alto" em decorrência do chamado "tarifaço", destacando-se entre eles o suco de laranja, a carne bovina termoprocessada e o etanol. As alíquotas médias incidentes sobre os produtos

Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1786252321

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25603.49307-26

brasileiros subiram de 3,9% para 13,9%, com potencial de exclusão desses itens do mercado norte-americano e de graves efeitos para a geração de renda, empregos e divisas no Brasil.

Nesse contexto, é imperativo que o Estado brasileiro atue com celeridade e assertividade, mediante a articulação institucional entre o Executivo Federal, o Congresso Nacional e o setor produtivo, a fim de formular e implementar uma resposta estratégica, coordenada e proporcional aos impactos gerados por essa medida unilateral de natureza comercial.

A sanção imediata do Projeto de Lei nº 2.088/2023 — conhecido como "Lei da Reciprocidade", recentemente aprovado pelo Congresso Nacional — representa o primeiro passo normativo indispensável à defesa dos interesses comerciais do Brasil. Trata-se de instrumento legislativo que estabelece mecanismos de retaliação a barreiras comerciais impostas de forma discriminatória, fortalecendo o Brasil no campo da diplomacia econômica e dotando-o de respaldo jurídico para agir de maneira simétrica em relação a práticas que contrariem os princípios do comércio justo e do multilateralismo.

Com igual relevância, destaca-se a urgência de convocação de uma mesa de diálogo entre o Poder Executivo, o setor produtivo nacional e países aliados, incluindo os Estados Unidos da América. Tal instância, compatível com os princípios da cooperação internacional e da solução negociada de controvérsias, permitirá a construção de alternativas diplomáticas, comerciais e regulatórias capazes de mitigar os efeitos já em curso e prevenir prejuízos estruturais às exportações brasileiras.

Essas medidas estão em consonância com os dispositivos constitucionais que orientam a atuação internacional e econômica do Estado brasileiro. O art. 4º, inciso I, da Constituição Federal, impõe à República Federativa do Brasil a observância do princípio da independência nacional nas suas relações internacionais. O art. 170 consagra os fundamentos da ordem econômica nacional, entre os quais se destacam a valorização do trabalho humano, a livre iniciativa, a defesa do consumidor e a redução das desigualdades regionais e sociais. Por sua vez, o art. 187 determina que a política agrícola será planejada e executada com a participação efetiva do setor

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1786252321

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25603.49307-26

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

de produção, utilizando-se de instrumentos creditícios e fiscais aptos a assegurar sua estabilidade e desenvolvimento.

A adoção tempestiva das medidas aqui sugeridas representa, portanto, o exercício legítimo e necessário da soberania nacional em defesa dos interesses econômicos estratégicos do país. Trata-se de assegurar não apenas a proteção do agronegócio — setor que responde por parcela expressiva do PIB e das exportações brasileiras —, mas também a reafirmação do compromisso do Estado brasileiro com a promoção de um ambiente comercial internacional justo, previsível e equilibrado.

Ante o exposto, é nesse contexto que sugerimos ao Poder Executivo Federal as medidas supracitadas.

Senador MECIAS DE JESUS

Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1786252321

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentada a Indicação nº 16, de 2025, do Senador Mecias de Jesus, *sugerindo à Casa Civil da Presidência da República a adoção de medidas urgentes para mitigar os impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos da América sobre produtos do agronegócio brasileiro.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagens do Presidente da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 1, DE 2025

(nº 1667/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 1.667

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de dezembro de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00222/2024 MRE

Brasília, 13 de Dezembro de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.007674/2024-19

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1884/2024/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/12/2024, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6317962** e o código CRC **BD0A181D** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007674/2024-19 SEI nº 6317962

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

OFÍCIO 1884 (6317962) SEI 00001.007674/2024-19 / pg. 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ***RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL***
CPF.: informações pessoais
ID.: 9314 MRE

Informações p	Filho de informações pessoais e informações pessoais , nasce no informações pessoais , em informações pessoais .
Dados Acadêmicos:	
1986	Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1987	CPCD, IRBr
1996	Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília
1997	CAD, IRBr
2018	CAE, IRBr, tese sobre o sentido geoestratégico da cooperação Brasil-Cabo Verde no campo da defesa, no contexto sul-atlântico
Cargos:	
1987	Terceiro-secretário
1993	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário do Quadro Especial
2011	Conselheiro do Quadro Especial, por merecimento
2019	Ministro de segunda classe do Quadro Especial, por merecimento
Funções:	
1988	Divisão de Comunicações, assistente
1988-89	Divisão de Formação e Treinamento, assistente
1989-92	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1992-2009	Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente e chefe substituto
2009-12	Escritório de Representação em Ramala, primeiro-secretário comissionado conselheiro e primeiro-secretário comissionada ministro-conselheiro
2012-15	Embaixada no Vaticano, conselheiro
2015-18	Embaixada em Praia, conselheiro comissionado ministro-conselheiro
2018-21	Departamento de Oriente Médio, assessor técnico
2021-	Embaixada do Brasil em Londres, com exercício junto ao representante permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres, ministro-conselheiro
Publicações:	
2018	Capítulo sobre "Grande Guerra: navios brasileiros em Cabo Verde" incluído em ZÉTOLA, Bruno M. e ANDRADE, Monica (orgs.): Brasil - Cabo Verde: tópicos de relações culturais. Praia: Embaixada do Brasil em Cabo Verde, 2018.
2018	Versão reeditada do mesmo texto na Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, n. 105, 2018.
Condecorações:	
2017	Medalha "Amigo da Marinha"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial:	República Democrática de Timor-Leste
Gentílico:	Timorense

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TIMOR-LESTE

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Capital:	Díli
Área:	14.609 km²
População (2023):	1,34 milhão
Línguas oficiais:	Português e Tétum
Principais religiões:	Catolicismo
Sistema de governo:	República parlamentarista
Poder Legislativo:	Unicameral (Parlamento Nacional, composto por 65 membros, eleitos para mandatos de 5 anos).
Chefe de estado:	José Ramos-Horta (desde maio de 2022)
Chefe de governo:	Kay Rala Xanana Gusmão (desde julho de 2023)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Bendito dos Santos Freitas (desde julho de 2023)
PIB nominal (2024, FMI):	USD 1,99 bilhão (Brasil: USD 2,33 trilhões)
PIB PPP (2024, FMI):	USD 6,44 bilhões (Brasil: USD 4,27 trilhões)
PIB *per capita* (2024, FMI):	USD 1.450 (Brasil: USD 11.350)
PIB *PPP per capita* (2024, FMI):	USD 4.700 (Brasil: USD 20.810)
Variação do PIB (FMI):	3% (est. 2024), 2,3% (2023); 4% (2022); 1,6% (2021); -7,2% (2020)
Inflação (2024)	2,8%
IDH (2022, PNUD)	0,607 (140ª posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2023)	USD 16,5 milhões (+20%)
Saldo da balança comercial (2023)	Superávit de USD 16,49 milhões para o Brasil (tradicionalmente superavitário)
Total exportações brasileiras (2023)	USD 16,1 milhões
Principais produtos exportados (2023)	Carnes de aves (44,8%); despojos comestíveis de carnes (30,3%); carne suína (17%).
Total importações brasileiras (2023)	USD 12 mil (0%)
Principais produtos importados	-
Ranking do Brasil no comércio exterior de Timor-Leste (2023)	10º fornecedor
Investimentos de Timor-Leste no Brasil	Não há registros de investimentos de Timor-Leste no Brasil.
Investimentos do Brasil em Timor-Leste	Não há registros de investimentos brasileiros em Timor-Leste.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há acordo comercial em vigor, tampouco diálogo exploratório.
Expectativa de vida (2022, PNUD):	68
Alfabetização (2019):	68,1%
Índice de desemprego (2022, OIT):	5,1%
Unidade monetária:	Dólar estadunidense
Embaixador em Brasília:	Maria Ângela Guterres Viegas Carrascalão (desde fev. de 2024)
Embaixador do Brasil em Díli	Vago (agrément para Ricardo José Lustosa Leal concedido em nov/2024)
Brasileiros no país (2023):	140 residentes (61 homens e 79 mulheres)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – TIMOR-LESTE (em USD milhares)

Brasil → Timor-Leste	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024[1]**
Intercâmbio	4.940	6.221	6.631	10.698	7.935	6.704	7.161	10.711	13.763	16.582	15.995
Exportações	4.940	6.221	6.627	10.694	7.935	6.704	7.079	10.711	13.763	16.570	15.995
Importações	0	0,1	4,1	3,8	0,6	0	82,5	0	0,2	12,5	0
Saldo	4.940	6.221	6.623	10.690	7.935	6.704	6.998	10.771	13.763	16.557	15.995

[1] Dados até outubro/2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

A República Democrática de Timor-Leste é um jovem país insular de 1,3 milhão de habitantes, localizado no Sudeste Asiático. Trata-se da única nação asiática que tem o português como língua oficial e, além das Filipinas, único outro estado predominantemente cristão naquela região.

O país divide a ilha de Timor com a Indonésia, com quem compartilha sua única fronteira terrestre. De seu território de 14.954 km² também fazem parte a ilha de Ataúro, o ilhéu de Jaco e o exclave de Oecussi, na parte indonésia da ilha. A capital, Díli, de 324 mil habitantes, situa-se na costa norte do país.

Colonizado por Portugal no século XVI, teve sua independência autoproclamada em 1975. No mesmo ano, contudo, foi invadido e anexado pela Indonésia. Após 24 anos de ocupação indonésia, os timorenses lograram sua autodeterminação em 1999, por meio de referendo patrocinado pelas Nações Unidas. Após período de administração transitória da ONU, liderada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello, Timor-Leste tornou-se, em 20 de maio de 2002, o primeiro novo Estado soberano do século XXI. Desde então, o país se consolidou como uma democracia pluripartidária.

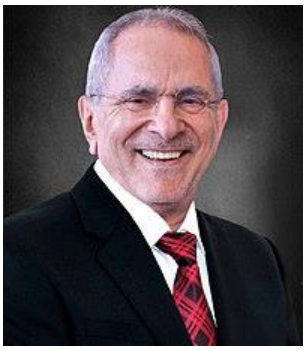
Membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Timor-Leste é beneficiário de diversas iniciativas brasileiras de cooperação em áreas como educação, institucionalização dos órgãos de estado, justiça, defesa e formação profissional. Desde a independência, o Brasil implementou mais de 80 projetos de cooperação técnica no país.

Além da CPLP, o Timor-Leste está em processo de adesão à ASEAN desde 2022, uma das prioridades da atual política externa timorense. Apesar dos avanços obtidos na implementação do cronograma estabelecido pela ASEAN (“roadmap”), ainda não há data definida para sua adesão plena àquela Associação. Nesse processo, o país tem buscado capacitar membros da administração pública timorense em língua inglesa, internalizar os instrumentos jurídicos da ASEAN e criar capacidade institucional de acompanhar todas as centenas de reuniões setoriais anuais da ASEAN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

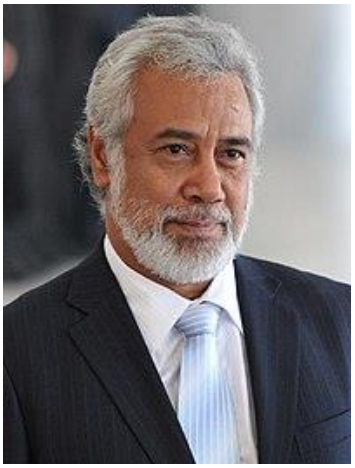
JOSÉ MANUEL RAMOS-HORTA
Presidente



Nascido em Díli, em 1949. Dedicou-se, desde jovem, ao movimento pró-independência. Aos 25 anos de idade, ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Informação do governo autoproclamado em novembro de 1975. Com a invasão indonésia em dezembro de 1975, tornou-se representante permanente da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) nas Nações Unidas e porta-voz internacional da causa timorense. Formou-se em Direito Internacional na Academia de Direito Internacional da Haia, em 1983, e concluiu mestrado na Universidade de Antioch, nos Estados Unidos, em 1984. Partilhou o prêmio Nobel da Paz de 1996 com o também timorense e bispo, Carlos Filipe Ximenes Belo, pelos esforços em favor da autodeterminação de Timor-Leste. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros durante a Administração Transitória das Nações Unidas (2000-2002), cargo que manteve no primeiro governo constitucional timorense (2002-2006). Exerceu os cargos de primeiro-ministro (2006-2007) e de presidente da República (2007-2012). Foi novamente eleito presidente em 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

KAY RALA XANANA GUSMÃO
Primeiro-ministro



Nascido em 1946, Kay Rala Xanana Gusmão é um dos patriarcas da Independência timorense. Herói da resistência armada contra a ocupação indonésia, assumiu a liderança do movimento ao tornar-se comandante-em-chefe das Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), em 1981. Estabeleceu e presidiu, a partir de 1988, o Conselho Nacional da Resistência Timorense. Capturado em 1992 pelas forças indonésias, foi condenado à prisão perpétua. Em 1999, foi libertado na esteira do referendo em favor da independência de Timor-Leste, organizado pela ONU. Concluída a Administração Transitória das Nações Unidas e com a Restauração da Independência, em 20 maio de 2002, foi eleito o primeiro presidente da República de Timor-Leste (2002-2007). Exerceu também o cargo de primeiro-ministro entre 2007 e 2015. Em julho de 2023, assumiu, mais uma vez, o cargo de primeiro-ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BENDITO DOS SANTOS FREITAS
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Formou-se em Literatura pelo Instituto de Filosofia e Teologia em Malang, na Indonésia, em 1993. É mestre em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos na Universidade de Lancaster, no Reino Unido (2000). Em 2002, foi nomeado presidente da Comissão Nacional da UNESCO em Timor-Leste. Exerceu os cargos de secretário de Estado para o Desenvolvimento Profissional (2007-2012) e de ministro da Educação (2012-2015). Foi embaixador de Timor-Leste na China (2015-2020). Em 2022, tornou-se chefe do Estado-Maior Civil (chefe da Casa Civil) do presidente José Ramos-Horta. Assumiu o cargo de chanceler em julho de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

Panorama geral

As relações do Brasil com Timor-Leste são marcadas pela solidariedade decorrente da herança lusófona comum. O Brasil participou ativamente da criação e do fortalecimento das principais instituições nacionais do jovem país. Evidência dessa solidariedade tem sido o amplo programa de cooperação técnica bilateral prestado pelo Brasil, centrado em setores fundamentais à construção do estado timorense. A cooperação iniciou-se antes mesmo da independência de Timor-Leste, operacionalizada pelo Escritório de Representação do Brasil em Díli, estabelecido em abril de 2000. Entre 1999 e 2002, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello exerceu as funções de administrador transitório e representante especial do secretário-geral da ONU em Timor-Leste.

O estabelecimento das relações diplomáticas data de 20 de maio de 2002, dia da restauração da independência timorense, tendo sido o Brasil um dos primeiros países a reconhecê-la. O decreto que criou a embaixada brasileira foi publicado três dias antes da formalização da independência de Timor-Leste, em 17 de maio de 2002.

Os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva visitaram Díli em 2001 e 2008, respectivamente; José Ramos-Horta visitou o Brasil em 2004, como chanceler, à frente da delegação timorense à I Comissão Mista. Durante seu primeiro mandato como presidente, retornou ao Brasil em visita oficial, em 2008, e novamente, em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20. Em 2023, Ramos-Horta compareceu à posse do presidente Lula. O primeiro-ministro Xanana Gusmão visitou o Brasil em 2011. Do lado brasileiro, os então chanceleres Celso Amorim e Mauro Vieira visitaram Timor-Leste em dezembro de 2007 e julho de 2015, respectivamente. A visita de 2015 foi a última realizada por uma alta autoridade brasileira a Timor-Leste.

Mais recentemente, na qualidade de enviado especial do governo brasileiro, o ex-embaixador do Brasil em Díli, Aldemo Garcia, participou das cerimônias de posse do presidente José Ramos-Horta e das comemorações de vinte anos da restauração da Independência, em 19 e 20 de maio de 2022. Igualmente na condição de enviado especial, o embaixador do Brasil junto à ASEAN, Henrique Ferraro, participou das cerimônias comemorativas dos 25 anos do "Dia da Consulta Popular", realizadas em 30 de agosto de 2024 em Díli.

Estão em vigor instrumentos de cooperação técnica nas áreas de cultura, defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e educação, bem como instrumentos relacionados a isenção parcial de vistos, sobre o exercício de atividades remuneradas por dependentes de diplomatas e sobre o direito do uso de terrenos para a construção de embaixadas. Em 2003, os dois países estabeleceram, ainda, comissão mista para tratar de temas da agenda bilateral.

Em 2024, visando relançar os mecanismos de diálogo e concertação política bilateral, Brasil e Timor-Leste negociaram um memorando de entendimento para a criação de mecanismo de consultas políticas. O texto aguarda ocasião para assinatura em futuro próximo.

O Brasil participou de todas as missões de observação eleitoral (MOE) da CPLP em Timor-Leste, sempre a convite das autoridades timorenses. A primeira MOE acompanhou o referendo sobre autodeterminação do país em agosto de 1999.

A cooperação do Brasil com Timor-Leste tem se desenvolvido ao longo do tempo também no plano multilateral, sob a égide da CPLP, em áreas diversas, como linguística, direito, administração pública e recursos hídricos. Timor-Leste também foi beneficiário de projeto financiado pelo Fundo IBAS de Alívio da Fome e da Pobreza na área de agricultura. O projeto buscou fortalecer a segurança alimentar e a sustentabilidade da produção de alimentos por meio da promoção de melhores práticas e gerenciamento comunitário de recursos marinhos e costeiros.

Timor-Leste apoia o pleito brasileiro a assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado. Tem respaldado o Brasil em diversos foros internacionais, especialmente nas candidaturas brasileiras a organismos do sistema ONU. Exemplo recente desse apoio ocorreu na postulação brasileira a assento não-permanente do CSNU, biênio 2022-2023, assim como na eleição do Professor Leonardo Caldeira Brant à vaga de juiz na Corte Internacional de Justiça em 2022. Mais recentemente, a convite do Brasil, Timor-Leste aderiu como membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada na Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, em novembro de 2024.

Visita de Ramos-Horta ao Brasil (2023)

Em visita ao Brasil por ocasião da posse do presidente Lula, em 2023, Ramos-Horta manifestou apreço e reconhecimento à cooperação prestada pelo Brasil ao longo dos últimos anos e destacou as prioridades para o seu atual mandato, relacionadas ao apoio à agricultura familiar, ao programa nacional de alimentação escolar e à promoção da segurança alimentar e nutricional. Na visita, Ramos-Horta atuou em duas linhas principais: o encorajamento à cooperação bilateral, que espera ver adensada nos próximos anos, e a promoção da paz mundial, tema que lhe é caro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para o qual dedica parte de sua agenda de estadista. Para as questões de cooperação, espera poder contar com a ajuda brasileira para o desenvolvimento de projetos nas áreas de educação, agricultura e justiça, assim como na possibilidade de implementação de um projeto industrial na área de fármacos.

Enchentes no Rio Grande do Sul

Em 22 de maio de 2024, o governo de Timor-Leste anunciou a decisão de doar 4 milhões de dólares ao Brasil, para apoio às vítimas e aos trabalhos de recuperação do estado do Rio Grande do Sul após os eventos climáticos extremos registrados entre abril e maio. Questões técnico-operacionais não permitiram que os recursos fossem depositados. Encerrada a fase emergencial de apoio imediato às vítimas das inundações, o governo brasileiro sugeriu que os recursos timorenses poderiam ser realocados a outras finalidades prioritárias para aquele país, inclusive a iniciativas de cooperação bilateral que julgar convenientes.

Cooperação para o desenvolvimento

As relações bilaterais têm na cooperação técnica sua principal vertente. Desde o ano 2000, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem coordenado missões e projetos de assistência em setores fundamentais à construção do estado timorense. Até hoje, 83 iniciativas bilaterais foram executadas sob a coordenação da ABC, com recursos da ordem de USD 10 milhões.

A cooperação técnica busca atender a demandas timorenses em campos considerados de excelência no Brasil: educação, justiça, defesa, formação profissional, administração pública, parlamento, inteligência, saúde, agricultura e apoio à preservação da memória nacional e institucional. As atividades de cooperação estão amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado em 20 de maio de 2002, dia da independência de Timor-Leste, e promulgado em 2005.

Entre as principais iniciativas já implementadas destacam-se: (i) o Centro de Formação Profissional, Capacitação Empresarial e Promoção Social de Becora (SENAI/Becora); (ii) o Programa de Formação de Professores (PROFORMAÇÃO); (iii) o Projeto “Apoio ao Fortalecimento das Escolas Agrotécnicas de Timor-Leste”; e (iv) o Projeto de “Fortalecimento do Setor de Justiça de Timor-Leste”.

A cooperação vem contando com a participação de inúmeras instituições brasileiras, federais e estaduais, órgãos do Poder Executivo (a exemplo dos Ministérios da Educação e da Saúde), do Poder Judiciário (STJ, STM, Tribunal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Justiça de São Paulo), do Poder Legislativo (Senado, Câmara e o TCU), do Ministério Público de São Paulo, da Defensoria Pública da União, do SENAI, da Embrapa, da Fiocruz, entre outros.

Cooperação educacional

Na vertente educacional e de consolidação da língua portuguesa, a cooperação brasileira tem-se dado por meio do envio de professores brasileiros e pela vinda de estudantes bolsistas timorenses ao Brasil. Timor-Leste é conveniado no Programa de Estudante-Convênio Graduação (PEC-G) e no Programa GCUB de Mobilidade Internacional (GCUB-Mob), que tem substituído o PEC-PG desde 2019. Entre 2006 e 2023 (com ingresso em 2024), 86 estudantes timorenses foram aprovados no PEC-G. Entre 2005 e 2019, 72 estudantes foram selecionados para o PEC-PG, enquanto 58 tomaram parte no GCUB-Mob entre 2022 e 2024.

Desde 2008, timorenses têm participado do Curso de Formação do Instituto Rio Branco (já foram capacitados onze diplomatas).

O projeto "Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste: Consolidação do uso do Português na Gestão Estatal" (2013-2017) buscou ensinar português como segunda língua a funcionários públicos timorenses. Ao longo de sua duração, o projeto, executado em parceria com a UnB, capacitou, nos níveis básico, intermediário e avançado, cerca de 200 funcionários públicos em proficiência da língua portuguesa, assim como dez funcionários públicos como formadores-multiplicadores no ensino de português como segundo idioma.
Em outubro de 2022, a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e a Universidade Nacional Timor-Lorosa'e (UNTL), no âmbito do programa de cooperação, publicaram edital do processo seletivo para curso de pós-graduação *stricto sensu* intitulado Doutorado Interinstitucional Internacional em Letras. Trata-se do primeiro programa de doutorado presencial da história de Timor-Leste, em iniciativa homologada pela CAPES. O programa iniciou-se em julho de 2023 e conta atualmente com 13 estudantes.

Outra iniciativa em execução diz respeito à implementação de curso regular de Mestrado em Educação na UNTL. Está em andamento a implementação da primeira fase do programa, com a presença de professores vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. As atividades a serem realizadas durante a primeira fase são: (i) apoio e construção das bases documentais para implementação do programa de mestrado; (ii) curso de formação para professores timorenses que atuarão no mestrado/construção de grupos de pesquisa; e (iii) apoio na organização e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

implementação das disciplinas do curso em co-docência. Planeja-se ampliar a iniciativa para futuro curso de doutorado em Educação na UNTL, também em parceria com a UFSC.

Em fevereiro de 2023, foi apresentada demanda formal timorense por um projeto de cooperação com o Brasil com vistas ao estabelecimento de uma Escola Superior de Educação voltada à formação universitária de professores para a rede pública de ensino de Timor-Leste. O novo projeto resgata a reconhecida colaboração do Brasil no campo da educação, como os programas: Alfabetização Comunitária (2001-2003), Proformação (2005-2012) e PQLP – Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa (2004-2015). O projeto piloto da formação de Professores do Programa Produtivo do Ensino Secundário Técnico-Vocacional (ESTV) está em processo de finalização e será avaliado em dezembro de 2024. O projeto piloto conta com 11 professores de Institutos Federais de diversas regiões do Brasil para capacitar 117 professores do ESTV timorense.

Além disso, o Brasil mantém programa do Leitorado Guimarães Rosa na UNTL. A iniciativa é importante para a projeção local da variante brasileira da língua portuguesa, assim como para a difusão da literatura e da cultura brasileiras em Timor-Leste.

Cooperação para Capacitação Profissional

Na área de capacitação profissional, funcionou, entre 2002 e 2014, o Centro de Formação Profissional, Capacitação Empresarial e Promoção Social de Becora, instalada pelo Brasil com apoio do SENAI. O centro capacitou 23 profissionais, entre professores e corpo administrativo, e mais de 3.000 alunos em onze áreas técnicas, tais como: carpintaria, marcenaria, panificação, informática, mecânica de refrigeração e mecânica de motos.

A pedido do governo timorense, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Itamaraty responsável pela cooperação humanitária internacional, e o SENAI iniciaram em dezembro de 2022 uma série de reuniões com o centro para o estabelecimento de um novo projeto de cooperação bilateral. A meta inicial do projeto é promover a capacitação técnica e pedagógica dos instrutores do centro, a fim de aprimorar os cursos de formação vocacional, seja pela inserção/adaptação a novas tecnologias, como também pela atualização das séries metodológicas dos manuais técnicos e didáticos. O projeto está em estágio de negociação.

Cooperação em Justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A área de justiça é um dos campos pioneiros da cooperação com Timor-Leste. Dezenas de juristas brasileiros participaram da criação do Judiciário timorense e do aperfeiçoamento das leis. Em 2005, teve início o programa de "Fortalecimento do Setor de Justiça de Timor-Leste", o maior projeto de cooperação atualmente em vigor, coordenado pela ABC e executado, pelo lado brasileiro, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pela Defensoria Pública da União (DPU). O objetivo do projeto (que está atualmente em sua oitava fase) é apoiar a consolidação do setor da Justiça timorense por meio de treinamento, em serviço, de técnicos judiciários, defensores públicos, promotores e juízes locais. Desde 2005, o projeto já viabilizou a estada, por no mínimo de 12 meses, de cerca de 40 profissionais brasileiros em Timor-Leste.

Cooperação em Defesa

A cooperação bilateral no setor de defesa surgiu como um subproduto da participação das tropas brasileiras, entre 1999 e 2004, na Força Internacional para Timor-Leste (INTERFET). Desde 2005, equipes de instrutores brasileiros realizam, em Díli, a chamada "Missão Maubere", curso de capacitação dos novos contingentes da Unidade de Polícia Militar das Forças de Defesa de Timor-Leste (UPM/FDTL). Um capitão do Exército Brasileiro encontra-se permanentemente à disposição do comandante da UPM para organizar a instrução. A sétima edição da Missão Maubere foi concluída, em Díli, em novembro de 2023.

Uma segunda vertente da cooperação é a cessão pelo Ministério da Defesa brasileiro de oficiais das Forças Armadas como assessores de autoridades militares de Timor-Leste. Desde 2016, no âmbito do Programa de Assessores Militares, um coronel do Exército Brasileiro desempenha a função de assessor militar do ministro da Defesa; um capitão-de-mar-e-guerra da Marinha do Brasil desempenha a função de assessor militar para assuntos relacionados à implementação da autoridade marítima; e um capitão do Exército Brasileiro desempenha a função de assessor do comandante da Polícia Militar das F-FDTL.

Desde 2013, o Brasil conta com Adidância de Defesa não-residente. Atualmente, a Adidância na Austrália exerce essa cumulatividade.

Cooperação em Inteligência

Em 2019, foi concluída a última atividade do projeto "Apoio ao Fortalecimento do Serviço Nacional de Inteligência de Timor-Leste (SNI) – Fase II", por meio de coordenação entre a ABC, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o SNI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

timorense. O projeto envolveu a capacitação para o planejamento e a execução de ações relativas à obtenção e análise de dados. Adicionalmente, buscou capacitar servidores timorenses com vistas à prevenção e repressão ao terrorismo, crime organizado, tráfico de drogas, falsificação e lavagem de dinheiro e tráfico de pessoas. Em sua segunda fase, o projeto apoiou a efetiva implantação do referido Serviço de Inteligência.

Cooperação parlamentar

A cooperação parlamentar é desenvolvida por meio do projeto "Apoio ao fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste", lançado em 2018 e conduzido, entre outros, por técnicos recrutados pela Associação Brasileira de Servidores de Câmaras Municipais (ABRASCAM) e pela Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), que realizam treinamentos semestrais dos funcionários do Parlamento Nacional timorense. Em 2024, foram implementadas atividades de capacitação nas áreas de cerimonial e protocolo, taquigrafia e tecnologia da informação (TI). Para o 1º semestre de 2025, planeja-se o envio de missão de avaliação final do projeto e negociação de nova fase da iniciativa, conforme interesse já demonstrado pelo Parlamento timorense.

Cooperação humanitária

Em dezembro de 2021, o Brasil efetuou doação humanitária de USD 120 mil, destinada ao melhoramento da produção de hortaliças e caprinos e demais atividades de subsistência das vítimas do Ciclone Tropical Seroja. Acordou-se a execução da ajuda brasileira através do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Outros projetos em negociação/análise

Outros projetos em fase de negociação são: um programa de cooperação para o fortalecimento da administração pública de Timor-Leste por meio do ensino de língua portuguesa como língua não materna; a formação de educadores em práticas agroecológicas, e o fortalecimento do cooperativismo. Também está sob análise programa de capacitação de recursos humanos na área de gestão de políticas habitacionais.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Timor-Leste é estimada em 140 brasileiros, e a maior parte reside em Díli. O contingente é composto principalmente por adultos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

jovens e de meia idade, com distribuição equilibrada de gênero. São majoritariamente profissionais que estão no país a trabalho, incluindo empresários, religiosos, professores e assessores. Emergências consulares são muito raras. Não há brasileiros presos em Timor-Leste.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Após longo domínio português, que remonta ao século XVI, Timor-Leste teve sua independência proclamada em 28 de novembro de 1975, na esteira da Revolução dos Cravos e da autodeterminação concedida por Lisboa às suas colônias. No mês seguinte, a Indonésia, então sob a "nova ordem" do Presidente Suharto, ocupou o país.

De1975 a 1999, Timor-Leste esteve sob ocupação indonésia. A resistência timorense logrou mobilizar a opinião pública internacional. Contribuíram à causa da independência a visita do Papa João Paulo II, em 1989, o fim da Guerra Fria e o crescente engajamento da diplomacia portuguesa, agora com o apoio da União Europeia. O movimento ganhou maior destaque quando o Bispo de Díli, dom Carlos Ximenes Belo, e José Ramos-Horta, porta-voz da resistência timorense no exílio, receberam o Prêmio Nobel da Paz, em 1996, em reconhecimento por seus esforços em favor da autodeterminação timorense.

Em 1999, em meio à crise econômica na Indonésia, que levou à queda do regime de Suharto, as Nações Unidas organizaram referendo, por meio do qual o povo timorense decidiu, por ampla maioria (78,5%), pela restauração da independência, formalizada em 20 de maio de 2002.

Entre 1999 e 2002, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello atuou como administrador transitório e representante especial do secretário-geral da ONU em Timor-Leste. Até hoje, a memória do brasileiro é reverenciada, em virtude da contribuição que prestou para a criação das bases do estado nacional timorense, orientadas por ideais de democracia e de inclusão social. A missão de Sérgio Vieira de Mello teve fim com a independência do país, em 20 de maio de 2002.

Sistema Político

A Constituição de Timor-Leste, de 2002, inspirada na carta portuguesa, estabeleceu quatro "órgãos de soberania": Presidente da República, Parlamento Nacional, Governo e Tribunais. O sistema é semipresidencialista, sendo o chefe de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estado o presidente da República, eleito por sufrágio direto e universal para um mandato de cinco anos. Seu poder é principalmente cerimonial e representativo, embora possa exercer o direito de veto sobre a legislação, o que lhe garante significativa influência política. Cabe ainda ao presidente nomear o primeiro-ministro, que é indicado pelo partido ou aliança de partidos com maioria parlamentar. O primeiro-ministro, por sua vez, preside o governo. Em caso de crises institucionais, pode o presidente dissolver o Parlamento Nacional ou exonerar o primeiro-ministro, porém sem prescindir da participação dos Tribunais Superiores.

O Parlamento Nacional é a legislatura unicameral de Timor-Leste, composta por 65 deputados eleitos para mandatos de cinco anos. O primeiro-ministro lidera o Executivo do país, o Conselho de Ministros. Ministros não ocupam cargos no Parlamento durante o exercício de suas funções, o que reduz o papel dos parlamentares na governança cotidiana.

Trajetória política recente

Após a restauração da independência, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), que havia liderado a resistência contra a ocupação indonésia, e o Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), divergência interna liderada por Xanana Gusmão, alternam-se no poder, ocupando sucessivamente a presidência da República e a presidência do Conselho de Ministros.

O tema da transição política geracional tem ganhado premência no debate público do país. Desde a independência, a política institucional é dominada pela chamada "Geração de 1975", grupo que esteve diretamente envolvido na liderança contra a ocupação indonésia entre as décadas de 1970 e 1990. Os cinco principais expoentes da geração são José Ramos-Horta, Xanana Gusmão, Mari Alkatiri (primeiro-ministro de 2002 a 2006 e de 2017 a 2018), Taur Matan Ruak (presidente entre 2012 e 2017; primeiro-ministro entre 2018 e 2023) e Francisco "Lu-Olo" Guterres (presidente entre 2017 e 2022). Com exceção de Matan Ruak, nascido em 1956, todos os outros terão mais de 75 anos ao final de 2024.

As eleições presidenciais de 2022, realizadas em abril, foram novamente disputadas entre duas lideranças históricas do país. De um lado, filiado ao CNRT, candidatou-se o ex-presidente e ex-primeiro-ministro José Ramos-Horta; de outro, representando a FRETILIN, esteve o presidente Lu-Olo, candidato à reeleição. Com o apoio de Xanana Gusmão, Ramos-Horta sagrou-se vitorioso, com pouco mais de 62% dos votos no segundo turno. O novo chefe de Estado tomou posse em 20 de maio de 2022, data em que os timorenses comemoraram os vinte anos da restauração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de sua independência. Desde então, Ramos-Horta tem adotado tom conciliador e comprometido com a abertura ao diálogo e à inclusão.

Nas eleições legislativas realizadas em maio de 2023, o partido Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste (CNRT), de Xanana Gusmão, saiu-se vencedor, com 41,6% dos votos válidos, o que garantiu ao partido 31 das 65 cadeiras do Parlamento Nacional. A Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN), partido então na situação, obteve 25,7% dos votos, o pior resultado da história e elegeu 19 parlamentares, 4 a menos do que dispunha. O Partido Democrático (PD) foi o terceiro mais votado, com 9,3% do total, garantindo 6 assentos. Algumas semanas antes do pleito, o PD havia anunciado que estaria disposto a participar do próximo governo, caso convidado pelo CNRT.

Outros partidos com assento foram o Partido da Libertação Popular (PLP), que, encabeçado pelo primeiro-ministro Taur Matan Ruak, foi o maior derrotado no escrutínio. Com apenas 5,8% dos votos, perdeu metade das 8 cadeiras que detinha, mantendo somente 4. O partido Kmanek Haburas Unidade Nasional Timor Oan (KHUNTO) manteve sua bancada de 5 parlamentares. Já o recém-criado Partido Os Verdes de Timor (PVT) obteve 3,63% dos votos e, por pouco, não ultrapassou a cláusula de barreira de 4%.

O primeiro-ministro Xanana Gusmão considera prioridade de sua gestão restabelecer o planejamento estatal e a reformulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, concebido em seu primeiro mandato (2007-2015). O chefe de governo também demonstra preocupação com as dificuldades por que passa o setor agrícola.

Sobre o relacionamento com o Brasil, Gusmão já destacou a importância da colaboração na área da Educação, principalmente na formação de professores. Mencionou que, diante das limitações do sistema educacional timorense, todas as atividades de cooperação seriam bem-vindas. Ao mesmo tempo, o mandatário mostrou-se cético quanto ao futuro da língua portuguesa no país. A consolidação do idioma luso como a segunda língua oficial seria, a seu ver, um "compromisso com a CPLP". Tratar-se-ia, porém, de uma meta distante, já que os professores timorenses continuam despreparados e sem condições de lecionar no idioma.

Questões sociais

De acordo com o censo populacional e habitacional, realizado em 2022, cerca de 36,8% dos timorenses (490 mil pessoas) residem em áreas urbanas e 63,2% (847 mil pessoas) em zona rural. A capital, Díli, é o município mais populoso, com 324

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mil habitantes, seguida por Ermera (138 mil), Baucau (134 mil) e Bobonaro (107 mil).

Entre os desafios timorenses estão a garantia da segurança alimentar; a promoção de crescimento inclusivo e sustentável; o fortalecimento do desenvolvimento rural e da agricultura; o estímulo ao progresso do setor privado; os esforços para reduzir as disparidades entre as zonas urbanas e rurais; o apoio aos grupos vulneráveis; a regularização dos títulos de terra e propriedade; e a geração de novos empregos, especialmente para os jovens. Entre os programas sociais do governo, cabe destacar o "Bolsa da Mãe" e o "Cesta Básica", ambos inspirados em políticas brasileiras de inclusão social.

O país tem registrado melhora relativa nos índices sociais. As taxas de desnutrição, embora elevadas, reduziram-se na segunda década do século XXI. Houve avanços em relação à expectativa de vida (hoje de 68 anos, frente a 60 anos à época da independência) assim como no campo da saúde (vacinação de amplo número crianças; redução da mortalidade infantil e materna; erradicação quase completa da lepra) e da educação (aumento do índice de escolaridade da população em 20% ao longo de duas décadas, aumento considerável de matrículas escolares no ensino fundamental; e concessão de bolsas de estudo superior, no país e no exterior).

Ainda assim, alguns obstáculos persistem. A taxa de analfabetismo continua elevada (31,9%), segundo estimativas mais recentes. Cerca de 63% da população vive em situação de insegurança alimentar, sendo 27% em situação de grave insegurança alimentar. Estima-se que a prevalência de subnutrição maternal e infantil é de 40%.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa timorense concentra-se em quatro eixos prioritários: i) a integração à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); ii) a manutenção de um relacionamento pacífico e construtivo com a vizinha Indonésia; iii) a atração da ajuda dos chamados "parceiros do desenvolvimento" (China, Austrália, Portugal, entre outros); e iv) a interação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Organizações internacionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Timor-Leste é membro de várias organizações internacionais, entre as quais o FMI, a OMS, a UNESCO, a UNCTAD, a FAO e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB).

Em 2024, o país concluiu seu processo de acessão à Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciado em 2016. A expectativa timorense é a de que a adesão do país à Organização impulsionará reformas econômicas internas. A acessão, acredita-se, promoverá ações voltadas ao melhoramento de infraestruturas, do capital humano e da capacidade administrativa para acelerar o crescimento econômico e a diversificação da economia.

A diplomacia timorense valoriza sua participação no grupo g7+, criado em 2010 em Díli (que se tornou sede da organização), para promover a construção da paz nos chamados "Estados-frágeis". O g7+ fornece uma plataforma para que seus 20 Estados membros expressem coletivamente a necessidade de diálogo nacional e reconciliação para resolver conflitos; defendam uma cooperação para o desenvolvimento eficaz e transparente; facilitem a partilha de experiências e de boas práticas de desenvolvimento. A iniciativa deu a Timor-Leste visibilidade e prestígio internacional, como exemplo de nação que superou rapidamente suas fragilidades e que se afirma como modelo para outros países em situação de pós-conflito. A Assembleia Geral da ONU concedeu o estatuto de observador ao g7+ em 2019.

Nas Nações Unidas, Timor-Leste apoia a expansão do Conselho de Segurança em ambas as categorias de assentos, permanentes e não permanentes. Como membro do grupo L.69, que congrega países em desenvolvimento favoráveis à reforma do CSNU, declarou apoio à aspiração do Brasil a assento permanente no Conselho em diversas ocasiões e endossou o projeto de resolução do G4 na Assembleia Geral da ONU.

ASEAN

A adesão do país à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é "prioridade absoluta", segundo afirmou o presidente José Ramos-Horta em seu discurso de posse, em maio de 2022. O bloco, de grande importância econômica e política na região, concentra 80% do comércio exterior timorense. O país aderiu, em 2007, ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) do Sudeste Asiático, e apresentou, em 2011, pleito para tornar-se membro pleno da Associação.

O processo de adesão à ASEAN consome parte considerável da energia do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em novembro de 2022, por ocasião da 41ª Cúpula da ASEAN, os líderes da Associação chegaram a um acordo de princípio para a admissão de Timor-Leste como o 11º estado-membro do agrupamento. A ASEAN concedeu a Timor-Leste o status de observador, o que permite a participação do país nas reuniões da Associação, inclusive nas plenárias das cúpulas. Os estados-membros da Associação comprometeram-se a oferecer apoio a Timor-Leste, a fim de que possa vir a se tornar membro pleno em curto prazo.

Em 2023, na 42ª Cúpula da ASEAN, foi acordado um "mapa do caminho" (*roadmap*) para a adesão do país à Associação, o que as lideranças timorenses esperam possa ocorrer já em 2025. Em abril de 2024, o secretário-geral da ASEAN, Dr. Kao Kim Hourn, em visita de trabalho a Díli, reafirmou a disposição do Secretariado da ASEAN em assistir os esforços de Timor-Leste para tornar-se membro pleno.

O agrupamento atualmente discute a possibilidade de flexibilizar certos requisitos estabelecidos no "roadmap", a exemplo dos prazos para a harmonização de legislação interna com as regras estabelecidas pelo bloco, com vistas a permitir a incorporação de Timor-Leste à ASEAN em curto prazo.

CPLP

Timor-Leste tornou-se membro da CPLP em 2002, tão logo independente. O país tem na CPLP uma plataforma de atuação internacional que lhe permite diversificar parcerias extrarregionais e, ao mesmo tempo, reafirmar, pela lusofonia, elementos da sua identidade nacional. O investimento político na CPLP confere prestígio à diplomacia timorense e ajuda a fortalecer sua imagem junto a seus vizinhos, à Austrália, à ASEAN e à China.

Austrália

Desde a sua atuação à frente da força internacional de estabilização de Timor-Leste, na virada do milênio, a Austrália tem sido o principal parceiro de desenvolvimento do país, com doações anuais da ordem de USD 100 milhões em projetos de cooperação nas mais diversas áreas. O principal irritante das relações bilaterais, o não reconhecimento pela Austrália da linha fronteiriça marítima, foi superado em 2018, com a assinatura de Tratado sobre Fronteiras Marítimas. O desafio atual é beneficiar em Timor-Leste o gás natural a ser explorado conjuntamente com a Austrália no mega campo de *Greater Sunrise*, iniciativa contestada pelos parceiros privados australianos do empreendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Indonésia

Com a Indonésia, Timor-Leste tem procurado manter uma agenda positiva, após as mais de duas décadas de ocupação. Timor-Leste compartilha com a Indonésia não apenas a fronteira terrestre comum, mas também fortes laços históricos, culturais e econômicos. Díli logrou construir com o antigo ocupante uma agenda fundada em iniciativas de cooperação e de integração econômica. Cerca de 40% das importações timorenses vêm da Indonésia, país a que se destinam mais de 70% das exportações do país. Muitas empresas indonésias operam com investimentos diretos em Timor. O *bahasa* indonésio é idioma amplamente usado no comércio varejista em Díli.

As lideranças timorenses e indonésias insistem em imprimir perspectiva de futuro para o relacionamento, cientes de que os 24 anos da ocupação militar indonésia não devem ser rememorados. Díli manifestou apoio a um assento permanente da Indonésia em um Conselho de Segurança reformado e, de sua parte, o governo indonésio apoia a candidatura timorense a membro pleno da ASEAN. Bem encaminhadas as delimitações finais da fronteira terrestre, aguarda-se o início da demarcação das fronteiras marítimas, trabalhos de natureza essencialmente técnica.

China

A China desempenha papel importante de equilíbrio estratégico de Timor-Leste em suas relações com os vizinhos da ASEAN, a Austrália e os Estados Unidos. Desde a visita do então primeiro-ministro Xanana Gusmão a Pequim, em 2014, inúmeras frentes de cooperação foram abertas nas áreas de educação, saúde e, principalmente, de assistência financeira a projetos de infraestrutura e conectividade. Signatário desde 2017 da Iniciativa do Cinturão e Rota, Timor-Leste tem-se beneficiado da capacidade empreendedora chinesa, responsável pela construção, a título de doação, do Palácio Presidencial e do prédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, além do edifício-sede do Ministério da Defesa e do porto de Tibar, concluído de novembro de 2022. O presidente Ramos-Horta tem declarado que recorrerá à China, caso Timor-Leste não alcance um entendimento com a Austrália sobre o beneficiamento em território timorense do gás natural do mega campo *Greater Sunrise*.

Os laços entre China e Timor-Leste foram fortalecidos com as recentes visitas de Xanana Gusmão (2023) e Ramos-Horta (2024) à China. Na visita de Gusmão, os laços bilaterais foram elevados a "parceria estratégica abrangente". O comunicado conjunto divulgado à época enfatiza quatro áreas prioritárias de cooperação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

revitalização industrial, infraestrutura, autossuficiência alimentar e melhoria de qualidade de vida. No encontro de Ramos-Horta com Xi Jinping, foram assinados atos que incluem plano de ação para implementar a Iniciativa Cinturão e Rota e acordos nas áreas de agricultura, desenvolvimento verde, economia digital e transportes aéreos.

Portugal

O relacionamento de Timor-Leste com sua antiga metrópole colonial é vigoroso. As relações são sólidas, há muito ancoradas nos laços históricos, culturais e linguísticos - estão presentes na formação da identidade nacional timorense. Em outubro de 2024, foi firmado o novo Programa Estratégico de Cooperação para o período 2024-2028, que prevê apoio financeiro de USD 82 milhões por meio de um conjunto de ações em cinco áreas prioritárias: desenvolvimento humano, estado de Direito e boa governança, administração pública e finanças públicas, juventude e emprego e oceanos, sustentabilidade e infraestrutura. Atualmente, a ajuda ao desenvolvimento portuguesa concentra-se nos setores da cooperação técnica e da educação, com transferências diretas ao Orçamento Geral do Estado timorense. Esse é o caso, por exemplo, do programa Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE), rede de 13 escolas de referência com professores portugueses que atendem a 11 mil alunos. O PM Xanana Gusmão, em seu discurso de posse, afirmou que pretende ampliar o CAFE para que esteja presente em todos os 65 postos administrativos de Timor-Leste.

Estados Unidos

Os Estados Unidos reconheceram a independência de Timor-Leste no mesmo dia de sua proclamação (20/05/2002). Desde então, aquele país tem desenvolvido programas de cooperação e assistência a Díli, com foco na boa governança, no respeito ao estado de direito e na construção de capacidade na área de saúde.

ECONOMIA

Indicadores econômicos

A moeda oficial de Timor-Leste é o dólar estadunidense.

A taxa média de crescimento do PIB no período entre 2002 e 2023 foi de aproximadamente 3% ao ano. Em 2023, o avanço foi de 2,3%, uma queda se comparado ao ano anterior (4%). Estima-se uma trajetória estável de crescimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para os próximos anos dentro da média de 3% ao ano para 2024 e 3,2% para 2025.

Em termos fiscais, a principal fonte de renda do governo é o petróleo. Os recursos advindos da exploração petrolífera no país são destinados para o Fundo Petrolífero de Timor-Leste (FPTL), cuja criação inspirou-se no Fundo Petrolífero da Noruega. Segundo dados do Banco Central de Timor-Leste, o Fundo, que possui portfólio de investimentos conservador (baixo rendimento e alta liquidez) totalizava USD 18,2 bilhões em dezembro de 2023.

O governo timorense é recorrentemente deficitário: em 2023, o déficit foi de 41% do PIB, financiado em grande parte por saques no FPTL. A dívida pública é de 14% do PIB. Segundo o Banco Mundial, caso o país continue a fazer saques dessa magnitude, o FPTL poderá ser exaurido nos próximos dez anos.

Timor-Leste depende fortemente da importação de alimentos: 60% da alimentação do país provém do exterior. Por essa razão, os choques de oferta vinculados à pandemia e à eclosão do conflito Rússia-Ucrânia levaram ao aumento da inflação em anos recentes. Em 2022, a taxa de inflação foi de 7%, enquanto em 2023 alcançou 8,4%, maior valor em uma década. Para 2024, prevê-se melhoria no índice, estimado em 3,5%.

Dada a dependência do país em relação à exploração de suas reservas de petróleo, Timor-Leste tem buscado atrair investimentos estrangeiros e diversificar sua economia. Destacam-se, nesse sentido, iniciativas para ampliar o comércio exterior do país, a exemplo da criação de Zonas Econômicas Especiais, como a Zona Econômica Especial Social de Mercado (ZEESM), no exclave de Oecussi, voltada ao reprocessamento de exportações. No mesmo sentido, *royalties* do petróleo têm sido usados para constituir o "Fundo das Infraestruturas", o qual tem financiado projetos que incluem estradas e pontes, portos e aeroportos, saneamento, habitação social, edifícios governamentais, bem como infraestrutura específica para apoiar a exploração de gás e petróleo.

Uma das principais obras é a do "Porto multifuncional de Tibar", nos arredores de Díli, construído em etapas, com capacidade pretendida de 1 milhão de toneladas por ano. O porto está em operação desde 2022. Há a expectativa de que a infraestrutura venha a facilitar a interconexão de transporte de contêineres da Austrália, Timor Ocidental (parte leste da Indonésia), Papua Nova Guiné e ilhas do Pacífico.

Setor de petróleo e gás

Cerca de 90% da receita corrente do país é oriunda do setor de petróleo e gás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Trata-se do principal responsável pelas exportações timorenses. O setor está em situação de declínio desde o esgotamento do campo de Bayu-Undan, principal do país, em fins de 2023.

Os projetos de Tasi Mane e da exploração dos campos de gás *Greater Sunrise*, umbilicalmente vinculados, são centrais para o futuro da economia de Timor-Leste. Trata-se da opção econômica crucial para que o país evite o "precipício fiscal", previsto para meados da próxima década, quando se esgotarão os recursos do Fundo Petrolífero.

Tasi Mane, que significa "Mar do Timor" em tétum, refere-se a um megaprojeto de infraestrutura destinado a prover a capacidade de refino de gás natural liquefeito (GNL) em território timorense e a transportar o gás dos campos de *Greater Sunrise* para a costa sul de Timor-Leste. O projeto foi originalmente apresentado durante o primeiro mandato de Xanana Gusmão como primeiro-ministro (2007-2015) e é um dos principais temas da agenda política local.

O *Greater Sunrise* está localizado a 150 quilômetros a sudeste de Timor-Leste e a 450 quilômetros de Darwin, na costa norte da Austrália. Suas reservas são estimadas em 5,1 trilhões de pés cúbicos de gás, com potencial valor de mercado entre USD 50 e 60 bilhões.

Parte do campo está na Zona Econômica Exclusiva de Timor-Leste e outra parte na da Austrália. Em 2018, com a assinatura do Tratado sobre Fronteiras Marítimas, abriu-se caminho para a exploração conjunta das reservas. Além dos limites, o tratado determina a adoção de um regime especial de partilha para a exploração das jazidas de *Greater Sunrise*.

O governo timorense também concluiu, em abril de 2019, a aquisição das cotas de participação de dois dos quatro membros do consórcio formado para a exploração dos campos *Greater Sunrise*: Shell (26,56% das ações) e ConocoPhillips (30% das ações), dando à Timor GAP, companhia petrolífera timorense, participação de 56,56% no projeto. Com a decisão, Díli passa a ser o sócio majoritário do consórcio. As demais empresas participantes são a australiana Woodside (33,44%) e a japonesa Osaka Gas (10%).

O início das operações do projeto continua pendente devido a um desacordo entre Timor-Leste e a Woodside quanto à localidade do beneficiamento do gás extraído dos campos. Díli insiste no processamento em território timorense, em Tasi Mane, em desenvolvimento, enquanto os australianos defendem que a atividade se desenvolva em Darwin, onde já há refinarias. Pelo acordo definitivo de 2018, caso o gás seja escoado para Tasi Mane, Timor-Leste ficaria com 70% das receitas totais da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exploração conjunta de *Greater Sunrise*. No caso de um gasoduto para Darwin, a fração timorense subiria a 80%.

O governo timorense espera que alcançará, até o final de 2024, desfecho positivo nas negociações com parceiros privados australianos em torno do modelo de exploração conjunta das jazidas de gás natural localizadas sob o Mar de Timor. Considerável avanço ocorreu em fevereiro de 2023 quando a sócia australiana, Woodside, que resistira à ideia de um gasoduto para Timor-Leste, anunciou estar disposta a acatar eventual decisão técnica nesse sentido. Para tanto, o consórcio assumiu um compromisso de empreender um programa de seleção do conceito de exploração de *Greater Sunrise* e contratou, em abril de 2024, um estudo sobre as viabilidades econômicas das várias opções de desenvolvimento do projeto.

As previsões mais otimistas são de que o campo comece a produzir gás em 2030.

Setor externo

Em 2023, o comércio exterior de Timor-Leste registrou, segundo estatísticas oficiais, USD 1,07 bilhão, sendo USD 160 milhões em exportações e USD 910 milhões em importações, com déficit comercial de USD 750 milhões, ou 41,7% do PIB. O desequilíbrio da balança comercial a partir de fins de 2023 resulta do esgotamento da produção corrente de petróleo e gás no país, com a desativação do campo de Bayu-Undan.

A segunda maior fonte de divisas externas de Timor-Leste são as transferências secundárias vindas do exterior (remessas individuais). O valor das remessas tem aumentado nos últimos anos conforme o número de timorenses trabalhando no exterior aumenta, em parte devido à limitação das oportunidades de emprego no país.

O café é uma mercadoria estratégica de exportação, uma vez que responde por 95% das vendas externas, excluído o setor petrolífero. Ainda assim, entre 2020 e 2023, as vendas de café somaram apenas 12% do valor obtido com remessas individuais.

Comércio exterior Brasil/Timor-Leste

O Brasil é o 10º maior fornecedor de bens para Timor-Leste. Em 2023, a corrente comercial totalizou USD 16,5 milhões, crescimento de 20% frente a 2022. A corrente é quase inteiramente composta de exportações brasileiras, uma vez que as exportações timorenses ao Brasil somaram apenas USD 12 mil. A pauta exportadora brasileira é composta, basicamente, de carnes de aves (44,8%), despojos comestíveis de carnes (30,3%) e carne suína (17%).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em abril de 2024, Timor-Leste determinou, após a conclusão de duas missões de inspeção sanitária ao Brasil, a autorização de entrada no país de todos os produtos pecuários (carne bovina, suína e de frango) das empresas JBS, SEARA, BRF e MARFRIG.

Não há registro de investimentos recíprocos.

Em maio de 2023, o Conselho de Ministros de Timor-Leste autorizou a compra pelo Estado timorense da participação majoritária da empresa de telecomunicações brasileira Oi na Timor Telecom S.A. (TT), em uma operação avaliada em cerca de USD 21,1 milhões. A Oi herdou da Portugal Telecom o capital inicial que permitiu a criação, em 2002, da Timor Telecom.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1512	Chegada dos portugueses a Timor.
1556	Estabelecimento de frades dominicanos na ilha.
1702	O território torna-se uma colônia portuguesa.
1769	A capital é transferida de Lifau para Díli.
1859	O Tratado de Lisboa estabelece a fronteira entre as colônias portuguesa e holandesa na ilha de Timor.
1910–12	Revolta dos timorenses contra a dominação portuguesa, derrotada por tropas coloniais.
1941	A colônia é ocupada por tropas australianas e holandesas, no contexto da II Guerra Mundial.
1942	Tropas japonesas invadem o Timor e enfrentam resistência de tropas australianas ajudadas por nativos timorenses.
1945	Derrota japonesa e retorno do território ao domínio português.
1974	Revolução dos Cravos em Portugal dá início ao processo de descolonização.
1975	Primeiras eleições livres em Timor (março); a FRETILIN e a UDT emergem como principais partidos; tentativa de golpe da UDT (agosto); proclamação unilateral da independência pela FRETILIN (novembro); invasão indonésia (dezembro).
1976	Início da ocupação indonésia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1991	Massacre de Santa Cruz: 250 timorenses assassinados durante manifestação contra a ocupação indonésia.
1996	Prêmio Nobel da Paz é concedido ao bispo de Díli, Dom Ximenes Belo, e a José Ramos-Horta.
1998	B.J. Habibie assume a presidência da Indonésia após a queda de Suharto e concorda com a realização de referendo sobre a autodeterminação de Timor.
1999	Referendo organizado pela ONU em agosto dá vitória aos independentistas; tropas e milícias indonésias devastam o país.
2000-2002	Timor Leste é administrado pela ONU, após retirada indonésia. Instaurada a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), chefiada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello.
2002	O país se torna formalmente independente (maio) e organiza as primeiras eleições parlamentares e presidenciais. Xanana Gusmão toma posse como primeiro presidente.
2006	Tumultos provocados por tropas rebeladas levam à demissão do primeiro-ministro Mari Alkatiri. José Ramos-Horta é nomeado primeiro-ministro.
2007	Eleições parlamentares e presidenciais. José Ramos-Horta assume a presidência da República. Xanana Gusmão é nomeado primeiro-ministro.
2012	Encerramento da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT). Eleições parlamentares e presidenciais. Taur Matan Ruak assume a presidência da República.
2017	Eleições parlamentares e presidenciais. Francisco Guterres Lu-Olo assume a presidência da República.
2018	Crise política leva à dissolução do Parlamento e novas eleições parlamentares. Taur Matan Ruak é nomeado primeiro-ministro.
2019	Entra em vigor o Tratado sobre Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e Austrália.
2020	Formada nova coalização governista no Parlamento de Timor-Leste.
2021	Passagem do Ciclone Tropical Seroja deixa rastro de destruição no Timor-Leste, com dezenas de vítimas fatais e mais de 14 mil desabrigados.
2022	Eleições presidenciais. José Ramos-Horta assume pela segunda vez a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	presidência da República.
2022	Os Estados-partes da ASEAN acordam, em princípio, a admissão de Timor-Leste como o décimo-primeiro membro da Associação.
2023	Aprovação do *roadmap* para adesão de Timor-Leste à ASEAN.
2023	Nas eleições legislativas, coalizão CNTR-PD atinge maioria absoluta no Parlamento e Xanana Gusmão é nomeado primeiro-ministro pela segunda vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975-1999	O Brasil alinha-se às posições de princípio (não intervenção e integridade territorial) objeto de resoluções da AGNU e do CSNU sobre a invasão indonésia.
1999	Envio, pelo Brasil, de oficiais, observadores e peritos eleitorais para acompanhar o referendo sobre a independência (agosto).
1999	O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, encontra José Ramos-Horta e o chanceler da Indonésia, Ali Atalas, à margem da 53ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (setembro).
2000	Começa a operar o Escritório de Representação do Brasil em Díli (junho).
2001	Visita a Timor-Leste do presidente Fernando Henrique Cardoso (janeiro).
2002	Estabelecimento de relações diplomáticas e abertura da Embaixada em Díli (maio).
2002	Timor-Leste torna-se o oitavo membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (maio).
2004	Visita ao Brasil do chanceler José Ramos-Horta, para co-presidir a I Reunião da Comissão Mista (fevereiro).
2004	Decreto presidencial autoriza o envio de 50 professores brasileiros, no âmbito de programa de cooperação executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (novembro).
2005	Envio a Díli de servidor brasileiros para cooperar na formação judiciária de Timor-Leste (setembro).
2007	Visita a Timor-Leste do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (dezembro).
2008	Visita ao Brasil do presidente José Ramos-Horta (janeiro).
2008	Visita a Timor-Leste do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho).
2008	Primeira missão do Grupo Executivo de Cooperação a Díli (agosto).
2009	Visita ao Brasil do presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Fernando La Sama (setembro).
2011	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Xanana Gusmão.
2011	Visita ao Brasil do secretário-geral do Parlamento Nacional de Timor-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Leste (outubro).
2013	Encontro entre o ministro da Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e seu homólogo José Guterres, em Viena, à margem do V Fórum da Aliança de Civilizações (fevereiro).
2013	Criação da Adidância de Defesa do Brasil para Timor-Leste, cumulativa, com residência em Tóquio, Japão, e, posteriormente, em Camberra (outubro).
2014	Visita dos diretores-gerais do Ministério de Agricultura e Pesca de Timor-Leste ao Paraná, com foco em agricultura de conservação (plantio direto), com apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (abril).
2015	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Constâncio da Conceição Pinto, para participar da cerimônia de posse da presidente da República (janeiro).
2015	Visita a Timor-Leste do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (julho).
2016	Encontro entre o presidente Michel Temer e o presidente Taur Matan Ruak, à margem da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
2018	Visita ao Brasil do diretor-geral de Água e Saneamento de Timor Leste, Gregório de Araújo, como chefe de delegação ao 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março).
2018	Visita a Timor-Leste de defensor público-geral federal brasileiro para monitoramento do projeto de apoio ao setor de justiça timorense.
2022	Brasil faz doação humanitária de USD 120 mil, destinada ao apoio a famílias agricultoras atingidas pelo Ciclone Tropical Seroja (janeiro).
2022	Participação do enviado especial do Brasil, ex-embaixador Aldemo Garcia, nas cerimônias de posse presidencial e de comemoração dos vinte anos da restauração da Independência de Timor-Leste (maio).
2023	Visita ao Brasil do presidente de Timor Leste, José Ramos-Horta, para participar da cerimônia de posse presidencial, em Brasília (janeiro).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2024	Chegada ao Brasil da atual embaixadora de Timor-Leste, Maria Ângela Carrascalão (fevereiro).
2024	Timor-Leste anuncia donativo de USD 4 milhões para auxílio às vítimas e reconstrução do estado do Rio Grande do Sul após enchentes naquele estado (maio)
2024	Encontro entre o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e seu homólogo timorense, Bendito Freitas, à margem da 29ª Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (julho)
2024	Participação do Embaixador junto à ASEAN, Henrique Ferraro, como enviado especial do Brasil nas celebrações do 25º aniversário do Dia da Consulta Popular de Timor-Leste (agosto)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas	20/05/2002	20/05/2002	10/06/2002
Acordo Básico de Cooperação Técnica	20/05/2002	07/12/2004	20/01/2005
Acordo de Cooperação Educacional	20/05/2002	11/05/2004	11/05/2004
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista	29/10/2003	30/12/2003	30/12/2003
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Cultural	29/01/2008	01/02/2008	01/02/2008
Acordo entre o Brasil e o Timor-Leste sobre o Exercício de Atividade Remunerada, por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	09/01/2009	Em ratificação pela outra parte	Em ratificação pela outra parte
Acordo para a Formalização do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e Cessão de Uso de Terrenos, com Base na Reciprocidade, para as Embaixadas da República Federativa do Brasil e da República Democrática de Timor-Leste	31/07/2009	31/07/2009	22/09/2009

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 2, DE 2025

(nº 90/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 90

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de janeiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00014/2025 MRE

Brasília, 20 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.000360/2025-68

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 105/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 23/01/2025, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6381272** e o código CRC **2C588498** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000360/2025-68 SEI nº 6381272

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS*
CPF: [redacted]
ID: [redacted]

1968	Nasce em [redacted]
Dados Acadêmicos:	
1992	Letras pela Universidade Federal do Paraná
2004	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), IRBr
2010	LV Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr. "Os Acordos de Parceria Econômica entre a União Europeia e os países da África, Caribe e Pacífico (ACP): Implicações para a política comercial brasileira"
Cargos:	
1995	Terceiro-secretário
2000	Segundo-secretário
2005	Primeiro-secretário, por merecimento
2007	Conselheiro, por merecimento
2010	Ministro de segunda classe, por merecimento
2022	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1995-97	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1997-99	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor
1999-2003	Delegação permanente do Brasil em Genebra, terceiro-secretário e segundo-secretário
2003-06	Embaixada do Brasil em Tóquio, segundo-secretário e primeiro-secretário
2006-07	Embaixada do Brasil em São José, primeiro-secretário comissionado conselheiro e encarregado de Negócios, a.i.
2007-11	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2011-16	Missão permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, ministro-conselheiro
2016-18	Embaixada do Brasil em Tel Aviv, ministro-conselheiro
2018-21	Delegação permanente do Brasil em Genebra, ministro-conselheiro
2021-22	Assessoria Especial de Gestão Estratégica, chefe
2022-	Assessoria Especial de Planejamento Diplomático, chefe
Obras publicadas:	
2006	"Programas de Combate a Desigualdades Regionais no Japão", com embaixador André Mattoso Maia Amado, in Coleção Mundo Afora, MRE, Brasília, em 1º de julho de 2006
2007	“Aspectos da Política Agrícola Japonesa", in Revista de Política Agrícola, Nº 1/2007, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 10 de agosto de 2007.
2024	"The Perfect Recipe? Brazil has the right strategy to survive in a world full of crises: unite with many to deliver to all", in Emerging Middle Powers Report 2024 ("Listening Beyond the Echo Chamber"), Körber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Stiftung, em março de 2024
Condecorações:	
2001	Ordem do Mérito Aeronáutico, cavaleiro
2012	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa.
2014	Ordem do Mérito Naval, comendador
2016	Medalha do Exército Brasileiro
2022	Ordem de Rio Branco, grã-cruz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Ásia e Pacífico
Departamento de China, Rússia e Ásia Central
Divisão de Rússia e Ásia Central

RÚSSIA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS SOBRE A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA	
NOME OFICIAL:	Federação da Rússia
GENTÍLICO:	Russo, russa
CAPITAL:	Moscou
ÁREA:	17.098.242 km²
POPULAÇÃO (2024, est.):	145,6 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Russo (oficial) e outras 31 línguas cooficiais
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos ortodoxos (70%); ateus e agnósticos (15%); muçulmanos (10%); outras correntes cristãs (3%); outros (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República Federativa semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral. Assembleia Federal, composta pela Duma de Estado (Câmara Baixa, 450 membros) e Conselho da Federação (Câmara Alta, 170 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Vladimir Putin (2000-2008 e 2012-presente)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mikhail Mishustin (desde 2020)
CHANCELER:	Sergey Lavrov (desde 2004)
PIB NOMINAL (2024, est.):	US$ 2,2 trilhões (FMI)
PIB PPP (2024, est.):	US$ 6,9 trilhões (FMI)
PIB PER CAPITA (2024, est.):	US$ 14.950,00 (FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2024, est.):	US$ 47.300,00 (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB:	3,6% (est. 2024); 3,6% (2023); -1,2% (2022); 5,9% (2021); -2,7% (2020); 2,2% (2019) (FMI)
IDH (2022):	0,822 (52ª posição) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	72,8 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2020):	99,7% (PNUD)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2024, est.):	3,1% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rublo
EMBAIXADOR EM MOSCOU:	Rodrigo de Lima Baena Soares (desde setembro de 2021)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Alexey Labetskiy (desde março de 2021)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 600

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL- RÚSSIA (US$ bilhões - Fonte: MDIC)												
Brasil → Rússia	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	**5,7**	**6,8**	**4,7**	**4,3**	**5,4**	**5,0**	**5,3**	**4,2**	**7,3**	**9,9**	**11,3**	**12,4**
Exportações	3,0	3,8	2,5	2,3	2,7	1,6	1,6	1,5	1,6	2,0	1,3	1,4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Importações	2,7	3,0	2,2	2,0	2,7	3,4	3,7	2,7	5,7	7,9	10,0	11,0
Saldo	0,3	0,8	0,3	0,3	0	-1,8	-2,1	-1,2	-4,1	-5,9	-8,7	-9,6

APRESENTAÇÃO

A Rússia é o país mais extenso do mundo, com mais de 17 milhões de quilômetros quadrados. Os montes Urais dividem seu território entre as planícies europeia oriental e siberiana ocidental. Na cordilheira do Cáucaso, situada no sudoeste russo, localiza-se o monte Ebrus, ponto culminante da Europa (5.642 m). O país detém vasta rede fluvial, a exemplo dos rios Volga e Don. A maior parte da Rússia é coberta pela taiga. Dentre suas abundantes riquezas naturais, encontram-se petróleo, gás, carvão e bauxita, além de madeira.

Sua população de cerca de 145 milhões, a nona maior do mundo, é composta de, aproximadamente, 200 etnias, sendo os russos étnicos mais de 80% do total. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação da Rússia, mas é reconhecido o direito de estabelecer línguas cooficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Rússia mantém fronteiras terrestres com quatorze países, além de fronteiras marítimas com o Japão, no Mar de Okhotsk, e com os Estados Unidos, no Estreito de Bering.

Orgulhosa de sua história milenar e de sua cultura, a Federação da Rússia é internacionalmente reconhecida como estado sucessor da antiga União Soviética, herdeira de amplo arsenal nuclear e membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O eixo principal da diplomacia brasileira para a Rússia é político, assentado na nossa percepção da enorme importância geoestratégica daquele país.

O Brasil tem interesse em cultivar a relação política com a Rússia, detentora do maior arsenal nuclear e maior exportadora de energia do mundo, que continua a reivindicar reconhecimento como grande potência, em novo cenário mundial, onde é importante interlocutora dos EUA e da China.

Também a Rússia reconhece a importância internacional do Brasil (parceiro no BRICS e no G20, apoio a assento permanente no CSNU), que considera ser seu principal parceiro em nossa região.

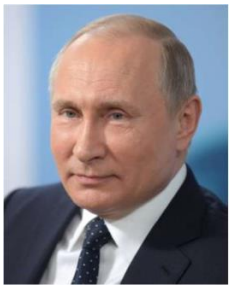
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A amizade entre o Brasil e a Rússia permite avanços em diversos setores, como ciência e tecnologia, energia, comércio e defesa, além da coordenação em foros multilaterais.

PERFIS BIOGRÁFICOS

VLADIMIR PUTIN

Presidente



Nascido em São Petersburgo, em outubro de 1952, Vladimir Vladimirovich Putin graduou-se em Direito pela Universidade Estatal de Leningrado em 1975. Ingressou no Comitê de Segurança do Estado (KGB) no mesmo ano e, entre 1985 e 1990, serviu na Alemanha Oriental. Em 1991, o prefeito de São Petersburgo, Anatoly Sobchak, nomeou-o chefe da Comissão de Relações Exteriores do município. Em 1996, Putin transferiu-se para Moscou, onde ascendeu ao posto de vice-chefe do Gabinete da Presidência. Em 1998, o presidente Boris Yeltsin nomeou-o diretor do Serviço Federal de Segurança (FSB, novo nome da KGB) e, em 1999, primeiro-ministro. Com a renúncia de Yeltsin, em dezembro de 1999, tornou-se presidente em exercício até as eleições presidenciais de março de 2000, quando foi eleito com 53% dos votos. Em 2004, foi reeleito com 71% dos votos. Seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela recuperação econômica do país (com fortalecimento do setor estatal e ênfase na exportação de recursos energéticos) e pela concentração de poder na Presidência. Em 2008, impedido constitucionalmente de postular-se novamente, lançou a candidatura de Dmitry Medvedev, que venceu com 71% dos votos. Nos quatro anos seguintes, ocupou o posto de chefe de governo (primeiro-ministro). Após o mandato de Medvedev, Putin voltou a se eleger presidente em março de 2012, com 63% dos votos. Em seu terceiro mandato (2012-2018), a política externa mais assertiva conferiu maior visibilidade ao mandatário russo e índices inéditos de popularidade. Em março de 2024, Putin foi reeleito com 76% dos votos para seu quarto mandato presidencial (2018-2024). Em março de 2024, foi reeleito para seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quinto mandato presidencial, com 87,3% dos votos válidos, alcançando recorde de votos obtido por candidato presidencial no período pós-soviético. Visitou três vezes o Brasil (2004, 2014 e 2019). É divorciado, tem duas filhas. Gosta de pescar e de praticar lutas marciais (judô e sambo, modalidade esportiva russa que combina luta livre com judô). Fluente em alemão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MIKHAIL MISHUSTIN

Primeiro-Ministro

Mikhail Vladimirovich Mishustin nasceu em Moscou em 3 de março de 1966. Em 1989, formou-se em Engenharia de Sistemas na Universidade Estatal Tecnológica de Moscou Stankin, instituição em que concluiu pós-graduação em 1992. Entre 1992 e 1995, exerceu a função de diretor do laboratório de testes do Clube Internacional de Computadores, organização pública sem fins lucrativos dedicada à aplicação das tecnologias de informação ocidentais à realidade russa. Em agosto de 1998, foi designado vice-diretor do Serviço Tributário Federal (FNS). De 1999 a 2004, atuou como vice-ministro para Tributos. Em 2004, assumiu a diretoria da Agência Federal de Cadastro de Imóveis (Rosnedvizhimost). Em 2006, tornou-se diretor da Agência Federal para a Administração das Zonas Econômicas Especiais (RosOEZ). Em 2008, Mishustin deixou o serviço público para assumir a presidência do grupo de companhias UFG-Invest, um dos maiores conglomerados no setor de gestão de fundos de investimento da Rússia. Em abril de 2010, foi nomeado diretor do Serviço Tributário Federal (FNS). Nessa qualidade, tornou-se o vice-presidente do *Global Tax Administration Forum* da OCDE, sendo responsável por inovações nas tecnologias de coleta de impostos. No mesmo ano, obteve o grau de Doutor, ao defender a tese *Estratégia para a incidência de impostos sobre a propriedade na Rússia*. Em janeiro de 2020, foi designado primeiro-ministro. Nessa função, é o copresidente russo da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), cuja próxima edição ainda se encontra em negociação. De perfil tecnocrático, não demonstra ter ambições políticas próprias, apesar de sua popularidade ter aumentado nos últimos meses, dada a implementação de medidas que permitiram aliviar os efeitos das sanções econômicas impostas à Rússia no contexto do conflito ucraniano. Mishustin está encarregado de desenvolver agenda voltada ao crescimento econômico, com base em substituição de importações industriais, e a ambicioso projeto de reestruturação da estrutura administrativa federal. É casado e tem três filhos. Seu principal *hobby* é o hóquei no gelo. É membro da Liga Noturna de Hóquei, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ocasionalmente realiza jogos dos quais participam o presidente Vladimir Putin e jogadores profissionais de hóquei no gelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SERGEY LAVROV

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Sergey Viktorovich Lavrov nasceu em Moscou em março de 1950. Em 1972, graduou-se pelo Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou (MGIMO) e ingressou no serviço exterior soviético. Excetuado breve período na Embaixada em Colombo, Sri Lanka (1972-1976), dedicou toda a sua carreira à área multilateral. Entre 1976 e 1981, trabalhou no Departamento de Organismos Internacionais do MID. Entre 1981 e 1988, serviu na Missão da URSS junto às Nações Unidas, em Nova York. Retornou a Moscou em 1988, como subchefe do Departamento de Relações Econômicas Internacionais. Em 1990, regressou ao Departamento de Organismos Internacionais, como diretor. Entre 1992 e 1994, foi vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. Entre 1994 e 2004, foi representante permanente da Rússia junto às Nações Unidas. Desde março de 2004, é ministro dos Negócios Estrangeiros. Esteve no Brasil em diversas ocasiões para visitas bilaterais e no âmbito do BRICS. Reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em múltiplas oportunidades, sendo as mais recentes no Brasil, no âmbito da Presidência brasileira do G20, em fevereiro e novembro de 2024, bem como às margens da Semana de Alto Nível das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 2024. É casado e tem uma filha. Fumante contumaz, seus *hobbies* são poesia, rafting e futebol (torcedor do Spartak de Moscou). Fluente em inglês, francês, cingalês e divehi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Rússia tem sido relevante parceira do Brasil: grande mercado consumidor de produtos primários (soja, café, frutas, amendoim e proteína animal) e de maior valor agregado (aviões, máquinas e equipamentos); fonte de insumos estratégicos para a economia brasileira, como fertilizantes e combustíveis; e parceiro de cooperação em áreas sensíveis (espacial, nuclear, segurança). Trata-se de país-chave na arquitetura internacional, membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), potência nuclear e sócio no BRICS e no G20. Embora tenha tido fragilizada sua inserção internacional, em razão do conflito ucraniano, a Rússia segue sendo parceira com autonomia estratégica e decisória. Respalda as credenciais internacionais do Brasil e apoia a candidatura brasileira a membro permanente de um CSNU reformado.

Os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1828. Ao longo de 197 anos, o relacionamento foi interrompido em duas ocasiões: entre 1918-1945 e entre 1947-1961. No período que vai de 1961 até o fim da Guerra Fria, as relações desenvolveram-se, principalmente, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado. A visita do presidente José Sarney à URSS em 1988, a primeira de chefe de Estado brasileiro, ampliou as possibilidades de cooperação.

Em 2002, as relações entre Brasil e Rússia foram elevadas ao patamar de parceria estratégica, por ocasião de visita do então presidente Fernando Henrique Cardoso a Moscou, a segunda de um chefe de Estado brasileiro àquele país. Em 2004, o presidente Vladimir Putin realizou a primeira visita de um chefe de Estado russo ao Brasil, quando foi estabelecida meta de dobrar o fluxo comercial bilateral, para o patamar de US$ 10 bilhões – objetivo que foi atingido e ultrapassado em 2023 (US$ 11,3 bilhões).

Nas últimas duas décadas, houve progressivo adensamento das relações, com trocas de visitas de alto nível de lado a lado: Luiz Inácio Lula da Silva (outubro de 2005, junho de 2009 e maio de 2010); Dmitry Medvedev (novembro de 2008 e abril de 2010, como presidente, e fevereiro de 2013, como primeiro-ministro); Dilma Rousseff (dezembro de 2012, setembro de 2013 e julho de 2015); Vladimir Putin (julho de 2014 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

novembro de 2019); Michel Temer (junho de 2017); e Jair Bolsonaro (fevereiro de 2022).

As últimas visitas do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil se deram em fevereiro e em novembro de 2024, respectivamente, para participações na Reunião Ministerial e na Cúpula do G20, ambas no Rio de Janeiro – ocasiões em que manteve audiências com o presidente Lula. Anteriormente, havia vindo a Brasília em abril de 2023, no contexto de périplo à América Latina, tendo se reunido com o chanceler Mauro Vieira. O ME brasileiro esteve, por sua vez, em Nizhny Novgorod, em junho de 2024, para participação na Cúpula de Chanceleres do BRICS. Os dois chanceleres têm mantido, ademais, encontros à margem de outros eventos multilaterais, como a Cúpula de Chanceleres do G20, em Nova Delhi, em março de 2023. O último encontro dessa natureza teve lugar em Nova York, às margens da Semana de Alto Nível das Nações Unidas, em outubro de 2024.

O interesse em aprofundar as relações com o Brasil foi recentemente renovado em conversa telefônica mantida entre o presidente Putin e o então presidente eleito Lula em dezembro de 2022, bem como em carta de Putin endereçada ao presidente Lula, entregue pela presidente do Conselho da Federação, senadora Valentina Matvienko, durante a cerimônia da posse presidencial, em janeiro de 2023 – Matvienko chefiou a delegação russa. Na ocasião, transmitiu, também, convite ao presidente Lula para visita oficial à Rússia.

O Kremlin condenou, ainda, de maneira imediata, os atos de violência em Brasília em 8 de janeiro de 2023, por meio de publicação de Nota no *site* do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MID) e de declarações de diversas autoridades, entre elas o porta-voz de Putin, Dmitry Peskov, e a senadora Valentina Matvienko.

Os presidentes Lula e Putin mantiveram novos contatos telefônicos em junho e em setembro de 2024.

O comparecimento pessoal do chanceler Lavrov à Embaixada do Brasil em Moscou para assinatura do livro de condolências de Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, em janeiro de 2023, ocasião na qual manteve conversa com o embaixador Rodrigo Baena Soares, demonstrou inusual deferência do governo russo em relação ao Brasil.

A posição adotada pelo Brasil relativamente ao conflito russo-ucraniano, com a não adesão ao regime de sanções e à expulsão da Rússia de organismos internacionais, tem sido reiteradamente suscitada e elogiada por autoridades russas em diversos níveis – o que contribui para fortalecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o diálogo político ao longo do período de hostilidades. Tem havido, no entanto, divergências pontuais associadas a votações brasileiras em favor de resoluções em condenação ao conflito, como, por exemplo, no caso da resolução *Principles of the Charter of the United Nations underlying a comprehensive, just and lasting peace in Ukraine*, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em fevereiro de 2023.

Mecanismos bilaterais de alto nível – CAN, CIC e CAP

A Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN) é a mais alta instância de coordenação intergovernamental bilateral com a Rússia. É copresidida pelo vice-presidente da República e pelo primeiro-ministro da Rússia.

O braço operacional da CAN é a Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC), presidida, do lado brasileiro, pelo secretário-geral das Relações Exteriores, e do lado russo, pelo vice-ministro de Desenvolvimento Econômico. Subdivide-se em dez subcomissões: a) Cooperação Econômica, Comercial e Industrial; b) Ciência e Tecnologia; c) Cooperação Espacial; d) Cooperação Técnico-Militar; e) Cooperação Aduaneira; f) Cooperação Interbancária e Financeira; g) Energia e Usos Pacíficos de Energia Nuclear; h) Esporte e Turismo; i) Educação e Cultura; e j) Comitê Agrário. (Nem todas são necessariamente convocadas a cada reunião da Comissão.)

A CAN foi instituída em 1997. Até o momento, reuniu-se sete vezes: junho de 2000 (Moscou); dezembro de 2001 (Brasília); outubro de 2004 (Moscou); abril de 2006 (Brasília); maio de 2011 (Moscou); fevereiro de 2013 (Brasília); e setembro de 2015 (Moscou). A CIC, por sua vez, reuniu-se doze vezes: abril de 1999 (Brasília); setembro de 2001 (Moscou); fevereiro de 2004 (Brasília); outubro de 2005 (Moscou); novembro de 2008 (Brasília); outubro de 2010 (Brasília); maio de 2011 (Moscou); novembro de 2013 (Brasília); setembro de 2015 (Moscou); maio de 2017 (Brasília); outubro de 2021 (Brasília); e fevereiro de 2024 (Moscou).

A Ata Final da 12ª CIC contempla deliberações sobre as seguintes áreas: Cooperação Econômica, Comercial e Investimentos; Ciência e Tecnologia; Cooperação Espacial; Agricultura; Cooperação Aduaneira; e Energia.

A CAN incorporou, como seu capítulo político, a Comissão para Assuntos Políticos (CAP), instituída em 1995. A CAP abriga a interlocução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entre altas autoridades das duas Chancelarias sobre temas de cooperação setorial no âmbito bilateral e acordos em negociação, assuntos regionais e temas internacionais. Foram realizadas 14 edições do mecanismo, sendo a última em outubro de 2020, em Moscou, entre a então secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia (S-SARP) e o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia.

A próxima edição da CAN deverá ter lugar no Brasil, em data a ser acordada.

Relações parlamentares

No período recente, merecem registro as seguintes visitas parlamentares de alto nível:

- a presidente do Conselho da Federação, senadora Valentina Matvienko, esteve em Brasília em novembro de 2015, em junho de 2017 e, como já mencionado, em janeiro de 2023, para a posse presidencial do presidente Lula – nesta última vez, acompanhada do vice-presidente daquela Casa legislativa, senador Konstantin Kosachev;

- o senador Sergey Kislyak, primeiro vice-presidente da Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho da Federação, veio a Brasília em maio de 2019, quando se reuniu com o então presidente da comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) do Senado Federal, senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e o então presidente da CREDN da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), além de ter sido recebido pelo então presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e por autoridades do Itamaraty; e

- o presidente da Duma de Estado, Vyacheslav Volodin, esteve em Brasília em janeiro de 2019.

No contexto da presidência de turno russa do BRICS de 2020, realizou-se, em São Petersburgo, Fórum de Jovens Parlamentares. Também em 2020, Fórum Parlamentar do BRICS se deu por intermédio de videoconferência – o Brasil foi representado pelo senador Marcos do Val (PODE-ES), então vice-presidente da CREDN.

Em setembro de 2021, o deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE) esteve em Moscou para atuar como observador internacional das eleições legislativas para a Duma de Estado. Em fevereiro de 2022, o senador Irajá Silvestre Filho (PSD-TO) foi a Moscou para participar da feira de alimentos PRODEXPRO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentares russos têm demonstrado reiterado interesse em ações com o Brasil, o que se evidencia pela intensidade de encontros mantidos na Embaixada do Brasil em Moscou. Recentemente, o embaixador Baena Soares reuniu-se, por exemplo, com o senador Konstantin Kosachev (fevereiro de 2023); com o presidente do Comitê de Assuntos Internacionais do Conselho da Federação, senador Grigory Karasin (dezembro de 2021 e setembro de 2022); com o presidente do Comitê de Assuntos Internacionais da Duma de Estado e líder do Partido Liberal Democrata (LDPR), deputado Leonid Slutsky (dezembro de 2021 e setembro de 2022); com o senador Andrey Klimov (fevereiro de 2024); com o senador Oleg Golov (julho de 2024); e com o senador Alexei Pushkov.

Em março de 2023, foi oferecido jantar na Residência Oficial do Brasil em Moscou a grupo de seis senadores: Konstantin Kosachev; Andrey Klishas, presidente do Comitê de Legislação Constitucional e Construção do Estado do Conselho da Federação; Grigory Karasin; Vladimir Djabarov, primeiro vice-presidente do Comitê de Assuntos Internacionais do Conselho da Federação; Sergey Kislyak; e Sergey Ryabukhin, presidente do Grupo de Amizade entre o Conselho da Federação e o Senado Federal.

Em setembro de 2023, no âmbito da primeira Conferência Parlamentar Rússia-América Latina, foram a Moscou 11 parlamentares brasileiros: os senadores Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) e Irajá Silvestre Filho (PSD-TO); os deputados federais Arlindo Chinaglia (PT-SP), Carlos Zarattini (PT-SP), Francisco Celeguim (PT-SP), Miguel Ângelo (PT-MG), Valmir Assunção (PT-BA), Reginete Bispo (PT-RS) e Orlando Silva (PC do B-SP); e os deputados estaduais Mario Maurici (PT-SP) e Laura Sito (PT-RS).

Em julho de 2024, no contexto do 10º Fórum Parlamentar do BRICS, em São Petersburgo, o Brasil foi representado pelo primeiro vice-presidente do Senado Federal, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Instrumentos bilaterais em tramitação

Brasil e Rússia compartilham vasto acervo de tratados bilaterais, sobre os mais variados aspectos da relação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Recentemente, em fevereiro de 2022, foi assinado Protocolo de Emendas ao Acordo sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas.

Em 2020, durante a 4ª Reunião dos Procuradores-Gerais do BRICS, realizada em formato virtual, foi assinado Memorando de Entendimento de Cooperação Jurídica e Técnica Internacional entre a Procuradoria-Geral da República e a Procuradoria-Geral da Federação da Rússia. O documento prevê cooperação nas seguintes áreas: proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais; fortalecimento do combate ao crime, especialmente nas suas formas organizadas; assuntos de extradição e assistência jurídica; e recuperação de bens e ativos obtidos por meio do crime.

Em 2019, foram assinados Acordo de Cooperação entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério do Interior da Rússia, bem como Memorando de Cooperação na Área de Segurança no Trânsito.

Estão em fase de tramitação e pendentes de ratificação pelo lado brasileiro os seguintes instrumentos: Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos (2006); Acordo sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas (2008); Acordo para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação (2010); Acordo sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral (2010); e Acordo Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais (2017). Todos já foram ratificados pelo lado russo.

Principais áreas de cooperação

Cooperação econômica, comercial e em investimentos

Em 2024, a corrente de comércio bilateral montou a USD 12,4 bilhões, sendo USD 1,4 bilhão de exportações (aumento de 8% em relação a 2023) e USD 11 bilhões de importações (aumento de 9%).

As exportações se concentraram em soja (33%), café não torrado (18%) e carne bovina (18%).

As importações se concentraram em óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (57%) e adubos e fertilizantes químicos (34%).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Desde 2009, a Rússia tem sido a principal origem das importações de adubos e fertilizantes pelo Brasil (foram US$ 3,7 bilhões de importações desses produtos em 2024). Em abril de 2022, foi criado grupo *ad hoc* bilateral para o encaminhamento de questões relativas ao comércio de fertilizantes.

As exportações brasileiras para a Rússia de carnes bovina e suína haviam sido afetadas por restrições aplicadas por Moscou em 2017, em razão de detecção do aditivo ractopamina em carregamentos brasileiros de carne suína. Posterior suspensão das restrições a alguns estabelecimentos permitiu recuperação das vendas, sobretudo da carne bovina.

As carnes brasileiras exportadas ao mercado russo destinam-se, prioritariamente, a processamento (por exemplo, enlatados e embutidos), sendo o mercado de cortes *premium* atendido por produtores russos e, em menor medida, por exportadores do Uruguai e da Argentina.

O Serviço Federal de Vigilância Veterinária e Fitossanitária da Rússia (Rosselkhoznadzor) realizou, em novembro e em dezembro de 2023, missão ao Brasil, durante a qual inspecionou 11 plantas brasileiras produtoras de carnes bovina e de aves, com o seguinte resultado: cinco plantas habilitadas, cinco com restrições temporárias e uma desistente do processo.

Nota-se, atualmente, forte interesse do governo russo na retomada de relacionamento pragmático com o Brasil em temas sanitários e fitossanitários. Como exemplos, mencionam-se o anúncio da abertura do mercado russo de ovos, farinhas e gorduras a produtos brasileiros, bem como as diversas habilitações de estabelecimentos ocorridas ao longo de 2023 e de 2024.

Em relação à diversificação da pauta comercial, há possibilidades de expansão das exportações brasileiras de produtos de maior valor agregado como tratores rodoviários para semi-reboque, máquinas e equipamentos agrícolas (pulverizadores e niveladoras), produtos do setor moveleiro, cosméticos, calçados e vestuário.

Na área agrícola, sublinha-se o potencial de novos nichos de exportação como lácteos, bovinos vivos e farinhas e gordura de origem animal. Empresários individuais assinalam oportunidades em açaí, castanhas, nozes, vinhos, doces e cafés especiais.

No campo de investimentos, destaca-se a aquisição, em fevereiro de 2022, pelo grupo EuroChem, de planta da norueguesa Yara, na Serra do Salitre, inaugurada em março de 2024 com presença do presidente Lula. O ativo inclui mina de fosfato a céu aberto e fábrica de fertilizantes que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

totalizam US$ 1 bilhão de investimento e devem produzir 1 milhão de toneladas.

Em março de 2023, foi anunciada a compra da Adubos Vera Cruz, empresa sediada em Ibaté-SP, pela gigante russa do ramo de fertilizantes Uralkali.

Cooperação em energia

Há potencial para ampliação da cooperação bilateral em energia. No âmbito comercial, o Brasil importa da Rússia montante relevante de derivados de petróleo (diesel, principalmente). Em 2024, foram USD 6,2 bilhões de importações de óleos combustíveis ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos), 57% do total de importações bilaterais e aumento de 19% em relação a 2023.

Em 2019, a Petrobras adquiriu a primeira carga de gás natural liquefeito (GNL) russo, proveniente do projeto Yamal, no Ártico.

A estatal Rosneft investiu mais de USD 1 bilhão em conjunto de blocos exploratórios na Bacia do Solimões, no Amazonas. A estatal Gazprom, por sua vez, mantém escritório de representação no Rio de Janeiro para prospecção de negócios.

Na área nuclear, a Rússia vem reiterando disposição de cooperar com o Brasil. A Rosatom, que também mantém escritório no Rio de Janeiro, firmou, recentemente, acordo com a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil (CNEN) para fornecimento de isótopos de uso médico, bem como venceu concorrência internacional aberta pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para o fornecimento de concentrado de urânio. Em outubro de 2022, foi assinado memorando de entendimento entre a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) e a Rosatom com o objetivo de "aprofundar a cooperação em áreas como construção, operação e descomissionamento de novas usinas nucleares de alta capacidade baseadas em tecnologias russas no Brasil".

Em de março de 2023, a TVEL, divisão de combustíveis da Rosatom, anunciou que sua subsidiária Novosibirsk havia vencido licitação da Eletronuclear para fornecimento de mais de 100kg de hidróxido de lítio-7, componente do sistema de refrigeração de reatores nucleares.

Em julho de 2024, o diretor do escritório da Rosatom na América Latina, Ivan Dybov, em entrevista ao *site* da companhia, enfatizou o interesse da empresa em multiplicar ações com o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

A cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) é uma das áreas mais promissoras do relacionamento bilateral. A Rússia tem domínio autônomo de tecnologias estratégicas como inteligência artificial; materiais avançados; segurança cibernética; energia nuclear; tecnologias da informação e comunicação (TICs); e tecnologias espaciais; entre outras áreas de potencial interesse do Brasil.

Atores diversos de CT&I russos têm demonstrado interesse na cooperação bilateral em múltiplas esferas, inclusive em tecnologias agrícolas; ciências da vida e biotecnologia; fármacos; nanotecnologia; "Internet das Coisas" (IoT); TICs; e física de partículas.

Nos últimos anos, foram dados passos para aprimorar ações conjuntas entre parques tecnológicos, incubadoras, aceleradoras de negócios e outros ambientes de inovação do Brasil e da Rússia. Missão à Rússia de três parques tecnológicos brasileiros (PqTEC, de São José dos Campos; Porto Digital, de Recife; e Parque UFRJ, do Rio de Janeiro), por exemplo, realizada em 2018, resultou em avanço do diálogo interinstitucional com vistas a explorar parcerias em inovação, com ênfase nos setores de energia, aeronáutica e TICs.

No âmbito do BRICS, a Rússia apoiou proposta brasileira de criação de rede de parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras de empresas inovadoras (*iBRICS Network*). As áreas identificadas como de maior potencial incluem: *agritechs*; *healthtechs*; *edtechs*; *fintechs*; e *spacetechs*, além de inteligência artificial, tecnologias digitais e IoT.

No quadro da CIC, foram cogitados projetos de incubação cruzada de *startups* e iniciativas de mobilidade acadêmica.

Em 2024, destacou-se extenso projeto de cooperação acadêmica em pesquisa e CT&I entre Brasil, Rússia e Belarus, com a participação da Embaixada do Brasil em Minsk. Atualmente, mais de 85 instituições estão envolvidas em discussões sobre propostas práticas e parcerias em múltiplas áreas do conhecimento, com perspectiva promissora de criação de rede permanente de cooperação.

Cooperação espacial

A cooperação espacial Brasil-Rússia teve início em 1997, com a assinatura do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos. É um dos setores tradicionais no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

relacionamento bilateral. Os anos recentes assistiram a avanços significativos na área, tanto em seu tratamento institucional, como na geração de resultados concretos em campos específicos, como geoposicionamento e detritos espaciais.

Brasil e Rússia atribuem relevância às tecnologias espaciais com vistas ao desenvolvimento econômico e como ferramentas importantes para contribuições nos contextos de mudança do clima, prevenção de catástrofes naturais e preservação do meio ambiente.

Desde o Acordo de 1997, foram assinados diversos instrumentos que aprofundaram a cooperação, com destaque para as seguintes áreas: pesquisa; modernização do veículo lançador VLS-1; proteção de tecnologia associada à exploração e ao uso do espaço exterior para fins pacíficos; desenvolvimento e emprego do sistema de navegação russo GLONASS no Brasil; e instalação e utilização de estação do Sistema Eletro-Óptico Panorâmico para Detecção de Detritos Espaciais (PanEos) – inaugurada em 2017, no Observatório Pico dos Dias, nas cercanias de Itajubá-MG.

Em 2008, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Russa (Roscosmos) assinaram Programa de Cooperação para Utilização e Desenvolvimento do GLONASS. Na Universidade de Brasília (UnB), foram inauguradas, em 2013, Estação Experimental de Referência do Sistema de Correção e Monitoramento e, no ano seguinte, durante visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil, Estação Óptico-Quântica do GLONASS. Na ocasião, a parte russa firmou, também, contratos com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP) – os quais posteriormente, em 2016, inauguraram estações do sistema.

Atualmente, o Brasil é o maior centro de estações GLONASS fora da Rússia, com as já mencionadas quatro estações plenamente operacionais, e a instalação ora em curso de duas adicionais, em Belém do Pará e em Colorado do Oeste, Rondônia.

Em março de 2021, foi lançado, a partir da base de Baikonur, no Cazaquistão, em foguete russo (Soyuz-2), nanossatélite brasileiro (NanoSatC-Br2).

Cooperação em defesa

A cooperação bilateral em defesa ganhou impulso a partir de 2008, durante visita ao Brasil do presidente Medvedev, quando foi assinado o Acordo sobre Cooperação Técnico-Militar, em vigor desde 2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Acordo sobre Cooperação em Defesa, assinado em Moscou, em 2012, por ocasião de visita do então ministro da Defesa, Celso Amorim, e em vigor desde 2018, conferiu, por sua vez, novo marco institucional à cooperação bilateral na área, com a definição de setores prioritários (diálogo sobre aspectos político-militares da segurança global e regional, e intercâmbio de experiências sobre operações de manutenção da paz da ONU), bem como novas modalidades de cooperação (visitas recíprocas e reuniões de consultas; participação, efetiva ou como observador, em exercícios militares, bem como a realização de exercícios militares conjuntos; visitas de navios de guerra e aeronaves militares; e promoção do intercâmbio educacional).

No âmbito do diálogo político-militar, destacam-se: as reuniões da Subcomissão de Cooperação Técnico-Militar da CIC; as reuniões de chefes de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e os encontros entre ministros da Defesa dos dois países, que contribuem para passar em revista a cooperação bilateral na área técnico-militar e definir prioridades futuras.

Na área de cooperação técnico-militar, destacaram-se, nos últimos anos: (i) a aquisição de 12 helicópteros de combate Mi-35M, entregues entre 2010 e 2012; (ii) a instalação, em Belo Horizonte, pela empresa Russian Helicopters, em março de 2019, de centro de manutenção de helicópteros, como parte do contrato de *offset* de aquisição das aeronaves Mi-35M; e (iii) a compra, pelo Exército Brasileiro, em 2010 e em 2016, de cerca de 130 unidades do sistema de defesa antiaérea portátil Igla.

Empresas russas diversas costumam fazer-se presentes na LAAD Defense & Security, principal feira da América Latina na área de produtos de defesa, realizada anualmente no Rio de Janeiro.

Cooperação em segurança

A cooperação Brasil-Rússia na área de segurança passou por adensamento nos últimos anos, em razão da intensificação do diálogo de alto nível entre unidades da Presidência da República e o Conselho de Segurança da Federação da Rússia (CSFR), com base na identificação de desafios compartilhados, como o combate ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

O Brasil tem participado de quase todas as edições anuais da Reunião Internacional de Altos Representantes para Assuntos de Segurança, organizada pelo CSFR. Em abril de 2024, o embaixador Celso Amorim, assessor-chefe da Assessoria Especial do Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

República, esteve na 12ª edição da Reunião – de sua agenda na Rússia constaram, ademais, encontros com o então secretário do CSFR, Nikolai Patrushev, e com o MNE Sergey Lavrov (o embaixador Celso Amorim visitara a Rússia também em 2023).

No âmbito do BRICS, a cooperação em segurança se dá por meio da Reunião de Assessores de Segurança Nacional (NSAs). Em nova ida à Rússia, em setembro de 2024, o embaixador Celso Amorim participou da Reunião de Altos Representantes para Assuntos de Segurança do BRICS. Na ocasião, manteve, também, encontros com o novo secretário do CSFR, Sergey Shoigu; com Nikolai Patrushev, assistente do presidente da Rússia; e, novamente, com o chanceler Sergey Lavrov.

Cooperação em educação e cultura

A cooperação em educação e cultura é outra área relevante do relacionamento bilateral.

Diversas instituições de ensino superior brasileiras têm mostrado interesse em realizar convênios com suas congêneres russas. Em outubro de 2024, teve lugar, em Moscou, missão de reitores, pró-reitores, professores e pesquisadores de 19 universidades do Brasil. O programa da missão incluiu: visitas a instituições em Moscou; organização de Fórum de Reitores das universidades; participação em Fórum de Reitores do BRICS; e visitas de campo.

Existem, atualmente, programas de ensino da variante brasileira da língua portuguesa em doze universidades russas. Além disso, registra-se a inauguração, em 2023, de Centro Internacional Russo-Brasileiro, na Universidade Estatal de Ciências Humanas da Rússia, em Moscou.

No âmbito cultural, as relações são balizadas pelo Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, assinado em 1997. Destacam-se a Escola do Teatro Bolshoi em Joinville (SC), a única unidade fora do território russo, em operação desde 2000, bem como as diversas iniciativas de promoção da cultura brasileira junto ao público russo coordenadas pelo Itamaraty.

Ressaltam-se ainda, as publicações em russo de obras de Aluísio Azevedo, Clarice Lispector, José de Alencar, Lima Barreto, Lygia Fagundes Telles e Machado de Assis.

<u>Assuntos consulares</u>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A jurisdição consular da Embaixada do Brasil em Moscou abrange a Federação da Rússia e a República do Uzbequistão, onde não há Embaixada residente. Há apenas um Consulado Honorário na Rússia, em São Petersburgo.

O Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração, em vigor desde 2010, eliminou a necessidade de vistos em viagens de turismo ou de negócios de até 90 dias. Houve, desde 2021, substantiva queda no número de turistas brasileiros que visitam a Rússia.

Antes da pandemia de Covid-19 e do atual conflito russo-ucraniano, estimava-se em cerca de 1.300 cidadãos a comunidade de brasileiros residentes na Rússia – formada, em grande parte, por estudantes de medicina, engenharia e relações internacionais, entre 18 e 35 anos. Hoje, estima-se que a comunidade brasileira residente na Rússia não ultrapasse 600 pessoas, a maioria concentrada em Moscou, São Petersburgo, Kursk, Belgorod e Vladivostok.

Tendo em conta o recente agravamento das condições de segurança na região da Kursk, a Embaixada do Brasil em Moscou tem acompanhado atentamente a situação dos estudantes brasileiros naquela localidade.

POLÍTICA INTERNA

Conforme a Constituição em vigor, de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, no qual vigora o princípio da separação de Poderes. Compõe-se de repúblicas federadas, territórios, regiões (*oblasts*), cidades com *status* de unidade da Federação (por exemplo, Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. São 85 entes federativos.

O Poder Legislativo estrutura-se em formato bicameral. A Câmara Alta é o Conselho da Federação, integrado por 170 senadores eleitos de forma indireta para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa é a Duma de Estado, composta por 450 representantes eleitos para mandatos de cinco anos. A eleição à Duma ocorre por votação paralela: metade das vagas é preenchida por meio de sistema proporcional baseado nos votos nos partidos e metade é preenchida por eleição direta de candidatos individuais. O conjunto Conselho da Federação e Duma de Estado é chamado de Assembleia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na oitava legislatura da Duma (2021-2026), o partido governista Rússia Unida detém confortável maioria, com 324 das 450 cadeiras. O também governista Partido Liberal Democrata soma 21 cadeiras. Pela oposição, o Partido Comunista detém 57 cadeiras.

O Poder Judiciário é constituído pela Corte Constitucional, pela Suprema Corte e por tribunais comuns. A Corte Constitucional, composta por 19 juízes e sediada em São Petersburgo, é responsável, por exemplo, pelo controle constitucional dos atos normativos, pela interpretação do texto constitucional e pela resolução de conflitos de jurisdição entre órgãos governamentais. Tem funções semelhantes às do Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil.

Já a Suprema Corte russa tem funções semelhantes às do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Brasil, sendo a instância judicial suprema para casos civis, penais, administrativos e outros sob a jurisdição dos tribunais comuns. Ademais, exerce supervisão judicial sobre as atividades das cortes subordinadas a ela e fornece explicações sobre questões processuais.

O presidente da Federação da Rússia é eleito com base em sufrágio secreto, direto e universal, para o máximo de dois mandatos consecutivos de seis anos cada um. É o chefe de Estado e o supremo comandante em chefe das Forças Armadas. Determina as linhas gerais das políticas públicas.

O primeiro-ministro, por sua vez, é nomeado pelo presidente e aprovado pela Duma. É o chefe de governo, assessorado por dez vice-primeiros-ministros, responsáveis pela coordenação de políticas em eixos temáticos específicos (como, por exemplo, defesa e políticas sociais).

Em seguida, na linha de hierarquia do governo russo, estão 21 ministros federais. Os vice-primeiros-ministros e os ministros federais são nomeados pelo presidente, após recomendação do primeiro-ministro.

O presidente Vladimir Putin é visto, internamente, como o líder que logrou evitar a fragmentação territorial da Rússia, resgatou a estabilidade socioeconômica e recuperou o prestígio internacional do país após sucessivas crises na década de 1990, na esteira do colapso da União Soviética. Em março de 2024, Putin foi reeleito para seu quinto mandato presidencial, com 87,3% dos votos válidos (de um total de 76,3 milhões), alcançando recorde de votos obtido por candidato presidencial no período pós-soviético. Tomou posse em 7 de maio de 2024 e cumpre mandato de seis anos, até 2030. Segundo as regras constitucionais atuais, Putin ainda poderá concorrer à presidência mais uma vez, o que possibilitaria sua permanência no poder até 2036.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA EXTERNA

Desde o primeiro mandato presidencial de Vladimir Putin, em 2000, a política externa russa tem sido marcada pelo esforço de restabelecer o prestígio internacional do país e confirmar seu *status* de ator incontornável em questões de paz e segurança. Para a população russa, a ascensão de Putin ao poder representou progressiva retomada de política de caráter nacionalista, centrada na recuperação da autoestima de sociedade que historicamente valoriza a projeção internacional da Rússia como grande potência.

A diplomacia russa contrapõe a atual "ordem internacional baseada em regras" (a seu ver, prescritas por Washington e Bruxelas) à perspectiva de fomentar um sistema multipolar "policêntrico", fundado nos princípios do direito internacional, cuja fonte primária seria a Carta das Nações Unidas. O BRICS reveste-se, nesse sentido, de importância singular no quadro da formulação da política externa russa, ao agrupar as principais potências em ascensão, a quem caberia engajar-se em prol de reformas nas instituições de governança global que aprimorem a influência e a representatividade dos países emergentes.

Em seu primeiro mandato presidencial, entre 2000 e 2004, Putin buscou sinergias políticas, econômicas e mesmo militares com os EUA e países europeus, tendo fortalecido canais de cooperação, estimulado a atração de tecnologias e investimentos norte-americanos e europeus, bem como apoiado, inclusive logisticamente, a campanha militar liderada pelos EUA no Afeganistão.

Com o passar dos anos, no entanto, tal aproximação deu lugar a múltiplos atritos. Movimentos de expansão da OTAN para o leste europeu foram percebidos, pelo Kremlin, como "ameaça existencial" aos interesses de segurança da Rússia e entendidos como "violação de compromisso informal" que teria sido feito à então URSS no contexto da reunificação alemã, em 1990.

Desafios adicionais, da ótica russa, teriam sido: i) intervenções militares de membros da OTAN, sem respaldo do CSNU, por exemplo, na Iugoslávia, no Iraque e na Síria, ou excedendo seu mandato, como na Líbia; ii) o recurso, por Washington e Bruxelas, a "sanções extraterritoriais como instrumento de política externa", inclusive contra Moscou; iii) a retirada unilateral dos EUA de regimes de desarmamento e de não proliferação; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

iv) o alegado apoio dos EUA e da União Europeia a mudanças de regime no entorno estratégico de Moscou, como o espaço pós-soviético ("revoluções coloridas"), o Oriente Médio ("primavera árabe") e, potencialmente, até na própria Rússia, com o suposto respaldo de Washington a manifestações populares contra o terceiro mandato de Putin, em 2011 e 2012. Tais desafios sedimentaram decepção com gestos amigáveis em direção a um Ocidente que "jamais demonstraria apreço à Rússia" ou a trataria como "parceiro verdadeiro".

A Ucrânia tem extrema relevância histórica para o mito fundador do Estado russo, que considera Rússia, Ucrânia e Belarus como terras habitadas pelo mesmo povo. A Crimeia, por sua vez, é vista, na Rússia, como "troféu" conquistado "a duras penas" pela tzarina Catarina, a Grande, frente aos otomanos, no século XVIII, tendo servido de base permanente da frota do Mar Negro, fundamental para projeção de poder da Rússia.

Nessa percepção, o governo russo sustenta que teria sido o Ocidente o responsável pelo conflito com a Ucrânia, a partir da expansão da OTAN rumo a sua área de influência. Desde a incorporação da Crimeia e a eclosão do conflito no Donbass, em 2014, iniciativas de cooperação entre Moscou e a Aliança Atlântica foram suspensas, e o contato político, significativamente reduzido, em que pesem as reuniões OTAN-Rússia em 2017 e no início de 2022. Em outubro de 2021, oito diplomatas da missão da Rússia junto à OTAN foram expulsos, acusados de espionagem. Em resposta, Moscou fechou sua missão junto à OTAN em Bruxelas, bem como a missão da OTAN em Moscou.

Entre 2014 e 2022, o posicionamento russo pautou-se por defesa ostensiva da implementação dos Acordos de Minsk, relativos ao conflito no Donbass, e pela tentativa de busca de acordo com a OTAN para não expansão da aliança securitária euro-atlântica em direção às fronteiras russas, com base na tese do princípio da indivisibilidade da segurança, segundo o qual os Estados não devem buscar fortalecer sua situação de segurança em detrimento da estabilidade de outros países, conforme estabelecido em acordos da OSCE e no Ato OTAN-Rússia de 1997.

Em dezembro de 2021, a Rússia apresentou aos EUA e à OTAN propostas de garantias de segurança, que incluiriam: (i) compromissos juridicamente vinculantes sobre a retirada de tropas e infraestrutura bélica do território dos países que se tornaram membros da Organização após 1997; (ii) compromissos de não inclusão da Ucrânia na OTAN e de conter a expansão da OTAN à leste; e (iii) proibição de instalação de armas ofensivas em áreas que permitam alcançar o território russo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A agenda atual de política externa russa é dominada pelo conflito na Ucrânia, que elevou as tensões entre a Rússia e as potências ocidentais a novos patamares, com a virtual paralisia do diálogo diplomático entre os dois lados e a imposição de sanções econômicas em escala inédita, que suscitaram a virtual exclusão de Moscou dos principais sistemas financeiros globais; a inclusão de altas autoridades e empresários russos em extensas listas de sanções individuais, incluindo o próprio presidente Vladimir Putin e seus ministros; expulsões de diplomatas russos em diversas capitais; coordenação para suspensão ou expulsão da Rússia de organismos internacionais e agências especializadas; e proibição da entrada de aeronaves russas em espaços aéreos de diversos países.

Em face do distanciamento russo em relação ao eixo euro-atlântico, Moscou tem se voltado para a Ásia e para os países em desenvolvimento, buscando não apenas novos mercados para seus produtos, mas a consolidação de alianças menos suscetíveis a pressões políticas ocidentais, em linha com a visão russa de sustentar a aspiração a um mundo mais multipolar.

Conflito na Ucrânia

A crise ucraniana eclodiu no final de 2013, quando o então presidente Viktor Yanukovitch desistiu de assinatura de acordo de associação política e livre comércio da Ucrânia com a União Europeia, o que gerou protestos e sua deposição. Em março de 2014, grupos pró-Rússia declararam independência das regiões de Donetsk e Luhansk (conhecidas, conjuntamente, como Donbass), ao leste do país. Paralelamente, Crimeia e Sebastopol foram incorporados à Federação da Rússia.

Em setembro de 2014, Rússia, Ucrânia, França e Alemanha assinaram o Protocolo de Minsk, suplementado por segundo acordo em 2015. Os textos previam concessão de maior autonomia às províncias do Donbass, sem, contudo, reconhecer a independência das autoproclamadas "repúblicas populares" de Donetsk e Luhansk. Discussões sobre implementação dos Acordos de Minsk, referendados pela resolução 2202 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, passaram, desde então, a desenvolver-se ao abrigo do chamado "Formato Normandia" (Rússia, Ucrânia, França e Alemanha).

Entre os fatores que contribuíram para o insucesso dos Acordos de Minsk I e II destacam-se condicionantes políticos e militares. Diferentes interpretações quanto ao texto acordado e à sequência de ações propostas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dificultaram a implementação dos documentos. A esses obstáculos se somou percepção russa de que Kiev seguia atacando a população russófona ao leste do país, o que gerou sequência de hostilidades entre o governo central de Kiev e as "repúblicas populares", de modo que, já ao longo de 2015, os Acordos de Minsk passaram a ser sistematicamente descumpridos.

Como resultado do impasse e da percepção de risco securitário, em 21 de fevereiro de 2022, o presidente Vladimir Putin reconheceu independência das duas "repúblicas populares" no leste da Ucrânia e, em 24 de fevereiro, autorizou as Forças Armadas da Rússia a realizarem "operação militar especial" na Ucrânia. Entrando em seu quarto ano, o conflito russo-ucraniano converteu-se, de "operação militar especial", no maior esforço de guerra convencional em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial.

Com a ação russa, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky decretou lei marcial e declarou que seu país se defenderia nos termos do artigo 51 da Carta da ONU: direito inerente de legítima defesa em caso de ataque armado. Em paralelo às ações das forças armadas ucranianas, Zelensky vem conduzindo ampla campanha diplomática como forma de buscar apoio político e ajuda econômica e militar da UE, dos EUA e da OTAN.

Em pronunciamento em 21 de setembro de 2022, o presidente Vladimir Putin, além de anunciar "mobilização parcial" de centenas de milhares de reservistas, manifestou apoio à realização de referendos populares nas regiões de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhya. Em 27 de setembro, Moscou anunciou o resultado final dos referendos, em favor da adesão das quatro regiões à Federação da Rússia, formalmente reconhecida pelo presidente Putin três dias depois. Em 12 de outubro, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou resolução condenatória dos referendos.

A transformação, ao longo de 2022, 2023 e 2024, do conflito russo-ucraniano em guerra de atrito indica a dificuldade de se obterem ganhos substantivos desacompanhados de sacrifícios humanos e materiais da mesma monta. A manutenção de diferenças de princípios entre as lideranças de Moscou e de Kiev, e de posições nacionais aparentemente irreconciliáveis, sugere a complexidade para a retomada de negociações que envolvam as duas partes. Nesse contexto, iniciativas como a de Brasil e China para estabelecer "caminho rumo à paz" e facilitar eventual diálogo entre Moscou e Kiev são seguidas de perto pelo Kremlin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Brasil tem expressado sua posição em favor de cessar-fogo imediato e de solução negociada com vistas a uma paz duradoura, que contemple as preocupações de segurança de ambos os lados. Tem sido, ademais, voz contrária à aplicação de sanções unilaterais, as quais não possuem o respaldo do Conselho de Segurança das Nações Unidas e impactam negativamente a população civil e a segurança alimentar e energética global. Tem-se abstido, ainda, em votações que buscam isolar a Rússia em foros internacionais, por entender que o isolamento tende a acirrar posições e prejudicar as perspectivas de encaminhamento político-diplomático do conflito. Defende estrito respeito ao direito internacional humanitário por ambos os lados, de maneira a minimizar danos materiais e a preservar a vida da população civil nas regiões em conflito.

Em 26 de fevereiro de 2022, o Brasil votou a favor do projeto de resolução apresentado pelos EUA ao Conselho de Segurança da ONU que condenava as ações russas na Ucrânia – projeto vetado pela Rússia. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil votou a favor de duas resoluções condenatórias à Rússia, a exemplo da já mencionada resolução aprovada em 12 de outubro de 2022, que não reconhece os referendos organizados nas regiões de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhya.

Ao longo de 2023 e no início de 2024, o Brasil participou de reuniões de Assessores de Segurança Nacional organizadas em Copenhague (junho de 2023); Jedá (julho de 2023); Valeta (setembro de 2023); e Davos (janeiro de 2024). A posição defendida pelo Brasil no chamado "processo de Copenhague" se fez em defesa da constituição de um arcabouço processual que permitisse conduzir diálogo e negociação entre Rússia e Ucrânia, com equilíbrio.

No quadro do diálogo com a China, foi adotado, em 23 de maio de 2024, durante visita do embaixador Celso Amorim a Pequim, documento conjunto sino-brasileiro intitulado Entendimentos Comuns sobre a Resolução Pacífica da Crise na Ucrânia.

Ponto central do documento é o apelo em favor do diálogo e da negociação como únicas soluções viáveis para o conflito na Ucrânia. Nesse sentido, registra-se a disposição de Brasil e China em apoiar uma conferência de paz reconhecida tanto pela Rússia quanto pela Ucrânia.

Outras mensagens contidas no documento sino-brasileiro dizem respeito à necessidade de esforços para aumentar a assistência humanitária; à rejeição do emprego de armas de destruição em massa e de ataques contra usinas e instalações nucleares; à não divisão do mundo em grupos políticos ou econômicos isolados; e ao reforço da cooperação internacional. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

documento está aberto a manifestações de apoio ou adesão de outros países.

Na esteira da iniciativa sino-brasileira, teve lugar em Nova York, em 27 de setembro de 2024, Reunião de Alto Nível de Países do Sul Global sobre o Conflito na Ucrânia, presidida pelo chanceler Mauro Vieira, pelo embaixador Celso Amorim e pelo ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi. O encontro contou com participação de número expressivo de países do Sul Global comprometidos com busca de solução pacífica para o conflito. Anunciou-se, também, criação do Grupo de Amigos da Paz, formado por Representantes Permanentes dos países participantes junto às Nações Unidas. O Grupo deverá manter contatos regulares com objetivo de apoiar os esforços da comunidade internacional para alcançar paz duradoura e contribuir para criação de condições favoráveis em prol da resolução do conflito. Em 18 de dezembro, o grupo reuniu-se pela primeira vez.

A iniciativa tem gerado crescente interesse e ajudado a direcionar o foco para iniciativas de paz e de desescalada do conflito, com expectativa de que as discussões se intensifiquem em 2025. A Rússia classificou os entendimentos sino-brasileiros como “importante contribuição para o processo de paz e para as relações entre Brasil e Rússia”.

ECONOMIA

O PIB da Rússia, segundo dados oficiais, registrou queda de 1,2% em 2022 e expansão de 3,6% em 2023. O FMI estima que a economia do país terá crescido novos 3,6% em 2024, taxa superior à projetada pelo órgão para países de economia avançada. Para 2025, o Fundo estima crescimento de 1,3%. Em termos de valor agregado, segundo os últimos dados disponíveis, o PIB russo estaria distribuído da seguinte forma: agricultura com 6%; indústria com 27%; e serviços com a maior fatia, 67%.

O Banco Central russo trabalha com sistema de metas de inflação, atualmente de 4% ao ano. Segundo o FMI, a inflação de 2024 teria sido de 7,9%, depois de haver registrado 5,9% em 2023 e 13,7% em 2022. A projeção para 2025 se situa em 5,9%.

Após êxito em evitar colapso do rublo e do sistema bancário nos primeiros meses que se seguiram ao início da "operação militar especial", a Rússia teve de enfrentar desafios conjunturais e estruturais complexos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mitigar dificuldades econômicas em contexto de sanções unilaterais sem precedentes, as quais afetaram operações de pagamentos e fluxos de comércio exterior. Em setembro de 2022, cerca de seis meses após o início do conflito, às incertezas que pairavam sobre o futuro da economia se somaram repercussões negativas decorrentes da "mobilização parcial", que afetaram diretamente empresas e cidadãos.

Nesse contexto de adversidades internas e externas, o ano de 2023 trouxe incertezas para empresas e consumidores. As projeções catastróficas de colapso da economia russa sob o peso das sanções, contudo, não se concretizaram. Ao final daquele ano, governo e analistas locais passaram a expressar visões menos pessimistas sobre o futuro imediato da economia russa.

Prevaleceu, ao longo de 2024, perspectiva de manutenção de importante saldo no comércio exterior, bem como de resiliência da demanda interna, em parte devido ao impacto positivo – particularmente, em regiões fora do eixo econômico central (Moscou - São Petersburgo) – de pagamentos de auxílios sociais a combatentes e suas famílias. O significativo nível de reservas líquidas do país, composto pelo fundo soberano russo; o relevante orçamento de investimento de grandes empresas estatais, como a Gazprom; o elevado volume de reservas do Banco Central; e o bom desempenho da balança comercial permitiram adoção de eficaz política anticíclica por parte do governo, com estímulos fiscais orientados para manutenção da demanda e para investimentos em infraestrutura.

As sanções ocidentais impostas contra exportações do setor de petróleo e derivados mostraram-se pouco eficazes em razão da forte demanda internacional pelo petróleo russo. Nesse contexto, constituição de frota própria de navios para transportar óleo bruto e derivados foi fundamental para contornar medidas de pressão sobre transportadores e seguradores ocidentais nas operações com fornecedores russos. Manteve-se, assim, fluxo relevante de receitas externas e fortalecimento das reservas financeiras.

Na esfera comercial, um dos desafios enfrentados a partir do segundo ano de conflito foi o processo de *decoupling* no comércio com a União Europeia. A reorientação das exportações para a China, para a Índia e para países em desenvolvimento, bem como o significativo incremento comercial com países vizinhos que não aderiram às sanções (como Turquia e países do Cáucaso e da Ásia Central) garantiram à Rússia mercado para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

suas exportações, bem como acesso a importações, inclusive de bens de capital, peças de reposição e maquinário.

As medidas retaliatórias do Ocidente, em contexto de ampla capacidade industrial ociosa do país, abundância de recursos energéticos e significativas reservas de capital, parecem ter estimulado a intensificação de processo de substituição de importações – que já se observava, em alguns setores de bens de consumo básico, desde a assunção de Putin à Presidência e fortalecida pela crise da Crimeia. Em particular, nos âmbitos do agronegócio, industrial-militar e de alguns ramos de bens duráveis esse processo pode ser considerado especialmente exitoso.

A Rússia conseguiu desenvolver, nesse sentido, relevante produção de componentes de maior valor agregado, como equipamento óptico, de radiotransmissão e de navegação, empregados em larga escala na produção de drones e de produtos militares acabados. Na perspectiva de parte dos analistas, as sanções ocidentais, em conjunto com fatores endógenos presentes na economia, permitiram retomada de processo de reindustrialização na Rússia, em contraste com forte dependência de importações de bens europeus, observada no passado.

Desafios para a economia russa em 2025 foram elencados por ocasião de sessão plenária da Duma de Estado realizada em novembro de 2024, com participação da presidente do Banco da Rússia (equivalente ao Banco Central do Brasil), Elvira Nabiullina.

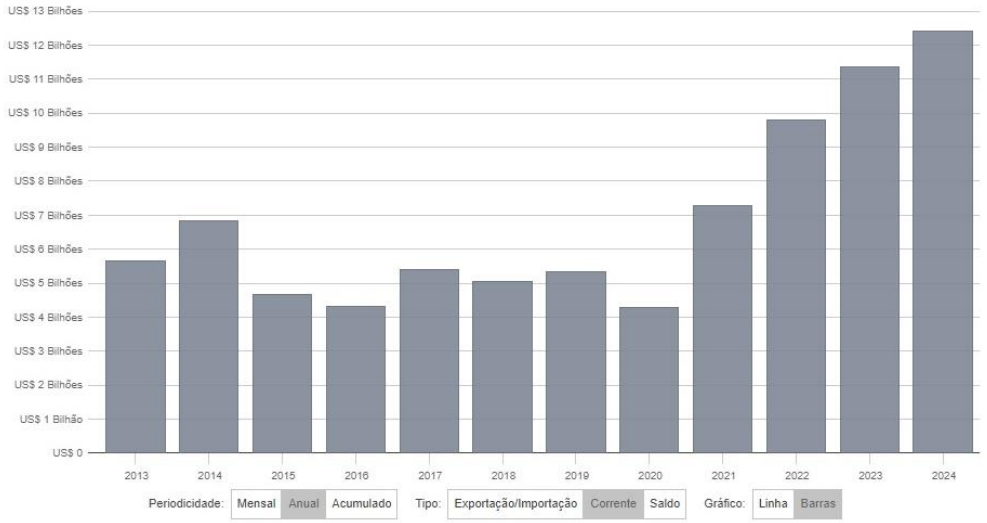
Nabiullina singularizou a inflação como ponto a ser atentamente acompanhado: reconheceu que a alta de preços permanece em patamares elevados pelo quarto ano consecutivo e, atualmente, seria verificada "inércia inflacionária" nas expectativas de consumidores e de empresas – o que obrigaria o Banco a agir de forma "decisiva".

Fez referência, a esse respeito, ao rápido crescimento da demanda após o "choque inicial" decorrente das sanções, apoiado, majoritariamente, em expansão do crédito e em forte estímulo fiscal praticados no primeiro ano do conflito – situação observada ainda em 2025, segundo Nabiullina. A dificuldade em conter os aumentos de preços poderia ser explicada, em grande parte, pelo persistente desequilíbrio entre oferta e demanda, esta última em acelerado crescimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS COMERCIAIS BRASIL-RÚSSIA

Brasil-Rússia: Corrente de comércio



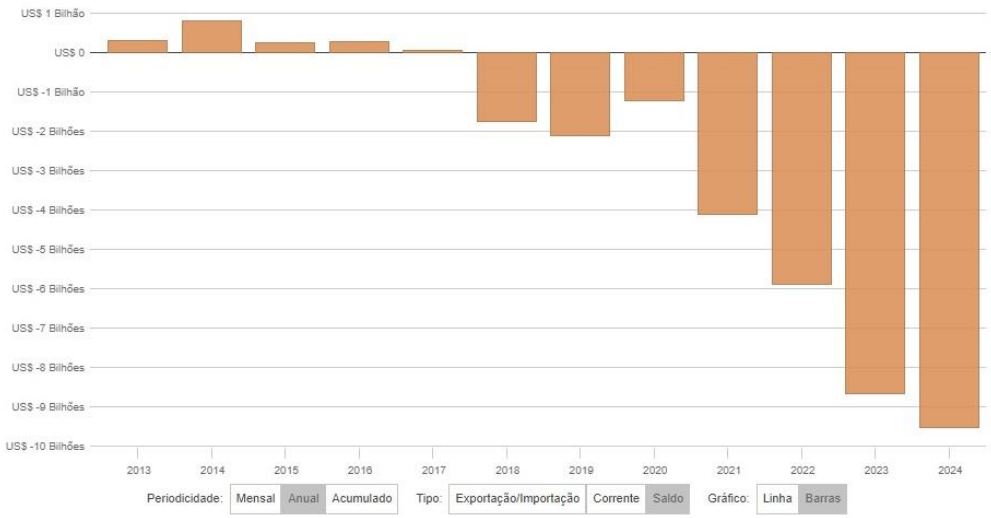
Fonte: Comex-vis

Brasil-Rússia: exportações e importações

Fonte: Comex-vis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil-Rússia: saldo comercial



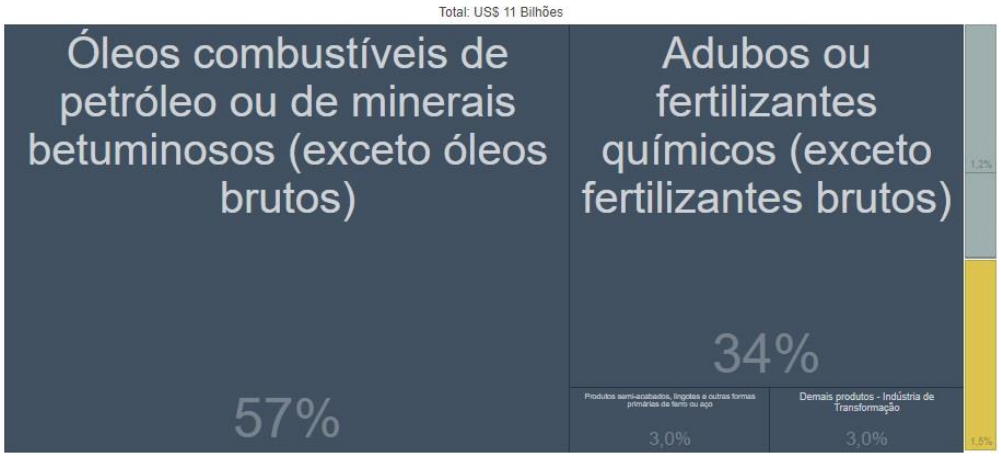
Fonte: Comex-vis

Brasil-Rússia: Pauta exportadora (2024)

Fonte: Comex-vis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil-Rússia: Pauta importadora (2024)



Fonte: Comex-vis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cronologia Histórica da Rússia
Séculos VIII a.C.-XII d.C – Tribos eslavas consolidam presença na planície europeia oriental. Ao longo de vários séculos, sucessão de tribos nômades asiáticas povoam a região, mesclando-se com as tribos eslavas.
Séculos XIII-XV – Invasão e domínio mongol.
1480 – Ivan III repele a Horda Dourada, marcando o fim do controle mongol sobre a Rússia.
1547 – Ivan IV, o Terrível, torna-se o primeiro monarca moscovita a receber o título de czar de toda a Rússia.
1582-1640 – Expansão da Rússia rumo à Sibéria.
1682-1725 – Reinado do czar Pedro I, o Grande, que estende as fronteiras da Rússia até o mar Báltico.
1762-1796 – Reinado de Catarina II, a Grande, conhecido como a "Era de Ouro do Império Russo".
1812 – Invasão da Rússia pelo Grande Exército de Napoleão, derrotado pelo czar Alexandre I.
1853-1856 – Guerra da Crimeia, perdida pela Rússia.
1904-1905 – Guerra russo-japonesa, perdida pela Rússia.
1905 – Revolução de 1905. Reprimida, mas força o czar a assinar o Manifesto de Outubro, que permite a criação de um parlamento.
1917 – Revolução de Outubro. Fim da monarquia. Revolucionários bolcheviques tomam o poder. Armistício com a Alemanha retira a Rússia da Primeira Guerra Mundial.
1922 – Fim da Guerra Civil Russa. Fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
1924 – Morte de Lênin. Stálin vence disputa pelo poder contra Trótski e torna-se o primeiro secretário-geral do Partido Comunista soviético.
1941 – Invasão da URSS por Hitler. A URSS une-se aos Aliados contra o Eixo.
1945 – Fim da Segunda Guerra Mundial. Ocupação de Berlim e da Europa Oriental pelo Exército Vermelho. Divisão da Europa em zonas de influência ocidental e soviética.
1953 – Morte de Stálin e ascensão de Khrushchev ao comando do Partido Comunista soviético.
1955 – Assinatura do Pacto de Varsóvia entre a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Polônia, a Romênia, a Albânia e a Tchecoslováquia.
1956 – Khrushchev denuncia crimes de Stálin em discurso no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Início da coexistência pacífica com o Ocidente.
1962 – Crise dos mísseis em Cuba.
1964 – Ascensão de Brezhnev à liderança do Partido Comunista (1964-1982).
1982 – Andropov assume a posição de secretário-geral do partido comunista.
1984 – Após o falecimento de Andropov, Chernenko ascende ao poder.
1985 – Mikhail Gorbachev torna-se secretário-geral do Partido Comunista, após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o falecimento de Chernenko. Gorbachev adota, como lema de seu governo, os conceitos *glasnost* (transparência ou abertura) e *perestroika* (reestruturação).
1991 – Dissolução da URSS.
1993 – Crise constitucional na Rússia. Exército bombardeia o Parlamento e prende líderes opositores. Eleições para o novo Parlamento e referendo sobre nova Constituição.
1994 – Primeira Guerra da Chechênia. Yeltsin declara cessar-fogo unilateral em 1996.
1999 – Segunda Guerra da Chechênia. Vladimir Putin torna-se primeiro-ministro de Yeltsin em agosto. Com a renúncia de Yeltsin, em dezembro, Putin assume como presidente interino da Rússia.
2000 – Vladimir Putin vence a eleição presidencial no primeiro turno.
2008 – Após dois mandatos consecutivos do presidente Putin, seu aliado político Dmitry Medvedev ganha a eleição presidencial no primeiro turno.
2012 – Início do terceiro mandato do presidente Vladimir Putin.
2014 – Anexação da Crimeia. Suspensão da Rússia do G8. EUA, UE e aliados ocidentais anunciam sanções contra a Rússia.
2018 – Início do quarto mandato do presidente Vladimir Putin (2018-2024).
2020 – Aprovação de reforma à Constituição de 1993, que faculta ao presidente Putin a possibilidade de concorrer a nova reeleição em 2024.
2022 – Conflito na Ucrânia tem início em fevereiro. Em setembro, após referendo, Rússia anuncia anexação de quatro províncias ucranianas: Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhya. Estados ocidentais impõem sanções progressivas contra o país.
2024 – Reeleição de Putin para o quinto mandato, até 2030, com 87,3% dos votos.
2024 – Invasão ucraniana da província russa de Kursk, em agosto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cronologia das Relações Bilaterais
1828 – Estabelecimento de relações diplomáticas, em 3 de outubro.
1876 – Visita privada de D. Pedro II a São Petersburgo.
1918 – Rompimento de relações diplomáticas, em razão do não reconhecimento, pelo Brasil, do governo bolchevique.
1945 – Restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS.
1947 – Novo rompimento de relações diplomáticas, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra.
1959 – Restabelecimento de relações comerciais, durante a presidência de Juscelino Kubitschek.
1961 – Restabelecimento de relações diplomáticas, durante a presidência de João Goulart.
1981 – Ato constitutivo da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC).
1988 – Visita do presidente José Sarney à URSS.
1997 – Criação da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN).
1999 – 1ª Reunião da CIC, em Brasília (23 e 24 de abril).
2000 – 1ª Reunião da CAN, em Moscou (21 a 25 de junho).
2001 – 2ª Reunião da CIC, em Moscou (25 e 26 de setembro).
2001 – 2ª Reunião da CAN, em Brasília (12 de dezembro).
2002 – Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia. Elevação das relações bilaterais ao nível de Parceria Estratégica.
2004 – Visita do vice-presidente José Alencar à Rússia.
2004 – Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil, a primeira de chefe de Estado da Rússia. Estabelecimento de Aliança Tecnológica entre os dois países.
2004 – 3ª Reunião da CIC, em Brasília (18 a 20 de fevereiro).
2004 – 3ª Reunião da CAN, em Moscou (11 e 12 de outubro).
2005 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia (18 de outubro).
2005 – 4ª Reunião da CIC, em Moscou (3 e 4 de outubro).
2006 – Visita do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil (dezembro).
2006 – 4ª Reunião da CAN, em Brasília (4 de abril).
2008 – 1ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRIC, em Ecaterimburgo (maio).
2008 – Visita do presidente Dmitry Medvedev ao Brasil (25 e 26 de novembro).
2008 – 5ª Reunião da CIC, em Brasília (17 e 18 de novembro).
2009 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia, por ocasião da 1ª Cúpula do BRIC, em Ecaterimburgo (junho).
2010 – Visita do presidente Dmitry Medvedev ao Brasil, por ocasião da 2ª Cúpula do BRIC (15 e 16 de abril).
2010 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia. Assinatura do Plano de Ação da Parceria Estratégica (maio).
2010 – 6ª Reunião da CIC, em Brasília (7 e 8 de outubro).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2011 – Visita do vice-presidente Michel Temer à Rússia e realização da 5ª Reunião da CAN (16 de maio) e da 7ª Reunião da CIC (17 de maio), em Moscou.
2012 – Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do BRICS à margem da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, 26 de setembro).
2012 – Visita da presidente Dilma Rousseff a Moscou (13 e 14 de dezembro).
2013 – Visita do primeiro-ministro Dmitry Medvedev ao Brasil e realização da 6ª CAN, em Brasília (19 a 21 de fevereiro).
2013 – Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Sergey Lavrov ao Brasil (11 de junho).
2013 – Visita da presidente Dilma Rousseff à Rússia e participação na Cúpula do G20, em São Petersburgo (5 de setembro).
2013 – 8ª Reunião da CIC, em Brasília (8 de novembro).
2013 – Visita do ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado à Rússia (20 de novembro).
2014 – Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil e participação na 6ª Cúpula do BRICS, em Fortaleza (14 de julho).
2015 – Visita da presidente Dilma Rousseff à Rússia e participação na 7ª Cúpula do BRICS, em Ufá (9 de julho).
2015 – Visita do vice-presidente Michel Temer à Rússia e realização da 9ª Reunião da CIC (14 e 15 de setembro) e da 7ª Reunião da CAN (16 de setembro), em Moscou.
2016 – Visita de Sua Santidade Cirilo I, Líder da Igreja Ortodoxa Russa, ao Brasil (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, 19 a 21 de fevereiro).
2017 – 10ª Reunião da CIC, em Brasília (22 de maio).
2017 – Visita do presidente Michel Temer à Rússia (20 e 21 de junho).
2019 – Reunião de Consultas Políticas, em nível de secretários (Brasília, 11 de março).
2019 – Reunião de Consultas Políticas, em nível de diretores de Departamento (Brasília, 24 de abril).
2019 – Visita do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil (26 de julho).
2019 – Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil e participação na 9ª Cúpula do BRICS, em Brasília (14 de novembro).
2021 – 11ª Reunião da CIC, em Brasília (25 e 26 de outubro).
2021 – Visita do Ministro das Relações Exteriores Carlos França à Rússia (29 de novembro e 1º de dezembro).
2022 – Visita do presidente Jair Bolsonaro à Rússia (16 de fevereiro).
2022 – Reunião de Consultas Políticas, em nível de diretores de Departamento (Brasília, 22 de julho).
2023 – Reunião de Consultas de Planejamento Diplomático (Moscou, 28 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

março).
2023 – Visita do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil (17 de abril).
2023 – Reunião de Consultas Políticas em nível de secretário (Moscou, 3 de julho).
2024 – Visita do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil e participação na Reunião Ministerial do G20 (21 e 22 de fevereiro).
2024 – Visita do chanceler Mauro Vieira à Rússia e participação na Reunião de Chanceleres do BRICS, em Nizhny Novgorod (10 e 11 de junho).
2024 - Visita do chanceler Sergey Lavrov ao Brasil e participação na Cúpula do G20 (18 e 19 de novembro).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS BILATERAIS VIGENTES			
Título	**Data de Celebração**	**Entrada em Vigor**	**Publicação**
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa	14/12/2012	02/03/2018	26/10/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar	26/11/2008	26/06/2010	08/07/2015
Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia	26/11/2008	07/06/2010	26/08/2010
Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e Agência Federal de Cultura Física e Esporte	22/11/2004	22/11/2004	27/04/2005
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda	22/11/2004	16/06/2017	01/08/2017
Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e Federação da Rússia	14/01/2002	01/01/2007	07/03/2007
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Turismo	12/12/2001	12/12/2007	20/03/2008

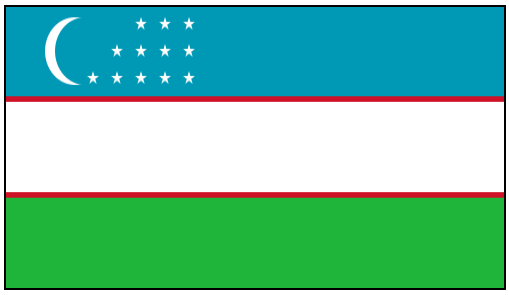
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Prevenção, Investigação e Combate as Infrações Aduaneiras	12/12/2001	01/08/2004	11/10/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Política de Concorrência	12/12/2001	12/12/2001	30/01/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Quarentena Vegetal	22/06/2000	26/06/2002	12/06/2002
Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	22/06/2000	14/01/2002	18/09/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	21/11/1997	13/08/2002	13/08/2002
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia	21/11/1997	25/07/1999	03/09/1999
Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Rússia	21/11/1997	30/09/1999	19/01/2000
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia.	22/01/1993	07/09/1995	08/11/1995

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Ásia e Pacífico
Departamento de China, Rússia e Ásia Central
Divisão de Rússia e Ásia Central

UZBEQUISTÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS SOBRE O UZBEQUISTÃO	
NOME OFICIAL:	República do Uzbequistão
GENTÍLICO:	Uzbeque
CAPITAL:	Tashkent
ÁREA:	447.400 km²
POPULAÇÃO:	36.412.350 (2023)
LÍNGUA OFICIAL:	Uzbeque (língua oficial). Línguas minoritárias não oficiais incluem russo e tajique.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo sunita (88%); cristã ortodoxa (9%) e outras (3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral composto por Senado e Assembleia Legislativa
CHEFE DE ESTADO:	Shavkat Mirziyoyev (desde 4 de dezembro de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Abdulla Aripov (desde 14 de dezembro de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (est. 2024):	US$ 112,6 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (est. 2024):	US$ 425,24 bilhões
PIB *PER CAPITA* (est. 2024):	US$ 3.010
PIB PPP *PER CAPITA* (est. 2024):	US$ 11.572
VARIAÇÃO DO PIB:	5,98% (2019); 2% (2020); 7,4% (2021); 5,67% (2022); 5,99% (2023), 5,2% (est. 2024)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2022):	0,727 (106ª posição entre 191 países; Brasil é o 89º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2022):	72,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018):	99,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023):	4,5%
UNIDADE MONETÁRIA:	Som uzbeque
EMBAIXADOR EM TASHKENT:	Rodrigo de Lima Baena Soares (não residente)
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Javlon Vakhabov (residente em Washington – pendente apresentação de credenciais)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de um brasileiro residente no Uzbequistão

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões – FOB / Fonte: MDIC)											
Brasil →Uzbequistão	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	**18,0**	**12,3**	**14,0**	**6,0**	**38,3**	**35,1**	**46,3**	**500,2**	**606,7**	**637,7**	**580,3**
Exportações	17,0	9,9	13,5	5,3	38,1	27,7	44,7	280,8	334,1	268,4	176,9
Importações	1,0	2,4	0,5	0,7	0,2	7,4	1,6	219,4	272,6	369,3	403,4
Saldo	**16,0**	**7,5**	**13,0**	**4, 6**	**37,9**	**20,3**	**43,1**	**61,4**	**61,5**	**-100,9**	**-226,5**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

Núcleo histórico, geográfico e demográfico da Ásia Central, o Uzbequistão faz fronteira com todas as demais repúblicas pós-soviéticas regionais (Cazaquistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tajiquistão), além do Afeganistão. Trata-se de um dos dois únicos países duplamente mediterrâneos (isto é, sem acesso ao mar e cercado por países na mesma condição) do mundo, ao lado de Liechtenstein.

O território uzbeque, de 447.400 km² (pouco maior do que o Paraguai), é caracterizado pela escassez de água, o que decorre, em parte, da drástica redução do volume do Mar de Aral, em consequência da irrigação intensiva para o cultivo do algodão no período soviético. O clima é caracterizado por verões longos e quentes, temperados por invernos suaves.

Trata-se do país mais povoado da Ásia Central, com 36 milhões de habitantes, concentrados nas terras férteis da parte oriental do país, como o vale do Fergana. O crescimento demográfico vegetativo é relativamente elevado (2,8% por ano). Em sua maioria (88%), a população professa o Islã sunita, geralmente em sua vertente "russificada", com costumes sociais comparativamente liberais. O Estado é laico.

Entre a população nacional, há aproximadamente 83% de uzbeques e 17% de minorias étnicas, como russos, tajiques e cazaques. Há expressiva diáspora uzbeque (2 milhões de pessoas) na Rússia, sobretudo em Moscou.

País rico em recursos naturais, o Uzbequistão conta com grandes reservas exploráveis de gás natural, petróleo e ouro. Também tem potencial no campo da agricultura, pois 62% de suas terras são produtivas, com histórico destacado no cultivo do algodão.

O idioma uzbeque, o único oficial do país, pertence à família linguística túrquica. Em 1992, o cirílico foi substituído por versão modificada do alfabeto latino ("Yañalif") na grafia do uzbeque. O russo segue sendo amplamente compreendido no Uzbequistão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SHAVKAT MIRZIYOYEV

presidente

Shavkat Miromonovich Mirziyoyev nasceu em 24 de julho de 1957, em Zaamin. Em 1981, graduou-se em Engenharia Mecânica pelo Instituto de Engenheiros de Irrigação e Mecanização da Agricultura de Tashkent, onde também obteve o título de doutor em Ciências Técnicas.

Em 1990, foi eleito deputado do Soviete Supremo do Uzbequistão. Em 1992, foi designado governador do distrito de Mirzo Ulugbek, onde se localiza a cidade de Tashkent. Tornou-se governador da região de Jizzakh, em 1996, e da região de Samarcanda, em 2001. Foi o primeiro-ministro do Uzbequistão por longo período (2003 a 2016).

Em setembro de 2016, após o falecimento de Islam Karimov, primeiro mandatário uzbeque, a Câmara Legislativa e o Senado indicaram Shavkat Mirziyoyev como presidente interino do país. Em dezembro de 2016, foi eleito presidente com 88,6% dos votos. Foi reeleito para um segundo mandato de cinco anos, em 2021, com 80,3% dos votos. Após uma emenda constitucional garantir a possibilidade de o Presidente concorrer a um terceiro mandato, ganhou as eleições de 2023, com 87,7% dos votos, para um mandato, dessa vez, de 7 anos.

Fluente em uzbeque e russo. Casado, tem um filho e duas filhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ABDULLA ARIPOV

primeiro-ministro

Abdulla Nigmatovich Aripov nasceu em 24 de maio de 1962, em Tashkent. Formou-se em Engenharia de Comunicações. É doutor em Economia pelo Instituto de Eletrotécnica e de Comunicações de Tashkent.

Fez carreira no setor de comunicações, tendo trabalhado na Agência de Telefonia e Telégrafos de Tashkent (1983 a 1992); nas empresas Uzimpeksaloka (1993 a 1995) e JV TashAfinalAL (1995 a 1996); e em agências públicas de telecomunicações e correios (1995 a 2001).

Foi vice-primeiro ministro de 2002 a 2012, quando se afastou do governo para lecionar na Universidade de Tecnologias da Informação de Tashkent. Em dezembro de 2016, foi nomeado primeiro-ministro em substituição a Shavkat Mirziyoyev, eleito presidente. Em janeiro de 2020, foi reconduzido ao cargo pelo parlamento uzbeque.

Fluente em uzbeque e russo. Casado, tem cinco filhas.

BAKHTIYOR SAIDOV

Ministro dos Negócios Estrangeiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nascido em Samarcanda, em 22 de abril de 1981, graduou-se em 2002 em Economia pela Universidade Estatal de Tashkent. Em 2007, concluiu pós-graduação em comércio internacional no Instituto da OMC, em Genebra. Entre 2009 e 2013, atuou como representante comercial junto à Embaixada do Uzbequistão em Seul. Após período no setor privado, foi indicado Embaixador do Uzbequistão em Pequim, com jurisdição também sobre Mongólia e Filipinas. Em novembro de 2021, foi nomeado Ministro da Educação, posto que ocupou até dezembro de 2022, quando se tornou Ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros. Foi efetivado no cargo em votação parlamentar no dia 25 de abril de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

O Uzbequistão contemporâneo corresponde aproximadamente à histórica Transoxiana (ou Sogdiana), o território situado entre os rios Amu Darya e Syr Darya, respectivamente conhecidos como Oxus e Jaxartes na antiguidade. Trata-se de uma das regiões do globo com mais antigo registro de presença humana. A área era habitada já no período paleolítico, quando nela foram desenvolvidas armas rudimentares, formulações teológicas e técnicas de domesticação de animais.

Sob o domínio persa, no século VI a.C., surgiram as primeiras cidades da região, como Bucara e Samarcanda. Após a conquista da Pérsia por Alexandre, o Grande, em 328 a.C., essas localidades tornaram-se importantes centros de intercâmbio comercial, político, religioso e cultural – o núcleo dos corredores de trânsito entre China e Europa coletivamente conhecidos como "Rota da Seda".

Boa parte da área foi anexada ao Califado Árabe entre os anos 709 e 712, quando o Islã sunita tornou-se a religião predominante.

No século XIII, o imperador mongol Genghis Khan invadiu a região e provocou grande destruição. Sob seu domínio, migrantes turcos começaram a ocupar o território, o que deu origem à etnia uzbeque, resultante da miscigenação entre mongois, turcos e persas.

Após a morte de Genghis Khan e o enfraquecimento de sua dinastia, líderes tribais estabeleceram controle sobre o antigo canato mongol. Nos séculos seguintes, a região sofreu diversas ondas de conquista militar, entre as quais se destaca a ascensão do Império Timúrida, de matriz turco-mongol, liderado por Amir Timur (Tamerlão), que se encontra sepultado em Samarcanda e atualmente é considerado herói nacional no Uzbequistão. Posteriormente, consolidaram-se três canatos/emirados independentes na área: Bucara, Khiva e Kokand. Essas unidades políticas sobreviveram até meados do século XIX, quando forças russas os anexaram, sob a forma de protetorados, no contexto do "Grande Jogo" entre os impérios tsarista e britânico pela hegemonia geopolítica na Ásia Central. A região passou a ser administrada por governadores-gerais indicados por São Petersburgo, que investiu no setor agrícola, com o objetivo de suprir as necessidades da indústria russa de algodão e tecidos. No início do século XX, descendentes de comerciantes uzbeques educados em universidades russas e turcas, conhecidos como jadadistas, advogaram pela modernização e pela independência do Uzbequistão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No âmbito da Guerra Civil posterior à Revolução Russa de 1917, houve conflitos entre o Exército Vermelho e guerrilhas uzbeques, os basmachis, que ambicionavam a independência, mas foram vencidas militarmente. A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ensejou o estabelecimento, em 1924, da República Socialista Soviética Uzbeque, cujas fronteiras foram arbitrariamente delineadas por Josef Stalin, então Comissário do Povo para as Nacionalidades da URSS, e passaram por diversas alterações nas décadas de 1920 e 1930.

A construção da ferrovia Turquestão-Sibéria (Turksib), concluída em 1930, contribuiu para a consolidação do poder soviético no Uzbequistão e para o desenvolvimento da economia do país, processo aprofundado durante a Segunda Guerra Mundial, quando parte expressiva do complexo fabril soviético foi realocada para a Sibéria e a Ásia Central e testemunhou-se o crescimento da economia uzbeque, impulsionada pela indústria pesada. Surgiram, à época, novas cidades e empreendimentos agrícolas estatais. O Uzbequistão também recebeu grande fluxo de refugiados e deportados, provenientes de toda a União Soviética. No mesmo período, muitos cidadãos uzbeques, sobretudo personalidades políticas e culturais, foram submetidos à repressão stalinista.

Nos anos 1970, o chefe do Partido Comunista do Uzbequistão, Sharof Rashidov, adotou práticas autonomistas e clientelistas que desgastaram a autoridade soviética na região. Após sua morte, Moscou indicou uma nova geração de líderes para reestabelecer seu controle na área, com destaque para Islam Karimov, que se tornou primeiro-secretário do Partido Comunista do Uzbequistão em 1989 e presidente do Uzbequistão soviético em 1990.

Em paralelo, a incursão soviética no Afeganistão (1979-1989) afetou diretamente o Uzbequistão. Passava pela cidade uzbeque de Termez o principal corredor de trânsito do Exército Vermelho naquela campanha militar. Milhares de uzbeques faleceram no conflito no país vizinho.

Com as reformas estruturais (*glasnost* e *perestroika*) implementadas por Mikhail Gorbachev para liberalizar e modernizar a União Soviética, Islam Karimov promoveu políticas que ensejaram maior autonomia política e cultural ao Uzbequistão, como a valorização do Islã – cuja prática havia sido restrita por décadas – e do idioma uzbeque.

Em 1º de setembro de 1991, após a malfadada tentativa de golpe de Estado da linha-dura soviética contra Gorbachev, o Soviete Supremo do Uzbequistão proclamou a independência do país. Referendo realizado em dezembro do mesmo ano conferiu respaldo popular à decisão, que recebeu 98,2% de aprovação. Na sequência, Islam Karimov foi eleito o primeiro presidente da República do Uzbequistão, com 87% dos votos. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mandatário consolidou sua autoridade e foi reeleito sucessivamente em 2000, 2007 e 2015.

Durante seu prolongado governo, Karimov centralizou o poder político e promoveu a autossuficiência política e econômica do país. Permaneceu no cargo até falecer, vítima de infarto, em setembro de 2016. O parlamento nomeou o então primeiro-ministro, Shavkat Mirziyoyev, como chefe de Estado interino, e determinou a realização de eleições antecipadas.

Em dezembro de 2016, Mirziyoyev foi eleito presidente do Uzbequistão com 88,6% dos votos, com base em plataforma reformista, visando a modernizar a economia, por meio da atração de investimentos estrangeiros, descomprimir o ambiente político interno, com a libertação de prisioneiros políticos e o fechamento da prisão de Jaslyk (2019), símbolo de violação de direitos humanos, e romper o isolamento internacional herdado da Era Karimov, buscando melhorar a relação com os países vizinhos.

Após ser reeleito para um segundo mandato em 2021, com 80,3% dos votos, promoveu uma reforma constitucional, aprovada por meio de referendo, que incluiu a extensão do mandato presidencial para sete anos. Com a reforma, foi convocada nova eleição presidencial, em 2023, vencida por Mirziyoyev, com 87,7% dos votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Uzbequistão foram estabelecidas em 30/4/1993 e são acompanhadas, de forma cumulativa, pela Embaixada do Brasil em Moscou e pela Embaixada do Uzbequistão em Washington.

O relacionamento ganhou alguma densidade na segunda metade da década de 2000. O primeiro embaixador brasileiro a apresentar credenciais em Tashkent foi Carlos Augusto Santos-Neves, em 2006, e, em 2008, Abdulaziz Kamilov tornou-se o primeiro embaixador uzbeque a apresentar credenciais em Brasília.

O fluxo de visitas intensificou-se nos anos seguintes. Em 2006 e 2007, o então assessor especial do MRE para a Ásia, embaixador João Gualberto Marques Porto, visitou Tashkent. Em 2007, o então vice-chanceler uzbeque, Ilkhom Nematov, visitou Brasília para firmar protocolo sobre consultas políticas – o primeiro ato bilateral assinado entre Brasil e Uzbequistão. Em 2008, visitou o Brasil o então ministro das Relações Econômicas Exteriores do Uzbequistão, Elyor Ganiev. No mesmo ano, ocorreu, em Tashkent, a I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, com a viagem à capital uzbeque do então SGAP II, embaixador Roberto Jaguaribe. Naquele contexto, o governo uzbeque anunciou apoio à candidatura brasileira a vaga permanente no CSNU.

O ápice da aproximação bilateral foi a viagem ao Brasil (Brasília e Rio de Janeiro) do então presidente Islam Karimov, em maio de 2009, a única de um mandatário uzbeque à América do Sul.

À exceção do protocolo sobre consultas políticas de 2007, todos os atos bilaterais existentes foram assinados durante a visita presidencial. Esse arcabouço jurídico é composto por acordos de cooperação econômica e comercial, cooperação técnica, cultura, turismo e agricultura; acordo de isenção de vistos para passaportes diplomáticos; memorando de consultas políticas; e uma declaração presidencial conjunta. Todos estão vigentes no plano internacional.

No mês seguinte à visita presidencial uzbeque, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a EMBRAPA realizaram missão ao país centro-asiático para prospectar possíveis áreas de cooperação técnica.

O então secretário de Comércio Exterior do MDIC, Welber Barral, liderou missão empresarial ao Uzbequistão, em 2010, para participar da Feira Internacional de Turismo de Tashkent e reunir-se com ministros da área econômica e com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria e o presidente da Uzbekenergo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Uzbequistão foi representado na Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012, por seu então ministro da Proteção da Natureza, Nariman Umarov.

Nos anos seguintes, desacelerou-se o fluxo de contatos de alto nível. O hiato foi superado em 2016, quando o vice-primeiro-ministro uzbeque, Adham Ikramov, chefiou a delegação de seu país aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

O atual embaixador uzbeque em Washington, Furkat Sidikov, que assumiu seu posto em maio de 2023, entregou cópia figurada de suas credenciais à embaixadora do Brasil em Washington em outubro de 2023 e aguarda previsão de data para cerimônia de entrega de credenciais.

Entre os dias 5 e 7 de julho de 2023, o atual embaixador do Brasil em Moscou, Rodrigo Baena Soares, realizou visita à capital uzbeque, em que manteve encontro com o chanceler do Uzbequistão, que indicou que o Brasil é o principal parceiro do Uzbequistão na América Latina e ressaltou que existe grande potencial a ser explorado, e participou, a convite da Embraer, de evento de apresentação e voo de demonstração da aeronave E195-E2 a autoridades governamentais e companhias aéreas uzbeques.

Em setembro de 2023, à margem da Assembleia Geral da ONU, o chanceler Mauro Vieira reuniu-se com o MNE Bakhtior Saidov. No encontro, a parte uzbeque destacou que o seu país considera o Brasil como "parceiro-chave", tanto em termos globais quanto para sua relação com a América Latina. Ao tratar do interesse uzbeque na compra de aeronaves C-390 Millenium, foi feito convite para que o ministro Saidov realizasse visita ao Brasil em ocasião que lhe fosse conveniente, em cujo programa poderia ser inserida visita à sede da EMBRAER em São José dos Campos para conhecer a linha de montagem e manter reuniões com diretores da empresa. O MNE uzbeque indicou que verificaria a sua disponibilidade para visita na ocasião mais próxima possível. Convidou igualmente o ME Mauro Vieira a realizar visita a Tashkent em momento oportuno.

Em 30 de abril de 2024, realizou-se a II Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, por videoconferência, em nível de diretores de Departamento (DRC). Na reunião, o diretor uzbeque sugeriu a criação de grupos de amizade parlamentares e manifestou interesse em nomear cônsul-honorário no Brasil. Solicitou, ademais, fosse definida data para apresentação de credenciais do embaixador do Uzbequistão para o Brasil, residente em Washington.

Nos dias 2 e 3 de julho de 2024, o embaixador brasileiro em Moscou retornou a Tashkent para nova visita ao Uzbequistão. Na ocasião, manteve reuniões com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Muzaffarbek Madrahimov, com o diretor do Departamento de Américas da Chancelaria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Kakhramon Shakirov, com o vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria, Dilshod Rasulov, com o vice-ministro dos Transportes, Jasurbek Choriev, e com o vice-ministro da Economia e Finanças, Jasur Karshibayev. Dentre os destaques da visita, que deu seguimento ao diálogo de abril, estiveram as negociações para aquisição de aeronaves da Embraer por parte do Uzbequistão, o interesse uzbeque em expandir contatos com o Brasil na área humanitária, no setor de educação e de cooperação técnico-científica, bem como na área cultural, por meio do estabelecimento de convênio com o Instituto Guimarães Rosa.

Em 26 de setembro último, houve novo encontro entre o chanceler Mauro Vieira e seu homólogo uzbeque, à margem da Assembleia Geral da ONU. No mesmo mês, foi assinado o protocolo bilateral de acesso a mercado, no contexto do processo de acessão do Uzbequistão à Organização Mundial do Comércio.

Por meio de nota verbal à Embaixada em Moscou, o Uzbequistão informou, em novembro último, decisão de aderir à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma das principais prioridades da presidência brasileira do G20. Aguarda-se o envio da Declaração de Compromisso, ato necessário à formalização da adesão.

Atualmente, as relações bilaterais são entendidas pelo lado uzbeque como parte da estratégia de diversificação de parceiros internacionais. O Uzbequistão percebe o Brasil com líder regional e potência econômica, capaz de contribuir com setores estratégicos do desenvolvimento uzbeque, como o aumento da produtividade agrícola.

O Uzbequistão cogita abrir embaixada residente em Brasília. Existem, atualmente, 45 embaixadas residentes em Tashkent, a capital que conta com o maior número de embaixadas sem presença de embaixada brasileira residente. Nenhum país latino-americano tem embaixada naquela capital.

Assuntos consulares

Atualmente, a Embaixada do Brasil em Moscou contabiliza um cidadão brasileiro residente no Uzbequistão. Três nacionais brasileiros foram repatriados do Uzbequistão com ajuda da Embaixada em Moscou após a eclosão da pandemia de COVID-19. Pequeno fluxo de turistas brasileiros visita anualmente o país, mas os números precisos são desconhecidos.

Por decisão unilateral do governo uzbeque, em vigor desde fevereiro de 2019, cidadãos brasileiros não necessitam de visto para visitas de caráter turístico com duração de até 30 dias. Acordo bilateral em vigor, firmado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em 2009, prevê a isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos para visitas de até 90 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

Após a morte de Sharof Rashidov, que liderou o Partido Comunista do Uzbequistão entre 1959 e 1983, Moscou decidiu indicar Islam Karimov como seu sucessor na liderança da agremiação. Karimov tornou-se primeiro-secretário da República do Uzbequistão, em 1989, e foi eleito presidente, em 1990, pelo Soviete Supremo do país.

Com a abertura do regime da União Soviética, a partir do governo e das reformas de Mikhail Gorbachev, Islam Karimov introduziu mudanças que ensejaram maior autonomia na república, incorporando políticas mais conciliatórias com o islã, ao passo em que maior *status* era conferido à língua e à cultura uzbeques.

Em 1º de setembro de 1991, após tentativa de golpe de estado em Moscou, o Soviete Supremo do Uzbequistão proclamou a independência do país. Referendo realizado em dezembro do mesmo ano conferiu apoio popular à decisão, que recebeu 98,2% de aprovação. Na sequência, a população elegeu Islam Karimov como presidente da República do Uzbequistão.

Durante seu governo, Karimov procurou promover a autossuficiência do país. Permaneceu no poder até sua morte, em setembro de 2016. O parlamento, na ocasião, nomeou o então primeiro-ministro, Shavkat Mirziyoyev, como líder interino do governo, bem como determinou a realização de eleições. Em dezembro de 2016, Mirziyoyev foi eleito presidente do Uzbequistão, com 88,6% dos votos.

O novo chefe de Estado logo iniciou movimento de reformas políticas, sociais e econômicas que contemplaram cinco objetivos prioritários: modernizar a administração pública; garantir a supremacia da lei; fomentar o crescimento econômico e liberalizar a economia; aprimorar a segurança social; e garantir a segurança do país. Mirziyoyev foi eleito pela mesma legenda oficialista antes comandada por Karimov, o Partido Liberal Democrático do Uzbequistão (UzLiDeP).

O resultado das eleições parlamentares realizadas em 5 de janeiro de 2020 confirmou a maioria na Câmara Legislativa do Partido Liberal Democrático, com 53 cadeiras. Nurdinzhon Ismailov foi reeleito como presidente da Câmara Baixa ("Oliy Majlis"). Em 16-17 de janeiro, foram realizadas eleições para o Senado, cujos membros foram eleitos em sessões conjuntas dos órgãos legislativos regionais, com seis senadores para cada uma das quatorze regiões uzbeques. Os dezesseis assentos restantes foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preenchidos por indicação do presidente da República. Tanzila Narbayeva foi reeleita presidente do Senado.

Após ser reeleito para um segundo mandato em 2021, com 80,3% dos votos, Shavkat Mirziyoyev promoveu reforma constitucional, aprovada por meio de referendo em abril de 2023, que alterou cerca de 65% do texto da constituição uzbeque. Instituiu prescrições como a abolição da pena de morte, o habeas corpus e o direito ao silêncio. O novo texto constitucional passou a definir o Uzbequistão como um Estado de bem-estar social, com os correspondentes direitos de segunda geração. Buscou incrementar a repartição de poderes, com mecanismos de contrapeso à primazia do Executivo. O mandato presidencial, contudo, foi estendido de cinco para sete anos, com anulação da contagem dos mandatos anteriores.

Ao abrigo da reforma, foi convocada nova eleição presidencial, em 2023, vencida por Mirziyoyev, com 87,7% dos votos.

Organização administrativa e sistema político

O sistema de governo uzbeque diferencia as chefias de Estado e de Governo. O presidente é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, assim como os governadores das províncias. O primeiro-ministro e o vice-primeiro-ministro são indicados pelo próprio presidente. O Executivo detém grande parte do poder, e o sistema pode ser classificado como centralizado.

O Poder Legislativo é bicameral e constituído pelo Senado, também conhecido como Assembleia Suprema, e pela Câmara Legislativa, também conhecida como Assembleia Nacional. No Senado, há 100 cadeiras, com mandato de 5 anos, 84 das quais são eleitas pelos conselhos regionais e 16 são indicadas pelo presidente da República. Na Câmara Legislativa, há 150 cadeiras, também com mandato de 5 anos, das quais 135 são eleitas por voto popular e 15 são reservadas para o Partido do Movimento Ecológico do Uzbequistão.

No Poder Judiciário, de três instâncias, os juízes são designados pelo presidente para mandato de cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior uzbeque caracteriza-se pela ênfase na autossuficiência, pela postura não intervencionista e pela busca de posicionamento equilibrado entre as potências regionais e globais com interesses geopolíticos ou econômicos na Ásia Central – sobretudo Rússia, China e EUA, mas também Turquia, Índia, Japão, Coreia do Sul, Paquistão, Irã e União Europeia.

O ímpeto reformista do presidente Mirziyoyev também se manifesta na política externa. O Uzbequistão atribui bastante ênfase ao entorno regional e logrou distensionar as relações com seus vizinhos, antes marcadas por disputas territoriais, migratórias e de gestão de recursos hídricos. Participou ativamente do processo de paz no Afeganistão, país cuja estabilização é prioridade do governo uzbeque – o primeiro-ministro Abdulla Aripov visitou o país em agosto de 2024, tendo sido a maior autoridade uzbeque a visitar o Afeganistão desde a retomada do poder pelos Talibãs, em 2021. O país aprofundou, ademais, os laços com os EUA, a Rússia, a União Europeia, a China, a Coreia do Sul, a Turquia e a Índia, além de promover política mais assertiva de atração de investimentos e de lançamento de candidaturas em organismos internacionais. Retomou seu processo de acessão à Organização Mundial do Comércio (OMC), que se encontra, atualmente, em estágio avançado, com a assinatura de protocolos bilaterais de acesso a mercado, e aproximou-se da União Econômica Eurasiática (UEEA), junto à qual se tornou país observador em 2020. Além disso, o Uzbequistão é membro de diversas organizações regionais, como a Organização dos Estados Túrquicos (OET), a Conferência sobre Interação e Medidas de Construção de Confiança na Ásia (CICA) e a Organização para Cooperação de Xangai (OCX).

No âmbito das organizações regionais, o país tem salientado, sobretudo, o potencial logístico e energético da Ásia Central. Em linhas gerais, o relacionamento com os vizinhos encontra-se em boa fase, apesar de contenciosos por questões fronteiriças e utilização de recursos hídricos e naturais no passado. Ainda que os cinco países da Ásia Central apresentem dissensos entre si, tendem a coincidir e coordenar-se na interação com atores extrarregionais, a partir do entendimento de que há interesses comuns, que serão melhor reverberados com atuação uníssona.

Diante da percepção de um país mais aberto a novas parcerias, o Uzbequistão tem recebido série de visitas de altas autoridades.

Relações com a Rússia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Rússia continua a ser o mais importante parceiro político, econômico e diplomático do país centro-asiático. Vladimir Putin e Shavkat Mirziyoyev trocaram visitas de Estado e firmaram acordos de cooperação em comércio, investimentos, segurança, educação e cultura. Os líderes lançaram, em 2018, as obras da primeira central nuclear uzbeque, a ser construída pela Rosatom na região de Navoi, com capacidade de 2.400 megawatts e conclusão prevista para 2028. A central nuclear deverá produzir 18% da eletricidade consumida pelo Uzbequistão.

O fluxo comercial bilateral superou a queda resultante da crise russa de 2015-2016 e, mesmo com a pandemia, atingiu US$ 5,6 bilhões em 2020, com superávit russo de US$ 2,7 bilhões. Em 2022, o comércio bilateral atingiu US$ 9,33 bilhões, com exportações russas de US$ 6,23 bilhões, com destaque para bens industriais (US$ 2,44 bilhões), alimentos, bebidas e tabaco (US$ 908 milhões) e exportações uzbeques de US$ 3,1 bilhões, com destaque para bens industriais (US$ 1,01 bilhão), alimentos, bebidas e tabaco (US$ 547,9 milhões), bens finais (US$ 514,9 milhões) e serviços (US$ 506,5 milhões).

Essa cifra posiciona Moscou entre os principais sócios comerciais de Tashkent, ao lado de Pequim. Há cerca de mil firmas com participação russa instaladas no Uzbequistão, com estoque de investimentos superior a US$ 8,5 bilhões.

A comunidade uzbeque na Rússia, estimada em 2 milhões de pessoas, remete aproximadamente US$ 4 bilhões anuais para sua terra de origem, o que corresponde a quase 10% do PIB do Uzbequistão. Para apoiar essa diáspora, o governo Mirziyoyev inaugurou novos consulados-gerais em cinco cidades russas (São Petersburgo, Rostov-sobre-o-Don, Ecaterinburgo, Kazan e Vladivostok), somando-se às duas representações previamente existentes (embaixada em Moscou e consulado-geral em Novosibirsk).

Entre 26 e 27 de maio de 2024, o presidente russo Vladimir Putin realizou visita oficial a Tashkent, ocasião na qual se encontrou com o presidente Mirziyoyev e assinou extenso pacote de acordos, estimado em USD 5 bilhões, incluindo substantiva Declaração Conjunta, além de copresidir a primeira reunião do Conselho de Regiões da Rússia e Uzbequistão, na qual participaram 22 governadores russos. Em 9 de setembro último, foi realizado, em Tashkent, o 5º Encontro da Comissão Conjunta Rússia-Uzbequistão, em nível de chefes de governo. No encontro, o primeiro-ministro russo, Mikhail Mishustin, expressou desejo de que as relações intrarregionais continuem se aprofundando, sugerindo enfoque no desenvolvimento conjunto de corredores logísticos e de transporte. Destacou o progresso da parceria em matéria energética, em especial à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

venda de gás e petróleo russos ao Uzbequistão. O PM uzbeque, por sua vez, ressaltou que as relações entre Rússia e Uzbequistão teriam atingido um nível inédito em termos de parceria estratégica. Destacou ser a Rússia parceiro-chave do país e um dos principais investidores, com portfólio de projetos de cerca de 60 bilhões, e reforçou a necessidade de implementar os acordos firmados pelos presidentes em maio, bem como o objetivo de atingir fluxo de comércio de USD 30 bilhões até 2030.

Relações com vizinhos da Ásia Central

O relacionamento entre o Uzbequistão e as demais repúblicas pós-soviéticas da Ásia Central é tradicionalmente difícil e permeado de rivalidades políticas. Os fluxos comerciais estão abaixo do potencial, e a conectividade física e logística é ainda deficiente.

Os laços entre Tashkent e Nur-Sultan melhoraram substancialmente sob Mirziyoyev, que fez sete visitas ao Cazaquistão em seus dois primeiros anos de mandato. Foram assinados atos de cooperação econômica, alfandegária e empresarial, o que suscitou forte alta do comércio bilateral, com o Cazaquistão ocupando hoje a terceira posição entre os principais parceiros comerciais uzbeques (volume de trocas de US$ 3 bilhões em 2020).

Em larga medida graças ao degelo nas relações entre o Uzbequistão e seus vizinhos, em 2018 voltou a realizar-se, em Astana, após quase uma década de hiato, reunião de cúpula entre os cinco países da Ásia Central pós-soviética. O evento repetiu-se em março de 2019, em Tashkent. Atualmente o modelo de reunião no formato C5+1, que reúne os cinco países da Ásia Central (Cazaquistão, República Quirguiz, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão), mais um país de fora da região, vêm se expandindo, com, por exemplo, reuniões: C5+EUA, C5+China, C5+Índia, C5+EU.

ECONOMIA

Nos últimos anos, o país vem se consolidando como ator importante da Ásia Central, com inegável busca de maior protagonismo na cena internacional. Estabilidade política interna, amparada por recente reforma constitucional modernizadora de suas instituições, e crescimento econômico robusto são alguns dos elementos que fazem com que a presença de atores relevantes cresça naquele país e abra múltiplas oportunidades para aprofundamento da cooperação com o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Uzbequistão adotou, em 2023, Estratégia Nacional para o Desenvolvimento para 2030, documento que mapeia os principais objetivos e as reformas a serem implementadas em diversos setores. O texto compila 100 ações prioritárias para o governo em cinco áreas: i) promover condições para o desenvolvimento do indivíduo; ii) assegurar o bem-estar social através do desenvolvimento sustentável; iii) conservar recursos hídricos; iv) proteger o meio ambiente; e v) criar sistema de administração pública focado nas necessidades dos cidadãos.

O reformismo, que assentou as bases para a abertura e o bom desempenho econômico recente do Uzbequistão, veio com a chegada ao poder do atual presidente, Shavkat Mirziyoyev. A política econômica anterior, conduzida pelo presidente Islam Karimov - que governou o país da independência até sua morte, em 2016 – era amplamente protecionista, com o Estado exercendo papel central no desenvolvimento. Empresas privadas eram permitidas em apenas uma gama limitada de áreas de atuação e havia estrito controle cambial e de importações. Até o início das reformas liberalizantes, em 2017, a informalidade respondia por aproximadamente metade do mercado de câmbio do país.

Em 2017, Mirziyoyev iniciou processo de implementação de novo paradigma econômico, pautado pela liberalização e pela criação de ambiente propício para negócios e investimentos. O PIB atual do país é de cerca de US$ 112 bilhões, segundo dados do Banco Mundial, e o presidente estabeleceu como meta dobrá-lo até 2030, em relação ao valor de 2023. Paralelamente, têm-se observado medidas no sentido de assegurar bem-estar social, conforme os objetivos da estratégia nacional e as recentes alterações constitucionais.

A economia uzbeque cresceu 5,9% em 2023 e o crescimento estimado para 2024 foi de 5,2%, taxa que deve se manter nos próximos quatro anos (dados do FMI). Autoridades uzbeques enfatizam o potencial de produção agrícola do país, bem como o interesse na atração de investimentos externos, projetos de cooperação técnica e "joint ventures". Diplomatas uzbeques lotados em Moscou, em contato com a Embaixada do Brasil, definiram a diplomacia econômica como o principal foco da política externa e grande paradigma para a inserção internacional do país. Importantes empresas brasileiras passaram a identificar o Uzbequistão como promissora base para atuação na Ásia Central.

Relações comerciais com o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segundo estatísticas do MDIC, o fluxo bilateral foi de US$ 580,3 milhões em 2024, uma redução de -9% em relação ao recorde histórico de US$ 638 milhões em 2023. Naquele ano, o fluxo apresentou crescimento de 435,9% em relação a 2022, resultado de um aumento de 126,3% das exportações brasileiras, para US$ 268,4 milhões, e de um aumento de 92.225% nas importações, para US$ 369,3 milhões. Tal aumento resultou da busca por fornecedores alternativos de fertilizantes, diante das crescentes sanções à Rússia. Com efeito, o grupo adubo e fertilizantes químicos não consta das importações brasileiras de produtos uzbeques até 2022, passando a representar 99,1% do total importado, ou US$ 366 milhões, em 2023, e 98%, ou US$ 393 milhões em 2024. Com isso o saldo do comércio bilateral, que, tradicionalmente, apresentava ligeiro superávit para o Brasil, passou a registrar déficits crescentes, sendo de US$ 101 milhões em 2023 e de US$ 226 milhões em 2024. As negociações em curso para a aquisição de aeronaves da Embraer pelo governo uzbeque podem, contudo, impactar significativamente a balança comercial, caso concretizadas.

Historicamente, os principais produtos exportados para o Uzbequistão são açúcares (54% em 2024) e peças automotivas (26% em 2024). Além de adubos e fertilizantes químicos, o Brasil importa, em pequenas quantidades, frutas e nozes não oleaginosas.

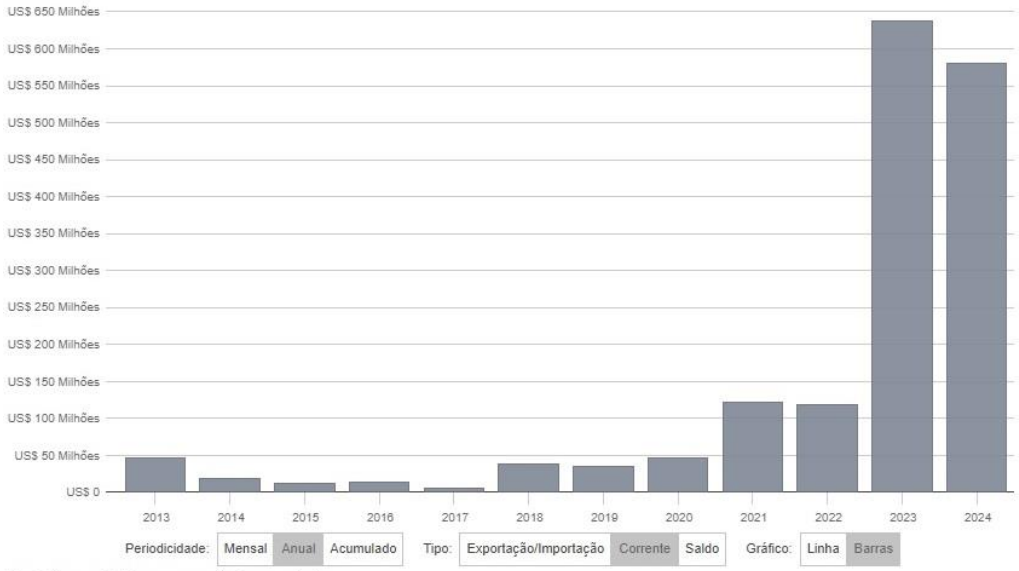
Em 2024, o Uzbequistão foi o 94º destino das exportações brasileiras, com participação de 0,08%, e o 63º país de origem das importações brasileiras, com 0,2% de participação.

Já existe uma moldura de acordos em vigor que permite a ampliação do intercâmbio, com destaque para os seguintes, assinados em 2009, durante visita do presidente Karimov ao Brasil: Acordo sobre Cooperação Econômica e Comercial; Acordo de Cooperação Técnica; e Acordo de Cooperação em Agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

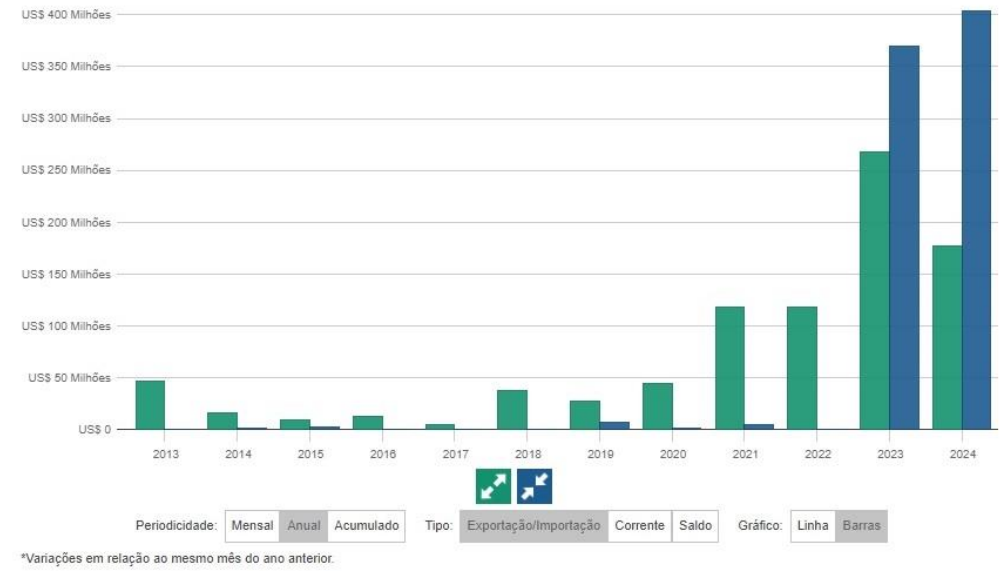
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Brasil-Uzbequistão: Corrente de comércio



Fonte: Comex-vis

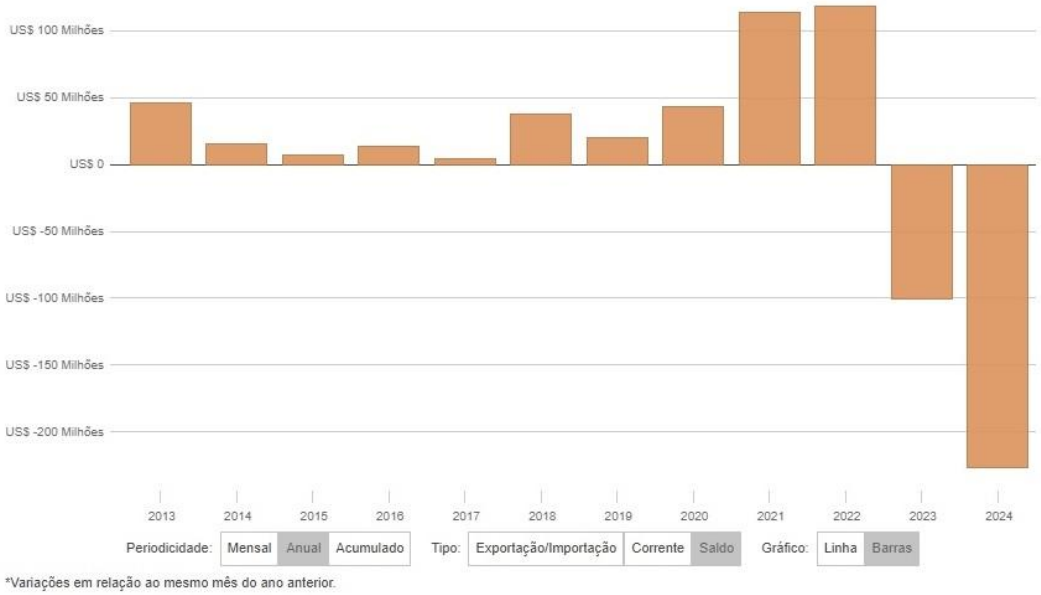
Brasil-Uzbequistão: Exportações e importações



Fonte: Comex-Vis

Brasil-Uzbequistão: Saldo comercial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Fonte: Comex-Vis

Brasil-Uzbequistão: Pauta exportadora (2024)

Fonte: Comex-Vis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil-Uzbequistão: Pauta exportadora (2023)

Fonte: Comex-Vis

Brasil-Uzbequistão: Pauta de importações (2024)

Fonte: Comex-Vis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil-Uzbequistão: Pauta de importações (2023)

Fonte: Comex-Vis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

2300 a.C.	Civilizações conhecidas como Khorezm e Bactria Margiana habitam a região onde, atualmente, encontra-se o Uzbequistão.
500 a.C.	O Império Persa ocupa a região e faz com que as primeiras cidades, Bucara e Samarcanda, surjam e participem da Rota da Seda.
600 a.C.	O zoroastrismo surge em território uzbeque e seu livro sagrado, Avesta, passa a ser considerado como uma das principais heranças religiosas do povo uzbeque.
328 a.C.	Alexandre, o Grande, assume o controle de Samarcanda.
Séc. VII	Os árabes iniciam a invasão da Ásia Central e chegam ao Uzbequistão por volta do ano 700. Durante esse processo de dominação, os habitantes locais são convertidos ao Islamismo.
Séc. IX	Dinastia turca assume o poder na Transoxania (antiga denominação geográfica para o território onde encontram-se atualmente o Uzbequistão, Turcomenistão e Tajiquistão). A cidade de Bucara torna-se um grande centro islâmico.
1258	O Império Mongol, liderado por Genghis Khan, conquista uma grande área da Ásia Central, inclusive o território do Uzbequistão.
Séc. XIV	Tamerlão, um governante turco-mongol, estabelece império sob seu domínio, com capital em Samarcanda.
Séc. XIX	Os russos incorporam a área do atual Uzbequistão.
1922	É criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da qual o Uzbequistão é parte.
1950	O Uzbequistão desenvolve expressiva produção de algodão através de um grande sistema de irrigação, que utiliza as águas do Mar de Aral. Esse sistema de irrigação contribui para a devastação da área.
1990	O Uzbequistão se declara independente, tendo Islam Karimov como seu presidente.
1994	O Uzbequistão assina tratado de integração econômica com a Rússia.
1994	Uzbequistão, Quirguistão e Cazaquistão assinam um acordo de cooperação econômica, social e militar.
1995	O Partido Popular Democrático vence as eleições gerais e Islam Karimov tem seu mandado estendido por mais 5 anos.
2000	Islam Karimov é reeleito para outro mandato de 5 anos.
2001	Uzbequistão, China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão formam a Organização para Coooperação de Xangai (OSC).
2001	Uzbequistão permite a utilização de sua base aérea pelos Estados Unidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	para operações no Afeganistão.
2001	O presidente Karimov vence referendo aumentando seu mandato de 5 para 7 anos.
2002	Uzbequistão e Cazaquistão iniciam uma disputa de fronteira.
2004	Os presidentes de Uzbequistão e Turcomenistão assinam um acordo para divisão de recursos hídricos.
2005	O Parlamento uzbeque vota pela retirada das tropas norte-americanas de sua base aérea em Khanabad.
2007	Islam Karimov é reeleito presidente.
2008	Uzbequistão permite de forma limitada o retorno das tropas norte-americanas a sua base aérea para a retomada de operações no Afeganistão.
2015	Islam Karimov é eleito pela quarta vez consecutiva para a presidência do Uzbequistão.
2016	O presidente Karimov falece após 27 anos no poder.
2016	Shavkat Mirziyoyev é eleito novo presidente do Uzbequistão.
2021	Shavkat Mirziyoyev é reeleito presidente do Uzbequistão.
2022	Uzbequistão e Cazaquistão finalizam acordo de demarcação de fronteiras.
2023	Reforma constitucional é aprovada em referendo, em abril.
2023	Com a extensão do mandato presidencial para 7 anos, aprovada na reforma constitucional, Shavkat Mirziyoyev é eleito presidente do Uzbequistão, em julho, com mandato até 2030.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993	Estabelecimento das relações comerciais entre o Brasil e o Uzbequistão.
2008	Visita ao Brasil do ministro de Relações Econômicas Exteriores, Investimentos e Comércio, Elyor Ganiev.
2008	Realização, em Tashkent, da I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em nível de vice-ministro. Uzbequistão anuncia apoio ao Brasil no CSNU.
2009	Visita ao Brasil do presidente Islam Karimov.
2016	Vice-primeiro-ministro uzbeque, Adham Ikramov, chefiou delegação para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.
2023	Embaixador uzbeque em Washington, Furkat Sidikov, entregou cópia figurada em outubro de 2023 e aguarda previsão de data para cerimônia de entrega de credenciais.
2023	Encontro bilateral de chanceleres às margens da AGNU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2024	II Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, por videoconferência, em nível de diretores de Departamento (DRC), em abril.
2024	Novo encontro entre o chanceler Mauro Viera e sua contraparte uzbeque, às margens da AGNU.
2024	Assinatura do protocolo bilateral de acesso a mercado, no contexto do processo de acessão do Uzbequistão à Organização Mundial do Comércio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Situação
Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	10/08/2007	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	28/05/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial	28/05/2009	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 3, DE 2025

(nº 91/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 91

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de janeiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00001/2025 MRE

Brasília, 20 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.000358/2025-99

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 104/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 23/01/2025, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6381256** e o código CRC **01760764** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000358/2025-99 SEI nº 6381256

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE
RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES

CPF: [redacted]
ID.: [redacted]

1963	Filho de [redacted], nasce em [redacted]
Dados Acadêmicos:	
1986	CPCD - IRBr
1988	CAD - IRBr
2001	Pós-Graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris/FR
2007	CAE - IRBr, "Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro".
Cargos:	
1987	Terceiro-Secretário
1994	Segundo-Secretário
1999	Primeiro-Secretário, por merecimento
2003	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1987	Secretaria de Controle Interno, Chefe de Divisão
1992-95	Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1995-96	Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
1996-2000	Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
2000-03	Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário
2003-06	Presidência da República, Porta-Voz Adjunto e Secretário de Imprensa adjunto
2006-09	Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2009-11	Presidência da República, Assessor Especial
2011-12	Presidência da República, Porta-Voz
2012-15	Chefe da Assessoria Especial para Assuntos de Defesa
2015-18	Embaixada em Maputo, Embaixador
2018-21	Embaixada em Lima, Embaixador
2021-	Embaixada em Moscou, Embaixador
Obras publicadas:	
2011	"Política Externa e Mídia", in Política Externa, volume 20, número 2
2015	"Base Industrial de Defesa Brasileira e a Política Externa" in Caderno de Política Exterior, ano I número 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2019	"Gateway and Neighbourhood: Brazilian Perspective on South Atlantic Security" in "Navies and Maritime Policies in the South Atlantic" (Palgrave Macmillian)
Condecorações:	
	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande-Oficial
	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
	Medalha da Vitória, Brasil
	Medalha Santos Dumont, Brasil
	Medalha Tamandaré, Brasil
	Medalha Duque de Caxias, Brasil
	Ordem Infante D. Henrique, Portugal
	Ordre du Mérite, França
	Ordem do Cedro, Líbano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão da Europa Central e Oriental

ALEMANHA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Federal da Alemanha
GENTÍLICO	Alemão
CAPITAL	Berlim
ÁREA	357.375,62 km²
POPULAÇÃO (2024)	82,7 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (29%), Protestantismo (27%) e Islamismo (4,4%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Parlamento (Bundestag) e Conselho Federal (Bundesrat)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Frank-Walter Steinmeier (desde 19 de março de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Federal Olaf Scholz
MINISTRO DO EXTERIOR	Annalena Baerbock
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2023)	US$ 4,46 trilhões (205% do do Brasil, 2,17 trilhões)
PIB – PARIDADE DO PODER DE COMPRA (2023)	US$ 5,86 trilhões (133% do do Brasil, 4,01 trilhões)
PIB *PER CAPITA* (2023)	US$ 52.730 (493% do do Brasil, 10.704)
PIB PPP *PER CAPITA* (2023)	US$ 69.380 (332% do do Brasil, 18.600)
VARIAÇÃO DO PIB (1)	2,7% (2017); 1,0% (2018); 1,1% (2019); -3,7% (2020); 2,6% (2021); 1,8% (2022); -0,3% (2023)
ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO (IDH) (2021) (4)	0,942 (9ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	81 anos (homens: 78,5 anos; mulheres: 83,4 anos)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	5,7%
INVESTIMENTO EM P&D / PIB (2021)	3,13%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM BERLIM	Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Bettina Cadenbach
BRASILEIROS NO PAÍS	Registro de 144.120 brasileiros residentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMÉRCIO BILATERAL (US$ bilhões - FOB)

BRA-ALE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	**16,15**	**15,56**	**13,49**	**16,39**	**19,08**	**18,80**	**19,85**
Exportações	5,21	4,73	4,12	5,04	6,27	5,65	5,85
Importações	10,94	10,83	9,37	11,35	12,81	13,15	13,73
Saldo	**-5,73**	**-6,10**	**-5,25**	**-6,30**	**-6,54**	**-7,50**	**-7,87**

Fonte: http://comexstat.mdic.gov.br

APRESENTAÇÃO

A República Federal da Alemanha é um país da Europa Central, banhado pelo mar do Norte e pelo mar Báltico. Faz fronteira com Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, República Tcheca e Suíça. Seu território estende-se por mais de 357 mil quilômetros quadrados, área correspondente à do estado do Mato Grosso do Sul. O país tem população de 84,3 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Berlim, e a língua oficial é o alemão.

O processo de construção da identidade germânica remonta à expansão romana pelo centro da Europa, a partir do século I a.C., que estabeleceria as fronteiras setentrionais do império romano nos rios Reno e Danúbio. Durante as Idades Média e Moderna, os territórios atualmente pertencentes à Alemanha encontravam-se fragmentados em inúmeras unidades territoriais independentes (reinos, principados, cidades-estados), frouxamente associadas por meio do Sacro-Império Romano-Germânico.

No início do século XIX, a resistência à invasão napoleônica catalisou nova fase do processo de formação de consciência nacional, que movimentos culturais associados ao Romantismo se esforçariam por cultivar, com fulcro na consolidação de língua comum. Em 1871, o poder militar da Prússia (estado que teve seu núcleo original nos territórios do antigo príncipe-eleitor de Brandemburgo), apoiado no nacionalismo alemão, logrou unificar o país, proclamando o Segundo Império Alemão (o primeiro foi o Sacro-Império Romano Germânico).

A derrota na Primeira Guerra Mundial levou à derrocada do Segundo Império e à inauguração da República de Weimar, em período marcado por profunda crise econômica, pagamento de reparações pela Primeira Guerra Mundial, surtos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hiperinflação, fragmentação partidária e sucessão rápida de governos de frágil respaldo parlamentar. A situação foi agravada com a Grande Depressão, iniciada em 1929, e que contribuiria para a ascensão do Partido Nazista ao poder, em 1933.

Em 1945, novamente derrotada, dessa vez na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha teve seu território ocupado e dividido. Em 1949, a integração das áreas de ocupação norte-americana, britânica e francesa fez surgir a República Federal da Alemanha (RFA). A zona de ocupação soviética, por sua vez, daria origem à República Democrática Alemã (RDA). A reunificação aconteceria somente em 1990, durante o governo de Helmut Kohl, com absorção da RDA pela RFA, após a queda do muro de Berlim, no ano anterior (1989).

A Alemanha experimentou forte crescimento econômico a partir da década de 1950, em parte como resultado do Plano Marshall dos EUA, de reconstrução no pós-guerra. Ao final da Guerra Fria, a Alemanha consolidou sua posição de destaque na Europa e no cenário internacional. O país detém a maior economia europeia e a quarta maior mundial. O setor industrial é proeminente na economia alemã, sobretudo nas áreas automotiva, de engenharia mecânica, química e farmacêutica. No que diz respeito à atuação externa, a Alemanha é forte defensora da integração europeia, do multilateralismo e da aliança transatlântica com os Estados Unidos.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE

FRANK-WALTER STEINMEIER

Nasceu em 5 de janeiro de 1956, em Detmold (Renânia do Norte-Westphália). É casado, desde 1995, com a juíza Elke Büdenbender, com quem tem uma filha. Estudou Direito e Ciências Políticas na Universidade Justus Liebig, em Giessen (Hessen). Em 1991, concluiu doutorado em Direito na mesma Universidade. Ingressou no Partido Social-Democrata (SPD) em 1975. Em 1998, com a vitória de Gerhard Schröder nas eleições federais, tornou-se secretário de Estado na Chancelaria Federal. De 1999 a 2005, foi ministro-chefe da Chancelaria Federal. Foi ministro do Exterior entre 2005 a 2009 e de 2013 a 2017. É presidente da Alemanha desde 19 de março de 2017, tendo sido reeleito, em 13 de fevereiro de 2022, para um segundo mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CHANCELER FEDERAL

OLAF SCHOLZ

Nasceu em 14 de junho de 1958, em Osnabrück (Baixa Saxônia). É formado em direito e tornou-se advogado em 1985, especializado em direito do trabalho e do emprego. Filiou-se ao Partido Social Democrata (SPD) em 1975, ainda cursando o estudo secundário, e foi membro do Bundestag de 1998 a 2011. Entre 2007 e 2009, foi Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais no primeiro gabinete de Angela Merkel. Foi governador de Hamburgo de 2011 a 2018, quando tornou-se ministro das Finanças e vice-chanceler no quarto governo de Merkel. Permaneceu no cargo até 08/12/2021, quando se tornou chanceler federal, em decorrência do êxito do SPD nas eleições federais de setembro e da formação subsequente de coalizão governista com Verdes e Liberais (FDP).

MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
ANNALENA BAERBOCK

Nascida em Hannover, em 15 de dezembro de 1980 (42 anos), Annalena Baerbock formou-se e obteve mestrado em direito pela London School of Economics, em 2005. De 2009 a 2013, foi líder da seção estadual de Brandenburgo do partido Os Verdes. É membro do Bundestag desde 2013 e liderou sua agremiação, juntamente com Robert Habeck, de 2018 a 2021. Nas eleições de 2021, foi a primeira candidata de seu partido à Chancelaria Federal. Assumiu o Ministério do Exterior da Alemanha em 08/12/2021.

RELAÇÕES BILATERAIS

A parceria entre Brasil e Alemanha é firmemente estruturada em experiências históricas. Antes mesmo da existência da Alemanha como país unificado, desde 1824, o Brasil já recebia imigrantes germânicos oriundos do que viria a ser o território do estado alemão unificado. Em 1871, o Brasil e o recém-constituído Império Alemão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prontamente estabeleceram relações diplomáticas. Após novo estabelecimento de relações, desta vez com a República Federal da Alemanha, ao final da 2ª Guerra Mundial, o Brasil passou a ver no país um potencial fornecedor de tecnologia e um parceiro crucial no processo de industrialização da economia brasileira. Principal marca dessa parceria tecnológica foi o Acordo Nuclear Teuto-Brasileiro de 1975, que teria como maior resultado a construção da Usina Nuclear Angra II.

Atualmente, as relações Brasil-Alemanha são sólidas e densas, apoiadas pela convergência na observância dos princípios universais do direito internacional. Entre esses preceitos, destacam-se a igualdade entre os estados, a não intervenção nos assuntos internos dos países, a solução pacífica de controvérsias, o compromisso com a cooperação internacional, o respeito à diversidade étnica e cultural dos povos e o respeito aos direitos humanos. Ademais, a diáspora alemã no Brasil, os interesses econômicos, comerciais e tecnológicos e a clara percepção mútua da importância de cada país, na sua região, reforçam a contínua aproximação bilateral até os dias atuais. Ao final do documento, apresenta-se a relação dos mais de 450 acordos bilaterais em vigor entre Brasil e Alemanha.

REPRESENTANTES DO BRASIL E DA ALEMANHA	
Embaixador do Brasil em Berlim	Roberto Jaguaribe
Cônsul-Geral do Brasil em Frankfurt	Roberto Abdalla
Cônsul- Geral do Brasil em Munique	Leonardo Cleaver de Athayde
Embaixadora da Alemanha em Brasília	Bettina Cadenbach
Cônsul-Geral da Alemanha no Rio de Janeiro	Jan Freigang
Cônsul-Geral da Alemanha em São Paulo	Martina Hackelberg
Cônsul-Geral da Alemanha em Porto Alegre	Marc Bogdahn
Cônsul-Geral da Alemanha em Recife	Johannes Bloos

PRINCIPAIS MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	**Número de edições**	**Último encontro**
Consultas Intergovernamentais de Alto Nível	2	Dezembro de 2023, em Berlim
Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha (COMISTA)	50	Setembro de 2024, em Wolfsburg
Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA)	40	Outubro de 2024, em Wolfsburg

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

A Alemanha é a quarta maior parceira comercial brasileira e seu principal parceiro comercial na Europa. O Brasil, por sua vez, é o maior parceiro da Alemanha na América do Sul. Em 2024, a Alemanha foi o décimo maior destino das exportações brasileiras e a terceira maior origem das importações do Brasil. Em 2023, corrente de comércio bilateral alcançou USD 18,7 bilhões, dos quais USD 5,6 bilhões de exportações do Brasil e USD 13,1 bilhões de importações (superávit de USD 7,5 bilhões para a Alemanha). Em 2024, a corrente de comércio alcançou USD 19,5 bilhões (+4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior), dos quais USD 5,8 bilhões de exportações (+4,7%) e USD 13,7 bilhões de importações (+4,4%), resultando em superávit de USD 7,8 bilhões para a Alemanha.

Destacam-se, na pauta exportadora brasileira de 2024, café não torrado (31%), minérios de cobre e seus concentrados (13%), farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais (12%), motores de pistão e suas partes (3,7%), celulose (2,9%), minério de ferro e seus concentrados (2,8%). Entre as importações, sobressaíram-se medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (8,2%), compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas (6,7%), partes e acessórios de veículos automotivos (5,5%), e outros medicamentos, incluindo veterinários (5,4%).

Segundo o MDIC, o fluxo de entrada de investimento estrangeiro direto vindo da Alemanha foi de USD 264 milhões entre janeiro e setembro de 2024. Segundo os mesmos critérios, a Alemanha ocupou, no mesmo período, a 17ª posição entre investidores estrangeiros no Brasil, representando a origem de 1,21% dos investimentos. Já o estoque de investimento brasileiro na Alemanha cresceu USD 408 milhões em 2021, o que representa um aumento de 61% em relação a 2020. Em termos comparativos, a Alemanha subiu para a 27ª posição no ranking de destino de estoque brasileiro no exterior.

Em 2024, na 50ª Comissão Mista e do 40º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, além de em outras reuniões de alto nível entre os países, tratou-se da possibilidade de negociação de novo instrumento bilateral para evitar dupla tributação (ADT). O Brasil manteve, de 1976 a 2005, ADT com a Alemanha, que foi denunciada pelo lado alemão. Esse novo acordo possibilitaria aprofundar as trocas entre os dois países, fomentando novas oportunidades para empresários alemães e brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

A Alemanha é uma república federal parlamentarista, na qual o Bundestag elege o chefe de governo (chanceler federal ou *Bundeskanzler*). As decisões legislativas são tomadas pelo *Bundestag* (Parlamento), devendo, conforme a matéria em apreço, passar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pela aprovação adicional do *Bundesrat* (Conselho Federal). Os 69 membros do *Bundesrat* são indicados pelos governos estaduais, não por voto popular. De acordo com critérios demográficos, cada unidade da federação possui de três a seis votos no *Bundesrat.* Já o *Bundestag* tem pelo menos 598 deputados, variando a cada eleição. Na presente legislatura são 736 assentos. Os deputados do *Bundestag* são eleitos em pleitos diretos, que ocorrem de quatro em quatro anos e consistem em dois votos, o distrital (primeiro voto) e o proporcional (segundo voto, dado ao partido). Normalmente, o chanceler federal e os ministros também são deputados e frequentam as plenárias do Parlamento. Desde a fundação da República Federal da Alemanha, em 1949, o governo federal é composto por coalizões, em razão da dificuldade de um único partido obter maioria absoluta no Parlamento. A agremiação política de maior bancada busca parceiro(s) para formar maioria, eleger o chanceler federal e compor o gabinete de governo. Chanceler e gabinete só podem ser destituídos pelo parlamento se já houver alternativa definida de chefia de governo ("moção construtiva de desconfiança").

Já o chefe de estado é o presidente federal. Suas atribuições são executivas e cerimoniais: assina o ato de nomeação do chanceler federal; chancela acordos internacionais; nomeia e destitui ministros, a pedido do chanceler, respeitando a maioria parlamentar; nomeia e exonera juízes federais, servidores públicos federais, oficiais e suboficiais das Forças Armadas (*Bundeswehr*); decide sobre concessão de indulto a presidiários; sanciona novas leis federais; recebe e credencia embaixadores. É escolhido pela Assembleia Nacional (*Bundesversammlung*), formada pelos deputados federais e delegados escolhidos pelas assembleias legislativas dos 16 estados, e tem mandato de cinco anos, com uma reeleição possível. O Poder Judiciário é independente do Executivo, conforme disposição constitucional. A instância máxima é o Tribunal Constitucional Federal (*Bundesverfassungsgericht*), sediado em Karlsruhe, no estado de Baden-Württemberg.

Os 736 assentos da atual legislatura do *Bundestag* estão distribuídos da seguinte forma: o SPD detém 206; a União (CDU/CSU), 197; os Verdes, 118; o FDP, 92; a Alternativa para a Alemanha (AfD), 78; e o Die Linke, 28 (adicionalmente, há 16 deputados que não estão vinculados a quaisquer das bancadas). O *Bundestag* conta com Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Alemanha, de composição multipartidária, que realizou viagem ao Brasil em maio de 2023.

Em dezembro de 2021, o chanceler federal, Olaf Scholz, do Partido Social-Democracta (SPD), foi nomeado primeiro-ministro, formando-se uma coalizão governista com os Verdes e o Partido Democrático Liberal (FDP). A Guerra da Ucrânia teve forte impacto em seu governo, relegando-se a segundo plano suas promessas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

campanha. Em 2024, no contexto de crise econômica e tensões na coalizão de governo, o chanceler federal submeteu-se, em 16/12, a voto de confiança no Parlamento alemão. Como era intenção de Scholz, o *Bundestag* negou-lhe a confiança necessária para seguir no cargo, resultado que lhe permitiu propor ao presidente federal a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições. Em seguida, o presidente Frank-Walter Steinmeier decidiu dissolver o *Bundestag*, marcando eleições para 23/02. Estima-se que o novo governo alemão entre em funções em meados de 2025.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa alemã orienta-se tradicionalmente pelos seguintes princípios basilares: integração europeia; fortalecimento das relações transatlânticas; defesa da paz e segurança; feminismo; luta contra a mudança do clima; e promoção de uma ordem internacional voltada a defender o estado de direito, a democracia, os direitos humanos e uma globalização justa e sustentável.

As diretrizes tradicionais da atuação internacional de Berlim e mesmo seus objetivos têm passado por profundo questionamento, em decorrência de mudanças geopolíticas, como a ascensão da China e o conflito na Ucrânia. No entanto, o que tem emergido desse câmbio não é novo paradigma de política externa, mas exercício diplomático por vezes discordante entre a Chancelaria Federal e o Ministério do Exterior. Este, sob a liderança da verde Annalena Baerbock, tem sido porta-voz de uma "política externa de valores", em que a defesa assertiva da democracia e dos direitos humanos na esfera internacional teria precedência. Aquela, premida pela necessidade de governar e gerir as múltiplas crises por que passa o país, atem-se mais proximamente ao proceder cauteloso e pragmático tradicional da diplomacia alemã.

A integração europeia constitui um dos eixos da política externa alemã. Nos últimos anos, o país assumiu protagonismo em frentes diversas, como no enfrentamento da crise financeira, nas tratativas do Brexit, na crise de refugiados e nas tensões entre Moscou e Kiev (na esteira da anexação da Criméia pela Rússia, em 2014). Nesse contexto, um desafio diz respeito à demanda crescente por posicionamentos comuns em matéria de política externa e de segurança, temas que exigem o consenso de todos os Estados-membros. Em especial, Hungria e Polônia têm sido vistos como países que recorreriam ao seu poder de veto em dissonância com os demais. Se, no período Merkel, essa discrepância era tratada por meio de uma postura de “apaziguamento”, as diferenças político-ideológicas da nova coalizão com os governos de Budapeste e Varsóvia por vezes dificultam esse entendimento.

Na prática, essa dificuldade tem levado à redução da margem de manobra dos países europeus, inclusive a Alemanha, nas crises internacionais recentes, como na Ucrânia e em Gaza. Esses episódios, ao exporem fragilidades europeias em matéria de segurança e defesa, favorecem um alinhamento mais estreito com os Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Confrontada com o avanço econômico-empresarial chinês na Europa do Leste e com uma Rússia percebida como crescentemente agressiva, a Alemanha busca impulsionar com maior vigor a expansão da UE. Nesse sentido, a Alemanha tem-se empenhado em acelerar o processo de acessão dos seis países dos Bálcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia). Mais recentemente, com a deflagração do conflito na Ucrânia, esse país, a Moldávia e, até recentemente, a Geórgia, foram acrescentadas ao rol de países candidatos.

A Alemanha assumiu postura de firme apoio à Ucrânia desde a eclosão do conflito, engajando-se no apoio humanitário e político, bem como na ajuda financeira e militar (esta com relutância inicial). O governo alemão é o segundo maior doador financeiro e militar para Kiev, ficando atrás somente dos Estados Unidos, e é o maior receptor de refugiados ucranianos. O conflito russo-ucraniano preocupa a Alemanha por sua dependência do gás como fonte energética, o que tem levado o país, por um lado, a condenar o que percebe como belicismo russo e, por outro, a buscar acelerar a transição energética germânica.

Também se destaca o posicionamento de Scholz sobre a Guerra em Gaza, marcado pela aliança inequívoca com Israel, pela condenação dos atos terroristas do Hamas e pela noção de responsabilidade especial perante o país.

Deve-se sublinhar também a ênfase alemã na diplomacia do clima, embasada na constatação de que a crise climática é o maior desafio global da atualidade. Historicamente, a Alemanha assumiu posição de vanguarda na defesa do meio ambiente e, atualmente, busca reforçar seu protagonismo no combate à mudança do clima. Em 2023, o país adotou sua primeira "Estratégia sobre a Política Externa do Clima", que apresenta as metas dos diversos ministérios no tema e postula prioridades comuns, de forma a estruturar uma política coerente sobre o clima.

Ademais, as autoridades alemãs apoiam a reforma da governança global, seja no âmbito financeiro, seja no político. A Alemanha integra o G4, grupo formado com Brasil, Índia e Japão para alavancar a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual defendem que a corrente configuração do Conselho não reflete a corrente estrutura de poder mundial. Em seu discurso na Chamada Global para a Cúpula do Futuro, em setembro de 2024, Scholz pleiteou que a ordem internacional reflita a realidade multipolar, com igualdade de representação e participação dos países em desenvolvimento.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo o FMI, a Alemanha é a 3ª maior economia do mundo, com PIB nominal de US$ 4,4 trilhões (2023), atrás somente dos EUA (US$ 27 trilhões) e da China (US$ 17,9 trilhões). Sólida e diversificada, a economia alemã beneficia-se da inovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no setor industrial e de dinamismo nos serviços. O setor de serviços é o principal eixo dinâmico da economia do país, contribuindo, em 2022, com 69,3% do PIB alemão e empregando 75,2% dos trabalhadores no país.

A Alemanha é o país mais industrializado da Europa. O setor industrial contribuiu, em 2022, com 29,5% do PIB e emprega 23,6% da força de trabalho local. Entre os ramos da indústria alemã, destacam-se: automobilístico; farmacêutico; químico; equipamentos eletrônicos; e engenharia mecânica. A indústria alemã concentra-se na região do Vale do Ruhr, no estado da Renânia do Norte-Vestfália e no estado de Baden-Württemberg.

O setor primário – que inclui a agropecuária, pesca e silvicultura - responde por apenas 1,2% do PIB alemão e emprega apenas 1,2% da força de trabalho. Cerca de 46% do território alemão é destinado à agropecuária. Apesar da pequena expressividade, a agricultura alemã é extremamente produtiva. Nos últimos anos, há crescente discussão sobre transformações na agricultura alemã relativas à sustentabilidade, mudança do clima, segurança alimentar, agricultura orgânica e bem-estar animal.

De acordo com o *Statistisches Bundesamt* (SB), o Escritório Federal de Estatísticas alemão, a corrente de comércio alemã foi de 218,5 bilhões de euros em 2023. Naquele ano, o fluxo de exportações alemão concentrou-se em Estados Unidos, França e Holanda; enquanto o país importou principalmente de China, Países Baixos e Estados Unidos. A Alemanha exporta principalmente veículos automotores (US$ 273 bilhões em 2023), máquinas e equipamentos e produtos químicos, com evidente predomínio da indústria em sua matriz exportadora. Entre as principais importações, estão gás natural e petróleo, denotando a dependência energética alemã perante seus parceiros.

No entanto, a economia alemã tem passado por dificuldades consideráveis nos últimos anos. O Instituto de Pesquisa Handelsblatt (HRI) divulgou perspectiva econômica para a Alemanha em 2025, na qual enuncia que a economia alemã deverá regredir 0,1% neste ano, na sequência de duas retrações seguidas, em 2023 (-0,3%) e 2024 (-0,2%). Será a primeira vez na história que o país registrará regresso do PIB por três anos consecutivos. Segundo o HRI, a inflação alemã deve permanecer acima da marca de 2% em 2025 e 2026, o que poderá provocar conflito de objetivos no Banco Central Europeu (BCE), que almeja estimular a economia europeia por meio da redução da taxa de juros. O aumento dos preços ao consumidor e as elevadas taxas de juros dos empréstimos têm pressionado as famílias, bem como têm influenciado na estagnação do mercado de trabalho. Nesse contexto, como enunciado pela União Europeia, o desemprego se manterá constante nos próximos anos, na casa dos 3%, e a dívida se estabilizará em um patamar elevado, em torno de 60%, em meio à estagnação econômica.

O HRI registrou que os investimentos no país, pela primeira vez, regrediram por cinco anos consecutivos. Tal situação decorre de contínua postergação de investimentos privados, bem como do direcionamento das inversões para empreendimentos no exterior. De acordo com a Câmara Alemã de Indústria e Comércio (DIHK), uma em cada três empresas alemãs planeja reduzir investimentos ao longo de 2025. Apenas 26% das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresas alemãs classificam sua situação atual de negócios como "boa", percentual equivalente à proporção das que descrevem sua situação como "ruim" (25%). Ademais, o indicador de clima de negócios do Instituto de Pesquisa Econômica de Munique (Ifo), divulgado em dezembro último, encontra-se em seu nível mais baixo desde maio de 2020. Por fim, diante da perspectiva de imposição de tarifas alfandegárias pelo governo Donald Trump, cresce a incerteza sobre o futuro da economia alemã. Nesse cenário, o HRI avalia serem improváveis quaisquer reformas para estimular o crescimento econômico da Alemanha antes de 2026.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ALEMANHA
1871 - Guilherme I proclamado imperador alemão em Versalhes (18/1)
1914-1918 - O imperador Guilherme II isola a Alemanha na política externa, levando o país à I Guerra Mundial
1918 - O Imperador Guilherme II abdica; o social-democrata Philipp Scheidemann proclama a República
1919 - Assinatura do Tratado de Paz de Versalhes
1919 - Eleições para a Assembleia Nacional. Estabelecimento da República de Weimar
1932 - O NSDAP (partido nacional-socialista) vence as eleições
1933 - Adolf Hitler torna-se chanceler do Reich
1939 - Início da II Guerra Mundial, em 1/9, com a invasão da Polônia pela Alemanha
1945 - Fim da Segunda Guerra Mundial, em 8/5/45, com a derrota da Alemanha, dividida em 4 zonas de ocupação e Berlim dividida em 4 setores
1948 - Ante a introdução do marco alemão nas zonas de ocupação ocidentais, a URSS interditou as conexões por terra para Berlim Ocidental (24/6/48). Os aliados estabeleceram ponte aérea para abastecer Berlim Ocidental.
1949 - Promulgação da Lei Fundamental da República Federal da Alemanha (23/5)
1949 - Elege-se o primeiro parlamento e Konrad Adenauer (CDU) torna-se Chanceler Federal (14/8)
1949 - Oficializada a divisão entre Leste e Oeste e entrada em vigor da constituição da RDA (7/10)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1957 - A República Federal da Alemanha assinou, em Roma, o Tratado de Fundação da Comunidade Econômica Europeia
1959 - O SPD adota o "Programa de Godesberg" e compromete-se com a economia social de mercado praticada pela CDU/CSU desde 1949
1961 – Início da construção do Muro de Berlim em 13 de agosto
1963 - Tratado da amizade entre a França (De Gaulle) e a Alemanha (Adenauer)
1972 - Willy Brandt (SPD) ajoelha-se no memorial da revolta dos judeus do gueto de Varsóvia, em gesto de reconciliação da Alemanha
1989 - Queda do Muro de Berlim (9 de novembro)
1990 - Extinção da RDA; reunificação (3.10); primeira eleição para o Parlamento da Alemanha unificada (2.12); Helmut Kohl (CDU): primeiro Chanceler Federal
1991 - Transferência da capital de Bonn para Berlim
1993 - Soldados alemães participam de voos de reconhecimento na Bósnia. Primeira participação em operações militares desde a Segunda Guerra
1998 - Aprovação da adoção do Euro pelo Parlamento
1998 - Eleições gerais. Coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder.
1999 - Envio de tropas alemãs ao Kosovo, sob a OTAN
2001 - Alemanha envia tropas ao Afeganistão, sob a ONU
2002 - Reeleição da coalizão SPD e Verdes, sob a liderança de Gerhard Schröder
2004/2007 - Ampliação da UE, com a inclusão de oito países do Centro-Leste europeu
2005 - Grande Coalizão CDU/CSU e SPD, sob a chefia da Chanceler Angela Merkel
2009 - Retração econômica entre -4% e -5%; pior resultado desde 1945
2009 - Nova coalizão CDU/CSU e FDP, com renovação do mandato de Angela Merkel
2011 - Início do processo de abandono da energia nuclear
2013 - Nova coalizão CDU/CSU e SPD, com renovação do mandato de Angela Merkel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2015 - A Alemanha, juntamente com a França, torna-se fiadora do Acordo Minsk II, entre Rússia e Ucrânia
2015 - Eclode a "crise dos refugiados", com grande número de migrantes, sobretudo do conflito Sírio, buscando residência na Alemanha e em países da União Europeia
2017 - Realização de eleições legislativas, em 24 de setembro
2021 – Realização de eleições legislativas, em 26 de setembro
2022 – Reeleição de Frank-Walter Steinmeier, em 13 de fevereiro, como presidente.
2024 – Dissolução do Parlamento, após perda de voto de confiança por Olaf Scholz
2025 – Eleições marcadas para 23 de fevereiro

LISTA DE ACORDOS BILATERAIS BRASIL-ALEMANHA (EM VIGOR)		
Título do Acordo	**Data de Celebração**	**Data de Promulgação**
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Direitos e Territórios Indígenas"	30/09/2024	06/11/2024
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Guardiões da Floresta"	30/09/2024	06/11/2024
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Economia Social e Ecologicamente Justa em Áreas Florestais e de Assentamento na Amazônia"	30/09/2024	06/11/2024
Declaração Conjunta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Integridade de Informação e Combate à Desinformação	04/12/2023	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Action4Forests"	03/05/2024	14/05/2024
Declaração Conjunta de Intenção sobre o Estabelecimento de um Diálogo Estratégico de Alto Nível sobre Ação e Ambição Climática entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha	04/12/2023	
Declaração Conjunta de Intenções sobre a Parceria para o Desenvolvimento Global entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da República Federal da Alemanha.	04/12/2023	
Declaração Conjunta de Intenção sobre a Parceria para uma Transformação Ecológica e Socialmente Justa entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	04/12/2023	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS)"	17/11/2023	26/12/2023
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Transparência e Sustentabilidade nas Cadeias Produtivas na Amazônia"	13/04/2023	14/06/2023
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Acoplamento de Setores e Economia Verde".	13/04/2023	19/06/2023
Acordo por Troca de Notas para o projeto "Reflorestamento e proteção das florestas pelos pequenos produtores".	27/01/2023	05/05/2023
Acordo por Troca de Notas para os projetos "Conservação Florestal na Região Amazônica do Brasil - Fundo Floresta - Bioeconomia" e " Conservação Florestal na Região Amazônica do Brasil - Fundo Floresta - Controle de Desmatamento".	27/01/2023	28/04/2023
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Bioeconomia e Cadeias Produtivas no Brasil”	30/12/2022	23/03/2023
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do projeto “Tecnologias Ambientalmente Adequadas e Desenvolvimento de Capacidades para a Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil”	30/12/2022	23/03/2023
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Educação Profissional para Desenvolvimento Econômico Verde e Empregos”	30/12/2021	08/03/2022
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do Projeto “Investimentos Transformadores de Eficiência Energética na Indústria (TI4E) no Brasil”	30/12/2021	08/03/2022
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do projeto de cooperação técnica “REDD Early Movers Brazil”	04/05/2021	22/06/2021
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Parcerias para Inovações para a Proteção da Floresta Tropical na Amazônia Brasileira"	17/11/2020	02/02/2021
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Concessões de Contribuições Financeiras não Reembolsáveis, no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil Referente ao Projeto "Inovação nas Cadeias Produtivas da Agropecuária para a Conservação Florestal na Amazônia Legal"	24/11/2020	27/05/2021
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do projeto de cooperação técnica “Fundo de Estudos e Peritos”.	14/05/2019	06/06/2019
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Regulação do Mercado para Financiamento Verde e Títulos Verdes".	31/10/2018	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Proteção e Gestão Sustentável de Terras Indígenas na Amazônia Legal: Fortalecimento das Instâncias e Instrumentos de Governança da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)"	08/05/2018	14/05/2018
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de uma Contribuição Financeira não Reembolsável, no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil Referente ao Projeto "REDD Early Movers (REM) Mato Grosso".	20/11/2017	21/05/2018
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Eficiência energética para Desenvolvimento Urbano Sustentável".	16/11/2017	12/12/2017
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de Contribuições Financeiras não Reembolsáveis, no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil Referente aos Projetos "Prevenção, Controle e Monitoramento de Incêndios no Cerrado", "Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - LifeWeb" e "Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica".	31/08/2017	05/02/2018
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de Empréstimos Alemães no Âmbito da Cooperação Financeira Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da República Federativa do Brasil - "Programa Aberto de Eficiência Energética (CEMIG)".	31/07/2017	23/11/2017
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de um Empréstimo no Âmbito da Cooperação Financeira Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da República Federativa do Brasil - "Programa ProClima Em Energias Renováveis e Eficiência Energética (BNDES)".	31/07/2017	23/11/2017
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Reprogramação de uma Contribuição Financeira Não Reembolsável no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil.	10/07/2017	23/08/2017
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Reprogramação de uma Contribuição Financeira Não Reembolsável no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil.	10/07/2017	23/08/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica " Projeto para Setor de Serviços" Componente 4 da Etapa do 2 Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCS (PBH)	01/08/2017	11/08/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Apoio ao Brasil na Implementação de Sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima".	26/06/2017	06/07/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto " Combustíveis Alternativos Sem Impactos Climáticos".	26/06/2017	06/07/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - LifeWeb".	26/06/2017	06/07/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	12/04/2017	27/04/2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para a Implementação do Projeto “Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil”		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Tecnologias Ambientalmente Adequadas e Desenvolvimento de Capacidades para a Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil"	12/04/2017	27/04/2017
Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e o Reich Alemão sobre Liquidação de Dívidas de Guerra	05/10/1921	
Acordo para Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	24/10/1969	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Negócios Sustentáveis com Base na Sociobiodiversidade da Amazônia"	22/02/2017	20/03/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Apoio às Atividades de Fomento e de Concessão de Colaboração Financeira Não-Reembolsável no Âmbito do Fundo Amazônia"	22/02/2017	15/03/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Gestão Ambiental e Territorial e Cadastro Ambiental Rural"	22/02/2017	20/03/2017
Ajuste Complementar sobre o prosseguimento do projeto "Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis" entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	17/09/1986	06/10/1986
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Programa de Fontes Renováveis e Eficiência Energética"	30/12/2016	15/02/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Sistemas de Energia do Futuro"	30/12/2016	15/02/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Incêndios no Cerrado (Módulo de Cooperação Técnica)	07/12/2016	19/12/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Sistemas de Propulsão Eficiente”	07/12/2016	19/12/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto Programa de Cooperação Trilateral	16/09/2016	06/10/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha para a Implementação do Projeto "Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecossistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial".	16/09/2016	06/10/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Regularização Fundiária na Amazônia – Terra Legal”	12/08/2016	22/08/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Projeto Brasil Alemanha de Fomento ao Aproveitamento Energético do Biogás - Probiogás”	12/08/2016	22/08/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, de 30/11/63, sobre o Projeto Pós-Graduação em Ciências Geodésicas na Universidade Federal de Pernambuco	23/03/1992	07/05/1992
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto Proteção e Gestão Integrada da Biodiversidade Marinha e Costeira	28/06/2016	27/07/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Programa Planos Setoriais - Brasil"	28/06/2016	27/07/2016
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de um Empréstimo no Âmbito da Cooperação Financeira Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil Referente ao Projeto "Reflorestamento e Restauração das Áreas Degradadas (BNDES)".	21/03/2016	13/03/2018
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Fortalecimento da Infraestrutura da Qualidade para Energias Renováveis e Eficiência Energética"	15/02/2016	04/05/2017
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para A Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Regularização Fundiária na Amazônia – Terra Legal"	17/02/2016	15/03/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil para a implementação do projeto de cooperação técnica “Eficiência Energética no Abastecimento de Água”	11/12/2015	23/05/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica "Economia Verde Inclusiva com Foco na Sociobiodiversidade da Amazônia".	11/12/2015	
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Concessão de Contribuições Financeiras não Reembolsáveis bem como de Empréstimos Alemães, no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil.	31/07/2015	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto "Regularização Ambiental no Brasil - CAR"	13/08/2015	
Ajuste Administrativo para Execução do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha de 03 de Dezembro de 2009 para a Área de Seguro Obrigatório de Acidentes	10/06/2015	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho	13/02/2015	20/11/2019
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Reprogramação de Contribuições Financeiras Alemães não Reembolsáveis, no marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil	13/11/2014	09/04/2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha em 17 de setembro de 1996, para implementação do "Projeto para o Setor de Serviços".	28/04/2014	30/07/2014
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha em Relação à Concessão de Contribuições Financeiras não Reembolsáveis, bem como de Empréstimos Alemães, no marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil	07/03/2014	12/05/2014
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto de Cooperação Acadêmica e Técnica na Área de Florestas Tropicais, Eficiência Energética e Energias Renováveis [Nota 5/2011]	18/10/2011	
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre as Negociações Intergovernamentais de 2007 [Nota 4/2011]	17/10/2011	
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre as Negociações Intergovernamentais realizadas em setembro de 2009 [Nota 3/2011]	29/09/2011	
Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha Confirmando Reciprocidade de Tratamento Tributário referente a Rendimentos Auferidos por Governos Estrangeiros [Isenção Recíproca de Imposto de Renda sobre Juros de Bancos Oficiais - Nota DCF/DAI/DE I/ 2 /EFIN RFA; Nota alemã Wi-551.20 BRA]	14/09/2011	27/09/2011
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira relativo ao Projeto “Programa Aberto Energias Renováveis/Eficiência Energética (Eletrobrás) e Copa Solar [Nota 1/2011]	27/06/2011	
Declaração Conjunta sobre o Intercâmbio na Área de Combustíveis Alternativos e Tecnologias de Propulsão Inovadoras entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal de Transportes, Construção Civil e Desenvolvimento Urbano da República Federal da Alemanha	31/03/2011	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	08/11/2010	19/08/2015
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Realização de Atividades de Cooperação em Terceiros Países	31/08/2010	
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de Setembro de 1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha [Nota brasileira DAI/ABC/2/ETEC BRAS RFA e Nota alemã WZ 440.81 262 2010] - Reciclagem de Geladeiras	27/08/2010	
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de Setembro de 1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha [Nota brasileira ABC/DEU/DAI/DIM/1/ETEC BRAS RFA e Nota alemã WZ 445.00 59 2010]	25/05/2010	10/06/2010
Memorando de Entendimento entre O Governo da República Federativa da Alemanha sobre Cooperação Econômica, sobretudo nos Domínios da Infraestrutura e da Segurança, com vistas à Copa do Mundo Brasil, em 2014, e aos XXXI Jogos Olímpicos e XV Jogos Paraolímpicos no Rio de Janeiro em 2016	03/12/2009	07/01/2010
Declaração Conjunta de Intenções sobre Cooperação em Matéria de Segurança Pública entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	03/12/2009	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Convênio de Execução do Acordo de Previdência Social de 3 de Dezembro de 2009 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	03/12/2009	
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha e Protocolo Adicional	03/12/2009	09/05/2013
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Combate à Mudança do Clima entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	03/12/2009	06/01/2010
Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha de Cooperação Financeira sobre o Programa “Parques Eólicos”	30/12/2008	12/01/2009
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil o Governo da República da Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública.	06/11/2008	02/03/2012
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha sobre a Continuidade de Projetos de Cooperação Técnica	06/10/2008	08/01/2009
Ajuste Complementar sobre o Projeto “Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas/Eletrobras”	13/08/2008	25/05/2010
Entendimento sobre Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética.	14/05/2008	07/08/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Projeto “Programa de Crédito Energias Renováveis”	14/05/2008	05/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira 2003/2005/2006	14/05/2008	14/11/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética	14/05/2008	02/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular	14/02/2008	22/02/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Isenção de Contribuições Sociais	13/11/2007	28/11/2007
Acordo relativo a Isenções Recíprocas de Impostos sobre a Renda e o Capital de Empresas de Transporte Marítimo e Aéreo	14/12/2005	26/12/2005
Emenda ao Ajuste Complementar, de 7 de julho de 2000, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre o Projeto "Gestão Ambiental Urbana."	28/06/2005	26/07/2005
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, sobre o projeto "Ações para Disseminação de Fontes Renováveis de Energia em Áreas Rurais no Norte e Nordeste do Brasil" PN: 2001.2511.2.	15/06/2005	27/06/2005

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acordo sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados	01/06/2005	02/03/2012
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o projeto Apoio Técnico à Conservação e ao Manejo de Recursos Naturais na Região da Mata Atlântica de Minas Gerais (Doces Matas), PN 2002.2105.1.	13/05/2005	20/06/2005
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o projeto Apoio ao Monitoramento e Análise do Programa Piloto para a Proteção das Florests Tropicais no Brasil/PP-G7 (AMA), PN 2002.2271.1, no âmbito do Programa Proteção e Manejo Sustentável das Florestas Tropicais	13/05/2005	20/06/2005
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o projeto Proclima - Fundo de Ozônio/Projeto de Treinamento de Oficiais de Aduana e de Mecânicos Refrigeristas no Sub-Setor de Serviços em Refrigeração Doméstica e Comercial.	13/05/2005	20/06/2005
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o projeto Cooperação com Órgãos Estaduais Brasileiros de Meio Ambiente (PROEMA) (PN 2001.2248.1)	13/05/2005	20/06/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-produção Cinematográfica	17/02/2005	20/02/2008
Emenda, p. t. n., ao Ajuste Complementar do Projeto "Conservação de Energia na Pequena e Média Indústria no Estado do Rio de Janeiro" (PN 1999.2038.0), de 30 de maio de 2000.	27/08/2004	22/09/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (2000/2001)	27/11/2003	04/12/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos na Área de Preservação das Florestas Tropicais	10/06/2003	29/07/2004
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Apoio ao Programa Nacional de Cooperação, Capacitação e Desenvolvimento do Cooperativismo Brasileiro" PN 2000.1003.3	12/02/2003	07/03/2003
Ajuste Complementar sobre o Projeto " Demarcação de Terras Indígenas na Amazônia." (PN 2001.2117.8):	14/11/2002	05/12/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Corredores Ecológicos" (PN 1999.2067.9):	18/10/2002	18/11/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Apoio a Processos Sustentáveis de Desenvolvimento Local em Pernambuco: Microempresas" (PN2001.2120.2):	19/09/2002	11/10/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto " Recuperação do Solo e das Águas Subterrâneas em Áreas de Disposição de Resíduos Industriais em São Paulo" (PN 2001.2001.4)	19/09/2002	11/10/2002
Ajuste Complementar sobre o Prosseguimento do Projeto "Consolidação do Pólo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí (SRS)" (PN 2000.2239.2)	19/09/2002	11/10/2002
Aditivo ao Ajuste Complementar de 27 de outubro de 2000, sobre os "Projetos Demonstrativos "A" (PD/A inclusive componente indígena PDPI)" PN 94.2206.4	19/09/2002	11/10/2002

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar sobre o Projeto "Consolidação dos órgãos Estaduais do Meio Ambiente nos Estados do Acre, Amazonas, do Pará e de Rondônia, dentro do PPG - 7 (SPRN)" (PN 95.2198.0)	22/07/2002	26/08/2002
Ajuste Complementar sobre a Ampliação do "Fundo para Estudos e Técnicos ("Pool" de Peritos)" PN 95.3585.7	22/07/2002	26/08/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Apoio a Processos Sustentáveis de Desenvolvimento Local em Pernambuco: Urbano e Regional" (PN 2000.2256.6)	22/07/2002	29/08/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Local Sustentável no Estado da Bahia" (PN 2001.2197.0)	22/07/2002	22/07/2002
Ajuste Complementar sobre o projeto "Desenvolvimento de Economias Locais e Regionais no Nordeste do Brasil" (2a fase do projeto "Aumento da Competitividade da Pequena e Média Indústria no Nordeste")	03/07/2002	22/08/2002
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Nordeste Paraense"	31/05/2002	22/07/2002
Ajuste Complementar sobre o projeto "Desenvolvimento Sustentável das Comunidades da Perimetral Norte no Município de Pedra Branca do Amapari"	24/05/2002	27/06/2002
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o Projeto "Gerenciamento de Recursos Hídricos em Santa Catarina"	28/02/2002	01/04/2002
Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais (1997 - 2000)	14/02/2002	29/04/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/96, sobre o Projeto "Apoio aos pequenos agricultores no Estado do Amazonas."	17/10/2001	18/02/2002
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Técnica, de 17/09/1996, sobre o Projeto "Elaboração do 1 Plano de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro"	15/08/2001	10/09/2001
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Técnica, de 17/09/1996, sobre o Projeto "Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS"	15/08/2001	10/09/2001
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de Setembro de 1996, sobre o Projeto "Ensino e Desenvolvimento Técnólogico para Controle Ambiental na Indústria" (UFGM)	29/06/2001	10/09/2001
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Unidades de Conservação"	19/06/2001	10/09/2001
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, sobre o Projeto "Apoio à Modernização das Ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Campo da Educação e Informação Tecnológica e da Assistência Técnica e Tecnológica às Pequenas e Médias Empresas."	15/01/2001	21/02/2001
Ajuste Complementar sobre o ``Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise `` no Âmbito do Programa Piloto para a Preservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7)	22/12/2000	25/01/2001

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre o Projeto "PRORENDA Rio Grande do Sul - Promoção de Desenvolvimento Local Sustentável."	24/11/2000	09/01/2000
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre o Projeto "Apoio ao Setor de Indústria na Aferição de Instrumentos e Padrões", em Florianópolis/Santa Catarina	24/11/2000	09/01/2001
Ajuste Complementar sobre os "Projetos Demonstrativos "A" (PD/A)."	27/10/2000	08/12/2000
Ajuste Complementar por Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Apoio Tecnológico aos Centros Têxteis e de Confecção do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)"	27/10/2000	08/12/2000
Ajuste Complementar sobre o projeto "Manejo dos Recursos Naturais da Várzea Amazônica."	19/07/2000	18/08/2000
Ajuste Complementar sobre o Projeto Apoio Técnico à Conservação e ao Manejo de Recursos Naturais na Mata Atlântica de Minas Gerais	19/07/2000	18/08/2000
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Gestão Ambiental Urbana"	07/07/2000	17/08/2000
Ajuste Complementar sobre o projeto "Conservação de Energia na Pequena e Média Indústria no Estado do Rio de Janeiro"	30/05/2000	13/07/2000
Ajuste Complementar ao Projeto "PRORENDA - Apoio à Agricultura Familiar e à Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco."	20/04/2000	06/04/2000
Ajuste Complementar sobre o projeto "PRORENDA RURAL - Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado do Espírito Santo."	02/02/2000	08/03/2000
Ajuste Complementar sobre o projeto "PRORENDA - Viabilização de Espaços Econômicos para Pequenos Produtores Rurais no Estado do Rio Grande do Sul."	31/01/2000	08/03/2000
Ajuste Complementar sobre o projeto "Utilização Racional de Energia na Agricultura no Estado de Minas Gerais ."	14/01/2000	28/02/2000
Ajuste Complementar sobre o "Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas."	12/01/2000	28/02/2000
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Alemanha sobre o Projeto "Consolidação do Pólo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí"	04/11/1999	13/12/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o projeto "Ensino e Desenvolvimento Tecnológico para Controle Ambiental na Indústria em Minas Gerais"	04/11/1999	10/12/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o projeto "Saúde Ambiental Urbana no Contexto do Desenvolvimento Sustentável."	04/11/1999	13/12/1999

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Alemanha sobre o projeto " Apoio Técnico Administrativo para a Execução do Componente Unidades de Conservação do Programa Nacional de Meio Ambiente".	04/11/1999	10/12/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/1996 sobre o Projeto "PRORENDA - Apoio à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	22/10/1999	08/12/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/96, sobre o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	09/09/1999	08/11/1999
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17 de setembro de 1996, sobre a Ampliação do Fundo para Estudos e Técnicos ("Pool" de Peritos), entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	09/09/1999	06/10/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/96, por troca de Notas, sobre o Projeto " Apoio ao Manejo Florestal da Amazônia" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	05/08/1999	09/09/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/96, por troca de Notas, sobre o Projeto " Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	05/08/1999	08/09/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/96, por troca de Notas, sobre o Projeto "Gerenciamento de Recursos Hídricos em Santa Catarina", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	05/08/1999	08/09/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17/09/96, por troca de Notas, sobre o Projeto "Controle Ambiental no Estado de Pernambuco", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	05/08/1999	09/09/1999
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Recuperação do Solo e das Águas Subterrâneas em Águas de Disposição de Resíduos Industriais em São Paulo".	05/08/1999	16/09/1999
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Prorenda Desenvolvimento Urbano em Bairros Populares e Apoio a Micro Empresários do Setor Informal, em Fortaleza e outros Municípoios do Estado do Ceará	05/08/1999	16/09/1999
Ajuste Complementar sobre o Projeto Prorenda Desenvolvimento Urbano em Bairros Populares e Apoio a Micro Empresários do Setor Informal, em Fortaleza e outros Municípoios do Estado do Ceará	05/08/1999	16/09/1999
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento “Projetos Demonstrativos – Reforço”	10/03/1999	20/06/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, de 30/11/63, sobre o Projeto Prorenda - Apoio a MicroEmpresas em Pernambuco	13/01/1998	04/02/1998
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, por troca de Notas, sobre o Projeto "Controle de Defensivos"	26/09/1997	21/11/1997
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, fase de Pós-Assessoramento, sobre o Projeto "Assistência Técnica dos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Santa Catarina"	26/09/1997	21/11/1997

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, por troca de Notas, sobre o Projeto "Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas (IARA)"	26/09/1997	21/11/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha Relativo à fase final do projeto Apoio Institucional ao Órgão de Proteção Ambiental do Estado de Alagoas	04/07/1997	21/07/1997
Ajuste Complementar sobre o Projeto Implantação de Melhorias Urbanos em Assentamentos Populares de Baixa renda na região Metropolitana do Recife/Est. Pernambuco entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa da Alemanha.	04/07/1997	21/07/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Prorenda Apoio a Microempresas no Rio Grande do Sul.	23/06/1997	21/07/1997
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, de 24 de outubro de 1991.	26/05/1997	06/10/1999
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha ao Projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro".	28/04/1997	12/05/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Projetos Demonstrativos PD/A."	28/04/1997	12/05/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto PRORENDA Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Pernambuco.	28/04/1997	12/05/1997
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "PRORENDA - Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Minas Gerais".	27/03/1997	11/04/1997
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Melhoria da Qualidade Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul".	27/03/1997	11/04/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto PRORENDA - Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado do Pará.	27/03/1997	20/10/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Consolidação dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente nos Estado do Acre, do Amazonas e do Pará.	27/03/1997	16/04/1997
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha de 30/11/63, sobre o "Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas".	28/02/1997	18/03/1997
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, sobre o Projeto "Planejamento Pesqueiro Artesanal."	29/01/1997	21/02/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Apoio à Estruturação e Implementação de Sistemas de qualidade na Indústria"	13/12/1996	22/01/1997
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre a Ampliação do Fundo para Estudos e Técnicos ("Pool" de Peritos).	03/12/1996	23/12/1996

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Declaração Conjunta sobre Agenda Comum Brasil-Alemanha para o Meio Ambiente.	20/11/1996	
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre a Realização de um Projeto Conjunto na Área de Recolhimento, do Tratamento e da Disposição Final de Resíduos Urbanos.	17/09/1996	25/09/1996
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o projeto "Cooperação na Área de Transporte".	17/09/1996	25/09/1996
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	17/09/1996	07/05/1998
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Alemanha sobre o Projeto "Controle de Defensivos Agrícolas."	26/07/1996	22/08/1996
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Serviço Integrado de Assessoria para o Desenvolvimento Econômico-Industrial das Pequenas e Médias Empresas do Paraná."	26/07/1996	22/08/1996
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República federal da Alemanha sobre o Projeto "Prorenda Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda da Periferia Urbana de Porto Alegre."	26/07/1996	22/08/1996
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Desenvolvimento Urbano em Bairros Populares e Apoio a Microempresários do Setor Informal em Fortaleza e outros Municípios do Estado do Ceará	11/04/1996	25/04/1996
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a "Fase de Follow-Up do Projeto Pós-Graduação em Ciências Geodésicas."	04/04/1996	22/04/1996
Ajuste Complementar, por Troca de Nota entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto "Elaboração de Primeiro Plano de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro."	01/04/1996	22/04/1996
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Apoio à Implantação do Centro Nacional de Tecnologia Ambiental, em Curitiba/PR."	29/03/1996	22/04/1996
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	20/03/1996	09/04/1997
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto "Aumento da Competividade da Pequena e Média Indústria no Nordeste.	11/03/1996	17/04/1996
Ajuste Complementar, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, fase de Pós-Assessoramento, sobre o Projeto "Impacto Ambiental Provocado por grandes barragens".	29/01/1996	21/02/1997
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Reestruturação e Dinamização do Centro de Tecnologia Madeireira - CTM."	30/10/1995	16/11/1995
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Ampliação e Otimização do Monitoramento Ambiental no Estado do Espírito Santo."	30/10/1995	16/11/1995

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto "Pos-Graduação em química na Universidade Federal de Santa Maria."	30/10/1995	16/11/1995
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha na Área de Correios e Telecomunicações.	21/09/1995	
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda da Periferia Urbana de Porto Alegre".	19/05/1995	06/06/1995
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Apoio ao Setor Industrial na Aferição de Instrumentos e Padrões".	19/05/1995	06/06/1995
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Conservação de Energia na Pequena e Média Indústria no Estado do Rio de Janeiro."	19/05/1995	06/06/1995
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Estudos Técnico, Econômico e de Impacto Ambiental para a Melhoria do Transporte de Carga e Passageiros, no Corredor Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas, Inclusive em seus Acessos aos Portos da Região"	06/04/1995	18/10/1995
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos".	06/04/1995	13/10/1995
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas".	06/04/1995	13/10/1995
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Proteção da Mata Atlântica/Paraná"	06/04/1995	13/10/1995
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Implantação de um Cadastro Territorial Rural no Paraná - Pós-assessoria."	21/02/1995	13/03/1995
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto Apoio Técnico à Conservação e ao Manejo de Recursos Naturais na Mata Atlântica de Minas Gerais.	23/01/1995	15/02/1995
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto Apoio Tecnológico aos Centros Têxteis e de Confecção do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.	19/01/1995	15/02/1995
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Ampliação do Fundo para Estudos e Técnicos (SFF) "Pool de Peritos".	19/12/1994	23/12/1994
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto Urbanização e Fortalecimento de Espaços Econômicos em Favelas de Fortaleza.	25/11/1994	14/12/1994
Ajuste Complementar sobre o Projeto Consolidação do Pólo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí.	25/11/1994	14/12/1994

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha por Troca de Notas, sobre o Projeto Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Estado da Bahia.	12/09/1994	24/10/1994
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, por Troca de Notas, sobre o projeto Assistência Técnica aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Santa Catarina	24/08/1994	24/10/1994
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, por Troca de Notas, sobre o Projeto " Viabilização de Espaços Econômicos para Pequenos Produtores", de Interesse da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul	24/08/1994	24/10/1994
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e Governo da República Federativa sobre o Projeto Tecnologia para Poços Radiais em Imuna, Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.	22/07/1994	26/08/1994
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Ampliação do Fundo para Estudos e Técnicos (Pool de Peritos).	13/06/1994	06/07/1994
Ajuste Complementar , por Troca de Notas, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Fase de Follow-up do Projeto Pós-Graduação em Ciências Geodésicas.	04/05/1994	08/06/1994
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Controle Ambiental no Estado de Pernambuco.	06/04/1994	08/06/1994
Ajuste Complementar, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto Apoio Técnico-Administrativo para a Execução do Componente Unidades de Conservação do Programa do Meio Ambiente - PNMA.	06/04/1994	08/06/1994
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha relativamente à Fase de Acompanhamento Final, sobre o Projeto de Integração Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte.	06/04/1994	07/06/1994
Ajuste Complementar por Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Utilização Racional da Energia na Agricultura."	06/08/1993	09/09/1993
Ajuste Complementar por Trocas de Notas entre o Governo da Republica Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Centro Supra-Regional de Formação em Tecnologia de Solda SENAI-CETEC.	04/06/1993	28/06/1993
Ajuste , por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento do Setor Energético, Complementar ao Acordo Geral de 09 de junho de 1969.	03/06/1993	27/07/1993
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Apoio à Implantação de Sistema Estadual de Gerenciamento Ambiental para Bacia Hidrográfica."	18/03/1993	22/04/1993
Ajuste Complementar por Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Programa de Integração Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte.	19/02/1993	16/04/1993
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Ensino e Desenvolvimento Tecnológico para Controle Ambiental na Indústria."	19/02/1993	16/04/1993
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Pesquisa e Desenvolvimento na Área Biomédica."	19/02/1993	16/04/1993

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Agrometeorologia Aplicada no Nordeste Brasileiro."	19/02/1993	16/04/1993
Ajuste Complementar por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro."	19/02/1993	16/04/1993
Ajuste Complementar por Trocas de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Recuperação do Solo e das Águas Subterrâneas em Áreas de Disposição de Resíduos Industriais."	01/12/1992	21/01/1993
Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	17/11/1992	29/08/1995
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, para o processo dos contratos e dos Compromissos ao Abrigo do Expirado Acordo de Comércio e Pagamento com a RDA.	22/10/1992	19/11/1992
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o "Projeto Planejamento Pesqueiro Artesanal."	10/09/1992	30/09/1992
Ajuste Complementar por Trocas de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Promoção do "Projeto Centro de Formação Aperfeiçoamento e Tecnologia da Madeira e do Mobiliário, em São José dos Pinhais, no Estado do Paraná."	10/09/1992	30/09/1992
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, sobre o Projeto PRORENDA: "Desenvolvimento da Pequena Produção Rural e Implantação do Centro de Capacitação."	11/08/1992	24/08/1992
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Serviço Integrado de Assessoria para o Desenvolvimento Econômico-Industrial das Pequenas e Médias Empresas"	10/04/1992	06/05/1992
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Impacto Ambiental Provocado por Grandes Barragens".	18/02/1992	09/03/1992
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o "Programa de Fomento da Integração de Áreas Residenciais Marginalizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte".	17/02/1992	04/03/1992
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, e ao Ajuste de 10/01/86, sobre o Projeto "Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área Biomédica/FIOCRUZ".	31/01/1992	27/02/1992
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre o Projeto "Pós-Graduação em Química na Universidade Federal de Santa Maria"	30/12/1991	06/02/1992
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira no Montante de Trezentos e Quatro Milhões, Oitocentos e Cinquenta e Oito Mil, Duzentos e Dois Milhões de Marcos.	24/10/1991	29/06/1992
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha ao Acordo de 30.11.63, sobre o Prosseguimento do Projeto "Assistência Técnica aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Santa Catarina", P.N.83.2078	07/07/1991	17/07/1991

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre a Ampliação do Projeto "Fundo para Estudos e Técnicos" ("Pool de Peritos)	01/07/1991	09/08/1991
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, por Troca de Notas, Sobre o Projeto "Controle de Defensivos Agrícolas"(PN 86.2155.9)	27/12/1990	14/01/1991
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha sobre a Fase de "Follow Up" do Projeto de Cooperação Técnica "Formação de Técnicos Florestais a Nível de 2º Grau no Colégio Presidente Costa e Silva de Irati"	27/12/1990	14/01/1991
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Meios Audiovisuais para a Extensão Rural (EMBRATER)."	27/12/1990	14/01/1991
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Planejamento Pesqueiro Artesanal/IBAMA"	27/12/1990	14/01/1991
Ajuste entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Apoio Institucional ao Órgão de Proteção Ambiental do Estado de Alagoas - IMA/AL - Prorenda - Tipologia 4"	17/12/1990	24/08/1992
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Viabilização da Melhoria da Qualidade Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul/DMA - Prorenda - Tipologia 4"	06/09/1990	04/10/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Educação Pós-Graduada Integrada em Ciências Ambientais e Gerenciamento de Recursos para Ação Comunitária/UFBa - PRORENDA - Tipologia 5"	04/09/1990	21/09/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Desenvolvimento de Técnicas Administrativas e de Recursos Humanos"	27/07/1990	20/07/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30 de Novembro de 1963, Concluído entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, sobre o Projeto "Implantação do Cadastro Territorial Rural no Paraná"	19/07/1990	20/08/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Adoção de Nova Tecnologia na Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina".	21/05/1990	20/08/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, por Troca de Notas, sobre a Ampliação do Fundo para o Envio de Técnicos a Curto Prazo ("Pool" de Peritos) PN-87.2080.7	08/02/1990	19/04/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda da Periferia Urbana - PRORENDA - Tipologia 2".	01/02/1990	19/04/1990
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasi sobre o Projeto "Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda da Periferia Urbana - PRORENDA - Tipologia 2".	01/02/1990	19/04/1990
Ajuste Complementar, Acordo de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1963, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasi sobre o Projeto "Apoio à Pequena Produção Rural na Zona da Mata de Pernambuco - PRORENDA - Tipologia 1".	01/02/1990	19/04/1990

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Projeto "Viabilização de Espaços Econômicos para Pequenos Produtores Rurais - PRORENDA Tipologia 1".	01/02/1990	19/04/1990
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da República Federal da Alemanha	29/08/1989	22/11/1989
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, sobre a Promoção do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) em Xerém/Rio de Janeiro	05/07/1989	10/10/1989
Ajuste Complementar, ao Concordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o projeto "Pós-Graduação em Ciências Geodésicas", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	08/06/1989	10/07/1989
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Implementação e Operação do "Centro Supra-Regional de Formação em Tecnologia e da Soldagem"	08/06/1989	10/07/1989
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, P.T.N., sobre Projeto "Cooperação entre as Universidades UFSC Florianópolis - RWTH Aquisgrana no Setor de Engenharia Mecânica"	16/03/1989	24/04/1989
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Procedimento para a Certificação de Produtos Aeronáuticos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	26/09/1987	09/10/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, sobre o Projeto "Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geo-Física", celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	20/08/1987	17/09/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Emancipação dos Perímetros Irrigados do DNOCS", celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	23/07/1987	13/07/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre "Implementação do Cadastro Territorial Rural no Paraná" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	23/07/1987	13/08/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro/FEEMA", celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	06/07/1987	12/08/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento de Componentes e Sistemas Mecânicos de Veículos Ferroviários e Vias Permanentes", celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	06/07/1987	13/07/1987
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Saneamento Básico no Ceará"	11/06/1987	19/06/1987
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Abastecimento de Energia Elétrica na Região São Francisco/Bahia Ocidental	11/06/1987	19/06/1987
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Saneamento Básico no Espírito Santo"	11/05/1987	19/05/1987

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Banco do Desenvolvimento BNDES IX/PROMICO"	11/05/1987	19/05/1987
Ajuste Complementar por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63 sobre Projeto "Impacto Ambiental Provocado por Grandes Barragens"	24/02/1987	04/05/1987
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Planejamento Pesqueiro Artesanal/SUDEPE" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	16/12/1986	07/10/1988
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Bases Ecológicas para o Planejamento do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul", de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	30/10/1986	20/11/1986
Ajuste Complementar para o Projeto "Tecnologias de Óleos Comestíveis na Universidade de Campinas - UNICAMP" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	17/09/1986	07/05/1992
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Cooperação Científica com o Instituto Central de Química da Universidade Federal de Santa Maria". entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	01/09/1986	18/09/1986
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Capacitação e Aumento da Integração Universidade/Indústria", de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	19/06/1986	18/09/1986
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Cooperação entre as Universidades de Paraíba e de Stuttgart no Campo da Energia Elétrica", de 30/11/63. entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	19/06/1986	18/09/1986
Ajuste Complementar sobre o Projeto Ferramentas, Mecânica de Precisão Supervisão e Aproveitamento de Pessoal", de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	02/06/1986	18/09/1986
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Assistência Técnica aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Santa Catarina", de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	02/06/1986	18/09/1986
Ajuste Complementar sobre o Projeto "Aproveitamento Integral do Babaçu a Nível do Produtor Rural - INEP" entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Alemanha.	14/05/1986	23/06/1986
Ajuste Complementar sobre o Prosseguimento do Projeto "Desenvolvimento da Pesquisa Bioquímica sobre Ferrugem do Cafeeiro", de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	05/02/1986	17/03/1986
Ajuste Complementar entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto de Cooperação Técnica "Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área Biomédica/FIOCRUZ"	10/01/1986	24/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Agrometeorologia Aplicada no Nordeste Brasileiro" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	10/01/1986	24/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Cooperação Científica com o Instituto Central de Química da Universidade Federal de Santa Maria".	10/01/1986	24/01/1986
Ajuste Complementar entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Prosseguimento do Projeto de Cooperação, entre a Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, e a Universidade	27/12/1985	24/01/1986

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Albert-Ludwing, Intitulado "Desenvolvimento do Ensino Superior de Engenharia Florestal", de 30/11/63.		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto de Cooperação Técnica "Formação de Técnicos Florestais a Nível de 2º Grau no Colégio Presidente Costa e Silva de Irati/PR".	27/12/1985	24/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Desenvolvimento Cooperativista nos Perímetros Irrigados do DNOCS".	29/11/1985	24/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63,entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Pós-Graduação em Ciências Geodésicas".	22/11/1985	24/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha com vistas à Promoção Industrial no Estado de Minas Gerais.	22/11/1985	24/01/1986
Ajuste Complementar sobre o Prosseguimento do Projeto "Manejo e Conservação do Solo na Amazônia Oriental", entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha de 30/11/63	22/11/1985	16/12/1985
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento de Técnicas Administrativas e Recursos Humanos", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	22/11/1985	16/12/1985
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina", entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	22/11/1985	16/12/1985
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63 sobre o Prosseguimento, por três anos, do Projeto "Supervisor de 1ª Linha e Preparação de Multiplicadores" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	22/11/1985	16/12/1985
Ajuste Complementar ao Acordo sobre Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento dos Recursos Hídricos no Nordeste" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	08/07/1985	05/08/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Implantação do Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA)" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	24/04/1985	13/05/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Controle de Doenças Diarréicas no Estado do Maranhão" - IMEC, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	24/04/1985	13/05/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto Cooperação Técnica "Programa de Fomento de Integração de Áreas Residenciais Marginalizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	24/04/1985	09/05/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Implementação do Nível do Sistema de Informações da Região Metropolitana do Recife (FIDEM)", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	19/12/1984	23/01/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro (FEEMA)", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	19/12/1984	15/01/1985

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto de Cooperação Técnica "Centro Tecnológico de Mecânica de Precisão/SENAI", entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	23/11/1984	06/12/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Prosseguimento do Projeto "Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS)	19/10/1984	01/11/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento de Componentes e Sistemas Mecânicos de Veículos Ferroviários e Vias Permanentes" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	19/10/1984	01/11/1984
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira	19/10/1984	31/10/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento de Recursos Humanos em Metalurgia e Materiais", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	20/09/1984	22/10/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Planejamento Pesqueiro Artesanal/SUDEPE", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	20/09/1984	18/10/1984
Adendo ao Convênio Especial entre a Diretoria de Hidografia e Navegação, do Rio de Janeiro e o Institut Fur Meereskunde (Instituto para Ciências do Mar), de Kiel, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	09/04/1985	07/06/1985
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Centro Multi-Regional de Formação em Tecnologia de Solda", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	06/07/1984	03/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Meios Audiovisuais para a Extensão Rural (EMBRATER) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	08/05/1984	13/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Prosseguimento do Projeto "Manejo e Conservação do Solo na Amazônia Oriental entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	08/05/1984	13/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Cooperação entre as Universidades da Paraíba e de Stuttgart no Campo da Energia Elétrica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	08/05/1984	13/07/1984
Convênio entre o CNPq e a MPG Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa do Desenvolvimento Tecnológico de 09/06/69 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	28/02/1984	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, Relativo ao Prosseguimento da Cooperação no Âmbito do Projeto "Bases Ecológicas para o Planejamento do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul" (PN 77.2510.4) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	24/02/1984	16/03/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, referente ao Projeto "Cooperação entre a Universidade Técnica de Berlim e a Universidade Federal do Pará, em Belém, no Setor de Geofísica" (PN 76.2518.9).	16/01/1984	20/01/1984
Convênio Especial entre o CNPq e a Deutsche Forschungsgemeinschaft (DPG), referente ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico de 09/06/69 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	15/12/1983	13/12/1984

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre Projeto "Assessoramento e Treinamento em Controle de Qualidade" (PN. 76.2187.3) entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha".	15/12/1983	21/12/1983
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 25 Milhões para Abastecimento de Energia na Área Rural do Estado de Alagoas e Estudo de Viabilidade para o Desenvolvimento Agrícola no Vale do Rio Mearim), entre a República do Brasil e a República Federal da Alemanha.	09/12/1983	15/12/1983
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 20 Milhões para o Projeto PROVÁRZEAS/ES) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	09/12/1983	15/12/1983
Acordo, que aprova o Adendo ao Convênio Especial entre o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e o Instituto Alemão de Pesquisas e Ensaio de Navegação Aérea e Espacial (DFVLR) Relativo à Cooperação Científica e Tecnológica no Campo da Pesquisa Aeronáutica Especial, de 19.11.71..	14/07/1983	01/08/1983
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Prosseguimento do Projeto de Cooperação Técnica, "Programa de Apoio à Pequena e Média Empresa" (PN 76.2024.8).	18/05/1983	26/05/1983
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Projeto de Cooperação Técnica "Ensino de Nutrição a Nível de Pós-Graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro". (P.N. 80.2190.9).	20/04/1983	10/05/1983
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Criação de um "Fundo para Envio de Peritos a curto e longo prazo ao Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)" Projeto nº 81.2185.7, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	20/04/1983	17/05/1983
Ajuste Complementar ao Acordo Básico entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha de Cooperação Técnica de 30/11/63, sobre o Projeto "Implantação do Núcleo do Sistema de Informações da Região Metropolitana do Recife"	02/08/1982	30/08/1982
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	02/07/1982	15/07/1982
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a "Ampliação do Fundo para Envio de Técnicos a Curto Prazo (POOL DE PERITOS)", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	28/06/1982	15/07/1982
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Aperfeiçoamento do Sistema de Normalização Técnica no Brasil entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	11/05/1982	07/06/1982
Ajuste Complementar ao Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento de Técnica Administrativas e de Recursos Humanos".	11/05/1982	07/06/1982
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, sobre o Projeto "Tecnologia de Carvão", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	19/03/1982	07/04/1982
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, sobre o Projeto "Engenharia do Produto e Desenho Industrial", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	18/01/1982	13/05/1982
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, referente ao Projeto "Assistência ao Cooperativismo Pesqueiro", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	10/12/1981	23/12/1981

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira	12/06/1981	17/07/1981
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (Empréstimo de DM 56,74 milhões)	12/06/1981	30/06/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Tecnologia Mineral e Lavra de Minas entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/06/1981	12/06/1981
Comunicado Brasil - República Federal da Alemanha.	19/05/1981	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Desenvolvimento de Processo Bioquímico contra a Ferrugem no Cafeeiro entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	05/05/1981	02/06/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Criação de um Departamento de "Tecnologia de Óleos Comestíveis" na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	02/04/1981	09/04/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Adoção de Nova Tecnologia em Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	02/04/1981	09/04/1981
Acordo, por Troca de Notas, Colocando em Vigor o Adendo ao Convênio Especial entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Sociedade de Matemática e de Processamento de Dados entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	01/04/1981	09/04/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Prosseguimento da Cooperação entre as Universidades de Freiburg e Federal do Paraná, no Campo do Ensino Superior da Engenharia Florestal entre a República Federativa do Brasil e o República Federal da Alemanha.	18/12/1980	17/02/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre a Promoção do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO)	18/12/1980	17/02/1981
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto "Ferramentaria, Mecânica de Precisão, Supervisão Média e Aperfeiçoamento de Pessoal"	03/11/1980	12/12/1980
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Supervisor de Primeira Linha e Preparação de Multiplicadores" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	03/11/1980	18/12/1980
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Desenvolvimento da Agricultura de Encostas no Estado do Rio de Janeiro" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	02/09/1980	04/11/1980
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Cooperação no Campo das Geociências entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	08/04/1980	25/04/1980
Acordo para Substituição do Quadro de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de agosto de 1957 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	19/12/1979	11/03/1980
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Continuidade da Atuação dos Assessores em "Tecnologia do Carvão" junto	19/12/1979	13/02/1980

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.		
Ajuste sobre o Projeto "Promoção da Agricultura em Áreas Semi-Áridas no Nordeste (Piauí) entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	26/11/1979	21/12/1979
Acordo sobre Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	01/11/1979	20/11/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Criação de um Fundo para o Envio de Técnicos a Curto Prazo (POOL de Peritos), entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	16/08/1979	27/08/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre "Cooperação entre as Universidades Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e Saarbrücken, no Setor de Ecologia entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	18/07/1979	06/08/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Promoção da Economia de Pastos no Estado de Santa Catarina	20/06/1979	04/07/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, referente ao Projeto "Cooperação Científica com o Instituto Central de Química da Universidade Federal de Santa Maria", entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	12/06/1979	04/07/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Hidrologia Aplicada e Aproveitamento de Recursos Hídricos na Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	12/06/1979	04/07/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre o Projeto "Implantação das Regiões Metropolitanas/CNPU" entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	19/04/1979	19/07/1979
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/04/1979	
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, Relativo ao Art. 5 do Protocolo de Cooperação Financeira (no montante de 24 milhões de marcos alemães).	04/04/1979	
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha ao Protocolo de Cooperação Financeira (no montante de 24 milhões de marcos alemães).	04/04/1979	24/04/1979
Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha (no montante de 26 milhões de marcos alemães).	04/04/1979	24/04/1979
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (no montante de 24 milhões de marcos alemães).	04/04/1979	24/04/1979
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (no montante de 26 milhões de marcos alemães).	04/04/1979	24/04/1979
Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/04/1979	24/04/1979

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acordo sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha.	04/04/1979	09/11/1983
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Ampliação das Faculdades de Medicina Veterinária de Universidades Brasileiras.	12/01/1979	25/01/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Relativo ao Ajuste sobre Geofísica na Universidade Federal do Pará entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	13/09/1978	25/09/1978
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Relativo à Prorrogação do Convênio entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Albert Ludwig, de Friburgo entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha	10/08/1978	23/08/1978
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro 1963, sobre Sistemas de Normalização	20/07/1978	04/12/1978
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Tecnologia de Carvão entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	20/07/1978	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Envio de um Consultor de Irrigação entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	30/06/1978	13/07/1978
Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	10/03/1978	
Convênio Especial entre a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio (STI0 e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich (KFA)	08/03/1978	29/09/1978
Convênio Especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe Ltda. (KFK) sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	08/03/1978	03/10/1978
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, sobre "Técnica de Engenharia Elétrica", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	23/02/1978	01/03/1979
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, sobre "Técnica de Engenharia de Sistemas", entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	23/02/1978	01/03/1979
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, sobre a Cooperação ao Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Metalurgia e Materiais, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	30/12/1977	21/05/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Prorrogando a Atuação do Especialista em Prospecção de Carvão junto ao DNPM-MME entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	12/12/1977	04/01/1978
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, e aos Ajustes de 16/01/69, de 15/02/74 e de 21/01/76, referente ao Desenvolvimento da Cooperativa Agropecuária de Petrópolis-RS entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	07/12/1977	01/03/1979
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Relativo ao Envio de uma Missão Hidrogeológica Alemã e de Peritos, para a Execução de Tarefas Específicas Geofísicas, Hidráulicas e Hidrológicas entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	24/07/1977	17/08/1977

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre a Cooperação ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT) entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha.	16/06/1977	18/08/1977
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/63, relativo ao Envio de um Especialista em Prospecção de Carvão, para Assessorar o Departamento Nacional de Prospecção Mineral (DNPM) ao Ministério das Minas e Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	27/05/1977	11/07/1977
Minuta de Conversações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	26/04/1977	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Relativo ao Envio de um Grupo de Assessores à Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	14/03/1977	11/07/1977
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Relativo à Colaboração entre o Instituto Dernhard Hocht e a Fundação Osvaldo Cruz entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	18/02/1977	11/07/1977
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, Relativo ao Convênio sobre Cooperação entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Rheinisch-Westfalische Technische Hochschule entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	18/02/1977	26/05/1977
Ajuste para a Continuação do Fomento à Universidade Federal de Santa Maria, RS, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, de 30/11/63.	18/02/1977	26/05/1977
Adendo ao Convênio Especial, assinado em 24 de julho de 1974, entre o então Conselho Nacional de Pesquisas e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	01/10/1976	
Convênio Especial entre a Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Rio de Janeiro, e o Instituto para Ciências do Mar, de Kiel, complementar ao Acordo Geral entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	01/10/1976	
Convênio Especial a NUCLEBRÁS e Gesellschaft für Kernforschung (GCK), sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	01/10/1976	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 30/11/63, para a Cooperação entre Professores Brasileiros e Alemães no Campo da Geologia entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha	02/07/1976	19/08/1976
Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre o Plano Integrado da Região Metropolitana de Porto Alegre, de 30/11/63 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	21/01/1976	03/02/1976
Ajuste Complementar de Cooperação Técnica sobre a Cooperativa Agro-Pecuária Petrópolis, em Nova Petrópolis, RS. entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	21/01/1976	03/02/1976
Acordo, por Troca de Notas, Interpretativas do Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, de 27 de junho de 1975 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	30/12/1975	15/01/1976
Comunicado Conjunto sobre a Visita Oficial do Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha no Brasil.	18/11/1975	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação Financeira, no Montante de 25 Milhões de Marcos Alemães, de 18/11/75 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	18/11/1975	28/11/1975
Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação Financeira, no Montante de 105 Milhões de Marcos Alemães, de 18/11/75 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	18/11/1975	28/11/1975
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha.	18/11/1975	02/12/1975
Protocolo sobre Cooperação Financeira no Montante de 105 Milhões de Marcos Alemães entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	18/11/1975	02/12/1975
Ajuste Referente à Promoção da Economia de Pastos em Santa Catarina. Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	25/07/1975	20/08/1975
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo República Federal da Alemanha.	27/06/1975	02/12/1975
Ajuste Complementar para Ampliação das Atividades Metrológicas no Brasil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	19/06/1975	30/07/1975
Adendo ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico Relativo ao Intercâmbio de Cientistas Alemães e Brasileiros	03/04/1975	
Adendo ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, Relativo ao Adendo ao Convênio Especial entre o CNPq e a GMD	03/04/1975	11/04/1975
Ata Final das Discussões sobre Cooperação nos Campos da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico Oceanográfico entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.	21/03/1975	
Convênio Complementar ao Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola, 1975 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	28/01/1975	
Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola entre o Governo República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	21/01/1975	28/02/1975
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Regular as Atividades da Estação Experimental do IPEAME entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	04/11/1974	02/12/1974
Ajuste Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico Relativo ao Intercâmbio de Cientistas Alemães e Brasileiros (DAA/CNPq), entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	24/07/1974	09/08/1974
Ajuste Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, Relativo ao Adendo ao Convênio Especial entre o CNPq e a GMD, de 09/06/69 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	24/07/1974	26/08/1974
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Cooperação para o Desenvolvimento do Ensino em Faculdades de Medicina Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	16/07/1974	19/08/1974

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Fornecimento de Fertilizantes à Cooperativa Central Agrária Limitada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	28/05/1974	10/06/1974
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	07/03/1974	13/03/1974
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	05/03/1974	
Acordo sobre Pesquisa Espacial e Memorando de Entendimento entre o CNPq , o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha e a NASA entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	19/10/1973	09/11/1973
Acordo para a Aprovação de um Adendo ao Convênio Especial entre a CNEN e o Centro de Pesquisa Nuclear, em Jülich, sobre Cooperação Científico-Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	04/10/1973	27/11/1973
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63, sobre Cooperação Alemã à Escola Técnica de São Bernardo do Campo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	13/10/1972	05/12/1972
Ajuste Complementar ao Protocolo sobre Cooperação Financeira de 31/07/72 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	31/07/1972	06/12/1972
Protocolo sobre Cooperação Financeira e Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	31/07/1972	07/08/1972
Convênio sobre a Entrada de Navios Nucleares em Águas Brasileiras e sua Permanência em Portos Brasileiros entre o Governo da República Federativa Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	07/06/1972	25/12/1974
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Científica e Tecnológica, Relativo à Celebração de Convênio entre o CNPq e a GMD sobre Cooperação Científico Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	07/06/1972	20/06/1972
Ajuste Relativo à Entrada em Vigor do Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisas Espaciais e o Ministério de Educação e Ciência entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	24/04/1972	
Acordo de Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	11/04/1972	26/04/1972
Acordo de Aprovação de Convênio Especial Celebrado entre o Centro Técnico Aeroespacial do Brasil e o Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio de Navegação Aérea e Espacial, para a Execução de Projeto Científicos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	18/11/1971	15/03/1972
Acordo de Aprovação de Convênio Especial Celebrado entre o Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich para a Execução de Projetos Científicos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	18/11/1971	15/03/1972
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	23/04/1971	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acordo para a Aprovação de um Convênio Especial entre a CNEN e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	23/04/1971	01/06/1971
Ajuste Relativo ao Artigo 3 do Protocolo sobre Cooperação Financeira da Mesma Data entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	23/04/1971	27/05/1971
Ajuste Relativo ao Artigo 5 do Protocolo sobre Cooperação Financeira da Mesma Data entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	23/04/1971	27/05/1971
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	23/04/1971	27/05/1971
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, para o Fomento da Cooperação Científica (UFSM) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	29/12/1970	09/02/1971
Ajuste Relativo ao Artigo 03 do Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal a Alemanha	02/10/1970	30/10/1970
Ajuste Relativo ao Artigo 5 do Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	02/10/1970	30/10/1970
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	02/10/1970	30/10/1970
Ajuste Complementar do IV Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1963 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	10/03/1970	25/08/1970
Acordo Para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo Internacional entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	28/11/1969	27/05/1971
Convênio Relativo à Troca de Informações, Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisas e do Desenvolvimento Tecnológico entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil	09/06/1969	17/09/1969
Acordo Cultural entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	09/06/1969	27/01/1971
Protocolo de Cooperação Financeira e Ajuste Relativo ao Artigo 3 do Protocolo de Cooperação Financeira de 09/04/69 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	30/05/1969	01/07/1969
Ajuste Complementar ao Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha	09/04/1969	18/07/1969
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	09/04/1969	18/07/1969
Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha relativo ao Envio de um Grupo Alemão para o Planejamento Básico Hidráulico do Vale do Rio dos Sinos (Sétimo Convênio)	25/01/1967	16/02/1967

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Promoção de Pesquisas Geológicas, Hidrológicas e Cartográficas (Quinto Convênio).	29/11/1966	
Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, relativo ao Envio de Voluntários Alemães ao Brasil.	29/11/1966	
Terceiro Convênio Complementar ao Acordo Básico de 30 novembro de 1963 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Técnica.	15/03/1966	14/04/1966
Segundo Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de Novembro de 1963 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Promoção da Colonização Agrícola	10/08/1964	
Protocolo sobre Cooperação Financeira entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	30/11/1963	07/01/1964
Primeiro Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de Novembro de 1963, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para Instalação de uma Escola Técnica em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo	30/11/1963	
Declaração Conjunta sobre Cooperação Econômica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	05/09/1960	
Acordo Sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	29/08/1957	26/08/1964
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos de Tráfego Aéreo a serem Regulados em Futuros Acordos.	29/08/1957	17/10/1957
Acordo sobre visto em passaportes entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	08/07/1957	14/08/1957
Acordo de Garantia de Reciprocidade na Transmissão de Informações do Registro Penal entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	15/05/1957	
Acordo para a Inclusão do "Land Berlin" no Revigoramento da Convenção Internacional sobre a Circulação de Automóveis de 1926	10/02/1956	
Ajuste Modificativo do Acordo de Investimentos e Financiamentos de 4 de setembro de 1953, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha	01/07/1955	05/08/1955
Retificação ao Acordo sobre Convenções e os Acordos a Respeito de Marcas de Fábrica,Propriedade Industrial e Direitos Autorais concluidos no Rio de Janeiro a 4 de setembro de 1953	20/12/1954	03/02/1955
Nota Brasileira sobre as Conversações Relativas aos Bens Alemães no Brasil entre a República Dos Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/09/1953	31/08/1956
Acordo de Investimentos e Financiamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/09/1953	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acordo sobre Restauração dos Direitos de Propriedade Industrial e Direitos Autorais Atingidos pela Segunda Guerra Mundial entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/09/1953	
Acordo sobre as Convenções e Acordos a Respeito de Marcas de Fábrica, Propriedade Industrial e Direitos Autoriais entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.	04/09/1953	
Declaração Conjunta dos Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República Federal da Alemanha	03/09/1953	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 4, DE 2025

(nº 121/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 121

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **EDUARDO PAES SABOIA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **EDUARDO PAES SABOIA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de janeiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00002/2025 MRE

Brasília, 20 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EDUARDO PAES SABOIA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Áustria, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**, foi removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **EDUARDO PAES SABOIA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.000359/2025-33

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 143/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6402389** e o código CRC **37F5BDCF** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000359/2025-33 SEI nº 6402389

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *EDUARDO PAES SABOIA*

CPF: [redacted]

1967	Filho de [redacted], nasce no [redacted]
Dados Acadêmicos:	
1989	Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (1989)
1989	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (Instituto Rio Branco)
1999	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (Instituto Rio Branco)
2009	LIV Curso de Altos Estudos - Tese: "O Banco Mundial e o meio ambiente: desafios globais e interesses brasileiros"
Cargos:	
1990	Terceiro-secretário
1995	Segundo-secretário
2001	Primeiro-secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2009	Ministro de segunda classe, por merecimento
2016	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1991	Divisão Econômica da América Latina, assistente
1991-94	Divisão do Mercado Comum do Sul, assessor
1994	Direção-Geral de Integração Latino-Americana, assessor
1994-97	Missão junto à ONU, Nova York, terceiro e segundo-secretário
1997-2001	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, segundo-secretário
2001-03	Divisão do Mercado Comum do Sul, Subchefe
2003-07	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2007-08	Banco Mundial, Assessor Senior do Diretor Executivo do Brasil
2008-10	Embaixada em Washington, conselheiro e ministro-conselheiro
2010-11	FMI, Assessor do Diretor Executivo do Brasil
2011-13	Embaixada em La Paz, ministro-conselheiro
2013-15	Assessor do Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2015-17	Assessor Diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal
2017	Assessor Parlamentar Sênior, Gabinete da Liderança do Governo do Senado Federal
2017	Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores
2018-22	Embaixada em Tóquio, Embaixador
2022	Secretaria de Ásia, Pacífico e Rússia, Secretário
Condecorações:	
1990	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, medalha de ouro (Concurso de Admissão ao Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata)
1990	Prêmio Rio Branco, IRBr, medalha de prata (Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata)
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2010	Ordem do Rio Branco, Grande oficial
2013	Ordem do Mérito Militar, Comendador
2013	Medalha de Mérito Pedro Ernesto
2017	Medalha Mérito Tamandaré
2022	Ordem do Sol Nascente, Grande Cordão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Europa Central e Oriental

ÁUSTRIA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Áustria
GENTÍLICO	Austríaco
CAPITAL	Viena
ÁREA	83.879 km²
POPULAÇÃO (2023)	9,1 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES (2021)	Catolicismo (55,2%), Protestantismo (3,8%), Ortodoxos (4,9%), Islamismo (8,3%), Nenhuma (22,4%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Conselho Nacional (*Nationalrat*) e pelo Conselho Federal (*Bundesrat*)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Alexander Van der Bellen (desde 26 de janeiro de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Karl Nehammer (desde dezembro de 2021)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Alexander Schallenberg (desde dezembro de 2021)
PIB NOMINAL (est. 2024)	US$ 535,8 bilhões
PIB "per capita" NOMINAL (est. 2024)	US$ 58.668
VARIAÇÃO DO PIB	-0,6% (est. 2024), -0,7% (2023), 4,8% (2022), 4,6% (2021); -6,5% (2020); 1,4% (2019); 2,6% (2018)
IDH (2022)	0.926 (22ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2022)	Mulheres: 83,7 anos / Homens: 79 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM VIENA	Nelson Antônio Tabajara de Oliveira
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Stefan Scholz
COMUNIDADE BRASILEIRA	Registram-se 10 mil brasileiros residentes na Áustria.

Brasil →Áustria (Em US$ milhões)	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	1.040	1.139	1.050	1.312	1.112	966	1.041	1.489	1.403,9	1.479,5
Exportações	139	89	137	212	149	114	98	110	96,3	80,3
Importações	901	1.050	913	1.100	963	852	953	1.379	1.307,6	1.399,2
Saldo	*-762*	*-961*	*-776*	*-888*	*-814*	*-738*	*-855*	*-1.269*	*-1.211,3*	*-1.318,9*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

A Áustria está localizada na região central da Europa, não possuindo litoral. Faz fronteira, ao norte, com a República Tcheca; a leste, com a Eslováquia e a Hungria; ao sul, com a Eslovênia; a sudoeste, com a Itália; a oeste, com a Suíça e Liechtenstein; e, a noroeste, com a Alemanha. A capital e cidade mais populosa é Viena, com mais de 2 milhões de habitantes.

A Primeira República Austríaca foi estabelecida em 1919, após a dissolução do Império Austro-Húngaro. Em 1938, o território do país foi anexado à Alemanha pelo regime nazista, no chamado "Anschluss". Esta união durou até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando a Áustria passou a ser ocupada pelos Aliados da Segunda Guerra Mundial. Em 1955, o "Tratado de Independência da Áustria" restabeleceu a sua soberania e o parlamento emitiu a "Declaração de Neutralidade", a qual determinou que o país se tornaria politicamente neutro.

Atualmente, a Áustria detém um dos mais altos níveis de desenvolvimento e de renda per capita do mundo. O país destaca-se no âmbito da União Europeia por sua economia estável, com base industrial sólida sustentada por setores tecnológicos de ponta, como o de máquinas e equipamentos, farmacêutico e químico.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE ALEXANDER VAN DER BELLEN

Nasceu em Viena, em 1944. Formou-se em economia na Universidade de Innsbruck. Foi professor de economia na Universidade de Viena antes de ingressar na carreira política. Ex-membro do Partido Social-Democrata (SPÖ), integrou o Conselho Nacional austríaco pelo Partido "Verdes" de 1994 a 2012 e foi líder do partido entre 1997 e 2008. Em 2012, deixou o Parlamento e tornou-se membro do Conselho Municipal de Viena (legislativo municipal). É presidente federal da Áustria desde 2017, tendo sido reeleito para novo mandato em 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CHANCELER KARL NEHAMMER

Nasceu em Viena, em 1972. Formou-se em Comunicação Política na Universidade de Krems. Após breve passagem pelo Exército, trabalhou na organização do Partido Popular (ÖVP). Em outubro de 2015, foi nomeado vice-secretário-geral e presidente da organização federal do Sindicato dos Trabalhadores Austríacos (ÖAAB), a associação sindical do ÖVP. Nas eleições federais de 2017, foi eleito para o Conselho Federal. Durante o segundo governo do ex-chanceler Sebastian Kurz (2020-2021), foi indicado para conduzir o Ministério do Interior. Desde 2021, é o chanceler federal da Áustria.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Áustria mantêm relações historicamente fluidas e cordiais, além de compartilharem valores e objetivos similares em política externa, dentre os quais a defesa da democracia, do estado de direito e dos direitos humanos; o fortalecimento do

multilateralismo; o desarmamento nuclear; e a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. São frequentes os apoios recíprocos a candidaturas e a cooperação em foros multilaterais.

As boas relações bilaterais ancoram-se em laços históricos e culturais, existentes desde o Império, sobretudo pelo casamento, em 1817, da arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com D. Pedro I. A iniciativa do Brasil, na 7ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1952, em favor do pleno restabelecimento da soberania austríaca (que ocorreu em 1955) também é fator que uniu a Áustria contemporânea ao Brasil.

A última visita presidencial a Viena foi realizada em 2006, à margem da cúpula CELAC-União Europeia, em reciprocidade à visita ao Brasil do ex-presidente federal Heinz Fischer, em 2005. O ex-chanceler federal Alfred Gusenbauer visitou o Brasil em 2008. Em 2013, o então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, visitou Viena em duas oportunidades, havendo, em ambas as ocasiões, mantido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

encontros bilaterais com seu homólogo, Michael Spindelegger, que havia visitado o Brasil em 2010.

Em 18/7/2023, o presidente Lula encontrou-se com o chanceler federal Karl Nehammer à margem da Cúpula CELAC-UE. Na ocasião, discutiu-se a possibilidade de criação de um grupo para apoiar as negociações de paz na guerra da Ucrânia. Em 19/9/2023, o presidente Lula encontrou-se com o presidente austríaco Alexander van der Bellen, ocasião em que foram tratados temas ambientais. Os presidentes concordaram que a crise climática somente poderá ser superada por meio da cooperação entre todos os países. O presidente brasileiro convidou seu homólogo a visitar o Brasil.

No dia 1/5/2024, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, reuniu-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Alexander Schallenberg, nas dependências do Autódromo Dino e Enzo Ferrari, em Ímola, Itália, à margem da solenidade alusiva ao trigésimo aniversário do falecimento dos pilotos Ayrton Senna e Roland Ratzenberg, vitimados no GP de San Marino de Fórmula 1 de 1994. Foram discutidos o conflito no Oriente Médio, reforma da governança global e outros temas multilaterais.

No âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (2008), foram realizados oito encontros até o presente. A VIII Reunião de Consultas Políticas Brasil-Áustria foi realizada em Viena, em 17/10/2023, com a presença da Secretária de Europa e América do Norte do Ministério das Relações Exteriores, embaixadora Maria Luisa Escorel.

A relação completa dos acordos assinados entre Brasil e Áustria é a seguinte:

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Acordo de Pagamentos Brasil - Áustria	20/10/1952	19/11/1952	Dado inexistente
Ajuste de Pagamentos e Comércio, por troca de notas, Modificando as Disposições do "Acordo Regulando o Comércio e o Regime de Pagamentos, de 1956" entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	27/02/1958	27/02/1958	10/03/1958
Acordo, por troca de notas, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais entre o Governo dos	07/12/1959	01/01/1960	Dado inexistente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria			
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos Autorais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	21/12/1965	21/12/1965	Dado inexistente
Acordo, por troca de notas, para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	22/08/1967	21/10/1967	05/09/1967
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e sobre o Capital entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria	24/05/1975	01/07/1976	11/11/1975
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Áustria.	29/05/1980	29/05/1980	Dado inexistente
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria.	03/05/1985	01/10/1986	14/08/1985
Acordo, por Troca de Notas, sobre Radioamadorismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal Austríaco	29/06/1988	28/07/1988	04/08/1988
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria Referente ao Reconhecimento dos Certificados de Origem e de Bens de Produção Artesanal	15/03/1993	26/04/1993	17/07/1993
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria	16/07/1993	01/09/1995	11/10/1993
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria sobre Cooperação	19/09/2005	19/11/2005	26/11/2005

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Técnica			
Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria	11/03/2013	01/08/2017	08/06/2017
Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria	03/09/2014	O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em 30/03/2023 (Decreto Legislativo 12/2023). Aguarda-se promulgação e publicação.	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria em Cooperação Científica e Tecnológica	19/06/2019	24/08/2023	25/08/2023
Arranjo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	31/10/2019	31/10/2019	15/01/2020
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria	15/05/2022	Em tramitação no Congresso Nacional	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

O Brasil é o principal parceiro comercial da Áustria na América do Sul, mas o intercâmbio ainda é relativamente baixo, com saldo historicamente deficitário para o Brasil.

Em 2023, o comércio bilateral somou USD 1,4 bilhão, com USD 96,3 milhões de exportações brasileiras e USD 1,3 bilhão de importações, resultando em significativo déficit de USD 1,2 bilhão. Em 2024, o intercâmbio totalizou USD 1,4 bilhão, com USD 80,3 milhões de exportações brasileiras e USD 1,1 bilhão de importações, resultando em déficit de USD 1,3 bilhão.

Destacaram-se, na pauta exportadora brasileira de 2024, celulose (20%), geradores elétricos giratórios e suas partes (8,7%), veios de transmissão e manivelas, engrenagens, rodas de fricção, volantes, polias, embreagens, elos articulados e suas partes (6,4%), barras de ferro e aço, barras cantoneiras e perfis, incluindo estacas-prancha (5,6%) e papel e cartão (5,3%). Entre as importações, sobressaíram-se medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (20%), outros medicamentos, incluindo veterinários (8,9%) bebidas não alcóolicas (8,7%) e máquinas e equipamentos para determinadas indústrias e suas partes (4,8%).

Os investimentos diretos da Áustria no Brasil somaram 2,1 bilhões de euros em 2023. Segundo a Câmara de Comércio da Áustria, cerca de 50 empresas austríacas têm representação no Brasil e empregariam mais de 10 mil pessoas.

Os investimentos diretos do Brasil na Áustria alcançaram 3,8 bilhões de euros em 2023. Entre as empresas brasileiras com presença na Áustria, destacam-se a WEG, que em 2011 adquiriu a austríaca Watt Drive, e a Suzano Papel e Celulose, que em setembro de 2024 adquiriu participação de 15% na austríaca Lenzing AG.

Em julho de 2024, as Forças Armadas da Áustria anunciaram a aquisição de quatro aviões do modelo KC-390 da Embraer, com preço unitário estimado em 150 milhões de euros. A entrega está prevista para ocorrer até 2028.

O ministro do Trabalho e da Economia da Áustria, Martin Kocher, realizou visita ao Brasil em abril de 2024, acompanhado de delegação com representantes de mais de 30 empresas austríacas. Na ocasião, Kocher assinou, com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, Memorando de Entendimento para Cooperação Econômica e Inovação. O documento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prioriza as áreas de tecnologia verde; indústria, mobilidade e infraestrutura; inovação e novas tecnologias; e cooperação em financiamento e crédito à exportação.

Foi também reinstituída, na ocasião, a Comissão Mista de Cooperação Econômica e Industrial Brasil-Áustria, criada originalmente em 1987. A primeira reunião está prevista para acontecer em 2025, em data a definir.

POLÍTICA INTERNA

O chefe de Estado da Áustria é o "*Bundespräsident*" (presidente federal), que é eleito diretamente pela população a cada seis anos, limitado a dois mandatos consecutivos. O presidente federal nomeia o "*Bundeskanzler*" (chanceler federal), bem como os outros membros do governo federal. O chanceler federal é o chefe de governo, que pode ser destituído por decreto presidencial ou por voto de desconfiança do Conselho Nacional.

O Poder Legislativo é bicameral. O parlamento é composto pelo Conselho Nacional (câmara baixa) e pelo Conselho Federal (câmara alta). O primeiro tem 183 deputados; o segundo, 61 membros. O Conselho Nacional é constituído por meio de eleições e é a casa principal do legislativo austríaco. Os membros da segunda câmara, o Conselho Federal, são nomeados pelas nove províncias (*Länder*). O Conselho Federal representa os interesses das províncias e o seu poder é de natureza negativa, facultando-lhe vetar decisões do Conselho Nacional, o qual pode, contudo, anular eventuais vetos do Conselho Federal. A eleição para o Conselho Nacional é realizada a cada cinco anos, ou a qualquer momento, em caso de dissolução da casa, determinada pelo presidente a pedido do governo, ou por autodissolução, por intermédio de uma moção de censura.

O Poder Judiciário está dividido em tribunais gerais e tribunais de direito público. Os tribunais gerais tratam do direito civil e penal. Os tribunais de direito público dividem-se em dois ramos: administrativo e constitucional. Os juízes são independentes e as nomeações, vitalícias. No topo da hierarquia jurisdicional encontram-se o Supremo Tribunal de Justiça, que trata dos aspectos jurídicos relacionados aos direitos civil e penal, e o Tribunal Constitucional, que trata de matérias constitucionais. O Tribunal Constitucional é composto por quatorze membros e seis membros suplentes, nomeados pelo presidente federal, por indicação do Gabinete Federal, do Conselho Nacional e do Conselho Federal. Não há justiça militar em tempos de paz, e os militares são julgados pelo sistema judiciário regular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A conjuntura política recente tem sido marcada por polarização política, com erosão do apoio popular aos dois principais partidos, o Partido Popular (ÖVP), do chanceler Karl Nehammer, e o Social-Democrata (SPÖ). Ambos os partidos vêm perdendo parte de seus eleitores para o Partido da Liberdade (FPÖ), de extrema direita, que venceu as últimas eleições parlamentares, realizadas em em 29 de setembro de 2024, com 28,8% do total de votos. Os Liberais Conservadores, do Partido Popular (ÖVP), atualmente à frente do governo, alcançaram 26,3%, os Socialistas (SPÖ), 21,1%, os Liberais (NEOS), 9,2%, e os Verdes (GRÜN), 8,3%.

Tratou-se da primeira vitória do FPÖ na história das eleições austríacas, apesar de o partido ser considerado um dos três mais tradicionais do país, juntamente com o Socialista (SPÖ) e o Popular (ÖVP), que vinham vencendo as eleições gerais nas últimas décadas. Os três partidos já estiveram, porém, coligados no passado, em diferentes arranjos, inclusive como frentes de oposição, conforme a conveniência política do momento e a despeito de claras incompatibilidades ideológicas.

O crescimento da preferência do eleitorado austríaco por partido de extrema direita foi possível por circunstâncias de ordem interna, especialmente o fraco desempenho do governo ÖVP/Verdes na economia, com alta inflação, baixo crescimento, percepção de má gestão contra a pandemia de COVID-19 e acolhimento de grandes contingentes de imigrantes e refugiados - fato altamente criticado pelo FPÖ, que mantém discurso xenofóbico e anti-islâmico.

O FPÖ foi criado em 1956 por ex-integrantes da SS, do partido nazista austríaco e militantes do movimento pangermânico, muitos dos quais foram absolvidos no processo de desnazificação do país no pós-guerra. Na Áustria, os tribunais seguiram procedimento informado por parâmetros diferentes do processo na Alemanha pois, desde o “Anschluss”, os Aliados declararam a Áustria “vítima do nazismo” (Conferência de Moscou - 1943), fato que serviu de justificativa para que muitos nazistas austríacos alegassem coerção para aderir ao partido nazista. Com isso, vários réus, especialmente os de famílias austríacas proeminentes, foram autorizados pelos tribunais a assumir cargos públicos.

No processo de formação do novo governo, após as eleições de setembro último, colapsaram as negociações de coalizão tripartite, com a retirada inesperada dos Liberais (NEOS) das tratativas, em 3/1/2025. Os outros dois partidos remanescentes, o Popular (ÖVP) e o Social-Democrata (SPÖ), reuniram-se no dia 4/1 para avaliar vias de diálogo possíveis, sem sucesso. Ambos os partidos declararam, assim, a saída das negociações, devolvendo à estaca zero o processo de formação de governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao relatar o fracasso das negociações, o presidente do ÖVP e atual chanceler federal, Karl Nehammer, anunciou, no dia 5/1/2025, a sua renúncia à presidência do partido e à chefia do governo austríaco. Para a liderança do partido, o advogado Christian Stocker foi designado como novo secretário-geral do ÖVP. A renúncia como chanceler federal não teve efeito imediato, pois Nehammer declarou almejar transição institucional suave. Nesse contexto, o presidente Alexander van der Bellen anunciou, também no dia 5/1, que escolherá o substituto de Nehammer proximamente.

Após o colapso das negociações, o presidente Alexander Van der Bellen reuniu-se com o líder do Partido da Liberdade (FPÖ), Herbert Kickl, e o encarregou de iniciar conversas com o Partido Popular (ÖVP) para formar um governo. Ele afirmou caber-lhe, como chefe de Estado, a "tarefa constitucional de explorar todas as possibilidades para constituir um governo com representação de mais de 50 por cento (no parlamento)". Segundo Van der Bellen, o FPÖ de Kickl e o ÖVP são as únicas opções que restaram para que se constitua um novo governo, e declarou que essa decisão não foi "um passo fácil" para ele próprio. O presidente chegou a declarar, no início das campanhas eleitorais, que, caso Herbert Kickl vencesse, jamais daria posse a um chanceler federal que fosse representante da extrema direita austríaca.

Kickl, que acabou sendo retirado do processo inicial de formação de governo por ter sido rejeitado por todos os partidos, agora volta ao tabuleiro político com grande possibilidade de tornar-se chanceler federal, caso se materialize a coligação com o ÖVP. No entanto, ainda que ambos os partidos se tenham começado a conversar, não é certa a formação da coligação. Mas deve-se ter em mente que já houve uma coalizão recente do ÖVP com FPÖ, em 2020, ano em que o FPÖ obteve a segunda maior votação nas eleições gerais.

Essa coligação, porém, ruiu no ano seguinte, quando o chanceler federal Sebastian Kurz demitiu Herbert Kickl, então ministro do Interior. Com a demissão forçada de Kickl, o FPÖ retirou-se da coligação e novas eleições foram convocadas em 2021, tendo o ÖVP vencido novamente, com Karl Nehammer à frente do partido. Ao perder o cargo de ministro, Kickl assumiu, então, a presidência do FPÖ e iniciou dura oposição contra o governo ÖVP.

POLÍTICA EXTERNA

O principal eixo da política externa da Áustria é sua declarada neutralidade, que sempre fundamenta ou matiza seu posicionamento internacional, especialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em tempos de tensão no continente, como é o caso no contexto do conflito na Ucrânia. A Áustria, devido ao seu forte e próximo relacionamento com Moscou desde o pós-guerra, especialmente no tocante ao setor bancário e dependência do gás russo, recorre permanentemente à neutralidade para deixar abertos os canais com a Rússia, ao mesmo tempo em que apoia a Ucrânia, para alinhar-se ao posicionamento político da União Europeia, da qual é membro desde 1995.

Além da UE, as principais esferas de atenção da política externa austríaca são: (i) Bálcãs e Europa Oriental; (ii) Mediterrâneo e Oriente Médio; (iii) grandes mercados emergentes.

Pelo histórico de reuniões internacionais desde o Congresso de Viena, onde foram negociadas as Convenções de Viena, um aspecto permanente da política externa austríaca é promover sua capital como centro diplomático e sede de organizações internacionais. A cidade é a terceira mais importante sede das Nações Unidas e abriga duas agências especializadas: a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a Organização para Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) e a Organização das Nações Unidas em Viena (UNOV), que abriga a Organização para Desenvolvimento Industrial (UNIDO), o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA) e o Secretariado da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL). A OPEP e seu fundo de ajuda ao desenvolvimento (OFID) têm, igualmente, sede em Viena.

A política externa do país, da mesma forma que a brasileira, tem tradição de busca de consensos e soluções negociadas, com cautela quando se apresentam opções militares em crises internacionais. Essas características da política externa austríaca estão relacionadas ao estatuto de neutralidade adotado pelo país em 1955 e à tradição de ser ponte entre a Europa Ocidental e Oriental, papel que advém da Guerra Fria.

Com relação à reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), a Áustria tem crescentemente se posicionado a favor da revisão da sub-representação de países em desenvolvimento ou de regiões como a América Latina e Caribe e África, mas evita posicionamento em favor de um dos grupos atualmente concorrentes. A Áustria não tem manifestado, portanto, apoio explícito à postulação brasileira em favor da expansão do número de membros permanentes do CSNU.

No que concerne à guerra na Ucrânia, as autoridades austríacas condenam a invasão do país pela Rússia, e são frequentes as considerações do conflito, sobretudo por parte do ministro das Relações Exteriores, Alexander Schallenberg, como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

“guerra de agressão neoimperialista” por parte de Moscou. Todavia, a Áustria reafirma categoricamente o princípio da neutralidade militar.

Em seu discurso durante a última Assembleia-Geral das Nações Unidas, em setembro de 2024, o ministro das Relações Exteriores, Alexander Schallenberg, enfatizou a neutralidade militar da Áustria, esclarecendo que a "neutralidade não significa indiferença", especialmente no que se refere à Ucrânia. Schallenberg afirmou que "um mundo em que a Rússia consegue mudar fronteiras com mísseis e tanques é mais perigoso para todos nós", acrescentando que "após 946 dias de sofrimento humano indescritível", é hora de regressar à diplomacia, única opção para se alcançar a paz. Ele ressaltou que uma solução para a Ucrânia deve ser negociada e contar com a participação indispensável dos ucranianos, não com uma "ordem de Moscou", e reiterou que a base das negociações deve ser o direito internacional.

Devido aos laços históricos e econômicos que vinculam a Áustria aos Bálcãs, o governo austríaco é um grande defensor da entrada dos países da região na União Europeia. Para o ministro das Relações Exteriores, Alexander Schallenberg, a guerra da Ucrânia seria indicativa da crescente necessidade de maior integração da UE junto aos Bálcãs, sobretudo em matéria de coordenação de política externa e em temas de segurança.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Além do setor industrial forte, a Áustria tem uma economia aberta, tendo mais de 50% do seu PIB correspondente a exportações. Diante dessa forte dependência do exterior, a Áustria criou entidades e estrutura para penetração em mercados externos. A “Advantage Austria”, a organização governamental austríaca de promoção do comércio exterior, vinculada à Câmara Econômica Federal Austríaca (WKO), possui rede de mais de 100 escritórios em 70 países.

Em 2023, a maior parte das exportações da Áustria destinou-se aos países da União Europeia (68,4% do total), destacando-se a Alemanha (29,1%). O Brasil foi o destino de 0,5% das exportações das austríacas. Com relação às importações, a Áustria posicionou-se como a 35ª economia de origem.

Após alguns anos de crescimento moderado, a economia austríaca ganhou dinamismo a partir de 2016, estimulada por reforma tributária que entrou em vigor naquele ano, bem como pela retomada no comércio internacional. Em 2020, contudo, o PIB austríaco recuou 6,5% em razão da pandemia da Covid-19. O país registrou, por outro lado, forte recuperação da atividade econômica nos anos seguintes, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crescimento de 4,6% em 2021 e de 4,8% em 2022. Em 2023, porém, o PIB sofreu contração de 0,7%, principalmente em razão do conflito na Ucrânia e da desaceleração do comércio internacional. A estimativa de 2024 é de que o PIB tenha sofrido nova contração, de 0,6%.

A principais instituições de pesquisa econômica da Áustria divulgaram, em dezembro de 2024, suas projeções para o desempenho da economia do país em 2025. Segundo indicado nas estimativas, após dois anos consecutivos de recessão, a Áustria deverá ter crescimento do PIB neste ano. A expansão da economia projetada pelas três instituições - Banco Central (OeNB), Instituto de Pesquisas Econômicas (WIFO) e

Instituto de Estudos Superiores (IHS) - será moderada, alcançando entre 0,6% e 0,8%.

As contas públicas, que fecharam 2024 com déficit fiscal de 3,7%, devem seguir apresentando deterioração em 2025. As estimativas relativas ao déficit no orçamento deste ano variam entre 3,8 % e 4,2%. O diretor do WIFO alertou, porém, para riscos em medidas concentradas somente nos cortes de gastos. Segundo esse instituto, severas medidas de contenção de despesas poderiam prolongar a recessão por um terceiro ano. A taxa de desemprego, que voltou a crescer em 2024, deverá subir 0,4 pontos porcentuais em 2025, alcançando a marca de 7,4%. Por outro lado, espera-se continuação da trajetória decrescente da taxa de inflação. A alta nos preços em 2025 deverá situar-se entre 2,3% e 2,6%, segundo as projeções divulgadas.

O WIFO também divulgou estimativas de emissões de gases de efeito estufa geradas pela economia austríaca. Conforme os dados do instituto, após queda de 6% em 2022 e 6,4% em 2023, e queda estimada de 3,4% em 2024, a redução das emissões deve continuar no próximo ano, ainda que em menor ritmo (-1,5%).

O governo da Áustria está empenhado em alcançar a neutralidade climática até 2040, o que exigirá que o país melhore substancialmente os esforços de redução de emissões em todos os setores energéticos. A Áustria estabeleceu meta de fornecimento de eletricidade 100% renovável até 2030 (balanço nacional). Em 2018, 77% da eletricidade já provinha de energias renováveis, a terceira maior percentagem entre os países membros da AIE (Agência Internacional de Energia). A maior parte é proveniente de hidrelétricas (41%). Tal como em muitos países, a descarbonização dos transportes é um desafio, e o crescimento das emissões na Áustria desde 2014 é em grande parte impulsionado pelo aumento do consumo final de energia nos edifícios e nos transportes. Até 2035, o governo planeja eliminar gradualmente os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sistemas de aquecimento a petróleo e carvão, bem como restringir a utilização de gás natural para aquecimento em novos edifícios até o final de 2025.

CRONOLOGIA HISTÓRICA
Século 4º d.C. – Ondas de povos tribais invadem a Áustria
1156 – A Áustria, parte do Sacro Império Romano, torna-se Ducado
1282 – Albert de Habsburgo torna-se Duque da Áustria
1438 – O duque da Áustria torna-se Sacro Imperador Romano
1740 – Maria Theresa torna-se imperatriz da Áustria
1806 – Dissolução do Sacro Império Romano-Germânico
1815 –Congresso de Viena e participação da Áustria na Confederação Germânica
1848 – Onda de revoluções sacode o Império Austríaco. Metternich renuncia.
1866 – A Áustria é derrotada pela Prússia
1867 – Concedido status de igualdade à Hungria. Império Austro-Húngaro
1914 – Assassinato do arquiduque Francisco Ferdinand, herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo
1918 – Desintegração do Império Austro-Húngaro. Proclamação da Primeira República
1934 – Dolfuss, chanceler da Áustria, sofre atentado
1938 – Anexação da Áustria pela Alemanha
1945 – Governo provisório. Segunda República. A Áustria é dividida em zonas de ocupação
1955 – A Áustria recupera plena soberania sobre seu território. Ingressa nas Nações Unidas
1995 – A Áustria ingressa na União Europeia
1999 – A Áustria adota o Euro
2004 –Heinz Fischer (SPÖ) é eleito presidente federal.
2008 – Setembro – Os Partidos Social-Democratas (SPÖ) e Partido Popular (ÖVP) sofrem elevadas perdas. O Partido da Liberdade (FPÖ) avança e recebe 29% dos votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2008 - Dezembro - O novo governo de coalizão formado pelos Social-Democratas (SPÖ) e o Partido Popular (ÖVP) são empossados. O líder da SPO, Werner Faymann, torna-se chanceler federal.
2010 – Heinz Fischer (SPÖ) é reeleito presidente federal.
2016 – Dezembro: Alexander Van der Bellen (Verdes) derrota Norbert Hofer (FPÖ) na reedição do segundo turno da eleição presidencial e torna-se presidente federal
2017 – Outubro: As eleições federais registram avanço do Partido FPÖ. O ÖVP, de centro, e o FPÖ, de direita, acordam um governo de coalizão. O líder do Partido Conservador (FPÖ), Sebastian Kurz, torna-se chanceler federal
2019 – Dissolução da aliança ÖVP-FPÖ e do governo.
2020 - Tomou posse o governo Kurz II em 7 de janeiro de 2020, em inédita aliança entre o ÖVP e os Verdes.
2020 – Chanceler federal Sebastian Kurz renuncia (11/10)
2020 – Dezembro: Karl Nehammer (ÖVP) assume a posição de chanceler federal. A coalizão entre o partido Popular e os Verdes é mantida.
2022 – Alexandre Van der Bellen (sem partido) é reeleito para o cargo de presidente federal
2024 – Setembro: Vitória Partido da Liberdade (FPÖ) nas eleições legislativas federais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1817 – Casamento da arquiduquesa Leopoldina com o então príncipe herdeiro do trono de Portugal e futuro imperador do Brasil, Dom Pedro I
1825 – Reconhecimento, pela Áustria, da independência do Brasil. Estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre os dois países (27 de dezembro)
1871 e 1877 – Visitas a Viena do imperador Dom Pedro II
1891 – Reconhecimento, pela Áustria, da proclamação da República no Brasil (22 de janeiro)
1933 – Andreas Thaler, ex-ministro da Agricultura da Áustria, funda a colônia de Treze Tílias, em Santa Catarina
1952 – Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores austríaco, Karl Gruber
1976 – Entrada em vigor do Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital
1980 – Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores austríaco, Willibald Pahr
1982 – Visita à Áustria do ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro
1986 – Entrada em vigor do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial
1995 – Entrada em vigor do Acordo sobre Serviços Aéreos
2005 – Visita ao Brasil do presidente federal Heinz Fischer
2005 – Assinatura e entrada em vigor do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica
2005 – Assinatura e entrada em vigor do Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática de Viena
2006 – Visita à Áustria do presidente brasileiro
2008 – Visita ao Brasil do chanceler federal Alfred Gusenbauer
2008 – Assinatura e entrada em vigor do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas
2010 – Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Europeus e Internacionais, Michael Spindelegger; visitas à Áustria do ministro das Relações Exteriores e do secretário-geral das Relações Exteriores
2011 – Visita ao Brasil do secretário-geral do Ministério dos Negócios Europeus e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Internacionais, Johannes Kyrle
2012 – Visita à Áustria do secretário-geral das Relações Exteriores, Ruy Nunes Pinto Nogueira, e visita ao Brasil da ministra da Justiça, Beatrix Karl
2013 – Duas visitas à Áustria do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota; visita ao Brasil do ministro de Ciência e Pesquisa, Karlheinz Töchterle
2013 – Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior; do Memorando de Entendimento sobre Ensino Superior, Ciência e Pesquisa entre CAPES e OeAD; do Convênio de Cooperação entre CAPES e OeAD para Implementação de Bolsas de Graduação Sanduíche na Áustria no Âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).
2013 – Assinatura e entrada em vigor do Memorando de Entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Kunsthistorisches Museum (KHM - Museu de História da Arte) e o Weltmuseum Wien (antigo Museu de Etnologia)
2014 – IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Áustria
2017 – V Reunião de Consultas Políticas Brasil-Áustria
2017 – Bicentenário do casamento de Dona Maria Leopoldina de Habsburgo, filha do imperador Francisco II, com Dom Pedro I.
2023 – Encontro entre PR Lula e chanceler Karl Nehammer à margem da Cúpula da CELAC-UE
2023 – Encontro entre PR Lula e presidente Alexander van der Bellen em Nova York
2024 – Visita ao Brasil do ministro do Trabalho e da Economia da Áustria, Martin Kocher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2025

(nº 122/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 122

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO MENDES PEREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO MENDES PEREIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de janeiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00009/2025 MRE

Brasília, 27 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO MENDES PEREIRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Panamá, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **JOÃO MENDES PEREIRA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.000539/2025-15

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 142/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6402385** e o código CRC **0E77DEDE** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000539/2025-15 SEI nº 6402385

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOÃO MENDES PEREIRA*
CPF.: [redacted]
ID.: [redacted]

1965	Filho de [redacted], nasce em [redacted]
Dados Acadêmicos:	
1987	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1990	CPCD - IRBr
1998	CAD - IRBr
2005	CAE - IRBr, A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul - IIRSA como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul
Cargos:	
1991	Terceiro-Secretário
1996	Segundo-Secretário
2002	Primeiro-Secretário, por merecimento
2006	Conselheiro
2010	Ministro de Segunda Classe
2017	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1987	Ministério da Indústria e do Comércio, Coordenadoria de Assuntos Internacionais, assessor
1991	União Educacional de Brasília-UNEB, Professor de Políticas e Estratégias de Comércio Exterior
1991-92	Instituto Rio Branco, assessor
1992-95	Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1995-99	Missão Junto à CEE, Bruxelas, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1999-2003	Delegação Permanente Junto à ALADI, Montevidéu, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
2003	Coordenação-Geral para as Negociações Mercosul-União Européia, Coordenador, interino
2003-04	Divisão da União Européia e Negociações Extra-Regionais, Chefe, interino
2004-07	Embaixada em Lisboa, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007-09	Divisão de Integração Regional, Chefe
2009-10	Divisão Econômica da América do Sul, Chefe
2010-12	Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul, Coordenador-Geral
2012-16	Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional, Diretor
2016-18	Cerimonial. Chefe.
2018-22	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral
2022-	Embaixada do Brasil em Bruxelas. Embaixador.
Condecorações:	
2012	Medalha "Mérito Tamandaré"
2014	Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador
2015	Ordem do Mérito da Defesa, no grau Comendador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

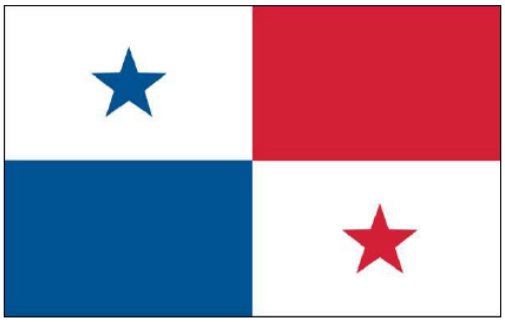
2015	Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial
2017	Medalha do Pacificador
2017	Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Grande Oficial
2018	Ordem de Rio Branco, no grau de Grã Cruz

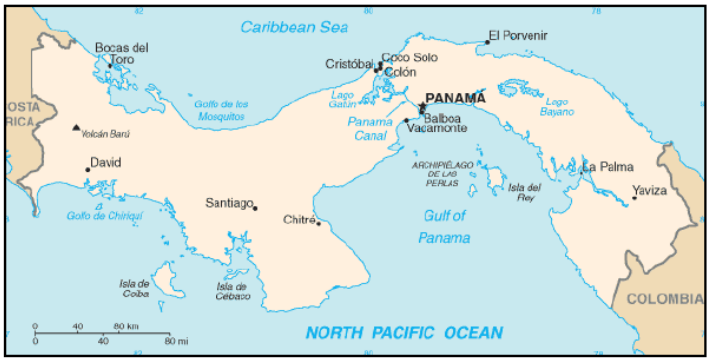
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS SOBRE O PAÍS	
Nome Oficial:	República do Panamá

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PANAMÁ





Informação Ostensiva
Janeiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Capital:	Cidade do Panamá
Área:	74.340 km² (equivalente ao estado da Paraíba; maior do que Serra Leoa)
População:	4,351 milhões
Línguas oficiais:	Espanhol
Principais religiões:	Católicos (85%); protestantes (15%)
Sistema político:	República presidencialista
Chefe de Estado e de governo:	José Raúl Mulino (desde 01 de julho de 2024)
Ministro das Relações Exteriores:	Javier Martínez-Acha (desde 01 de julho de 2024)
PIB nominal (2024, FMI):	US$ 87,35 bilhões (3,98% do PIB do Brasil, de USD 2,19 trilhões)
PIB PPP (2024, FMI):	US$ 186,21 bilhões (3,96% do PIB do Brasil, de USD 4,7 trilhões)
PIB *per capita* (2024, FMI):	US$ 19.370 (188,06% do PIB per capita do Brasil, de USD 10.300)
PIB *PPP per capita* (2024, FMI):	US$ 41.290 (186,66% do PIB per capita do Brasil, de USD 22.120)
Variação do PIB (FMI):	3% (est. 2025); 2,5% (2024); 7,3% (2023); 10,8% (2022); 15,3% (2021); -17,9% (2020); 3% (2019), 3,9% (2018); 5,8% (2017); 6,3% (2016); 6% (2015).
IDH (2021, PNUD)	0,820 (57º entre 193 países; Brasil é o 89º)
Exportações brasileiras (2024)	US$ 919,3 milhões (-3,2%); 51º destino
Principais produtos exportados	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (62%); demais produtos da indústria de transformação (4,8%); outros medicamentos, incluindo veterinário (3,2%)
Total importações brasileiras (2024)	US$ 14,8 milhões (+7,2%)
Principais produtos importados	Resíduos de metais de base não ferrosos e de sucata (51%); revestimentos de pisos (8,3%); outros artigos manufaturados diversos (6%).
Investimentos do Brasil no país	Os principais setores em que as empresas brasileiras investem no Panamá são a construção civil, serviços financeiros, distribuição de alimentos e indústria farmacêutica. Dentre outras, registra-se a presença das seguintes empresas: AB Inbev/Cervecería Nacional; Banco Itaú (filial do Itaú Colômbia); J Safra Asset (Sede de Empresa Multinacional do Setor Financeiro); Tramontina; TIVIT (soluções tecnológicas); MV Sistemas (inovação e gestão em saúde); Born Animal Biotechnology (tecnologia e reprodução bovina).
Investimentos do país no Brasil	Segundo dados de 2020 do Banco Central (BCB), mais de 210 empresas brasileiras mantinham como investidor direto ou controlador final o Panamá, totalizando mais de US$1,43 bilhões, divididos principalmente entre os setores de transporte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	armazenagem e correio; indústrias de transformação e construção.
Embaixador do Brasil no país	Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva, desde agosto de 2022.
Embaixador do país no Brasil	Flavio Gabriel Mendez Altamirano, desde outubro de 2024.

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US$ milhões (fonte: Comex Vis)

Brasil → Panamá	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	**313,5**	**317,1**	**643,0**	**640,9**	**536,8**	**552,4**	**770,7**	**868,9**	**963,7**	**934,1 (-3,1%)**
Exportações	304,7	308,6	633,0	626,6	523,4	428,3	650,6	854,8	949,9	919,3 (-3,2%)
Importações	8,8	8,5	10,0	14,3	13,4	124,1	120,1	14,1	13,8	14,8 (+7,2%)
Saldo	295,9	300,1	623	612,3	510,0	304,2	530,5	840,7	936,1	904,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

José Raúl Mulino
Presidente da República

José Raúl Mulino (Panamá, 1959) é formado em Direito pela Universidad Católica Santa María La Antigua. Iniciou sua carreira profissional como advogado especialista em direito marítimo e, em 1988, tornou-se sócio fundador do escritório de advocacia Fábrega, Molino y Mulino. Ocupou cargos políticos de relevo durante as presidências de Guillermo Endara (1989-1994), quando atuou como Ministro das Relações Exteriores, e de Ricardo Martinelli (2009-14), ocasião em que foi Ministro da Segurança Pública e de Governo e Justiça.

Foi indicado como candidato, em substituição ao ex-presidente Ricardo Martinelli, cuja postulação foi impugnada pelo Tribunal Eleitoral, devido a condenação penal por lavagem de dinheiro. Eleito presidente do Panamá para o período 2024-2029.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Javier Martínez-Acha
Ministro das Relações Exteriores

Javier Martínez-Acha (Panamá, 1963) é advogado e economista. Formou-se em engenharia industrial e ciências econômicas pela Universidade do Texas A&M e em direito e ciências políticas pela ULACIT. Possui especialização em direito financeiro e bancário, direito internacional e corporativo e em arbitragem internacional. Foi co-fundador, gerente geral e presidente da empresa nacional de intermediação financeira internacional Geneva Asset Management SA. Também trabalhou como encarregado da carteira corporativa do Banco de Iberoamerica, tesoureiro da GICU Construção e consultor financeiro da empresa Merrill Lynch Panamá. Durante o governo de Martín Torrijos (2004-2009), foi secretário do Conselho de Segurança Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Panamá, principal parceiro comercial brasileiro na América Central, tem importância que transcende seu entorno imediato. Devido à sua localização estratégica, na intersecção dos oceanos Atlântico e Pacífico, na passagem entre as Américas do Sul e do Norte, o país tornou-se "hub" logístico caracterizado pela centralidade de seu Canal interoceânico e ampla infraestrutura aeroportuária.

As relações entre o Brasil e o Panamá são historicamente amistosas e cordiais, e construídas em bases pragmáticas. Valores e princípios compartilhados facilitam o diálogo e a cooperação nos planos bilateral, regional e multilateral. Os alicerces das relações bilaterais têm sido, entre outros pilares, a tradicional cooperação educacional e a cooperação técnica por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Com a posse do presidente José Raúl Mulino, eleito para o período 2024-2029, abriu-se janela de oportunidade na área econômico-comercial. De nítido viés pró-negócios, o novo presidente panamenho vem demostrando grande disposição para promover o adensamento das relações com o Brasil. Desde a posse, o presidente panamenho tem manifestado interesse em aproximar-se do MERCOSUL.

O acercamento ao Brasil e aos países do MERCOSUL pode ser exemplificado pelos encontros de alto nível entre o presidente Mulino e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho e dezembro de 2024, à margem das Cúpulas de Chefes de Estado do MERCOSUL, e pela visita oficial à Brasília, em setembro passado, do chanceler Javier Martínez-Acha, acompanhado de grande delegação, que incluiu os ministros de Comércio e Indústria, Julio Moltó, e de Desenvolvimento Agropecuário, Roberto Linares.

Como principal resultado da intensificação das relações, o Panamá tornou-se o primeiro país centro-americano a vincular-se ao MERCOSUL, na condição de estado associado. O anúncio ocorreu no último mês de dezembro, durante a 65ª Cúpula do MERCOSUL, em Montevidéu. A associação favorecerá o aprofundamento dos laços comerciais e de investimentos entre o Brasil e o Panamá.

Mecanismo de Consultas Políticas

Em abril de 2000 foi assinado o Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil e o Governo da República do Panamá. O memorando previa a realização de consultas políticas regulares de alto nível entre as chancelarias, em periodicidade mutuamente acordada. A I Reunião do Mecanismo foi realizada em novembro de 2020, em formato virtual. A II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Panamá ocorreu em Brasília, em março de 2023.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Brasil-Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em 9 de abril de 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1 de março de 1983. A cooperação técnica Brasil-Panamá tem histórico de experiências exitosas, com iniciativas nas áreas de saúde, agricultura, pecuária e proteção social, entre outras.

Com vistas a robustecer o programa de cooperação, foram adotadas, na I Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Panamá (6 a 8 de junho de 2022, na cidade do Panamá), seis iniciativas, que se encontram em diferentes fases de implementação, sendo três na área temática de agricultura e as outras três nas áreas de energia, meio ambiente e educação.

Cooperação no Setor Agropecuário

Em matéria de cooperação no setor agropecuário, destaca-se o forte interesse do governo Mulino em expandir ações com o Brasil na área de capacitação e treinamento, tendo como foco melhoramento genético, pecuária de precisão, melhoria de sementes, entre outras. Durante a visita do chanceler Martínez-Acha ao Brasil, o ministro de Desenvolvimento Agropecuário panamenho, Roberto Linares, vocalizou, em especial, o interesse de seu país em manter cooperação fluida com a EMBRAPA. Note-se que a cooperação brasileira tem papel relevante na formação de agrônomos e veterinários panamenhos ao longo de décadas, o que favorece o intercâmbio comercial nesse segmento e posiciona o Brasil como país de referência para o Panamá. À margem da última Cúpula do MERCOSUL, em Montevidéu, em dezembro de 2024, os dois países assinaram acordo de cooperação técnica para o resgate da produção de caju no Panamá.

Comércio Bilateral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O comércio bilateral, estruturalmente assimétrico e favorável ao Brasil, registrou elevação constante entre 2003 e 2008, tendência que foi interrompida em 2009 em função da crise econômica internacional. De 2010 a 2019, oscilou entre anos de crescimento e retração. Houve uma diminuição na magnitude dos déficits panamenhos em 2020 e 2021, devido a um exponencial aumento das exportações de cobre e concentrados ao Brasil (superior a 2500%). Tal tendência, contudo, foi revertida em 2022, ano em que não houve a exportação dessa classe de produto para o Brasil.

Atualmente, o Panamá é o principal parceiro comercial brasileiro na América Central. Em 2024, a corrente de comércio foi de US$ 934,1 milhões, uma redução de 3,1% em relação a 2023, quando o intercâmbio atingiu seu maior valor da série histórica (US$ 963,7 milhões). Em termos proporcionais, trata-se de um dos maiores superávits da balança comercial brasileira: o Brasil exportou US$ 919,3 milhões e importou tão somente US$ 14,8 milhões. As exportações brasileiras foram compostas dos seguintes produtos: óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (62%); demais produtos da indústria de transformação (4,8%); outros medicamentos, incluindo veterinário (3,2%).

As importações oriundas do Panamá foram pouco significativas, do ponto de vista proporcional. Após retração de 88,3% em 2022, devido à cessação de exportações de cobre decorrentes de disputa entre o governo panamenho e a empresa Minera Panamá, as importações voltaram a encolher em 2,1% no ano de 2023 e tiveram aumento de 7,2% em 2024. O principal produto exportado pelo Panamá ao Brasil são resíduos metálicos, que corresponde a 51% do valor total da pauta exportadora.

Há amplo potencial para ampliação das trocas bilaterais. A proximidade geográfica, as afinidades culturais e a ótima relação bilateral, entre outros fatores, favorecem ampliação da presença brasileira no mercado interno e eventual utilização do Istmo como plataforma de acesso a outros mercados da região.

Associação do Panamá ao MERCOSUL

Em dezembro de 2024, por ocasião da 65ª Cúpula do MERCOSUL, em Montevidéu, o Panamá tornou-se o primeiro país da América Central a vincular-se ao bloco na condição de estado associado. Durante a solenidade de associação, que contou com a participação do presidente José Raúl Mulino, foi assinado o Acordo de Complementação Econômica entre os Estados Partes do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MERCOSUL e o Panamá (ACE-76), documento que estabelece os parâmetros básicos para a negociação futura de acordos comerciais. O país centro-americano também assinou o Ato de Adesão ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL e o Ato de Adesão à Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL.

Nessa oportunidade, o presidente Lula manifestou sua satisfação com o avanço do processo de liberalização comercial junto ao Panamá, por onde passa 6% do comércio mundial. Já o presidente panamenho descreveu a assinatura como um momento histórico, destacando, por um lado, a força dos países mercosulinos nas áreas agrícola e industrial, e, por outro, sublinhando a capacidade logística e de conectividade do Panamá.

Investimentos

O Panamá é considerado um dos países na América Latina mais favoráveis aos negócios e investimentos. Os fatores atrativos relacionam-se a seu *hub* logístico, à abertura econômica, à estabilidade social, política e econômica e à existência de importante centro financeiro internacional.

No mais recente relatório do Banco Central sobre investimentos diretos (2024 - ano-base 2022), o Panamá é a 43ª origem de investimentos diretos no Brasil, com U$ 689 milhões em estoque. A maior parte dessas inversões está nos setores de transporte, armazenagem e correio (57,82%) e indústrias de transformação (15,45%).

No sentido inverso, o Panamá é o 9º destino dos investimentos diretos brasileiros, com U$ 9,25 bilhões (2,1% do total). A grande maioria dos investimentos brasileiros no Panamá, 73,93%, referem-se a atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados

Há grande potencial de atração de investimentos provenientes do Panamá no âmbito do novo PAC, que traz oportunidades de investimentos que podem chegar a U$ 340 bilhões (R$ 1,68 trilhão) nos próximos anos, e que tem a sustentabilidade em seu centro.

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou mandato específico para negociar Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com o Panamá. No último mês de setembro, durante visita do chanceler Martínez-Acha, os negociadores de ambos os países mantiveram reunião para discutir um cronograma inicial de trabalho.

Canal do Panamá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Diante da sua condição geográfica estratégica e da importância do Canal do Panamá para o escoamento de mercadorias, ao interligar os oceanos Pacífico e Atlântico, o Panamá configura- se como importante hub logístico de escala global na América Latina.

Segundo o Informe Anual da Autoridade do Canal do Panamá, o Brasil foi o 18º maior usuário da rota interoceânica no ano de 2023, com 4,4 milhões de toneladas transportadas. O uso do canal para o trânsito das exportações brasileiras para os mercados da costa oeste dos EUA e da Ásia, em particular à China, tem figurado na agenda de entidades brasileiras como a Associação Brasileira dos Produtores de Soja e os Portos do Itaqui (Maranhão) e de Suape (Sergipe), cujos representantes visitaram o Panamá em anos recentes, com o objetivo de discutir mudanças no sistema de precificação de pedágios e promover parcerias e troca de informações em áreas técnicas, por meio da assinatura de Memorandos de Entendimento com a Autoridade do Canal do Panamá (ACP).

O governo brasileiro também tem adotado uma postura de explorar o diálogo com ACP a fim de permitir a redução de custos e uma maior utilização do Canal do Panamá por embarcações procedentes do Brasil. Nesse sentindo, destaca-se a visita ao Panamá, em março de 2023, da Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Assuntos Consulares

Segundo estatísticas do Serviço Nacional de Migrações (SNM), o Brasil ocupou o décimo-quinto lugar entre os países com mais nacionais que atravessam irregularmente a floresta do estreito de Darién em 2024. Segundo o Panamá, 1075 cidadãos brasileiros estiveram nessa situação no ano passado. Esse contingente é composto, em sua maioria, por filhos de haitianos nascidos em território brasileiro.

Desde 2020, o setor consular da Embaixada do Brasil no Panamá registrou 16 crianças e uma adolescente brasileiras que ingressaram no Panamá pelo Darién. Sete menores foram encontrados desacompanhados, seis deles por óbito de suas mães na travessia e, em um caso de vítima de sequestro internacional, pelo desaparecimento do pai. Outras três crianças faleceram, uma por enfermidade contraída na viagem e duas em decorrência de acidente rodoviário. São filhos e filhas de haitianos e africanos de Angola, Camarões e Guiné Bissau. As crianças ficam sob custódia da Secretaria Nacional de Infância, Adolescência e Família (SENNIAF) até o desfecho dos processos, respeitando o interesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

superior da criança, ao abrigo da Convenção de Direitos da Criança. A maioria dos desacompanhados foi repatriada.

POLÍTICA INTERNA

O Panamá é uma República presidencialista, com Poder Legislativo unicameral, exercido pela Assembleia Nacional. As eleições são realizadas em turno único para mandatos de cinco anos, e têm ocorrido em clima pacífico, com alternância de poder.

Eleições Gerais de 2024

As últimas eleições gerais foram realizadas em 5 de maio de 2024, com mandatos para o período 2024-2029. Foram disputadas, ademais da Presidência da República, 71 vagas de deputados, 20 vagas de deputados do Parlamento Centro-Americano, 81 prefeituras e 679 representantes de "corregimientos" (subdivisões dos distritos).

José Raúl Mulino (Realizando Metas) foi eleito presidente do Panamá com 34,4% dos votos, seguido de Ricardo Lombana (MOCA), com 24,8%; de Martín Torrijos (PP), com 16%; e Rómulo Roux (CD), com 11,3%. Gabriel Carrizo (PRD), candidato oficialista que na época ocupava a vice-presidência do país, obteve apenas 5,8% dos votos, confirmando a tradição do eleitorado panamenho que há três décadas tem optado pela alternância de poder.

Advogado e político de Chiriquí, região norte do país, Mulino foi indicado como candidato apenas em 4/3, em substituição ao ex-presidente Ricardo Martinelli (2009-14), atualmente asilado na embaixada da Nicarágua no Panamá e então favorito nas pesquisas, cuja postulação foi impugnada pelo Tribunal Eleitoral, devido à confirmação de sua condenação a 10 anos e 8 meses de prisão por lavagem de dinheiro.

Para a Assembleia Nacional, foram eleitos 21 deputados independentes, 13 do partido Realizando Metas (RM), 12 do PRD, 8 do CD, 4 do MOCA, 2 do Alianza, 2 do Partido Popular e 1 do MOLIRENA. Além da fragmentação partidária, o alto número de deputados independentes eleitos não tem paralelo na história política do Panamá.

Prioridades e desafios do governo Mulino

José Raúl Mulino tomou posse em 1º de julho de 2024 com o compromisso de implementar plataforma política focada no aumento da renda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos panamenhos; redução do desemprego; execução de grandes projetos de infraestrutura, como o Trem David; reestabelecimento do grau de investimento do Panamá e impulsionamento do turismo. Sua administração terá que enfrentar desafios como a perda de receitas por conta do fechamento da Minera Panamá, empresa de mineração de cobre fechada após decisão da Corte Suprema; projeções de baixo crescimento do PIB; o alto endividamento público herdado de administrações anteriores; crise hídrica, que tem potencial de afetar o fluxo de embarcações pelo Canal do Panamá; e o grande fluxo migratório registrado na selva de Darién.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa panamenha orienta-se por forte viés internacionalista, assentada no respeito ao direito internacional e nos princípios de soberania, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias, ressaltando a apresentação do país como um destino para "investimentos seguros". A diplomacia panamenha tem igualmente empreendido esforços para promover a imagem do país como “hub” mundial multissetorial (logístico, aéreo, financeiro e digital), valendo-se do simbólico Canal do Panamá e do desenvolvimento de uma importante indústria financeira e de serviços aéreos.

Além das raízes históricas dessa opção, é oportuno lembrar a presença marcante de mais de 30 agências e programas das Nações Unidas no país, às quais se somam representações de entidades não-governamentais, bem como mais de 170 empresas multinacionais. A posição geoestratégica e a oferta de importante "hub" aéreo conferem vantagens que o país tem procurado aproveitar. Um aspecto importante a salientar é o papel exercido pelos escritórios de agências da ONU e de bancos regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a Cooperação Andina de Fomento - CAF, no apoio ao desenvolvimento e ao financiamento de políticas públicas.

O Panamá busca ocupar posições no sistema multilateral, com o lançamento de várias candidaturas, inclusive ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde atuará como membro não-permanente no biênio 2026-2027. Nesse aspecto, o histórico de relacionamento com o Brasil é de cooperação, evidenciada, entre outros, por consistente padrão de apoios mútuos. Entre os temas atualmente em destaque na política externa estão os fluxos migratórios pelas Américas; a busca pela retirada do país das listas de territórios não cooperativos para fins fiscais; a agenda ambiental e de combate à mudança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do clima; o incentivo à cooperação internacional para consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; prevenção e assistência humanitária em situações de desastres naturais; acesso à saúde e vacinas; e direitos da mulher.

No que se refere a seu entorno geográfico imediato, o Panamá é membro dos principais acordos e instituições de integração na América Central. Além do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), o país também integra o Mercado Comum Centro-americano e o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN).

ECONOMIA

A economia panamenha concentra-se no setor de serviços, responsável por 80% do PIB, com destaque para os segmentos de transporte marítimo e aéreo, serviços bancários, turismo, comunicações e comércio. O país possui, há alguns anos, a economia mais dinâmica da América Latina.

As atividades e fatores que mantiveram o crescimento econômico do país foram, entre outros, o movimento dos portos e aeroportos, a operação do Canal do Panamá, a construção civil, e o investimento público. A baixíssima carga tributária, da ordem de apenas 12,7 % do PIB (a mais baixa na América Latina), constitui um dos principais fatores de atração de investimentos no país. O Panamá enfrenta, contudo, desafios para manter o ritmo de investimentos. Em anos recentes, a desaceleração do crescimento econômico, o aumento da dívida pública e do desemprego vêm preocupando as autoridades locais.

No que se refere ao comércio exterior, cabe destacar que o Panamá é um país importador líquido de bens de consumo, com limitada produção própria. O equilíbrio financeiro é mantido pela renda do Canal do Panamá e do sistema portuário, a qual, além de custear consumo, se reverte em investimento público e irrigação financeiro-bancária. Esse tipo de funcionamento, com forte contraste entre a evolução da renda e da produção, contribui para prevenir e matizar situações de crise nos setores econômicos que não se conectam diretamente com as atividades do Canal de Panamá.

Panorama atual

Segundo projeções do FMI, o PIB do país teria fechado o ano de 2024 com um crescimento de 2,5%. Apesar do bom desempenho entre 2021 e 2023, a economia do país deverá enfrentar contexto de desaceleração no crescimento em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2025, projetado em 3%, inferior à média anual verificada nos últimos 30 anos, entre 5 e 6% (a mais elevada na América Latina), excetuando-se o período da pandemia do coronavírus.

Diversos fatores explicam o atual cenário, como o aumento da dívida pública que alcançou, em 2024, 54% do PIB; a baixa carga tributária, que limita a margem de manobra fiscal para o financiamento sustentado de programas sociais e projetos de infraestrutura; e o fechamento da mina de cobre explorada pela Minera Panamá, subsidiária da empresa canadense First Quantum Mineral, e de seu impacto adverso na macroeconomia e na confiança de investidores estrangeiros, sobretudo de países desenvolvidos.

Cabe ressaltar que a produção da Minera Panamá, localizada em Danoso, equivalia a 5% do PIB e gerava mais de 40 mil empregos diretos e indiretos, sobretudo no interior do país. O cobre era, então, o principal item da pauta exportadora de bens (75%). Com o seu fechamento, o governo deixará de arrecadar mais de USD 400 milhões anuais em "royalties" e impostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1501	Descoberta do território que veio a ser o Panamá, por Rodrigo de Bastidas.
1519	Fundação da Cidade do Panamá, por Pedro Arias Dávila ("Pedrarias").
1671	A Cidade do Panamá é atacada pelo pirata inglês Henry Morgan. A cidade é evacuada e consumida por incêndio.
1673	Reconstrução da Cidade do Panamá, a 2 quilômetros de seu sítio original.
1821	Independência da Espanha. Após alguns meses, o Panamá se incorpora à Grã-Colômbia, sob o nome de Departamento do Istmo.
1826	O Panamá sedia o Primeiro Congresso Interamericano, convocado por Simón Bolívar.
1848	A descoberta de ouro na Califórnia impulsiona o comércio na Cidade do Panamá, que passa a receber o fluxo de transbordo com destino à costa oeste dos EUA.
1855	Inauguração da primeira ferrovia ligando os dois oceanos que banham o Panamá.
1881	Início da construção do Canal do Panamá, pela *Compagnie Universelle du Canal Interocéanique*, fundada por De Lesseps.
1889	Falência da *Compagnie Universelle* e paralisação das obras de construção do Canal.
1899	Início da Guerra dos Mil Dias, guerra civil entre liberais e conservadores.
1902	Fim da Guerra dos Mil Dias.
1903	Assinatura do Tratado Herrán-Hay entre Estados Unidos e Colômbia para finalizar a construção do Canal. O Panamá torna-se independente, na condição de protetorado dos EUA.
1914	Término da construção do Canal do Panamá, pelos EUA. O Presidente Belisario Porras pleiteia pela primeira vez a assinatura de novo tratado sobre o Canal do Panamá.
1936	Assinatura do Tratado Arias-Roosevelt. O Panamá deixa de ser protetorado dos EUA.
1948	Criação da Zona Franca de Colón.
1955	A assinatura do Tratado Remón-Eisenhower, que prevê vantagens econômicas para o Panamá, pelo arrendamento do Canal.
1964	Protestos estudantis contra o hasteamento de bandeira dos EUA no Canal terminam com a morte de 21 pessoas após o Governador da Zona do Canal autorizar o uso de armas de fogo para pôr fim às manifestações.
1965	Firmada a Declaração Robles-Johnson, que abordou temas como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	administração do Canal, sua exploração por nova rota e sua defesa.
1968	Golpe de Estado culmina com a tomada do poder pelo General Omar Torrijos.
1977	Assinatura dos Tratados do Canal do Panamá (Tratados Torrijos-Carter), que previam a entrega da administração Canal ao Panamá e o fechamento das bases militares dos EUA no país.
1981	O General Omar Torrijos morre em acidente aéreo.
1989	O general Manuel Noriega anula as eleições presidenciais realizadas e toma o poder. Invasão do Panamá pelos EUA, que depõem Noriega, alçando ao poder Guillermo Endara, ganhador das eleições presidenciais. Noriega é levado a julgamento nos EUA sob a acusação de tráfico internacional de drogas.
1992	Aprovação, em referendo nacional, de emenda constitucional que suprime o Exército.
1994	Ernesto Pérez Balladares é eleito Presidente.
1999	Mireya Moscoso vence as eleições e se torna primeira mulher a governar o Panamá. O Panamá assume controle total do Canal do Panamá.
2004	Martín Torrijos, filho do General Omar Torrijos, é eleito Presidente.
2009	Ricardo Martinelli é eleito Presidente.
2014	Juan Carlos Varela é eleito Presidente.
2016	Conclusão das obras de ampliação do Canal do Panamá.
2019	Laurentino “Nito” Cortizo é eleito Presidente.
2024	José Raúl Mulino é eleito Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1904	Reconhecimento da independência do Panamá pelo Governo brasileiro.
1906	Criação da Legação do Brasil em Havana, responsável cumulativamente por Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.
1907	Entrega de credenciais pelo primeiro representante brasileiro junto ao Governo do Panamá, residente em Havana.
1908	Nomeação do primeiro representante diplomático panamenho junto ao Governo brasileiro, Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, Presidente da República.
1937	Criação da Legação do Brasil na América Central, com sede na Cidade da Guatemala e ação cumulativa no Panamá.
1943	Criação da Legação do Brasil na Cidade do Panamá.
1944	Contingente do 1º Grupo de Caça da FAB permaneceu, de fevereiro a junho, em treinamento na Base de Aguadulce.
1947	Entrada em vigor do Convênio Cultural.
1953	A Legação do Brasil no Panamá é elevada à categoria de Embaixada.
1954	Inauguração da Via Brasil, importante artéria na Cidade do Panamá.
1956	Participação do Presidente Juscelino Kubistchek na 1ª Reunião de Chefes de Estado da OEA, no Panamá
1989	Invasão do Panamá pelos EUA. O Governo brasileiro condenou o uso da força nas relações internacionais e reiterou apoio à soberania panamenha.
2000	Presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Cúpula Ibero-Americana, no Panamá. Assinatura do Acordo sobre Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826.
2001	Visita oficial da Presidente Mireya Moscoso ao Brasil.
2002	Viagem oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá.
2003	Celebração do Centenário da Independência do Panamá. O Senador Eduardo Suplicy representou o Senhor Presidente da República. Visita de Martín Torrijos, então candidato à Presidência, ao Brasil.
2004	Posse do Presidente Martín Torrijos. O Vice-Presidente José Alencar representou o Senhor Presidente da República. Martín Torrijos visita o Brasil duas vezes: como Presidente Eleito e, após sua posse, como convidado à Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto. Assinatura do acordo EMBRAER-Copa para aquisição de 10 aeronaves EMB-190 com opção de compra de 20 adicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2006	Viagem do Ministro Luiz Fernando Furlan ao Panamá, liderando missão empresarial.
2007	Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, em maio. Viagem do Presidente Lula da Silva ao Panamá, em agosto.
2008	Missão parlamentar brasileira ao Panamá, chefiada pelo Senador Heráclito Fortes. Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, quando da realização da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, em dezembro, na Costa do Sauípe.
2009	Em junho, Ricardo Martinelli, ainda na condição de Presidente Eleito, realizou sua única visita ao Brasil, encontrando-se com o então Presidente Lula da Silva. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge representou o Senhor Presidente da República na cerimônia de posse do PR Ricardo Martinelli. A delegação foi composta por numeroso grupo de empresários brasileiros, que participaram de Rodada de Negócios com a presença de 73 empresas brasileiras e 128 panamenhas.
2010	Instalação da Embrapa Américas no Panamá, na Cidade do Saber.
2011	Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota ao Panamá. Delegação do Congresso Nacional participa da 124ª Assembleia da União Interparlamentar.
2012	Viagem do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ao Panamá. O Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, visita o Parlamento Latino-Americano.
2013	O Panamá sedia a Cúpula Ibero-Americana, em outubro. O Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, participa do IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano
2014	O Panamá sedia o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em abril, com a presença dos Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Transportes e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
2015	A Vice-Ministra das Relações Exteriores do Panamá, María Luisa Navarro, compareceu às cerimônias de posse da Presidenta Dilma Rousseff. O Panamá sedia a VII Cúpula das Américas, em abril, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.
2016	Em dezembro, a Embaixada do Brasil foi autorizada a criar a Câmara de Comércio Brasil-Panamá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Em dezembro, representantes dos MPs dos dois países anunciaram entendimento relativo à assistência judiciária.
2018	Em março de 2018, os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.
2019	A Ministra Damares Alves representou o presidente Jair Bolsonaro por ocasião da posse de Nito Cortizo.
2020	I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Panamá.
2021	O Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, reuniu-se com a Ministra Erika Mouynes à margem da posse do presidente do Peru, Pedro Castillo.
2023	O Vice-Presidente José Gabriel Carrizo e a Chanceler Janaina Tewaney compareceram à posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. II Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Panamá. Os chanceleres Mauro Vieira e Janaina Tewaney mantiveram encontro à margem da Cúpula G77+China, em Havana.
2024	O Vice-Presidente Geraldo Alckmin compareceu à posse do Presidente José Raúl Mulino (Cidade do Panamá, 01 de julho). Presidente Lula se reuniu com o Presidente José Raúl Mulino à margem da 64ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul (Assunção, 08 de junho). Visita do Chanceler do Panamá, Javier Martínez-Acha, ao Brasil (Brasília, 03 de setembro). Presidente Lula se reuniu com o Presidente José Raúl Mulino à margem da 65ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul (Montevidéu, 06 de dezembro).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Dt. Celebração	Status	Dt. Promulg	Dt. Expiração	Dt. Denúncia
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para o Projeto "Resgate da Produção de Caju Por Meio da Seleção de Germoplasma e Manejo da Cultura"	05/12/2024	Tramitação MRE			
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para o Projeto "Políticas Públicas de Crédito e Comercialização para a Agricultura Familiar do Panamá"	10/07/2023	Em Vigor	22/09/2023		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá na Área de Cooperação Humanitária e Redução de Desastres	10/07/2023	Em Vigor	22/09/2023		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para o Projeto "Bioprospecção e Manejo Racional de Insetos Invasores"	10/07/2023	Em Vigor	22/09/2023		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Acadêmica entre a Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República do Panamá	28/03/2023	Em Vigor	14/04/2023		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Apoio ao Projeto de Hortas Escolares, Familiares e Comunitárias – PHEFC – do Panamá"	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Reforço na Área de Sanidade Vegetal do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário – Mida - do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio à Diversificação Agrícola dos Cultivos de Soja, Cenoura e Cana-de-Açúcar em Regiões Tropicais do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Manejo Sanitário e Reprodutivo na Atividade Leiteira”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente entre Brasil e Panamá	10/04/2008	Em Vigor	05/05/2008		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre a Luta Contra a Fome e a Pobreza e a Promoção da Proteção Social	10/08/2007	Em Vigor	21/08/2007		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Estabelecer Força-Tarefa na Área de Biocombustíveis	10/08/2007	Expirado	21/08/2007	10/08/2013	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Assistência Técnica na Área de Genética Bovina"	10/08/2007	Em Vigor	21/08/2007		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/08/2007	Em Vigor	03/11/2011		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Combate da Dengue"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Combate à Hantavirose"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Sistema de Informações em Saúde"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Implementação de Bancos de Leite no Panamá"	25/05/2007	Em Vigor	05/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Programa Executivo do Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	04/06/2007		
Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	15/07/2009		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Superado			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.	13/09/2005	Em Vigor	26/09/2005		
Declaração Conjunta	06/03/2002	Em Vigor			

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos da República do Panamá	21/08/2001	Expirado		21/08/2004	
Memorando de Entendimento ente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e Unidad de Análisis Financiero - UAF Concernente à Cooperação na troca de Informações Financeiras Relativas ao Combate à Lavagem de Dinheiro	21/08/2001	Em Vigor			
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Secretaria Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da República do Panamá sobre Cooperação Científica e Tecnológica em Áreas Prioritárias.	21/08/2001	Em Vigor			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área da Educação.	21/08/2001	Expirado	01/02/2002	21/08/2004	
Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/08/2001	Em Vigor	11/11/2005		
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá no Campo da Luta Contra o Crime Organizado	21/08/2001	Em Vigor	27/06/2006		
Acordo, por troca de Notas, relativas à Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826	13/11/2000	Em Vigor	07/12/2000		
Acordo entre o Governo da República do Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, por troca de Notas, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Consulares, Oficiais e Especiais ou Equivalentes.	10/04/2000	Em Vigor	24/04/2000		
Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	10/04/2000	Em Vigor	24/04/2000		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	10/04/2000	Em Vigor	12/09/2002		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	10/04/2000	Em Vigor	17/01/2002		
Memorando de Entendimento para a Execução do Programa de Cooperação Técnica no Campo Energético entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo República do Panamá	26/03/1985	Em Vigor	01/07/1996		
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá.	09/04/1981	Em Vigor	02/03/1983		
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	26/02/1980	Em Vigor	26/02/1980		
Memorando de Entendimento Brasil-Panamá.	11/09/1979	Em Vigor			
Convênio sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	10/08/1972	Em Vigor	04/12/1972		
Convênio sobre Marcas de Indústria e de Comércio e Privilégios de Invenção entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Panamá.	19/08/1948	Superado			
Acordo Administrativo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais, por via Comum e Aérea.	09/01/1947	Denunciado	19/02/1947		26/02/1951
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá.	06/03/1944	Em Vigor	15/05/1947		
Convenção de Arbitragem entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Panamá.	01/05/1909	Denunciado			

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2025

(nº 123/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CLARA DE ABREU RADA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 123

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA CLARA DE ABREU RADA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA CLARA DE ABREU RADA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de janeiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00015/2025 MRE

Brasília, 27 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA CLARA DE ABREU RADA**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIA CLARA DE ABREU RADA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.000540/2025-40

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 141/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA CLARA DE ABREU RADA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6402370** e o código CRC **E1F79105** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000540/2025-40 SEI nº 6402370

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *MARIA CLARA DE ABREU RADA*
CPF: [redacted]
ID: [redacted]

1966	Filha de [redacted], nasce em [redacted]
Dados Acadêmicos:	
1987	Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília
1995	CPCD - IRBr
2005	CAD - IRBr
2014	CAE - IRBr. "A Reforma da Chancelaria Brasileira no Período Lula e Dilma - a transformação dos meios para a execução da política externa"
Cargos:	
1994	Oficial de chancelaria
1996	Terceira-secretária
2001	Segunda-secretária
2006	Primeira-secretária, por merecimento
2009	Conselheira, por merecimento
2018	Ministra de segunda classe, por merecimento
2022	Ministra de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1997-2000	Assessoria de Relações com o Congresso, assistente
2000-03	Embaixada em Tóquio, terceira-secretária e segunda-secretária
2003-06	Embaixada em Buenos Aires, segunda-secretária e primeira-secretária
2006-09	Departamento Cultural, assessora técnica
2009-10	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, coordenadora
2010-13	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, chefe de gabinete
2014-18	Embaixada em Budapeste, conselheira, chefe do Setor de Promoção Comercial
2018-21	Embaixada em Tirana, ministra-conselheira
2021-	Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação, diretora
Condecorações:	
2022	Ordem de Rio Branco, grã-cruz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ficha país

REPÚBLICA DA SÉRVIA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
(16 de janeiro de 2025)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SUMÁRIO

1) DADOS BÁSICOS 3
2) APRESENTAÇÃO 4
3) PERFIS BIOGRÁFICOS 6
4) RELAÇÕES BILATERAIS 10
5) POLÍTICA INTERNA 17
6) POLÍTICA EXTERNA 19
7) ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS 23
8) CRONOLOGIA HISTÓRICA 27
9) CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS 29
10) ACORDOS BILATERAIS 30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1) DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Sérvia
CAPITAL	Belgrado (1.411.000 habitantes, dados de 2024)
ÁREA	88.499 km² (incluindo o Kosovo), 77.474 km² (excluindo o Kosovo)
POPULAÇÃO	6.605.000 (2024)
IDIOMAS	Sérvio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	85% cristã ortodoxa; 5% católica; 3% muçulmana; 1% protestante; 1% sem religião; e 5% outras ou não declarados (2022).
SISTEMA POLÍTICO	Democracia parlamentar
CHEFE DE ESTADO	Aleksandar Vucic
CHEFE DE GOVERNO	Milos Vucevic
MRE	Marko Djuric
PIB	USD 75,19 bilhões (2023)
CRESCIMENTO REAL do PIB	+2,5% (2023); +3,9% (2024)
PIB per capita	USD 11.360,96 (2023)
PIB PPP *	USD 171,3 bilhões (2023)
PIB PPP per capita *	USD 25.880,00 (2023)
COMÉRCIO EXTERIOR	USD 70,772 bilhões (2023)
EXPORTAÇÕES	USD 30,934 bilhões (2023)
IMPORTAÇÕES	USD 39,837 bilhões (2023)
SALDO	USD – 8,903 bilhões (2023)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar sérvio (RSD); USD 1,00 = RSD 113,L75 (15/01/2025)
CÓDIGO DDI	+381
CÓDIGO internacional na Internet	.rs
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Aleksandar Ristic
EMBAIXADOR EM BELGRADO	José Mauro da Fonseca Costa Couto

Fontes: Escritório de Estatísticas da Sérvia e Banco Mundial (*).

Brasil →Sérvia (Em US$ milhões)	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	50,4	66	62,1	63,2	55,8	54,2	72,5	124	83,7	88,2
Exportações	33,1	39,9	40,8	36,3	30,5	23,9	33,8	56,7	41,8	43,5
Importações	17,3	26,1	21,3	26,9	25,3	30,3	38,7	67,3	41,9	44,7
Saldo	15,8	13,8	19,5	9,4	5,2	-6,4	-4,9	-10,6	-0,1	-1,2

Fonte: MDIC, Comexstat

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) APRESENTAÇÃO

A República da Sérvia situa-se no centro dos Bálcãs, sem litoral marítimo. Sua capital, Belgrado, foi também a capital da ex-Iugoslávia. Tem 2027 quilômetros de fronteira com oito vizinhos: Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia do Norte, Montenegro e Romênia. O idioma oficial é o sérvio. O regime político é de república parlamentarista.

A população totaliza 6,6 milhões de habitantes, em sua maioria da etnia sérvia (83,3% do total, Kosovo não incluído, dados da Comissão Europeia-CE), além de diversas minorias: húngaros (3,5%), roma (2,1%), bósnios (2%), croatas (0,8%), eslovacos (0,7%), montenegrinos (0,5%), e outros. Desde meados dos anos noventa a taxa de crescimento natural da população é negativa.

Em termos de religião, 85% se declaram cristãos ortodoxos, 5% católicos, 3% muçulmanos, 1% sem religião, 1% protestantes e 5% outras confissões ou não declararam religião (dados de 2022).

Nas últimas semanas da Primeira Guerra Mundial, a Sérvia liderou, em outubro de 1918, junto com os estados eslavos dos Balcãs ocidentais, a formação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, rebatizado mais tarde de Reino da Iugoslávia. Após a Segunda Guerra Mundial, em novembro de 1945, o Reino foi transformado na República Federativa Popular da Iugoslávia (RFPI). A partir de 1963, passou a chamar-se República Socialista Federativa da Iugoslávia (RSFI).

Diante do desmantelamento da RSFI em seus diversos estados-componentes, iniciado em 1991 com as independências da Eslovênia e da Croácia, seguidas, em 1992, da Bósnia Herzegovina e da Macedônia do Norte, a Sérvia fundou, com Montenegro, a República Federal da Iugoslávia, que foi sucedida, em 2003, pela União de Estado da Sérvia e Montenegro.

Finalmente, após o referendo de 2006, no qual Montenegro optou pacificamente pela independência, conforme autorizado pela constituição, em 5 de junho daquele mesmo ano a Sérvia reconheceu a independência do país.

A província do Kosovo proclamou unilateralmente sua independência em 17 de fevereiro de 2008. O governo sérvio, porém, não reconhece a soberania de sua província kosovar, mas mantém processo negociador com o Kosovo, amparado pela Resolução 1244, do Conselho de Segurança da ONU.

A Sérvia é membro da Organização das Nações Unidas (ONU), do Conselho da Europa, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro. Ademais, é candidato oficial à adesão à União Europeia (UE). Detém o estatuto de observador na Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC). Está em processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC). É membro do Acordo de Livre Comércio da Europa Central (CEFTA, na sigla em inglês), além de ter celebrado acordos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bilaterais com a Associação de Livre Comércio da Europa (EFTA, em inglês) e diversos países, entre eles a Federação Russa, a Turquia e a China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) PERFIS BIOGRÁFICOS

ALEKSANDAR VUČIĆ

Presidente da República da Sérvia

Nasceu em 5 de março de 1970, em Belgrado. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Belgrado, em 1994. Vučić iniciou sua longa e distinguida carreira política cedo, no Partido Radical Sérvio ("SRS", em sérvio, partido nacionalista de direita), ao qual aderiu em 1993. No mesmo ano, foi eleito deputado para a Assembleia Nacional da Sérvia em 1993 e, em seguida, secretário-geral do SRS, em 1994, cargo que exerceu até 2008. Foi Ministro da Informação no Gabinete do ex-presidente Slobodan Milosevic, de 1998 a 2000.

Co-fundador do Partido Progressista Sérvio (SNS), junto com Tomislav Nikolic, em outubro de 2008. Foi eleito vice-presidente da nova agremiação logo após sua criação. O SNS é de direita e pró-europeu, divergindo neste aspecto do SRS, de tendência nacionalista. Quando Nikolic foi eleito presidente da Sérvia, em maio de 2012, Vučić sucedeu-o na presidência do SNS, cargo que exerceu até 2022.

De 2012 a 2013, chefiou o Ministério da Defesa e ocupou o cargo de primeiro vice primeiro-ministro (2012-2014). Além de assuntos de defesa, foi também encarregado dos temas de segurança e de combate à corrupção e ao crime. Atuou, ao mesmo tempo, como Secretário do Conselho de Segurança Nacional.

O presidente Vučić participa ativamente das negociações entre Belgrado e Pristina, sob os auspícios da União Europeia. Contribuiu para a assinatura do "Acordo de Bruxelas" de abril de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Após a vitória do Partido Progressista Sérvio nas eleições antecipadas de 16 de março de 2014, Vučić tornou-se o primeiro-ministro da Sérvia, posteriormente reconduzido ao cargo nas eleições antecipadas de 24 de abril de 2016.

Após a vitória nas eleições presidenciais de 2017, foi nomeado presidente da República da Sérvia, para exercer mandato de cinco anos. Nas eleições de 3 de abril de 2022, foi reeleito para um segundo mandato.

É fluente em inglês e russo, com conhecimentos básicos de francês e alemão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MILOS VUCEVIC

Primeiro-Ministro

Nascido em 1974 em Novi Sad, Milos Vucevic formou-se na Faculdade de Direito em 1999. Na década de 1990, serviu ao exército em Vranje, e em Gnjilane.

Vucevic exerceu a advocacia a partir de 1999, no escritório de sua família, até ser eleito prefeito de Novi Sad, em setembro de 2012, quando parou de trabalhar como advogado. Foi membro do Conselho de Administração da National Alliance for Local Economic Development (NALED) de 2015 a 2016.

Após as eleições locais em 2016, foi eleito prefeito de Novi Sad pelo segundo mandato consecutivo, e em 2020 foi eleito prefeito pela terceira vez, o que aconteceu pela primeira vez na história da cidade. Tornou-se vice-presidente do Partido Progressista Sérvio em 2021 e foi eleito presidente do Partido Progressista Sérvio em 27 de maio de 2023.

De outubro de 2022 a maio de 2024, atuou como vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa.

Vucevic fala inglês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MARKO DJURIC

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Marko Djuric nasceu em 25 de junho de 1983 em Belgrado. Estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Belgrado e completou seus estudos na Faculdade de Direito para Judiciário e Economia em Novi Sad. De 2012 a 2014, ele foi o mais jovem conselheiro do Presidente da República da Sérvia para relações exteriores.

Entre 2014 e 2020, Djuric foi Diretor do Escritório para Kosovo e Metohija. Durante seu mandato, visitou Kosovo e Metohija mais de 150 vezes. Como chefe da equipe de negociação da Sérvia no diálogo com as instituições temporárias de autogoverno em Pristina de 2012 a 2020, liderou delegações sérvias em um total de 221 rodadas de negociações em Bruxelas.

Chefiou o Comitê para a Implementação do Primeiro Acordo sobre a Normalização das Relações entre Belgrado e Pristina. Foi o chefe da equipe de negociação da Sérvia para o Capítulo 35 no processo de negociações de adesão entre a Sérvia e a UE e dezenas de vezes delegado nas sessões do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU. Atuou como chefe do Grupo de Trabalho do Governo da Sérvia para diálogo interno na resolução da questão de Kosovo e Metohija.

No período de 2020 a 2024, Marko Djuric foi o Embaixador da República da Sérvia nos Estados Unidos da América.

Ele é um dos fundadores do Partido Progressista Sérvio e vice-presidente do Conselho Principal do partido.

Fala inglês e hebraico fluentemente e tem proficiência elementar em francês e em russo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) RELAÇÕES BILATERAIS

O governo brasileiro reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta República Socialista Federativa da Iugoslávia, bem como da igualmente extinta união entre as Repúblicas da Sérvia e Montenegro, que vigorou entre 2003-2006.

Historicamente, o Brasil manteve relações amigáveis com a antiga Iugoslávia e esse legado de proximidade ainda hoje influencia o relacionamento com a Sérvia. A diplomacia sérvia recorda com satisfação a participação do Brasil como observador no Movimento Não-Alinhado e percebe nos BRICS uma nova encarnação dos ideiais que inspiraram o MNA.

Fundamentos das Relações Bilaterais

Atualmente, as relações bilaterais têm como fundamentos o fato de o Brasil haver mantido aberta sua Embaixada em Belgrado durante os bombardeios da OTAN em 1999; a posição de princípio em favor da integridade territorial da Sérvia, nos termos da Resolução 1244/99 do CSNU; a atuação brasileira em fora multilaterais em contrário ao ingresso do Kosovo. Em 2024, quando as Nações Unidas aprovaram resolução que instituiu o Dia Internacional de Reflexão e Comemoração do Genocídio de 1995 em Srebrenica, a abstenção do Brasil na votação foi igualmente percebida como expressão de solidariedade e amizade pelo governo sérvio.

Encontros Bilaterais

Em 2023, o então presidente do Parlamento da Sérvia, Vladimir Orlic, participou da cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As reuniões de consultas políticas bilaterais, realizadas anualmente, têm-se caracterizado por diálogo franco e construtivo. O mecanismo passou por hiato entre 2020 e 2022, havendo sido retomado em 2023, por meio de reunião virtual entre a Senhora SEAN, Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, com a então Secretária para Cooperação Bilateral da Sérvia, Embaixadora Irena Sarac.

Comércio Bilateral

O Brasil registra superávit estrutural no comércio com a Sérvia, considerando as estatísticas daquele país. O Escritório de Estatísticas da Sérvia estima que, em 2024, as importações de produtos brasileiros alcançaram USD 130 milhões, enquanto que as exportações sérvias para o Brasil estariam próximas a USD 30 milhões. Desde 2014, as importações sérvias de produtos oriundos do Brasil ficaram praticamente estáveis, no valor anual entre USD 100 e 112 milhões (com exceção dos anos da pandemia), enquanto que, no mesmo período, as importações sérvias cresceram em quase 100%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O café cru em grãos é tradicionalmente o principal produto importado do Brasil, com uma participação média de 40% do total, seguido pelas importações de extratos, essências e concentrados de café, de concentrados de laranja, polietileno e vários tipos de ligas de ferro. Outros produtos industrializados estão sendo importados em quantidades menores e de forma inconstante, tais como os equipamentos e máquinas destinadas às obras de construção civil, agricultura e ferramentas.

Registra-se, tradicionalmente, importante discrepância entre as estatísticas sérvias e as brasileiras que contabilizam valores muito menores, sobretudo na parte das exportações para Sérvia. Em 2023 e 2024, por exemplo, foram registradas, pelo MDIC, exportações para a Sérvia de USD 41,3 e 43,6 milhões respectivamente, ou seja, praticamente 1/3 do valor real. Esta diferença crônica decorre de que a quase totalidade das importações sérvias de café em grãos, de concentrado de suco de laranja, bem como de outras "commodities" provêm de terceiros países, a partir de distribuidoras localizadas em portos italianos, eslovenos, holandeses ou croatas.

Segundo dados do MDIC, o intercâmbio bilateral somou USD 88,4 milhões em 2024 (exp: USD 43,6 mi; imp: 44,8 mi). As exportações concentraram-se em carne bovina (37%), café (29%), máquinas não-elétricas (7,6%). A pauta de importações concentra-se em tubos, canos e mangueiras (20%), autopeças (13%), pneus (9,1%).

As estatísticas brasileiras registram, igualmente, exportações de carnes para a Sérvia que de fato estão sendo dirigidas para a região do Kosovo, território não reconhecido pelo Brasil. Vale destacar que atualmente a Sérvia proíbe importações de carnes do Brasil e que, desde o ano passado, o Departamento Veterinário do Ministério da Agricultura da Sérvia está em fase de estudo do questionário relativo ao estado da agricultura e pecuária brasileira, primeiro passo necessário para a harmonização dos Certificados Sanitários Internacionais. O questionário respondido foi entregue em mãos ao Ministro da Agricultura da Sérvia, Aleksandar Martinovic, pelo Secretário Adjunto de Comércio e Relações Internacionais do MAPA, Júlio Cesar Forte Ramos, por ocasião de sua missão a Belgrado, em junho de 2024.

Missões Brasileiras em 2024

Em 2024, três visitas de delegações brasileiras foram recebidas na Sérvia pelas mais altas autoridades do país, inclusive, no caso do Dr. Plínio Nastari, CEO da DATAGRO, pelo Presidente Aleksandar Vučić:

- Missão do MAPA realizada entre os dias 23 e 25 de junho de 2024, chefiada pelo Secretário Adjunto de Comércio e Relações Internacionais, Júlio Cesar Forte Ramos, e integrada pelo Diretor de Promoção Comercial e de Investimentos, Marcel Moreira, e pelo Diretor de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Luis Renato Rua.

- Visita realizada pelo senhor Giuliano Senatore, agro economista da Fundação Getúlio Vargas, especialista em elaboração e gerenciamento de projetos, a Sérvia e Montenegro, de 1 a 6 de setembro de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Missão realizada pelo Dr. Plínio Nastari, presidente da DATAGRO Consultoria LTDA, especializada em mercados agrícolas e no desenvolvimento e uso de biocombustíveis, entre 28 de outubro e 1 de novembro de 2024.

Presença da Embraer

Nos últimos 5 anos foram importados três jatos da Embraer, tipo Legacy 600, o primeiro usado pela Presidência da República e os dois outros por empresa privada de taxi aéreo. Desde 2024, a companhia aérea nacional, a Air Serbia, incorporou a sua frota duas aeronaves Embraer E195 alugadas, com intenção de expandir sua frota com ao menos 10 outros aviões do mesmo produtor. A relação entre a Embraer e a Air Serbia tem-se fortalecido consideravelmente, com a companhia aérea demonstrando satisfação com a operação dos E-Jets, que se têm mostrado altamente rentáveis. A perspectiva da Air Serbia é expandir sua frota para até 15 E-Jets no médio e no longo prazo (dentro dos próximos 2 a 4 anos), enquanto planeja a retirada gradual dos Airbus A319 de sua frota, à medida que os contratos de leasing vigentes forem expirando.

Atualmente, a Embraer busca negociar a venda de aeronaves novas, como o modelo E195-E2, para a Air Serbia, que, por sua vez, avalia a possibilidade de incorporar mais unidades do E195 (versão anterior) em sua frota no curto prazo.

Participação em Feiras na Sérvia

Existe enorme potencial para o Brasil aumentar sua presença no mercado da Sérvia e, consequentemente, na região dos Bálcãs, onde as empresas sérvias importadoras e distribuidoras possuem importante penetração. A marca Brasil poderia vir a ser fortalecida com presença maior de empresários brasileiros, particularmente em feiras comerciais, tais como a Feira Internacional de Agricultura de Novi Sad, na qual produtos brasileiros de alta qualidade poderiam ser apresentados, tais como maquinarias agrícolas, sistemas de irrigação, amendoim e castanhas (castanha-do-Pará e castanha-de-caju) e itens de confeitaria (balas, chocolates, biscoitos); a recém organizada Feira Internacional do Vinho, “Wine Vision 2025”; a Feira Internacional de Odontologia para os equipamentos brasileiros reconhecido por sua alta qualidade na Sérvia.

Biocombustíveis

Em maio de 2025, no âmbito da Feira de Agricultura de Novi Sad, será promovido Seminário sobre o Agronegócio do Brasil e o uso dos Biocombustíveis. O evento apresentará o arcabouço legal e o conhecimento tecnológico brasileiros no setor de biocombustíveis, a fim de sensibilizar as autoridades locais sobre os benefícios econômico-ambientais na utilização dessa matriz energética. A esse respeito, destaca-se o interesse demonstrado pelo Presidente Vučić na experiência brasileira, evidenciado durante a reunião que o dignitário sérvio manteve com o Dr. Plinio Nastari, presidente da DATAGRO, em 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Investimentos bilaterais

A privatização da estatal farmacêutica sérvia Galenika pela empresa brasileira EMS, em 2017, representa o primeiro grande investimento brasileiro no país. O negócio insere-se na estratégia de expansão internacional da fabricante de medicamentos genéricos brasileira EMS em novos mercados na Europa e particularmente no Sudeste Europeu.

Não há registro de investimentos sérvios de porte no Brasil.

Câmara de Comércio Brasil-Sérvia

Em junho de 2023, foi inaugurada a primeira Câmara de Comércio Brasil-Sérvia como uma associação empresarial independente, não-governamental e sem fins lucrativos. A CCBS tem como objetivo central a promoção do comércio bilateral e dos investimentos diretos entre os dois países. A Embaixada participa de reuniões trimestrais com empresários sérvios organizadas em conjunto com a Câmara de Comércio Brasil-Sérvia (CCBS), em formato de "café da manhã", para a promoção comercial do Brasil.

Cooperação Bilateral

Esporte

O relacionamento bilateral dá margem a várias possibilidades para a cooperação no esporte, nos moldes do que ocorreu entre o Brasil e a Iugoslávia nos anos 1970, quando a seleção brasileira de voleibol adotou o país como campo de treinamento preferencial no exterior, o que contribuiu para elevar significativamente seu nível técnico, até alcançar os padrões atuais. No momento, as modalidades com maior potencial seriam o pólo aquático e o basquete, de interesse brasileiro, e as artes marciais, do lado sérvio.

Cooperação Parlamentar

A cooperação parlamentar foi o principal foco da missão à Sérvia realizada, em 2024, pelo Secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, Romenio Pereira. Na oportunidade, foi abordada a conveniência de adensar a cooperação parlamentar, inclusive por meio da ativação plena de grupos parlamentares de amizade entre os dois países, de modo a acrescentar mais essa dimensão às relações bilaterais.

Defesa

Há boas perspectivas de cooperação bilateral na área de Defesa, pois a Sérvia detém pujante indústria bélica, ora fornecedora de munições e armamentos para os conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio. Em 2023, a Sérvia enviou o General de Brigada Slavko Rakic, Chefe do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Departamento de Tecnologias de Defesa, como chefe da delegação sérvia à Feira "LAAD - Defesa e Segurança", que se realizou no Rio de Janeiro, no mês de abril. Este ano, o Brasil convidou o Ministro da Defesa da Sérvia, o Comandante da Força Aérea, assim como o Secretário de Produtos de Defesa e o Diretor de Instituto Técnico Militar da Sérvia para visitarem a LAAD no próximo mês de abril.

Temas culturais

A presença de artistas brasileiros em festivais de teatro, dança e cinema tem sido constante na Sérvia, assim como a prática de capoeira e o ensino do idioma português.

As relações bilaterais entre Brasil e Sérvia, no setor cultural, são bastante intensas e abarcam a inserção do Brasil dentro dos festivais musicais de maior prestígio realizados regularmente na Sérvia; o patrocínio de exposições e espetáculos de artistas brasileiros convidados a visitar o país; divulgação e ensino da língua portuguesa no Instituto Guimarães Rosa e em escolas e universidades; a disseminação de conhecimento da cultura brasileira, além da contínua interlocução com vistas a cooperação entre artistas, agentes culturais e idealizadores de eventos culturais.

Cooperação Educacional

No eixo de Educação, foram iniciadas tratativas para celebração de acordo de cooperação entre a Biblioteca Nacional da Sérvia e a Fundação Biblioteca Nacional; entre a Academia de Artes e Ciências da Sérvia e a Academia Brasileira de Ciências; entre a Faculdade de Direito da Universidade de Belgrado e a Faculdade de Direito da USP; e entre a Universidade de Novi Sad e a UFPR. A realização de um Seminário de Direito aproximou juristas acadêmicos brasileiros e sérvios, resultando na visita de uma delegação de procuradores à Faculdade de Direito da USP, ao STF, STJ e CNJ, no final de 2024. Em 2025, essas tratativas em diversas frentes devem evoluir e culminar na assinatura de um programa de cooperação e visitas definido conjuntamente pelas instituições sérvias e suas contrapartes brasileiras. Em julho de 2025, será realizado, ainda, o jubileu de 150 anos do Congresso Internacional de Americanistas (ICA), tendo como anfitriã a Universidade de Novi Sad, no qual já se encontram inscritos cerca de 300 pesquisadores brasileiros de diversas universidades. São esperados mais de 3 mil pesquisadores americanistas do mundo inteiro.

Núcleo de Estudos Brasileiros do IGR

O Núcleo de Estudos Brasileiros de Belgrado, único existente na região dos Balcãs, seleciona, anualmente, entre mais de quatrocentos candidatos, cerca de cento e trinta alunos para estudarem português. No ano letivo de 2022/2023, foram montadas quatro turmas do nível básico, sendo uma virtual e três presenciais, das quais uma foi preenchida exclusivamente por diplomatas da Chancelaria local. Foi formatado também curso especial para capoeiristas. Um número significativo de alunos de todas as modalidades de cursos tornou-se consumidor de produtos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indústria criativa brasileira disponíveis na Sérvia, tais como livros brasileiros traduzidos para o sérvio, séries e filmes nacionais exibidos pelas televisões locais, podcasts de autores brasileiros disponíveis na Internet e outros.

Registre-se que várias cidadãs brasileiras residentes na Sérvia tem buscado cursos de português como língua de herança, para atender a demanda de manutenção do domínio da língua e da cultura, assim como de alfabetização, em português, de crianças servo-brasileiras.

No período letivo atual, iniciado, de acordo com o calendário escolar local, em outubro último, e com previsão de duração até outubro de 2025, o NEB Belgrado conta com o número total de 96 alunos matriculados. Atendendo a demanda excepcional do público pelo curso do nível Básico I, estão sendo realizadas, no NEB Belgrado, inscrições adicionais de alunos principiantes, cujas turmas deverão ser formadas e iniciar o processo letivo no início do corrente ano. Após a matrícula destes novos alunos, o número total de inscritos no período letivo atual subirá para 151.

Comunidade Brasileira

A comunidade brasileira residente na jurisdição (Sérvia e Montenegro) é estimada em 500 brasileiros, dos quais aproximadamente 400 residiriam na Sérvia e 100 em Montenegro. O número é baseado na matrícula consular feita pelo Posto junto à comunidade brasileira. O número estaria subestimado, uma vez que não há estatística oficial disponibilizada pelo governo sérvio, e que nem toda a comunidade brasileira efetua matrícula consular no Posto.

A comunidade brasileira é composta majoritariamente por mulheres brasileiras casadas com sérvios e menores brasileiros com dupla nacionalidade.

Além disso, há presença, em menor escala, de profissionais qualificados (engenheiros brasileiros empregados por multinacionais chinesas em projetos de infraestrutura na Sérvia; executivos da farmacêutica Galenika, comprada pelo grupo brasileiro EMS) e de atletas profissionais de futebol e basquete.

O número de 500 brasileiros residentes não inclui aqueles que vivem na Sérvia temporariamente, aproveitando da dispensa de visto de turismo por 90 dias, a exemplo de trabalhadores remotos (tradutores, profissionais de TI) ou do setor de serviços (garçons, cozinheiros), cujo objetivo é eventualmente migrar para países da União Europeia.

Eleições

Devido ao baixo número de brasileiros residentes, o Posto organiza eleições com urna manual (urna de lona). Nas Eleições Presidenciais de 2022, havia 98 eleitores inscritos, com média de comparecimento de 50% em cada turno.

Assistência Consular

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apesar do baixo número de brasileiros residentes na jurisdição, tem-se notado, desde o ano passado, crescente número de brasileiras que vêm para a Sérvia para fins de prostituição, aliciadas por máfias transnacionais de tráfico de pessoas. Recorde-se que a prostituição é ilegal na Sérvia, expondo as brasileiras ao temor de denunciar maus tratos e episódios de violência. A posição das mulheres brasileiras também é fragilizada pelo desconhecimento da realidade local, pela ausência de laços pessoais na Sérvia, bem como pelo desconhecimento do idioma local e também do inglês.

Houve ao menos 7 casos de assistência consular dessa natureza ao longo de 2024, evidenciando o crescente número de brasileiras nessa condição, e a existência de fluxo de tráfico de pessoas diretamente do Brasil, a despeito do envio de brasileiras também a partir de outros países da União Européia (Itália, Espanha).

Em casos dessa natureza, o auxílio pode ser dificultado por restrições orçamentárias, que impedem a concessão célere de passagem de retorno ao Brasil. Para contornar essa dificuldade, procurou-se estreitar laços com a Organização Internacional para Migrações (OIM), da ONU, que detém orçamento para cessão de passagem, além de oferecer abrigos para mulheres em situação de risco e programas de reintegração ao país de origem, com emprego de profissionais qualificados e oferecimento de auxílio financeiro.

A Embaixada do Brasil em Belgrado também realizou um novo mapeamento de ONGs e entidades de apoio locais (abrigos, casas de apoio, albergues), visando a garantir atendimento rápido para emergências consulares.

Documentos para Estrangeiros

A demanda para cidadãos estrangeiros no setor consular da Embaixada é relativamente baixa, principalmente pela dispensa de visto de turismo para cidadãos sérvios. O principal serviço requisitado é o Visto de Trabalho (VITEM IV), cuja autorização de concessão é enviada ao posto pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Foram emitidos 41 vistos de trabalho em 2024, para profissionais diversos (executivos, atletas profissionais e trabalhadores de plataformas de alto-mar, principalmente). Cidadãos estrangeiros também solicitam a emissão de CPF, para uso no Brasil, tendo sido emitidos 35 CPFs em 2024.

Ausência de Acordos de Cooperação Jurídica em Matéria Penal

A ausência de acordos de cooperação jurídica em matéria penal tem dificultado o cumprimento de solicitações da Justiça Brasileira, em especial para extradição de investigados.

Seria conveniente, portanto, considerar a negociação de acordos bilaterais de cooperação jurídica com autoridades dos respectivos países, em alinhamento com o MJSP e com o Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) POLÍTICA INTERNA

Sistema Político

O sistema político da Sérvia é o parlamentarismo multipartidário. A Assembleia Nacional da Sérvia ("Skupstina") é unicameral, e conta com 250 deputados, eleitos proporcionalmente por um mandato de quatro anos, renovável indefinidamente. A Skupstina, contudo, pode ser dissolvida pelo presidente, a pedido do primeiro-ministro, resultando em novas eleições parlamentares.

O presidente, eleito por voto direto para um mandato de cinco anos renovável uma vez, é o chefe de Estado. O nome do primeiro-ministro é proposto pelo presidente, cabendo à Skupstina aprová-lo.

O Suprema Corte da Sérvia (conhecida anteriormente como Suprema Corte de Cassação) é a corte mais alta da Sérvia. A Lei de Organização dos Tribunais de 2008 diminuiu bastante o número de tribunais na Sérvia, de 168 para 64, e criou três níveis de tribunais abaixo da suprema corte.

O presidente Aleksandar Vučić foi reeleito em primeiro turno em 2022 e a coalização liderada pela sua legenda (o Partido Progressista Sérvio – SNS) foi também a mais votada. Em dezembro de 2023 ocorreram eleições legislativas, num processo eleitoral que foi bastante questionado por observadores e facilitadores da União Europeia.

Conjuntura Política Atual

O presidente Aleksandar Vučić, do Partido Progressista da Sérvia (SNS), é figura dominante do cenário político sérvio, centralizando, inclusive, a condução da política externa do país.

O mandatário serviu como primeiro-ministro entre 2014 e 2017, quando foi eleito presidente em primeiro turno, e, posteriormente, reeleito em 2022. Vučić tem-se mostrado um político hábil e ativo, sendo quem, de fato, dirige a nação, apesar de o sistema de governo sérvio ser parlamentarista. O primeiro-ministro, Milos Vucevic, participa ativamente do dia a dia do governo, sempre alinhado com o presidente.

A melhoria do ambiente eleitoral é preocupação da União Europeia. Em seus últimos relatórios sobre o processo de adesão da Sérvia à UE, a Comissão Europeia apontou desafios no capítulo referente às Instituições Democráticas, de forma a conformar a Sérvia aos padrões europeus. Foram identificados problemas quanto à tolerância à pluralidade política, liberdade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

imprensa e repressão a jornalistas. Também tem havido críticas nas áreas de corrupção, transparência governamental, independência do judiciário e falta de vontade política de cooperar com o Tribunal Residual da Haia para a ex-Iugoslávia.

Os anos de 2023 e 2024 foram marcados por grandes manifestações populares contra o governo. Os protestos tiveram início em maio de 2023, para expressar a insatisfação popular com os assassinatos em massa ocorridos em maio daquele ano, criticando o governo e pedindo a renúncia de várias autoridades, incluindo do presidente do país. Estudantes, agricultores e profissionais liberais têm tomado parte nessas manifestações.

A oposição, embora dispersa e enfraquecida, tem conseguido mobilizar sucessivas ondas de protestos populares. A mais recente temporada de manifestações foi deflagrada pela revolta da população sérvia após o desabamento da estação ferroviária de Novi Sad, ocorrido em novembro passado, que vitimou 15 pessoas.

Não obstante haver se firmado como principal articulador e personalidade política do país, Vučić ora atravessa momento difícil, ao ser alvo de pressões externas resultantes do não-reconhecimento de Kosovo. No plano interno, os partidos de oposição, caracteristicamente dispersos e enfraquecidos, não têm tido sucesso em oferecer uma liderança alternativa ao atual presidente.

Ataque em Banjska

Em setembro de 2023, ataque perpetrado na localidade de Banjska (norte do Kosovo), por grupo de homens armados, resultou na morte de um policial kosovar. Tal episódio colocou a Sérvia sob forte pressão internacional, oriunda sobretudo dos países do "Quinteto" (Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália), em razão de indícios de envolvimento direto do Poder Executivo, com participação comprovada de Milan Radoicic, político aliado de Vučić, e possível apoio da Rússia.

Discutiu-se naquele momento, no âmbito da União Européia, a aplicação de sanções contra a Sérvia, sob os argumentos de que, além de exercer pressão pela elucidação dos fatos ocorridos, as sanções teriam também efeito de evitar sua recorrência. Até o momento, a Hungria vem desempenhando papel de principal opositora dessa linha de ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) POLÍTICA EXTERNA

Convencionou-se dizer que a política exterior sérvia se apoia sobre quatro pilares, quais sejam, a União Europeia, a Rússia, a China e os Estados Unidos. Em tempos recentes, a Rússia, país com o qual a Sérvia compartilha laços étnicos e culturais, vem sendo eclipsada pela China, parceira comercial que, cada vez mais, exerce ascendência sobre Belgrado, mediante a concessão de empréstimos, investimentos e projetos de infraestrutura, tratados todos os anos nas visitas do Presidente Vučić a Pequim, para participar no Fórum da 'Belt and Road Initiative'.

Tematicamente, o encaminhamento da questão do Kosovo de forma negociada, no âmbito da Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e o processo de adesão à União Europeia são as balizas incontornáveis da agenda externa do país.

Em razão da guerra da Ucrânia, o governo sérvio tem sofrido forte pressão europeia e norte-americana, passando por difícil situação diplomática, uma vez que, embora tenha condenado a ofensiva russa, também se recusa a aderir às sanções contra aquele país. Observa-se que o não alinhamento do posicionamento externo sérvio com o da UE não tem ajudado o seu processo de adesão ao bloco.

Open Balkans

No plano regional, Sérvia, Albânia e Macedônia do Norte lançaram a iniciativa dos “Open Balkans”, com o objetivo de aprofundar a integração dos países da região. O projeto visa estabelecer um “mini-Schengen” entre seus participantes e é aberto a todos os países dos Bálcãs Ocidentais e ao Kosovo. De acordo com seus idealizadores, a iniciativa não seria uma substituta para a integração europeia, mas sim vetor de aceleração daquele processo. Alguns analistas políticos, no entanto, têm matizado tal indicação. Sob esse prisma, o projeto de integração balcânica poderia apresentar-se não apenas como uma perspectiva mais imediata que a entrada no bloco europeu, mas também como uma solução que não implicaria o afastamento de importantes parceiros como a Rússia e a China. Para alguns críticos, tratar-se-ia, ainda, de tentativa sérvia de expandir a sua influência na região.

Kosovo

O Kosovo, reintegrado ao Reino da Sérvia em 1912, depois das guerras balcânicas pelas quais a Sérvia, a Grécia e a Bulgária libertaram seus territórios do Império Otomano, foi determinado Região Autônoma da República da Sérvia em 1963 pelo regime comunista de Tito, a partir da fundação da República Federativa Socialista da Iugoslávia, que substituiu a República Federativa Popular da Iugoslávia (1945-1963). Após a morte de Tito, em 1980, as primeiras manifestações estudantis ocorreram no final de 1981, seguidas de confrontos com Belgrado, que culminaram em 1987 com a ascensão à presidência de Slobodan Milosevic.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 1990, a Assembleia Nacional do Kosovo proclamou, numa primeira tentativa, a independência da província, reconhecida apenas pela Albânia (cerca de noventa por cento da população kosovar é etnicamente albanesa e apenas oito por cento de origem sérvia, motivo pelo qual os sérvios frequentemente referem-se aos habitantes de Kosovo como os "albaneses"). Diante da indefinição sobre o status do território, em 1996, o Exército de Libertação do Kosovo (KLA) iniciou a luta armada contra as forças sérvias, que reagiram. A escalada de violência dos dois lados levou, em 1999, a OTAN, sem a anuência do CSNU, a intervir no conflito, bombardeando Belgrado, para forçar os sérvios a cessar os combates e a alegada "limpeza étnica" contra os kosovares albaneses.

Logo após o cessar-fogo, a província foi colocada sob a administração da UNMIK (Missão de Administração Interina das Nações Unidas para o Kosovo), criada pela Resolução 1244 (1999) do CSNU. Em novembro de 2005, tiveram início as negociações sobre o status final do Kosovo entre a Sérvia e o Kosovo, mediadas pelo Enviado Especial da ONU, Martthi Ahtisaari. Ahtisaari propôs um plano que previa a concessão de amplo grau de autonomia supervisionada para o Kosovo. O impasse gerado em torno do Plano Ahtisaari levou a que o Kosovo declarasse unilateralmente sua independência em 17 de fevereiro de 2008.

A "independência" kosovar foi prontamente respaldada por Berlim, Londres, Paris e Washington. A Sérvia, apoiada por Moscou, considerou a declaração ilegal. Por Parecer Consultivo de 2010, a Corte Internacional de Justiça afirmou que a independência unilateral do Kosovo, apesar de contrariar a citada Resolução 1244, não seria contrária ao Direito Internacional.

Cumpre ressaltar que a UE tem grande e estratégico interesse na resolução da questão do Kosovo, por isso tem oferecido seus bons ofícios para um deslinde negociado da disputa, como no caso do "Diálogo de Bruxelas" (e, mais recentemente, nas tratativas de Ohrid).

Em junho de 2020, o primeiro-ministro Avdulllah Hoti chegou ao poder sem que tivessem sido realizadas novas eleições. Em setembro daquele ano, sob os auspícios do presidente norte-americano Donald Trump, Vučić e Hoti assinaram separadamente documentos no Salão Oval da Casa Branca em que se comprometiam a normalizar suas relações econômicas e a respeitar moratória de um ano nas tentativas do Kosovo de aderir a organismos internacionais e na campanha internacional da Sérvia contra o reconhecimento do Kosovo.

Em novembro de 2020, o presidente Thaçi renunciou, por ter sido convocado pelo Tribunal da Haia. Assumiu interinamente o cargo a presidente do Parlamento, Vjosa Osmani. Em dezembro de 2020, a Corte Constitucional invalidou a eleição de Hoti pelo Parlamento e determinou a convocação de novas eleições legislativas, realizadas em fevereiro de 2021, das quais saiu vitorioso Albin Kurti, que retomou o cargo de primeiro-ministro. Em abril, Osmani foi eleita, de forma efetiva, para o cargo de presidente.

À frente do governo do Kosovo, Albin Kurti tem dado mostras de pouca boa-vontade com relação ao Diálogo de Bruxelas. Em setembro de 2021, o Kosovo passou a exigir a mudança das placas de automóveis e caminhões que atravessassem a fronteira, vindos da Sérvia. Motoristas descontentes bloquearam as passagens terrestres e incendiaram um posto de emplacamento. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crise se prolongou por vários dias e temia-se uma perigosa escalada. Um acordo provisório, porém, foi obtido em Bruxelas, com a intermediação do enviado especial da UE, Miroslav Lajcak, bem como com a pressão da parte americana. Em outubro daquele ano, nova crise foi deflagrada com uma operação policial contra o contrabando no norte do Kosovo, região de maioria sérvia. A Sérvia chegou a enviar tanques para região próxima da fronteira.

Finda a moratória estabelecida pelos Acordos de Washington, o Kosovo retomou iniciativas para solicitação de ingresso em várias organizações internacionais, o que levou a Sérvia a também prosseguir com a sua respectiva campanha pela retirada dos reconhecimentos à independência do Kosovo. Não por acaso, o governo sérvio tem se mostrado empenhado em intensificar o relacionamento com países de fora do espaço europeu, como demonstra a importância conferida ao Movimento dos Não-Alinhados (que contou com reunião comemorativa realizada em Belgrado em 2021) e os recentes esforços para se aproximar de países africanos. A estratégia, além de diversificar parcerias que auxiliam a enfrentar o desafio sérvio de se equilibrar entre o Ocidente e o Oriente, também busca aumentar o número de apoios ao objetivo de Belgrado de, futuramente, reintegrar a província separatista ao seu território.

Em março de 2023, em reunião mediada pela UE, em Ohrid, cidade no norte da Macedônia, Sérvia e Kosovo discutiram minuta de acordo europeu para balizar o relacionamento entre ambos. Apesar dos esforços diplomáticos, o documento não chegou a ser assinado. Muito tem sido especulado sobre o chamado “Acordo de Ohrid”, desde a sua obrigatoriedade, em que pese não tenha sido assinado (posição sustentada pela EU) até um possível reconhecimento tácito da independência do Kosovo pela Sérvia.

O incidente no monastério de Banjska sacudiu o cenário político sérvio, em 24 de setembro de 2023, quando um grupo armado atacou a Polícia kosovar, matando um policial e ferindo dois outros. Três dos atacantes foram mortos no tiroteio com a Polícia e seis foram presos. O episódio, ainda não totalmente elucidado, reverberou intensamente no cenário político local, à luz do recente fracasso das negociações em Bruxelas para a normalização das relações entre Belgrado e a Pristina.

O episódio pode vir a ser considerado, no futuro próximo, um divisor de águas, na medida em que parece ter agravado de forma irreparável o nível de tensão entre os dois lados, que vêm trocando graves acusações, de parte a parte, de fomentar novo conflito na região. Em Belgrado, os partidos de oposição caracterizaram como incompetente a atuação do governo Vučić durante a crise, argumentando que esta forneceu a Pristina um pretexto para não mais implementar os acordos, sobretudo no que concerne ao estabelecimento da associação de municipalidades de maioria sérvia.

O Partido Democrático e o Partido da Liberdade e Justiça cobraram o governo por esclarecimentos sobre quem seriam os homens armados que enfrentaram a Polícia em Banjska e com que intenção bloquearam as estradas. Ao mesmo tempo, esses partidos teceram duras críticas à situação em que agora se encontram os sérvios que vivem sob o "insano regime de terror" de Albin Kurti. O Presidente Aleksandar Vučić reuniu-se no dia seguinte ao incidente com o Embaixador da Rússia, a quem disse haver informado sobre "o fato de que Kurti está conduzindo uma limpeza étnica brutal em Kosovo e Metohija, com o apoio de parte da comunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

internacional". Em seguida, Vučić encontrou-se com os embaixadores do Quinteto (Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Estados Unidos) e cobrou que a KFOR assumisse responsabilidade integral pela segurança na região.

Entrementes, foi comprovada a participação do político Milan Radoicic, membro do partido oposicionista em Pristina, Lista Sérvia, no ataque em Banjska. Radoicic, ora aguardando julgamento, em liberdade, declarou ter agido para "encorajar a resistência contra o regime de Albin Kurti", mas negou envolvimento de autoridades do governo da Sérvia, de quem afirma nutrir divergências, já há algum tempo. Além desse aventado envolvimento do governo sérvio, autoridades da Pristina declararam estar investigando a possibilidade de ter havido participação da Rússia no incidente, com base nas armas, equipamentos e documentos apreendidos no local do enfrentamento. O grande volume de armamentos e uniformes (mais de 100) seria destinado, tudo indica, a um número mais expressivo de combatentes, a serem recrutados entre os sérvios da região.

Processo de Adesão à União Europeia

A Sérvia apresentou a sua candidatura a país-membro da União Europeia em 2009, tornando-se candidata oficial em 2012. Desde então, o processo de acessão ao bloco tem progredido lentamente, porém sem data para conclusão. Em 14 de dezembro de 2022, sob as críticas de Belgrado, o Kosovo apresentaria o seu pedido próprio de acessão ao bloco europeu. O território já havia manifestado intenção de integrar o Conselho da Europa em 12 de maio de 2022, pleito este que foi aprovado em 24 de abril de 2023 pelo Comitê de Ministros daquela organização e encaminhado à Assembleia Parlamentar para avaliação. Estima-se que o processo ainda poderá levar até dois anos.

Em diferentes ocasiões, autoridades europeias chegaram a afirmar que a região dos Bálcãs Ocidentais é parte integrante da Europa e que seria apenas uma questão de tempo para que esta seja totalmente integrada à “família europeia”. No entanto, um acordo sobre o status definitivo do Kosovo, a ser obtido por negociação entre as partes, parece ser condição *sine qua non* para a entrada da Sérvia no bloco e, eventualmente, do Kosovo. A possibilidade de vir a integrar a UE já foi colocada, muitas vezes, como estímulo para tal acordo entre Belgrado e Pristina, mas tem perdido urgência e popularidade entre a população sérvia e alguns políticos locais, em razão das exigências impostas pela própria UE.

Em seus últimos relatórios sobre a Sérvia, a Comissão Europeia apontou os tópicos sobre reformas democráticas, transparência e liberdade de imprensa como aqueles em que teria havido menor progresso para a conformidade aos “padrões europeus”, além da relutância de Belgrado em somar-se aos esforços de sanções contra Moscou (bem como de alinhar a sua política externa com a do bloco). Sobre este último ponto, cumpre mencionar que os Estados Unidos também têm preocupação especial com a influência russa na região. Não por acaso, são um dos principais aliados do governo do Kosovo, além de manter grande base militar naquele território (Camp Bondsteel). Para a Sérvia, as relações com Moscou e Pequim são muito importantes, visto que o apoio de ambas as potências no Conselho de Segurança garante a continuação da vigência da RES. 1244/99 e a presença da administração das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK). Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obstante, o governo sérvio segue reiterando que a entrada na UE é uma prioridade de sua política externa.

7) ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Atualmente, a Sérvia vem implementando uma política robusta de investimentos públicos, que visa à modernização e à ampliação da infraestrutura rodoviária, ferroviária e energética, além da construção de um novo estádio nacional e do complexo que sediará a EXPO 2027. O orçamento proposto para o próximo ano destina aproximadamente EUR 6,5 bilhões a esses projetos, o que equivale a 7,4% do PIB planejado. Contudo, esses investimentos estão associados a custos elevados, acarretando o aumento da dívida pública e do endividamento externo, em particular, à China.

O governo sérvio avalia que a economia do país, impulsionada pelos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e nacionais, está no caminho de um crescimento estável e progressivo para os próximos anos, com a meta de alcançar um PIB de USD 100 bilhões até o final de 2027. A economia sérvia tem sido relativamente menos impactada pela crise ucraniana que outros países da região, uma vez que o país não aderiu às sanções ocidentais impostas à Rússia, mantendo um abastecimento parcial de petróleo e gás russos. Além disso, a Sérvia tem estreitado relações comerciais e financeiras com a China, sem comprometer seu caminho rumo à União Europeia, que permanece como sua principal investidora e parceira comercial.

Comércio Exterior

O comércio exterior da Sérvia, referente ao período janeiro-novembro de 2024, registrou o valor total de US$ 67,73 bilhões de intercâmbio com o mundo, ou seja, um aumento de cerca de 4%, comparado ao mesmo período no ano anterior. As exportações atingiram US$ 29,19 bilhões, enquanto que as importações somaram US$ 38,54 bilhões, apresentando um déficit comercial de US$ 9,3 bilhões, que vem crescendo nos últimos 10 anos.

O intercâmbio da Sérvia com o mundo ainda se mantém pouco diversificado, em termos geográficos, uma vez que 87% das exportações sérvias estão dirigidas para países europeus, dos quais, por seu turno, provêm 73% das importações sérvias. Os países asiáticos, particularmente, em razão das importações oriundas da China, representam 23% das importações e apenas 9,1% das exportações sérvias. Com relação ao continente americano, o intercâmbio sérvio representa 2,6% do volume total das trocas comerciais, assim dividido: América do Norte, 2%; América Central e Caribe, 0,1%; América do Sul, 0,5%). Os principais parceiros sérvios foram a Alemanha, China, Itália, Turquia, Hungria, Bósnia e Herzegovina, Romênia, Polônia e República Tcheca.

Note-se que a Sérvia, embora herdeira política da ex-Iugoslávia, que foi fundadora da OMC, não faz parte da Organização Mundial do Comércio. Entre 2008 e 2012 foram realizadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

negociações com aquela instituição. Mas, a partir da chegada ao poder do atual governo, têm sido priorizadas negociações para acordos de livre comércio.

Neste sentido, a Sérvia assinou Acordos de Livre Comércio com os países membros da EFTA - European Free Trade Association (Islândia, Noruega, Suíça e Lichtenstein), CEFTA - Central European Free Trade Agreement (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte, Moldova, Montenegro, Sérvia e Kosovo), a Rússia e depois com a União Econômica Euroasiática (Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Rússia), a Turquia (1/6/2009), e a China (1/7/2024). A Sérvia está atualmente negociando Acordos de Livre Comércio com os Emirados Árabes Unidos e com a Coreia do Sul.

As negociações com vistas ao ingresso da Sérvia na União Europeia desaceleraram durante a pandemia e, desde 2022, estão virtualmente paralisadas, em razão de obstáculos políticos, tais como dificuldades em normalizar as relações com o Kosovo ou mesmo questionamentos sobre casos de corrupção, falta de independência do judiciário e restrições à liberdade da imprensa. Não obstante, o governo tem conduzido esforço, em diversos setores, para harmonizar a legislação sérvia ao arcabouço legal da UE.

O Acordo de Estabilização e de Associação (AEA) assinado entre a República da Sérvia e a União Europeia em 2008 estabeleceu um processo de redução e abolição gradual (num período máximo de 6 anos) de contingentes e direitos aduaneiros sobre mercadorias. Atualmente todos os produtos industriais são livres de taxas alfandegárias exceto certos produtos do setor agroindustrial, julgados sensíveis, mas com taxas muito reduzidas.

Indústria

A produção industrial na Sérvia registrou, em setembro de 2024, um aumento de 8,1% em relação a setembro de 2023. No período acumulado de janeiro a setembro de 2024, comparado ao mesmo período de 2023, o crescimento foi de 3,3%, com destaque para a contribuição da indústria de transformação, seguida pela produção de energia, incluindo eletricidade, gás e vapor, amplamente utilizada para a calefação pública.

Agricultura

A participação da agricultura, atualmente correspondendo a 5,7% do PIB da Sérvia, tem diminuído ao longo da última década, tanto devido ao crescimento mais acelerado de outros setores do PIB quanto à estagnação do setor agrícola e à crise no setor agropecuário. Entre 2018 e 2023, o número de cabeças de gado sofreu uma redução de 25% (atualmente cerca de 1,5 milhão), enquanto o número de suínos caiu 30% e o de aves, 5%. Paralelamente, desde 2012, o número de explorações agrícolas diminuiu 10%, parcialmente como resultado da consolidação dessas propriedades. Esse processo é evidenciado pelo aumento da área média das explorações, que passou de 4,5 hectares em 2012 para 6,4 hectares em 2023.

A agricultura permanece como um setor crucial para o país, contribuindo com um saldo positivo na balança comercial estimado em cerca de 2,5 bilhões de dólares norte-americanos. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entanto, desde a pandemia de Covid-19, a agricultura tem desempenhado um papel significativo na escalada da inflação no país, em grande parte devido ao aumento expressivo dos preços dos produtos agrícolas.

Inflação

De acordo com o Escritório de Estatísticas da Sérvia, a taxa de inflação ao final de setembro de 2024 foi de 4,3%, permanecendo acima das previsões do Banco Nacional da Sérvia e com tendência de alta a partir de outubro. Conforme os relatórios mensais, os preços dos alimentos apresentaram o maior aumento, com uma média de 20,2%, seguidos pelos custos relacionados à moradia (eletricidade, água, calefação e gás), que subiram 17,2%.

Empregos e salários

O desemprego continua em queda, e ao final do terceiro trimestre de 2024 a taxa foi de 8,2%, representando uma redução de 1,4% em comparação com o mesmo período de 2023. É importante destacar, entretanto, que a população da Sérvia, uma das mais envelhecidas da Europa, vem diminuindo a um ritmo de aproximadamente 80 mil habitantes por ano, devido a um saldo negativo de mortalidade de cerca de 36 mil pessoas e à expatriação de mais de 40 mil indivíduos anualmente.

Segundo as estatísticas oficiais, em setembro de 2024, salário médio na Sérvia foi de 132.783 dinares (USD 1.196), enquanto o salário líquido ficou em 96.115 dinares (USD 866), registrando um aumento de 14,5% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Na capital, Belgrado, o salário médio líquido alcançou 170.558 dinares (USD 1.536), representando um aumento de 13% em relação a setembro de 2023.

Turismo

Entre janeiro e setembro de 2024, foram registradas 18,3 milhões de entradas de turistas estrangeiros e 88,4 milhões de pernoites, representando um crescimento de 3,2% e 0,9%, respectivamente, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Até o final de setembro, a receita do turismo alcançou 1,9 bilhão de euros, e, segundo a Organização do Turismo da Sérvia, deverá superar o recorde de 2,5 bilhões de euros registrado em 2023.

Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)

Os investimentos estrangeiros diretos (IED) continuam em crescimento, mantendo a tendência dos últimos anos. Segundo o Ministro das Finanças, a soma recorde investida em 2023, de 4,5 bilhões de euros, deverá ser superada em 2024. Até setembro de 2024, o montante registrado foi de 3,2 bilhões de euros, representando um aumento de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mais da metade dos investimentos estrangeiros diretos (IED) na Sérvia provêm da União Europeia, que tradicionalmente é a maior investidora e principal parceira comercial do país. A China ocupa a segunda posição, embora seja frequentemente difícil determinar o valor exato de seus aportes.

Mineração de Cobre

O grupo empresarial chinês Zijin Mining adquiriu minas significativas na Sérvia em 2018, incluindo as de Bor e Veliki Krivelj, com investimentos de milhões de euros para expandir e modernizar as operações. Em 2022, foi registrado um crescimento das exportações sérvias para o Brasil como consequência das exportações de minério de cobre e seus concentrados, no decorrer do primeiro trimestre, pela empresa "Serbia Zijin Copper", subsidiária da empresa chinesa. A partir de 2024, não houve mais exportações de minérios de cobre e seus concentrados pela empresa "Zijin Mining Group" para o Brasil.

Exploração de Lítio

O lítio foi descoberto na Sérvia na região de Jadar no oeste do país em 2004 pela empresa anglo-australiana Rio Tinto. A região é considerada uma das maiores reservas de lítio da Europa, crucial para a produção de baterias de carros elétricos e outras tecnologias verdes. Desde a descoberta, houve uma forte oposição local e nacional aos planos de mineração devido a preocupações ambientais. Os moradores e ativistas temem que a mineração cause poluição da água, ar e solo, além de impactar negativamente a agricultura, uma atividade econômica vital na região. Em 2022, após intensos protestos que incluíram bloqueios de estradas, o governo sérvio suspendeu o projeto de mineração da Rio Tinto.

No entanto, em julho de 2024, o Tribunal Constitucional da Sérvia anulou a decisão de suspensão, declarando-a inconstitucional, o que permitiu ao governo reiniciar o projeto. Essa decisão judicial foi seguida por uma nova onda de protestos pelo país, com milhares nas ruas de Belgrado e outras cidades, demonstrando a contínua resistência ao projeto. Os opositores argumentam que a exploração de lítio pode causar danos irreversíveis ao meio ambiente, afetando as reservas de água subterrânea e a agricultura. Há também preocupações com a saúde pública e a gestão dos resíduos. Por outro lado, defensores do projeto destacam os benefícios econômicos, como a criação de empregos e a contribuição para a transição energética verde.

A Sérvia assinou um acordo com a União Europeia, em julho de 2024, para o desenvolvimento de cadeia de suprimento de matérias-primas para baterias de lítio. O acordo foi visto como uma tentativa de alinhar a Sérvia mais estreitamente com a UE, reduzindo, de parte a parte, a dependência da China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século VII	Chegada das primeiras comunidades sérvias à Região dos Bálcãs, no contexto das migrações eslavas para o sul.
1389	Derrota sérvia na Batalha dos Campos de Melro no Kosovo, que põe fim ao reino independente da Sérvia.
Séculos XV a XVIII	Sérvia é absorvida pelo Império Otomano.
Século XIX	Avanço militar do Império Austro-Húngaro contra os turcos, nos Bálcãs, que permitiu a independência de nações como a Sérvia.
1817	O Principado da Sérvia torna-se semi autônomo dentro do Império Otomano.
1878	Independência sérvia reconhecida internacionalmente.
1918	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos formado após a I Guerra Mundial.
1929	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos renomeado Reino da Iugoslávia.
1945	Sérvia torna-se uma das seis repúblicas da República Federativa Socialista da Iugoslávia.
1991	Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia separam-se da Iugoslávia.
1992	Sérvia e Montenegro formam a República Federativa da Iugoslávia.
1995	Acordos de Dayton encerram Guerra da Bósnia.
1998	Início da Guerra do Kosovo.
1999	Bombardeios da OTAN. Rendição sérvia. Kosovo torna-se um protetorado da ONU, permanecendo parte da Sérvia.
2000	Derrota eleitoral de Slobodan Milosevic em setembro, seguida de sua renúncia em outubro.
2003	Iugoslávia renomeada como União da Sérvia e Montenegro.
2006	Milosevic morre nas dependências do Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia, na Haia.
2006	Montenegro declara independência após referendo. O país passa a intitular-se República da Sérvia.
2008	Kosovo declara independência. Belgrado considera declaração ilegal, mas a independência é reconhecida pelos Estados Unidos e principais potências europeias.
2008	Parlamento sérvio ratifica acordo de estreitamento de laços com a União Europeia.
2012	A UE concede à Sérvia o status de candidata oficial.
2012	Tomislav Nikolic é eleito Presidente da República.
2012	Ivica Dacic do partido socialista, assume como Primeiro-Ministro da Sérvia.
2013	Assinatura dos Acordos de Bruxelas, que regularizam as relações entre a Sérvia e o Kosovo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2014	Abertura oficial das negociações com a União Europeia para adesão ao bloco.
2014	Aleksandar Vučić, do partido progressista, assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2017	Aleksandar Vučić é eleito presidente da República.
2017	Ana Brnabic assume o cargo de primeira-ministra.
Setembro de 2020	Assinatura dos Acordos de Washington.
Outubro de 2020	Ana Brnabic forma o seu 2º gabinete.
Abril de 2022	Aleksandar Vučić é reeleito presidente da República.
Outubro de 2022	Ana Brnabic forma o seu 3º gabinete.
Maio de 2022	Kosovo apresenta pedido de ingresso no Conselho da Europa.
Dezembro de 2022	Kosovo apresenta pedido de ingresso na União Europeia.
Maio de 2023	Assassinato em massa na escola Vladislav Ribnikar em Belgrado
Setembro de 2023	Ataque em Banjska, região norte do Kosovo
Dezembro de 2023	Eleições legislativas e municipais extraordinárias
2024	Milos Vucevic assume o cargo de primeiro-ministro
Maio de 2024	Formação do gabinete ministerial de Vucevic
Maio de 2024	Adoção de resolução nas Nações Unidas instituindo o Dia Internacional de Reflexão e Comemoração do Genocídio de 1995 em Srebrenica
Novembro de 2024	Desabamento da estação ferroviária de Novi Sad

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2003	O Primeiro-Ministro da Sérvia, Zoran Djindjic, comparece à posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2003	Visita ao Brasil do Chanceler da então Sérvia e Montenegro, acompanhado de missão empresarial
2003	Os Primeiros-Ministros da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Djukanovic, respectivamente, estiveram em São Paulo para participar do 22° Congresso da Internacional Socialista, onde se avistaram com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2005	Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília
2006	Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Sérvia estabelecem relações diplomáticas
2007	Reunião de consultas políticas bilaterais em Belgrado
2008	Visita oficial ao Brasil do Chanceler sérvio
2008	Encontro entre os Chanceleres do Brasil e da Sérvia à margem da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas
2008	Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília
2009	Visita a Brasília de enviado de alto nível do Chanceler sérvio para encontros no Ministério das Relações Exteriores
2009	Encontro entre os Chanceleres do Brasil e da Sérvia no Rio de Janeiro, à margem do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina
2010	Visita a Brasília do Ministro da Agricultura sérvio
2010	Participação do Chanceler sérvio na Conferência da Aliança das Civilizações, no Rio de Janeiro
2010	Visita do Primeiro Vice Primeiro Ministro e Ministro do Interior Ivica Dacic ao Ministro da Justiça do Brasil
2010	Visita do Chanceler brasileiro, Embaixador Celso Amorim, a Belgrado, onde manteve encontros bilaterais com seu homólogo sérvio, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e os Ministros da Defesa e do Interior
2010	Visita do Ministro da Defesa brasileiro a Belgrado. Encontrou-se com o Presidente da República da Sérvia e visitou seu homólogo e várias instituições militares;
2012	Encontro dos Chanceleres brasileiro e sérvio, Vuk Jeremic, em Brasília (20 e 21 de abril)
2012	Participação do Presidente Tomislav Nikolic e do Chanceler sérvio na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e encontro com o Chanceler brasileiro
2013	Entrada em vigor do acordo sobre dispensa de vistos de turista e de negócios entre os dois países
2018	Comemoração dos 80 anos das relações diplomáticas Brasil-Sérvia
2018	Reunião de consultas políticas bilaterais em Belgrado
2019	Participação do Chanceler Ivica Dacic na posse presidencial em Brasília
2019	Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília
2023	Participação do Presidente do Parlamento da Sérvia, Vladimir Orlic, na posse presidencial em Brasília

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2023	Reunião de consultas políticas bilaterais (videoconferência)

10) ACORDOS BILATERAIS			
Título do Acordo	Assunto	Data	Status da Tramitação
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular Federativa da Iugoslávia	Cooperação Técnica	11/05/1962	Em Vigor.
Acordo, por Troca de Notas, sobre Cooperação Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista Federativa da Iugoslávia	Cooperação Industrial	20/09/1963	Em Vigor.
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia Relativo a Mudança do Sistema de Pagamentos Aplicável as Trocas entre os Dois Países para a Moeda Conversível.	Pagamentos e Resgates	27/05/1977	Em Vigor.
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação no Campo Veterinário.	Sanidade Animal e Vegetal Cooperação Técnica	05/01/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação Policial contra o Crime Organizado Transnacional	Contrabando, Direito Penal e Segurança Pública	06/06/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais/de Serviço.	Vistos e Imigração	20/06/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre a isenção de vistos para seus respectivos nacionais.	Vistos e Imigração	20/06/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Sérvia sobre Consultas Políticas.	Consultas Diplomáticas	20/06/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em	Defesa e Assuntos Militares	29/11/2010	Em Vigor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Matéria de Defesa			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Exercício de Atividade Remunerada de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	Privilégios e Imunidades	19/04/2020	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República da Sérvia.	Transporte Aéreo	22/09/2022	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República da Sérvia sobre Assistência Jurídica em Matéria Civil.	Direito Civil	22/09/2022	Tramitação MRE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ficha país

MONTENEGRO

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
20 de janeiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SUMÁRIO

1) DADOS GERAIS 3
2) APRESENTAÇÃO 4
3) PERFIS BIOGRÁFICOS 5
4) RELAÇÕES BILATERAIS 8
5) POLÍTICA INTERNA 9
6) POLÍTICA EXTERNA 12
7) ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS 15
8) CRONOLOGIA HISTÓRICA 19
9) CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS 21
10) ACORDOS BILATERAIS 22
11) DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS atualizar (SERE) .....**Erro! Indicador não definido.**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1) DADOS GERAIS

NOME OFICIAL	Montenegro
GENTÍLICO	Montenegrino
CAPITAL	Podgorica (antiga Titograd de 1942 a 1992)
ÁREA	13.812 km^2
POPULAÇÃO (Monstat)	602.445 habitantes (estimativa 2023)
IDIOMAS	Montenegrino (oficial), sérvio, albanês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Ortodoxa (72,1%), muçulmana (19,1%), outras confissões cristãs (3,9%), não se pronunciaram (2,6%), sem religião (1,3%) e outras (1%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista unitária
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Unicameral
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA	Andrija Mandić
CHEFE DE ESTADO	Presidente Jakov Milatovic (desde 20/05/2023)
CHEFE DO GOVERNO	Milojko Spajić
CHANCELER	Ervin Ibrahimovic
PIB NOMINAL (Monstat)	EUR 7,03 bilhões (2023)
PIB per capita (Monstat)	EUR 12.221,00 (2023)
PIB PPP (Banco Mundial)	USD 17,43 bilhões (2023 estimativa)
PIB PPP per capita (Banco Mundial)	USD 28.000 (2023 estimativa)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,77 anos
ÍND. DE ALFABETIZAÇÃO	98.8%
ÍND. DE DESEMPREGO	16,4% (agosto 2023)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro *(Adotado unilateralmente. O país não é membro da Zona do Euro).*
EMBAIXADOR NO BRASIL	Igor Bojanic (Encarregado de Negócios, residente em Buenos Aires)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Aprox. 100 pessoas matriculadas

Monstat-Escritório de Estatísticas de Montenegro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

O nome Crna Gora (“montanha negra”, modernamente Montenegro), surgiu no século 13, e referia-se a uma região montanhosa densamente florestada na então província sérvia de Zeta. Montenegro lutou com os Aliados na Primeira Guerra Mundial, motivo pelo qual foi invadido pelo Império Austro-Húngaro de 1916 a 1918. Após a guerra, integrou, em 1922, o recém-formado Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, que evoluiu para o Reino da Iugoslávia (1929). De 1941 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, foi ocupado pelas forças do Eixo, tendo sido transformado no Reino de Montenegro pelo invasor italiano. Logo após o conflito, tornou-se uma república constituinte da República Socialista Federal da Iugoslávia, junto com outros quatro países. Quando esta última se dissolveu, Montenegro, em 1992, optou por se juntar à Sérvia, criando a República Federal da Iugoslávia, e, depois de 2003, a União Estatal da Sérvia e Montenegro, uma entidade mais decentralizada.

Em maio de 2006, Montenegro, conforme permitido pela Constituição, realizou referendo sobre sua independência, que foi aprovada por 55,5% dos eleitores, quase no limite de 55% determinado pela União Europeia (UE) para a aprovação da iniciativa. Assim, em 03/06/2006, Montenegro restabeleceu formalmente sua independência. Em 2017, Montenegro ingressou na OTAN e é candidata à adesão à UE desde 2008.

Vinte e sete países e o Kosovo mantêm embaixadas residentes em Podgorica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE DE MONTENEGRO, JAKOV MILATOVIĆ

Jakov Milatović nasceu em Podgorica (na época, chamada Titograd), em 7 de dezembro de 1986. É economista pela Faculdade de Economia da Universidade de Montenegro, tendo estudado também na Universidade Estadual de Illinois (Estados Unidos), na Universidade de Economia e Negócios de Viena e na Universidade de Roma. Possui mestrado em economia pela Universidade de Oxford no Reino Unido.

Milatovic trabalhou no NLB Bank, em Podgorica, e, posteriormente, no Deutsche Bank, em Frankfurt, e no Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), sendo promovido ao cargo de Economista-chefe em 2018.

Durante o governo do primeiro-ministro Zdravko Krivokapic (2020-2022), ocupou o cargo de Ministro do Desenvolvimento Econômico. Em 2022, foi um dos cofundadores do partido político "Europe Now!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É casado e tem três filhos.

PRIMEIRO-MINISTRO MILOJKO SPAJIĆ

Milojko "Mickey" Spajić (Pljevlja, 27 de setembro de 1987) é um político e engenheiro financeiro montenegrino que é primeiro-ministro de Montenegro desde 31 de outubro de 2023. Também atuou como Ministro das Finanças e Bem-Estar Social no Governo de Montenegro e no gabinete de Zdravko Krivokapić de 2020 a 2022.

Spajić é o presidente do partido centrista “Europe Now!”. Ele é atualmente o segundo chefe de governo mais jovem do mundo, atrás apenas do oficial militar Ibrahim Traoré, de Burkina Faso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ministro das Relações Exteriores

Ervin Ibrahimović

Ervin Ibrahimović nasceu em Rožaje em 7 de junho de 1972, onde concluiu sua educação primária e secundária. Ele se formou na Faculdade de Tecnologia e Metalurgia da Universidade de Pristina. Ele obteve seu mestrado na Faculdade de Tecnologia e Metalurgia da Universidade de Belgrado.

Formou-se com sucesso na Academia Diplomática "Gavro Vuković".

De 2000 a 2006, atuou como treinador de basquete. Recebeu o prestigioso prêmio "30 de setembro" por sua contribuição ao desenvolvimento dos esportes em Rožaje.

Foi eleito vereador na Assembleia Municipal de Rožaje por dois mandatos.

De 2011 a 2016, atuou como cônsul no Consulado Geral de Montenegro em Frankfurt.

Foi eleito Membro do Parlamento de Montenegro por dois mandatos de 2016 a 2022. Durante o mesmo período, também foi membro da delegação do Parlamento de Montenegro à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE). Em 2021, foi eleito Vice-Presidente do Parlamento de Montenegro. Foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro e Ministro de Investimentos de Capital em 2022. Foi eleito Presidente do Partido Bosniak em 13 de junho de 2021.

Fala inglês. É casado e tem dois filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência de Montenegro em 14 de junho de 2006 e estabeleceu relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro do mesmo ano. A Embaixada do Brasil, cumulativa com a Embaixada em Belgrado, foi criada por decreto do Presidente da República em 10 de julho de 2007.

As relações bilaterais são modestas, reflexo da assimetria econômica e da prioridade conferida por Montenegro ao entorno europeu. O Brasil e Montenegro mantêm boas relações políticas, e o governo montenegrino declara querer desenvolver mais os laços com o Brasil.

O primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil, residente em Buenos Aires, apresentou suas credenciais ao Chefe do Cerimonial em junho de 2014. Na ocasião, iniciaram-se os procedimentos para a assinatura de acordo de isenção de vistos de curto prazo, por meio de troca de notas, que passou a vigorar em 2016.

Até a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, em fevereiro de 2022, o arcabouço de diplomas legais entre os dois países vinha limitando-se basicamente a acordos na área consular. Está atualmente em discussão memorando de entendimento entre academias diplomáticas, além de haver interesse montenegrino em firmar memorando também na área de turismo.

Cumpre ressaltar, ainda, que a empresa pública de aviação “Air Montenegro” (nome de registro “To Montenegro”) sucedeu a “Montenegro Airlines”, que decretou falência recentemente e cuja frota era composta por três aviões da Embraer, sendo dois financiados pelo sistema de “leasing” e um pelo BNDES. Em março de 2024, foi concedido o “Bill of Transfer” ao governo montenegrino pela aquisição da aeronave EMBRAER 190-200, financiado por essa instituição financeira.

Giuliano Senatore, da FGV, realizou visita a Montenegro, onde encontrou-se com autoridades do ministério da Agricultura e realizou diversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

visitas técnicas a empresas e institutos de pesquisa agrícola locais. Existe a perspectiva de que a FGV venha a explorar a possibilidade de desenvolver parceria com o governo montenegrino para desenvolver projeto agroindustrial no país.

Acordo em matéria de defesa está sendo negociado entre Brasil e Montenegro. A mais recente versão do documento foi enviado ao governo brasileiro para avaliação pelas autoridades competentes.

Assuntos consulares

Tendo em vista que a população brasileira em Montenegro é reduzida – cerca de 100 indivíduos –, não há Consulados ou Consulados Honorários brasileiros no território montenegrino.

A eventual identificação de personalidade montenegrina que pudesse assumir o cargo de cônsul-honorário poderia servir ao propósito de reforçar a assistência consular a brasileiros e também promover os interesses nacionais naquele país.

4) POLÍTICA INTERNA

As eleições legislativas, realizadas em 2020, culminaram com a vitória de governo de orientação, em tese, mais favorável aos sérvios. A inflexão se deu após vários anos de preponderância da coalizão encabeçada pelo Partido Democrático dos Socialistas de Montenegro (DPS), que vinha liderando o país desde a sua separação da Sérvia em 2006 e constitui a legenda do ex-presidente Milo Djukanovic. Esse político foi um dos principais apoiadores da independência de Montenegro e vinha ocupando de forma praticamente alternada a presidência e a cadeira de primeiro-ministro nos últimos anos.

A estreita vitória da oposição levou à assunção do primeiro-ministro Zdravko Krivokapic. Tratou-se de vitória histórica, porém frágil, uma vez que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DPS ainda representava força política relevante e o novo governo carecia de convergência suficiente em sua base de apoio, o que se refletiu em sua curta duração.

Uma das primeiras medidas da Administração Krivokapic foi revogar a polêmica legislação que visava os imóveis da Igreja Ortodoxa Sérvia (SPC, na sigla original em sérvio), principal religião do país, embora também exista a Igreja Ortodoxa Monenegrina, resultado de autoproclamada cisão em 1993. No início de setembro de 2021, houve grandes manifestações em Montenegro por conta da posse do novo responsável pela SPC naquele país, o bispo Joanikije, na capital histórica de Cetinje, o que foi considerado como uma afronta sérvia com a anuência do governo por nacionalistas montenegrinos e partidários do DPS.

Com a queda de Krivokapic, o vice-primeiro ministro Dritan Abazovic assume como novo primeiro-ministro. Não obstante, seu governo também acaba recebendo voto de desconfiança em menos de 4 meses. Embora alguns defensores do voto de desconfiança tenham argumentado que o governo perdeu o apoio parlamentar porque não conseguiu cumprir as principais tarefas para intensificar o processo de integração à União Europeia, a principal causa da queda do governo foi, de fato, a assinatura de compromisso com a SPC, o que foi amplamente explorado como uma razão para sua destituição pelo DPS.

Em abril de 2023, o DPS sofreria novo revés, com a derrota de Djukanovic, que estava a quase 32 anos no poder e concorria à reeleição nas eleições presidenciais. O resultado também confirmou tendência de perda de popularidade do DPS. O novo presidente eleito, Jakov Milatović, contou com apoio de setores diversos.

A crise política, que se arrastava desde a eleição do Primeiro Ministro Milojko Spajić, em junho passado, foi superada somente no final de outubro de 2023, quando o governo finalmente obteve apoio suficiente para nomear seu gabinete de ministros, mediante barganha com grupos políticos que favorecem as influências sérvia e russa no país. Em moeda de troca, Andrija Mandic, do partido Nova Democracia Sérvia, principal liderança pró-Rússia, foi eleito para presidir o legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não obstante o discurso do Primeiro-Ministro, a nomeação de políticos antieuropeus, quer dizer, opositores à OTAN e ao Ocidente, na coalizão governista, é vista pela oposição e por representantes dos EUA e da UE como prejudicial ao ingresso de Montenegro no bloco. Centenas de pessoas protestaram, em frente ao Parlamento, contra o novo governo anunciado.

Durante o primeiro semestre de 2024, o governo viu deteriorar as relações intra-partidárias da coalizão "Europe Now!", com a subsequente desfiliação do Presidente Jakov Milatović do partido que havia fundado.

Em julho de 2024, Milojko Spajić, como Primeiro-Ministro de Montenegro, realizou uma reformulação significativa de seu gabinete ministerial, para consolidar seu governo e ampliar sua base de apoio no parlamento.

A reformulação do gabinete veio em resposta a diversas pressões políticas internas e externas. A nova composição do gabinete aumentou a influência de grupos pró-sérvios e bosníacos, refletindo uma estratégia de inclusão de minorias étnicas para fortalecer a coalizão governamental. A inclusão de membros do partido Nova Democracia Sérvia (NSD) e do Partido Bosníaco (BS) foi vista como uma tentativa de equilibrar as dinâmicas étnicas no país.

Houve críticas e preocupações quanto à influência de partidos com laços pró-Rússia ou pró-Sérvia, especialmente com a inclusão de quatro ministros da NSD, liderada por Andrija Mandić, que é conhecido por suas conexões com Moscou.

Em janeiro de 2025, Montenegro experimentou uma tragédia com um tiroteio em massa, resultando em três dias de luto nacional declarados por Spajić.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) POLÍTICA EXTERNA

Montenegro é o 192º Estado membro das Nações Unidas. Foi admitido em 28 de julho de 2006, 25 dias após a declaração de independência. Sua política externa caracteriza-se pela "afirmação pela integração", princípio consagrado na Constituição: "dedicação à cooperação em pé de igualdade com outras nações e estados e à integração europeia e euro-atlântica".

Montenegro era a menor República da antiga Iugoslávia, em termos territoriais, populacionais e econômicos. Após a dissolução da Iugoslávia, manteve-se unido à Sérvia. Inicialmente sob a denominação de República Federativa da Iugoslávia, o novo Estado passou a chamar-se, a partir de 2003, República da Sérvia e Montenegro. Nesta qualidade, Montenegro sofreu as sanções da ONU (1992-1995) e foi alvo do bombardeio da OTAN (1999). Finalmente, em 2006, após a realização de referendo consultivo, Montenegro obteve pacificamente sua independência política e o reconhecimento internacional como um Estado à parte.

Desde sua independência, Montenegro promoveu significativa reorientação de sua política externa, favorecendo abertamente sua integração ao bloco europeu e maior distanciamento de Moscou e de Belgrado. Pode-se dizer, no entanto, que houve reaproximação em relação a esse último a partir da assunção da administração Krivokapic em dezembro de 2020, ainda que Montenegro não tenha aderido à iniciativa de cooperação dos “Open Balkans”, lançada pela Sérvia, Albânia e Macedônia do Norte.

Marco importante, com impacto regional e no seu relacionamento com a Sérvia, foi o reconhecimento do Kosovo como Estado independente, em 2008. A partir de 2012, também com importantes reflexos no jogo de influências políticas internacionais na região, o país amplia seu afastamento da Rússia, com a qual manteve excelentes relações históricas e econômicas por longos anos. O relacionamento com a Rússia deteriorou-se principalmente após 2016, ante as acusações de interferência russa nas eleições legislativas de 2016 e em fracassada tentativa de golpe de estado ocorrida naquele ano. Concomitantemente, Montenegro passa a empreender política expressa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ingresso na OTAN, concluído em 2017, assim como de acessão à União Europeia.

O ingresso na UE é atualmente o objetivo prioritário do governo montenegrino. Montenegro já harmonizou grande parte de sua legislação às normativas europeias, alinhando-se, inclusive, ao mecanismo de sanções europeias contra Moscou. Na mais recente avaliação de progresso do processo adesão de 2016, a Comissão Europeia identificou Montenegro como tendo o mais alto nível de preparação para a adesão entre os Estados em negociação. Da perspectiva da UE, os principais desafios enfrentados por Montenegro, em seu processo de acessão, estão relacionados aos temas de Justiça, Estado de Direito, combate à corrupção e liberdade de imprensa.

Desejoso de melhor se integrar aos mercados internacionais, Montenegro tornou-se membro pleno da Organização Mundial do Comércio em 29 de abril de 2012.

No plano regional, a diplomacia montenegrina atua em prol de uma política de boa vizinhança, defendendo o diálogo e a integração regional, assim como o ingresso de toda a região na UE. Montenegro tenta mostrar-se como país politicamente estável e organizado, de modo a contrastar com o entorno imediato e com as imagens herdadas do passado recente da região. Os principais desafios dizem respeito ao relacionamento com Belgrado. Se, em 5 de junho de 2006, a Sérvia aceitou o resultado do referendo de independência montenegrina, pode-se dizer que, desde então, houve momentos de atritos entre os dois países. Tem-se como exemplos de episódios de flagrante turbulência o reconhecimento do Kosovo por Montenegro, em 2008; a prisão de 14 pessoas por tentativa de golpe e assassinato do presidente Milo Djukanovic, com suposto apoio de Belgrado e Moscou, em 2016; a lei visando as propriedades da SPC em Montenegro, o que levou a protestos de rua e contribuiu para a derrota do DPS nas urnas em agosto de 2020; e a controvérsia sobre a posse do bispo Joanikije, na capital histórica de Cetinje.

Nota-se, igualmente, uma crescente importância conferida à China nos últimos anos. O foco do relacionamento com Pequim tem sido comercial-econômico, em linha com a estratégia chinesa de inserção pragmática no centro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e sudeste europeu, conforme as diretrizes da iniciativa "16+1" ("Cooperation between China and Central and Eastern European Countries").

Em Montenegro, empresas chinesas construíram o parque eólico de Mozura (46 MW). Construtoras do país asiático estão realizando um trecho de 41 km da autoestrada que irá conectar o porto de Bar à fronteira com a Sérvia (164 km), atualmente a principal obra de infraestrutura em Montenegro, com custos elevados e aumento do endividamento externo que impactaram fortemente a política fiscal do país. Suspeitas de corrupção envolvendo as obras chinesas foram levantadas pela imprensa local. A China pode vir a tornar-se importante parceira também em outras áreas tidas como estratégicas para Montenegro, como agricultura, turismo e investimentos diretos.

Recentemente, as relações entre Montenegro e Rússia também têm atravessado tensões, sobretudo quando Montenegro, em alinhamento com o Ocidente, implementou sanções contra a Rússia após a invasão da Ucrânia em 2022. Em setembro de 2022, após os sistemas do governo montenegrino haver sido alvo de massivo ataque cibernético, seis diplomatas da Embaixada da Rússia em Podgorica foram expulsos, sob acusação de espionagem.

Montenegro, como outros países dos Balcãs, tem acusado a Rússia de tentar influenciar ou desestabilizar a política interna, seja através de propaganda, apoio a grupos políticos ou outras formas de influência híbrida. Em 2024, a Agência de Meios de Comunicação Eletrônica do Montenegro ordenou a suspensão total da transmissão de vários meios de comunicação russos no país.

Durante as negociações que precederam a publicação da Resolução da AGNU sobre o Genocídio em Srebrenica, aprovada pela AGNU em 2024, Montenegro adotou a postura de apoiar a referida resolução, ocasionando fricção ainda não totalmente superada com a vizinha Sérvia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A atividade econômica de Montenegro concentra-se nos setores do turismo, energia (exportações de eletricidade), construção civil ("resorts" turísticos de luxo e construção de autoestrada na direção da Sérvia), serviços e agricultura familiar.

O crescimento real do PIB de Montenegro foi de 6,3% em 2023, comparado ao ano anterior, somando EUR 7,03 bilhões. No primeiro semestre deste ano os indicadores econômicos revelam resultados encorajadores e tudo indica que o país acabará o ano de 2024 com 3,8% de crescimento do PIB.

A dívida pública de Montenegro, em 31 de dezembro de 2024, alcançou EUR 4,16 bilhões, ou seja, 59,09% do PIB. Segundo as autoridades financeiras do país foi registrada um aumento do valor da dívida de EUR 639 milhões, comparado ao ano anterior.

As receitas orçamentárias no período de janeiro a julho de 2023 totalizaram EUR 1,44 bilhão, ou seja, 23,4% do PIB estimado e foram superiores de EUR 256 milhões daquelas previstas inicialmente. Da mesma forma as despesas no mesmo
período foram de EUR 1,29 bilhão, ou seja, 20,9% do PIB estimado. Assim sendo e de acordo com os dados preliminares foi realizado o excedente orçamental de EUR 45 milhões. As reservas do Banco Central, no final do primeiro semestre
foram de EUR 190 milhões, ou EUR 260 milhões incluindo as reservas em ouro.

A inflação em Montenegro, foi de 3,3% no final de 2024, abaixo das previsões do início do ano, tendo em vista que a inflação de 2023 alcançou 8,8%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O desemprego estimado em 11,5% da população ativa pelo Escritório de Estatísticas de Montenegro, MONSTAT.

As receitas do turismo, em 2024, importante setor da economia de Montenegro, alcançou EUR 1,3 bilhões, ou seja, 3,5% menos do que no ano anterior. No decorrer do ano, Montenegro hospedou cerca de 2,5 milhões de turistas estrangeiros, sendo a maioria proveniente da Sérvia.

Comércio Exterior

O fluxo comercial global de Montenegro, em 2023, foi de EUR 4,48 bilhões, 5,4% maior do que em 2022. As importações somaram EUR 3,81 bilhões (+7,6%) e as exportações EUR 674,3 milhões (-3,8%). A balança comercial, tradicionalmente deficitária, registrou um saldo negativo de EUR 3,13 bilhões (+10,6%). Há poucas perspectivas de revezamento desta tendência, sendo o país dependente de importações de produtos agrícolas, alimentícios e de consumo corrente em geral.

O intercâmbio comercial de Montenegro está concentrado nos países europeus, com 91,7% de suas exportações e 80,3% de suas importações realizadas com este continente. A Sérvia segue como a maior parceira comercial de Montenegro, seguida pela China, Alemanha, Grécia e Itália.

A Ásia representa o segundo maior fornecedor de produtos para Montenegro com a participação de 16,5% nas importações (67,3% das quais provenientes da China). A participação das Américas no comércio exterior de Montenegro é de 3%, sendo o Brasil o segundo maior fornecedor de produtos das Américas (20,4%) depois dos EUA (44,8%).

De acordo com dados da “Monstat”, o intercâmbio comercial total do Montenegro com o exterior, em 2023, alcançou o valor de EUR 4,48 bilhões, representando um crescimento de 5,9%% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações de mercadorias foram de EUR 674 milhões enquanto que as importações atingiram o valor de EUR 3,81 bilhões, resultando com saldo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

negativo de EUR 3,13 bilhão. Comparado com o mesmo período do ano anterior, as exportações diminuíram 3,8% e as importações aumentaram 7,8%.

Na estrutura das exportações os principais grupos de produtos, foram os óleos combustíveis e lubrificantes (EUR 244,8 milhões), seguido por produtos de transformação (EUR 97,6 milhões) e os produtos minerais (EUR 86,3 milhões). Do lado das importações, as máquinas e equipamentos de transporte lideram, no valor de EUR 885,2 milhões e os produtos alimentícios, no valor de EUR 744,9 milhões. Os maiores parceiros comerciais de Montenegro do lado das exportações foram: a Sérvia (EUR 190,8 milhões), Bósnia e Herzegovina (EUR 75,5 milhões) e Eslovénia (EUR 73,4 milhões). Paralelamente, os maiores fornecedores de produtos de Montenegro foram: a Sérvia (EUR 661,7 milhões), China (EUR 424,7 milhões) e Alemanha (EUR 368,2 milhões).

O déficit da conta corrente da balança de pagamentos, na média dos cinco últimos anos, situou-se no nível de 40% do valor do PIB. O equilíbrio consegue-se graças à renda turística, à entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos, ao envio de divisas dos trabalhadores no exterior, ao transporte e outros serviços. Parte do déficit, e particularmente o pagamento das anuidades e juros dos créditos externos, realiza-se por contratação de novos empréstimos externos.

Comércio bilateral

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil - Montenegro	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	21,5	25,7	17,7	13,1	14,8	15,5	20,8	25,8	27,4
Exportações	21,4	25,6	17,5	13,0	14,8	15,5	20,8	25,8	27,4
Importações	0,18	0,1	0,2	0,12	0,06	0,06	0,05	0,05	0,00
Saldo	21,3	25,5	17,3	12,9	14,7	15,5	20,8	25,8	27,4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INTERCÂMBIO BILATERAL (EUR milhões FOB) – Fonte: MONSTAT

Montenegro - Brasil	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022	2023
Intercâmbio	12,1	12,0	12,2	9,4	7,7	9,8	8,4	23,4	21,9
Importações do Brasil	12,1	12,0	12,2	9,4	7,7	9,8	8,4	23,4	21,9
Exportações para Bras.	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01	0,02	0,01
Saldo	12,1	12,0	12,2	9,4	7,7	9,8	8,4	23,4	21,4

Segundo dados fornecidos pelo Escritório de Estatísticas de Montenegro - "MONSTAT", em 2023, o país importou produtos do Brasil no valor de EUR 21,96 milhões e exportou produtos no valor de EUR 5 mil. Comparado ao ano anterior, registra-se decrescimento das importações oriundas do Brasil de 6,8%. As exportações montenegrinas para o Brasil, continuam inexpressivas, assim como nos anos anteriores.

A pauta dos principais produtos exportados pelo Brasil não registrou modificações. As carnes, o café e o açúcar, totalizam EUR 19,8 milhões e representaram 90,7% do total das importações. São listados abaixo os valores dos seis produtos mais exportados pelo Brasil, bem como as variações, comparadas ao ano anterior: - Carnes: EUR 9,1 milhões (-40%); - Café cru em grãos: EUR 5,2 milhões (-1,9%); - Açúcares de cana: EUR 5,12 milhões (+57,5%); - Extratos e essências de café: EUR 517 mil (+15,4%); - Calçados: EUR 414 mil (+76,1%); - frutas: EUR 371 mil (+40%).

Cabe registrar, como nos anos anteriores, discrepâncias entre as estatísticas brasileiras e as montenegrinas, particularmente para o café, sendo que importantes quantidades desse produto transitam pelo porto montenegrino de Bar, com destino à Sérvia.

As estatísticas disponíveis da “Monstat”, para o ano de 2024, não indicam mudanças de valores e dos produtos importados a serem registrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) CRONOLOGIA HISTÓRICA

1878	Independência montenegrina (dos otomanos) reconhecida em tratados internacionais.
1918	Depois da Primeira Guerra Mundial, Montenegro torna-se parte do "Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos", sucedido, em 1929, pelo Reino da Iugoslávia.
1945	Sob o comando de Josip Broz Tito, Montenegro torna-se uma das repúblicas da República Federal Socialista da Iugoslávia – juntamente com Sérvia, Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia-Herzegovina.
1991-92	A República Federal Socialista da Iugoslávia perde quatro dos seus seis membros. Permanecem a Sérvia e o Montengro.
1991	Milo Djukanovic torna-se Primeiro-Ministro de Montenegro.
1992	A Sérvia e Montenegro formam a República Federal da Iugoslávia.
1996	O primeiro-ministro Milo Djukanovic afasta Montenegro da Sérvia, devido à desastrada presidência de Slobodan Milošević.
1998	Milo Djukanovic eleito presidente pela primeira vez, após três mandatos como primeiro-ministro.
2003	Os dois países formam a união de “Sérvia e Montenegro”
2006	Em referendo realizado sob a liderança do primeiro-ministro Milo Djukanovic, os montenegrinos aprovam, em 21/05/2006, por estreita margem, a independência de Montenegro.
20/05/2018 a 20/05/2023	Milo Djukanovic eleito presidente pela segunda vez, após ter exercido mais quatro mandatos com primeiro-ministro.
4/12/2020 a 28/04/2022	Zdravko Krivokapic torna-se primeiro-ministro, após derrota histórica do DPS nas eleições legislativas.
28/04/2022	Dritan Abazovic assume como primeiro-ministro.
20/08/2022	Dritan Abazovic recebe voto de desconfiança do Parlamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	mas permanece como primeiro-ministro interino.
26/08/2022	Ataques cibernéticos aos sistemas do governo
30/09/2022	Expulsão de diplomatas russos de Podgorica
20/05/2023	Jakov Milatovic assume como presidente.
31/10/2023	Milojko Spajic anuncia formação do novo governo.
23/07/2024	Milojko Spajic anuncia segundo gabinete ministerial
02/01/2025	Ataque a tiros em Cetinje deixa 12 mortos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

14 de junho de 2006	O Brasil reconhece a independência de Montenegro.
20 de outubro de 2006	Após a extinção da União dos Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Montenegro estabelecem relações diplomáticas plenas
Julho/2007	É criada a Embaixada do Brasil junto ao Governo montenegrino, cumulativa com a Embaixada em Belgrado.
Junho/2014	Abertura da Embaixada de Montenegro em Buenos Aires, cumulativamente responsável pelo Brasil. Apresentação de Credenciais do primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data Celebração
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Montenegro para o estabelecimento de Consultas Políticas sobre Questões de Interesse Mútuo.	22/02/2022
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Montenegro sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	08/11/2016
Entendimento Recíproco, por troca de Notas, sobre isenção de vistos de curta duração para nacionais da República Federativa do Brasil e de Montenegro	09/06/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2025

(nº 186/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 186

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de fevereiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00032/2025 MRE

Brasília, 12 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, J**OÃO MENDES PEREIRA**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.000929/2025-95

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 208/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 19/02/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6442549** e o código CRC **A7B1AB18** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000929/2025 95 SEI nº 6442549

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA*
CPF.: informações pessoais
ID.: 14500 MRE

1961	Filho de informações pessoais e informações pessoais , nasce em informações pessoais em informações pessoais
Dados Acadêmicos:	
1980	Curso da Escola de Formação de Oficiais de Reserva da Marinha - EFORM
1980	Curso de Engenharia Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro
1985	Graduação em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
1987	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
1995	Mestrado em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica
2007	Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, "A Conferência Mundial de Durban e a política externa brasileira
Cargos:	
1987	Terceiro-Secretário
1994	Segundo-Secretário
2001	Primeiro-Secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1988	Divisão de Visitas
1988-93	Divisão da África II, Assistente e Assessor
1993-96	Missão junto à CEE, Bruxelas, Terceiro e Segundo-Secretário
1996-99	Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
1999-2002	Divisão de Direitos Humanos, Assessor
2002-06	Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Washington, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2006-08	Embaixada em Santiago, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe
2008-2012	Divisão de Temas Sociais, Chefe
2012-2014	Supremo Tribunal Federal, Chefe de Gabinete do Presidente
2014-2015	Superior Tribunal de Justiça, Chefe da Assessoria Internacional
2015	Ministério da Defesa, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2015-2016	Casa Civil da Presidência da República, Assessor Especial do Ministro de Estado - Assuntos Internacionais
2016-2017	Ministério da Justiça e Cidadania, Secretário Especial Adjunto de Direitos Humanos
2017-2021	Consulado-Geral em Vancouver, Cônsul-Geral
2021-	Embaixada do Brasil junto ao Quênia, e, cumulativamente, junto a Ruanda, Uganda, Burundi e Somália. Embaixador
2021-	Representação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Nairóbi. Representante Permanente
Obras:	
2011	"As Nações Unidas e a Luta Internacional do Racismo", Fundação Alexandre de Gusmão, Segunda Edição.
2012	"A Consulta Prévia e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho Sobre os Povos Indígenas e Tribais", Editora Thesaurus e Fundação Alexandre de Gusmão
2013	"O Itamaraty e o Ano Internacional dos Afrodescentes: Um Olhar Sobre o Discurso Externo Acerca da Questão Racial", in Igualdade Racial no Brasil, org. Tatiana Silva e Fernanda Goes, Ipea
2015	O Topo da Montanha", Katori Hall, Peça Teatral, Tradução, (prelo).
2017	"Fazenda Brasil Verde: aspectos relevantes da sentença para o fortalecimento do combate ao trabalho escravo no Brasil". In "Trabalho Escravo: Condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Brasil Verde". Conatrae. Ministério dos Direitos Humanos.
2017	"Política externa e participação social: trajetória e perspectivas", de Vanessa Dolce de Faria. Autor do Prefácio. Brasília. FUNAG.
	Traduções:
2015	"O Topo da Montanha", Katori Hall, peça teatral, tradução (mimeo), montagem em cartaz no teatro FAAP, em São Paulo, com estreia em 9/10/2015, produção/atuação de Lázaro Ramos e Taís Araújo.
2017	"A Verdade", Florian Zeller, peça teatral, tradução (mimeo), montagem em cartaz no teatro Maison de France, no Rio de Janeiro, com estreia em 15/03/2019, produção/atuação de Diogo Vilela e direção de Marcus Alvisi.
2019	"Ricardo II", William Shakespeare, peça teatral, tradução (mimeo), a ser montada e dirigida por Marcus Alvisi (2020/2021)
2020	"Comentários Gerais dos Comitês dos Tratados de Direitos Humanos da ONU - Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial", tradução para a língua portuguesa. Coord. André de Carvalho Ramos. Núcleo de Estudos Internacionais. Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Primeira Edição. Autor do Prefácio. USP.
Condecorações	
2010	Ordem do Rio Branco, Grande Oficial
2015	Ordem do Mérito da Defesa, Grã-Cruz
2015	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2015	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2015	Medalha Marechal Cordeiro de Farias, Escola Superior de Guerra
2015	Medalha Santos Dumont, Aeronáutica
2015	Medalha do Pacificador, Exército,
2015	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2015	Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha
2016	Ordem do Mérito Militar, Exército, Comendador
2023	Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Europa e América do Norte
Departamento de Europa
Divisão de Europa Setentrional

BÉLGICA

FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Bélgica
GENTÍLICO	Belga
CAPITAL	Bruxelas
ÁREA	30,5 mil km^2
POPULAÇÃO (2024) [1]	11,8 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Holandês, francês e alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Católica (54%), sem afiliação (31%), islâmica (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista federal
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, com a Câmara dos Representantes (150 membros) e o Senado (60 membros)
CHEFE DE ESTADO	Rei Philippe da Bélgica (desde julho de 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Bart de Wever (desde fevereiro de 2025, N-VA)
CHANCELER	Maxime Prévot (desde fevereiro de 2025, Les Engagés)
PIB (2024) [1]	US$ 662 bilhões
PIB PPC (2024) [1]	US$ 863 bilhões
PIB PER CAPITA (2024) [1]	US$ 56.130
PIB PPC PER CAPITA (2024) [1]	US$ 73.220
VARIAÇÃO DO PIB [1]	1,1% (2024 est.); 1,4% (2023); 3% (2022)
IDH (2022) [3]	0,942 – 12º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2021) [4]	0,266
EXPECTATIVA DE VIDA (2022) [4]	82 anos
DESEMPREGO (7/2024) [5]	5,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA [6]	Cerca de 50 mil pessoas

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo da Bélgica; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.*

CORRENTE COMERCIAL – US$ bilhões						
Brasil → Bélgica	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	4,9	4,1	5,8	7,9	6,5	5,7
Exportações	3,2	2,6	3,4	4,4	3,4	3,9
Importações	1,7	1,4	2,5	3,5	3,1	1,8
Saldo	1,5	1,2	0,9	0,8	0,3	2,1

Fonte: *Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Philippe

Rei dos Belgas

Philippe Léopold Louis Marie, 64 anos, nasceu em Bruxelas, filho do rei Alberto II e da rainha Paola. Casado desde 1999 com a rainha Mathilde, tem quatro filhos, entre os quais a princesa herdeira Elisabeth. Em 1978, ingressou na Escola Real Militar, onde se formou piloto de caça como Segundo-tenente. Integrou o Regimento de Para-comandos, unidade de elite das Forças Armadas belgas. Em 1983, fez estágio de dois meses no *Trinity College*, na Universidade de Oxford, antes de seguir para Stanford, onde obteve o título de mestre em Ciência Política. Em 1994, prestou juramento de posse como Senador de direito - por ser filho do então rei Alberto II, sem direito a voto. Com a abdicação do rei Alberto II, no dia 21 de julho de 2013, ascendeu ao trono sob o título de rei dos Belgas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bart de Wever

Primeiro-ministro da Bélgica

Bart de Wever, 54 anos, nasceu em Mortsel, Bélgica. É formado em História pela Universidade Católica de Leuven. Desde 2004, é líder do partido Nova Aliança Flamenga (N-VA, direita). Entre 2013 e 2025, foi prefeito de Antuérpia. Após o resultado das eleições regionais, federais e europeias de junho de 2024, foi nomeado "formateur" do novo governo pelo rei Phlippe. Em fevereiro de 2025, após 236 dias de negociação, a coalizão Arizona logrou acordo para formação do novo governo federal, e prestou juramento perante o rei como novo primeiro-ministro da Bélgica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Maxime Prévot

Vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Assuntos Europeus, Comércio Exterior e Instituições Culturais Federais da Bélgica

Maxime Prévot, 46 anos, nasceu em Mons, Bélgica. Estudou Direito e Gestão de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na Universidade de Namur e é mestre em Ciência Política pela Universidade Católica de Louvain. Foi eleito deputado federal em 2007 e 2019 e deputado no Parlamento da Valônia em 2009 e 2014. Em 2012, aos 33 anos, se tornou o mais jovem prefeito da cidade de Namur. Em 2014, foi nomeado vice-presidente do governo da Valônia e ministro das Obras Públicas, da Saúde, da Ação Social e do Patrimônio. Entre 2022 e 2025, foi presidente do partido centrista Les Engagés. Em fevereiro de 2025, assumiu o cargo de vice-primeiro-minisro e ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

O Reino da Bélgica é um Estado federado localizado na Europa Ocidental. É um dos menores e mais densamente povoados países europeus e situa-se ao norte da Europa, às margens do Mar do Norte. Faz fronteira com os Países Baixos, a Alemanha, a França e Luxemburgo. Altamente urbanizado, sua capital é a cidade de Bruxelas. Outras cidades relevantes são Antuérpia, Gante, Liège e Charleroi. Atualmente, a população da Bélgica é de cerca de 11,42 milhões de habitantes, distribuídos em um território de 30.528 km^2.

Chamada de Bélgica em função da antiga província romana da Gallia Belgica, a região tornou-se, a partir da Idade Média, importante centro comercial e cosmopolita da Europa. Em 1830, surgiu como nação soberana em virtude da secessão dos Países Baixos, no que se convencionou chamar de Revolução Belga. A Bélgica foi gravemente afetada pelas duas Guerras Mundiais, sendo o local de batalhas cruciais e ocupações.

A Bélgica é uma monarquia constitucional, na qual vigora o sistema parlamentar de governo. O país se divide em três regiões dotadas de alto grau de autonomia: Flandres, Valônia e Bruxelas-Capital (onde se situa a capital do país). Além das três regiões, três comunidades linguísticas (a Comunidade Flamenga, a Comunidade Francesa e a Comunidade Germanófona) compõem o Estado Federal Belga, em um modelo federativo que incorpora regiões geográficas e comunidades linguísticas que exercem competências concomitantes sobre um mesmo território.

Com exceção da minoria germanófona, localizada ao leste do país, a Bélgica é dividida entre a comunidade francesa (valões) e a comunidade flamenga. Enquanto os francófonos estão localizados majoritariamente na Valônia, no sul do país, a comunidade flamenga reside majoritariamente em Flandres, localizada no norte do Reino. A população francófona é de longe a maior na região da capital. Bruxelense, um dialeto regionalmente distinto, influenciado pelo francês e pelo flamengo, também é falado por um pequeno segmento dos habitantes da cidade.

Culturalmente, a Bélgica é rica e diversificada. O país é mundialmente conhecido por sua culinária, especialmente chocolates, cervejas e batatas fritas. Além disso, a Bélgica tem uma forte tradição em artes e literatura, sendo o berço de renomados artistas, como os pintores Pieter Bruegel, o Velho, e René Magritte, e o cartunista Hergé, criador de Tintim.

Economicamente, a Bélgica é uma economia de mercado avançada, com um setor de serviços altamente desenvolvido, seguido por indústria e agricultura. O país é um membro fundador da União Europeia e hospeda várias instituições internacionais, incluindo a sede da União Europeia e da OTAN, refletindo seu papel central na política e economia europeias.

O clima da Bélgica é temperado marítimo, com invernos moderados e verões frescos. A precipitação é distribuída uniformemente ao longo do ano, contribuindo para a paisagem verdejante do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Bruxelas	Embaixador João Mendes Pereira (desde abril de 2022)
Cônsul-Geral do Brasil em Bruxelas	Embaixador Achilles Emilio Zaluar Neto (desde janeiro de 2023)
Embaixador da Bélgica em Brasília	Embaixador Peter Claes (desde agosto de 2022)
Cônsul-Geral da Bélgica no Rio de Janeiro	Caroline Mouchart
Cônsul-Geral da Bélgica em São Paulo	Valentine Mangez

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	**Número de edições**	**Último encontro**
Mecanismo de Consultas Políticas	4	Abril de 2024, em Brasília

O Brasil e a Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência, no mesmo período histórico, dos dois países. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1834, quando os países assinaram um tratado bilateral de comércio e navegação. O rei dos Belgas Alberto I visitou o Brasil em 1920, no que foi a primeira visita de um monarca europeu à República. Desde princípios do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira.

A última visita de alto nível ocorreu em novembro de 2024, quando a então ministra dos Negócios Estrangeiros belga, Hadja Lahbib, visitou Brasília e manteve encontro com o ministro Mauro Vieira. Em seguida, Lahbib integrou a Missão Econômica Belga, liderada pela princesa Astrid em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em seus eventos, a Missão contou com a participação de mais de 400 participantes, entre empresários, executivos, acadêmicos e autoridades governamentais. A última missão desse tipo ao Brasil ocorreu em 2010, sob a direção do então príncipe herdeiro Philippe, atual rei dos Belgas.

O interesse belga pelo Brasil justifica-se pela complementaridade das economias e pela demanda brasileira em áreas onde o país europeu conta com excelência, tais como infraestrutura e logística. Para o Brasil, a Bélgica representa mercado importante para produtos e serviços nacionais, além de ponto de acesso preferencial de passagem a outras partes do continente europeu, em razão de sua localização central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há produtivo diálogo em questões da agenda política multilateral. Os dois países são conhecidos por sua capacidade de catalisar consensos e contribuir com posições moderadas e equilibradas nos debates internacionais e em suas respectivas regiões. A Bélgica apoia a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As relações seguem fortemente ancoradas nos densos fluxos de comércio e investimentos bilaterais, que oferecem base sólida para um diálogo político regular e exploratório de novas oportunidades.

Brasil e Bélgica têm economias complementares. O Brasil possui um gigantesco mercado consumidor e um potencial de crescimento amplamente reconhecido na Bélgica; a Bélgica, por sua vez, com seu pequeno e quase saturado mercado, tem elevada liquidez e know-how em setores de ponta, valorizados e reconhecidos pelo Brasil.

A Bélgica adquire expressivo volume de exportações do Brasil, sobretudo por possuir importantes portos, como o da Antuérpia, Gante e Liège, que servem como porta de entrada de produtos brasileiros na Europa. Grandes empresas brasileiras, como a Alpargatas, a Citrosuco, JBS/Friboi, a Zilor, a Votorantim e a Braskem escolheram a Bélgica como centro de distribuição de seus produtos para o mercado europeu.

Em 2024, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 5,7 bilhões, demonstrando queda de 12% em relação a 2023. As exportações brasileiras para a Bélgica foram de US$ 3,9 bilhões (+14%), o que corresponde a 1,16% do total. As importações foram de US$ 1,8 bilhões (-41,5%) e representaram 0,7% do total. O saldo comercial diminuiu em relação a 2023, mas se manteve favorável ao Brasil, alcançando US$ 2 bilhões. A Bélgica figurou em 20º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e em 27º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados foram: café não torrado (28), sucos de frutas ou de vegetais (25%) e tabaco (16%). A pauta importadora foi composta principalmente por medicamentos e produtos farmacêuticos (15%), prata, platina e semelhantes (11%) e inseticidas, rodenticidas, fungicidas e herbicidas (8%).

Em termos de investimentos, o Banco Central, em dados de consolidados de 2022 (últimos dados disponíveis), registra que a Bélgica apresenta posição de US$ 5,3 bilhões pelo critério de investidor imediato (22º maior) e de US$ 26,5 bilhões pelo critério de controlador final (10º maior).

Os principais destinos dos investimentos belgas são os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia. Cabe recordar a aquisição, pela empresa biofarmacêutica belga UCB, do controle da Meizler Biopharma, companhia brasileira de produtos farmacêuticos; a compra do laboratório ALAC, provedor de serviços líder do setor no Rio Grande do Sul, pela Eurofins Scientific, líder mundial em análises de alimentos, meio ambiente e fármacos, com sede na Bélgica; a aquisição de 20% da participação nos blocos 2 e 3 na Bacia do Parnaíba e seis blocos na bacia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Recôncavo para exploração de gás natural pela empresa de energia franco-belga GDF Suez; e as operações em São Paulo da rede belga de padarias *Le Pain Quotidien*.

Parcerias produtivas significativas entre empresas belgas e brasileiras para a conquista de terceiros mercados consolidaram-se nos últimos anos - como é o caso da belgo-brasileira AB InBev. Em 2022, segundo o Banco Central, havia cerca de US$ 1,8 bilhão em investimentos diretos brasileiros na Bélgica.

CONSULTAS POLÍTICAS

Brasil e Bélgica possuem mecanismo de consultas políticas estabelecido em 2009. Desde então, foram realizadas quatro reuniões no âmbito do mecanismo, todas em Brasília: 2010 e 2014, em nível de secretários-gerais, e 2015 e 2024, em nível de secretários.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Mantém-se vivo o debate público na Bélgica a respeito do acordo MERCOSUL-UE, revelando a contínua polarização entre setores favoráveis e contrários ao instrumento. Atores como a região belga da Valônia continuam empenhados a obter compensações da UE ou proteções frente ao MERCOSUL a setores potencialmente prejudicados, após o que poderiam levantar restrições ao Acordo.

Após período de forte resistência de setores políticos e econômicos belgas ao texto, surgem sinais de possível convergência em torno do reconhecimento de que o Acordo (i) traria benefícios agregados para a economia como um todo; e (ii) ofereceria oportunidade de inserção geoestratégica da UE no MERCOSUL, frente a concorrentes como China e EUA.

COOPERAÇÃO POLICIAL

Em visita à Bélgica do Diretor-Geral da Polícia Federal, delegado Andrei Rodrigues, em 2023, as autoridades dos dois países confirmaram a disposição para ampliar a cooperação policial, por meio da assinatura de carta de intenções que reforça os termos do Memorando de Entendimento sobre cooperação policial, assinado em 2018.

O tema do combate ao crime transnacional, em especial do narcotráfico, é de grande sensibilidade no âmbito do governo e do debate público na Bélgica, tendo em conta o alto volume de cocaína que chega à Europa por meio do Porto de Antuérpia e suas consequências para a segurança pública.

Conforme estabelecido no Decreto nº 12.337, de 20 de dezembro de 2024, a Polícia Federal deverá manter, proximamente, adidância policial em Bruxelas.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se haver na Bélgica cerca de 50 mil brasileiros. As cidades que reúnem o maior número (turistas ou residentes) são Bruxelas, Bruges, Antuérpia e Gante. Os brasileiros residentes no país são atendidos pelo Consulado-Geral em Bruxelas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Bélgica, por sua vez, conta com Consulados-Gerais no Rio de Janeiro e São Paulo, bem como Consulados Honorários em Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia (temporariamente fechado), Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador, Santos e Vitória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

A política interna belga é fortemente condicionada pela particularidade linguístico-comunitária do país, de forma que o Estado atua em peculiar moldura institucional a fim de conciliar a dinâmica histórica e os interesses de suas comunidades linguísticas. Ocasionalmente, ressurgem discussões sobre a adoção de novas configurações institucionais e, até mesmo, novas repartições políticas do território.

Essa premissa explica o panorama da administração pública, no qual há diferente perspectiva sobre as competências dos âmbitos federal, regional e comunitário, em comparação ao Brasil. Na Bélgica de hoje, o direito das regiões está no mesmo nível do direito federal.

O processo de regionalização iniciou-se nos anos 60, com primeira onda de reformas para atender a distintas reivindicações regionais. Àquela altura, Flandres desejava autonomia cultural e linguística, enquanto a Valônia insistia em ampla reforma econômica.

Com o aprofundamento das reformas de caráter regionalista, a partir de 1970, e a consolidação da União Europeia, verifica-se transferência de competências do nível federal, ora para o nível regional, ora para o nível comunitário-europeu.

Ao longo de sua história, o Estado belga tem passado por reformas constitucionais que o levaram de uma organização institucional unitária clássica para uma federação descentralizada singular. A partir da reforma de 1970, que aprofundou a federalização, a Constituição nacional determina que a Bélgica compreende três comunidades: a Comunidade Francesa, a Comunidade Flamenga e a Comunidade Germanófona. Também dispôs que o país seria dividido em três regiões: Valônia, Flandres e Bruxelas-Capital. As principais instituições federais são o governo federal e o parlamento federal. As comunidades e as regiões dispõem dos seus próprios poderes legislativo e executivo.

A Bélgica é uma monarquia constitucional, democrática e parlamentarista, que adota, ademais, modelo híbrido tanto federal quanto comunitário. Na origem dessa organização constitucional está a preocupação em assegurar a coesão de uma nação plural criada em 1830 em um território onde conviviam três comunidades distintas: a francófona, a neerlandófona e a germanófona. As três comunidades belgas mantêm competências sobre os seguintes temas: ensino, cultura, apoio à juventude, além de determinados aspectos da política de saúde. As três regiões são igualmente competentes em domínios relacionados a obras públicas, agricultura, emprego, ordenamento do território e meio ambiente.

Cada comunidade e cada região é dotada de assembleia parlamentar, eleita diretamente a cada cinco anos, e de um governo, responsável perante a respectiva assembleia. Atualmente, a Bélgica conta, além do parlamento federal, com cinco assembleias legislativas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a) Conselho da Região de Bruxelas-Capital, ou parlamento Bruxelense, com 89 membros eleitos diretamente pela população em listas unilinguísticas, que se repartem, no seio da assembleia, em dois grupos linguísticos;
b) Conselho Regional Valão, ou parlamento valão, com 75 membros eleitos diretamente nas províncias da Valônia;
c) Conselho Flamengo, ou parlamento flamengo, representando simultaneamente a Comunidade e a Região Flamenga, com 124 membros, dos quais 118 são eleitos diretamente pela população das províncias flamengas e pelo grupo flamengo do Conselho da Região de Bruxelas-Capital. Quando o Conselho Flamengo atua no âmbito das atribuições regionais, os 6 deputados oriundos de Bruxelas não possuem direito a voto;
d) Conselho da Comunidade Francesa, ou parlamento da Comunidade Francesa, que se compõe de 94 conselheiros, dos quais 75 são eleitos pelo Conselho regional valão e 19, eleitos pelo grupo linguístico francês do Conselho da Região de Bruxelas-Capital; e
e) Conselho da Comunidade Germanófona, com 25 membros eleitos diretamente pela população dos cantões do leste.

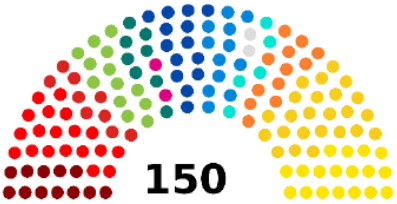
Aos cinco Conselhos correspondem, portanto, cinco governos locais, eleitos pelas assembleias e responsáveis perante elas. Os membros dos governos, no entanto, não necessariamente devem ser membros das assembleias legislativas. Cada governo deve, em seu seio, eleger um presidente, que é a autoridade executiva máxima regional ou comunitária. Esse presidente deve prestar juramento ao rei, que ratifica a escolha.

O parlamento federal tem estrutura bicameral e, até 1993, a Câmara dos Deputados e o Senado detinham as mesmas competências, devendo os projetos de lei ser votados e adotados pelas duas assembleias. A revisão constitucional de 1993, porém, introduziu mudanças nesse quadro. O Senado passou a exercer competências em igualdade com a Câmara em quatro grandes áreas: institucional, internacional, financeiro e jurisdicional. Nesses casos, há bicameralismo pleno. Nas demais áreas, o Senado pode discutir projetos de leis e propor emendas, mas é a Câmara de Deputados que tem a autoridade última. Nessas circunstâncias, o parlamento funciona em regime de bicameralismo atenuado, nos termos do artigo 78 da Constituição belga. Por fim, há matérias sobre as quais apenas a Câmara de Deputados é competente, como as leis de orçamento e execução orçamentária, fixação do contingente militar, regras relativas à responsabilidade civil e penal dos ministros federais e leis que regulam a aquisição da nacionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

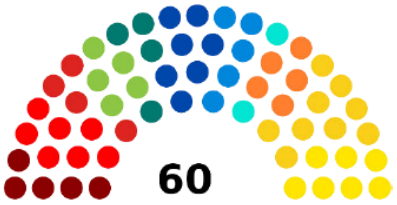
COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO

CÂMARA DOS REPRESENTANTES



Governo (87 cadeiras – 58%)	
Parti socialiste (PS, francófono, centro-esquerda)	19
Mouvement Réformateur (MR, francófono, centro-direita)	14
Écologistes Confédérés (Ecolo, francófono, centro-esquerda ambientalista)	13
Christen-Democratisch en Vlaams (CD&V, flamengo, centro-direita)	12
Open Vlaamse Liberalen en Democraten (OpenVLD, flamengo, centro-direita)	12
Vooruit (flamengo, centro-esquerda)	9
Groen (flamengo, centro-esquerda ambientalista)	8
Oposição (63 cadeiras – 42%)	
Nieuw-Vlaamse Alliantie (N-VA, flamengo, direita)	24
Vlaams Belang (VB, flamengo, extrema-direita)	18
Partido dos Trabalhadores da Bélgica (PVDA-PTB, partido nacional, extrema-esquerda)	12
Centre démocrate humaniste (cdH, francófono, centro-direita)	5
DéFI (francófono, centro-direita)	2
Independentes	2

SENADO



Governo (37 cadeiras – 62%)	
Mouvement Réformateur	8
Parti socialiste	7
Écologistes Confédérés (Ecolo, francófono, centro-esquerda ambientalista)	5
Christen-Democratisch en Vlaams	5
Open Vlaamse Liberalen en Democraten (OpenVLD, flamengo, centro-direita)	5
Vooruit (flamengo, centro-esquerda)	4
Groen (flamengo, centro-esquerda ambientalista)	4
Oposição (23 cadeiras – 38%)	
Nieuw-Vlaamse Alliantie (N-VA, flamengo, direita)	9
Vlaams Belang (VB, flamengo, extrema-direita)	7
Partido dos Trabalhadores da Bélgica (PVDA-PTB, partido nacional, extrema-esquerda)	5
Centre démocrate humaniste (cdH, francófono, centro-direita)	2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONTEXTO RECENTE

Os resultados das eleições regionais, federais e europeias na Bélgica, realizadas concomitantemente em 9 de junho de 2024, revelaram vitória dos partidos da direita e do centro, contrariando os prognósticos de triunfo da extrema direita anunciados pelas pesquisas de opinião. A esquerda tradicional e verde perde espaço, sobretudo na Valônia, embora a extrema esquerda do PTB/PVDA e o socialismo flamengo do Vooruit tenham obtido ganhos eleitorais.

Em nível federal, o vencedor das eleições foi o partido de direita flamengo N-VA, cujos resultados contrariaram as pesquisas que sugeriam que o partido de extrema direita Vlaams Belang (VB) teria vantagem de quase dez pontos percentuais sobre seu rival flamengo. O N-VA terá 24 cadeiras no parlamento, uma a menos do que em 2019, mas quatro a mais do que o VB, que ganhou duas cadeiras adicionais, chegando a 20.

Os ganhos mais expressivos em nível federal foram obtidos pela centro-direita, com o MR atingindo também 20 cadeiras, seis a mais do que em 2019, e o centrista Les Engagés, em sexto lugar, chegando a 14 cadeiras. Do lado flamengo, os cristãos-democratas do CD&V perderam uma cadeira, mas mantém 11.

O Partido Socialista francófono perdeu quatro cadeiras, passando à quarta colocação na Câmara dos Representantes, com 16 parlamentares. Já sua contraparte flamenga, o Vooruit, ganhou quatro parlamentares, passando para 13. A extrema esquerda do PTB/PVDA recebeu três cadeiras a mais do que 2019, chegando à quinta colocação, com 15. A derrota mais significativa foi sofrida pelos partidos ambientalistas, cujos presidentes entregaram suas demissões após a apuração dos resultados. Embora o flamengo Groen tenha perdido apenas duas cadeiras, passando para seis, o francófono Ecolo passará a ter apenas três parlamentares, tendo perdido 10 cadeiras, O partido do primeiro-ministro Alexander De Croo, o liberal flamengo Open Vld, também sofreu uma derrota importante, perdendo 5 cadeiras e passando a apenas 7.

Em fevereiro de 2025, os partidos da coalizão Arizona (NV-A, MR, CD&V, Les Engagés e Vooruit) chegaram a um acordo para a formação do novo governo federal. Com 236 dias de duração, tratou-se da terceira negociação mais longa da história belga. O então “formateur” Bart De Wever (N-VA) prestou juramento perante o rei Philippe como novo primeiro-ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA EXTERNA

A Bélgica é um dos seis países fundadores da União Europeia e sedia a Comissão Europeia e o Conselho Europeu. É, ainda, país fundador da zona do euro, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O Reino da Bélgica é, por fim, membro da União do Benelux (que integra em conjunto com os Países Baixos e Luxemburgo), parte integrante do espaço Schengen europeu. A cidade de Bruxelas, além de sediar instituições da União Europeia, é também a sede da OTAN.

A Bélgica mantém uma política externa afinada e coordenada com as posições de seus vizinhos da União Europeia. Não houve mudança, em períodos recentes, dos principais traços da política externa belga, havendo o país reafirmado posições tradicionais como a defesa do multilateralismo, o apoio à cooperação para o desenvolvimento e o incentivo à prestação de ajuda humanitária. Questões relacionadas ao meio ambiente, como as mudanças climáticas, e à promoção e à proteção dos direitos humanos receberam ênfase especial da diplomacia belga nesse período, reflexo da prioridade que esses temas assumiram no seio da sociedade belga.

A partir de sua plataforma europeia, a Bélgica tem buscado maior projeção no cenário internacional, objetivo no qual se inseriu sua candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2019-2020. A Bélgica ocupou a presidência do CSNU em fevereiro de 2020, ocasião em que o rei Philippe e a rainha Mathilde realizaram visita de trabalho a Nova York. No cumprimento de suas funções de representação, o rei Philippe realiza ao exterior duas visitas de Estado por ano, sendo uma delas no continente europeu e outra fora dele. Em 2023, o monarca visitou a África do Sul, no primeiro semestre, e a Alemanha, no segundo semestre.

O espaço europeu e seu entorno imediato são as prioridades geoestratégicas e diplomáticas da Bélgica. No âmbito comunitário, a Bélgica, país sede das mais importantes instituições europeias, tem conseguido manter sua influência relativa no jogo institucional europeu, inclusive pela presença de importantes figuras políticas belgas em posições-chave na UE. Em 2020, por exemplo, assumiu o cargo de presidente do Conselho Europeu o ex-primeiro-ministro Charles Michel, ao passo que o ex-Chanceler Didier Reynders ocupou a sensível pasta da Justiça na Comissão Europeia. As relações com os demais países membros da União Europeia são caracterizadas por um elevado nível de cooperação em todas as áreas, com o registro de litígios pontuais muito limitados.

As relações com os Estados Unidos, por sua vez, foram marcadas por fricções de lado a lado durante a gestão do ex-presidente Donald Trump. A eleição de Joe Biden foi considerada uma oportunidade e suas decisões de retornar ao Acordo de Paris e de permanecer na OMS foram festejadas na Bélgica. Medidas de cunho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

unilateral adotadas recentemente pelo governo americano, contudo, como a retirada das forças norte-americanas do Afeganistão e o anúncio da disposição de quebrar patentes farmacêuticas para favorecer o aumento da produção mundial de imunizantes contra a Covid-19, contrariaram o governo belga e suscitaram amplos debates no parlamento, onde se sedimenta a visão de que os EUA nem sempre levam em consideração os interesses europeus nos temas da agenda internacional.

Fora do espaço europeu, a África é a região que mais tem requerido atenção da diplomacia belga. Os vínculos coloniais que ligaram o país à República Democrática do Congo (RDC), a Ruanda e ao Burundi no passado mantêm-se como fatores de peso nas relações atuais da Bélgica com os países da África Central. Aos excessos coloniais, cujos traumas ainda não foram superados nem em solo belga nem africano, vieram somar-se as acusações de participação ou omissão da Bélgica nos fatos que levaram aos genocídios de Ruanda e Burundi. O rei Philippe realizou visita oficial à RDC, em junho de 2022, primeira visita real desde que o rei Albert compareceu ao 50º aniversário da independência congolesa, em 2010. Em discurso em Kinshasa, o atual monarca expressou "profundo arrependimento" pelo passado colonialista.

Sem prejuízo da relevância da África Central no contexto da política africana belga, a segurança da região do Sahel tornou-se prioridade para a Bélgica por conta dos riscos ligados à crise migratória em direção à Europa. A Bélgica está presente na operação de paz da ONU no Mali (MINUSMA) e desenvolve programas bilaterais de assistência militar com o Níger e com Burkina Faso.

As relações com a China oscilaram, nos últimos anos, entre a realização de intensos esforços da parte belga para atrair investimentos chineses e a crise política gerada pelo delicado relacionamento entre o parlamento belga e o governo chinês. Após anos de esforços belgas para a atração de investimentos, a força dos capitais chineses ganhou visibilidade. Os opositores belgas ao crescimento da presença chinesa no país reclamam, contudo, a adoção de uma política federal consistente de aprovação desses investimentos. Em abril de 2021, o Senado belga aprovou resolução recomendando ao governo federal o aprofundamento das relações com Taiwan e a manutenção de relações equilibradas com Pequim e Taipé. Em junho de 2021, o parlamento belga aprovou nova resolução, desta vez referente à ameaça de genocídio contra o povo uigur, havendo a China reagido com ameaças à Bélgica de deterioração das relações bilaterais.

As relações da Bélgica com a América Latina escoram-se, em termos gerais, no compartilhamento de valores, na cooperação profícua nos foros multilaterais e nos fluxos de comércio e investimentos, o que assegura um diálogo sem maiores percalços entre o país e o conjunto dos países latino-americanos.

UNIÃO EUROPEIA

A relação com a União Europeia é o principal vetor da política externa belga, tanto pelo papel histórico do bloco para a Bélgica quanto pela importância central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos vizinhos europeus para o comércio, sendo Alemanha, França e Países Baixos os principais parceiros.

As lideranças belgas têm indicado interesse em que que a UE reoriente seu funcionamento, por exemplo, por meio do abandono da regra da unanimidade na política externa do bloco. A UE também deveria, segundo o ponto de vista belga, passar por reformas ensejadas pela invasão da Ucrânia, por exemplo, no sentido de promover a autonomia estratégica, a reforma da arquitetura de segurança do continente e a independência energética.

Durante o primeiro semestre de 2024, a Bélgica ocupou a presidência do Conselho da União Europeia. O chefe de Estado belga, rei Philippe, avaliou que o país teve êxito em promover a cooperação entre os Estados membros. Traçando um paralelo entre o início das legislaturas europeia e belga, afirmou que, também no âmbito europeu, seria importante relançar um "projet fédérateur". Nesse sentido, destacou o impacto das atividades da UE para uma população de 450 milhões de habitantes e sua incidência sobre temas como a mudança climática e a biodiversidade. Afirmou também que "com a Europa, nós podemos também utilizar todo nosso peso no cenário internacional. Sobretudo quando se trata de trabalhar pela paz no mundo e contra toda forma de violência". Para o monarca, os próximos cinco anos serão "decisivos para o futuro da Europa e da Bélgica", com oportunidades para fortalecer a segurança, a prosperidade e os valores democráticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ECONOMIA

A Bélgica é um dos países mais ricos do mundo. O país possui setores de indústria e serviços de grande diversificação e eficiência, que lhe permitem notável inserção na economia mundial. A presença de grandes portos (Antuérpia e Gand estão entre os maiores do continente) e a localização geográfica central em relação à Europa e às principais rotas de comércio internacional permitiram à Bélgica transformar-se em líder dos setores de logística e distribuição. O país beneficia-se também de ambiente de negócios relativamente livre e confiável, em que se destacam os baixos custos de empreendedorismo, os baixos índices de corrupção e a presença de força de trabalho qualificada, multilíngue e adaptada às exigências do mercado global.

A Bélgica foi a primeira nação da Europa continental a promover a Revolução Industrial, no início do século XIX, tendo desenvolvido uma excelente rede de portos, canais, ferrovias e estradas para interligar suas indústrias com mercados consumidores nos vizinhos europeus. As principais regiões industriais concentram-se, atualmente, na região de Flandres, no entorno da capital Bruxelas e nas duas maiores cidades da Valônia - Liège e Charleroi -, estas últimas situadas no antigo cinturão industrial do país.

À exceção do carvão, a Bélgica possui poucos recursos naturais e, apenas uma pequena parcela do país se dedica à agricultura. O setor constitui menos de 1% do agregado, tendo como principais safras a beterraba, a chicória, o linho, grãos de cereal e a batata. A atividade agrícola na Bélgica se concentra principalmente na pecuária, com laticínios e carnes constituindo mais de dois terços do valor total da agricultura na Bélgica.

A indústria representa 22% do PIB e os setores mais relevantes da indústria belga são a indústria química (16,2% do total); alimentos e bebidas (14,7%); farmacêutica (13,8%); e siderúrgica (12,9%). As indústrias locais importam matérias-primas e semimanufaturados para processamento e posterior reexportação. A indústria da manufatura é importante para a economia belga porque, para além de gerar uma grande quota de serviços de mercado, também gera um forte valor agregado interno ao satisfazer a procura externa graças às exportações belgas.

A maior parte da economia baseia-se no setor de serviços, responsável por 77% da riqueza produzida atualmente no país. Estimulado pelas necessidades de expansão das empresas internacionais e do governo, bem como pelo crescimento do turismo, especialmente na Flandres ocidental e nas Ardenas, o setor de serviços cresceu significativamente na segunda metade do século XX. Hoje, a esmagadora maioria da força de trabalho belga está empregada em serviços públicos e privados. A capital, Bruxelas, sede de instituições europeias e internacionais de relevo, além de elevado número de representações diplomáticas e de empresas multinacionais, tem praticamente toda a sua economia concentrada no setor de serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2023

Nos últimos anos, o setor externo perdeu relevância como propulsor do desenvolvimento econômico do país, com queda nas exportações atribuídas à perda de competitividade das empresas belgas e à fraca demanda dos principais países importadores, sendo a Alemanha o principal mercado externo. O BNB destaca, ainda, alguns fatores específicos, como a queda nas exportações da indústria farmacêutica, impactadas, dentre outros motivos, pela baixa nas vendas de vacinas. As importações, por seu turno, não passaram por redução importante, o que pode ser explicado, em parte, pela resiliência da demanda interna.

De acordo com as estatísticas da Agência de Comércio Exterior da Bélgica, o saldo comercial, em 2023, foi de 14,7 bilhões de euros. O Brasil foi o 17º maior mercado para as exportações da Bélgica no ano. Os três principais mercados de exportação do país são seus vizinhos da União Europeia: Alemanha (18,9% de participação de janeiro a setembro de 2023), França (13,7%) e Países Baixos (13,2%). Os EUA são o principal mercado extrarregional, com 5,9%. A China é o 10º país no cômputo geral (1,6%).

No que tange às importações, novamente os três principais fornecedores do país são os vizinhos da União Europeia (Países Baixos com 18,7%, Alemanha com 12,1% e França com 10,3%). Os EUA ocupam a quarta posição, com 7,1%, seguidos da China, com 6,0%. O Brasil ocupou a posição de 31º fornecedor da Bélgica em 2023.

Os três principais produtos exportados pela Bélgica, de janeiro a setembro de 2023, foram químicos (26,2% de participação), minerais (12,9%) e equipamentos de transporte (11,4%). Quanto às importações, 24,2% foram de químicos, 17,4% de minerais e 13,1% de máquinas e equipamentos. A Europa absorveu 77,0% das exportações do país e foi origem de 71,6% das importações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1830	Declaração de independência da Bélgica junto aos Países Baixos.
1839	Países Baixos reconhecem a independência belga.
1914	Apesar da neutralidade belga, os alemães invadem seu território durante a 1ª Guerra Mundial.
1940	Ocupação alemã, que dura até 1944. O rei Leopoldo III entrega-se prisioneiro.
1945	A Bélgica é membro fundador da ONU.
1948	Constituição do Benelux, união aduaneira com Países Baixos e Luxemburgo.
1949	Adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1950	Plebiscito aprova a volta do rei Leopoldo III, que delega poderes ao príncipe herdeiro Balduíno I (1930-1993).
1952	Membro constituinte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que viria a se tornar a União Europeia.
1960	Independência do Congo.
1962	Independência de Ruanda e Burundi.
1977	Reconhecimento de 3 regiões semiautônomas: Flandres, Valônia, Bruxelas.
1980	Autonomia parcial de Flandres e Valônia.
1992	Parlamento aprova Estado federal.
2002	Adoção do euro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1830	O Brasil reconhece o Reino da Bélgica. O Brasil já possuía Legação com sede em Bruxelas.
1863	Laudo Arbitral do rei dos Belgas, Leopoldo I, resolvendo litígio entre o Brasil e a Grã-Bretanha ("Questão Christie") é favorável ao Brasil.
1871	Visita do imperador dom Pedro II ao Reino da Bélgica, quando se encontrou com o rei Leopoldo II.
1876	Nova visita do imperador dom Pedro II à Bélgica.
1890	Reconhecimento, pela Bélgica, da República do Brasil.
1920	Rei Albert I, e sua esposa, visitam o Brasil, transportados pelo encouraçado São Paulo, na primeira visita de um monarca estrangeiro ao Brasil. Têm início conversações que levarão à criação da companhia belgo-mineira.
1921	Elevada à Embaixada a Legação do Brasil em Bruxelas.
1995	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Bélgica.
1999	Visita ao Brasil do chanceler Erick Derycke.
1999	Missão ao Brasil do príncipe herdeiro Philippe, à frente de missão empresarial.
2005	Visita ao Brasil do príncipe herdeiro Philippe.
2006	Visita ao Brasil do chanceler Karel De Gucht.
2007	Visita do presidente Luís Inácio Lula da Silva à Bélgica, para agenda de cooperação com a União Europeia. Não houve agenda bilateral com autoridades belgas – o governo não estava formado e o rei encontrava-se hospitalizado.
2009	Visita do presidente Lula à Bélgica.
2010	Visita ao Brasil do príncipe herdeiro Philippe.
2011	Visita do chanceler Antonio Patriota à Bruxelas, para manter reuniões com autoridades da União Europeia.
2011	Visita da presidente Dilma Rousseff à Bélgica.
2013	Visita do chanceler Didier Reynders ao Brasil.
2014	Visita da presidente Dilma Rousseff à Bélgica, por ocasião da VII Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia, quando manteve encontro com o primeiro-ministro Elio Di Rupo.
2015	Visita da presidente Dilma Rousseff à Bélgica, por ocasião da 2ª Cúpula CELAC-UE, quando manteve encontro com o primeiro-ministro Charles Michel.
2016	Visita do chanceler Didier Reynders ao Brasil.
2017	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Bélgica.
2023	Visita do presidente Lula à Bélgica, acompanhado do chanceler Mauro Vieira, por ocasião da 3ª Cúpula CELAC-UE, quando manteve encontros com o rei Philippe e com o primeiro-ministro Alexander De Croo.
2024	Visita ao Brasil da chanceler Hadja Lahbib, no contexto da Missão Econômica Belga, ocasião em que encontrou-se com o ministro Mauro Vieira.
2024	Missão Econômica Belga, liderada pela princesa Astrid, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a participação da chanceler Lahbib e de ministros regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

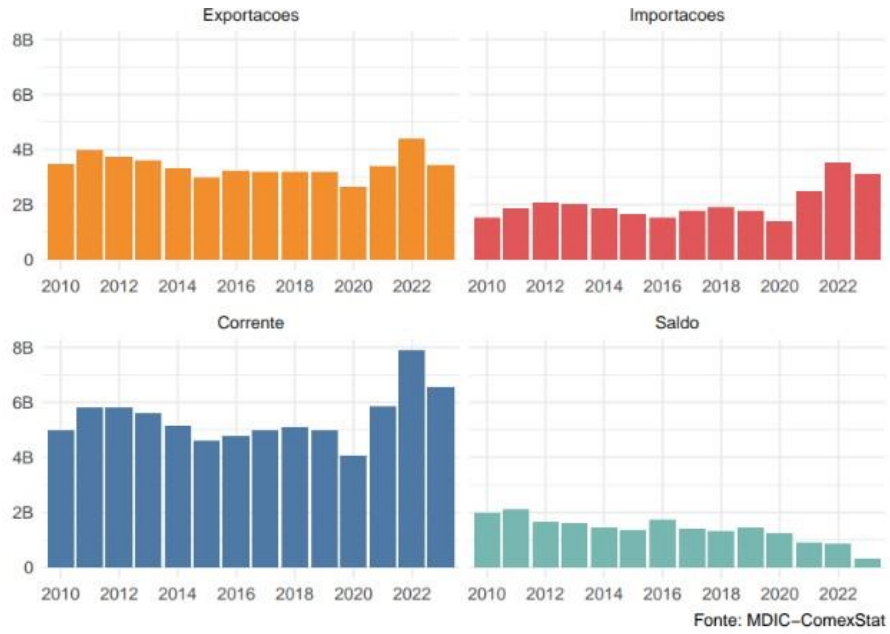
Título	Data de celebração	Status
Tratado de Extradição	06/05/1953	Em vigor
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita	10/01/1955	Em vigor
Acordo para Regular a Aplicação do Tratado de Extradição	12/11/1956	Em vigor
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e Comuns	27/02/1957	Em vigor
Acordo Complementar estendendo a aplicação do Tratado de Extradição ao Tráfico Ilícito de Drogas	08/05/1958	Em vigor
Acordo Cultural	06/01/1960	Em vigor
Acordo Sanitário que passa a Regular o Comércio de Carnes e Derivados de Carnes Bovinas	12/10/1965	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda	23/06/1972	Em vigor
Acordo Relativo ao Reconhecimento Recíproco dos Documentos de Habilitação Nacionais para Dirigir Veículos Automotores	29/11/1983	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial	12/03/1985	Em vigor
Acordo sobre Transporte Aéreo	18/11/1999	Em vigor
Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final	20/11/2002	Em vigor
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	07/05/2009	Em vigor
Acordo sobre Previdência Social	04/10/2009	Em vigor
Acordo de Serviços Aéreos	04/10/2009	Em ratificação da outra parte
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	04/10/2009	Em vigor
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	04/10/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	04/10/2009	Em vigor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Fluxo de comércio anual

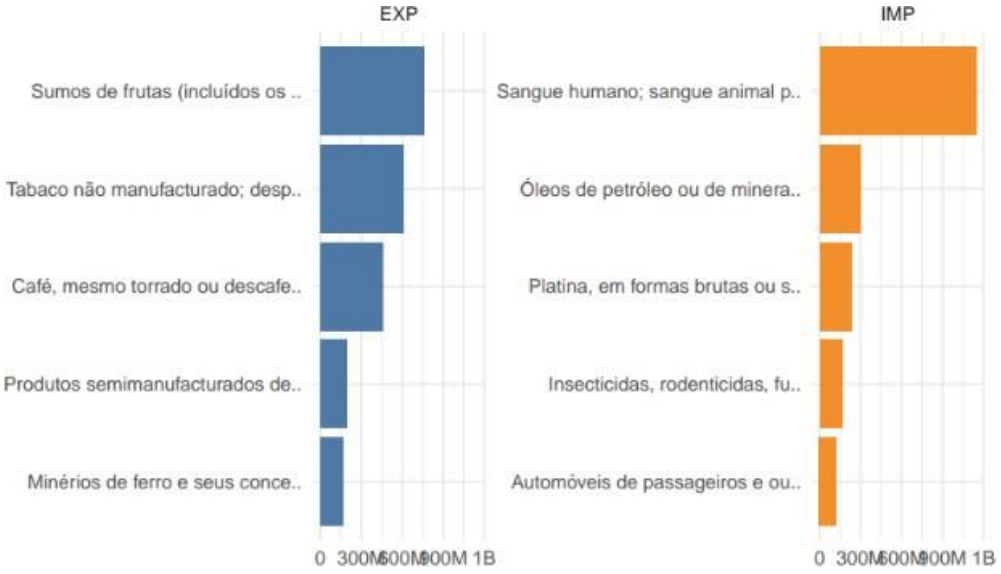


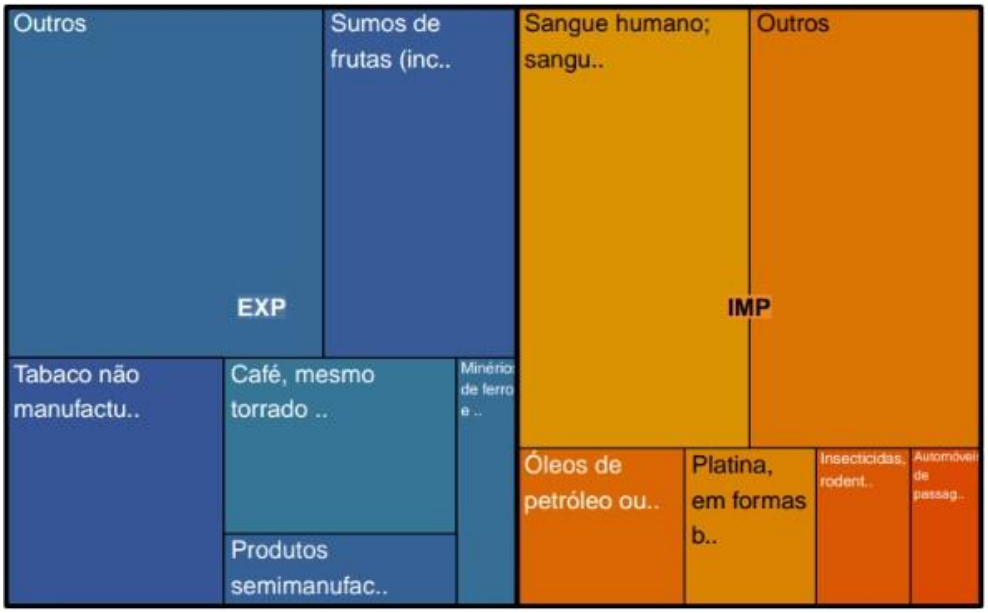
	2023	2022	2021	2020	2019
Exportacoes	3.4326B (-21.55%)	4.3758B (29.70%)	3.3738B (27.77%)	2.6404B (-17.56%)	3.2030B (0.16%)
Importacoes	3.1164B (-11.68%)	3.5284B (43.20%)	2.4640B (74.60%)	1.4112B (-19.91%)	1.7620B (-6.71%)
Saldo	316M (-62.69%)	847M (-6.85%)	910M (-25.99%)	1.2292B (-14.70%)	1.4410B (10.09%)
Corrente	6.5490B (-17.15%)	7.9042B (35.40%)	5.8378B (44.08%)	4.0516B (-18.40%)	4.9650B (-2.39%)

	2018	2017	2016	2015	2014
Exportacoes	3.1977B (0.73%)	3.1745B (-1.81%)	3.2330B (8.15%)	2.9893B (-9.05%)	3.2869B (-8.53%)
Importacoes	1.8888B (6.22%)	1.7782B (17.27%)	1.5163B (-6.57%)	1.6229B (-12.26%)	1.8497B (-7.84%)
Saldo	1.3089B (-6.26%)	1.3964B (-18.66%)	1.7167B (25.63%)	1.3664B (-4.92%)	1.4372B (-9.42%)
Corrente	5.0865B (2.70%)	4.9527B (4.28%)	4.7492B (2.97%)	4.6122B (-10.21%)	5.1366B (-8.28%)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais produtos da pauta comercial em 2023



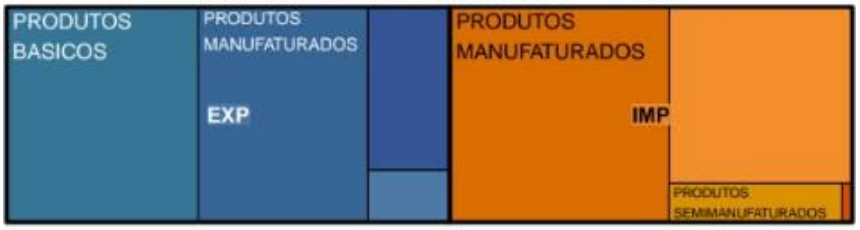


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Classificações do comércio em 2023

Classificação ISIC agregado até Dezembro

Classificação Fator Agregado agregado até Dezembro



Classificação CGCE agregado até Dezembro

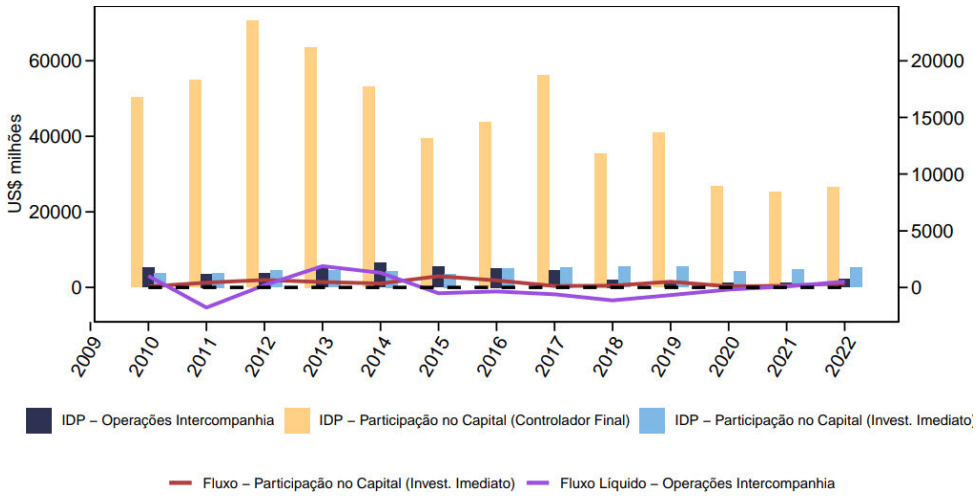
Classificação CUCI agregado até Dezembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Banco Central do Brasil.

Investimentos belgas no Brasil

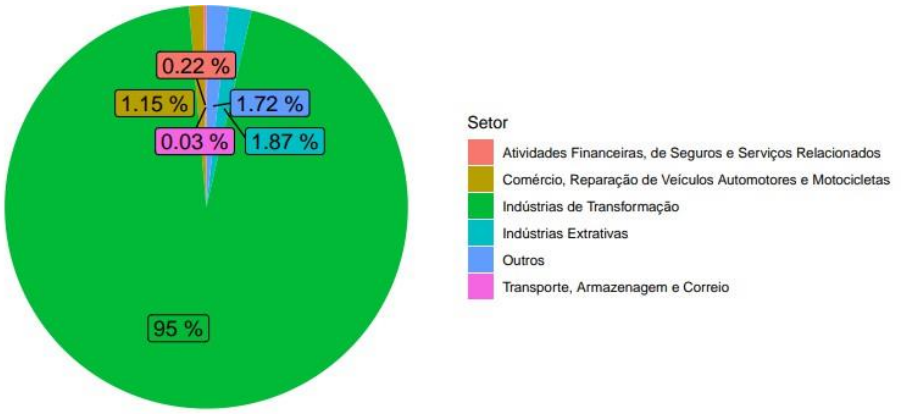


Dado	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	74.56	419.66	655.98	473.15	347.41	988.65
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	1008.35	-1780.89	197.21	1876.87	1288.45	-513.80
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	50341.70	54855.05	70658.16	63623.72	53014.67	39525.92
IDP-Operações Intercompanhia	5173.69	3593.06	3865.12	5254.61	6513.86	5556.40
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	3712.80	3834.70	4474.66	4484.09	4368.44	3607.39

Dado	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	613.82	123.09	153.83	500.64	91.96	144.72	362.66
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	-356.39	-609.70	-1145.39	-679.39	-190.15	83.31	514.37
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	43697.89	56215.80	35470.58	40965.75	26742.97	25300.12	26505.50
IDP-Operações Intercompanhia	5068.76	4478.70	2068.07	1209.27	1126.57	1164.80	2196.94
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	4929.52	5355.89	5523.54	5437.43	4208.94	4670.17	5266.01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

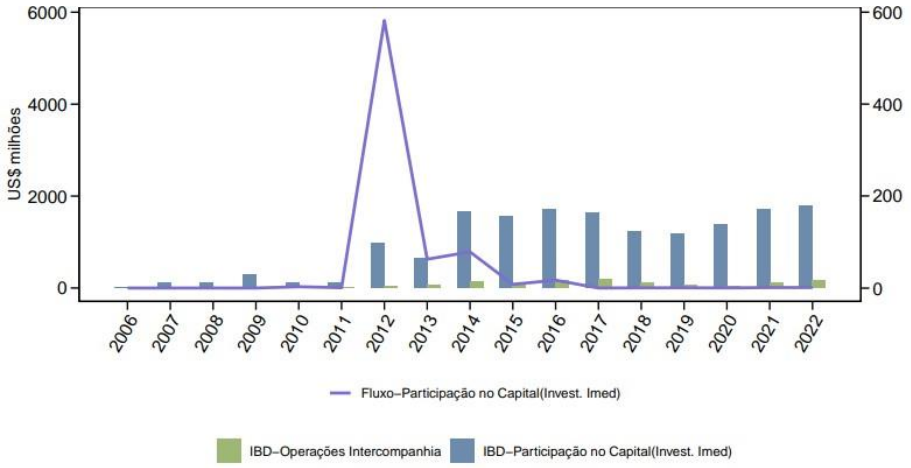
Setor dos investimentos belgas no Brasil (2022)



Setor	valor.Invest Imediato	valor.Control Final
Indústrias Extrativas	0.00	496.60
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	386.60	305.97
Eletricidade e Gás	0.00	0.00
Indústrias de Transformação	1641.89	25180.38
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	59.97	58.75
Transporte, Armazenagem e Correio	539.36	7.44
Outros	2638.19	456.37

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Investimentos brasileiros na Bélgica



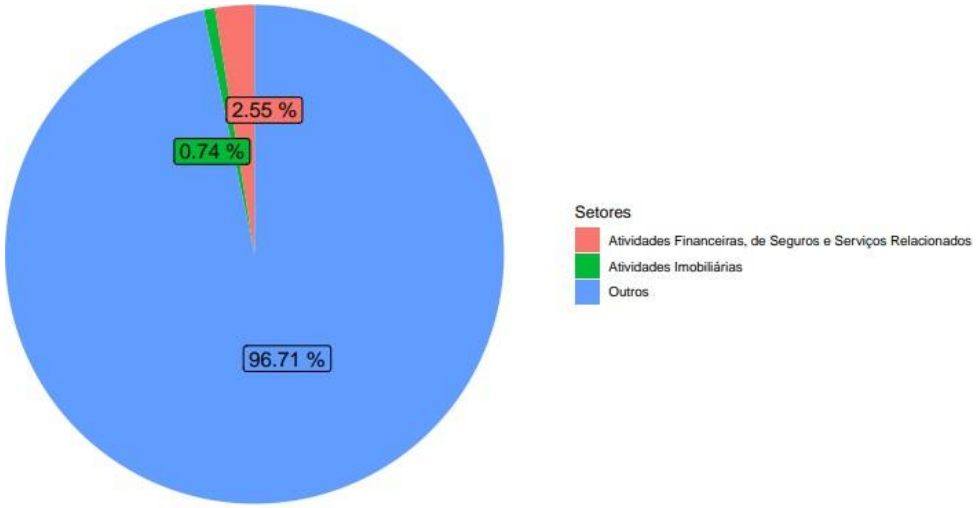
Dado	2006	2007	2008	2009	2010
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	103.25	115.26	282.23	110.71
IBD-Operações Intercompanhia	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	0.00	0.00	0.00	2.83

Dado	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	111.44	965.80	647.89	1670.95	1552.15	1717.66
IBD-Operações Intercompanhia	2.74	26.71	61.95	141.60	94.85	161.79
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.67	581.86	62.60	78.63	8.01	17.02

Dado	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	1643.67	1239.17	1182.20	1385.62	1710.08	1781.07
IBD-Operações Intercompanhia	181.90	118.81	57.70	39.46	108.91	156.49
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.01	0.44	0.59	0.25	1.03	1.04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Setor dos investimentos brasileiros na Bélgica (2022)

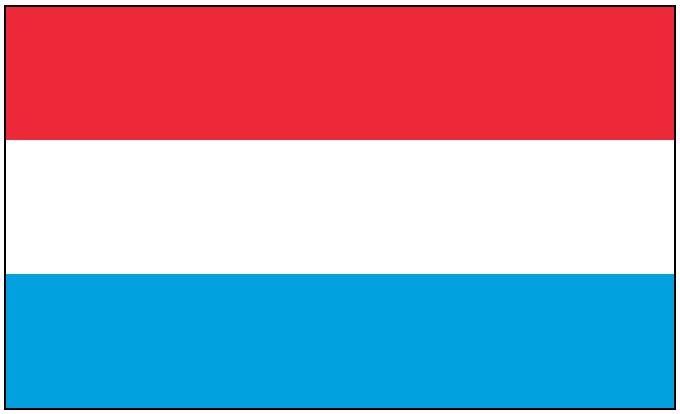


Setores	Valores
Atividades Imobiliárias	13.19
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	0.00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	45.33
Indústrias de Transformação	0.00
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0.00
Outros	1722.55

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Europa e América do Norte
Departamento de Europa
Divisão de Europa Setentrional

LUXEMBURGO



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Grão-Ducado de Luxemburgo
GENTÍLICO	Luxemburguês
CAPITAL	Luxemburgo
ÁREA	2.586 km²
POPULAÇÃO (2023) [1]	674 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL	Luxemburguês, francês e alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Católica (56%), sem afiliação (26%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (*D'Chamber*), com 60 membros
CHEFE DE ESTADO	Grão-duque Henri (desde outubro de 2000)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Luc Frieden (desde novembro de 2023, Partido Cristão Social)
CHANCELER	Xavier Bettel (desde novembro de 2023, Partido Democrático)
PIB (2024) [1]	US$ 91 bilhões
PIB PPC (2024) [1]	US$ 101 bilhões
PIB PER CAPITA (2024) [1]	US$ 135.320
PIB PPC PER CAPITA (2024) [1]	US$ 151.150
VARIAÇÃO DO PIB [1]	1,3% (2024); -1,1% (2023); 1,4% (2022)
IDH (2022) [3]	0,927 – 20º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2021)	0,32
EXPECTATIVA DE VIDA (2022) [4]	83 anos
DESEMPREGO (6/2024) [5]	5,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA [6]	Cerca de 10.000 pessoas

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo de Luxemburgo; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.*

CORRENTE COMERCIAL – US$ milhões						
Brasil → Luxemburgo	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	169,8	90,0	129,4	131	119,8	100,2
Exportações	136,6	50,4	64,2	79,3	73	45,8
Importações	33,2	39,6	65,2	51,7	46,8	54,4
Saldo	103,4	10,8	-1,0	26,7	26,2	-8,6

Fonte: *Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Henri

Grão-duque de Luxemburgo

Henri, 69 anos, nasceu em Betzdorf, filho mais velho de Jean, grão-duque de Luxemburgo entre 1964 e 2000, e da princesa Joséphine-Charlotte da Bélgica. É primo do atual rei da Bélgica, Philippe. É formado em Ciências Políticas pela Universidade de Genebra e realizou treinamento militar na *Royal Military Academy Sandhurst*, na Inglaterra. É membro do Comitê Olímpico Internacional e da *Mentor Foundation* (criada pela Organização Mundial da Saúde). Ostenta a patente militar de coronel no exército luxemburguês e de major honorário do Regimento de Paraquedistas do Reino Unido. Tornou-se grão-duque de Luxemburgo em outubro de 2000.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Guillaume Jean Joseph Marie de Nassau
Grão-duque herdeiro de Luxemburgo

Guillaume, 43 anos, é o primogênito dos cinco filhos do grão-duque Henri. Após formar-se na academia militar britânica, assumiu como oficial militar do exército luxemburguês, em 2002. Estudou política internacional no Reino Unido e deu continuidade à sua formação na França, onde obteve dupla licenciatura em Letras e Ciências Políticas pela Universidade de Angers, em 2009. Paralelamente a seus estudos, realizou estágios em diversas multinacionais, inclusive a ArcelorMittal. De 2018 a 2019, cursou pós-graduação no Royal College of Defence Studies (RCDS), em Londres. No ano 2000, quando da acessão ao trono de seu pai, torna-se grão-duque herdeiro. Envolveu-se na política luxemburguesa ao integrar, em 2005, o Conselho de Estado, órgão consultivo do governo. Em outubro de 2024, recebeu de seu pai a atribuição de "tenente representante", capacidade na qual assumiu as funções administrativas até então desempenhadas pelo Grão-Duque, inclusive a acreditação de embaixadores estrangeiros e a assinatura de textos legislativos. A designação abre período de transição que deverá encerrar-se com a abdicação do grão-duque em favor de seu filho. É casado com a condessa Stéphanie de Lannoy, com quem tem dois filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Luc Frieden

Primeiro-ministro de Luxemburgo

Luc Frieden, 61 anos, nasceu em Esch-sur-Alzette (Luxemburgo). É formado em Direito Empresarial pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, e mestre em Direito Comparado pela Universidade de Cambridge e em Direito pela Universidade de Harvard. Em 1994, com 30 anos, foi eleito para o parlamento luxemburguês. Durante o governo de Jean-Claude Juncker, ocupou diversos cargos ministeriais. Foi ministro da Justiça e do Tesouro e Orçamento (1998-2009) e, entre 2004 e 2006, acumulou, também, a pasta da Defesa. Posteriormente, entre 2009 e 2013, foi ministro das Finanças. Após sua saída do governo, trabalhou na iniciativa privada como vice-presidente do Deutsche Bank (2014-2016) e associado de um escritório de advocacia (2016-2023). Retornou à política em 2023, quando foi líder de seu partido e, vitorioso nas eleições, logrou formar governo e tornar-se primeiro-ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Xavier Bettel

Vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus, da Cooperação, do Comércio Exterior e para a Grande Região de Luxemburgo

Xavier Bettel, 51 anos, nasceu em Luxemburgo. Graduou-se em Direito Público e Europeu na Universidade de Nancy. Em 1999, aos 26 anos, elegeu-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados de Luxemburgo, sendo sucessivamente reeleito desde então. Entre 2009 e 2011, foi líder da bancada do Partido Democrata e, desde janeiro de 2013, é presidente do partido. No plano local, Xavier Bettel integrou o Conselho Comunal da Municipalidade de Luxemburgo (2000 a 2005) e foi vereador entre 2005 e 2011. Nas eleições locais de 2011, foi eleito prefeito de Luxemburgo, cargo que ocupou até 2013. Em 2013, foi designado primeiro-ministro, cargo que foi reconduzido em 2018 e ocupou até novembro de 2023. Com a formação de nova coalizão após as eleições de 2023, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

Oficialmente chamado de Grão-Ducado de Luxemburgo, é um dos menores países do mundo. O país faz fronteira com a Bélgica, ao norte e ao oeste; com a Alemanha, ao leste; e com a França, ao sul. Sua capital é a cidade de Luxemburgo. A capital, juntamente com Bruxelas e Estrasburgo, é uma das três sedes oficiais das instituições europeias. Em Luxemburgo, está sediada a Corte Europeia de Justiça, a corte suprema da União Europeia.

Em 1815, Luxemburgo foi reconhecido como Estado autônomo pelo Congresso de Viena. Com o Tratado de Londres, de 1839, perdeu metade de seu território para a Bélgica em troca de maior autonomia. A partir de 1842, o país integrou com a Prússia uma união aduaneira (*Zollverein*). O crescimento econômico de Luxemburgo à época decorreu, em grande medida, da exploração das minas de carvão. A independência plena foi alcançada em 1867. Em 1918, Luxemburgo estreitou relações com a Bélgica estabelecendo, em 1921, a União Econômica Belgo-Luxemburguesa (UEBL).

Ocupado pela Alemanha durante as duas Grandes Guerras, Luxemburgo reergueu-se após os conflitos valendo-se da formação, em 1944, com a Bélgica e os Países Baixos, da União do Benelux, ainda hoje vigente.

A participação luxemburguesa no processo de integração europeia foi bastante ativa desde os primórdios. O Grão-Ducado integrou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A partir dos anos 60, verificou-se a consolidação do Grão-Ducado como importante mercado financeiro, favorecida pelo aprofundamento do processo europeu de integração. Apesar de sua população reduzida, a cidade de Luxemburgo tornou-se um centro de negócios cosmopolita. Foi um dos membros fundadores da atual União Europeia. Em 1999, aderiu à zona do euro.

A língua falada pelos habitantes nativos de Luxemburgo é o luxemburguês, um dialeto do alemão enriquecido por muitas palavras e frases francesas. Luxemburguês é a língua nacional, enquanto o alemão e o francês são línguas de administração.

Luxemburgo tem uma grande proporção de estrangeiros vivendo dentro de suas fronteiras. Quase metade da população total é de origem estrangeira e consiste principalmente de portugueses, franceses, italianos, belgas e alemães.

O clima de Luxemburgo é ameno, usualmente quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Bruxelas (cumulatividade – Luxemburgo)	Embaixador João Mendes Pereira (desde abril de 2022)
Cônsul-Geral do Brasil em Bruxelas (cumulatividade – Luxemburgo)	Embaixador Achilles Emilio Zaluar Neto (desde janeiro de 2023)
Embaixadora de Luxemburgo em Brasília	Embaixadora Béatrice Kirsch (desde agosto de 2022)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	**Número de edições**	**Último encontro**
Mecanismo de Consultas Políticas	2	Março de 2022, em Brasília

As relações brasileiras com o Grão-Ducado foram estabelecidas em 1911. Historicamente, Luxemburgo destacou-se como parceiro importante na industrialização brasileira, por meio da criação da Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje a companhia indiano-luxemburguesa ArcelorMittal.

Em 2017, o embaixador Carlo Krieger apresentou suas cartas credenciais e tornou-se o primeiro embaixador residente do Grão-Ducado no Brasil, na sequência da criação da primeira e, até o momento, única embaixada residente de Luxemburgo na América Latina. Em se considerando o número reduzido de missões diplomáticas do Grão-Ducado, a decisão revelou a importância atribuída pelo país ao Brasil. A Embaixada do Brasil em Bruxelas se ocupa cumulativamente do relacionamento com Luxemburgo.

VISITAS E ENCONTROS RECENTES

No campo político, o grão-duque Henri realizou visita de Estado ao Brasil em novembro de 2007, acompanhado da Grã-Duquesa Maria Teresa. O programa da visita incluiu passagens por Ouro Preto, São Paulo, Ribeirão Preto e Vitória. O grão-duque também realizou visitas ao Brasil em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20, e em 2016, por ocasião da Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, na condição de membro do Comitê Olímpico Internacional (COI).

As visitas ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, em 2013, 2016 e 2018, também contribuíram para o estreitamento dos laços bilaterais.

Em novembro de 2014, o Ministério das Finanças e a Câmara de Comércio do Grão-Ducado de Luxemburgo organizaram missão político-empresarial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

multissetorial ao Brasil. A delegação luxemburguesa, chefiada pelo grão-duque herdeiro, o Príncipe Guillaume, e conduzida pelo ministro das Finanças, Pierre Gramegna, promoveu seminário em São Paulo sobre os aspectos econômicos e financeiros da relação bilateral. A visita culminou com reunião entre o grão-duque herdeiro e o então vice-presidente Michel Temer.

Em maio de 2024, o ministro Mauro Vieira manteve reunião com o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros de Luxemburgo, Xavier Bettel, à margem da reunião ministerial da OCDE, em Paris. Na ocasião, revisaram temas econômicos, o conflito israelo-palestino e a negociação do acordo MERCOSUL-União Europeia.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Mais recentemente, Luxemburgo passou a ocupar lugar de destaque como origem de investimentos estrangeiros. A praça financeira luxemburguesa cursa US$ 4 trilhões em investimentos. Fundos de investimento sediados em Luxemburgo canalizam, por exemplo, cerca de ¼ dos fundos globais investidos na China e cerca de ¾ dos fundos europeus que investem no país asiático.

No Brasil, pelo critério de país investidor imediato, Luxemburgo mantinha, em 2022, investimentos de US$ 81,3 bilhões (3º maior). Pelo critério de país controlador final, o montante é de US$ 19,3 bilhões (15º maior). A diferença decorre do fato de Luxemburgo atuar como país-sede de empresas intermediárias, que atuam na canalização de investimento direto de países controladores finais (notadamente a China) para o Brasil.

Os principais setores beneficiados por investimentos originados de Luxemburgo são: extração de petróleo e gás natural, telecomunicações, produtos alimentícios, metalurgia, extração de minerais metálicos e celulose e produtos de papel.

Adicionalmente, Luxemburgo é o quinto país que mais recebe investimentos diretos brasileiros. Em 2022, segundo o Banco Central, o estoque de investimentos brasileiros no Grão-Ducado havia atingido US$ 33 bilhões.

No campo comercial, o Brasil é o principal parceiro comercial de Luxemburgo na América Latina, tendo a corrente chegado a US$ 100,2 milhões em 2024, representando queda de 16,4% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras para Luxemburgo foram de US$ 45,8 milhões (-37,3%), e as importações desde Luxemburgo, de US$ 54,4 milhões (+16,2%). O saldo comercial bilateral foi deficitário para o Brasil em US$ 8,6 milhões. Luxemburgo figurou no 125º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,01% do total, e o país ocupa o 91º lugar no ranking das importações brasileiras (0,02% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (47%) e máquinas para metalurgia (14%). A pauta importadora é composta por barras de ferro e aço, barras, cantoneiras e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

perfis (16%); pneus de borracha (14%); e equipamentos de telecomunicações (8,9%).

CONSULTAS POLÍTICAS

Em junho de 2021, ocorreu a primeira reunião de consultas políticas entre Brasil e Luxemburgo, em nível de secretários, por videoconferência. A segunda reunião ocorreu menos de um ano depois, em março de 2022, em Brasília, também em nível de secretários.

ASSUNTOS CONSULARES

Em Luxemburgo, a comunidade brasileira é estimada em 10.000 cidadãos, atendidos pelo Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas. O Brasil conta com Cônsul Honorário em Luxemburgo.

O Grão-Ducado, por sua vez, possui Embaixada em Brasília, Consulado-Geral Honorário em São Paulo, e Consulados Honorários em Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Florianópolis, Fortaleza e Recife.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O Grão-Ducado de Luxemburgo é uma monarquia constitucional parlamentar, cuja Constituição data de 1868. O sistema político luxemburguês conta atualmente com um chefe de Estado, o grão-duque Henri, com função honorífica, embora constitucionalmente investido de poder executivo, e um chefe de governo, o primeiro-ministro.

O Poder Executivo é exercido, de fato, pelo primeiro-ministro, escolhido pelo grão-duque, que lidera o Conselho de ministros. A Câmara dos Deputados, órgão legislativo unicameral, conta com 60 membros eleitos para mandato de cinco anos por sufrágio universal direto obrigatório para os cidadãos com mais de 18 anos. O país divide-se em quatro circunscrições eleitorais, 12 cantões e 105 comunas, das quais 12 delas têm estatuto de cidade, sendo Luxemburgo a mais importante.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO (*D'CHAMBER*)

Base governista (35 cadeiras – 58%)	
Partido Cristão Social (CSV, centro-direita)	21
Partido Democrático (PD, centro-direita)	14
Oposição (25 cadeiras – 42%)	
Partido Socialista dos Trabalhadores de Luxemburgo (LASP, centro-esquerda)	11
Partido Reformista da Alternativa Democrática (ADR, extrema-direita)	5
Os Verdes (centro-esquerda)	4
Partido Pirata (defensor da democracia direta)	3
A Esquerda (esquerda)	2

CONTEXTO RECENTE

Em outubro de 2023, ocorreram eleições parlamentares em Luxemburgo. Embora LASP e PD tenham conseguido aumentar suas participações no parlamento – 10 para 11 cadeiras para os socialistas e 12 para 14 para os liberais -, a queda expressiva no número de votos para Os Verdes – que caem de nove cadeiras para apenas quatro – inviabilizou a permanência da coalizão liderada por Xavier Bettel.

Em novembro de 2023, concluídas as negociações entre o CSV e o PD, foi oficializado o novo governo luxemburguês, em cerimônia presidida pelo grão-duque Henri. Luc Frieden, líder do CSV, assumiu o cargo de primeiro-ministro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

substituindo Xavier Bettel, que foi nomeado chanceler. Para além do primeiro-ministro, cada partido da nova coalizão designou sete ministros.

Entre as políticas do novo governo anunciadas por Luc Frieden, tiveram destaque medidas para apoiar o poder de compra dos luxemburgueses, por meio de alterações à tabela de imposto de renda e de apoio à moradia. Frieden também anunciou uma "mudança de paradigma" na pauta ambiental, com investimentos previstos em energias renováveis, transporte público e vias para ciclistas. Outras áreas indicadas como prioritárias foram a economia competitiva, com ênfase na digitalização; a segurança pública; e a família, com anúncio de aumento da licença-paternidade.

ELEIÇÕES DE JUNHO DE 2024 PARA O PARLAMENTO EUROPEU

As eleições para o Parlamento Europeu em Luxemburgo refletiram apenas parcialmente a tendência, registrada na Alemanha e na França, de aumento da influência dos partidos mais à direita do espectro político. O partido conservador ADR (ECR) obteve seu primeiro assento europeu, enquanto o liberal DP (Renew Europe), de centro-direita perdeu um de seus dois parlamentares. Os vencedores das eleições foram os cristãos-democratas do CSV (EPP), partido do primeiro-ministro Luc Frieden, que manteve seus dois assentos. O socialista LSAP (S&D) manteve um parlamentar, assim com os verdes do Gréng (Greens).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Grão-Ducado do Luxemburgo é influenciada por sua geografia e sua posição como um dos centros financeiros mundiais. A dimensão do Grão-Ducado e sua posição geográfica entre a França e a Alemanha inserem a integração europeia com relevância na sua política externa.

O país foi pioneiro no processo de integração continental, participando ativamente da fundação do Benelux (1944) e da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952). Em 1957, junto com a Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália e os Países Baixos, assinou o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), embrião do que viria a tornar-se a União Europeia. A cidade de Luxemburgo é uma das três sedes oficiais das instituições europeias, com Bruxelas e Estrasburgo. Luxemburgo é ainda membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1961. Embora membro ativo desses organismos internacionais, Luxemburgo tem atuação internacional discreta, dedicando atenção especial aos temas econômicos e financeiros internacionais.

A chancelaria luxemburguesa reafirma como prioridades a proteção dos interesses do país e de seus cidadãos, bem como a defesa da soberania, da independência e da liberdade do Grão-Ducado. Na visão luxemburguesa, o comércio, além de criar prosperidade, promove a paz entre as nações. Assim, Luxemburgo posiciona-se a favor do fortalecimento do mercado comum europeu e defende o sistema de comércio multilateral baseado em regras.

No terreno da defesa, a despeito do pequeno tamanho de suas forças armadas, Luxemburgo tem prestado contribuição a missões de paz. Participou, dentre outras, da UNPROFOR e ISOFOR (antiga Iugoslávia), SFOR (Bósnia e Herzegovina) e ISAF (Afeganistão).

As relações de Luxemburgo com a União Europeia têm caráter primordial. Luxemburgo entende que a UE deve reforçar sua dimensão social para atender às expectativas de qualidade de vida de seus cidadãos. Assim, o atual governo buscou se comprometer, em nível europeu, com a implementação de conquistas como o salário-mínimo, a rede de apoio aos desempregados e os instrumentos de proteção social básicos.

A cooperação com os países do Benelux é elemento estratégico da política externa, seja essa cooperação realizada por meio de projetos transfronteiriços entre os três países membros, seja em âmbito europeu e internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ECONOMIA

A economia de Luxemburgo teve desempenho muito superior ao dos demais integrantes da zona do euro no período posterior à crise de 2008 até a atualidade. Há crescente interesse no impacto que a digitalização poderá provocar em segmentos do setor financeiro como a contabilidade, a coleta e o processamento de dados, bem como a verificação de contratos, o que impulsiona os esforços de diversificação econômica.

A economia de Luxemburgo é notável por suas conexões estreitas com o resto da Europa, uma vez que o país é pequeno demais para criar um mercado interno autossustentável. A prosperidade de Luxemburgo baseava-se originalmente na indústria de ferro e aço, que na década de 1960 representava até 80% do valor total das exportações.

No final do século XX, o vigor econômico do país derivava principalmente de seu envolvimento em serviços bancários e financeiros internacionais. No século XXI, tecnologia da informação e comércio eletrônico também se tornaram componentes importantes da economia de Luxemburgo. O resultado da adaptabilidade e cosmopolitismo do país é um padrão de vida alto.

O PIB de Luxemburgo é majoritariamente baseado em serviços (cerca de 87%), seguido do setor industrial (cerca de 13%), enquanto a agricultura contribui com parcela ínfima do agregado (menos de 0,3%). O país possui índice de Gini de 0,34 e é considerado um país com baixa concentração de renda entre seus habitantes.

O governo de Luxemburgo mantém interesse em promover maior diversificação da economia. A preocupação com a diversificação econômica remonta à década de 70, quando o colapso do setor siderúrgico obrigou o Grão-Ducado a reinventar-se como praça financeira internacional, apostando em sua localização geográfica central, no multilinguismo, na estabilidade política e na abertura a investimentos. Como parte do esforço de diversificação econômica, Luxemburgo tem buscado promover o desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta, como tecnologia verde, biomedicina, logística, segurança cibernética e comunicação por satélite.

Luxemburgo tem fortalecido sua estratégia de atração de instituições financeiras com objetivo de consolidar-se como um centro internacional de gerenciamento de ativos. O Grão-Ducado é o segundo maior hub de fundos de investimento no mundo.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2022

Em 2022, as exportações totais chegaram a 16,3 bilhões de euros, uma variação de 15,6% com relação ao ano anterior. Os principais destinos das exportações são a Alemanha (27% do total), França (15%), Bélgica (12%). Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

principais produtos da pauta de exportação são: maquinaria e reatores nucleares (13%), ferro e aço 12%, e plásticos (11%).

Luxemburgo importou cerca de 25,2 bilhões de euros, uma variação de 14,4% com relação ao ano anterior. Os principais parceiros de importação são a Bélgica (36% do total), Alemanha (27%), França (12%). Os principais produtos importados são: combustíveis minerais e óleos (14%); veículos, exceto ferroviários (12%); e maquinaria e reatores nucleares (8,5%). A balança comercial do país ficou deficitária em 8,9 bilhões de euros em 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1354	O Condado de Luxemburgo torna-se Ducado.
1437	A dinastia dos Condes de Luxemburgo passa aos Habsburgos da Espanha.
1715	Os principados do Norte passam ao poder dos Habsburgos da Áustria.
1815	A partir do Congresso de Viena, Luxemburgo transforma-se em Grão-Ducado atribuído ao rei da Holanda, Guilherme de Nassau, passando a integrar a Confederação Germânica.
1831	A parte sul do território passa para a Bélgica e o restante fica na posse do rei da Holanda, embora integrado à Confederação Germânica.
1839	Tratado de Londres confirma o estatuto de independência de Luxemburgo, conferido pelo Congresso de Viena.
1867	Após dissolução da Confederação Germânica, Luxemburgo alcança a soberania, sob o estatuto de neutralidade.
1868	Constituição define o país como monarquia constitucional parlamentarista.
1914	Na I Guerra Mundial, a Alemanha ocupa o Grão-Ducado, violando o status de neutralidade do país.
1940	Durante a II Guerra Mundial, é novamente ocupado por tropas alemãs e a família real, que apoiara os Aliados, exila-se na Inglaterra.
1945	Luxemburgo é membro fundador da ONU.
1946	Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos formam União Aduaneira, o Benelux.
1948	O Grão-Ducado abandona a neutralidade, unindo-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1952	Membro constituinte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que viria a se tornar a União Europeia.
1999	Luxemburgo adota o euro como moeda.
2000	O grão-duque Henri torna-se chefe de Estado de Luxemburgo com a abdicação de seu pai, o grão-duque Jean.
2019	Falecimento do grão-duque Jean.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1911	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Luxemburgo.
1942	Visita ao Brasil do grão-duque herdeiro Jean.
1965	Visita oficial do grão-duque Jean e da Grã-Duquesa Charlotte ao Brasil.
1990	O vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Exterior e da Cooperação, Jacques F. Poos, chefiou a Missão especial luxemburguesa às cerimônias de posse do presidente Fernando Collor de Mello.
1992	O primeiro-ministro Jacques Santer chefiou a delegação luxemburguesa à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro.
2001	Visita ao Brasil da vice-primeira-ministra e ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior, Lydie Polfer.
2007	Visita do vice-primeiro-ministro e chanceler Jean Asselborn ao Brasil.
2007	Visita do grão-duque Henry e da grã-duquesa Maria Teresa ao Brasil.
2012	Visita do grão-duque Henry ao Brasil, por ocasião da Rio+20.
2013	Visita do chanceler Jean Asselborn ao Brasil.
2014	Visita ao Brasil do grão-duque herdeiro, Guillaume, acompanhado da Princesa Stéphanie de Lannoy e do ministro das Finanças, Pierre Gramegna.
2016	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, ao Brasil.
2016	Visita do grão-duque Henry, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos.
2018	Inauguração da Embaixada do Grão-Ducado em Brasília, a primeira na América Latina, com presença do chanceler Jean Asselborn.
2018	Visita do vice-primeiro-ministro e ministro da Economia, Étienne Schneider, ao Brasil.
2024	Encontro entre o chanceler Mauro Vieira e o vice-primeiro ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros de Luxemburgo, Xavier Bettel, à margem da reunião ministerial da OCDE, em Paris.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Acordo sobre Passaportes	24/08/1957	Em vigor
Convenção sobre Seguros Sociais	16/09/1965	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	08/11/1978	Em vigor
Acordo de Previdência Social	22/06/2012	Em vigor
Acordo Sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada	25/09/2018	Tramitação Ministérios
Acordo sobre Serviços Aéreos	22/11/2018	Em vigor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

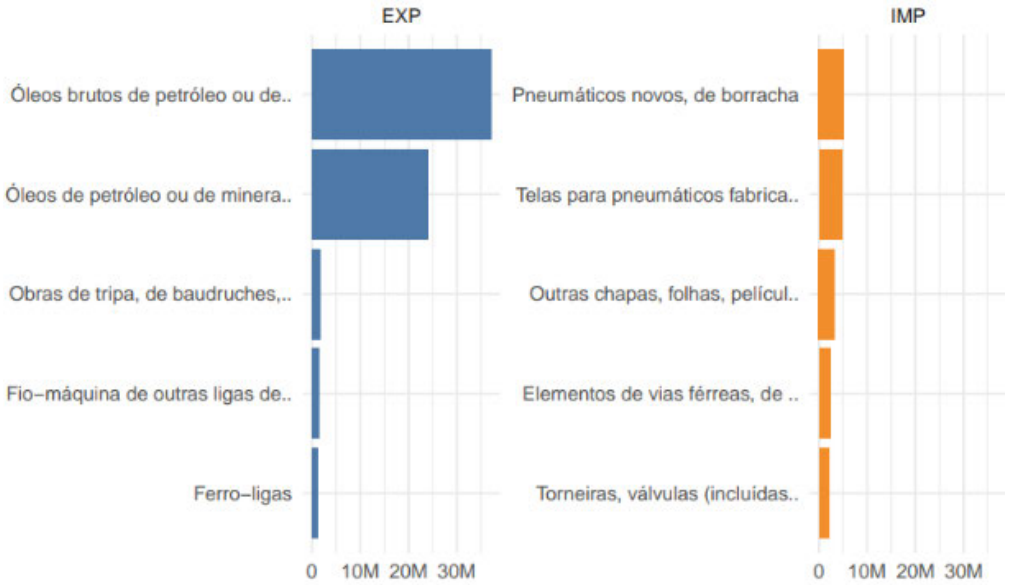
Fluxo de comércio anual

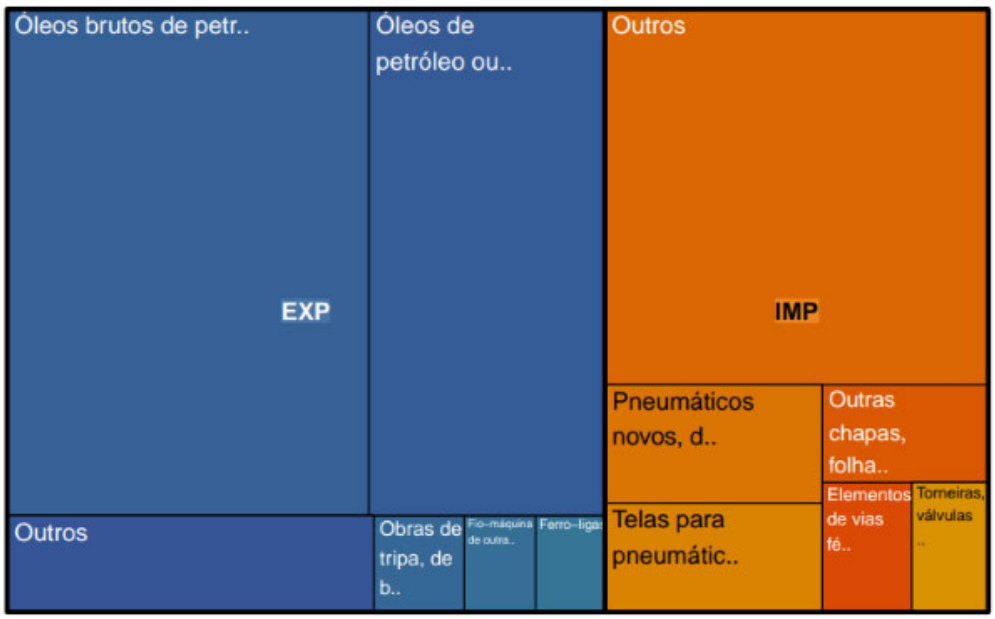
	2023	2022	2021	2020	2019
Exportacoes	73.035M (-7.9%)	79.300M (23.6%)	64.173M (27.3%)	50.426M (-63.1%)	136.567M (304.1%)
Importacoes	46.842M (-9.4%)	51.725M (-20.6%)	65.185M (64.6%)	39.596M (19.2%)	33.224M (-44.3%)
Saldo	26.2M (-5.01%)	27.6M (2 623.89%)	-1.0M (-109.35%)	10.8M (-89.52%)	103.3M (300.32%)
Corrente	119.88M (-8.51%)	131.02M (1.29%)	129.36M (43.70%)	90.02M (-46.98%)	169.79M (81.79%)

	2018	2017	2016	2015	2014
Exportacoes	33.792M (8.6%)	31.115M (183.9%)	10.959M (-69.9%)	36.380M (112.2%)	17.140M (-46.1%)
Importacoes	59.607M (45.7%)	40.916M (-67.5%)	126.028M (42.0%)	88.769M (22.4%)	72.532M (-18.2%)
Saldo	-25.8M (-363.39%)	-9.8M (-108.52%)	-115.1M (-319.64%)	-52.4M (-194.58%)	-55.4M (-197.30%)
Corrente	93.40M (29.66%)	72.03M (-47.42%)	136.99M (9.46%)	125.15M (39.56%)	89.67M (-25.57%)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais produtos da pauta comercial em 2023

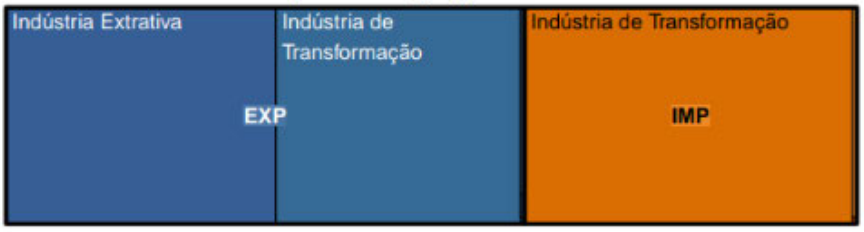




ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

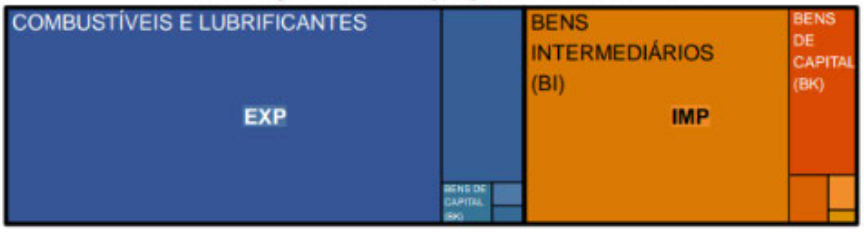
Classificações do comércio em 2023

Classificação ISIC agregado até Dezembro

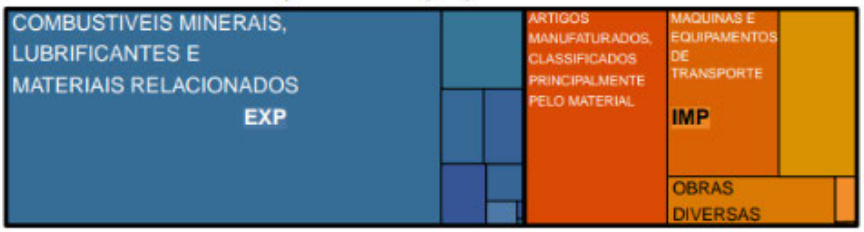


Classificação Fator Agregado agregado até Dezembro

Classificação CGCE agregado até Dezembro



Classificação CUCI agregado até Dezembro

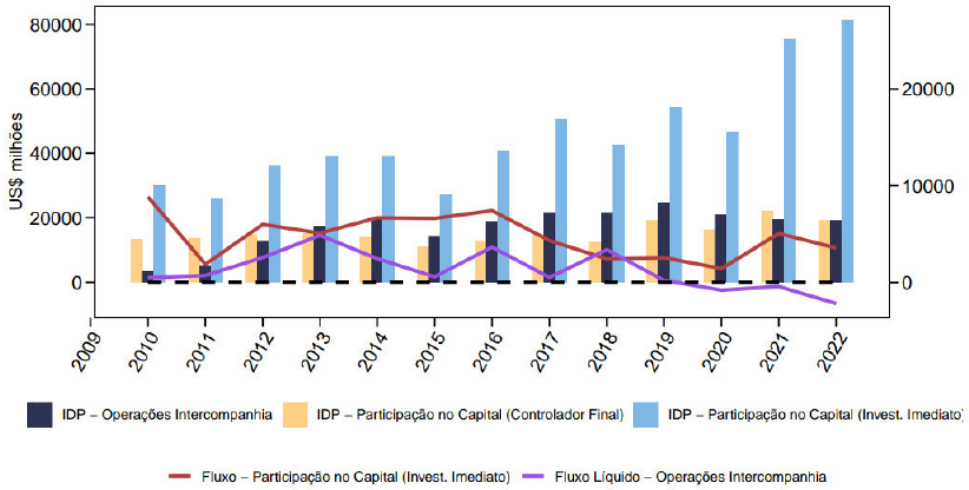


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Banco Central do Brasil.

Investimentos luxemburgueses no Brasil

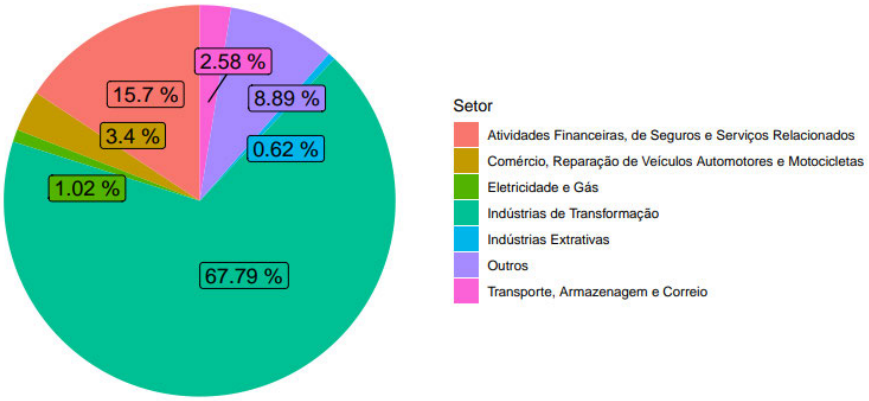


Dado	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	8819.02	1867.21	5965.36	5067.28	6659.46	6598.69
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	471.40	707.32	2569.99	4843.25	2448.12	574.04
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	13197.81	13552.42	14902.30	15049.46	14022.90	10977.50
IDP-Operações Intercompanhia	3235.31	5017.43	12745.30	17371.92	19813.54	14130.65
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	30114.44	26043.88	36056.81	39110.41	38960.60	27063.25

Dado	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	7394.75	4305.30	2421.57	2552.38	1420.51	5030.23	3537.72
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	3638.34	512.82	3373.04	202.37	-811.65	-437.46	-2194.92
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	12793.75	14858.60	12435.15	19321.47	16297.73	22067.28	19267.01
IDP-Operações Intercompanhia	19005.86	21527.74	21481.35	24700.16	20880.46	19478.30	19316.42
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	40877.40	50416.10	42499.84	54211.32	46799.60	75536.20	81307.33

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

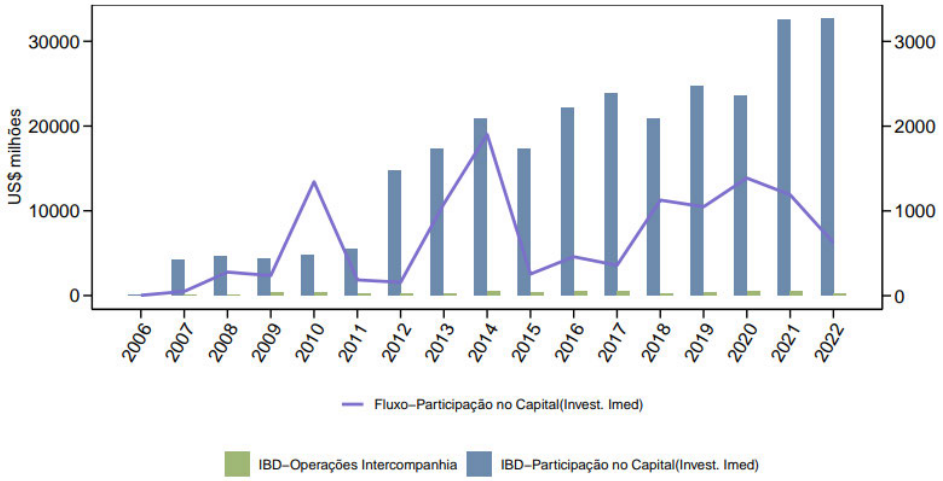
Setor dos investimentos luxemburgueses no Brasil (2022)



Setor	valor.Invest Imediato	valor.Control Final
Indústrias Extrativas	19223.04	118.86
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	4926.80	654.87
Eletricidade e Gás	4108.24	196.10
Indústrias de Transformação	30250.94	13061.64
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	10641.58	3024.11
Transporte, Armazenagem e Correio	806.19	497.64
Outros	11350.53	1713.77

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Investimentos brasileiros em Luxemburgo



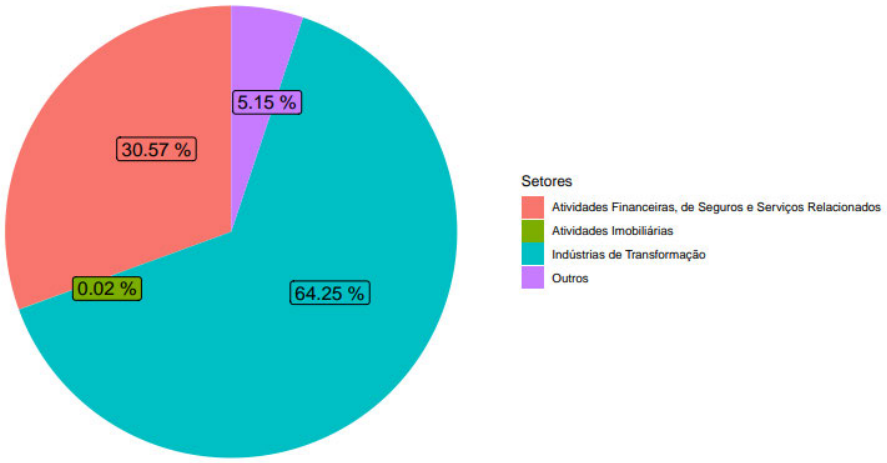
Dado	2006	2007	2008	2009	2010
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	4259.21	4602.71	4357.76	4795.89
IBD-Operações Intercompanhia	0.00	28.35	39.64	320.39	343.17
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	3.00	49.00	277.00	235.00	1342.47

Dado	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	5427.66	14721.58	17352.88	20874.38	17364.27	22206.39
IBD-Operações Intercompanhia	144.49	213.36	183.91	549.68	347.00	448.19
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	184.71	156.29	1082.88	1901.31	253.88	457.80

Dado	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	23805.83	20863.70	24669.75	23531.02	32472.23	32669.25
IBD-Operações Intercompanhia	528.50	182.94	354.47	449.27	522.00	203.58
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	356.87	1126.08	1047.29	1386.19	1188.69	623.49

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Setor dos investimentos brasileiros em Luxemburgo (2022)



Setores	Valores
Atividades Imobiliárias	8.15
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	0.00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	9988.37
Indústrias de Transformação	20988.90
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0.00
Outros	1683.82

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 8, DE 2025

(nº 187/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 187

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de fevereiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00040/2025 MRE

Brasília, 14 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Belarus, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.000991/2025-87

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 207/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 19/02/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6442526** e o código CRC **25944327** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000991/2025-87 SEI nº 6442526

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA*
CPF: informações pessoais
ID: 5773/OAB

1959	Filho de informações pessoais e informações pessoais , nasce em informações pessoais em informações pessoais
Dados Acadêmicos:	
1984	Bacharel em Direito, Universidade de Brasília (UnB)
1986	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - CPCD- IRBr
1998	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2003	Mestre em Administração Pública pela JFK School of Government, Universidade de Harvard
2011	Curso de Altos Estudos - IRBR. Tese: "As negociações sobre munições agregadas (cluster munitions) no âmbito das Nações Unidas e a chamada diplomacia paralela (Processo de Oslo): foros complementares ou antagônicos?
Cargos:	
1987	Terceiro-secretário
1994	Segundo-secretário
2000	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2014	Ministro de segunda classe, por merecimento
Funções:	
1988-91	Divisão de Privilégios e Imunidades, assistente
1991-93	Embaixada em Windhoek, terceiro-secretário
1994-97	Missão junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington, segundo-secretário
1997-2000	Embaixada em Assunção, segundo-secretário
2000-01	Gabinete do Secretário-Geral Adjunto, assistente
2001	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assistente
2001-03	Subsecretaria-Geral de Política Bilateral, assistente
2003-05	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, assistente
2005	Departamento de Integração, assistente
2005-07	Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul (DMC), assistente
2007-10	Representação junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra, conselheiro
2010-13	Embaixada em Camberra, conselheiro
2013	Subsecretaria-Geral Política I, assessor técnico
2013-16	Divisão da Organização dos Estados Americanos, chefe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2016-21	Consulado-Geral em Milão, cônsul-geral adjunto
2021-	Consulado-Geral em Vancouver, cônsul-geral adjunto
Condecorações:	
2001	Ordem do Mérito Aeronáutico - Brasil, oficial
2009	Ordem do Mérito Militar - Brasil, oficial
2011	Medalha Mérito Tamandaré - Brasil, oficial
2023	Ordem do Rio Branco - Brasil, grande oficial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Europa e América do Norte (SEAN)
Departamento de Europa (DEU)
Divisão de Europa Central e Oriental (DECEO)

BELARUS

FICHA-PAÍS
Documento Ostensivo
Atualizado em janeiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Belarus
GENTÍLICO	Belarusso
CAPITAL	Minsk
ÁREA	207.600 km^2 (equivalente ao Estado do Paraná)
POPULAÇÃO (2024)	9,1 milhões (Banco Mundial)
IDIOMAS	Belarusso (oficial; 36,7%); Russo (oficial; 62,8%), outros (Polonês e Ucraniano; 0,5%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos Ortodoxos Russos (82%); Católicos (14%); minorias de Protestantes, Judeus e Muçulmanos
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (bicameral)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Aleksandr LUKASHENKO (desde 20.07.1994)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Roman GOLOVCHENKO (desde 04.06.2020)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Maxim RYZHENKOV (desde 27.6.2024)
PIB nominal (2023)	US$ 68,8 bilhões (74ª economia do mundo) (Banco Mundial)
PIB PPP (2023)	US$ 221,1 bilhões (73ª economia do mundo) (Banco Mundial)
PIB *per capita* (2023)	US$ 7.477 (Banco Mundial)
PIB PPP *per capita* (2023)	US$ 22.551 (Banco Mundial)
IDH (2024)	0.801 (69ª posição) (PNUD)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2024)	100%
EXPECTATIVA DE VIDA (2024)	72 anos (Banco Mundial)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	3,6% (Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	Rublo belarrusso (BYN)
EMBAIXADOR NO BRASIL	*cargo vago*
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	20

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – Fonte: MDIC)

BRASIL → BELARUS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	**908,4**	**558,5**	**842,5**	**526,4**	**441,1**	**555,7**	**691,5**	**732,3**	**598,0**	**551,6**	**379,5**	**378,7**	**52,7**
Importações	837,4	545,0	764,5	514,4	430,7	543,2	591,0	594,2	541,8	535,3	372,9	372,4	47,1
Exportações	71,1	13,4	74,0	12,0	10,4	12,4	100,5	138,2	56,2	16,3	6,6	6,4	5,6
Saldo	-766,3	-531,5	-694,5	-502,4	-420,4	-530,8	-490,6	-456	-485,7	-518,5	-366,4	-366,0	-41,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Aleksandr LUKASHENKO
Presidente da Belarus

Nasceu em Kopys, na Belarus, a 30 de agosto de 1954. Formou-se em História pelo Instituto de Pedagogia de Mogilev, em 1975, e em Economia pela Academia de Agricultura da Belarus, em 1985. Depois de servir nos destacamentos de fronteira, entre 1975 e 1977, chefiou um departamento do Comitê Komsomol (a União Comunista da Juventude), em Mogilev, de 1977 até 1978. Entre 1980 e 1982, serviu no Exército Soviético. Nos anos seguintes trabalhou na administração de empresas agrícolas e de construção na região de Mogilev. Começou carreira política em 1990 com a eleição para o Parlamento (Assembleia Nacional). Lukashenko foi o único deputado belarusso que votou contra a dissolução da URSS, em 1991. Como parlamentar, destacou-se na causa do combate à corrupção. Elegeu-se Presidente da República em 1994, na primeira eleição após a independência. Em 1996, convocou referendo que reformou a Constituição, concentrando poderes no Executivo. Reelegeu-se consecutivamente em 2001, 2006, 2010, 2015 e 2020 (em 2004, por meio de novo referendo, aboliu a proibição às reeleições sucessivas). Suas gestões foram caracterizadas pela concentração do poder, mas também pela relativa estabilidade econômica e social (sobretudo em comparação com outros países da antiga URSS). As eleições de 9 de agosto de 2020, no entanto, foram seguidas dos maiores protestos populares desde a chegada de Lukashenko ao poder. É casado, tem três filhos e cinco netos.

Roman GOLOVCHENKO
Primeiro-Ministro da Belarus

Nasceu em 10 de agosto de 1973, em Zhodzina, na Belarus. Em 1996, formou-se no Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou, adjunto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia. De 1997 a 2002, trabalhou como especialista na Secretaria de Estado do Conselho de Segurança da Belarus. Entre 2002 e 2005, foi vice-chefe do Departamento da Procuradoria-Geral da República. Entre 2005 e 2006, foi conselheiro principal no Departamento de Política Externa da Administração do Presidente da Belarus. De 2006 a 2009, foi conselheiro principal do Departamento de Cooperação de Segurança Internacional e do Departamento de Segurança Internacional da Secretaria de Estado, ambos do Conselho de Segurança da Belarus. Em 2009, serviu na Embaixada da Belarus em Varsóvia, na Polônia. Entre 2009 e 2013 foi o primeiro vice-chefe do Comitê Estatal para a Indústria Militar da Belarus. De 2013 a 2018, atuou como embaixador da Belarus em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, sendo responsável cumulativamente pelo Catar, Kuaite e Arábia Saudita. Fala inglês, árabe, alemão e polonês. É casado e tem 3 filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Maskim RYZHENKOV
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Belarus

Nasceu em Minsk, em 19/06/1972 (52 anos). Graduou-se, em 1994, em Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade Estatal Belarussa (BGU). Em 2003, graduou-se em Administração local e estatal na Academia de "Management" da Presidência da República. Ingressou no serviço exterior belarusso em 1994, sendo lotado no Departamento de Cooperação Bilateral e, posteriormente, no Departamento de Estados Unidos e Canadá. No período de 1996-2000, serviu na Embaixada da Belarus em Tel Aviv, em Israel. Entre 1996-2000, foi também chefe do setor de eventos do Serviço Estatal de Protocolo. Entre 2000 e 2003, atuou como chefe do Departamento da OSCE e do Conselho da Europa. De 2003 a 2005, serviu como ministro-conselheiro na Embaixada da Belarus em Varsóvia, na Polônia. Entre 2005 e 2006, atuou como chefe do Departamento das Américas. No período de 2006 e 2012, foi chefe do Departamento de Política Externa da Presidência da República. De 2012 a 2014, atuou como assessor da Presidência para questões de esportes, educação física e desenvolvimento do turismo. Entre 2015 e 2017, foi o primeiro vice-presidente do Comitê Olímpico Nacional da Belarus. Desde 21/12/2016, ocupava o cargo de primeiro vice-chefe da Presidência da Belarus. Ele também acumulava, desde 2014, a presidência da Federação Belarussa de Basquete e era membro da Federação Belarussa de Xadrez. É o ministro dos Negócios Estrangeiros da Belarus desde 27 de junho de 2024. Fala inglês e polonês. É casado e tem uma filha.

Sergey LUKASHEVICH
Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1977 (47 anos), em Kuntsevschina, região de Minsk. Graduado pela Faculdade de Relações Internacionais da Universidade Estatal da Belarus em Economia Mundial e Relações Econômicas Internacionais (1999). 2000-2002 – Ministério dos Negócios Estrangeiros (MID), Departamento de Ucrânia e Moldávia. 2002-2006 – Embaixada da Belarus no Uzbequistão. 2006-2008 – Divisão para a América Latina do MID. 2008-2012 – Embaixada da Belarus na Argentina. 2012-2014 – Departamento de Política Global e Cooperação Humanitária do Departamento de Diplomacia Multilateral. 2014-2016 – Embaixada da Belarus no Brasil. 2016-2017 – chefe do Departamento do Corpo Diplomático do Serviço de Protocolo do MID. 2017-2019 – chefe-adjunto do Serviço de Protocolo e chefe do Departamento de Visitas do Protocolo do MID. 2019-2020 – Embaixada da Belarus na Espanha. 2020-2021 – Encarregado de Negócios da Embaixada da Belarus na Espanha. 2021-2024 – Embaixador da Belarus no Brasil e, cumulativamente, no Paraguai e no Uruguai. Em 20 de maio de 2024 assumiu o atual cargo de Primeiro Vice-Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos Negócios Estrangeiros da Belarus. Fala espanhol, inglês e português. Casado, tem dois filhos.

Evgeny SHESTAKOV
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1969, em Volgograd, na Rússia. Graduou-se pela Universidade Pedagógica de Línguas Estrangeiras Estatal de Minsk. Em 1993, ingressou no serviço diplomático como Adido do Departamento de Relações Bilaterais e Cooperação Regional. De 1993 a 1995, serviu na Embaixada da Belarus em Vilnius, na Lituânia. Entre 1995 e 1998, trabalhou na Secretaria de Assuntos Gerais e Jurídicos. De 1998 a 2003, serviu na Embaixada da Belarus em Moscou, na Rússia. Em 2003, foi diretor do Departamento de Trabalho Organizacional e Documentação. Entre 2004 e 2008, foi chefe da Direção Principal de Organização e Controle. De 2008 a 2016, atuou como embaixador da Belarus em Roma, na Itália, sendo também o representante permanente junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Desde março de 2016, é vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. Fala inglês, francês, lituano e italiano. É casado e tem dois filhos.

Dmitriy DEREVINSKIY
Chefe do Departamento de América Latina

Nasceu em 1979, em Minsk, na Belarus. Graduou-se, em 2002, na Faculdade de Espanhol da Universidade Lingüística Estatal de Minsk. De 2016 a 2018, serviu na Embaixada da Belarus em Caracas, na Venezuela. Entre 2018 e 2022, serviu na Embaixada da Belarus em Buenos Aires, na Argentina. Em novembro de 2020, o então embaixador da Belarus na Argentina, Vladimir Astapenko pediu demissão. Após a demissão de Astapenko, por "prática de delito incompatível com o exercício do serviço diplomático", Dmitriy Derevinsky tornou-se o Encarregado de Negócios na Argentina, responsável cumulativamente por Uruguai, Paraguai e Peru. Desde o começo de 2022, é o chefe do Departamento de América Latina. Fala espanhol e inglês. É divorciado e tem dois filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

O Brasil e a Belarus estabeleceram relações diplomáticas em 10 de fevereiro de 1992. Em 2001, a Belarus abriu consulado-geral no Rio de Janeiro e, em 2010, inaugurou embaixada em Brasília. A Embaixada do Brasil em Minsk, por sua vez, foi aberta em junho de 2011. Além do Brasil, os únicos países latino-americanos com embaixadas em Minsk são a Venezuela e Cuba. O Brasil é também o único país de língua portuguesa com representação diplomática na Belarus.

Por ocasião dos 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Belarus, comemorados em 10 de fevereiro de 2017, ocorreu troca de cartas entre o então Senhor Ministro de Estado, José Serra, e o então ministro dos Negócios Estrangeiros belarusso, Vladimir Makei. Da mesma forma, foram trocadas cartas entre o então Senhor ME, Carlos França, e Vladimir Makei, em 10 de fevereiro de 2022, por ocasião do 30º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas.

ENCONTROS DE ALTO NÍVEL

Entre os encontros bilaterais de alto nível, destaca-se a visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros belarusso, Sergei Martynov, em outubro de 2004, quando foi assinado acordo bilateral que prevê isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais (vigente desde 25 de novembro de 2016).

O presidente Aleksandr Lukashenko realizou visita ao Brasil em março de 2010, quando se encontrou, no Rio de Janeiro, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, naquela que foi a primeira e única visita de um chefe de Estado da Belarus ao Brasil.

Em junho de 2012, Martynov voltou a visitar o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Em julho de 2015, a presidente Dilma Rousseff e o presidente Aleksandr Lukashenko mantiveram encontro à margem da 7ª Cúpula dos BRICS, em Ufa, na Rússia.

Em 23 setembro de 2022, o então ME, Carlos França, e o então ministro belarusso, Vladimir Makei, realizaram reunião bilateral à margem da 77ª Sessão da Assembleia Geral da ONU.

Atendendo a convite do presidente da Belarus, o embaixador do Brasil em Minsk reuniu-se, em 10 de agosto de 2023, com o presidente Aleksandr Lukashenko, no Palácio Presidencial, quando o presidente belarusso convidou o presidente Lula a visitar o país.

CONSULTAS POLÍTICAS

Em novembro de 2013, o então subsecretário-geral de Assuntos Políticos I, embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, manteve reunião, em Brasília, com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros belarusso, Aleksandr Guryanov. Na ocasião, firmou-se o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, bem como o Acordo de Isenção Parcial de Vistos.

Em outubro de 2015, o então diretor do Departamento de Europa, embaixador Oswaldo Biato, reuniu-se, em Brasília, com o diretor do Departamento das Américas belarusso, Oleg Kravchenko, naquela que seria a segunda reunião de consultas políticas.

Em outubro de 2017, o então diretor do Departamento da Europa, ministro Carlos Perez, visitou Minsk para a terceira reunião de consultas políticas, a primeira a ser realizada na Belarus. Pela parte belarussa, a reunião foi presidida pelo chefe do Departamento das Américas, Pavel Pustovoy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

Em fevereiro de 2010, o então governador do Estado de Goiás, Alcides Rodrigues Filho, acompanhado de delegação empresarial, visitou Minsk, quando foi assinado um acordo de cooperação entre o Estado de Goiás e a região de Minsk. Na visita de Lukashenko ao Brasil, em março de 2010, este manteve reunião com o então governador de Goiás. Na ocasião, foi assinado um memorando de intenções entre o Governo da Belarus e o Estado de Goiás sobre projetos conjuntos, em especial a possibilidade de criação de uma "joint venture" para a produção de tratores da "Minsk Tractor Zavod" (MTZ) e de caminhões pesados da 'Belarusian Automobile Plant' (BelAZ) naquele Estado.

Em março de 2016, delegação comercial da região de Mogilev, chefiada pelo presidente do Comitê Executivo, Vladimir Domanevsky, visitou Fortaleza, no Ceará. A delegação contou com representantes da filial regional da Câmara de Comércio e Indústria da Belarus e de empresas do país. Em novembro de 2016, delegação comercial do Estado do Ceará, chefiada pelo assessor internacional do Governo do Ceará, deputado Antonio Balhmann, visitou a região de Mogilev e a cidade e a região de Minsk.

Em julho de 2017, visitou o Brasil o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Evgeny Shestakov, que se reuniu com o subsecretário-geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais, embaixador Santiago Mourão, para discutir temas de comércio e cooperação econômica. Naquela ocasião foi assinado o **Memorando de Entendimento para a criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica**.

Em novembro de 2017, delegação oficial belarussa chefiada pelo vice-primeiro-ministro, Anatoly Kalinin, visitou o Brasil. Kalinin manteve reuniões no Itamaraty, Ministério de Minas e Energia, Casa Civil do Distrito Federal e Governo dos Estados de Goiás e São Paulo. Na ocasião, foi realizada, em Brasília, a **primeira reunião da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica**, presidida, do lado brasileiro, pelo embaixador Santiago Mourão, e do lado belarusso, pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Evgeny Shestakov. Além disso, realizou-se, em São Paulo, uma rodada de matchmaking e o primeiro fórum de negócios "Brasil-Belarus".

Entre os dias 27 e 30 de novembro de 2023, visitou o Brasil delegação de alto nível liderada pelos presidentes do Banco Central da Belarus, Pavel Kallaur, do Banco de Desenvolvimento, Aleksandr Egorov, da Associação de Bancos, Mikhail Provorov, e da companhia de fertilizantes Belaruskali (BKK), Aleksey Skraga. Em São Paulo, o grupo reuniu-se com representantes de bancos individuais potencialmente interessados em conduzir negócios recusados pela maior parte do sistema financeiro nacional, em decorrência das sanções impostas ao governo da Belarus. Em Brasília, reuniram-se com o presidente do Banco Central (BACEN), Roberto Campos.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

O então ministro da Justiça, Dr. Torquato Jardim, realizou visita a Minsk em junho de 2018. Tratou-se da primeira visita de ministro de Estado do Brasil à Belarus. Foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Memorando de Entendimento entre os ministérios da Justiça do Brasil e da Belarus.

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Em outubro de 2005, ocorreu a primeira visita oficial de delegação parlamentar brasileira à Belarus, liderada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, deputado Aroldo Cedraz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em setembro de 2015, foi realizada nova visita de delegação parlamentar brasileira, liderada pelo segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados, deputado Fernando Giacobo.

COOPERAÇÃO EM ORGANISMOS MULTILATERAIS

Com relação à atuação conjunta no quadro dos mecanismos de integração das organizações internacionais, cabe recordar o histórico positivo do relacionamento: a Belarus apoia o pleito brasileiro a um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado, bem como costuma adotar posições próximas às do Brasil na maioria das questões em pauta das Nações Unidas e demais organismos internacionais. Da mesma forma, a Belarus costuma votar nos candidatos brasileiros nas eleições para os organismos internacionais, independentemente de troca de votos.

Em 2023, o governo belarusso apoiou a candidatura brasileira para o mandato o Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas para o mandato de 2024-2026; a candidatura brasileira à reeleição ao Conselho Executivo da Organização Marítima Internacional (IMO), categoria "B", mandato 2024-2025; a candidatura do embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto para o Comitê de Contribuições (CoC) das Nações Unidas; a candidatura do senhor Leontino Rezende Taveira para o cargo de Secretário-Geral Adjunto (SGA) da União para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV); a candidatura do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, à Junta de Auditores das Nações Unidas (BoA), mandato 2024-2030; a candidatura da Secretária Juliana Gaspar Ruas à reeleição no Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), mandato 2024-2026; a candidatura da Doutora Thelma Krug para a presidência do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e a candidatura da senadora Mara Gabrilli ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), mandato 2025-2028.

Destoa, no entanto, do quadro em geral positivo, o desconforto das autoridades belarussas ante o voto brasileiro no Conselho de Direitos Humanos, no sentido da recondução do "Special Rapporteur" para a Belarus e o apoio brasileiro a declarações em foros internacionais críticas à situação dos direitos humanos no país, particularmente após as eleições presidenciais contestadas de 9 de agosto de 2020 e o aumento da repressão do governo local em relação à oposição.

Em agosto de 2020, o Brasil emitiu nota oficial com o seguinte teor: "The Brazilian government follows with concern the developments in the aftermath of the August 9 presidential election in Belarus, in particular the reports of violence carried out against peaceful demonstrations. (…) Brazil urges the political forces in that country to engage in a broad dialogue and to peacefully settle their differences, with due respect for fundamental rights and the principle of popular sovereignty."

Apesar de, tradicionalmente, o Brasil não se associar a intervenções sobre a situação de outros países nos foros multilaterais de direitos humanos, em vista da grave situação na Belarus após as eleições de 2020, o governo brasileiro julgou oportuno aderir a declarações conjuntas com o objetivo de chamar a atenção para violações de direitos humanos. Nesse contexto, podem ser destacadas a intervenção proferida no âmbito da III Comissão em outubro de 2020, bem como a declaração sobre liberdade de imprensa durante a 47ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, em julho de 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

A Belarus está em processo de acessão à Organização Mundial do Comércio (OMC). As condições políticas, no entanto, retiraram a expectativa dessa acessão no curto prazo. Nesse contexto, o Brasil e a Belarus estão mantendo tratativas para reintrodução do Brasil no Sistema Geral de Preferências (SGP) da União Econômica Euroasiática (UEE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMÉRCIO BILATERAL

O Brasil é tradicionalmente o principal parceiro comercial da Belarus na América Latina. O comércio bilateral é tradicionalmente deficitário para o Brasil, devido às importações de grandes quantidades de cloreto de potássio. Segundo o Comex Stat, as importações brasileiras alcançaram US$ 1,48 bilhão (2011), US$ 837 milhões (2012), US$ 545 milhões (2013), US$ 768 milhões (2014), US$ 514 milhões (2015), US$ 431 milhões (2016), US$ 543 milhões (2017), US$ 591 milhões (2018), US$ 594 milhões (2019), US$ 542 milhões (2020), US$ 535 milhões (2021), US$ 373 milhões (2022), US$ 372 milhões (2023) e US$ 47 milhões (2024).

As exportações brasileiras, por sua vez, foram de US$ 71,1 milhões (2012), US$ 13,5 milhões (2013), US$ 74 milhões (2014), US$ 12 milhões (2015), US$ 10,4 milhões (2016), US$ 12,4 milhões (2017), US$ 100 milhões (2018), US$ 138 milhões (2019), US$ 56,2 milhões (2020), US$ 16,3 milhões (2021), US$ 6,6 milhões (2022), US$ 6,36 milhões (2023) e US$ 5,6 milhões (2024). Desde 2020, houve redução sensível no volume das exportações brasileiras, impactadas pelas sanções impostas pelos países ocidentais principalmente sobre acordos bancários e o transporte logístico.

Em 2024, a corrente de comércio entre o Brasil e a Belarus totalizou US$ 52,7 milhões, redução acentuada de 86% em comparação a 2023, novamente por conta das referidas sanções.

Em geral, os principais produtos importados pelo Brasil se constituíram de: Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos); Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes e outros produtos.

Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2024 foram: Amendoins (69% do total); Elementos químicos, inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (5,2% do total); Matérias brutas de animais (5,1%); Café não torrado (4,5% do total); Demais produtos da indústria de transformação (4,2%); e outros produtos com menor participação global.

EMBRAER

A Embraer participou ativamente da renovação da frota de aeronaves da Belavia, que chegou a contar com 17 aviões fabricados pela empresa brasileira (3 do modelo 195E2, 7 do modelo 195 e 7 do modelo 175) - alguns dos quais resultaram de "leasing", logo não necessariamente foram contrapartida no comércio bilateral. Seguindo as sanções dos países ocidentais, a Embraer suspendeu a assistência técnica de seus aviões ainda em operação pela Belavia. Isso motivou queixa belarussa na OACI. Informou-se ao governo belarusso tratar-se de empresa privada sobre a qual o governo brasileiro não tem ingerência. De acordo com as informações disponíveis, restam apenas 5 aeronaves na frota da referida empresa aérea.

PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS

Em abril de 2018, o chefe do escritório da Apex-Brasil para a Eurásia, com sede em Moscou, Almir Américo, visitou Minsk com o objetivo de consolidar canais de diálogo com instituições belarussas, buscar oportunidades para empresas brasileiras e diversificar a pauta comercial bilateral.

Desde fevereiro de 2023, quando foi oficialmente aberto o Setor de Promoção Comercial e Investimentos (SECOM) da Embaixada em Minsk, foram desenvolvidas uma série de atividades de promoção comercial destinadas a aumentar as exportações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileiras, reduzindo o déficit comercial estrutural com a Belarus, e a identificar novas oportunidades de comércio e investimentos.

Em 14 de fevereiro de 2023, realizou-se evento de "cupping" de cafés especiais brasileiros organizado pelo cafeólogo Edgard Bressani, reconhecido internacionalmente como sendo uma das mais importantes personalidades do ramo do café.

Entre 21 e 23 de junho de 2023, foi realizada visita à região de Grodno, terceira maior cidade da Belarus. A agenda do embaixador do Brasil teve encontro com o governador, Vladimir Karanik, bem como visitas às empresas "Grodno Tobacco Factory Neman" (cigarros, tabaco), "Grodno Azot" (químicos, fertilizantes), "Grodno Meat Processing Plant" (carnes e embutidos) e "Glassfactory Neman" (vidro, cristal).

Entre 12 e 14 de julho de 2023, foi realizada visita à região de Vitebsk, quarta maior cidade e capital cultural da Belarus, e também à cidade de Orsha. Além de encontro com o governador, Aleksandr Subbotin, o Embaixador participou da abertura do "Slaviansky Bazaar", na presença do Presidente Lukashenko, e visitou as empresas "Vitstroytekhmash" (elevadores), "Polymerconstruction" (purificação de água) e "Orsha Linen Mill" (tecidos e produtos de linho).

COOPERAÇÃO CULTURAL

O festival de arte urbana "Vulica Brasil" foi realizado pelo posto em 5 edições – 2014, 2015, 2016, 2017 e 2019. O evento fez grande sucesso e mudou a personalidade não apenas de uma rua ("vúlitsa" é "rua" em belarusso), mas de um bairro inteiro de Minsk. Ao longo dos anos, tornou-se símbolo da cooperação entre o Brasil e a Belarus e um dos principais projetos da diplomacia cultural brasileira. Em suas várias edições, o projeto teve o apoio da Embaixada do Brasil, da Prefeitura de Minsk e do Ministério da Cultura da Belarus.

Foram pintados mais de 40 grandes murais no centro de Minsk e em áreas próximas à rua Oktyabrskaya (que passou a ser também conhecida como "rua Brasil"). Hoje, a rua abriga cafés, centros culturais, escritórios e galerias, tendo se transformado em uma galeria de arte a céu aberto. Artistas brasileiros de renome internacional como OSGEMEOS, Speto, Ramon Martins e Bruno Big deixaram suas marcas na cidade. O festival alcançou outras áreas de Minsk, com pinturas em fachadas de edifícios, bondes, vagões de metrô e pontes. Até a fachada do prédio da Embaixada ganhou uma enorme pintura de OSGEMEOS. Além da arte de rua, o Vulica Brasil promoveu exibições fotográficas, exposições, instalações e seminários com artistas e arquitetos e urbanistas. Os dias de encerramento do evento se tornaram uma tradicional festa, com arte, música ao vivo e danças brasileiras, atraindo milhares de pessoas.

Em sua última edição, em 2019, o Festival contou com a participação de mais de 400 voluntários, além de artistas que sempre trabalham como entusiastas do projeto. O festival também promoveu visitas aos orfanatos de Uzda, Rudensk, Zhodino e Cherven. Em 2021, o festival ganhou nova vida no Brasil com a criação do "Instituto de Arte e Sustentabilidade Vulica Brasil", em Brasília. Em novembro de 2021, foi feito o lançamento de livro eletrônico sobre a história do festival, ocasião em que, por uma semana, foram realizadas palestras, "workshops" e a exposição de obras e de fotografias do evento.

Em 2023, com o relaxamento das medidas sanitárias relacionadas à pandemia de COVID-19, a Embaixada em Minsk retomou a cooperação cultural por meio da realização de uma série de eventos culturais.

Entre 3 e 13 de março de 2023, foi realizada no "Palácio das Artes", em Minsk, a exposição "Encontro com o Brasil: um olhar distante". O projeto envolveu 16 artistas plásticos locais, convidados a produzir obras inspiradas na imagem que possuem do Brasil. A exposição incluiu a realização no mesmo espaço de eventos variados sobre a cultura brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Entre 21 e 30 de junho e entre 12 de julho e 27 de agosto de 2023, foram realizadas mostras itinerantes da exposição "Encontro com o Brasil: um olhar distante" nas cidades de Grodno e de Vitebsk, capitais das regiões homônimas. Dada a receptividade das mostras itinerantes, as cidades de Gomel, Brest e Mogilev, capitais das outras três regiões da Belarus, manifestarem interesse em futuramente acolher a exibição.

Entre 29 de novembro e 3 de dezembro de 2023, foi realizado o III Festival de Cinema Brasileiro, no cinema Pioner, em Minsk. Na ocasião, foram exibidos os filmes "Elis e Tom", "Pureza", "Eduardo e Mônica", "Pixinguinha" e "As Verdades", todos com legendas em russo. Ao todo foram realizadas sete projeções para um público estimado de 600 pessoas. Dado o sucesso dessa iniciativa, está previsto para breve o início do funcionamento de cineclube na embaixada, que exibirá, mensalmente, um filme brasileiro com legendas russas.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Em 2015, o Brasil e a Belarus firmaram Acordo de Cooperação em Matéria de Educação (o acordo entrou em vigor a 5 de agosto de 2019).

Em julho de 2023, dois alunos da Universidade Estatal da Belarus (BGU) participaram de curso de verão, com duração de 15 dias, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destinado a promover a língua portuguesa e o ensino da história, geografia, política, cultura e formação da sociedade brasileira.

Em 14 e 15 de setembro de 2023, a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Goulart Almeida, realizou visita a Minsk com o objetivo de aprofundar as relações acadêmicas entre a UFMG e instituições congêneres belarussas. Na ocasião, firmou memorandos de entendimento com a Universidade Estatal da Belarus (BGU), a Universidade Econômica Estatal da Belarus (BGEU) e a Universidade Estatal de Informática e Radiodifusão (BGUIR).

Como resultado da parceria, a UFMG ofereceu 4 bolsas para o curso de verão de 2024, bem como convidou professor de português da BGEU para realizar curso no Brasil, com duração de 6 meses, para aprimorar a formação no ensino de português. Ofereceu também 12 vagas em curso de português online, desenvolvido especialmente para alunos estrangeiros. Além das três universidades antes mencionadas, essas vagas contemplarão estudante da Universidade estatal Yanka Kupala, em Grodno.

ASSUNTOS CONSULARES

O setor Consular da Embaixada foi aberto em junho de 2019. Emite passaportes e documentos, presta assistência à pequena comunidade brasileira no país e a belarussos e estrangeiros interessados em visitar o Brasil, bem como disponibiliza atendimento de plantão para emergências.

A entrada em vigor do Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração, em novembro de 2016, resultou no aumento da presença de brasileiros em visita à Belarus. Em 2018, foi divulgado na imprensa local que durante a Copa do Mundo de Futebol realizada na Rússia transitaram pela Belarus cerca de mil brasileiros. Não foram reportados incidentes de qualquer natureza. Desde 2020, com as restrições impostas pela pandemia de COVID-19 e, posteriormente, com as sanções contra a Belarus, que limitaram o transporte aéreo, houve redução substantiva do número de turistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político belarusso é altamente centralizado. O presidente Aleksandr Lukashenko, no poder desde 20.07.1994, concentra quase todo o poder político: detém as prerrogativas de nomear todos os membros do Conselho de Ministros, dissolver a Assembleia Nacional e designar governadores das regiões. O Legislativo atua, sobretudo, como órgão legitimador dos projetos do Executivo.

Em consequência do controle estatal da economia e das restrições a manifestações populares e à atuação de organismos da sociedade civil, os poucos polos alternativos de poder detém pouco espaço. Nesse contexto, a oposição veicula ideias sobretudo por meio da internet, o que limita as possibilidades de surgimento de projetos alternativos viáveis. Ainda que as vitórias eleitorais de Lukashenko pareçam incontestáveis — uma vez que não há, entre os opositores, candidatos com reais chances de vitória —, as cifras oficiais dão ensejo a protestos populares, à prisão de manifestantes e ao recorrente esfriamento das relações com os países ocidentais, a cada ciclo eleitoral.

O presidente Lukashenko elegeu-se presidente da Belarus em 20 de julho de 1994, na primeira eleição após a independência. De acordo com a Constituição de 1994, as eleições presidenciais seguintes deveriam ter sido realizadas em 1999. No entanto, em novembro de 1996, Lukashenko estendeu o seu mandato até 2001, através de referendo. Lukashenko foi reeleito na eleição subsequente, em 9 de setembro de 2001. Em outubro de 2004, o resultado de um referendo pôs fim ao limite de mandatos presidenciais e permitiu ao presidente concorrer e ganhar um terceiro mandato, em 19 de março de 2006, um quarto mandato, em 19 de dezembro de 2010, um quinto mandato, em 11 de outubro de 2015, e um sexto mandato em 9 de agosto de 2020.

ÚLTIMAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

O resultado oficial da eleição presidencial de 9 de agosto de 2020 foi o seguinte: Aleksandr Lukashenko, candidato da situação, reeleito presidente, com 80,1% dos votos; Svetlana Tikhanovskaya, candidata da oposição, 10,1% dos votos; Outros candidatos, 9,8% dos votos. O resultado foi contestado e eclodiram protestos de rua generalizados contra o que a oposição considerou como uma nova fraude eleitoral. Os protestos assemelharam-se à revolução do “Euromaidan” na Ucrânia, no início de 2014. Lukashenko reprimiu os protestos e permanece no poder. A polícia belarussa encarcerou centenas de manifestantes e levou alguns líderes da oposição ao exílio.

ATUAÇÃO DA OPOSIÇÃO NO EXTERIOR

Refugiada na Lituânia, a candidata da oposição na eleição de 2020, Svetlana Tikhanovskaya, defende a imposição de sanções contra o regime da Belarus. Ela afirma que mais de 36 mil belarussos teriam sido presos durante os protestos. Muitos manifestantes deixaram o país.

De acordo com o comitê de investigação do governo belarusso, 4.691 processos criminais foram iniciados desde 9 de agosto de 2020. Segundo a organização local de proteção de direitos humanos "Viasna", haveria atualmente mais de 1.217 prisioneiros políticos na Belarus. O número de detenções teria aumentado após o início da guerra na Ucrânia, em fevereiro de 2022.

SANÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2 de outubro de 2020, o Conselho Europeu impôs medidas restritivas a 44 pessoas identificadas como responsáveis por suposta repressão a manifestantes pacíficos, membros da oposição e jornalistas. Entre as medidas figuram a proibição de viajar à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

União Europeia (incluindo trânsito) e o "congelamento" de bens (incluindo fundos de investimentos e contas em bancos).

Em 6 de novembro de 2020, o Conselho Europeu adicionou à lista de sanções 15 membros do governo belarusso, incluindo o presidente Lukashenko e seu filho e assessor de segurança nacional, Viktor Lukashenko.

Em 17 de dezembro de 2020, foram acrescentados à lista outras 36 pessoas e entidades, incluindo empresários e empresas que se beneficiam do governo de Lukashenko e o apoiam.

INTERCEPTAÇÃO DO VOO DA RYANAIR

Em 3 de maio de 2021, o governo belarusso interceptou um voo da Ryanair que sobrevoava o espaço aéreo da Belarus, obrigando-o a pousar em Minsk, para deter o jornalista Roman Protasevich e sua companheira russa Sofia Sapega, que se encontravam em uma lista de procurados, medida que contribuiu para aumentar o isolamento do país.

Em 23 de maio de 2021, em razão do desvio e aterrissagem forçada de voo da Ryanair em Minsk, o Conselho Europeu anunciou o cancelamento de ligações aéreas da Belarus com a Europa ocidental.

Em 4 de junho de 2021, o CE decidiu reforçar as sanções à Belarus e proibiu o acesso de qualquer aeronave belarussa a aeroportos da União Europeia e a seu espaço aéreo, duro golpe para a empresa Belavia.

Em 21 de junho de 2021, o Conselho Europeu anunciou sanções a mais 78 pessoas e 8 entidades belarussas – dessa forma, a lista geral chegou a 166 pessoas e 15 entidades. Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia, além de Islândia, Liechtenstein e Noruega se somaram aos países que tinham adotado sanções contra a Belarus.

Em 24 de junho de 2021, o Conselho Europeu decidiu impor sanções setoriais contra a Belarus. O novo pacote incluiu a proibição do transporte e comércio de certos tipos de fertilizantes à base de potássio, derivados de petróleo, tabaco. Entre as sanções anunciadas também estão o bloqueio de acesso de representantes do governo belarusso e de bancos estatais ao mercado financeiro europeu.

Em 9 de agosto de 2021, para marcar o primeiro aniversário dos protestos contra a reeleição, os belarussos se manifestaram no exterior, especialmente na Polônia e na Ucrânia, destino de exílio de muitos refugiados. Os Estados Unidos, Canadá e Reino Unido anunciaram novas sanções contra pessoas físicas e jurídicas belarussas. As sanções atingiram os setores de defesa e material bélico, segurança, energia, fertilizantes, tabaco, construção civil e transportes, incluindo a empresa estatal "Belaruskali" (potássio) e o Comitê Olímpico Nacional Belarusso.

MIGRANTES NA FRONTEIRA

No contexto de distanciamento do Ocidente e aproximação com a Rússia, a Belarus é acusada de patrocinar, a partir de 2021, guerra híbrida contra seus vizinhos, principalmente a Polônia e a Lituânia, inclusive com a facilitação do trânsito de migrantes provindos sobretudo do Oriente Médio, com destino à Europa.

Em 15 de novembro de 2021, a UE alterou o seu regime de sanções e alargou os critérios de listagem para permitir visar indivíduos e entidades que organizam ou contribuem para atividades que facilitam a passagem ilegal das fronteiras externas da UE.

Em 2 de dezembro de 2021, a UE adotou o quinto pacote de sanções contra as contínuas violações dos direitos humanos e a instrumentalização de migrantes. Foram impostas medidas restritivas a mais 17 indivíduos e 11 entidades, visando membros proeminentes do poder judiciário, meios de comunicação utilizados para propaganda, políticos influentes e empresas que ajudaram a incitar politicamente a passagem ilegal de migrantes pelas fronteiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARTICIPAÇÃO NA INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA

Em 24 de fevereiro de 2022, a Belarus apoiou a invasão da Ucrânia pela Rússia. Apesar de o governo belarusso ter resistido à pressão da Rússia para participar diretamente na guerra, seu território e instalações logísticas foram utilizadas pelas forças russas, no ataque ao flanco nordeste da Ucrânia, no início da guerra.

Em 25 de fevereiro de fevereiro de 2022, a EU sancionou 42 funcionários do Ministério da Defesa, militares e autoridades belarussas em relação à atividades contra a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia.

Em 2 de março de 2022, a UE introduziu novas restrições ao comércio de tabaco, minerais, potássio, madeira, cimento, ferro, aço e borracha. As novas medidas também proibiram a exportação para a Belarus de bens e tecnologia de dupla utilização, que possam contribuir para o desenvolvimento militar, tecnológico, de defesa e de segurança.

Em 9 de março de 2022, a UE adotou novas medidas visando o setor financeiro belarusso, que proibiram uma série de interações e transações financeiras com a Belarus.

Em 8 de abril de 2022, a UE proibiu o transporte rodoviário russo e belarusso de carga dentro da UE, inclusive em trânsito. Até o momento, a UE adotou sanções contra um total de 235 indivíduos e 34 entidades belarussas.

ELEIÇÕES PARLAMENTARES E PRESIDENCIAIS

Em fevereiro de 2022, o governo belarusso emendou a Constituição para que Lukashenko possa concorrer por mais dois mandatos, o que o permitirá permanecer no poder até 2035, quando completaria 81 anos.

Em fevereiro de 2023, Lukashenko alterou a lei sobre os partidos políticos, restringindo o seu número para apenas quatro, leais ao governo.

Em janeiro de 2024, Lukashenko modificou a lei sobre o presidente da República da Belarus, concedendo ao presidente imunidade vitalícia contra processos judiciais e aumentando os requisitos para concorrer à presidência - os candidatos terão que ter vivido na Belarus por pelo menos 20 anos e não poderão ter qualquer vínculo com país estrangeiro, medida que impede a candidatura de Svetlana Tsikhanouskaya, exilada na Lituânia.

Houve eleições parlamentares na Belarus em 25 de fevereiro de 2024 e as próximas eleições presidenciais serão realizadas em 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA EXTERNA

Na esfera regional, a Belarus é membro da “Comunidade dos Estados Independentes” (CEI), da “União de Estados entre Belarus e Rússia”, da “União Econômica Euroasiática” (UEE) e da “Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO).

Desde a independência, a política exterior da Belarus se caracterizava por movimentos pendulares em direção à Rússia e ao Ocidente, alternativamente, de modo a extrair vantagens de um e outro parceiro, sem comprometer a liberdade de ação e o modelo político. À Rússia, o país sinalizava com a eventual integração das estruturas políticas e econômicas construídas por Moscou. À União Europeia, acenava com a abertura política, abandonada tão logo Moscou aceitasse fazer novas concessões econômicas.

O quadro se modificou com os protestos que se seguiram às últimas eleições presidenciais. Isolado politicamente, Lukashenko afastou a Belarus do Ocidente, aproximando-a da Rússia.

RELAÇÕES COM A RÚSSIA

A Rússia é o maior parceiro político, econômico e militar da Belarus. Para a Rússia, o país constitui a fronteira ocidental do que se convencionou chamar "exterior próximo", e tem-se demonstrado um aliado fiel e constante. Para a Belarus, a Rússia é o destino de quase toda sua produção industrial e agrícola, bem como uma "pátria grande" de referência para a maior parte da população.

Apesar disso, o relacionamento bilateral era marcado, até a pouco, por contradições e sutilezas de que não dá conta o estereótipo do "país satélite de Moscou". Os dois países tinham arestas importantes no relacionamento bilateral e divergências em suas políticas externas com relação à Europa e ao espaço ex-soviético.

A partir da crise eleitoral de 2020, os dois países estreitaram as relações e reavivaram um antigo projeto político da década de 1990, a União de Estados entre a Rússia e a Belarus. Em 1997 a Belarus e a Rússia assinaram um tratado de aproximação política e econômica, que previa a formação de uma União de Estados. O tratado - proposto por Lukashenko, que imaginava então superar Boris Yeltsin e presidir ele mesmo a união - ficou adormecido até 2020, quando, diante do que pareceu a Putin excessiva inclinação de Minsk para o Ocidente, o Kremlin o tirou da gaveta e vem desde então promovendo a sua conclusão jurídica e prática.

A cooperação militar no âmbito dos exercícios militares russo-belarussos "Zapad" resultou, em 2021, na presença militar russa permanente no território belarusso. Em fevereiro de 2022, a Rússia atacou a Ucrânia a partir do território belarusso. Há também relatos de que o grupo paramilitar russo Wagner estaria treinando soldados do exército belarrusso.

Em junho de 2023, a Belarus começou a receber armas nucleares tácticas russas, cujas entregas foram oficialmente concluídas em dezembro passado. Após o estacionamento das armas nucleares russas no território da Belarus, o país anunciou, em janeiro de 2024, a revisão de sua doutrina militar, assim como do conceito de segurança nacional, para prever, pela primeira vez, a possibilidade do uso de armas nucleares.

A Rússia é o principal parceiro comercial da Belarus. Em 2021, a Rússia respondeu por 49% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a Rússia US$ 16,4 bilhões e importou 41,8 bilhões.

RELAÇÕES COM A UCRÂNIA, A POLÔNIA E OS PAÍSES BÁLTICOS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Ucrânia, a Polônia e os países bálticos constituem, ademais da Rússia, as fronteiras que delimitam a vizinhança regional imediata da Belarus no contexto centro-leste europeu. A Belarus mantém com eles agenda multifacetada em que se reproduzem, grosso modo, as linhas de demarcação ideológica, política, militar e econômica entre a Rússia e o chamado "Ocidente". Por esta razão, o relacionamento da Belarus com os vizinhos é inseparável do relacionamento do país com a União Europeia e, em segundo plano, com os Estados Unidos.

Ucrânia: As relações políticas da Belarus com a Ucrânia eram intensas, alimentadas por visitas frequentes de alto nível. Em 2014, a Belarus não reconheceu oficialmente a incorporação da Crimeia à Rússia nem os resultados dos plebiscitos realizados no sudeste da Ucrânia. Em 2015, por iniciativa de Lukashenko, Minsk sediou cúpula entre Ucrânia, Rússia, Alemanha e França para negociações de cessar-fogo no conflito que eclodiu em abril de 2014, entre a Ucrânia e separatistas pro-Rússia. Mais de 100 empresas exportadoras belarussas atuavam no mercado ucraniano e pelo menos 10 empresas binacionais operavam na Ucrânia na montagem de tratores, caminhões e veículos pesados.

Em agosto de 2020, no entanto, o governo ucraniano não reconheceu o resultado das eleições presidenciais na Belarus. Em maio 2021, após o pouso forçado de avião da Ryanair em Minsk, a Ucrânia proibiu a passagem de aviões da Belarus no seu espaço aéreo. O governo ucraniano suspendeu também as importações da eletricidade da Belarus. Em setembro de 2021, Lukashenko acusou a Ucrânia de abrir uma “segunda frente” contra a Belarus e organizar “campos de treinamento” para treinar opositores com apoio dos EUA. Em fevereiro de 2022, a Belarus apoiou a invasão da Ucrânia pela Rússia, colocando o seu território à disposição das forças russas para atacarem a Ucrânia.

Em 2021, a Ucrânia foi o segundo principal parceiro comercial da Belarus. A Ucrânia respondeu por 8,5% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a Ucrânia US$ 5,4 bilhões e importou 1,5 bilhões. Depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, houve forte redução do comércio bilateral.

Polônia: Desde as eleições de agosto de 2020, a relação bilateral passa por séria crise, com expulsões mútuas de diplomatas e redução do número de funcionários nas respectivas embaixadas e consulados. Em 2021, o governo polonês viu o fluxo de imigrantes ilegais do Iraque, Síria e países africanos crescer assustadoramente em sua fronteira com a Belarus. Em outubro de 2021, o governo polonês anunciou que iria reforçar suas fronteiras com a Belarus destacando cerca de 10 mil soldados, além de investir US$ 400 milhões na construção de cercas de arame farpado.

Em 2021, a Polônia foi o quinto parceiro comercial da Belarus e respondeu por 4% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a Polônia US$ 2,08 bilhões e importou 1,19 bilhões.

Lituânia: Até a crise política de 2020 e a imposição de sanções contra a Belarus, o porto lituano de Klaipeda, no Mar Báltico, era uma das principais rotas de escoamento das exportações belarussas. O número de migrantes ilegais presos na Lituânia depois de cruzar as fronteiras da Belarus passou de 4 mil pessoas nos primeiros seis meses de 2021, comparados com 81 registros em todo o ano de 2020. A retomada da construção e operacionalização, a partir de 2021, da central nuclear belarussa de Ostrovets, próxima à fronteira com a Lituânia, também é motivo de disputas políticas.

Em 2021, a Lituânia foi o sétimo principal parceiro comercial da Belarus, respondendo por 2% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a Lituânia US$ 1,39 bilhões e importou US$ 610 milhões.

Letônia: Os belarussos são a segunda minoria nacional na Letônia (66 mil pessoas, ou cerca de 3,5% da população do país). Eram comuns visitas bilaterais de alto nível. A Letônia era importante parceiro comercial e fonte de investimentos na Belarus, assim como um importante corredor de trânsito para as exportações belarussas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

terceiros países. Existiam 322 empresas com capital letão operando na Belarus (comércio, serviços, madeira, produtos farmacêuticos, alimentos).

Em 2020, ao lado de países da UE e dos EUA, a Letônia não reconheceu a legitimidade das eleições presidenciais e aderiu aos pacotes de sanções dos Estados Bálticos e do Conselho da EU contra a Belarus. Em março de 2021, o regime de Lukashenko expulsou da Belarus toda a equipe de funcionários diplomáticos da Letônia, incluindo o embaixador, após acusar autoridades do país vizinho de ter usado uma bandeira branca e vermelha, símbolo da oposição belarussa, em um evento de hóquei no gelo. Em maio de 2021, os contatos em todos os níveis foram reduzidos. Relações diplomáticas e consulares foram completamente suspensas. Desde agosto de 2021, permanece em vigor estado de emergência na fronteira com a Belarus devido à crise migratória.

RELAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA

O relacionamento com a União Europeia era bastante complexo e nuançado, com a presença de importante delegação da UE e de grande número de embaixadas europeias em Minsk. Existiam inúmeros projetos de cooperação em curso, no âmbito de diversos programas europeus de desenvolvimento. A presença econômico-comercial, cultural, esportiva, turística europeia também era muito importante. O relacionamento se dava, alternativamente, seja no âmbito comunitário propriamente dito, seja no formato bilateral, com os distintos países membros da UE.

Em agosto de 2020, a União Europeia não reconheceu a legitimidade das eleições presidenciais belarussas. Em outubro de 2020, a UE tomou a decisão de manter a cooperação com a Belarus na Parceria para o Leste em nível não político e de intensificar a cooperação com entidades não-estatais. Em 28 de junho de 2021, as autoridades belarussas se retiraram da Parceria para o Leste.

Alemanha: Em 2021, a Alemanha foi o quarto principal parceiro comercial da Belarus e respondeu por 4,2% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a Alemanha US$ 1,67 bilhões e importou US$ 1,76 bilhões.

Países Baixos: Em 2021, os Países Baixos foram o sexto maior parceiro, respondendo por 3% do comércio exterior belarusso. A Belarus exportou para os Países Baixos US$ 2,18 e importou US$ 304,7 milhões daquele país.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

Desde o fim da URSS a Belarus manteve com os Estados Unidos relacionamento conturbado, que se agravou depois das eleições presidenciais de 2010. Na ocasião, foram retirados os embaixadores das respectivas capitais, bem como reduzido o número do pessoal diplomático permitido em cada embaixada. O relacionamento bilateral era pouco mais que protocolar, não obstante a presença de significativa diáspora belarussa nos EUA.

Entre 2015 e 2020 houve degelo paulatino nas relações entre Washington e Minsk, sem que o relacionamento entre as duas capitais tenha se normalizado completamente. Em paralelo com a aproximação entre a Belarus e a UE, os norte-americanos procuravam gradualmente elevar a importância da Belarus em sua política externa para o Leste Europeu. Várias visitas de alto nível foram realizadas. Em julho de 2017, uma delegação do Congresso dos EUA visitou a Belarus e participou de sessão da assembleia da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE, na sigla em inglês). A Belarus removeu o limite de diplomatas autorizados a trabalhar na embaixada dos EUA em Minsk, incluindo o embaixador. Em 2019, o consultor de Segurança Nacional John Bolton visitou a Belarus e se encontrou com o presidente Lukashenko. Em fevereiro de 2020, o então secretário de estado norte-americano, Mike Pompeo, visitou Minsk, onde se encontrou com o presidente Lukashenko e com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

chanceler Makei. A conversa teria sido sobre temas econômicos e a soberania e independência da Belarus. O presidente belarusso teria reiterado que a Belarus nunca poderia fazer parte de outro país, referência implícita à Rússia.

A partir da crise eleitoral de agosto de 2020, o degelo nas relações foi interrompido, com acusações de Lukashenko de que Washington tentava desestabilizar o país. A nova embaixadora dos EUA designada na Belarus, Julie Fisher, teve que permanecer em Vilnius. Seu agrément foi retirado, mas ela manteve o título de "embaixadora especial para a Belarus". Da capital lituana, coordena-se com a reduzida equipe de diplomatas mantida em Minsk.

Em 2021, os Estados Unidos foram o décimo principal parceiro comercial da Belarus e responderam por 1,2% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para os Estados Unidos US$ 490,8 milhões e importou US$ 529,4 milhões.

RELAÇÕES COM A CHINA

A cooperação com a China difere das anteriores pela ausência de óbices políticos, e é pautada por grande pragmatismo de lado a lado. A troca de visitas, inclusive em nível de chefes de Estado, é frequente. A presença de empresas chinesas no país é marcante, traduzindo-se em mobilidade humana e transferência de tecnologia e em uma percepção favorável à China entre a população local. Segundo o Ministério da Educação, há cerca de 3,6 mil estudantes chineses na Belarus.

As relações com a China são consideradas estratégicas para a política externa belarrussa. A Belarus integra a iniciativa chinesa "Belt and Road", na vertente de ligação entre a Europa e a Ásia. Em 2017 e 2019 o presidente Lukashenko participou dos foros internacionais sobre o tema em Pequim.

A cooperação militar e em matéria de segurança é um aspecto importante das relações bilaterais. Realizam-se exercícios conjuntos e o pessoal militar belarrusso e chinês recebe treinamento em instituições militares de ensino superior nos dois países. Unidades do Exército de Libertação Popular da China participaram várias vezes do desfile militar do Dia da Independência, em 3 de julho, em Minsk.

Em 2021, a China foi o terceiro principal parceiro comercial da Belarus, respondendo por 6% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a China US$ 867,4 milhões e importou US$ 4,07 bilhões.

Na prática, a China assumiu o posto de segundo maior parceiro comercial da Belarus, depois da Rússia. A corrente de comércio bilateral registra novos recordes históricos a cada ano que passa. Os principais produto belarussos exportados para a China são o potássio (usado para fertilizantes), produtos agrícolas e madeira processada. Há pelo menos 105 produtores agrícolas belarussos credenciados a exportar para a China, em setores como produtos lácteos, carne bovina congelada, carne de frango congelada e produtos de peixe processado. É também crescente o comércio de serviços entre a China e a Belarus, relacionado especialmente aos setores de construção, transporte e serviços tecnológicos e financeiros.

Os investimentos totais da China na Belarus eram estimados, em 2020, em US$ 104,5 milhões, incluindo investimentos diretos de US$ 54,4 milhões. O maior volume de investimento direto chinês é direcionada à indústria, construção, atividades de transporte e logística. Os maiores projetos de investimento são a construção de usinas hidrelétricas em Beshenkovitchi (Região de Vitebsk) e em Neman (Região de Grodno), a construção de um centro de logística na zona de comércio livre Grodnoinvest e o parque industrial-tecnológico "Great Stone" (Região de Minsk).

RELAÇÕES COM A ÁFRICA

A Belarus pretende aumentar o comércio com a África no futuro próximo. O país mira o continente africano na busca da expansão de mercado para seus produtos e aposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos laços históricos com a União Soviética, onde muitos chefes de estado africanos estudaram. A Belarus também busca fornecimento de matérias-primas e o país estaria disposto a aceitar pagamentos em recursos minerais dos países que eventualmente tenham dificuldades financeiras.

As empresas estatais belarussas "Minsk Tractor Zavod" (MTZ), de tratores, “Minsk Avtomobilny Zavod” (MAZ), de carros, e Belaruskaly, de fertilizantes, têm na África um importante mercado exportador. Há atualmente cerca de mil estudantes africanos matriculados em universidades belarussas. O governo belarusso estimou o volume de comércio Belarus-África, entre 2019 e 2021, em US$ 1,8 bilhão.

RELAÇÕES COM VENEZUELA E CUBA

As relações bilaterais com esses países sul-americanos são exemplos de relações entre países isolados que buscam apoio recíproco. No caso da Venezuela, a proximidade data do período de Hugo Chávez, que visitou a Belarus inúmeras vezes e era tido por Lukashenko como amigo pessoal, tendo lá aprendido o expediente dos referendos populares para instaurar uma ditadura mediante "a vontade do povo". A identidade ideológica e prática dos dois regimes favoreceu a aproximação, mas não muito mais que isso.

Maduro manteve a tradição iniciada por Chávez e visitou o país em 2017. O discurso foi o de praxe, com declarações de Lukashenko sobre o ritmo insatisfatório na implementação de projetos conjuntos, a lentidão na cooperação e nos laços comerciais, econômicos, industriais e em joint ventures para a fabricação de automóveis e tratores, exploração de petróleo e desenvolvimento de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ECONOMIA, COMÉRCIO EXTERIOR E INVESTIMENTOS

A composição do Produto Interno Bruto da Belarus é o seguinte: Serviços (51,1%), Indústria (48,8%) e Agricultura (8,1%). A antiga União Soviética concentrou neste país grande parte da indústria pesada e de alta tecnologia, o que o beneficiou na era pós-soviética. Embora a agricultura represente atualmente menos de 10% do PIB (em comparação com cerca de 20% no período soviético), o setor emprega quase 2 milhões de pessoas, mais de 20% da população total. Essa é uma das principais razões porque as empresas agrícolas são fortemente subsidiadas e o setor continua dominado por grandes fazendas estatais, responsáveis por 3/4 da produção agrícola.

A previsão dos analistas é de que Lukashenko não deve realizar reformas econômicas estruturais importantes no curto prazo e que continuará a focar na mitigação dos efeitos negativos das sanções impostas pelos países ocidentais por meio do programa de substituição de importações e do aprofundamento da integração econômica com a Rússia nos termos previstos no Tratado da União de Estados.

PRODUTO INTERNO BRUTO

Em 2020, o choque da pandemia da COVID-19 teve um impacto limitado na economia em razão da ausência de restrições à mobilidade e do apoio de crédito às empresas públicas, resultando em uma queda do PIB da Belarus de apenas 0,9%. Em 2021, o forte crescimento das exportações no período pós-pandemia, impulsionou a recuperação cíclica e o PIB cresceu 1,2%. Em 2022, a guerra na Ucrânia fez o PIB do país despencar 4,7%.

Em 2023, mesmo em um contexto de sanções, a economia se recuperou e o PIB cresceu 3,9%, resultado acima do esperado. Segundo os analistas, o crescimento motivado pelo afrouxamento da política monetária. A produção industrial aumentou 7,7%, enquanto a produção agrícola, no entanto, apresentou retração de 0,2% em decorrência de problemas climáticos. A produção de cereais, que representa 1/5 do total, diminuiu 21,4% e pesou negativamente sobre o bom desempenho de outras culturas, como a batata (+ 9,5%), os lacticínios (+5,6%) e carnes (+3,2%).

A previsão dos analistas é que a economia apresente crescimento em 2024, mas em um percentual menor. Ao mesmo tempo que os gastos fiscais e a assistência financeira russa devem continuar, espera-se que os ganhos decorrentes da evasão das sanções diminuam, limitando, assim, a expansão econômica.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A taxa de inflação, em 2023, foi de 5%, bem abaixo dos 15,2% registrados em 2022. A previsão é que a inflação se mantenha no patamar de 6% em 2024, uma vez que as restrições às importações e a depreciação do rublo devem gerar pressões inflacionárias.

No que se refere à política fiscal, o orçamento para 2024 prevê um déficit de US$ 1,4 bilhões de dólares, equivalente a 1,9% do PIB, e tendo por base um crescimento do PIB de 3,8%. O déficit é, portanto, ligeiramente maior do que os 1,3% previstos em 2023.

Quanto à política monetária, o Banco Nacional da República da Belarus (BNRB, o Banco Central) mantem a taxa básica de juros inalterada em 9,5% desde junho de 2023 e o orçamento de 2024 trabalha com uma taxa de 9-9,5%.

Com relação à taxa de câmbio, o rublo belarusso deve continuar alinhado com o rublo russo, à medida que as duas economias se tornam cada vez mais interligadas. A expectativa é que o rublo continue a se desvalorizar em relação ao dólar para garantir a competitividade e manter o déficit comercial sob controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O nível de reservas cambiais é baixo, na casa dos US$ 4,6 bilhões no final de 2023, o equivalente a apenas dois meses de importações. Em caso de um choque interno ou externo, o Banco Central teria poucas ferramentas à sua disposição para evitar uma desvalorização descontrolada da moeda e o governo belarusso teria que recorrer à ajuda da Rússia.

COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior de bens e mercadorias da Belarus totalizou US$ 73.88 bilhões entre janeiro e novembro de 2023. As exportações belarussas alcançaram US$ 36,03 bilhões e as importações US$ 37,86 bilhões, com déficit de US$ 1,83 bilhões. O comércio exterior de serviços alcançou US$ 12,8 bilhões até novembro de 2023. As exportações de serviço foram de US$ 7,68 bilhões e as importações de US$ 5,12 bilhões, com superávit de US$ 2,56 bilhões. Como resultado, a balança de pagamentos registrou um superávit de US$ 730,4 milhões.

Em decorrência das sanções, percebe-se crescimento do comércio exterior belarusso sobretudo com a Rússia, e com países da antiga União Soviética e a China. Conforme dados de 2022, a participação das exportações belarussas para a Rússia teriam aumentado de 41% para 52,2 %, ao passo que as importações se elevaram de 52% para 76%. O comércio exterior belarusso dependeria grandemente de importações baratas de petróleo da Rússia, do refinamento do petróleo e da sua reexportação para aquele país.

INVESTIMENTOS

Segundos o Banco de Desenvolvimento da Euroasiático (BDE), em 2023, a Belarus foi o segundo país da União Econômica Euroasiática (UEE) que mais recebeu investimentos, ficando somente atrás do Cazaquistão. Os 60 projetos de investimentos em andamento no país são de capital russo e atingiram US$ 5,65 bilhões. Já a Belarus mantém 23 projetos na Rússia, avaliados em US$ 514 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

c.700-c.900	Povos eslavos se estabelecem no território atual de Belarus
c.1000-c.1300	Principado de Polotsk constitui o principal "Estado" eslavo em Belarus
1240-1655	Hegemonia lituana e, posteriormente, polonesa sobre Belarus
1772-1795	Três sucessivas partilhas da Polônia por Alemanha, Áustria e Rússia levam Belarus à anexação pelo Império czarista russo
1840	Nicolau I proíbe o uso do termo "Belarus" (Rússia branca) e impõe utilização de "Território do Noroeste"
1864	Revolta protonacionalista bielorrussa sufocada por Moscou, que proíbe uso do alfabeto latino e pressiona pela reconversão de católicos à fé ortodoxa
1914-1918	I Guerra Mundial: Alemanha ocupa Belarus e permite o uso de língua bielorrussa, fomenta a abertura de escolas e institutos
1919	Criação da República Socialista Soviética da Bielorrússia; exército Vermelho invade Minsk (janeiro); exército polonês invade Minsk (agosto)
1921	Tratado de Riga põe termo à Guerra Russo-Polonesa; URSS e Polônia dividem Belarus entre si
1941	Alemanha invade URSS; Exército Vermelho evacua 20% da população bielorrussa e destrói todo o suprimento de víveres do país. Alemanha estabelece regime fantoche em Belarus; 9.000 cidades são queimadas e 380.000 pessoas são deportadas para trabalhos forçados
1944	URSS recupera Belarus; país perde ¼ de sua população, em sua maioria poloneses e judeus
1945	Belarus se torna membro-fundador das Nações Unidas
1950	Belarus se torna uma das maiores forças industriais da URSS
1986	Acidente de Chernobyl, próximo à fronteira ucraniano-bielorrussa
1991	Independência de Belarus
1994	Aleskandr Lukashenko eleito presidente
2001	Lukashenko reeleito presidente
2006	Lukashenko reeleito para um terceiro mandato
2010	Eleições presidenciais dão a Lukashenko quarta vitória eleitoral; EUA e UE impõem sanções ao país
2015	Lukachenko reeleito presidente para um quinto mandato
2017	Exercícios militares russo-belarussos "Zapad"
2020	Lukachenko é reeleito presidente para um sexto mandato. Eleições presidenciais de agosto são contestadas; milhares de pessoas protestam; repressão dos manifestantes0
2021	UE, EUA, Reino Unido e Canadá anunciam amplo pacote de sanções políticas e econômicas contra a Belarus.
2022	A Rússia invade a Ucrânia, com o apoio da Belarus.
2023	A Rússia estaciona armas nucleares táticas no território da Belarus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991	Brasil reconhece a independência de Belarus
1992	Estabelecimento das relações diplomáticas
1994	Visita do Diretor do Departamento da Europa a Minsk, a primeira entre os dois países
1999	Missão comercial bielorrussa ao Brasil
2004	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros bielorrusso ao Brasil
2010	Criação de Embaixada residente do Brasil em Minsk; troca de visitas de Delegações bielorrussa e do Governo do Estado de Goiás; visita ao Brasil do Presidente Aleksandr Lukashenko
2013	1ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Brasília, 11/11/2013)
2015	2ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Brasília, outubro)
2016	Entrada em vigor do acordo bilateral de Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns.
2016	Visita de delegação belarussa a Fortaleza-CE.
2017	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Belarus, Evgeny Shestakov. Assinatura do "Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica"
2017	3ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Minsk, outubro)
2017	Visita oficial ao Brasil do vice-primeiro-ministro da Belarus, Anatóly Kalinin (Brasília, 27-29 de novembro). Realização da primeira edição da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica
2018	Visita a Minsk do ministro da Justiça, Torquato Jardim (17 a 19 de junho). Primeira visita de ministro de estado do Brasil à Belarus. Foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Justiça.
2019	Entrada em vigor do acordo bilateral de cooperação educacional.
2020	Pandemia de Covid-19 restringe contatos.
2021	Belarus apoia candidatura brasileira a vaga não-permanente no Conselho de Segurança da ONU (2022-2023). Sergey Lukashevich é nomeado novo embaixador da Belarus no Brasil.
2024	O embaixador da Belarus no Brasil, Sergey Lukashevich, é nomeado primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e retorna a Minsk. Em abril, Belarus oficializa gestão por sua entrada no BRICS, por meio de carta do MNE Sergey Aleinik.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República de Belarus	18/06/2018	Tramitação MRE
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Belarus para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica	07/07/2017	Em Vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República de Belarus, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns	15/06/2016	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional	13/08/2015	Em Vigor
Memorando de Entendimento Entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Belarus sobre Consultas Políticas	11/11/2013	Em Vigor
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus Sobre Isenção Parcial de Vistos	11/11/2013	Superado
Acordo entre o Governo da República Federativa de Brasil e o Governo da República de Belarus sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/10/2004	Em Vigor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 9, DE 2025

(nº 252/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ VERAS GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 252

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ANDRÉ VERAS GUIMARÃES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ANDRÉ VERAS GUIMARÃES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00041/2025 MRE

Brasília, 20 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ANDRÉ VERAS GUIMARÃES**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ANDRÉ VERAS GUIMARÃES** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.001099/2025-13

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 276/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Ribeiro
Primeira-Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ VERAS GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/03/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6477759** e o código CRC **5E43832E** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001099/2025-13 SEI nº 6477759

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *ANDRÉ VERAS GUIMARÃES*
CPF: [redacted]
ID: [redacted]

1966	Filho de [redacted], nasce em [redacted].

Dados Acadêmicos:	
1991	Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis
1995	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - CPCD- IRBr
2005	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas – IRBr

Cargos:	
1996	Terceiro-secretário
2002	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário
2009	Conselheiro
2016	Ministro de segunda classe

Funções:	
1997-99	Divisão de Atos Internacionais, Assistente
1999-00	Superior Tribunal de Justiça, Assessoria de Cerimonial e de Relações Públicas, Chefe
2000-01	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Assistente
2002-05	Consulado-Geral do Brasil em Nova York, Vicê-Cônsul e Cônsul-Adjunto
2005-08	Embaixada do Brasil em Bogotá, Chefe do Setor Político
2009-12	Divisão de Pagamentos, Chefe
2012-16	Embaixada do Brasil em Washington, Chefe da Administração e do Setor de Cooperação Jurídica
2016-19	Divisão de Cooperação Jurídica Internacional, Chefe
2019-22	Departamento de Segurança e Justiça, Diretor
2022-	Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica, Diretor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DOS PAÍSES DO GOLFO

IRÃ

Fevereiro de 2025

OSTENSIVO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

SUMÁRIO

RELAÇÕES BILATERAIS 4
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS 7

POLÍTICA INTERNA 8
CRONOLOGIA HISTÓRICA 10

ECONOMIA 11

POLÍTICA EXTERNA 13

ACORDOS FIRMADOS 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Islâmica do Irã
CAPITAL	Teerã
ÁREA	1.648.000 km²
POPULAÇÃO	87 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Farsi (persa)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã xiita (89%); islã sunita (9%); baha'ismo (0,5%); cristianismo (0,17%); zoroastrismo (0,07%); judaísmo (0,04%)
SISTEMA DE GOVERNO	República
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Consultiva Islâmica Unicameral (Majlis)
CHEFE DE ESTADO	Líder Supremo Aiatolá Ali-Hosseini Khamenei (desde 1989)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente Masoud Pezeshkian
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Seyyed Abbas Araghchi
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI)	US$ 464 bilhões (2024)
PIB *PER CAPITA* (FMI)	US$ 5.310 (2024)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,3% (2024)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,783 (78º)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,6 anos
ALFABETIZAÇÃO	88,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	8,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Rial iraniano
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixadora Ligia Scherer, encarregada de negócios, a.i.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã, estabelecidas em 1903, desenvolvem-se com espírito de amizade e respeito mútuo. Em 2023, os dois países celebraram 120 anos de laços ininterruptos.

Na década de 1950, assinaram-se os primeiros acordos de cooperação cultural. Em 1960, o Irã foi um dos primeiros países a instalar embaixada em Brasília. A partir de então, foram registradas visitas de alto nível de lado a lado.

Em 1965, o xá Reza Pahlavi fez a primeira visita de um chefe de Estado iraniano ao Brasil. Em 2009, o Presidente Mahmoud Ahmadinejad também esteve no Brasil. Em 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Irã. Ahmadinejad retornou ao Brasil em 2012 para a Rio+20. A Presidente Dilma Rousseff encontrou-se, por sua vez, com o Presidente Hassan Rouhani em Nova York, à margem da 70ª AGNU, em 2015.

Cabe ainda registrar visitas a Teerã, em 2015, do chanceler Mauro Vieira, em setembro, e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Armando Monteiro, acompanhado de delegação empresarial, em outubro.

Em abril de 2018, o chanceler iraniano, Mohammad Javad Zarif, realizou visita oficial a Brasília. Nela foram assinados os seguintes acordos bilaterais na área de cooperação jurídica internacional: extradição, transferência de presos, cooperação em matéria civil e cooperação em matéria penal. Em fevereiro de 2022, a Ministra da Agricultura e Pecuária, Tereza Cristina, visitou Teerã.

Em julho de 2024, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin representou o Presidente da República na cerimônia de posse do Presidente Masoud Pezeshkian, acompanhado de delegação que incluiu representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária. Além de encontro com o presidente iraniano, o VPR encontrou-se com o presidente da Câmara de Comércio, Indústria, Minas e Agricultura do Irã (ICCIMA) e participou de evento de negócios com 150 autoridades do governo e membros da comunidade empresarial iraniana.

O Brasil e o Irã contam, na esfera institucional, com mecanismo de consultas políticas e acordos nas áreas de comércio, finanças, saúde, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, consular, cooperação jurídica e penal, turismo e esportes.

As reuniões do referido mecanismo foram retomadas em abril de 2016, em Teerã, após hiato de quase 5 anos. Em janeiro de 2021, no auge da pandemia de COVID-19, realizou-se a 10ª Reunião, em modalidade de videoconferência. Em agosto de 2022, teve lugar a 11ª edição em Teerã. A reunião mais recente (12ª) ocorreu em agosto de 2023, em Brasília.

A diplomacia parlamentar é vertente do relacionamento entre o Brasil e o Irã. Assistiram à posse do aiatolá Ebrahim Raisi na presidência da República Islâmica, em agosto de 2021, os deputados Evandro Roman (Patriota-PR), então presidente do grupo parlamentar de amizade Brasil-Irã, em representação do presidente da Câmara dos Deputados, e Ricardo Izar (PP-SP), também membro daquele grupo. Além de comparecer à referida cerimônia, os deputados brasileiros foram recebidos pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

presidente do Parlamento iraniano (*Majlis*), Mohammad Ghalibaf, e encontraram-se com o presidente do grupo parlamentar de amizade Irã-Brasil do *Majlis*, deputado Ahmad Naderi, e com o presidente da Comissão de Minas e Indústria do Parlamento, deputado Akbari Talarposhtee.

Em fevereiro de 2022, o deputado Evandro Roman e delegação empresarial reuniram-se no Irã, por ocasião da feira IranPlast, com empresas e órgãos governamentais ligados ao setor petroleiro e petroquímico.

Durante sua visita em fevereiro de 2022, a então Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, foi acompanhada pelo ex-ministro da Agricultura e deputado federal Neri Geller (PP/MT) e pelo deputado estadual Dal Molin (PSC/MT), e foi igualmente recebida no *Majlis*.

O legislativo unicameral iraniano conta com o grupo "Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Irã". Em encontro, em abril de 2023, com o então Embaixador do Brasil, os deputados Naderi e Mohammad Javad Asgari, presidente do grupo parlamentar de agricultura, manifestaram desejo de seguir fomentando essa vertente do relacionamento bilateral.

Na esteira da visita da ex-Ministra Tereza Cristina, o presidente da Organização de Pesquisa, Educação e Extensão Agrícola do Irã (AREEO, na sigla em inglês) e vice-ministro da Agricultura, Dr. Mojtaba Khayam Nekoiee, visitou o Brasil, em março de 2022, acompanhado de delegação de alto nível. Foi recebido, na oportunidade, pelo então Secretário Executivo do MAPA, Marcos Montes, e pelo presidente da Embrapa, Celso Moretti.

Em projeto de cooperação trilateral capitaneado pelo Escritório do UNICEF em Teerã e coordenado, no Brasil, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), delegação de alto nível do Ministério de Cooperativas, Trabalhos e Bem-estar Social do Irã realizou visita de estudos a Brasília e a Boa Vista em junho/julho de 2022.

Comércio

Com população de quase 90 milhões de habitantes, concentrada em centros urbanos, o Irã constitui relevante mercado para o agronegócio brasileiro, a despeito do contexto de sanções vivido pelo país. Em 2024, foi o 12º principal destino das exportações de produtos agrícolas do Brasil.

Levando em conta as restrições à moeda forte por conta das sanções unilaterais norte-americanas, o Irã privilegia compras por meio de comércio compensado e de países que possuem recursos iranianos (não bloqueados) em seus bancos, sobretudo grandes importadores de petróleo iraniano até abril de 2019, como a China e a Índia.

Embora as sanções unilaterais norte-americanas ao Irã não se apliquem aos produtos exportados pelo Brasil, empresas nacionais temem efeitos secundários das sanções. O mesmo se aplica às empresas seguradoras e financiadoras de atividades comerciais internacionais, tanto no Brasil quanto em outros países. Esse receio gera o efeito conhecido por *overcompliance*.

O fluxo comercial entre Brasil e o Irã apresenta, ao longo dos anos, oscilações, com saldo comercial favorável, de maneira consistente, ao Brasil. Apesar de persistirem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entraves, o Irã é expressivo mercado — um dos maiores do Oriente Médio — para exportações brasileiras. Os superávits comerciais do Brasil com o Irã foram, em 2022, de US$ 4,1 bilhões; em 2023, de US$ 2,2 bilhões; e em 2024, de US$ 2,9 bilhões.

Em 2024, as exportações brasileiras somaram US$ 3 bilhões, o que representa crescimento de 30,7% em relação ao ano anterior, enquanto as importações atingiram US$ 9,7 milhões. As exportações brasileiras concentram-se em milho não moído (31%), soja (28%), farelos de soja (28%) e açúcares e melaços (14%). Os principais produtos importados são frutas secas e nozes (52%), vidraria (9,2%), frutas preservadas e preparações (8,6%), além de medicamentos e produtos farmacêuticos (8,5%).

O Brasil inaugurou, recentemente, Adidância Agrícola na Embaixada em Teerã, responsável por mapear oportunidades de exportação e importação de produtos agrícolas. O Irã mostra, de sua parte, interesse no estreitamento da cooperação por intermédio da EMBRAPA.

O debate sobre temas agrícolas estrutura-se no Comitê Consultivo Agrícola (CCA). De forma mais ampla, o diálogo econômico transcorre na esfera da Comissão Econômico-Comercial Brasil-Irã, que já teve quatro edições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2024 – Vice-presidente Geraldo Alckmim representou o Brasil na posse do Presidente Masoud Pezeshkian (30-31 de julho)

2023 – XII Reunião de Consultas Políticas (9 de agosto)

2022 – XI Reunião de Consultas Políticas (29 de agosto)

2021 – X Reunião de Consultas Políticas (25 de janeiro)

2018 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã, Mohammad Javad Zarif (10 de abril)

2016 – IX Reunião de Consultas Políticas (11 de abril)

2016 – IV Reunião da Comissão Econômico-Comercial Bilateral (novembro)

2016 – Visita do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho (dezembro)

2015 – Visita ao Irã do ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira (13 e 14 de setembro)

2013 – Visita ao Irã do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, para assistir à cerimônia de posse do Presidente Hassan Rouhani

2012 – Participação do presidente Ahmadinejad na Conferência Rio+20

2010 – Visita ao Irã do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

2009 – Visita ao Brasil do presidente Mahmoud Ahmadinejad

2009 – Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Manouchehr Mottaki

2008 – Visita ao Irã do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim

2006 – Visita ao Brasil do presidente do Parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad-Adel

2002 – Visita ao Irã do ministro da Cultura, Francisco Weffort, para participar da reunião do "Diálogo das Civilizações"

2000 – I Reunião de Consultas Políticas, em Teerã

1993 – Visita ao Brasil do chanceler Ali Akbar Velayati para chefiar a delegação de seu país à III Reunião da Comissão Mista Bilateral

1991 – Visita ao Irã do ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek

1976 – Visita ao Irã do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen

1965 – Visita do Xá Reza Pahlavi ao Brasil

1903 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político iraniano é um dos mais complexos do mundo, dada a multiplicidade e sobreposição de instâncias decisórias. No espectro local, sobressaem três núcleos de poder — líderes religiosos, Guarda Revolucionária e autoridades civis —, submetidos, em última instância, às instruções do Líder Supremo, aiatolá Ali Khamenei.

A Constituição de 1979 consagrou o princípio da "tutela do jurisconsulto islâmico" (*wilayat-e-faqih*), que fundamenta a noção de autoridade absoluta do Líder Supremo em assuntos religiosos e políticos. Também incorpora noções democráticas, prevendo eleições diretas para presidente, parlamentares e membros da Assembleia dos Sábios. A participação popular em eleições no Irã é celebrada como sinal de força da democracia iraniana.

O Líder Supremo tem atribuições de Chefe de Estado, Chefe dos Três Poderes e Comandante-Chefe das Forças Armadas. É também responsável pela elaboração das políticas gerais do regime. Nomeia o Chefe do Poder Judiciário, os membros do Conselho de Discernimento, metade dos membros do Conselho dos Guardiães, os comandantes das Forças Armadas regulares e da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, o comandante da Polícia, os chefes dos Serviços de Inteligência e Contrainteligência, os imãs das mesquitas de todas as capitais provinciais do país e o Chefe da Fundação de Mártires e Veteranos, além de empossar o Presidente da República. É, ainda, responsável por declarar guerra e celebrar paz, determinar a mobilização das Forças Armadas regulares e da Guarda Revolucionária, convocar referendos e formalizar a convocação de eleições presidenciais.

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) é ramo das forças armadas, criado após a Revolução Iraniana de 1979 por ordem do Aiatolá Ruhollah Khomeini. Enquanto o Exército iraniano defende as fronteiras e mantém a ordem interna, a Guarda Revolucionária destina-se a proteger o sistema político e a prevenir interferências estrangeiras. A IRGC é formada por 125 mil militares, incluindo forças terrestres, aéreas e navais. Suas forças navais são hoje as principais encarregadas do controle operacional do Golfo Pérsico.

O Presidente da República, chefe do Poder Executivo, é responsável por elaborar e executar as políticas públicas e de relações exteriores e de defesa, nos limites das diretrizes impostas pelo Líder Supremo. Exerce a chefia do Gabinete de Governo, do Conselho Supremo de Segurança Nacional e do Conselho Supremo da Revolução Cultural.

O Parlamento iraniano (*Majlis*), unicameral, é composto por 290 deputados. As eleições ocorrem a cada quatro anos. Do total de assentos, cinco representam as minorias (judeus, zoroastras, cristãos armênios e cristãos caldeus). O *Majlis* possui funções típicas de parlamento de uma democracia participativa — proposição legislativa, voto de confiança aos membros do Gabinete do Governo, impedimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidente, aprovação de acordos internacionais —, sujeitas, não obstante, à ratificação ou ao veto do Conselho dos Guardiães.

O Conselho de Guardiães acumula funções de órgão legislativo, judiciário e eleitoral. É composto por 6 *faqihs* (especialistas em jurisprudência islâmica), nomeados pelo Líder Supremo, e 6 juristas, nomeados pelo chefe do Poder Judiciário (este, por sua vez, indicado pelo Líder Supremo), para mandato de 6 anos. O órgão ratifica ou veta qualquer projeto de lei aprovado pelo Parlamento, interpreta a Constituição, supervisiona as eleições e aprova ou veta candidatos à Presidência da República, à Assembleia dos Sábios e ao Parlamento.

A Assembleia dos Sábios (ou Conselho de Sábios) constitui órgão deliberativo formado por 88 especialistas islâmicos, eleitos por voto direto para mandatos de 8 anos, a partir de uma lista de candidatos aprovada pelo Conselho de Guardiães. Encarrega-se de eleger, supervisionar e remover, por eventual descumprimento de suas atribuições, o Líder Supremo.

O Conselho de Discernimento é órgão consultivo com a incumbência de assessorar diretamente o Líder Supremo em seu planejamento estratégico, incluindo a definição das grandes linhas de atuação doméstica e a elaboração de diretrizes de política externa da República Islâmica. Também atua como órgão de arbitragem e conciliação em caso de divergência entre o Parlamento e o Conselho de Guardiães. É composto hoje por 38 membros, apontados pelo Líder Supremo para mandatos de 5 anos.

O ex-presidente reformista Hassan Rouhani, eleito em 2013 e reeleito em 2017, buscou reinserir o Irã na comunidade internacional, mediante equacionamento do dossiê nuclear, com assinatura do acordo sobre o programa nuclear iraniano (*Joint Comprehensive Plan of Action* – JCPoA) e avanços no campo dos direitos humanos. Colheu frutos nas eleições parlamentares de 2016.

Nas eleições parlamentares de fevereiro de 2020, venceu ampla maioria conservadora. Nas eleições presidenciais de 2021, o Conselho da Unidade, agrupamento de coordenação política da ala conservadora, logrou eleger Raisi.

Persistiram as dificuldades econômicas, agravadas pelas sanções unilaterais dos Estados Unidos e pela restrição aos mercados internacionais, inclusive de moedas fortes (e pelo congelamento, paralelo, de ativos iranianos em bancos no exterior).

A tomada do poder pelo Talibã no vizinho Afeganistão, em agosto de 2021, agravou a pressão sobre os serviços públicos, que receberam contingente extra estimado em mais de 2 milhões de refugiados, que se beneficiam de serviços básicos de saúde e educação.

A morte do presidente Ebrahim Raisi em acidente de helicóptero em 19 de maio de 2024 levou à convocação de eleições antecipadas. O candidato reformista Masoud Pezeshkian venceu o segundo turno das eleições presidenciais iranianas com 54% dos votos (cerca de 16,4 milhões) contra 44% (cerca de 13,5 milhões) do candidato conservador Saeed Jalili, seu rival no segundo turno.

Pezeshkian é político reformista moderado. Defendeu, durante a campanha, “relações construtivas” com os países ocidentais para levantamento de sanções econômicas e reativação do Plano de Ação Conjunto Abrangente (JCPoA). Também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prometeu reduzir restrições à internet e flexibilizar regras sobre o uso do véu islâmico pelas mulheres iranianas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1905-1911	Revolução Constitucional. Estabelecimento do parlamento (*Majlis*) e elaboração de Constituição (1906).
1908	Descoberta de petróleo na Pérsia e criação da Anglo-Persian Oil Company (APOC), em 1909.
1925	Início da dinastia Pahlavi (1925-1979), através da ascensão do general Reza Pahlavi ao trono. O novo líder muda o nome do país para Irã ("terra dos arianos").
1941	Reza Pahlavi é forçado a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi ("o último xá").
1951	Mohammad Mosaddegh se torna primeiro-ministro. Nacionalização da indústria do petróleo.
1953	Mohammad Mosaddegh é derrubado em um golpe de estado orquestrado pelos serviços de inteligência britânico (MI6) e norte-americano (CIA). Fazlollah Zahedi é proclamado primeiro-ministro.
1963	Revolução Branca
1979	Revolução Islâmica. Aiatolá Ruhollah Khomeini retorna a Teerã, após 14 anos no exílio. É o fim da monarquia no Irã, que dá lugar à República Islâmica. O xá Mohammad Reza Pahlavi foge para os EUA.
1980-88	Guerra Irã-Iraque
1989	Aiatolá Ruhollah Khomeini falece. Aiatolá Ali Khamenei torna-se Líder Supremo do Irã.
2013	O clérigo moderado Hassan Rouhani é eleito presidente.
2015	Assinatura do "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPoA) entre Irã e o Grupo P5+1+UE (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China, mais a Alemanha e União Europeia), sobre o programa nuclear iraniano. Suspensão das sanções econômicas contra o Irã.
2017	Reeleição do presidente Hassan Rouhani.
2018	Os EUA, sob o governo de Donald Trump, retiraram-se do JCPoA e impõem um sistema rigoroso de sanções unilaterais contra o Irã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2019-20	Irã reduz gradualmente seus compromissos nucleares previstos no JCPoA.
2020	Operação militar dos EUA resulta na morte, em Bagdá, do comandante da Força Quds, da Guarda Revolucionária Islâmica iraniana, Qasem Soleimani, em 3 de janeiro.
2021	Em 3 de agosto, o clérigo conservador Ebrahim Raisi toma posse como presidente do Irã. Retomada das negociações com os EUA para a retomada do JCPoA.
2022	Em fevereiro, 250 dos 290 membros do parlamento iraniano, de maioria conservadora desde 2020, emitiram declaração pedindo ao PR Raisi que envidasse esforços para reviver o JCPoA.
2024	Falecimento do Presidente Ebrahim Raisi e outras sete pessoas em acidente de helicóptero próximo à fronteira com o Azerbaijão
2024	Em 28/7, Masoud Pezeshkian foi empossado pelo líder supremo como nono presidente do Irã. Em 30/7 o novo presidente prestou juramento perante o Parlamento.

ECONOMIA

A economia iraniana baseia-se na exportação de produtos da indústria petrolífera, fortemente atingida pelas sanções unilaterais norte-americanas. Ainda assim, a economia iraniana, com PIB de US$ 434,2 bilhões em 2024, encontra-se entre as 50 maiores do mundo. Em termos de paridade de poder de compra, o PIB iraniano está estimado em cerca de US$ 1,7 trilhão, posicionando o país entre as principais economias da região.

Nos últimos anos, o Irã apresentou crescimento moderado do PIB, mas continua enfrentando desafios significativos, como inflação, desemprego e desvalorização da moeda. Desde a retirada unilateral dos Estados Unidos do acordo nuclear (JCPoA) e a reimposição de sanções em 2018, a economia iraniana sofre restrições no comércio exterior e no investimento estrangeiro, bem como dificuldades no acesso a moedas fortes.

De acordo com os dados mais recentes do FMI, o PIB iraniano teve crescimento de 3,3% em 2020, 4,7% em 2021, 3,8% em 2022, 5% em 2023 e 3,7% em 2024.

O Irã, apesar de contar com setor industrial diversificado, ainda depende bastante da produção e exportação de petróleo e gás. O país possui a 4ª maior reserva mundial comprovada de petróleo e a 2ª maior de gás natural. Sua produção petrolífera recupera-se gradualmente. Hoje, a China e a Índia são os principais destinos do petróleo iraniano, embora o aumento da concorrência do petróleo russo tenha reduzido algumas dessas exportações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As vendas de petróleo continuam sendo essenciais para a estabilidade fiscal do Irã e para sua capacidade de importação. Investimentos domésticos em exploração e produção de petróleo foram anunciados, como o aporte de US$ 7 bilhões nos campos de Azadegan, que poderá adicionar 600 mil barris de petróleo por dia à produção total do país.

Conforme dados do FMI, a inflação segue sendo um desafio para o Irã, apesar de mostrar desaceleração. Em 2022, alcançou 54%, com uma inflação alimentar ainda mais elevada. Em 2023, o índice ficou em 32% e, em 2024, alcançou 30%. A perda do poder de compra da população e a alta volatilidade dos preços têm gerado descontentamento social e pressionado o governo a manter subsídios significativos em serviços essenciais.

Quanto à taxa de desemprego, os dados oficiais do FMI indicam taxa de 8,1% para 2023 e 8% em 2024. O mercado de trabalho sofre, não obstante, com a baixa geração de empregos formais.

A moeda local, o Rial Iraniano, tem-se desvalorizado continuamente em face do dólar no mercado paralelo (a taxa oficial é fixa), impulsionando a inflação e aumentando a pressão sobre a população. Para lidar com os déficits fiscais, o governo tem recorrido à emissão monetária, agravando ainda mais a desvalorização cambial e o aumento dos preços. O mercado cambial no Irã é distorcido pelo efeito das sanções.

Nesse cenário, a economia iraniana segue em situação delicada, equilibrando crescimento moderado com dificuldades estruturais e impacto das sanções internacionais.

COMÉRCIO EXTERIOR

Na última estimativa consolidada de comércio exterior disponível, para o período de março a outubro de 2024, a Administração de Aduanas do Irã registrou total de comércio de US$ 99,7 bilhões (US$ 60,2 bilhões de exportações e US$ 39,5 bilhões em importações).

Os maiores mercados de exportação do Irã durante esse período foram liderados pela China com US$ 8,6 bilhões, seguida pelo Iraque com US$ 7,3 bilhões, Emirados Árabes Unidos com US$ 4,2 bilhões e Turquia com US$ 3,3 bilhões. As principais fontes de importação do Irã foram os Emirados Árabes Unidos, com US$ 12 bilhões, a China, com US$ 10,2 bilhões, e a Turquia, com US$ 6,6 bilhões.

Especificamente quanto aos EAU e à Turquia, é notório que grande parte do comércio é de reexportação, a partir de empresas iranianas constituídas em Dubai e em Istambul. Nos últimos anos, o Brasil tem oscilado entre as posições de 5º e 8 º maior exportador de produtos ao Irã.

A principal dificuldade iraniana no comércio exterior é a restrição de acesso a moeda forte. A restrição no acesso a divisas explica-se tanto pela drástica diminuição das exportações de petróleo como pelo bloqueio de recursos iranianos no exterior, em razão das sanções norte-americanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa iraniana prima pelo desenvolvimento socioeconômico por meio da plena inserção do Irã na comunidade internacional, pela segurança de seu território e pelo direito ao desenvolvimento de programa nuclear para fins pacíficos.

Repousa, à luz desses objetivos, sobre dois pilares: busca da "neutralização das sanções", alavancada pela tentativa de construção de consensos, na comunidade internacional, em torno do JCPOA, e pela diversificação da cooperação econômico-comercial; e "diplomacia de vizinhança", com a concentração dos esforços diplomáticos, políticos e de segurança nos países de seu entorno, sobretudo no Golfo Pérsico, na Ásia Central e no Cáucaso.

Outra vertente da política externa iraniana é o desenho de parcerias estratégicas com potências regionais, sobretudo a Rússia e a China, e com o "eixo anti-imperialista".

O Irã ressente-se da precariedade da segurança em sua região, inclusive por conta de sua inserção geográfica central. Além das porosas e extensas fronteiras terrestres com 7 países, o Irã — que é banhado pelo mar Cáspio, pelo golfo Pérsico e pelo golfo de Omã — tem fronteiras marítimas, ao norte e ao sul, com outros 7 vizinhos.

Do ponto de vista estratégico-militar, o Irã encontra-se cercado por 44 bases militares (*lato sensu)* dos Estados Unidos nos países a seu redor. Sobressai, no discurso iraniano, a necessidade de união na luta contra o terrorismo em prol da paz e da estabilidade na região, com ênfase no fim das “interferências externas”. Isso significa, na visão do Irã, sobretudo, a retirada de tropas ocidentais da Síria e do Iraque, assim como o fim das bases militares dos EUA na região.

Há escalada progressiva do confronto entre Israel e o Irã. Ao longo dos últimos anos, Israel conduziu ataques aéreos contra alvos iranianos na Síria. A crise foi aprofundada quando Israel atacou, em 1º de abril de 2024, o consulado iraniano em Damasco. Em retaliação, o Irã lançou ataque direto contra território israelense em 13 de abril, marcando a primeira ofensiva iraniana aberta em mais de quatro décadas de hostilidades. O ataque iraniano foi retaliado de maneira relativamente limitada por Israel, em 19 de abril de 2024, com lançamento de mísseis, a partir de *drones*, contra base iraniana na cidade de Isfahan, em área próxima a instalações nucleares do país.

A tensão intensificou-se em outubro, com a invasão israelense do Líbano. Em 1º de outubro, o Irã lançou 180 mísseis balísticos contra Israel sem aviso prévio, o que provocou nova resposta israelense, culminando em ataques aéreos e com mísseis balísticos ao território iraniano em 26 de outubro.

Em 4 de fevereiro de 2025, o presidente Donald Trump emitiu memorando que reestabelece a política de “pressão máxima”, utilizada em seu primeiro governo, ao intensificar as sanções contra o Irã, visando a conter seus programas nuclear e de mísseis. A medida instrui o Secretário do Tesouro a reforçar sanções econômicas, o Secretário de Estado a revogar isenções e eliminar as exportações de petróleo iraniano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Embaixador dos EUA na ONU a promover a restauração de sanções internacionais, e o Procurador-Geral a investigar redes financeiras ligadas ao Irã em território americano.

Em relação a seu entorno regional, o Irã, ademais de eventuais benefícios comerciais e da ruptura do isolamento, busca aprofundar a cooperação em segurança, por causa das atividades de grupos insurgentes e terroristas e das rotas do tráfico de drogas rumo à Europa, proveniente do Paquistão e do Afeganistão.

Embora não tenha presença militar direta no Afeganistão, o Irã envida esforços diplomáticos para mediar disputas entre facções no país vizinho, além de apoiar diálogos para formação de governo inclusivo. Por conta da instabilidade naquele país e pelo temor de que grupos terroristas penetrem em seu território, o Irã mantém grande contingente de tropas na região fronteiriça.

No Cáucaso, o Irã possui fronteiras com o Azerbaijão (tem expressiva população de etnia azeri) e a Armênia. No contexto do conflito de Nagorno Karabakh, que opõe esses dois países, a declarada neutralidade iraniana é percebida pelo Azerbaijão como pró-Armênia.

Acordo com a Arábia Saudita

A "diplomacia da vizinhança" produziu como um de seus mais tangíveis resultados — além do incremento de visitas políticas e de missões comerciais, bem como do próprio intercâmbio comercial com os países do entorno — o acordo para o restabelecimento de relações diplomáticas com a Arábia Saudita.

Mediado pela China, o acordo, alcançado em março de 2023, indica o desejo das potências regionais de resolver as disputas do Oriente Médio mediante diálogo e sem a interferência ostensiva de atores externos.

BRICS

Formado originalmente por Brasil, Rússia, Índia e China (a África do Sul foi admitida em 2011), o BRICS passou a incluir, a partir de 2024, o Irã, além da Arábia Saudita, do Egito, dos Emirados Árabes Unidos e da Etiópia. Os 11 membros, com o ingresso da Indonésia em 2025, participam de todas as reuniões, em processo decisório baseado no consenso. O BRICS oferece para o Irã, tal como para outros membros, plataforma para fortalecimento de alianças políticas e apoio na comunidade internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS FIRMADOS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Tratado de Amizade e Comércio	16/6/1903	Expirado	
Acordo Cultural	16/6/1957	28/11/1962	17/1/1963
Acordo que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	21/11/1975	21/11/1975	3/12/1975
Acordo Comercial	22/6/1977	Superado	
Memorando de Entendimento para a Criação de uma Comissão Mista de Nível Ministerial	26/9/1988	26/9/1988	5/10/1988
Acordo, por Troca de Notas, para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço	25/6/1991	10/7/1991 (Denunciado em 13/5/1997)	2/7/1991
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	23/11/2009	28/10/2015	19/10/2015
Programa Executivo do Acordo Cultural para os anos 2009-2012	23/11/2009	23/11/2009 (Expirado)	30/11/2009
Memorando de Entendimento para Cooperação em Geologia, Mineração e Indústrias de Transformação Mineral	16/5/2010	16/5/2010 (Expirado)	20/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	17/5/2010	17/5/2010	1/12/2010
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	17/5/2010	17/5/2010	6/12/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola	17/5/2010	17/5/2010	6/12/2010
Memorando de Entendimento na Área de Turismo	26/7/2010	26/7/2010	15/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento	18/11/2016	18/11/2016	1°/12/2016
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/4/2018		Tramitação Ministérios/Casa Civil
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	10/4/2018		Tramitação MRE
Tratado de Auxílio Jurídico	10/4/2018		Tramitação MRE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mútuo em Matéria Civil			
Tratado de Extradição	10/04/2018		Tramitação Ministérios/Casa Civil
Memorando de Entendimento entre o IRBr/MRE e a Escola Internacional de Relações Exteriores da República Islâmica do Irã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	10/4/2018	10/4/2018	20/4/2018
Memorando de Entendimento para oferta de facilidades financeiras	2/10/2018		Tramitação MRE
Memorando de Entendimento sobre Serviços Aéreos entre a ANAC e a Agência de Aviação Civil do Irã (ICAO)	13/12/2018	13/12/2018	
Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e a Organização de Pesquisa, Educação e Extensão Agrícola do Irã (AREEO)	8/12/2020		
Memorando de Entendimento entre a Organização de Proteção das Plantas do Brasil e a Organização de Proteção das Plantas do Irã	8/12/2020		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 10, DE 2025

(nº 253/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 253

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00044/2025 MRE

Brasília, 20 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Azerbaijão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.001108/2025-76

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 277/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Ribeiro
Primeira-Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/03/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6477762** e o código CRC **7E34DF59** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001108/2025-76 SEI nº 6477762

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL*
CPF: [redacted]
ID: [redacted]

1969	Nascido em [redacted]. Filho de [redacted].
Dados Acadêmicos:	
1990	Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior, pelo Centro Universitário UNA, Belo Horizonte
1991	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte
1996	CPCD - IRBr
2002	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
2013	Curso de Altos Estudos – IRBr (com louvor: tese: A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil)
Cargos:	
1996	Terceiro-secretário
2001	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário, por merecimento
2010	Conselheiro, por merecimento
2015	Ministro de segunda classe, por merecimento
2024	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1996-97	Divisão de Ásia e Oceania I, assistente
1997-99	Assessoria de Comunicação Social, assessor
1998-2002	Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, assessor
2003-06	Embaixada em Buenos Aires, segundo e primeiro-secretário
2006-09	Missão do Brasil junto à União Europeia, primeiro-secretário
2009-11	Embaixada do Brasil em La Paz, primeiro-secretário e conselheiro
2011-15	Presidência da República, assessor especial
2015-16	Secretário-Geral das Relações Exteriores, assessor
2016-22	Embaixada do Brasil em Berlim, ministro-conselheiro
2022-	Embaixada do Brasil em Minsk, embaixador
Publicações:	
2014	"A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil" - FUNAG "O Brasil e o Processo Decisório na União Europeia". Cadernos de Política Exterior, Ano 1/ Nº 1 – Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, Brasília (pp. 173/193)
Condecorações:	
	Ordem do Rio Branco, Cavaleiro
	Ordem do Rio Branco, Comendador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ordem do Mérito, Oficial, Portugal
Ordem do Mérito da Defesa, Oficial, Brasil
Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil
Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil
Medalha do Pacificador, Brasil
Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
Medalha do Mérito Alvorada, Brasil
Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

AZERBAIJÃO

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
12 de fevereiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Azerbaijão
GENTÍLICO	Azerbaijano
CAPITAL	Baku
ÁREA	86.600 km2
POPULAÇÃO	10,02 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Azeri (90,3%) Obs: línguas não oficiais: lezgui (2,2%); russo (1,8%); armênio (1,5%).
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (95%), cristãos ortodoxos russos (2,5%) e armênios (2,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, Assembleia Nacional (*Milli Meijlis*)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ilham Aliyev (desde 31/10/2003)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ali Asadov (desde 08/10/2019)
CHANCELER	Jeyhun Bayramov (desde 16/07/2020)
PIB NOMINAL (2024, FMI)	US$ 75,65 bilhões
PIB PPP (2024, FMI)	US$ 253,12 bilhões
PIB "per capita" (2024, FMI.)	US$ 7,38 mil
PIB "per capita" PPP (2024, FMI)	US$ 24,7 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,2 (2024); 1,1% (2023); 4,7% (2022); 5,6% (2021); -4,2% (2020); 2,5% (2019); 1,5% (2018); 0,2% (2017); -3,1% (2016);
IDH (2021)	0,745 (91ª posição entre 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	72,86 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,8%
TAXA DE DESEMPREGO (2023, Banco Mundial)	5,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Manat azerbaijano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Rashad Novruz (Figuradas em 22/9/2022)
EMBAIXADOR EM BAKU	Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz (desde 20/12/2018)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 80 pessoas

CORRENTE COMERCIAL – US$ milhões				
Brasil - Azerbaijão	**Intercâmbio**	**Exportações**	**Importações**	**Saldo**
2024	Sem dados disponíveis			
2023	28,065	27,7	0,365	27,3
2022	34,53	30,7	3,83	26,9
2021	59,6	11,1	48,5	-37

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2020	10,022	9,35	0,672	8,68
2019	12,49	12,1	0,390	11,7
2018	72,388	71,8	0,588	71,2
2017	71,283	71,1	0,183	70,9
2016	11,279	11,1	0,179	10,9
2015	26,112	25,9	0,212	25,7
2014	26,831	26,6	0,231	26,4
2013	151,291	151	0,291	150
2012	34,212	34,04	0,172	33,868
2011	46,733	46,69	0,043	46,647
2010	22,214	22,02	0,194	21,826
2009	17,089	16,98	0,109	16,871
2008	28,674	28,48	0,194	28,286
2007	315,02	36,42	278,60	-242,18
2006	97,87	20,61	77,26	-56,65
2005		16,03	Sem dados	
2004	12,8343	12,83	0,0043	12,8257
2003	6,30	6,20	0,10	6,10

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

APRESENTAÇÃO

Com uma área de 86.600 km², a República do Azerbaijão tem o tamanho aproximado de Portugal e localiza-se na região transcaucasiana da Ásia Ocidental, limitando-se ao Norte com a Rússia, a Noroeste com a Geórgia, a Leste com o Mar Cáspio, ao Sul com o Irã e a Oeste com a Armênia. Pertence também ao Azerbaijão o enclave de Nakhchevan, entre o Irã e a Armênia.

O Azerbaijão conta com amplos recursos energéticos na bacia do mar Cáspio, onde o petróleo vem sendo explorado desde o final do século XIX.

A população é estimada em 10,02 milhões de habitantes. O país detém grande número de refugiados (estimados em 800 mil), tanto internos, em decorrência do conflito na região do Nagorno-Karabakh, quanto os provenientes da comunidade azerbaijana que vivia na Armênia.

A religião predominante é o islamismo. Entre as minorias étnicas – eslava, armênia e georgiana – pratica-se também o cristianismo russo ortodoxo (2,5%) e o armênio ortodoxo (2,3%).

A área ocupada pelo Azerbaijão foi dominada, no século VII a.C. pelos medos (tribo que na Antiguidade ocupou parte do território do Irã), tornando-se posteriormente parte do Império Persa. No século VII, a região foi conquistada pelos árabes, que introduziram a cultura islâmica. Tribos turcas controlaram a região nos séculos XI e XII, mas o domínio persa foi restaurado no século XVI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com a Revolução Russa em 1918, o Azerbaijão tornou-se nação independente. Em 1920, com a proclamação da República Socialista Soviética, os atuais estados do Azerbaijão, Geórgia e Armênia uniram-se e formaram a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana. Dissolvida a associação em 1936, o Azerbaijão tornou-se parte constitutiva da União Soviética.

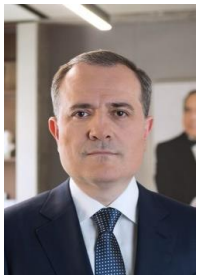
O Azerbaijão permaneceu na União Soviética até 1991, quando declarou independência. Imediatamente após a independência, irrompeu conflito com a Armênia, em razão da região autônoma (durante o regime soviético) de Nagorno-Karabakh, enclave habitado por maioria étnica armênia dentro do território azerbaijano. A Armênia ocupou militarmente Nagorno-Karabakh e outros sete distritos adjacentes, criando extensa zona-tampão com o Azerbaijão.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ilham Aliyev, presidente. Nasceu em 24 de dezembro de 1961, em Baku. Filho do ex-presidente Heydar Aliyev, sucedeu-o no poder. Formou-se em Relações Internacionais na Universidade Estatal de Moscou (MGIMO) em 1982. É PhD em História e Ciência Política também pela MGIMO. Entre 1994 e 2003 foi vice-presidente da "State Oil Company of the Republic of Azerbaijan" (SOCAR), estatal que controla a exploração de petróleo no país. Em 1995 foi eleito para o parlamento e, em 1999, nomeado presidente adjunto do Partido do Novo Azerbaijão (PNA). Em 2003, foi nomeado primeiro-ministro e, posteriormente, eleito presidente da República, com 76% dos votos válidos, em eleição realizada após a morte do pai. Reeleito em 2008, 2013, 2018 e 2024.

Ali Asadov, primeiro-ministro. 63 anos. Formado na Plekhanov Russian University of Economics, serviu no exército entre 1978 a 1995. Posteriormente, trabalhou como economista em instituições acadêmicas. Durante as primeiras eleições parlamentares no país, em 1995, foi eleito pelo Partido Novo Azerbaijão (partido do presidente). Foi assessor econômico do presidente de 1998 a 2012. Posteriormente, trabalhou no gabinete presidencial e, em 2017, como assessor do Presidente para assuntos econômicos. Assumiu o cargo de primeiro-ministro em outubro de 2019, após a renúncia de Novruz Mammadov, com 105 votos a zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Jeyhun Bayramov, **ministro dos Negócios Estrangeiros**. Nasceu em Baku em 1973 (52 anos). Licenciou-se em Economia na Universidade Estatal de Economia do Azerbaijão e em Direito na Universidade do Azerbaijão. Foi designado ministro dos Negócios Estrangeiros em julho de 2020. Iniciou sua carreira no serviço público no Ministério das Finanças (1996-2000). Posteriormente, ocupou as funções de vice-ministro da Educação (2013-1018) e de ministro da Educação (2018-2020). Como jurista, trabalhou na iniciativa privada (2000-2013).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Azerbaijão completaram, em outubro de 2023, 30 anos de relações diplomáticas. As relações políticas bilaterais mantêm excelente nível desde o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1993, e especialmente, desde a criação de embaixadas residentes em Baku e em Brasília, respectivamente em 2009 e em 2012.

Em 1995, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se com o ex-presidente Heydar Aliyev. Em abril de 2006, o chanceler Elmar Mammadyarov visitou o Brasil e reuniu-se com os titulares das pastas das Relações Exteriores, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Minas e Energia. Na ocasião, foram assinados o Acordo sobre Consultas Políticas e o Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

Em fevereiro de 2013, o então ministro Antônio Patriota reuniu-se com Mammadyarov à margem da Cúpula de Segurança de Munique. O então subsecretário-geral, embaixador Hadil da Rocha Vianna, responsável pela área de promoção comercial do MRE, realizou exitosa missão comercial a Baku, em maio de 2013, integrada por representantes de empresas dos setores de alimentação, infraestrutura e defesa. Ainda em 2013, o então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), e o então presidente da Comissão Parlamentar de Amizade Brasil-Azerbaijão, deputado Cláudio Cajado, visitaram Baku por ocasião do II Fórum Internacional de Diálogo Multicultural. Em novembro daquele ano, os Deputados Cláudio Cajado, Rodrigo Maia, Antônio Imbassahy, Leonardo Gadelha e o vereador César Maia participaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como convidados do III Foro Internacional Humanitário e aproveitaram para realização de encontros com autoridades locais.

O então subsecretário-geral de Política I do Itamaraty, embaixador Carlos Paranhos, recebeu, em novembro de 2013, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Araz Azimov, para a realização da I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Azerbaijão ao abrigo do Protocolo de Consultas Políticas.

Em novembro de 2017, o então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizou visita oficial a Baku, que teve caráter histórico por ser a primeira de um chanceler brasileiro ao país e à região do Cáucaso. Manteve encontros com o presidente Ilham Aliyev, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Elmar Mammadyarov, e com o ministro da Economia, Shahin Mustafayev.

As relações políticas entre o Brasil e o Azerbaijão atravessaram, em 2024, fase particularmente favorável, caracterizada por um nível inédito de contatos de alto nível, entre os quais se destaca a visita a Baku do senhor vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, bem como sessão de consultas políticas em nível de vice-chanceleres. O tradicional apoio brasileiro à integridade territorial do Azerbaijão continua a ser importante ativo no quadro do relacionamento bilateral, em razão da centralidade, para a política interna e externa deste país, do conflito com a Armênia. Em 29 de fevereiro de 2024, foi realizada reunião de consultas políticas em Baku, co-presidida pela secretária-geral do MRE e pelo vice-chanceler Elnur Mammadov, que deram continuidade ao mecanismo, retomado em 2022. No intervalo entre as rodadas de consultas, registrou-se, ainda, a missão a Brasília do embaixador Elchin Amirbayov, enviado especial do presidente Ilham Aliyev que foi recebido pelo ministro das Relações Exteriores e outras autoridades brasileiras.

A participação do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, na 29a Conferência das Partes da UNFCCC (COP29), na qualidade de chefe da delegação oficial do Brasil, propiciou a visita da mais alta autoridade brasileira ao Azerbaijão desde o estabelecimento das relações bilaterais. O vice-presidente avistou-se em Baku, à margem da COP29, com o presidente Ilham Aliyev.

Além das visitas de alto nível mencionadas, ao longo de 2024 registrou-se inédito aumento da intensidade dos contatos políticos como desdobramento positivo, na esfera bilateral, de iniciativas da presidência brasileira do G20 e do processo da preparação da COP29, presidida pelo Azerbaijão. Nesse contexto, cabe destacar a visita ao Brasil, em setembro de 2024, para participar de reunião ministerial do G20, do ministro da Agricultura do Azerbaijão, Majnun Mammadov. O evento setorial propiciou encontro entre Mammadov e o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fávaro, e a assinatura de abrangente Memorando de Entendimento no campo da Agricultura, cuja negociação havia sido há muito concluída e que os ministros acordaram transformar em programa de ações concretas no curto prazo.

A realização da COP29, em Baku, em novembro de 2024, constituiu, para o governo azerbaijano, ponto culminante da sua busca de protagonismo na diplomacia multilateral, na qual identifica instrumento de projeção de imagem, de diversificação de parcerias e de interlocução política. O país desenvolve, nesse contexto, atividade multivetorial que tem componentes geográficos, religiosos, culturais, políticos e econômicos.

O processo de negociações com vistas à COP29 propiciou inédita coordenação entre as equipes de negociadores do Brasil e do Azerbaijão, o que contribuiu para o protagonismo brasileiro no processo de negociações e no resultado final da Conferência. No quadro dos desdobramentos políticos positivos para o relacionamento bilateral advindos dessa colaboração, para além do endosso brasileiro às numerosas iniciativas e declarações promovidas pela presidência azerbaijana da Conferência, cabe destacar a assinatura, no quadro da "Baku to Belém Climate Partnership", de Memorando de Entendimentos entre os dois Governos que projeta, para além do horizonte da COP30, as perspectivas de cooperação no campo da mudança do clima. O referido instrumento prevê, por um período inicial de três anos (renovável) ações conjuntas nos campos do clima e do desenvolvimento sustentável, tanto no quadro dos mandatos da COP29 e da COP30 como em iniciativas que venham a ser acordadas em torno aos resultados da presidência brasileira do G20 em 2024.

A diplomacia parlamentar tem espaço privilegiado no relacionamento bilateral, com a realização de visitas regulares de parlamentares brasileiros, pelas quais o lado azerbaijano manifesta elevado apreço.

Em fevereiro de 2020, pouco antes do fechamento das fronteiras do Azerbaijão em razão da pandemia, o senador Antonio Anastasia e o deputado Claudio Cajado, então presidentes dos grupos parlamentares de amizade Brasil-Azerbaijão no Senado Federal e na Câmara de Deputados, respectivamente, acompanharam, na condição de observadores parlamentares, as eleições para a Assembleia Nacional (" Milli Maclis") azerbaijana.

O então senador Antonio Anastasia fez nova visita ao Azerbaijão, a convite da Assembleia Nacional, no período de 30/10 a 05/11/2021, ocasião em que se encontrou com a atual presidente da Assembleia Nacional, deputada Sahiba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Gafarova, e com os ministros das Relações Exteriores, Jeyhun Bayramov, da Agricultura, Inar Karimov, e do Meio Ambiente, Muxtar Babayev.

No período de 2020 e 2021, os parlamentares dos grupos de amizade bilateral conduziram por videoconferência, com a participação dos embaixadores nas respectivas capitais, duas sessões de trabalho, dedicadas ao tema da luta contra a COVID-19.

No período de 6 a 9 de fevereiro de 2024, os senadores Carlos Viana e Nelsinho Trad, atual presidente do grupo parlamentar de amizade Brasil-Azerbaijão no Senado Federal, realizaram, a convite da "Milli Maclis", missão de observação das eleições presidenciais antecipadas, cuja lisura, transparência e organização elogiaram em declarações à imprensa local. Os parlamentares foram recebidos pelo primeiro vice-presidente da Assembleia, deputado Fazail Ibrahimli, e realizaram sessão de trabalho com membros do Grupo de Trabalho Interparlamentar Azerbaijão-Brasil.

Sinalizando a importância que o governo azerbaijano atribui ao papel da diplomacia parlamentar, os senadores brasileiros foram recebidos, na chancelaria local, pelo vice-chanceler Elnur Mammadov e, na presidência da República, pelo senhor Hikmat Hajiyev, principal assessor diplomático do presidente Aliyev. Em sinal de especial deferência aos parlamentares brasileiros, a parte final da reunião na chancelaria foi conduzida pelo próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Jeyhun Bayramov.

COMÉRCIO BILATERAL

De acordo com os últimos dados disponíveis do Comitê Estatal de Estatísticas do Azerbaijão (AzStat), entre janeiro e outubro de 2024, o comércio bilateral entre o Brasil e o Azerbaijão totalizou USD 171 milhões, indicando uma diminuição de USD 28 milhões, ou aproximadamente 13,97%, em comparação com o mesmo período de 2023, quando o comércio atingiu USD 199 milhões. Esse total inclui exportações do Brasil para o Azerbaijão no valor de USD 158 milhões e USD 13 milhões em importações brasileiras do Azerbaijão. A participação do Brasil nas importações totais do Azerbaijão permanece pequena e recuou dos 1,40% registrados de janeiro a outubro de 2023 para 0,95% no mesmo período de 2024, refletindo falta de dinamismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Entre janeiro e outubro de 2024, as exportações brasileiras para o Azerbaijão foram amplamente dominadas por açúcar bruto de cana (84,42%), seguido por carnes congeladas e produtos cárneos (5,75%) e amendoins (2,08%). Outros produtos incluíram tabaco (1,75%), máquinas e equipamentos elétricos (1,81%), frutas frescas, secas e enlatadas (0,73%), café e especiarias (0,79%), sementes para plantio (0,68%), produtos farmacêuticos e equipamentos médicos (0,34%), produtos de cuidados pessoais e cosméticos (0,29%), metais ferrosos (0,29%), suco de laranja (0,14%), vestuário (0,11%) e outros (0,82%). Essa diversidade reflete a ampla gama de produtos brasileiros exportados para o Azerbaijão, apesar da participação reduzida nas importações totais do país.

Entre janeiro e outubro de 2024, o Brasil exportou para o Azerbaijão aproximadamente USD 133 milhões em açúcar bruto de cana, refletindo uma queda de 14,14% em comparação com os USD 155 milhões registrados no mesmo período de 2023. Apesar dessa diminuição, o Brasil continua liderando o mercado de açúcar do Azerbaijão, atendendo à maior parte de sua demanda de importações. A redução nas exportações de açúcar brasileiro foi provavelmente influenciada pela retomada das importações de açúcar de beterraba da Rússia, após o levantamento de uma proibição temporária em agosto de 2023. Nova proibição foi introduzida no início de maio, mas permaneceu novamente só até 31 de agosto de 2024.

Entre janeiro e outubro de 2024, o Brasil exportou USD 9 milhões em carnes congeladas e produtos cárneos para o Azerbaijão, um aumento de 55,44% em comparação com os USD 5,8 milhões registrados no mesmo período de 2023. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelas exportações de carne bovina congelada, que atingiram USD 6 milhões, um aumento significativo em relação aos USD 1,7 milhões no mesmo período de 2023, devido à crescente demanda doméstica por produtos de carne no Azerbaijão, onde a produção local tem sido insuficiente para atender à demanda crescente.

Cabe assinalar, nesse contexto, a competitividade revelada por alguns setores brasileiros de exportação. O Brasil ocupou o segundo lugar nas exportações de carne bovina abatida para o Azerbaijão, atrás da Ucrânia (USD 25 milhões), com a Belarus em terceiro lugar (USD 4,1 milhões). Além disso, o Brasil manteve-se como o principal exportador no mercado de carne suína congelada, com USD 2 milhões - embora a população azerbaijana seja quase integralmente muçulmana, o Estado é rigorosamente laico, o que assegura os direitos de minorias étnicas e religiosas que consomem carne de porco, bem como o consumo de álcool.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Evolução das trocas comerciais 2022-2024

Houve queda do valor das exportações brasileiras para o Azerbaijão e da participação brasileira relativa no mercado azerbaijano em 2024. Em 2023, o fluxo do comércio bilateral totalizou USD 207,63 milhões, com pequena participação das exportações azerbaijanas (que caíram 99% em relação ao ano anterior). O resultado de 2023, representou redução se comparado ao total de 2022 (USD 209,34 milhões). Por outro lado, as importações de produtos brasileiros atingiram USD 207,49 milhões, aumento de 9,42% em relação ao valor de 2022 (USD 189,61 milhões). Em função da drástica redução das exportações azerbaijanas e da virtual manutenção do volume das importações com origem no Brasil, o tradicional saldo comercial em favor do Brasil aumentou 22,05% em 2023, totalizando USD 207,34 milhões ante USD 169,88 milhões, em 2022. Em 2024, porém, o superávit chegou a apenas USD 145 milhões, em razão da queda do valor das exportações brasileiras e da retomada das vendas de fertilizantes azerbaijanos.

POLÍTICA INTERNA

O presidente Heydar Aliyev dominou a vida política azerbaijana nos anos 1970 e 1980 e voltou a dirigir o país após a "débâcle" que se seguiu à guerra do Nagorno-Karabakh. Ao longo de dez anos, construiu um regime verticalizado que não foi alterado, em sua essência, pelo seu filho e atual presidente. Em 2013, foi adotada emenda constitucional pela qual se eliminou o limite no número de mandatos. Em 2016, ocorreu nova reforma constitucional, pela qual o mandato presidencial foi estendido de cinco para sete anos, bem como foi concedido ao presidente o poder de eliminar eleições presidenciais ou legislativas em razão de estado de guerra. Adicionalmente, criou-se o cargo de vice-presidente, que passou a ser ocupado pela primeira-dama, Mehriban Aliyeva.

Em abril de 2018, Ilham Aliyev foi reeleito, com mais de 83% dos votos, para seu quarto mandato, agora de sete anos. Imediatamente após ser reempossado, efetuou importantes mudanças em seu ministério, destacando-se a nomeação de seu antigo assessor de relações internacionais, Novruz Mammadov, para o cargo de primeiro-ministro, em lugar de Artur Rasizade, que vinha exercendo o cargo ininterruptamente

desde novembro de 2003. O número de vice-primeiros-ministros foi reduzido, passando dos anteriormente seis para apenas quatro. Em outubro de 2019, o então PM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mammadov renunciou, tendo assumido Ali Asadov, economista e parlamentar próximo ao Presidente.

A Assembleia Nacional (*Milli Mejlis*) é constituída de 125 deputados, eleitos por voto direto. A maioria dos assentos é ocupada pelo partido Novo Azerbaijão, do presidente Ilham Aliyev. Seu presidente, desde 2005, é o deputado Ogtay Asadov.

Nas eleições presidenciais antecipadas de fevereiro de 2024, o presidente Aliyev foi reeleito para seu quinto mandato. Em setembro de 2024, seu partido saiu vitorioso, igualmente, das eleições para o Parlamento.

POLÍTICA EXTERNA

A reeleição do presidente Aliyev, em fevereiro passado, para um mandato de sete anos, fortalece, no campo da política externa azerbaijana, o propósito de alcançar o reconhecimento internacional do país como uma "potência média" dotada de relações bilaterais diversificadas e ativa inserção no plano multilateral, alicerçadas numa economia sólida que, nas duas décadas do atual Governo, elevou o PIB per capita de USD 4,6 mil (PPP) para mais de USD 17 mil (PPP - dados do Banco Mundial) e alcançou o 97o. IDH (0,74, em 2021) entre 203 países (dados do PNUD).

Nesse contexto, para além da dimensão central que o conflito com a Armênia ocupa na política externa do Azerbaijão, a diplomacia presidencial do governo Aliyev dedicou esforços, nos últimos anos, para manter e promover aproximação com a União Europeia, países europeus e os Estados Unidos, procurando afirmar-se como parceiro confiável para a segurança energética ocidental, bem como valorizar o papel geoestratégico do seu país, sobretudo após o início da guerra russo-ucraniana. Em relação ao conflito, cabe assinalar, Baku tem procurado evitar atritos com a Rússia, embora declarando apoio à integridade territorial ucraniana, país ao qual tem prestado significativa ajuda humanitária. Além de o bom nível das relações políticas entre Baku e Moscou se manter aparentemente inalterado, o comércio bilateral vem aumentando desde o início das hostilidades na Ucrânia, embora sem registrar os notórios surtos das exportações dos vizinhos da região para a Rússia desde 2022.

Em 2024, a percepção de alinhamento de Bruxelas e Washington com Ierevan provocou forte reação de Baku e a deterioração das relações políticas com europeus e norte-americanos. Reunião entre Nicol Pashinyan, Ursula von der Leyen e Antony Blinken, em abril passado, foi vista por Baku como emblemática de uma virada ocidental pró-Armênia. Cabe assinalar que a visita ao contingente europeu por parte do presidente da Polônia, Andrzej Duda, em novembro passado, foi denunciada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

chancelaria local como "nova demonstração das políticas anti-azerbaijanas de vários membros da UE e das instituições europeias" e provocou convocação do encarregado de negócios polonês em Baku. Denúncias do parlamento europeu e da comissão parlamentar do Conselho Europeu (PACE) sobre a situação dos direitos humanos e da liberdade de imprensa no Azerbaijão contribuíram para a percepção em Baku, que se acentuou sobretudo com a proximidade da COP29, de que o país se tornara objeto de campanha de difamação orquestrada pela diáspora armênia e seus aliados nos países ocidentais, com vistas a impor-lhe concessões políticas.

As relações com Washington também sofreram deterioração em função de iniciativas congressuais norte-americanas que visaram a retirar da Casa Branca o poder de suspender, a cada ano, à "Seção 907" do "Freedom Support Act", que proíbe toda ajuda concessional ao Azerbaijão, e à imposição de sanções ("targeted sanctions") contra funcionários do Governo azerbaijano, por seu envolvimento no conflito do Karabakh. O Governo Aliyev tentou, sem êxito, revalorizar diante da administração Biden os fundamentos políticos das relações bilaterais, lançados nos anos 1990 no quadro da abertura ao Ocidente dos recursos energéticos do Cáspio e do apoio à luta contra o extremismo islâmico. Comentários elogiosos do presidente Aliyev ao ex-presidente Trump perante jornalistas, quando Biden ainda era candidato à reeleição, deixaram transparecer sua insatisfação com a administração democrata.

A volta do presidente Trump à Casa Branca, por outro lado, foi bem recebida por Aliyev. Em entrevista coletiva concedida à mídia azerbaijana em 7 de janeiro de 2025, o mandatário apontou para a possibilidade de elevar as relações bilaterais a um "patamar estratégico". A expectativa de Baku, segundo formulação do emissário presidencial Elchin Amirbayov, é que Washington "avalie adequadamente o valor do relacionamento com o Azerbaijão" em face do "novo status quo na região". Essa avaliação não deveria ser feita "pelo prisma da Armênia", ou de outros "fatores externos", mas levar em conta que o Azerbaijão "está condenado a ser o Estado fundamental da região".

No que se refere à estratégia regional e de segurança da política externa azerbaijana, para além dos vínculos políticos e militares que o Azerbaijão vem aprofundando desde a década passada com Turquia, Israel e Paquistão, bem como do estabelecimento de "parcerias estratégicas" com alguns países da Europa ocidental, a diplomacia presidencial de Aliyev tem procurado fortalecer vínculos com países dos balcãs e da Ásia central. O fornecimento de energia de fontes fósseis e "verdes", ao amparo de MdE assinado com a UE em 2021, constitui o principal vetor do relacionamento com os primeiros, enquanto que, com os segundos, o objetivo, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

médio prazo, é a articulação de um espaço político e econômico regional, em torno da Organização dos Estados Túrquicos, no qual o Azerbaijão desempenharia papel de articulador e "hub" indispensável de transportes e comunicações entre a China, a Ásia central, a Turquia e a Europa.

O Azerbaijão também tem procurado aprofundar suas relações com países do Golfo, entre os quais se destacam a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos como parceiros na construção de usinas de energia solar e eólica, bem como fonte de outros investimentos e de crescente fluxo de turistas. Na América Latina e no Caribe, o Azerbaijão reconhece a liderança brasileira e tem procurado apresentar projetos de acordo de cooperação bilateral na área econômico-comercial.

Baku também tem procurado desenvolver interlocução com outros países da região, a exemplo dos que compõem a Aliança do Pacífico, cujas exportações vêm aumentando, embora ainda representem pequena parcela do mercado azerbaijano. Cabe assinalar, ainda, a expansão da rede de postos do Azerbaijão no exterior. Nos últimos dois anos, foram abertas embaixadas residentes no Vaticano, em Havana e em Tel Aviv - bem como escritório comercial em Ramalá.

No campo da diplomacia multilateral, onde busca diversificar parcerias e interlocução política, bem como uma maior projeção internacional, o Azerbaijão, membro histórico da Comunidade dos Estados Independentes, participa em vários formatos de outros mecanismos e organismos regionais e inter-regionais, como a Organização dos Estados Túrquicos, da qual é membro fundador, da Organização de Cooperação de Xangai, da qual é "parceiro de diálogo", e mesmo da Aliança do Pacífico, da qual se tornou observador em 2019. Cabe destacar, nesse contexto, que o Azerbaijão participa ativamente de organismos internacionais de corte político e cultural que congregam países islâmicos, dos quais tem tradicionalmente obtido apoio no prolongado conflito com a Armênia.

A eleição de Baku, no final de 2023, para sediar a 29a sessão da Conferência das Partes da UNFCCC (COP29), graças a entendimentos com Ierevan que levaram a Armênia a desistir da própria candidatura a sede do evento, foi apresentada como novo ponto culminante da diplomacia multilateral azerbaijana. O desafio de realizar a Conferência em prazo recorde foi enfocado pelo Governo Aliyev como projeto de Estado que, para além de vultosos investimentos, mobilizou todos os organismos governamentais, empresas e entidades privadas e paraestatais, bem como a sociedade em geral - o evento contou com o trabalho de 10 mil jovens voluntários. Ao longo de 2024, o Brasil prestou significativo apoio à equipe negociadora e, por ocasião da Conferência, o Azerbaijão convidou o Brasil a assumir oficialmente, juntamente com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Reino Unido, função de apoio formal na construção do pacote final das negociações, em modalidade inédita de contribuição diplomática nas COPs de clima.

Questão de Nagorno-Karabakh

O conflito com a Armênia continua a ser o principal eixo da política externa do Azerbaijão. A região de Nagorno-Karabakh tem cerca de 8.200 km² e uma população de cerca de 140 mil habitantes. Desde o início do século XX, a região, com população majoritariamente armênia, é disputada pela Armênia e por etnias que vieram a compor o moderno Estado do Azerbaijão. Com a eclosão da revolução bolchevique e a posterior consolidação da União Soviética, Josef Stalin decidiu, em 1923, manter o território como parte da República Socialista Soviética (RSS) do Azerbaijão, com o status de região autônoma. Em 1945, 1965 e 1977, houve petições para que Nagorno-Karabakh fosse anexado à RSS da Armênia, sem sucesso. Com o advento da "perestroika", o território de Nagorno-Karabakh transformou-se na primeira região dissidente da União Soviética.

Em dezembro de 1991, após a dissolução da URSS, os armênios de Nagorno-Karabakh aprovaram a criação de um Estado independente. O conflito que se seguiu, que opôs forças azerbaijanas aos armênios de Nagorno-Karabakh, gerou, segundo números do Azerbaijão, cerca de 30 mil mortos dos dois lados e mais de um milhão de refugiados de etnia azerbaijana, deslocados da Armênia e da região de Nagorno-Karabakh. Os armênios étnicos ocupam, além do Karabakh propriamente dito, sete distritos azerbaijanos adjacentes.

Desde 1992, negociações de paz têm sido conduzidas, no âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), pelo Grupo de Minsk, sob a co-presidência dos EUA, da Rússia e da França. A Rússia mediou cessar-fogo, assinado em 1994 pelas partes, que, no entanto, jamais assinaram tratado de paz. Em 2016, reacenderam-se hostilidades na região, resultando em 64 baixas. Em 29 de março de 2019, o presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, e o primeiro-ministro da Armênia, Nikol Pashinyan, reuniram-se em Viena. Tratou-se do primeiro encontro formal entre os dois líderes, sob a mediação do Grupo de Minsk da OSCE. O encontro não teria produzido avanços substantivos.

Em setembro de 2020, iniciou-se nova etapa do conflito, com choques na região internacionalmente reconhecida como azeri, mas sob controle armênio até então. O conflito rapidamente evoluiu para uma guerra entre Azerbaijão e Armênia. Em 9 de novembro desse ano, um acordo de cessar-fogo foi firmado, e o Azerbaijão declarou vitória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Seguem em curso tratativas entre a Armênia e o Azerbaijão, com vistas a um acordo de paz. No entanto, em função de divergências das partes em diversos aspectos de eventual acordo, os encontros não resultaram, até o momento, em avanços concretos nas tratativas.

Posição do Brasil

O Brasil mantém posição histórica de apoio à integridade territorial do Azerbaijão e à solução pacífica do conflito, além de apoiar a mediação prestada pelo Grupo de Minsk no âmbito da OSCE. Os esforços para solução pacífica do conflito também foram saudados na Declaração da XII Cúpula dos BRICS, de novembro de 2020. Convém ao Brasil acompanhar com atenção os acontecimentos na região, pois, apesar de o conflito parecer relativamente limitado à disputa entre Armênia e Azerbaijão, seus desdobramentos podem afetar a estabilidade regional no Cáucaso, em virtude do envolvimento de Rússia e Turquia na disputa.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Azerbaijão apresenta elevado grau de intervenção do governo, a qual se manifesta, por exemplo, na participação de monopólios estatais na produção industrial e nas exportações. O capitalismo de Estado, assim, pode ser considerado a força motriz da economia. O investimento público, parte da política de investimento nacional, tem impacto direto na geração de renda e emprego, estimulando o mercado interno. A principal fonte de investimento público são as receitas orçamentárias do Estado provenientes do setor de petróleo e gás, constituídas principalmente pelas transferências ao Tesouro do SOFAZ - encarregado de formar as reservas internacionais do país - e pelos impostos pagos pela Companhia Estatal de Petróleo do Azerbaijão (SOCAR) sobre suas operações. Além desses, a SOCAR paga ao Estado significativo volume de impostos de importação, em razão da compra de máquinas e equipamentos necessários ao seu funcionamento.

O Azerbaijão estende tratamento nacional aos investidores estrangeiros, incluindo parceiros em "joint ventures", que são amparados pela Lei de Proteção ao Investimento Estrangeiro, pela Lei de Atividade de Investimento e por garantias contidas em acordos e tratados internacionais.

O comércio exterior exerce papel crucial para a sustentabilidade da atividade econômica e para a política macroeconômica e financeira do Azerbaijão. A balança comercial do país apresenta, historicamente, saldo positivo, o que é explicado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bom desempenho do setor de petróleo, gás e derivados no mercado internacional, especialmente no último quinquênio. A significativa contribuição do comércio exterior para o crescimento econômico distingue a economia azerbaijana daquelas de seus vizinhos da região do Sul do Cáucaso, cuja balança comercial externa nunca apresentou resultado positivo, desde a conquista da independência das ex-repúblicas soviéticas da região, em 1991.

O Banco Central (CBAR) tem a missão de manter a estabilidade macroeconômica, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros e garantir a competitividade do comércio exterior, entre outros objetivos. O principal fator de garantia da estabilidade macroeconômica é a receita das grandes reservas de petróleo e gás do país, em particular das reservas do Fundo Estatal de Petróleo do Azerbaijão (SOFAZ).

As receitas oriundas da venda de petróleo bruto e de gás desempenham papel fundamental na determinação da política cambial do Azerbaijão e contribuem para o aumento da liquidez e da oferta de moeda na economia mediante leilões do CBAR, financiados, a partir de 2015, com recursos do SOFAZ. O fato de o saldo em conta corrente ser tipicamente positivo contribui para a manutenção de câmbio estável (por volta de USD 1=AZN 1,70), fator chave para a estabilidade macroeconômica do Azerbaijão e para a atividade das empresas importadoras que suprem a demanda no mercado doméstico e, em particular, garantem a segurança alimentar do país.

Por outro lado, a forte dependência entre as importações para o suprimento do mercado interno e as receitas oriundas das exportações de petróleo e gás que viabilizam essas compras internacionais implica constante risco à estabilidade macroeconômica do país, experimentada por ocasião da crise de 2016, que levou a uma significativa desvalorização do manat. As receitas de exportação de outros setores ainda estão longe de alcançar patamar que seja suficiente para o custeio das necessidades de importação. Por essa razão, o governo azerbaijano vem declarando que seu principal objetivo macroeconômico é o estímulo às exportações não petrolíferas.

Acordos comerciais multilaterais

Apesar de ainda não ser membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Azerbaijão é parte de diversas convenções comerciais internacionais. Os principais acordos são listados a seguir (entre parênteses, o ano de ratificação pelo Azerbaijão): (i) Convenção Aduaneira sobre a Importação Temporária de Veículos Rodoviários Comerciais de 1956 (2000); (ii) Convenção sobre o Comércio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção de 1973 (1998); (iii) Convenção Europeia de Arbitragem Comercial Internacional de 1961 (1996); (iv) Convenção Postal Universal e seu Protocolo Final (2019); (v) Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional de 1999 - Convenção de Montreal e o Protocolo que a modifica (1999); (vi) Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional de 1999 - Convenção de Varsóvia (1999); (vii) Convenção Relativa ao Transporte Ferroviário Internacional - COTIF (2015); (viii) Convenção das Nações Unidas sobre o Uso de Comunicações Eletrônicas em Contratos Internacionais de 2005 (2018).

Acordos comerciais bilaterais

Após a independência, o Azerbaijão assinou acordos de livre comércio (ALCs) com várias ex-repúblicas da União Soviética, a saber: Uzbequistão (1992); Rússia (1992); Moldova (1995); Ucrânia (1995); Geórgia (1996); Turcomenistão (1996); Cazaquistão (1997); República Quirguiz (2004); Belarus (2004); e Tajiquistão (2007).

Apesar de terem muitos artigos semelhantes, como eliminação de tarifas alfandegárias, medidas contra a discriminação, aplicação do tratamento nacional e estabelecimento de cooperação entre as autoridades aduaneiras, os ALCs também compreendem disposições específicas e exclusivas, caso a caso.

Logística e transportes

O papel do setor de transportes é crucial para a economia do Azerbaijão e, mais além, para suas pretensões de projeção política. A localização geográfica posiciona o Azerbaijão como importante ponto de conexão dos corredores de transporte internacional entre a Ásia, o Oriente Médio, a Europa e a região do Mediterrâneo. Nesse contexto, o governo está empenhado na implementação de dois grandes projetos internacionais: o Corredor de Transporte Norte-Sul e o Corredor de Transporte Leste-Oeste Trans-Cáspio ("Middle Corridor" ou Corredor do Meio).

O Governo azerbaijano tem promovido, em numerosos foros internacionais, a importância do chamado "Middle Corridor" entre a Europa e a Ásia, no qual este país desempenha um papel chave como "hub" regional de trânsito de mercadorias, graças a vultosos investimentos em infraestrutura ferroviária, rodoviária, portuária e aeroportuária. Cabe apontar, nesse quadro, que o conflito na Ucrânia tem provocado notável deslocamento dos fluxos de transporte regionais, o que tem beneficiado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Azerbaijão, único território que permanece livre de sanções unilaterais no eixo leste-oeste de transporte terrestre entre a Ásia, Europa e o Oriente Médio.

O Governo azerbaijano vem desenvolvendo, também, o ambicioso projeto do novo Porto de Comércio Marítimo Internacional de Baku. A primeira etapa do complexo portuário tem capacidade de movimentação de 15 milhões de toneladas de carga por ano, incluindo 100 mil unidades de contêineres de 20 pés. Com a conclusão da segunda etapa da construção do complexo portuário, a capacidade total de movimentação aumentará para 25 milhões de toneladas de carga e até 500 mil unidades de contêineres de 20 pés.

No modal ferroviário, os principais corredores leste-oeste atualmente são as linhas Baku-Tbilisi-Kars e Baku-Horadiz. O modal rodoviário, que conecta a Europa e o Cáucaso com a Ásia Central através do Azerbaijão, parte de Baku e chega aos portos de Poti e Batumi, no Mar Negro (860 km). A declaração trilateral de 10 de novembro de 2020 entre o Azerbaijão, a Rússia e a Armênia, a qual encerrou a "guerra dos 44 dias", incluiu referência à abertura do chamado "Corredor de Zangezur", o qual ligaria as regiões ocidentais do Azerbaijão à República Autônoma de Nakhchivan, seguindo trajeto paralelo à fronteira com o Irã, e se integraria ao Corredor de Transporte Leste-Oeste.

Em agosto de 2022, os governos do Azerbaijão, do Uzbequistão e da Turquia assinaram a Declaração de Tashkent, a qual, entre outros temas, define prioridades para o desenvolvimento do "Middle Corridor" e do "Corredor de Zangezur".

A seu turno, o chamado Corredor de Transporte Norte-Sul é uma rota internacional que poderá facilitar o transporte de mercadorias entre Índia, Irã, Afeganistão, Azerbaijão, Rússia, Ásia Central e Europa. A parte principal do Corredor de Transporte Norte-Sul, com 7.200 km de extensão, é formada pela linha ferroviária Rússia-Azerbaijão-Irã, com 505 km de extensão no território do Azerbaijão. O transporte de carga pelo corredor deverá ser, inicialmente, de 5 milhões de toneladas por ano, sendo o objetivo atingir volume de 10 milhões de toneladas por ano, conforme informações oficiais.

Em setembro de 2022, Azerbaijão, Irã e Rússia assinaram a "Declaração de Baku", que dispõe sobre a cooperação para o desenvolvimento da infraestrutura logística entre os respectivos países, com vistas ao melhor aproveitamento do potencial do Corredor de Transporte Norte-Sul. A cooperação para o desenvolvimento de corredores de transporte internacionais, em particular o Corredor de Transporte Internacional Norte-Sul, consta do artigo 21(4) do tratado de parceria estratégica assinado entre a Rússia e o Irã, em Moscou, no último dia 17 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Desempenho da economia do Azerbaijão em 2024

Conforme os mais recentes dados publicados pelo Comitê Estatal de Estatísticas do Azerbaijão (AzStat), o PIB do Azerbaijão, no período de janeiro a novembro de 2024, alcançou USD 66,44 bilhões, registrando um aumento de 4,1% em comparação com o mesmo período de 2023. O setor de petróleo e gás da economia apresentou um crescimento de 0,4%, enquanto os demais setores não relacionados a petróleo e gás cresceram 6,4%.

De acordo com esses dados, 37,1% da produção derivou da atividade industrial; 10,0% do comércio e manutenção de veículos; 7,1% dos setores de transporte e armazenagem; 6,2% da construção civil; 6,1% da agricultura, silvicultura e pesca; 2,5% dos setores hoteleiro e de serviços de alimentação; 1,8% de atividades de TICs; e 19,2% de outros setores. Os tributos líquidos sobre produtos e importações totalizaram 10,0% do PIB.

Durante o período de janeiro a novembro de 2024, os principais investimentos em capital totalizaram USD 9,3 bilhões, refletindo uma diminuição de 3,8% em comparação com o mesmo período de 2023. O volume de investimentos destinados ao setor de petróleo e gás diminuiu 9,0%, enquanto os investimentos nos demais setores diminuíram 1,1%. 24. De janeiro a novembro de 2024, os dados oficiais situam a inflação em 2%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Durante o período, os preços de alimentos, bebidas e tabaco registraram um aumento de 1%, enquanto os produtos não alimentícios tiveram um aumento de 1,5% e os preços no setor de serviços aumentaram 3,8%.

Comércio exterior do Azerbaijão

De acordo com dados do Comitê Estatal Alfandegário (DGK), o volume de comércio do Azerbaijão, no período de janeiro a novembro de 2024, totalizou USD 43,11 bilhões, uma queda de 8,9% em comparação com o mesmo período de 2023. As exportações alcançaram USD 24,34 bilhões (queda de 22,8%), enquanto as importações totalizaram USD 18,77 bilhões (aumento de 18,7%). O superávit comercial foi de USD 5,57 bilhões, uma diminuição de quase 65% em relação ao ano anterior.

A estrutura das exportações de janeiro a novembro permaneceu dominada pelo setor de petróleo e gás, que representaram 87% do volume total, ressaltando a contínua dependência do Azerbaijão de seus recursos de hidrocarbonetos como principal impulsionador da receita de exportação. Em contraste, a composição das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importações foi mais variada, incluindo setores como máquinas, aparelhos elétricos, equipamentos e peças de reposição (18,57%); veículos e peças de reposição (11,75%); e metais ferrosos e seus produtos (5,76%). O setor de alimentos representou 11,68% das importações.

O Azerbaijão realizou trocas comerciais com 176 países no período de janeiro a novembro de 2024. Os principais mercados de exportação foram, em ordem decrescente, a Itália (40,44%), Turquia (14,45%) e Rússia (4,45%), enquanto que as principais fontes das importações foram a China (18,01%), que pela primeira vez supera a Rússia (17,55%) e a Turquia (11,24%), tradicionais parceiros comerciais do Azerbaijão.

CRONOLOGIA HISTÓRICA
1913 – Por tratado, a Pérsia cede à Rússia a região que hoje é o Azerbaijão.
1918 – Após a Revolução Russa, o Azerbaijão torna-se independente.
1920 – Com a proclamação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Azerbaijão e outros países do Cáucaso formaram a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana.
1936 – O Azerbaijão, como entidade autônoma, torna-se parte constitutiva da União Soviética.
1991 – Com o colapso da União Soviética, o país torna-se independente.
1991 – Guerra com a Armênia pela soberania sobre a região de Nagorno-Karabakh.
1992 – O Azerbaijão ingressa na Organização das Nações Unidas.
1994 – Cessar-fogo com a Armênia, sob mediação russa.
2003 – Assume o presidente Ilham Aliyev, filho do ex-presidente Heydar Aliyev.
2008 – Presidente Ilham Aliev é reeleito
2009 – Referendo elimina limites para a reeleição presidencial.
2011 – O Azerbaijão assume assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato 2012-13.
2013 – Presidente Ilham Aliev é reeleito pela segunda vez.
2016 – Conflagrações em Nagorno-Karabakh mudam fronteira na linha de contato em favor do Azerbaijão.
2018 – Presidente Ilham Aliev é reeleito pela terceira vez.
2024 - Presidente Ilham Aliev é reeleito pela quarta vez.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1993 – Brasil e Azerbaijão estabeleceram relações diplomáticas
1997 – Então presidente do Conselho Supremo do Azerbaijão, Rasul Guliyev visita o Brasil para negociar compra de equipamentos agrícolas, açúcar e frango; formação de "joint-ventures" no setor petroleiro do Cáspio; participação em financiamentos de projetos no Azerbaijão e presença de empresas brasileiras naquele país
2006 – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão Elmar Mammadyarov reúne-se com Ministros brasileiros para a construção de oleodutos e gasodutos no Mar Cáspio
2006 – Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão
2009 – Brasil abre Embaixada residente em Baku
2010 – Acordo, por troca de Notas, sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço
2012 – Azerbaijão abre Embaixada Residente em Brasília
2013 – Visita ao Brasil do Ministro dos Esportes, Azad Rahimov. Missão empresarial a Baku. Comemoração dos vinte anos do estabelecimento de relações diplomáticas. II Reunião de Consultas Políticas
2017 – Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira ao Azerbaijão (Baku, 15 de novembro)
2022 - Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Elnur Mammadov, em junho de 2022 para reunião de Consultas Políticas
2023 – Visita ao Brasil o embaixador Elchin Amirbayov, assessor para assuntos internacionais da Primeira Vice-Presidente do Azerbaijão, na qualidade de emissário especial do Presidente Ilham Aliyev
2024 – Visita da Secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha a Baku para realização de Consultas Políticas
2024 – Encontro entre o Ministro de Estado, embaixador Mauro Vieira, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Jeyhun Bayramov, à margem da Cúpula do BRICS em Kazan, Rússia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 11, DE 2025

(nº 287/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 287

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de março de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00050/2025 MRE

Brasília, 10 de Março de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e o curriculum vitae de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Denis Fontes de Souza Pinto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.001458/2025-32

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 351/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 25/03/2025, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6524112** e o código CRC **7944CDD5** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001458/2025-32 SEI nº 6524112

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO*
CPF.: [redacted]
ID.: [redacted]

1966	Filho de [redacted], nasce em [redacted]
Dados Acadêmicos:	
1988	Relações Internacionais pela Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília/DF
1989	Instituto de Relações Internacionais da Universidade Sophia, Tóquio/Japão, Pesquisador
1992	Tese de mestrado, "United Nations: Japan's quest for autonomy and search for security in an interdependen world"; Mestrado em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela Escola de Cultura Comparada da Universidade Sophia, Tóquio/Japão
1994	CPCD - IRBr
2003	CAD - IRBr
2011	CAE - IRBR, "Relações Brasil - Arábia Saudita: Novas Perspectivas"
Cargos:	
1995	Terceiro-secretário
2001	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário, por merecimento
2008	Conselheiro, por merecimento
2014	Ministro de segunda classe, por merecimento
2023	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1996	Departamento de Europa, assistente
1996-99	Divisão de Europa I, assistente
1997	Embaixada em Oslo, terceiro-secretário e encarregado de negócios em missão transitória
1999-2000	Governo do Distrito Federal, assessor internacional chefe do Cerimonial
2000-01	Organização das Nações Unidas, Conselho Consultivo do Timor Leste, Administração Transitória das Naçõ Unidas em Timor Leste, Departamento Político, assessor especial
2001-02	Governo do Distrito Federal, assessor internacional e chefe do Cerimonial
2002-05	Embaixada em Paris, segundo-secretário
2005-06	Embaixada em Riade, segundo-secretário, conselheiro comissionado e encarregado de negócios
2006	Embaixada em Amã, Núcleo Iraque, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006	Embaixada em Bagdá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006-09	Embaixada em Beirute, primeiro-secretário e conselheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2007	Embaixada em Doha, encarregado de negócios em missão transitória
2007	Escritório de Representação em Ramalá, encarregado de negócios em missão transitória
2008	Embaixada em Riade, encarregado de negócios em missão transitória
2008	Consulado-Geral em Beirute, encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
2009	Embaixada em Bagdá, Conselheiro em missão transitória
2009-11	Embaixada em Riade, Cconselheiro e encarregado de negócios
2010	Embaixada em Roseau, encarregado de negócios em missão transitória
2011-13	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-geral adjunto
2013-17	Embaixada em Kinshasa, embaixador
2017-18	Presidência da República, assessor internacional
2018-19	Consulado-Geral em Istambul, missão transitória
2019-22	Embaixada em Paris, ministro-conselheiro
2022-	Senado Federal, assessor internacional
Condecorações:	
1999	Ordem do Mérito Brasília, Governo do Distrito Federal, Brasil, grã-cruz
1999	Ordem Dannebrog, Dinamarca, cavaleiro
1999	Mérito D. Pedro II, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasil, medalha
1999	Mérito Alvorada, Governo do Distrito Federal, Brasil, medalha
1999	Mérito Buriti, Governo do Distrito Federal, Brasil, medalha
1999	Ordem do Mérito Cultural, Governo do Distrito Federal, Brasil, comendador
1999	Mérito Fu Shingkan, Taiwan, medalha
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, cavaleiro
2000	Mérito Tiradentes, Polícia Militar do Distrito Federal, medalha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO

REINO DA ARÁBIA SAUDITA

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

Fevereiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SUA MAJESTADE, REI SALMAN BIN ABDULAZIZ AL SAUD

Nasceu em 1935. É o sexto filho do fundador da Arábia Saudita, Abdulaziz Al Saud, com sua esposa mais influente, Hussa Al Sudairi. Em 1954, foi designado vice-governador da província de Riade. Em 1963, assumiu o governo da província, cargo que ocupou durante 48 anos. Em 2011, foi indicado pelo então Rei Abdullah bin Abdulaziz para chefiar o Ministério da Defesa. Em 2012, foi nomeado príncipe-herdeiro. Assumiu o trono em 2015, aos 79 anos.

SUA ALTEZA REAL, PRÍNCIPE HERDEIRO E PRIMEIRO-MINISTRO MOHAMMED BIN SALMAN AL SAUD (MBS)

Nasceu em 1985. É o filho mais velho do rei Salman com sua terceira esposa. Dedicou-se a atividades filantrópicas até ser nomeado, em 2009, assessor especial de seu pai, quando ainda exercia o governo da província de Riade. Desde 2015, acumula os cargos de ministro da Defesa, presidente do Conselho Econômico de Desenvolvimento e presidente do Conselho de Assuntos Políticos e de Segurança. Em 2017, tornou-se o príncipe-herdeiro. Desde então, tomou a frente na condução das políticas interna, externa e econômica do país. Em setembro de 2022, foi nomeado primeiro-ministro e assim se tornou formalmente chefe de governo.

SUA ALTEZA, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, PRÍNCIPE FAISAL BIN FARHAN AL SAUD

Nasceu em 1974, em Frankfurt. Em 2015, tornou-se assessor do então vice-príncipe-herdeiro Mohammad bin Salman (MBS). Em 2017, com a elevação de MBS à posição de príncipe-herdeiro, assumiu assento na diretoria da recém-criada *holding* de defesa *Saudi Arabian Military Industries* (SAMI). No mesmo ano, tornou-se assessor do embaixador saudita em Washington. Em fevereiro de 2019, foi nomeado embaixador em Berlim, posição que ocupou até assumir o cargo de chanceler, em outubro do mesmo ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os laços diplomáticos entre o Brasil e a Arábia Saudita, estabelecidos em 1968, baseiam-se na amizade e na cooperação, que contribuíram para a construção de relevante parceira.

De parte a parte, verifica-se percepção da natureza estratégica dos vínculos bilaterais, decorrente não só de serem os dois países atores incontornáveis nas respectivas regiões, mas também de possuírem elevado grau de complementaridade entre suas economias.

A Arábia Saudita, além de segundo maior mercado, em 2024, para as exportações brasileiras no Golfo, integra o G20 e compartilha, com o Brasil, posições semelhantes em temas da agenda regional e global. Participa, ainda, como estado convidado, das atividades do BRICS.

Ambos os países apresentaram, nos últimos anos, crescentes níveis de aproximação, com a realização, a partir de 2019, de visitas bilaterais de alto nível e intensificação da agenda econômica, com enfoque na promoção de investimentos recíprocos.

A Arábia Saudita conta com o 5º maior fundo soberano do mundo — o *Public Investment Fund* (PIF) —, que controla US$ 925 bilhões em ativos. O PIF anunciou, em 2019, a intenção de investir até US$ 10 bilhões no Brasil.

Em novembro de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, em Riade, de encontro com o Príncipe Herdeiro e Primeiro-Ministro, Mohammed bin Salman, e de fórum empresarial, com expressiva participação de empresas brasileiras e sauditas.

Em junho de 2024, visitou Riade, por sua vez, o Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a convite do titular do Ministério do Investimento da Arábia Saudita (MISA), Khalid Al-Falih. Participou, na ocasião, de mesa-redonda com o setor financeiro e fundos de investimento de ambos países.

Ainda em 2024, em duas ocasiões, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, esteve na Arábia Saudita: em março, em Jedá, para consultas bilaterais com o Chanceler saudita Faisal bin Farhan e, em setembro, em Riade, para participação na I Reunião Ministerial Brasil-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), quando foi assinado memorando de entendimento sobre diálogo estratégico Brasil-CCG.

Registram-se, também, visitas a Riade dos seguintes ministros: o Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, avistou-se, em julho de 2023, com sua contraparte saudita e outras entidades locais; o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou, em janeiro de 2025, do evento *Future Minerals Forum,* quando manteve encontros com os ministros sauditas de Energia, príncipe Abdulaziz bin Salman Al Saud, e de Indústria e Recursos Minerais, Bandar Alkhorayef; o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encontrou-se, em fevereiro de 2025, na Arábia Saudita, com o titular do MISA, para apresentar oportunidades de investimentos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também se realizaram, no período 2023-2034, duas missões sauditas ao Brasil. A primeira, liderada pelo titular do MISA e composta por representantes do governo e setor privado do Reino, participou, em julho de 2023, em São Paulo, entre outras atividades, de fórum empresarial Brasil-Arábia Saudita na FIESP. Por sua vez, o Ministro da Indústria e Recursos Minerais saudita, Bandar Alkhorayef, cumpriu, em julho de 2024, extensa programação no Brasil, com encontros no Ministério de Minas e Energia, FIESP, BNDES e Vale, assim como visitas à Embraer, ao Instituto Butantan e às instalações da Vale em Carajás.

No âmbito político-institucional, foi assinado — por ocasião da reunião de Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, em novembro de 2024 — memorando de entendimento para a criação do Conselho de Coordenação Brasil-Arábia Saudita, com vistas ao estreitamento da cooperação bilateral.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

No campo do comércio, considerando o valor das trocas bilaterais, a Arábia Saudita é o principal parceiro do Brasil no Oriente Médio e Norte da África. Em 2024, o intercâmbio foi de US$ 6,2 bilhões. Em 2022 e em 2023, esse montante atingiu, respectivamente, US$ 8,2 bilhões e US$ 6,7 bilhões. A pauta bilateral apresenta forte nível de complementaridade, com exportações, pelo Brasil, de proteína animal (carne vermelha e de frango) e agrícolas (complexo soja, açúcar, milho e trigo). As importações brasileiras limitaram-se a petróleo bruto, outros produtos petroquímicos ou de origem mineral e fertilizantes.

As exportações de *commodities* agrícolas representam mais de 85% da pauta. O Brasil é o maior fornecedor desses produtos para o Reino, com 11% do mercado, seguido da Índia. Em regra, o saldo da balança comercial foi, nos últimos anos, desfavorável ao Brasil, sobretudo nos momentos de alta nos preços do petróleo, como em 2022, quando o déficit atingiu US$ 2,4 bilhões. Esse quadro foi agravado em razão do aumento das importações brasileiras de fertilizantes sauditas. Em 2024, registrou-se saldo, favorável ao Brasil, de US$ 76 milhões.

Há potencial para diversificação da pauta exportadora brasileira para além de *commodities*, com produtos de maior valor agregado, especialmente alimentos industrializados, cosméticos, móveis, materiais para construção, materiais elétricos, outros produtos manufaturados e material de emprego militar. A Arábia Saudita é o 2º maior importador mundial de produtos e serviços de defesa e deverá investir no setor em consonância com os objetivos de expansão da produção local previstos no plano "Visão 2030" de diversificação da economia local.

Estima-se que o estoque de investimentos sauditas no Brasil seja hoje da ordem de US$ 3,5 bilhões a US$ 5 bilhões, concentrado em empresas privadas brasileiras como a Vale, a Minerva, a BRF e a Pátria Investimentos. O ano de 2023 foi recordista em matéria de investimentos sauditas no país, com duas importantes operações: aquisição de 10% da Vale Metais Básicos pela Manara, empresa do fundo soberano saudita PIF (US$ 2,6 bilhões), e de 11% da BRF (US$ 340 milhões) pela *Saudi Agriculture and Livestock Investment Company* (SALIC) — braço agropecuário do PIF, que tem ainda uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

participação de 34% (US$ 450 milhões) na Minerva Foods. A *Saudi Basic Industries Corporation* (SABIC), empresa do setor petroquímico ligada à petroleira Saudi Aramco, detém uma unidade de produção de polímeros e um laboratório de pesquisa em São Paulo; outras duas subsidiárias da Aramco com sede no exterior, a Arlanxeo e a Clariant, possuem conjuntamente US$ 120 milhões em investimentos no Brasil.

Há também casos de investimentos privados sauditas no Brasil, como é o caso do grupo Abdul Latif Jameel em energia solar no Estado do Ceará (Complexo Fotovoltaico Banabuiu, com capacidade de 300 MW) e da Fal Holdings na produção e exportação de café.

Registrou-se, igualmente, nos últimos três anos, crescente presença de empresas brasileiras com interesse na Arábia Saudita, aproveitando-se das oportunidades oferecidas pelo plano Visão 2030, frequentemente na forma de parcerias ou 'joint ventures' com empresas especializadas do PIF (SALIC e SAMI, por exemplo).

É expressiva a presença de empresas brasileiras no setor de proteína animal na Arábia Saudita, em especial no segmento de processamento de carne de aves. Nesse sentido, merece especial menção a ampliação da atuação, no Reino, dos grupos BRF/Sadia e da JBS/Seara. Este último está concluindo a construção de uma unidade de produção de frango na zona industrial de Jedá; em outubro de 2024, a BRF anunciou a aquisição de 26% (US$ 84 milhões) da unidade de produção de frango *Addoha Poultry Company*, como parte de uma 'joint venture' com a *Halal Products Development Company*, empresa do PIF; a JBS assinou, em janeiro de 2025, memorando de entendimento com o MISA, que prevê um investimento conjunto de US$ 2 bilhões para construção de unidade de abate, refrigeração e processamento de produtos cárneos no Reino; e, em fevereiro de 2025, a empresa Vibra Agroindustrial S.A. anunciou a conclusão de acordo com a *Tanmiah Food Company*, o qual contempla investimento de US$ 150 milhões na expansão da capacidade de produção da empresa saudita com uso de aves criadas localmente.

No setor de defesa, destacam-se, além da Avibrás, presente no mercado saudita há quatro décadas, a Mac Jee (produção de explosivos), a Companhia Brasileira de Cartuchos/Taurus (munições) e, mais recentemente, a Akaer, que estabeleceu parceria com o grupo de defesa saudita *Intra Defense Technologies* com vistas ao desenvolvimento de veículos aéreos não tripulados (VANTs).

A Vale, por sua vez, assinou memorando de entendimento com o *'National Industrial Development Center'* (NIDC), em 2022, para realizar estudo de viabilidade com vistas à instalação de planta de beneficiamento e aglomeração de minério de ferro, com tecnologia de baixo carbono, na região da Província do Leste.

É de notar que, nos últimos três anos, o número de empresas brasileiras estabelecidas na Arábia Saudita mais que duplicou: Avibrás, Embraer, CBC/Taurus, Mac Jee e BTG Pactual (primeiro banco de investimentos latino-americano presente no Reino) mantêm atualmente escritórios de representação em Riade; a WEG, a InvestSP e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, com sede em São Paulo, também estão considerando a abertura de representações locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

A Arábia Saudita é um Estado monárquico unitário, fundado em 1932 pelo rei Abdulaziz Al Saud, que governou até 1953. A "Lei Básica de Governo", editada em 1992 por meio de decreto real, fornece as diretrizes básicas de organização do Estado e da sociedade. A Lei Básica atribui ao Corão o papel de Constituição, sendo o livro sagrado observado pelo Judiciário, quando aplicável.

Tradicionalmente, o rei é, ao mesmo tempo, chefe de Estado e de governo, acumulando o título de primeiro-ministro. O Conselho de Ministros, criado em 1953, exerce funções executivas e discute proposições legislativas. Os ministros são indicados pelo rei, que pode vetar qualquer das decisões do Conselho.

O *Majlis Ash-Shura* (Conselho Consultivo) é órgão unicameral essencialmente consultivo, criado em 1992 e composto por 150 membros (dos quais 30 mulheres), todos indicados pelo rei dentre lideranças e expoentes do meio religioso, acadêmico, político e de negócios. O Conselho é presidido desde 2009 por Abdullah ibn Muhammad Al ash-Sheikh, Ministro da Justiça de 1992 a 2009 e membro da mais influente família religiosa do país. O Conselho Consultivo — cujas atribuições incluem a proposição de projetos de lei para a apreciação do rei e do Conselho de Ministros — configura o órgão mais próximo de um Poder Legislativo na Arábia Saudita.

O atual rei, Salman bin Abdulaziz Al Saud, foi coroado em 23 de janeiro de 2015, aos 79 anos de idade, após o falecimento do seu meio-irmão, Abdullah bin Abdulaziz Al Saud. Desde a morte do fundador, não houve mudança geracional na liderança do país: de 1953 até o presente, o trono tem sido ocupado sucessivamente, em linha horizontal, por filhos de Abdulaziz Al Saud. Três meses após ascender ao trono, Salman nomeou como príncipe herdeiro seu sobrinho Mohammed bin Nayef Al Saud, e, como vice-príncipe herdeiro, seu filho Mohammed bin Salman Al Saud. Foi a primeira vez que foram incluídos, na linha sucessória, netos de Abdulaziz Al Saud.

Em 21 de junho de 2017, Mohammed bin Nayef — que acumulava os cargos de primeiro vice-primeiro-ministro, Ministro do Interior e presidente do Conselho para Assuntos de Políticos e de Segurança — foi destituído, por decreto real, de suas funções. Mohammed bin Salman (MBS) foi nomeado príncipe herdeiro e tornou-se a principal liderança política do país, tomando a frente da condução do dia a dia das políticas interna, externa e econômica do país. Em setembro de 2022, MBS foi nomeado primeiro-ministro, tornando-se, formalmente, o chefe de governo da Arábia Saudita.

ECONOMIA

A Arábia Saudita é a maior economia do mundo árabe e a 19ª maior do mundo, com PIB de mais de US$ 1,1 trilhão em 2024. É o único país árabe no G-20, grupo de maiores economias do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Detém a 2ª maior reserva de petróleo (17% do total mundial, cerca de 300 bilhões de barris), item do qual é o 2º maior produtor, atrás apenas dos Estados Unidos, e o maior exportador, com 20% das exportações mundiais.

A economia saudita é historicamente dependente do setor petrolífero. A contribuição total dos setores de petróleo e gás, incluindo refino de petróleo, responde por 75% das exportações do país e cerca de 55% das receitas fiscais, números que flutuam de acordo com o preço do petróleo.

Assim como ocorre com outros países do Golfo, os maiores mercados das exportações sauditas situam-se na Ásia, em razão da dependência desses países de importações de petróleo. Em 2024, os maiores destinos das exportações sauditas foram a China, a Índia, o Japão e a Coreia do Sul.

A Arábia Saudita é importadora de produtos industriais e alimentícios. Em 2024, as maiores origens dessas importações foram a China, os Emirados Árabes Unidos, os Estados Unidos, a Alemanha e a Índia.

Em abril de 2016, foi anunciada a estratégia de desenvolvimento econômico saudita, o plano "Visão 2030". O projeto, liderado pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, congrega metas e políticas em setores diversos que visam à diminuição da dependência da exportação de hidrocarbonetos e incluem a privatização de amplos setores de atuação estatal, o aumento da atratividade do país para investidores estrangeiros e a dinamização de setores pouco explorados da economia, como mineração, indústria e entretenimento.

O governo tem anunciado, no contexto da estratégia “Visão 2030”, medidas para promover o equilíbrio das contas públicas, como a diminuição de subsídios vários e a criação de impostos.

Efetivamente, não havia no país, até janeiro de 2018, tributação de renda ou de consumo, quando entrou em vigor a cobrança de 5% sobre o valor agregado de bens e serviços (IVA), acordada no âmbito do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Foram ainda, naquele ano, introduzidos impostos especiais de consumo de 50% a 100% sobre sobre tabaco, bebidas energéticas, gaseificadas e açucaradas. Em 2020, o IVA passou a ser cobrado na alíquota de 15%.

POLÍTICA EXTERNA

A Arábia Saudita possui posição central no mundo islâmico por ser a sede das mesquitas sagradas de Meca e de Medina. Como maior economia no mundo árabe, é também um ator incontornável no cenário político regional. Tradicionalmente, a política externa saudita volta-se para seu entorno e para o eixo Europa-EUA. Nos últimos anos, porém, nota-se tendência à diversificação regional das parcerias, incluindo países emergentes. Nesse cenário, o Brasil desponta como parceiro potencial relevante.

A aliança estratégica entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita, forjada a bordo do navio *USS Quincy*, em 1945, pelo presidente Franklin Delano Roosevelt e o rei fundador Abdulaziz Al-Saud, completou 80 anos de existência. Durante esse período, as relações bilaterais vivenciaram ciclos que transitaram entre maior aproximação, durante a primeira Guerra do Golfo, por exemplo, até momentos de distanciamento, como durante a crise do petróleo, em 1973, e os ataques ao World Trade Center, em 2001.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Arábia Saudita tem adotado, em anos recentes, sobretudo desde a ascensão do rei Salman (2015) e do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman (2017), postura mais assertiva de política externa, que difere do relativo isolacionismo que historicamente caracterizou a atuação externa do Reino.

A política exterior saudita tem como princípios, entre outros, a solidariedade islâmica e a defesa da unidade árabe. Como liderança natural do Islã e do Arabismo, o país transformou-se em importante doador assistencial. Nesse contexto se inserem a ajuda financeira prestada à Autoridade Nacional Palestina e a vários projetos em nações islâmicas, especialmente na África.

A Arábia Saudita vem ampliando sua força na política regional. A questão palestina é, para Riade, ponto focal da instabilidade do Oriente Médio. Em 1981, o Rei Fahd apresentou plano de paz, que, indiretamente, reconhecia o Estado de Israel e que constitui, até hoje, a base da política saudita em relação a Tel Aviv.

Em 2002, uma nova proposta de paz — "Iniciativa Árabe de Paz, Plano de Paz de Abdullah ou Terra pela Paz" — foi lançada por Riade e aprovada pela Liga Árabe. A iniciativa preconizava o reconhecimento de Israel e o conseqüente estabelecimento de relações diplomáticas normais por parte dos 22 países integrantes da Liga Árabe, em troca da retirada do exército israelense das áreas ocupadas desde 1967 e de uma solução para os refugiados palestinos.

Em duas reuniões de cúpula posteriores, os líderes dos países membros da Liga dos Estados Árabes voltaram a endossar formalmente a iniciativa: na reunião de 2007, em Riade, e na de 2017, em Amã. O plano teve apoio, ainda em 2002, da Autoridade Nacional Palestina.

Mais recentemente, a Arábia Saudita lançou, na mesma linha, em setembro de 2024, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a "Aliança Global para a Implementação da Solução de Dois Estados", iniciativa da qual o Brasil tem participado regularmente.

COMUNIDADE BRASILEIRA NA ARÁBIA SAUDITA

Segundo dados oficiais do documento *Comunidades Brasileiras no Exterior*, publicado pelo MRE em 2023, a população de brasileiros residentes na Arábia Saudita é inferior a 700. Estima-se, com base no volume mensal mais recente de serviços consulares (registros, passaportes e atos notariais), que o tamanho da comunidade residente real/efetiva possa exceder 2.500 pessoas.

Boa parte desse excedente é constituído de brasileiros integrantes da diáspora levantina — com dupla cidadania libanesa, palestina e síria, em especial — que passaram a fixar residência na Arábia Saudita, em busca de postos de trabalho com melhor remuneração e maior segurança, sobretudo após a irrupção ou agravamento de conflitos civis e militares na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há registro de brasileiros hoje encarcerados na Arábia Saudita. É bastante reduzido o número de inadmissões e de repatriações efetivadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Arábia Saudita
CAPITAL	Riade
ÁREA	2.153.168 km² (140% da área do Amazonas)
POPULAÇÃO	33,2 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã (85% sunitas; 15% xiitas)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia
PODER LEGISLATIVO	Majlis Ash-Shura (Assembleia Consultiva) – parlamento unicameral essencialmente consultivo, composto por 150 membros indicados pelo rei para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Rei Salman bin Abdulaziz Al Saud
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mohammed bin Salman Al Saud (príncipe herdeiro)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Príncipe Faisal bin Farhan Al Saud
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI)	US$ 1,1 trilhão (est. 2024); US$ 1,07 trilhão (2023); US$ 1,1 trilhão (2022); US$ 874 bilhões (2021).
PIB *PER CAPITA* (FMI)	US$ 33.040 (2024)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-0,8% (2023); 7,5% (2022); 5,1% (2021).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,875 (2024); 40ª posição entre 188 países
EXPECTATIVA DE VIDA	77,9 anos (2022)
ALFABETIZAÇÃO	94,7% (2022)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	5,65% (2024)
UNIDADE MONETÁRIA	Riyal Saudita
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixador Sérgio E. Bath
EMBAIXADOR DA ARÁBIA SAUDITA	Dr. Faisal bin Ibrahim Ghulan
BRASILEIROS NO PAÍS	700 – 2500

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ARÁBIA SAUDITA
(US$ MILHÕES)

Ano	Exportações	Importações	Intercâmbio	Saldo
2003	672	894	1.567	- 221
2004	824	1.341	2.165	- 517
2005	1.203	1.339	2.543	- 135
2006	1.485	1.642	3.127	- 157
2007	1.478	1.708	3.186	- 230
2008	2.560	2.910	5.470	- 350
2009	1.952	1.597	3.550	355
2010	3.096	2.059	5.155	1.037
2011	3.476	3.093	6.569	383
2012	2.996	3.196	6.192	- 200
2013	2.836	3.194	6.030	- 358
2014	2.540	3.299	5.839	- 759
2015	2.750	1.906	4.656	844
2016	2.487	1.300	3.787	1.187
2017	2.657	1.882	4.539	774
2018	2.100	2.318	4.418	- 218
2019	2.036	2.299	4.332	- 263
2020	1.886	1.527	3.414	359
2021	2.070	2.880	4.951	- 810
2022	2.924	5.297	8.222	- 2.732
2023	3.203	3.531	6.735	- 328
2024	3.114 (-2,8%)	3.059 (-13,4%)	6.173 (-8,3%)	55,3

Fonte: http://comexstat.mdic.gov.br

Principais produtos exportados pelo Brasil (2024): açúcar (28%), carne de aves, (26%), milho (11%), carne bovina (8,1%), tubos e perfis de aço (3,7%).

Principais produtos importados (2024): óleos brutos de petróleo (63%); adubos e fertilizantes (16%); outras matérias plásticas (7,3%), óleos combustíveis (4,7%).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS FIRMADOS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Econômica e Técnica	2/4/1975	5/5/1976 (Substituído pelo Acordo Geral de Cooperação)	2/6/1976
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	13/8/1981	15/9/1987	3/6/1985
Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar	9/10/1984	9/10/1984	22/10/1984
Acordo Geral de Cooperação	16/5/2009	22/9/2010	3/6/2011
Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas	16/5/2009	16/5/2009	2/6/2009
Programa de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto de Estudos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita	14/4/2015	14/4/2015	30/4/2015
Acordo sobre Serviços Aéreos	14/4/2015	26/2/2021	1/3/2021
Acordo sobre Concessão de Vistos de Visita para Cidadãos de Ambos os Países	30/10/2019		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Cultural entre o Ministério da Cultura do Reino da Arábia Saudita e o Ministério da Cidadania da República Federativa do Brasil	30/10/2019		
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e a Autoridade Geral de Indústrias Militares do Reino da Arábia Saudita sobre Parceria	30/10/2019		

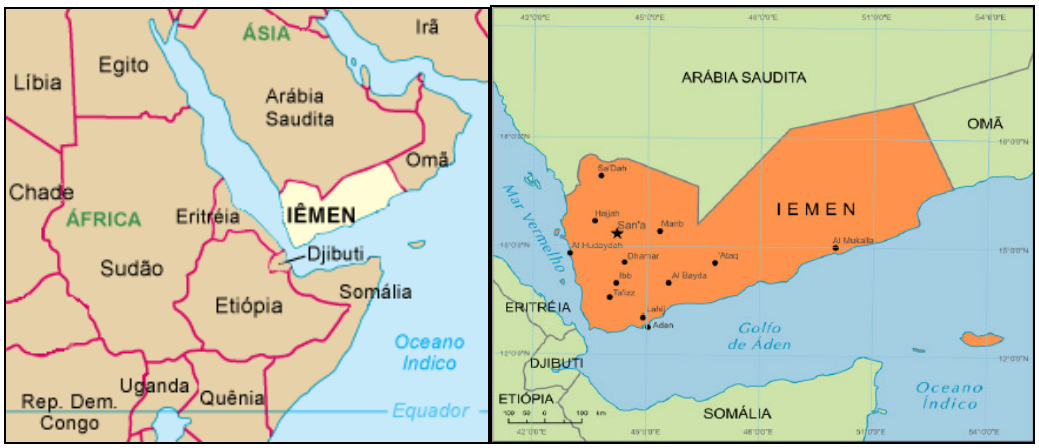
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Relacionada a Aquisições, Indústria, Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Defesa			
Programa de Cooperação entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL) e a Autoridade Saudita de Investimentos (SAGIA) para Fortalecer as Relações de Investimentos Bilaterais	30/10/2019		
Memorando de Entendimento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e o Fundo Saudita de Desenvolvimento	30/10/2019		
Acordo de Cooperação em Defesa entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa do Reino da Arábia Saudita	3/6/2024		
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Conselho de Coordenação Brasileiro-Saudita	19/11/2024		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO

IÊMEN



INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

Fevereiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

RASHAD MUHAMMAD AL-ALIMI, PRESIDENTE DO CONSELHO DE LIDERANÇA PRESIDENCIAL

Nasceu em 1954. Formou-se em ciências militares pelo Kuwait Police College em 1975 e obteve diploma em artes pela Universidade de Sanaa em 1977. Concluiu mestrado e doutorado em sociologia na Universidade Ain Shams, no Egito (1984-1988). Filiado ao Congresso Geral do Povo, ocupou o cargo de Ministro do Interior (2001-2008) e tornou-se, em 2008, presidente do Comitê Supremo de Segurança e vice-primeiro-ministro para Assuntos de Defesa e Segurança. Participou da Conferência Nacional de Diálogo do Iêmen e tornou-se, em 2014, conselheiro do presidente Abdrabbuh Mansur Hadi. Em 7 de abril de 2022, assumiu a presidência do Conselho de Liderança Presidencial do Iêmen, órgão que recebeu os poderes presidenciais por decreto de Hadi e que representa o governo internacionalmente reconhecido do país.

AHMAD AWAD BIN MUBARAK, PRIMEIRO-MINISTRO

Nasceu em 1968. Formou-se em administração de empresas e obteve doutorado na área pela Universidade de Bagdá. Professor na Universidade de Sanaa, dirigiu o Centro de Administração de Empresas, uma parceria entre a instituição e a *Maastricht School of Management*. Atuou como consultor em projetos internacionais voltados à educação, emprego e desenvolvimento, além de colaborar com organizações públicas e privadas em vários países. No campo político, foi secretário-geral da Conferência de Diálogo Nacional do Iêmen em 2013 e, posteriormente, diretor do gabinete presidencial. Em 2014, chegou a ser nomeado primeiro-ministro, mas renunciou ao cargo dias depois. No governo, ocupou as funções de embaixador do Iêmen nos Estados Unidos a partir de 2015 e de 2018 de representante junto à ONU. Em 5 de fevereiro de 2024, foi nomeado primeiro-ministro do Iêmen pelo Conselho de Liderança Presidencial, posição que ocupa atualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República Árabe do Iêmen (RAI), ou Iêmen do Norte, assim como com a República Democrática Popular do Iêmen (RDPI), ou Iêmen do Sul, em 1984. A representação brasileira em Sanaa, capital da RAI, era cumulativa com a embaixada do Brasil em Riade. Por sua vez, a representação brasileira em Áden, capital da RDPI, era cumulativa com a embaixada do Brasil no Kuwait. Com a unificação do Iêmen, em 1990, a embaixada em Riade tornou-se responsável pela representação brasileira naquele país.

O Brasil e o Iêmen mantiveram, nas últimas décadas, baixa intensidade de diálogo político e cultural, dificultado, a partir de setembro de 2014, pela irrupção da guerra civil iemenita. Não há registros de visitas oficiais de altas autoridades entre os países, embora tenham estado no Brasil, em duas ocasiões, ministros da Água e do Meio Ambiente do Iêmen. Em 2006, Abdul Rahman Al-Eryani participou, em Curitiba, da Conferência sobre Diversidade Biológica e, em 2012, Abdou Razaz Saleh chefiou a delegação iemenita na Conferência Rio +20.

Em maio de 2012, o Brasil passou a integrar o mecanismo "Amigos do Iêmen", com cerca de 50 países, destinado a angariar apoio internacional para enfrentamento dos múltiplos desafios nos setores econômico, político, financeiro e de segurança daquele país. Participou das reuniões de maio e de setembro de 2012, de março e de setembro de 2013 e de abril de 2014.

Em agosto 2014, foi assinado, em Brasília, o Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Iêmen, único ato internacional celebrado entre ambos os países, o qual aguarda ratificação da parte iemenita.

No campo do comércio, a despeito da reduzida dimensão econômica do Iêmen e do prolongado conflito civil ainda em curso naquele país, é expressivo o volume de intercâmbio com o Brasil, equivalente a US$ 458 milhões em 2024, composto, em quase sua totalidade, de exportações brasileiras de produtos primários, sobretudo açucares e melaço (60%) e carnes de aves (33%), complementados por vendas de milho (3,6%) e demais produtos da indústria de transformação (3,6%). Nesse mesmo ano, as importações brasileiras corresponderam a US$ 41 mil. Esse nível de comércio assemelha-se ao verificado antes da irrupção da guerra civil naquele país.

Em setembro de 2024, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, manteve reunião com o Vice-presidente do Iêmen, Aidarous Qassem Abdulaziz Al-Zubaidi, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, foi ressaltada a disposição brasileira para auxiliar nos esforços de paz para pôr fim à guerra civil.

A esse último respeito, o Brasil apoia acordo de cessar-fogo que conduza a processo político abrangente, sob auspícios da ONU, com inclusão de facções iemenitas relevantes. Também defende a eliminação dos entraves à prestação de ajuda humanitária, inclusive às atividades de desminagem.

POLÍTICA INTERNA

A República do Iêmen foi criada a partir da unificação, em maio de 1990, entre a República Árabe do Iêmen (RAI – no Norte, com capital em Sanaa) e a República Democrática Popular do Iêmen (RDPI – no Sul, com capital em Áden).

O novo Iêmen unificado seria, nos termos da constituição de 1991, um Estado democrático unitário, com capital em Sanaa. Com a nova formação republicana, surge regime democrático representativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de modelo francês, multipartidário, porém fortemente centrado na figura do presidente da República. Ali Abdullah Saleh, presidente da RAI, tornou-se o primeiro presidente da República do Iêmen.

Além dos partidos únicos que governavam em Sanaa e Áden — o Congresso Geral do Povo, partido de Saleh, e o Partido Socialista do Iêmen —, foram criados novos partidos. Dentre esses, ressalta o Al Islah, que possui fortes ligações com a Irmandade Muçulmana e defende agenda associada ao islã político. Apesar de, inicialmente, contar com apoio da Arábia Saudita, o partido foi declarado organização terrorista pelo governo saudita, no contexto da deterioração das relações do Reino com a Irmandade Muçulmana.

O acúmulo de poderes na figura de Saleh e o aumento da centralização estatal acirraram as tensões entre grupos políticos herdeiros dos governos do Norte e do Sul, culminando em guerra civil, em que representantes do Sul buscavam secessão. Além do movimento sulista, destacavam-se, como fonte de resistência ao poder de Saleh, o movimento zaidista, ramo do xiismo, predominantemente do Norte do país. Saleh seria, entretanto, confirmado na liderança do país em 1999, tornando-se o primeiro presidente eleito da república do Iêmen. Em 2006, com o boicote da oposição às eleições, Saleh seria reeleito com 96% dos votos.

A atual guerra civil no Iêmen irrompeu na esteira da Revolução Tunisiana e em simultaneidade com outras revoltas, que constituíram, coletivamente, a Primavera Árabe, fenômeno social que teve lugar, a partir de 2011, no Oriente Médio e no Norte da África. Em sua fase inicial, os protestos no Iêmen foram direcionados contra o desemprego, as condições econômicas e a corrupção, bem como contra proposta governamental de alteração constitucional, destinada a permitir a extensão ilimitada do mandato presidencial. As demandas dos manifestantes logo escalaram para pedidos de renúncia do presidente Ali Abdullah Saleh. Subsequentes defecções em massa nas Forças Armadas e no governo de Saleh deixaram grande parte do país fora do controle governamental.

Seguiram-se diversas manifestações de grande escala em cidades como Sanaa, Áden, Taiz e Mukallah. Os manifestantes exigiam a saída de Saleh e a derrubada do governo. A repressão dos protestos resultou em espiral de violência, que levou a crescente número de mortes.

Como tentativa de solucionar a crise, o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) mediou acordo de transição, o qual, contudo, foi renegado por Saleh. A subsequente adesão de líderes tribais à causa da oposição ao governo acarretou o recrudescimento do conflito e da violência. Em 3 de junho de 2011, Saleh foi ferido em bombardeio realizado no complexo presidencial. No dia seguinte, o vice-presidente Abdrabbuh Mansur Hadi assumiu o exercício temporário da presidência, enquanto Saleh viajou para a Arábia Saudita a fim de receber tratamento médico.

Em fevereiro de 2012, foi realizada eleição presidencial na qual Hadi concorreu sem oposição e obteve vitória. Em 27 de fevereiro, após meses de protestos, Saleh renunciou à presidência e transferiu formalmente o poder para seu sucessor, marcando o fim de seus 33 anos de governo. Como parte do acordo, Hadi supervisionaria a elaboração de uma nova constituição e serviria apenas por dois anos, até que novas eleições parlamentares e presidenciais fossem realizadas em 2014.

No período subsequente, Saleh aliou-se aos houthis, minoritários no Iêmen e originários de Saada, no extremo norte do país. Em conjunto, atacaram o governo de Hadi e iniciaram nova guerra civil. Em setembro de 2014, conquistaram Sana'a e a cidade portuária de Hodeida. Em janeiro de 2015, forçaram a renúncia de Hadi, o qual, dias depois, restabeleceu seu governo na cidade portuária de Áden, no Sul do país. A cidade, no entanto, foi atacada pelos houthis, impelindo Hadi a fugir para a Arábia Saudita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Irrompeu, nesse contexto, conflito entre os houthis — majoritariamente xiitas e autodenominados Ansar Allah ("partidários de Deus") — e o governo iemenita — controlado pela maioria sunita do país, internamente apoiado pelo Islah (partido sunita e próximo da Irmandade Muçulmana) e pelo General People's Congress (GPC, antigo grupo político do ex-presidente Saleh).

A pedido do governo iemenita, a Arábia Saudita anunciou, em março de 2015, a formação de coalizão internacional para restaurar, por meio de operações militares, sobretudo aéreas, o controle do governo sobre o território do país. Dessa coalizão, participaram os Emirados Árabes Unidos (EAU), o Bahrein, o Kuwait, o Catar (2015-2017), o Egito, a Jordânia, o Sudão (2015-2019), o Marrocos (2015-2019) e o Senegal.

Em dezembro de 2017, Saleh rompe sua aliança com os houthis e declara interesse em negociar com os sauditas e o governo Hadi. Dois dias depois, é assassinado pelos houthis. As tropas leais a Saleh passam a ser lideradas pelo seu sobrinho, Tareq Saleh. A partir de 2018, as milícias houthis logram controlar virtualmente a totalidade do antigo Iêmen do Norte, que concentra mais de 70% da população do país. .

Desde 2015, o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem-se envolvido no conflito interno do país. A resolução 2216 (2015) reconheceu nominalmente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi como presidente e expandiu o regime de sanções para incluir embargo de armas contra o movimento rebelde "Ansar Allah" — os denominados houthis — e seus aliados. Esse embargo, desde 2016, é implementado pelo Mecanismo de Verificação e Inspeção das Nações Unidas para o Iêmen (UNVIM).

Em dezembro de 2018, sob o patrocínio da ONU, o governo Hadi e as milícias houthis assinaram o Acordo de Estocolmo, que evitou uma batalha por Hodeida e previu a administração conjunta da segurança e das rendas do porto. A Resolução 2452 estabeleceu a Missão das Nações Unidas para apoio ao Acordo de Hodeida (UNMHA), com o propósito de supervisionar o Acordo de Estocolmo.

Nesse ínterim, em 2017, é criado o Conselho de Transição do Sul (STC), que objetiva a restauração da independência do Iêmen do Sul. Em janeiro de 2018, o STC conquista Áden. Em 2019, Arábia Saudita e EAU patrocinam o Acordo de Riade, que prevê o compartilhamento de poder entre o governo Hadi e o STC, sem grandes efeitos.

A ONU tem alcançado limitada efetividade em suas iniciativas de pacificação do conflito. Já foram enviados três representantes especiais para o país: Ismail Ould Cheikh Ahmed, Martin Griffiths e Hans Grundberg. Em abril de 2022, Grundberg anunciou trégua entre os houthis e a coalizão saudita, que teria, inicialmente, a duração de dois meses, mas que foi estendida sucessivamente até outubro de 2022. Nessa conjuntura, Hadi deixou a presidência e transferiu o governo do Iêmen para o Conselho de Liderança Presidencial (CLP), constituído por oito membros e com representação paritária entre o norte e o sul. Em outubro de 2022, as demandas das milícias houthis levaram ao fracasso de uma nova extensão da trégua.

Estima-se que mais de 20,7 milhões de iemenitas (68% da população) necessitem de ajuda humanitária. O conflito já provocou o deslocamento de cerca de 4,5 milhões e pessoas. Insegurança alimentar, fome e epidemias de cólera e de outras doenças, combinadas com a violência gerada pelo conflito, já resultaram na morte de mais de 370 mil pessoas.

Desde fim de 2022, a Arábia Saudita iniciou negociações diretas com os houthis com o objetivo de encerrar o conflito. Em março de 2023, negociadores sauditas reuniram-se com suas contrapartes houthis em Sanaa, sob mediação do Omã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No dossiê iemenita, o Brasil apoia acordo de cessar-fogo que conduza a processo político abrangente, sob os auspícios da ONU, com a inclusão de facções iemenitas relevantes. Também defende a eliminação dos entraves à prestação de ajuda humanitária, inclusive às atividades de desminagem. Apoiou a resolução 2675 (2023), que renovou por nove meses o regime de sanções contra o Iêmen (embargo de armas limitado contra os houthis e outras milícias). Apoiou também a resolução 2691 (2023), que renovou até 14/7/2024 o mandato da Missão das Nações Unidas para apoiar o Acordo de Hodeidah (UNMHA), a qual conta com um observador militar brasileiro.

Hoje, os rebeldes houthis controlam a capital do país, cerca de 70% da população e a quase totalidade do antigo território do "Iêmen do Norte".

Somam-se ao conflito com os houthis divisões internas entre as facções que conformam o governo de direito do Iêmen. As principais tensões são entre grupos do Norte do país e o Conselho de Transição do Sul.

A guerra de Israel em Gaza e os ataques dos houthis a Israel trouxeram nova dimensão ao conflito iemenita, ameaçando a frágil trégua entre as partes. Ademais dos ataques diretos a Israel, os houthis realizaram mais de uma centena de ataques a embarcações mercantes e comerciais no estreito de Bab Al Mandeb, canal de cerca de 200 km de largura que liga o Golfo de Áden ao Mar Vermelho.

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, a política externa iemenita concentra-se, majoritariamente, no relacionamento com a Arábia Saudita — o país tem fronteira apenas com a Arábia Saudita e Omã — e com os Estados Unidos. Com o início dos protestos no contexto da "primavera árabe" e com a irrupção do atual conflito civil, a política exterior do país torna-se mais complexa, registrando acusações de interferência em assuntos internos de outras potências regionais.

A Arábia Saudita mantém, em razão da proximidade territorial, grande interesse no conflito do Iêmen. No contexto da primavera árabe, Riade liderou iniciativa, no âmbito do CCG, para a transição política no Iêmen, levando à ascensão de Abdo Rabbu Mansour al Hadi. Exaustão com o longo conflito parece ter levado a reposicionamento saudita, que, desde o fim de 2022, busca negociações diretas com os houthis para resolução do conflito.

Outros países do entorno, como o Kuwait e Omã, adotam postura mais discreta em relação ao conflito, empreendendo esforços de mediação. O Kuwait tem reiterado posição de que a solução para o conflito seria de natureza política, e não militar. Entre abril e agosto de 2016, o país sediou rodada de negociações entre os rebeldes houthis e o governo Hadi, mediada pelo então enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas (EESG), Ismail Ould Cheikh Ahmed. As negociações fracassaram, com as partes acusando-se mutuamente de intransigência e violações das promessas de cessação de hostilidades.

País fronteiriço ao Iêmen, Omã pauta sua atuação pelo princípio da não interferência. Sua neutralidade lhe permitiria facilitar contatos entre os grupos em disputa. Nesse contexto, atuou para liberação de reféns capturados em território iemenita. Mediou, ainda, em março de 2023, encontro de negociadores sauditas e houthis em Sanaa.

O CSNU renovou, por sua vez, sucessivas vezes, o regime de sanções relativo ao Iêmen.

O conflito em Gaza e os ataques dos houthis a Israel, em julho de 2024, trouxeram nova dimensão ao conflito iemenita, ameaçando a frágil trégua entre as partes. Como resposta, a Força Aérea de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Israel bombardeou, em julho de 2024, o porto iemenita de Hodeida, principal centro logístico controlado pelos houthis. Em dezembro de 2024, Israel bombardeou o aeroporto de Sana'a e diversas instalações de infraestrutura de energia e depósitos de armamentos no Iêmen.

Ademais dos ataques diretos a Israel, os houthis realizaram mais de uma centena de ataques a embarcações mercantes e comerciais no estreito de Bab Al Mandeb, canal de cerca de 200 km de largura que liga o Golfo de Áden ao Mar Vermelho.

Navios das marinhas norte-americana, britânica e francesa passaram a engajar-se na derrubada de *drones* ou mísseis lançados pelos houthis contra navios mercantes.

Em dezembro de 2023, os EUA anunciaram a formação de coalizão naval internacional para buscar criar corredor seguro para os navios cargueiros que passam pelo estreito. O Bahrein é o único país da região a participar da operação, chamada Guardião da Prosperidade. A partir de janeiro de 2024, os EUA e o Reino Unido passaram a lançar ataques contra alvos das milícias houthis no Iêmen, com apoio da Austrália, do Bahrein, do Canadá e dos Países Baixos.

ECONOMIA

O Iêmen distingue-se, com sua baixa renda, do entorno regional, dominado por países detentores de grandes reservas de hidrocarbonetos. Mesmo antes da eclosão do atual conflito, era inquietante a situação econômica da única república da Península Arábica, com problemas relacionados à baixa integração do território nacional e à limitada capacidade administrativa, altos índices de inflação e desemprego.

A agricultura e a exploração do petróleo são, tradicionalmente, os principais setores econômicos do Iêmen, responsáveis por sustentar, respectivamente, os setores interno e externo da economia do país. A despeito das reservas de petróleo relativamente pequenas em relação à região, as exportações de óleos brutos de petróleo correspondiam, em 2014, a 70% do total de produtos exportados. Mesmo antes do início do atual conflito, a produção iemenita de petróleo estava em diminuição, correspondendo a 125 mil bpd em 2014, consideravelmente abaixo do número de 439 mil bpd obtido no início da década de 2000.

A eclosão e o prolongamento do conflito causaram, entretanto, severos danos à infraestrutura de extração e de transporte de petróleo no país, de forma que o setor de petróleo perdeu preeminência na economia do país. Em face da desestruturação de outros setores econômicos em decorrência do prolongamento do conflito, a agricultura de subsistência torna-se, novamente, a principal atividade econômica do Iêmen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Comunicado sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Iêmen.	7/5/1984	Em vigor	7/5/1984
Acordo de Cooperação Técnica	6/8/2014	Em ratificação pela outra Parte	Decreto legislativo 4/2023, de 16/3/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Iêmen
CAPITAL	Sanaa
ÁREA	527.968 km²
POPULAÇÃO	34,8 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã (sunitas 55-70%, xiitas zaiditas 30-45%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista (modelo francês)
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral (Majlis)
CHEFE DE ESTADO	Rashad al Alimi (Presente do Conselho de Liderança Presidencial desde abril de 2022)
CHEFE DE GOVERNO	Ahmed Awad Bin Mubarak, primeiro-ministro
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ahmed Awad Bin Mubarak
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI)	US$ 16,1 bilhões (est. 2024)
PIB PER CAPITA (FMI)	US$ 4,6 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-1,0 (est. 2024); -2,0 (est. 2023); 1,5 (2022); -1,0 (2021).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,42 (2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	63,7 anos
ALFABETIZAÇÃO	70,1% (2019)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	17,22%
UNIDADE MONETÁRIA	Rial iemenita
EMBAIXADOR DO BRASIL	Sérgio Eugênio de Risios Bath
EMBAIXADOR DO IÊMEN	Sr. Mohammed Al-Hadrami, não residente, sediado em Havana
BRASILEIROS NO PAÍS	5 (estimativa)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II - INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-IÊMEM
(US$ MILHÕES)

Ano	Exportações	Importações	Intercâmbio	Saldo
2003	105.4	0.0	105.4	105.4
2004	117.8	0.0	117.8	117.8
2005	179.7	0.0	179.7	179.6
2006	279.0	0.0	279.0	279.0
2007	161.9	0.0	161.9	161.9
2008	214.0	0.8	214.8	213.2
2009	321.3	0.1	321.4	321.2
2010	387.4	0.0	387.4	387.4
2011	586.5	0.0	586.5	586.5
2012	425.6	0.4	426.0	425.1
2013	239.2	0.0	239.2	239.2
2014	126.5	0.0	126.5	126.5
2015	214.3	0.3	214.6	214.1
2016	384.4	0.1	384.5	384.2
2017	297.4	0.0	297.4	297.4
2018	250.8	0.1	250.9	250.7
2019	204.8	0.0	204.8	204.8
2020	364.5	0.0	364.5	364.5
2021	269.5	0.0	269.5	269.5
2022	327.8	0.0	327.8	327.8
2023	608.4	0.0	608.4	608.4
2024	458.6	0.05	458.6	458.6

Principais produtos exportados pelo Brasil (2024): açucares e melaço (60%), carnes de aves (33%), milho (3,6%) e demais produtos da indústria de transformação (3,6%).

Principais produtos importados (2024): vidraria (96%) e demais produtos da indústria de transformação (3,5%).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 12, DE 2025

(nº 339/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PABLO DUARTE CARDOSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 339

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PABLO DUARTE CARDOSO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PABLO DUARTE CARDOSO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de março de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00055/2025 MRE

Brasília, 14 de Março de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PABLO DUARTE CARDOSO**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **CLAUDIA DE BORBA MACIEL**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PABLO DUARTE CARDOSO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00001.001604/2025-20

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 354/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PABLO DUARTE CARDOSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 28/03/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6531763** e o código CRC **44206856** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001604/2025-20 SEI nº 6531763

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *PABLO DUARTE CARDOSO*
CPF.: Informações pessoais
ID.: Informações pessoais

1976	Nasce em Juiz de Fora (MG), filho de Informações pessoais e Informações pessoais
Dados Acadêmicos:	
1998	Formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2001	Aluno de intercâmbio no Instituto del Servicio Exterior de la Nación (Argentina) (viagem prêmio)
2002	PROFA-I (Instituto Rio Branco)
2007	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (Instituto Rio Branco)
Cargos:	
2000	Terceiro-secretário
2005	Segundo-secretário
2007	Primeiro-secretário
2013	Conselheiro
2018	Ministro de segunda classe
Funções:	
2002-05	Divisão da América Meridional-I (DAM-I), assistente
2005-08	Embaixada do Brasil em Buenos Aires
2008-11	Embaixada do Brasil em Washington
2011-13	Divisão da Europa-II (DE-II), chefe substituto
2013-14	Divisão da Europa-II (DE-II), chefe
2014-17	Embaixada do Brasil em Ottawa
2017	Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE), Presidência da República, Diretor de Assuntos Internacionais Estratégicos.
2017-19	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), assessor
2019-22	Embaixada do Brasil em Lisboa, ministro-conselheiro
2022-	Missão Permanente do Brasil junto à CPLP (Lisboa), ministro-conselheiro
Condecorações:	
2003	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva (IRBr), medalha de prata
2003	Prêmio Rio Branco (IRBr), medalha de prata
2016	Medalha do Mérito Santos Dumont (Força Aérea Brasileira)
2018	Medalha Amigo da Marinha
2019	Medalha do Pacificador (Exército Brasileiro)
2021	Medalha Mérito Tamandaré (Marinha do Brasil)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GUINÉ-BISSAU

Março de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sumário

PERFIS BIOGRÁFICOS **3**
INFORMAÇÕES GERAIS **5**
RELAÇÕES BILATERAIS **5**
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS **6**
COOPERAÇÃO TÉCNICA **7**
COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA **8**
COOPERAÇÃO EM DEFESA **8**
COOPERAÇÃO EDUCACIONAL **9**
CAPACITAÇÃO DE DIPLOMATAS **10**
ECONOMIA **10**
COMÉRCIO EXTERIOR **11**
POLÍTICA INTERNA **11**
MAPA **13**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

UMARO SISSOCO EMBALÓ – *Presidente da República.* Nasceu em 1972, de família muçulmana. Possui doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madri. É considerado especialista em questões africanas e de Oriente Médio. É General de Exército. Em 2016 foi nomeado Primeiro-Ministro no governo do então Presidente José Mário Vaz. Pediu demissão em janeiro de 2018, após desentendimentos com o Presidente. Em fevereiro de 2020, tomou posse como Presidente da República, pelo partido Movimento para a Alternância Democrática.

RUI DUARTE DE BARROS – *Primeiro-ministro.* Nasceu em 1960. Formou-se em engenharia em Cuba. Por ter ocupado cargos de gestão econômica no país e na região, é também tido como economista. Membro do Bureau Político do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), foi eleito deputado, em junho de 2023, pela região de Tombali, no Sul do país. Foi ministro da Economia e Finanças em 2002, durante o governo de Kumba Yalá e primeiro-ministro da transição de 2012 a 2014, após o golpe de Estado que afastou do poder o governo do PAIGC. Previamente, exerceu a função de Comissário da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).

CARLOS HENRIQUE DE JESUS PINTO PEREIRA – *Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades.* Nasceu em 1957. Graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1983. Na mesma instituição, em 1995-96 realizou pós-graduação em Direito Internacional. Foi professor da Faculdade de Direito de Bissau entre 1989 e 2009. Além da advocacia privada, exerceu cargos públicos: foi ministro da Administração Pública e do Trabalho (2000-01), ministro da Justiça (2001-02) e conselheiro especial para Assuntos Jurídicos do Primeiro-Ministro (2009-12). Advogado do PAIGC, foi responsável pela defesa de Domingos Simões Pereira nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instâncias judiciais do país, tornando-se um dos quadros mais ouvidos pelo atual presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau. Assumiu o cargo em 13/08/2023.

M'BALA ALFREDO FERNANDES, – *Embaixador da Guiné-Bissau no Brasil*. Nasceu em 1975. É licenciado em Sociologia pela Universidade de Évora, Portugal. É mestre em Desenvolvimento Econômico e Social da África pelo Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa, também de Portugal. Foi encarregado de negócios na Embaixada em Lisboa, período durante o qual também foi representante junto à CPLP. Antes de ser designado para Brasília, foi o primeiro embaixador da Guiné-Bissau em Cabo Verde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÕES GERAIS

A República da Guiné-Bissau, ex-colônia portuguesa, declarou sua independência em 1973. A situação econômica do país é delicada, com baixa renda *per capita* e baixo IDH. O principal produto da pauta de exportação é a castanha de caju, que corresponde a 90% do total.

Nas últimas décadas, a Guiné-Bissau tem enfrentado forte instabilidade política, com ocorrências de golpes militares e guerra civil, ademais de persistente ameaça às instituições democráticas e do Estado de direito. Também existem desafios relativos à criminalidade transfronteiriça, em particular o crescimento do tráfico de drogas.

Na esfera geopolítica e econômica, a Guiné-Bissau insere-se na porção francófona da África Ocidental. É o único país lusófono a integrar a União Econômica e Monetária do Oeste da África (UEMOA), o que faz do Franco CFA a moeda oficial do país, com paridade fixa com o euro. A Guiné-Bissau também preside a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil abriu sua embaixada na Guiné-Bissau em 1974, mesmo ano da independência daquele país. Por sua vez, a embaixada da Guiné-Bissau em Brasília foi inaugurada em 2011.

A relação bilateral é marcada, sobretudo, pela cooperação técnica, que abrange áreas como saúde, agricultura, educação e formação profissional. A cooperação prestada pelo Brasil à Guiné-Bissau ocorre tanto bilateral quanto multilateralmente, por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Guiné-Bissau já foi beneficiada, ademais, com três projetos financiados pelo Fundo IBAS.

No campo da cooperação educacional, entre 2000 e 2020, 1.426 bissau-guineenses frequentaram cursos de graduação no Brasil, por meio do Programa Estudantes-Convênio (PEC-G). No período, a Guiné-Bissau foi o 2º país com maior número de participantes. Na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) já se formaram mais de 590 bissau-guineenses.

Assim como o Brasil, a Guiné-Bissau é estado membro fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organismo internacional no âmbito do qual os dois países mantêm concertação político-diplomática e promovem projetos de cooperação e de difusão da língua portuguesa.

O intercâmbio comercial bilateral foi de US$ 6,6 milhões em 2024, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exportações brasileiras de US$ 6,5 milhões. Essas exportações são constituídas por óleos combustíveis de petróleo (39%) álcoois e seus derivados halogenados (7,1%) e carnes de aves frescas, congeladas ou refrigeradas (14%). As importações são compostas por frutas e nozes não oleaginosas (99,7%).

Do ponto de vista comercial, a manutenção de diálogo fluido com o país africano favorece a aproximação do Brasil com os demais membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), bloco econômico formado por quinze nações, com população superior a 350 milhões de pessoas e importante mercado consumidor de produtos brasileiros.

O Brasil tem estado comprometido com os esforços de estabilização e é parceiro fundamental na promoção da democracia no país. O Brasil preside a Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (PBC), estrutura criada em 2007 e responsável por apresentar "briefings" regulares ao Conselho de Segurança sobre a situação no país.

Visitas

O último chefe de Estado brasileiro que visitou a Guiné-Bissau foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2005. O presidente Umaro Sissoco Embaló esteve três vezes no Brasil: em 2023, para a posse do presidente Lula (havia, também, feito ligação, em 31/10/2022, para felicitar o presidente-eleito); assim como, em 2022, para as comemorações do Bicentenário da Independência, e, em 2021, em visita de Estado a Brasília, tendo sido recebido, em ambas essas ocasiões, pelo então presidente Jair Bolsonaro.

Em nível de ministros das Relações Exteriores, o então chanceler Antonio Patriota esteve na Guiné-Bissau em 2011, e o MNE Soares Sambu participou da Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Brasília, em 31 de outubro de 2016. A ex-ministra Suzi Barbosa acompanhou o presidente da República na visita de janeiro de 2023.

Comércio e investimentos

Os produtos do agronegócio respondem pela grande maioria das exportações brasileiras, com destaque para açúcar e confeitaria, bebidas, carnes e pescados. Os principais produtos importados pelo Brasil foram coco e castanhas.

Não há registro de investimentos e negócios de empresas brasileiras na Guiné-Bissau, nem de investimentos da Guiné-Bissau no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cooperação técnica

Bilateral

O Programa de Cooperação Brasil–Guiné-Bissau possui, como marco jurídico, o Acordo Básico de Cooperação Técnica assinado em 18/05/1978 e promulgado em 01/08/1979.

A pauta de cooperação com a Guiné-Bissau é composta pelos seguintes projetos em execução:

1. Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau – Fase III – Consolidação e Transferência de Gestão, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Desde 2006, o Centro de Formação já treinou milhares de pessoas em 10 áreas de capacitação profissional (panificação, carpintaria, serralheria, manutenção de computadores, construção civil, mecânica de automóvel, eletricidade, manutenção hidráulica e de refrigeração, corte e costura).

2. Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais, desenvolvido em parceria com a Embrapa. Tem por objetivo contribuir para a geração de emprego e renda, por meio da diversificação da oferta de produtos oriundos do processamento do caju. O projeto é hoje administrado pela Fundação Guineense para o Desenvolvimento Empresarial Industrial (FUNDEI), sob supervisão da ABC.

Trilateral com Organismos Internacionais

Os seguintes projetos encontram-se em execução:

1. Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau – Fase III, em parceria com a Academia Nacional de Polícia, da Polícia Federal. Na atual etapa, o principal objetivo é a elaboração e implementação de plano de sustentabilidade, de modo a permitir a gradual transferência das responsabilidades técnica e financeira do Centro às autoridades do Governo bissau-guineense, assim como finalizar a adequação da infraestrutura do Centro.

2. Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas, executado em parceria com a UNESCO. Os objetivos do projeto são o fortalecimento de jovens líderes locais, o desenvolvimento comunitário e a promoção de educação integral para a comunidade do bairro de São Paulo, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bissau.

No âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desde a criação da CPLP, o Brasil tem sido líder na proposição e implementação de ações de cooperação em prol do desenvolvimento socioeconômico dos Estados membros da Comunidade. A cooperação brasileira tem abarcado expressivo rol de temas, entre os quais sobressaem saúde, recursos hídricos, ensino superior e direitos das pessoas com deficiência.

São os seguintes os projetos:

1. Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP, executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA);

2. Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Cooperação humanitária

No campo da cooperação humanitária, o governo brasileiro doou comprimidos antirretrovirais, "kits" de diagnóstico para HIV/AIDS, vacinas e testes no contexto da Covid-19, assim como medicamentos para hepatites virais e outros.

Cooperação em defesa

Uma das vertentes da colaboração bilateral é o intercâmbio de militares. O Ministério da Defesa contribui para a formação de oficiais bissau-guineenses em academias militares brasileiras, como a Escola Naval (CGEN) e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). A partir de 2009, diversos militares da Guiné-Bissau têm sido capacitados em cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras.

A Armada daquele país tem participado de exercícios, ao lado da Marinha do Brasil (MB), com o propósito de maior controle marítimo, o que inclui exercícios de prevenção e combate à pirataria e ao narcotráfico, em particular no âmbito das operações GUINEX, a convite da Marinha do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cooperação educacional

Essa cooperação bilateral fundamenta-se no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica celebrado em 18/05/1978 e em vigor desde 01/09/1979.

O Instituto Guimarães Rosa (IGR), que funciona em prédio contiguo à Embaixada, é um dos principais espaços culturais da Guiné-Bissau, com realização de concursos literários, espetáculos musicais, palestras acadêmicas, cursos de formação, entre outras atividades. A média de matrículas nos cursos regulares de ensino de português é de 300/400 alunos por período letivo. O IGR apoia a realização do exame CELPE-BRAS e das provas de seleção para ingresso na UNILAB, além de adotar providências relativas aos vários convênios estabelecidos entre instituições de ensino superior locais e brasileiras.

O Brasil é receptor do segundo maior contingente de estudantes bissau-guineenses no exterior, depois de Portugal. Além dos estudantes de ensino superior, é crescente o número de estudantes matriculados em cursos de nível médio distribuídos por todo o território brasileiro.

Programa Estudante-Convênio Graduação (PEC-G)

Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas e particulares, o Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades a cidadãos de países em desenvolvimento de frequentarem instituições de ensino superior brasileiras, entre federais, estaduais e privadas. A Guiné-Bissau ocupa o 2º lugar entre os países com maior número de participantes no PEC-G, atrás de Cabo Verde. A participação no PEC-G alcançou quase 200 estudantes em 2024.

Programa Estudante-Convênio Pós-Graduação (PEC-PG)

Desde 2000, mais de 60 estudantes de Guiné-Bissau participaram do programa. A seleção e o pagamento das bolsas são de competência da CAPES e do CNPq.

Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Vinculada ao Ministério da Educação, com sede em Redenção-CE e unidade em São Francisco do Conde (BA), a UNILAB visa a capacitação das juventudes brasileira e africana. Iniciou atividades em 2011, com oferta dos cursos de Agronomia, Administração Pública, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem e Engenharia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Energias e Letras. Participam da seleção nacionais dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e do Timor Leste. Mais de 800 estudantes da Guiné-Bissau já se formaram na UNILAB.

Capacitação de diplomatas

Desde 1976, mais de duas dezenas de bissau-guineenses cursaram o programa de capacitação para diplomatas estrangeiros do Instituto Rio Branco (IRBr). Atualmente, uma funcionária do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades da Guiné-Bissau integra a turma do IRBr. A participação de candidatos do continente africano e da CPLP alinha-se com a atual prioridade da política externa brasileira.

ECONOMIA

A economia pouco diversificada, com forte dependência da monocultura exportadora da castanha de caju, torna a Guiné-Bissau extremamente vulnerável a choques exógenos. A agricultura representa 52% do PIB, e seu único produto comercial ocupa 50% das terras aráveis, respondendo por mais de 90% das exportações.

Ao lado de São Tomé e Príncipe e Moçambique, a Guiné-Bissau foi beneficiada pelo perdão do serviço da dívida concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a 25 dos Estados mais pobres no contexto da pandemia de Covid-19, em abril de 2020.

Acordo de empréstimo, de US$ 37 milhões, assinado em 2023 com o FMI, para desembolso em 3 anos, introduziu severas medidas de ajuste, em particular sobre o setor público, com redução das escassas subvenções antes concedidas a alguns alimentos. Importador de gêneros alimentícios e de energia, a Guiné-Bissau não dispõe de espaço fiscal para executar políticas sociais mais amplas.

Em compensação, a inflação vem caindo, tendo-se reduzido a cerca de 3%, em média, em 2024, na comparação ao pico de 10% em 2022 (fortes efeitos sazonais pela estação da chuva de monções, de maio a novembro).

A Guiné-Bissau dispõe de abundantes recursos pesqueiros. Há também potencial turístico, em especial no arquipélago de Bijagós. Quanto aos recursos minerais, o país dispõe de reservas de bauxita e fosfato. Há expectativas sobre a exploração de petróleo no país.

Atuação de empresas brasileiras

De acordo com a Embaixada em Bissau, não há empresas brasileiras atuando no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

país.

COMÉRCIO EXTERIOR

O processo de comercialização e exportação da castanha de caju representa mais de 90% das exportações da Guiné-Bissau (sobretudo para a Índia e o Vietnã) e contribui com 15% do PIB, empregando grande parte da população ativa. A quebra da safra do caju causada pela pandemia de Covid-19 impactou fortemente a economia, acentuando a informalidade, além de elevar a insegurança alimentar no país.

A suspensão dos subsídios governamentais ao arroz importado, base alimentar dos bissau-guineenses, levou a aumento de até 20% no preço do produto. Outro fator de tensão foram as fortes chuvas que, em setembro de 2024, inundaram 125 mil hectares de campos, afetando quase 6 mil hectares produtivos.

POLÍTICA INTERNA

O sistema de governo da Guiné-Bissau é semipresidencialista e multipartidário. O presidente, eleito por voto direto, é o chefe de Estado. O primeiro-ministro é o chefe de governo, nomeado pelo presidente em consulta com o legislativo. A Assembleia Nacional Popular é o legislativo unicameral. A constituição prevê a eleição dos parlamentares a cada quatro anos. Os dois principais partidos são o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Movimento para Alternância Democrática (Madem), do atual chefe de Estado, Umaro Sissoco Embaló. Eleito em 2019, Embaló ocupa a presidência da Guiné-Bissau desde 27/02/2020.

Atentado de fevereiro de 2022

O Palácio do Governo da Guiné-Bissau foi atacado por grupo armado na tarde de 01/02/2022, durante reunião extraordinária do Conselho de Ministros, com a presença do Presidente Umaro Sissoco Embaló, do então Primeiro-Ministro, Nuno Nabiam, e de outros membros do gabinete. Pouco se sabe sobre a real motivação do grupo armado e à paisana que invadiu o Palácio de Governo, tendo sido neutralizado após cinco horas, por tropas regulares das Forças Armadas.

Em coletiva de imprensa na mesma noite após o ataque, acompanhado pelo ex-premiê, o Presidente Embaló afirmou que o episódio teria sido “bem preparado e organizado” e poderia estar relacionado a “pessoas envolvidas em tráfico de drogas”, sem fornecer maiores explicações.

Na sequência do ataque também foram registradas operações policiais em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

residências particulares, sem amparo de mandados judiciais e sob pretexto de buscar armas, para coibir episódios de violência política.

Dissolução da ANP e desdobramentos recentes

A Assembleia Nacional Popular (ANP) foi dissolvida, por decreto do Presidente Embaló, em 04/12/2023. Eleições parlamentares haviam sido fixadas pelo presidente para o dia 24/11/2024 (quase um ano, portanto, após a dissolução da ANP), mas foram adiadas em 02/11/24, sob o argumento de falta de condições técnicas para cumprimento do cronograma eleitoral.

Em 6/12/2023, o governo brasileiro, em nota à imprensa, expressou acompanhar "com preocupação a corrente situação na Guiné-Bissau, no âmbito da qual foi recentemente dissolvida a Assembleia Nacional Popular, eleita em junho passado. O Brasil insta ao diálogo entre as partes e conclama as autoridades ao respeito aos direitos fundamentais".

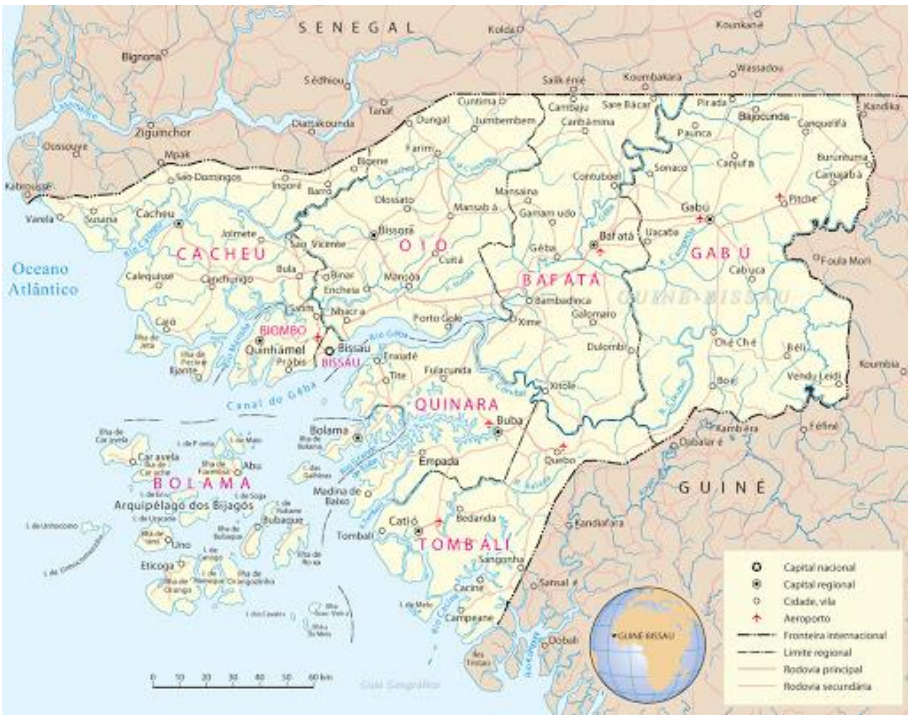
No poder desde 2020, Embaló tem mandato de cinco anos e é candidato à reeleição. A duração do mandato, contudo, é objeto de divergência: a oposição argumenta que, segundo a legislação eleitoral e a constituição bissau-guineense, o atual mandato presidencial se encerraria em 27/02/2025, dia em que tomou posse. A partir dessa data, segundo a oposição, haveria vacância na Presidência da República. Já o governo argumenta que o mandato de Embaló se encerraria apenas em 04/09/2025, tomando como início do mandato a divulgação da decisão judicial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o litígio em torno dos resultados eleitorais de 2019.

Em 24/02, o Presidente Embaló anunciou a realização de eleições, tanto legislativas quanto presidenciais, em 23/11/2025. O Presidente também anunciou que a posse do vencedor terá lugar em 27/02/2026. O anúncio ocorre após a decisão judicial do STJ que determinou que o atual mandato presidencial se encerra em 04/09/2025 e que o atual Chefe de Estado deveria manter-se no cargo até a posse do vencedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13

MAPA



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial	República da Guiné-Bissau
Capital	Bissau
Área	36.125 km² (maior que a Bélgica e os Estados de Alagoas e Sergipe)
População	2,02 milhões
Línguas oficiais	Português, Crioulo da Guiné-Bissau
Principais religiões	Islamismo (46,1%); Religiões Tradicionais (40%); Cristianismo (12,8%).
Sistema político	Semipresidencialismo
Chefe de Estado	Presidente Umaro Sissoco Embaló (desde fevereiro de 2020)
Chefe de Governo	Primeiro-ministro Rui Duarte de Barros (desde 20/12/2023)
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades	Carlos Pinto Pereira (desde 13/08/2023)
PIB nominal (2024, FMI)	US$ 2,36 bilhões (0,10% do PIB do Brasil, de US$ 2,31 trilhões)
PIB PPP (2024, FMI)	US$ 6.58 bilhões (0,13% do PIB do Brasil, de US$ 4,89 trilhões)
PIB per capita (2024, FMI)	US$ 1.170 (10,8% do PIB per capita do Brasil, de US$ 10.820)
PIB PPP per capita (2024, FMI)	US$ 3.260 (14% do PIB per capita do Brasil, de US$ 22.930)
Variação do PIB (FMI)	3,8% (2018); 4,5% (2019); 1,5% (2020); 6,4% (2021); 4,2% (2022); 4,5% (2023); 5% (2024);
IDH (2021, PNUD)	0,483 (177ª posição entre 191 países; Brasil é o 87)
Exportações brasileiras (2024)	US$ 6,5 milhões (+1,5%)
Principais produtos exportados	Óleos combustíveis 39%); carnes de aves (14%); açúcares (8,3%).
Importações brasileiras (2024)	US$ 100 mil (-76,85%)
Principais produtos importados	Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (99,7%).
Investimentos do Brasil no país	Nas tabelas do mais recente relatório do Banco Central (2023 - ano-base 2021), Guiné-Bissau não aparece individualizado, seja como destinatário de investimentos brasileiros seja como origem de investimentos no Brasil.
Investimentos do país no Brasil	
Dívidas soberanas	Guiné-Bissau possui uma dívida de US$ 38.849.734,40, contraída em 1993. O Ministério da Fazenda do Brasil propôs remissão de 95% do total da dívida, com cronograma de amortização dos restantes 5% em 20 parcelas semestrais de US$ 97.124,34, ao longo de 10 anos.
Ano de abertura da embaixada do Brasil no país	1974
Embaixador do Brasil no país	Claudia de Borba Maciel, desde maio de 2022
Embaixador do país no Brasil	M'bála Alfredo Fernandes, desde agosto de 2021

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US$ milhões (fonte: ComexStat)

Brasil → Guiné-Bissau	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2022	2023	2024	2025*
Intercâmbio	**21,21**	**4,90**	**3,39**	**3,74**	**5,04**	**2,50**	**2,51**	**6,89**	**6,6**	**1,1 (+175%)**
Exportações	8,81	4,90	2,89	3,74	4,19	2,03	2,15	6,46	6,5	0,7
Importações	12,40	-	0,50	-	0,85	0,47	0,36	0,43	0,1	0,4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15

Saldo	-3,59	4,90	2,38	3,74	3,34	1,56	1,79	6,03	6,4	0,3

1. Dados até o mês de fevereiro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagens da Presidência da República

- nº 1, de 2025 (nº 1.667/2024, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Ricardo José Lustosa Leal, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste;

- nº 2, de 2025 (nº 90/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sérgio Rodrigues dos Santos, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão;

- nº 3, de 2025 (nº 91/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Rodrigo de Lima Baena Soares, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha;

- nº 4, de 2025 (nº 121/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Eduardo Paes Saboia, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria;

- nº 5, de 2025 (nº 122/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor João Mendes Pereira, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá;

- nº 6, de 2025 (nº 123/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria Clara de Abreu Rada, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro;

- nº 7, de 2025 (nº 186/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação Senhor Silvio José Albuquerque e Silva, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo;

- nº 8, de 2025 (nº 187/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação Senhor Júlio Cesar Fontes Laranjeira, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- nº 9, de 2025 (nº 252/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor André Veras Guimarães, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã;

- nº 10, de 2025 (nº 253/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Bernard Jorg Leopold de García Klingl, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão;

- nº 11, de 2025 (nº 287/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Paulo Uchôa Ribeiro Filho, para exercer o cargo de para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen;

- nº 12, de 2025 (nº 339/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Pablo Duarte Cardoso, para exercer o cargo de para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Projetos de Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 1510, DE 2025

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir educação financeira nos currículos da educação básica.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25954.65546-80

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir educação financeira nos currículos da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 26** .....

.....

§ 9-B A educação financeira será incluída entre os temas transversais de que trata o caput."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da educação financeira como tema transversal nos currículos da educação básica atende à necessidade urgente de preparar os estudantes para os desafios da vida econômica contemporânea, promovendo a formação de cidadãos mais conscientes, autônomos e responsáveis na gestão de seus recursos.

Atualmente, observa-se no Brasil elevados índices de endividamento das famílias, baixa taxa de poupança e pouco domínio de conceitos básicos de finanças pessoais, o que compromete não apenas a saúde financeira individual, mas também a estabilidade econômica e social do país. Tais problemas revelam a

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4862302419

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25954.65546-80

carência de uma formação escolar voltada ao desenvolvimento de competências financeiras desde a infância.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já reconhece, em seu eixo de competências gerais, a importância da educação financeira, ao propor o desenvolvimento do pensamento crítico, da cultura digital, da responsabilidade e do protagonismo, entre outras habilidades. No entanto, a abordagem do tema ainda é incipiente e não obrigatória, ficando a critério das redes de ensino sua inclusão prática.

Tornar a educação financeira um tema transversal contribui para o fortalecimento da cidadania e para a promoção da equidade social, ao oferecer a todos os estudantes, independentemente da origem social, o acesso a conhecimentos que lhes permitam tomar decisões conscientes sobre consumo, poupança, investimentos, planejamento de vida e uso do crédito.

Essa necessidade é reforçada por fenômenos contemporâneos, como a pressão social nas redes. Pesquisa da Creditas com o Opinion Box revelou que 60% dos brasileiros acreditam que as redes sociais incentivam o consumo excessivo e o endividamento. A constante comparação com padrões de vida idealizados tem levado jovens a gastos impulsivos, com consequências para a saúde mental e financeira.

Cresceu em sete vezes o número de pessoas que foram atendidas por dependência em apostas na rede pública desde 2020, segundo dados do SUS (Sistema Único de Saúde) de ambulatórios de todo o país analisados pela Folha de São Paulo. O aumento entre mulheres foi ainda mais expressivo: até julho de 2024, foram registrados 464 atendimentos, sendo 256 de mulheres e 208 de homens. Em 2020, foram apenas 24 mulheres e 35 homens atendidos. Do total de registros, 95% são considerados casos patológicos.

Esses dados reforçam a urgência de uma política pública que prepare os estudantes para enfrentar pressões externas e tomar decisões conscientes sobre o uso do dinheiro.

A proposta está em consonância com diretrizes internacionais de organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4862302419

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25954.65546-80

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Econômico (OCDE), que recomenda a inserção da educação financeira nos sistemas educacionais desde os primeiros anos escolares.

Dessa forma, a aprovação deste projeto representa um passo importante para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com indivíduos preparados para lidar com os desafios econômicos da vida adulta, contribuindo para o bem-estar coletivo e para a sustentabilidade financeira do país.

Sala das Sessões,

Senador NELSINHO TRAD

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6767/6768 – Fax: +55 (61) 3303-6774 – sen.nelsinhotrad@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4862302419

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96
https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394
    - art26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 1521, DE 2025

Denomina “Rodovia Presidente José Fragelli” o trecho da rodovia BR-419, entre os Municípios de Aquidauana e Rio Verde de Mato Grosso, no Estado do Mato Grosso do Sul.

AUTORIA: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25327.08377-32

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Denomina "Rodovia Presidente José Fragelli" o trecho da rodovia BR-419, entre os Municípios de Aquidauana e Rio Verde de Mato Grosso, no Estado do Mato Grosso do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado "Rodovia Presidente José Fragelli" o trecho da rodovia BR-419 compreendido desde a ponte sobre o Rio Taboco, no Município de Aquidauana, até o entroncamento entre a BR-419 e a MS-228, no Município de Rio Verde de Mato Grosso, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

José Manuel Fontanillas Fragelli, nascido em Corumbá, no dia 31 de dezembro de 1915, foi um vulto proeminente na política brasileira e um notável pecuarista que deixou legado indelével na história de Mato Grosso do Sul. Filho de Nicolau Fragelli, médico de renome, e de Maria Fontanillas Fragelli, sua formação acadêmica ocorreu na prestigiada Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde obteve o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1938. Por conseguinte, sua carreira pública teve início como Promotor de Justiça em Campo Grande, cargo que ocupou até 1943, e logo se destacou como redator-chefe e diretor do jornal Correio do Estado, contribuindo para a formação da opinião pública.

A trajetória política de Fragelli se iniciou com sua eleição à Assembleia Constituinte de Mato Grosso em 1947, pela União Democrática

Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7191643953

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25327.08377-32

Nacional. Como líder de seu partido, desempenhou papel fundamental na elaboração da nova Constituição estadual e, posteriormente, foi reeleito deputado estadual, consolidando sua influência política na região. Durante o primeiro governo de Fernando Correia da Costa, Fragelli foi convocado para assumir a Secretaria de Interior, Justiça e Finanças, onde demonstrou admirável capacidade de liderança.

Pouco tempo depois, em 1954, foi eleito deputado federal por Mato Grosso, estado pelo qual defendeu políticas que visavam o desenvolvimento social e econômico. O posicionamento firme durante o Movimento 11 de Novembro de 1955, que visava garantir a posse de Juscelino Kubitschek, evidenciou sua determinação e compromisso com a democracia. Após um período afastado da política, Fragelli retornou com vigor em 1964, participando ativamente do movimento político-militar e tornando-se um dos fundadores da Ação Democrática de Mato Grosso.

A ascensão de José Fragelli a governador de Mato Grosso ocorreu em 1970, quando foi eleito pela Assembleia Legislativa e exerceu seu mandato até 1974. Durante esse ciclo, houve avanços significativos na infraestrutura do estado, haja vista seu compromisso com o desenvolvimento e a modernização. A criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, em decorrência da divisão do antigo Mato Grosso, colocou Fragelli em uma posição estratégica, tendo sua influência se estendido sobre o jovem e promissor estado.

No contexto de transição política, Fragelli tornou-se Senador em 1980, cargo que ocupou até 1987. Durante sua passagem pelo Senado, destacou-se como presidente da Casa entre 1985 e 1987, período em que exerceu liderança exemplar, promovendo a moralização das práticas políticas e estabelecendo um diálogo construtivo entre os diversos partidos. Tal atuação foi assaz colaborativa na transição de governo, quando, em momento de crise, assumiu a presidência interina da República, assegurando a continuidade da estabilidade política do País.

A escolha por denominar trecho da rodovia BR-419 como "Rodovia Presidente José Fragelli" é um tributo à sua dedicação à vida pública e à vasta contribuição para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Essa homenagem, além de simbolizar a importância da infraestrutura para o progresso econômico, representa a visão de um líder comprometido com a melhoria das condições de vida da população.

Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7191643953

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25327.08377-32

Ademais, trata-se de uma forma de perpetuar sua memória e inspirar futuras gerações a valorizar o serviço público e a dedicação ao bem comum. Assim, solicita-se o apoio dos ilustres pares para a aprovação da proposição, que celebra a história de um homem cuja vida foi marcada por um incessante desejo de servir e transformar sua terra natal.

Sala das Sessões,

Senadora **TEREZA CRISTINA**
(PP-MS

Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7191643953

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 1522, DE 2025

Denomina “Rodovia Coronel Zelito” o trecho da rodovia BR-419 situado entre os Municípios de Aquidauana e Anastácio, no Estado do Mato Grosso do Sul.

AUTORIA: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25353.60180-87

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Denomina "Rodovia Coronel Zelito" o trecho da rodovia BR-419 situado entre os Municípios de Aquidauana e Anastácio, no Estado do Mato Grosso do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado "Rodovia Coronel Zelito" o trecho da rodovia BR-419 compreendido desde a ponte sobre o Rio Taboco, no Município de Aquidauana, até o entroncamento entre a Rua Coronel Zelito e a Avenida Juscelino Kubitschek (perímetro urbano), no Município de Anastácio, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

José Alves Ribeiro, amplamente reconhecido como Coronel Zelito, nasceu em Miranda, no Estado do Mato Grosso do Sul, e deixou um legado indelével na história da região, falecendo em julho de 1970. Ao longo de sua vida, destacou-se como líder de grande importância, dedicando-se ao serviço público e à segurança da comunidade.

Filho de uma família tradicional, Coronel Zelito construiu sua trajetória a partir de sólida formação educacional e carreira militar que lhe conferiu um profundo senso de dever cívico. A atuação política começou com a eleição para deputado estadual, cargo exercido entre 1921 e 1923, e pelo qual se destacou como defensor incansável dos interesses da população.

Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2807070183

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25353.60180-87

Em 1925, foi eleito para chefiar o Poder Executivo aquidauanense. No breve mandato, engajou-se na implementação de políticas voltadas para a melhoria da infraestrutura e qualidade de vida da população, o que lhe conferiu respeito e reconhecimento.

Coronel Zelito foi um militante ativo em momentos decisivos da política brasileira, apoiando a Revolução de 1930 e, posteriormente, se opondo aos rebeldes da Revolução Constitucionalista de 1932. Sua independência de pensamento se manifestou quando, ao não apoiar a ditadura do Estado Novo, se uniu à União Democrática Nacional em 1945, tornando-se uma voz proeminente na política sul-mato-grossense.

A influência estendeu-se por gerações, com seus filhos e genros seguindo seus passos na política, perpetuando assim seus ideais de liderança e compromisso com o bem-estar da comunidade. A denominação de trecho da rodovia BR-419 como "Rodovia Coronel Zelito" é uma justa homenagem à sua vida e ao impacto significativo que teve na segurança pública e no desenvolvimento da região.

Diante do exposto, a presente proposição visa honrar a memória de Coronel Zelito e inspirar as futuras gerações a seguirem os passos de um líder que sempre viveu com integridade e dedicação ao bem comum. Assim, solicita-se o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto, que celebra a história de um homem cuja vida foi marcada por um incessante desejo de servir e transformar sua terra natal.

Sala das Sessões,

Senadora **TEREZA CRISTINA**
(PP-MS

Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2807070183

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 1524, DE 2025

Institui a Lista Nacional de Proibição de Embarque Aéreo por Risco à Segurança Pública e à Integridade dos Passageiros – LNPE, no âmbito da aviação civil brasileira, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25744.51914-67

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Institui a Lista Nacional de Proibição de Embarque Aéreo por Risco à Segurança Pública e à Integridade dos Passageiros – LNPE, no âmbito da aviação civil brasileira, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a Lista Nacional de Proibição de Embarque Aéreo – LNPE, que conterá os nomes de pessoas que não poderão embarcar em voos comerciais domésticos ou internacionais com origem, destino ou sobrevoo no território brasileiro, por representarem risco à segurança pública ou à integridade física ou psicológica de passageiros, tripulantes ou funcionários aeroportuários.

Art. 2º Art. 2º Poderão ser incluídas na LNPE, mediante decisão fundamentada da autoridade competente:

I - Pessoas com condenação criminal com trânsito em julgado por:

a) Participação em organização criminosa ou grupo terrorista;

b) Crimes contra a segurança da aviação civil;

c) Crimes de ameaça, coação, lesão corporal ou homicídio praticados a bordo de aeronaves ou em instalações aeroportuárias;

d) Crimes contra a dignidade sexual, especialmente importunação sexual (art. 215-A do Código Penal), cometidos em aeronaves, aeroportos ou outros espaços públicos de transporte.

Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6115406108

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25744.51914-67

II – Pessoas detidas em flagrante ou processadas por condutas reiteradas que representem risco concreto à segurança de voos, passageiros ou tripulantes, mediante decisão judicial motivada.

Art. 3º A inclusão na LNPE terá duração proporcional à gravidade da conduta, não podendo exceder 5 (cinco) anos, salvo em caso de reincidência, quando poderá ser prorrogada por igual período.

§ 1º A pessoa incluída na lista deverá ser notificada da decisão e poderá apresentar recurso administrativo à ANAC no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º As companhias aéreas deverão ser notificadas da lista atualizada e terão a obrigação de impedir o embarque de pessoas nela incluídas.

Art. 4º O acesso à LNPE será restrito às autoridades competentes e às companhias aéreas autorizadas, sendo vedada sua divulgação pública, salvo mediante decisão judicial**.**

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa instituir, no Brasil, uma Lista Nacional de Proibição de Embarque Aéreo (LNPE), com o objetivo de proteger a integridade física, psíquica e moral dos passageiros e tripulantes, prevenindo situações de risco e garantindo um ambiente seguro nos aeroportos e aeronaves que operam em território nacional.

O transporte aéreo é um ambiente de confinamento e vulnerabilidade, onde passageiros e profissionais não dispõem de meios imediatos de evasão diante de comportamentos abusivos ou violentos. A necessidade de mecanismos preventivos é urgente e se reforça diante de casos recorrentes de importunação sexual e outros crimes cometidos durante voos comerciais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6115406108

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25744.51914-67

Um exemplo emblemático da gravidade desse tipo de conduta ocorreu na madrugada desta sexta-feira, 4 de abril de 2025, durante um voo entre Brasília (DF) e Macapá (AP). Um homem de 53 anos foi preso em flagrante pela Polícia Federal por importunar sexualmente uma passageira. Segundo o relato da vítima, o suspeito iniciou uma conversa insistente e invasiva, e, com as luzes da cabine apagadas antes da decolagem, segurou com força sua coxa e passou a alisá-la, sem qualquer consentimento. A vítima imediatamente acionou a tripulação, que solicitou a presença da Polícia Federal. O suspeito foi retirado da aeronave e encaminhado ao Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (Iapen), onde aguarda audiência de custódia.

Casos como esse não são isolados. A importunação sexual em aviões representa um grave atentado à dignidade das mulheres e à segurança dos voos. No espaço restrito de uma aeronave, a vítima está ainda mais vulnerável e psicologicamente exposta, sem possibilidade de sair da situação. A presença reiterada de indivíduos condenados por crimes dessa natureza em ambientes aéreos constitui risco à segurança, à ordem pública e ao bem-estar coletivo.

A proposta aqui apresentada se inspira na "no-fly list" mantida nos Estados Unidos, aplicada a indivíduos considerados uma ameaça à segurança da aviação civil. A adaptação brasileira visa garantir que pessoas condenadas por crimes graves, inclusive importunação sexual, sejam temporariamente impedidas de embarcar em voos, assegurando proteção às vítimas e prevenindo reincidência.

Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6115406108

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25744.51914-67

Trata-se de uma medida proporcional, com previsão de revisão periódica, direito ao contraditório e ampla defesa. Ao mesmo tempo, representa um avanço institucional relevante na promoção de um ambiente mais seguro, digno e respeitoso para todos os passageiros e trabalhadores do setor aéreo brasileiro.

Diante disso, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta medida urgente e necessária.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6115406108

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 1526, DE 2025

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica para a inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA); a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre prioridade processual em que figure como parte a pessoa com transtorno do espectro autista (TEA).

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25365.86468-67

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica para a inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA); a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre prioridade processual em que figure como parte a pessoa com transtorno do espectro autista (TEA).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação básica e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica para a inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA).

Art. 2º A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 3º-B.** Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino, e os estabelecimentos de ensino da rede privada incluirão em seus programas de capacitação e formação continuada, para todos os professores e funcionários, cursos e treinamentos voltados para o atendimento e a inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA).

§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão como referência métodos cientificamente reconhecidos de adaptação e educação de pessoas com TEA.

§ 2º Os cursos de capacitação e formação continuada serão ministrados por entidades especializadas ou por profissionais habilitados em inclusão e atendimento de pessoas com TEA.

§ 3º A periodicidade e o nível de complexidade dos treinamentos serão definidos em regulamento, observada a necessidade de capacitação contínua, visando a garantir a constante atualização dos conhecimentos e práticas pedagógicas inclusivas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6778128269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25365.86468-67

§ 4º As práticas de adaptação pedagógicas propostas serão imediatamente comunicadas aos pais ou responsáveis e deverão observar sua previsão em lei ou em regulamento, ou na sua falta:

I – as orientações de entidades especializadas e de profissionais habilitados, pautadas em métodos amplamente reconhecidos pela comunidade científica;

II – a aplicação de práticas inovadoras que contribuam para o desenvolvimento do estudante com TEA, desde que observada a legislação pertinente e obtida a anuência prévia dos pais ou responsáveis.

§ 5º O não cumprimento das disposições previstas neste artigo implicará a imposição das seguintes penalidades pela autoridade administrativa, no âmbito de sua competência:

I – advertência escrita do descumprimento da Lei;

II – multa, de 10 (dez) a 100 (cem) salários-mínimos, calculada de acordo com o porte da instituição infratora, aplicando-se em dobro em caso de reincidência;

III – em caso de nova reincidência:

a) a cassação do alvará de funcionamento ou da autorização concedida pelo órgão de educação, quando se tratar de estabelecimento particular de ensino;

b) a responsabilização civil, penal e administrativa do agente público, quando se tratar de estabelecimento público de ensino.

§ 6º O poder público incentivará a criação de organizações coletivas de pais e responsáveis de crianças e adolescentes autistas para promover ações conjuntas contra práticas discriminatórias e para sensibilização da sociedade, inclusive para fins de fiscalização do disposto nesta Lei.”

Art. 3º A Lei 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.048.
.....
.....

V - em que se figure como parte a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos termos da Lei 12.764, de 37 de dezembro de 2012.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação.

ga-mp2025-00522
Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6778128269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25365.86468-67

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa a assegurar a capacitação adequada de profissionais da educação e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado da educação básica, com o objetivo de promover a inclusão efetiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas atividades escolares.

Em primeiro lugar, a capacitação contínua dos profissionais da educação é fundamental para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, recebam um ensino de qualidade. A inclusão de cursos e treinamentos voltados para o atendimento de estudantes com TEA, baseados em métodos cientificamente reconhecidos, assegura que os educadores estejam preparados para lidar com as especificidades desse público. A atualização constante dos conhecimentos pedagógicos é essencial para acompanhar as inovações e melhores práticas na área da educação inclusiva.

Além disso, a lei sugerida estabelece a responsabilidade dos sistemas ou redes de ensino pela capacitação dos professores e funcionários, garantindo que essa formação seja uma prioridade institucional. A participação de entidades especializadas e profissionais habilitados na elaboração e execução dos cursos de capacitação reforça a qualidade e a eficácia das práticas pedagógicas que serão adotadas.

Por fim, a previsão de penalidades para o descumprimento de suas disposições e o incentivo à criação de organizações coletivas de pais e responsáveis de crianças e adolescentes autistas contribuirão para o respeito das normas previstas e o melhor atendimento às crianças e jovens com TEA nas instituições escolares do País.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

ga-mp2025-00522
Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6778128269

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012 - Lei Berenice Piana (2012) - 12764/12
https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12764
- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15
https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13105

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 259, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia Nacional do Delegado de Polícia.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25256.12824-61 (LexEdit)

RQS
00259/2025

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 05/12/2025, a fim de celebrar o Dia Nacional do Delegado de Polícia.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2025, celebraremos o 184º aniversário do Delegado de Polícia no Brasil, figura que detém importância histórica em nosso país. Remonta-nos a história que no dia 3 de dezembro de 1841 o imperador Dom Pedro II, por intermédio da Lei nº. 261, instituiu o cargo de Chefe de Polícia para o Município da Corte e para cada uma das províncias imperiais, criando, assim, os cargos de Delegado e Subdelegado.

O direito brasileiro, por razões óbvias, herdou um processo penal típico daquele adotado na Europa Continental. Todavia, nos tempos atuais, o sistema de persecução penal do Brasil desenvolveu uma característica bem original, algo que não é comum em outros países: existe aqui uma autoridade policial com formação jurídica e que é responsável pelos trabalhos da polícia judiciária.

No Brasil contemporâneo, já na era republicana, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 144, assegura que as Polícias Civis sejam dirigidas pelo Delegado de Polícia, tendo essas, neste sentido, a atribuição de Polícia Judiciária. Ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25256.12824-61 (LexEdit)

no aprimoramento das atividades do Delegado de Polícia, a Lei 12.830, de 2013 previu que as funções exercidas pelo delegado são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas do Estado.

Embora seja uma figura quase bicentenária, o Dia do Delegado de Polícia foi instituído apenas em 2017, por intermédio da Lei nº. 13.567: foram quase duzentos anos de uma dívida histórica que agora foi sanada. Um atraso que fez com que não pudéssemos reconhecer o esforço, o compromisso e a dedicação destas autoridades com a segurança e a manutenção dos direitos da população brasileira. Delegado de Polícia é aquela autoridade que se destaca por estar sempre à disposição do cidadão; por ser a figura garantidora da legalidade e da justiça; por estar sempre à disposição da lei, mesmo em condições precárias de trabalho.

Apresentamos este requerimento para que possamos homenagear as mulheres e os homens que estão a frente desta luta em defesa da cidadania e da segurança da sociedade brasileira, para que este Senado Federal consiga agradecer estas heroínas e estes heróis da Polícia Judiciária brasileira.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2025.

Senador Humberto Costa
(PT - PE)
2º Vice-Presidente do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 260, DE 2025

Requer a inclusão de apoiamento ao Projeto de Lei nº 1.182/2025.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RQS
00260/2025

SF/25189.89154-80 (LexEdit*)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal, apoiamento ao Projeto de Lei n° 1182, de 2025, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que "Altera a redação dos arts. 359-L e 359-M do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar formas privilegiadas dos crimes neles descritos e para prever a absorção do crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito pelo de golpe de Estado, quando as condutas são praticadas concomitantemente, no mesmo contexto fático"

Sala das Sessões, 7 de abril de 2025.

Senador Flávio Arns
(PSB - PR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 261, DE 2025

Requer informações ao Senhor Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego, sobre o conhecimento e as providências adotadas em relação à falta de depósito ou ao atraso desarrazoado no depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas contas vinculadas dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), bem como sobre a situação financeira da referida estatal.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RQS
00261/2025

SF/25542.16601-55 (LexEdit)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informações a respeito do conhecimento e das providências adotadas por esse Ministério em relação à falta de depósito ou ao atraso desarrazoado no depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas contas vinculadas dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), bem como sobre a situação financeira da referida estatal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informações a respeito do conhecimento e das providências adotadas por esse Ministério em relação à falta de depósito ou ao atraso desarrazoado no depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas contas vinculadas dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), bem como sobre a situação financeira da referida estatal.

Nesses termos, requisita-se:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25542.16601-55 (LexEdit)

1. Este Ministério tem conhecimento da situação de falta de depósito ou atraso desarrazoado no depósito do FGTS nas contas vinculadas dos trabalhadores dos Correios referente aos meses iniciais de 2025?

2. Em caso afirmativo, desde quando este Ministério tem ciência formal ou informal dessa situação? Quais foram os primeiros relatos ou comunicações recebidas sobre o problema?

3. Quantas denúncias ou reclamações foram formalmente registradas neste Ministério por trabalhadores dos Correios relativas à falta de depósito ou atraso no pagamento do FGTS nos últimos meses?

4. Quais medidas este Ministério adotou ou pretende adotar, no âmbito de suas competências de fiscalização e proteção dos direitos trabalhistas, para apurar a regularidade dos depósitos do FGTS por parte dos Correios?

5. Este Ministério realizou ou pretende realizar algum tipo de fiscalização específica nos Correios em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas, incluindo o depósito do FGTS, em decorrência dos relatos de atraso ou falta de depósito?

6. Em caso de irregularidades constatadas, quais sanções ou medidas administrativas podem ser aplicadas aos Correios pelo descumprimento da legislação trabalhista referente ao FGTS?

7. Este Ministério tem conhecimento da grave situação financeira dos Correios, incluindo o prejuízo de R$ 3,2 bilhões registrado em 2024 e a possibilidade de colapso operacional e financeiro? Caso positivo, como essa situação financeira tem sido considerada nas ações de fiscalização e proteção dos direitos dos trabalhadores?

8. Quais orientações ou recomendações foram ou serão fornecidas aos Correios por este Ministério visando à regularização dos depósitos do FGTS e à garantia dos direitos trabalhistas de seus empregados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25542.16601-55 (LexEdit)

9. Há algum plano de ação conjunto entre este Ministério e outras instituições (como a Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão do FGTS) para solucionar essa questão e evitar futuros descumprimentos?

10. Quais outras informações este Ministério considera relevantes para esclarecer a situação dos depósitos do FGTS dos trabalhadores dos Correios e as medidas que estão sendo tomadas para proteger seus direitos?

Requeremos, ainda, que as respostas a este Requerimento sejam acompanhadas da documentação comprobatória pertinente.

JUSTIFICAÇÃO

Tomamos ciência de informações veiculadas na mídia, como a notícia do Poder360, de 29 de março de 2025, que reporta que sindicatos cobram os Correios por atraso no FGTS, com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT) e o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares de São Paulo (SINTECT/SP) enviando notificações à estatal sobre o atraso no depósito do FGTS.

O SINTECT/SP informou que milhares de funcionários relataram não ter recebido o benefício no prazo legal, que é até o dia 20 de cada mês.

Ademais, conforme o ofício da FENTECT, datado de 27 de março de 2025, a federação, representando os trabalhadores, solicitou esclarecimentos à direção dos Correios sobre a motivação que levou ao atraso no depósito do FGTS dos funcionários(as) dos Correios, mencionando diversas reclamações recebidas. A FENTECT expressa preocupação com o fato de que a empresa não realizou o referido depósito, trazendo apreensão aos trabalhadores.

Da mesma forma, a direção do SINTECT/SP, em ofício endereçado aos Correios, sem data especificada, mas com menção a FALTA DE DEPÓSITO DO FGTS NA CONTA VINCULADA DOS TRABALHADORES, requer esclarecimentos, providências e soluções imediatas para a falta de depósito do FGTS na conta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25542.16601-55 (LexEdit)

vinculada dos trabalhadores, informando que milhares de trabalhadores entraram em contato com esta entidade sindical informando a falta de depósito do FGTS na conta vinculada.

O sindicato lembra que o depósito do FGTS é determinado pelas Lei nº 8.036/90 e Lei nº 14.438/22, com prazo até o vigésimo dia de cada mês. O próprio SINTECT/SP manifesta em seu ofício a intenção de submeter o caso ao Ministério do Trabalho e Emprego caso não haja regularização.

Em sua fala na sessão deliberativa do Plenário do Senado Federal em 1º de abril de 2025, o Senador Márcio Bittar expressou preocupação com a situação dos Correios, mencionando o prejuízo bilionário da estatal e que o FGTS não está sendo recolhido, o que ele classifica como crime (referindo-se ao artigo 168-A do Código Penal - crime de apropriação indébita previdenciária) e que coloca em risco o futuro dos funcionários.

Diante da preocupação dos trabalhadores dos Correios com a irregularidade nos depósitos do FGTS, conforme manifestado nas notícias e ofícios mencionados, faz-se imprescindível a atuação deste Parlamento para fiscalizar a conduta do Poder Executivo e buscar informações detalhadas sobre o que está ocorrendo.

Considerando a competência deste Ministério para fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e para proteger os direitos dos trabalhadores, faz-se necessário obter informações detalhadas sobre o conhecimento e as ações que estão sendo desenvolvidas em relação a essa grave situação que afeta milhares de empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

Requerimento nº 261, de 2025, do Senador Mecias de Jesus, solicitando informações Senhor Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego, sobre o conhecimento e as providências adotadas em relação à falta de depósito ou ao atraso desarrazoado no depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas contas vinculadas dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), bem como sobre a situação financeira da referida estatal.

O requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 262, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 25 anos da Lei Complementar nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

AUTORIA: Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25870.85505-86 (LexEdit)

RQS
00262/2025

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 07/04/2025, a fim de **comemorar os 25 anos da Lei nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**.

JUSTIFICAÇÃO

No ano de 2025, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), completa 25 anos de vigência. Trata-se de um marco fundamental para o equilíbrio das contas públicas no Brasil, consolidando princípios de transparência, planejamento, controle e responsabilidade na gestão fiscal dos entes federativos.

A Lei foi concebida em um momento de transição institucional e amadurecimento das finanças públicas, estabelecendo limites para endividamento, despesa com pessoal, e exigindo metas fiscais e maior previsibilidade orçamentária. Desde então, tem desempenhado papel central no fortalecimento da disciplina fiscal, contribuindo para a credibilidade da política econômica e para a sustentabilidade das políticas públicas em todos os níveis da federação. Passados 25 anos, é oportuno que o Senado Federal, Casa da Federação e guardião da boa governança pública, promova uma sessão especial para celebrar esse importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25870.85505-86 (LexEdit)

instrumento legal, refletir sobre seus impactos, desafios e perspectivas futuras, e reconhecer os avanços institucionais decorrentes de sua aplicação.

A sessão será também uma oportunidade para homenagear os formuladores, gestores públicos, acadêmicos e demais atores que contribuíram para a elaboração, implementação e aprimoramento da LRF ao longo dessas duas décadas e meia.

Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento, em reconhecimento à importância histórica e contemporânea da Lei de Responsabilidade Fiscal para o desenvolvimento institucional e econômico do país.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2025.

Senadora Tereza Cristina
(PP - MS)
Líder do Progressistas

Senador Ciro Nogueira
(PP - PI)

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)

Senador Laércio Oliveira
(PP - SE)

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)

Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RESOLUÇÕES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2025

Institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e da Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil.

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e da Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil, com a finalidade de promover e fortalecer a capacidade nacional de produção desses insumos.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar de que trata o **caput** reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo, no entanto, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e da Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil será integrada, inicialmente, pelas Senadoras e pelos Senadores que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outros Parlamentares detentores de mandato popular.

Art. 3º A Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e da Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil reger-se-á por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de abril de 2025.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

gsl/prs23-069

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2025

Dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Chipre.

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Chipre, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como cooperação técnica, com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta deste, por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Parágrafo único. Em caso de omissão desta Resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de abril de 2025.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Hall/prs24-005

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia
PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro
PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão
PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Pará
MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco
MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo
MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais
PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás
PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso
UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul
PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará
PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba
S/Partido - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo
PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí
PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte
PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina
PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas
PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe
MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Amazonas
MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná
PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre
UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul
PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal
PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia
MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins
PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá
PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima
PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos
*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 25
MDB-11 / UNIÃO-7 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alan Rick. . . . . UNIÃO / AC
Alessandro Vieira. . . . . MDB / SE
Carlos Viana. . . . . PODEMOS / MG
Confúcio Moura. . . . . MDB / RO
Davi Alcolumbre. . . . . UNIÃO / AP
Eduardo Braga. . . . . MDB / AM
Efraim Filho. . . . . UNIÃO / PB
Fernando Dueire. . . . . MDB / PE
Fernando Farias. . . . . MDB / AL
Giordano. . . . . MDB / SP
Ivete da Silveira. . . . . MDB / SC
Jader Barbalho. . . . . MDB / PA
Jayme Campos. . . . . UNIÃO / MT
Marcelo Castro. . . . . MDB / PI
Marcio Bittar. . . . . UNIÃO / AC
Marcos do Val. . . . . PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães. . . . . PSDB / PR
Plínio Valério. . . . . PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra. . . . . UNIÃO / TO
Renan Calheiros. . . . . MDB / AL
Sergio Moro. . . . . UNIÃO / PR
Soraya Thronicke. . . . . PODEMOS / MS
Styvenson Valentim. . . . . PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo. . . . . MDB / PB
Zequinha Marinho. . . . . PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18
PSD-15 / PSB-4

Angelo Coronel. . . . . PSD / BA
Chico Rodrigues. . . . . PSB / RR
Cid Gomes. . . . . PSB / CE
Eliziane Gama. . . . . PSD / MA
Flávio Arns. . . . . PSB / PR
Irajá. . . . . PSD / TO
Jorge Kajuru. . . . . PSB / GO
Jussara Lima. . . . . PSD / PI
Lucas Barreto. . . . . PSD / AP
Mara Gabrilli. . . . . PSD / SP
Margareth Buzetti. . . . . PSD / MT
Nelsinho Trad. . . . . PSD / MS
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Rodrigo Pacheco. . . . . PSD / MG
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Vanderlan Cardoso. . . . . PSD / GO
Zenaide Maia. . . . . PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 15
PL-14 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes. . . . . PL / SP
Carlos Portinho. . . . . PL / RJ
Dra. Eudócia. . . . . PL / AL
Eduardo Girão. . . . . NOVO / CE
Eduardo Gomes. . . . . PL / TO
Flávio Bolsonaro. . . . . PL / RJ
Izalci Lucas. . . . . PL / DF
Jaime Bagattoli. . . . . PL / RO
Jorge Seif. . . . . PL / SC
Magno Malta. . . . . PL / ES
Marcos Rogério. . . . . PL / RO
Rogerio Marinho. . . . . PL / RN
Romário. . . . . PL / RJ
Wellington Fagundes. . . . . PL / MT
Wilder Morais. . . . . PL / GO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12
PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato. . . . . PDT / MA
Augusta Brito. . . . . PT / CE
Beto Faro. . . . . PT / PA
Fabiano Contarato. . . . . PT / ES
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jaques Wagner. . . . . PT / BA
Leila Barros. . . . . PDT / DF
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Randolfe Rodrigues. . . . . PT / AP
Rogério Carvalho. . . . . PT / SE
Teresa Leitão. . . . . PT / PE
Weverton. . . . . PDT / MA

Bloco Parlamentar Aliança - 10
PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Cleitinho. . . . . REPUBLICANOS / MG
Damares Alves. . . . . REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran. . . . . PP / RR
Esperidião Amin. . . . . PP / SC
Hamilton Mourão. . . . . REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira. . . . . PP / SE
Luis Carlos Heinze. . . . . PP / RS
Mecias de Jesus. . . . . REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina. . . . . PP / MS

S/Partido - 1

Daniella Ribeiro. . . . . PB

Bloco Parlamentar Democracia.	25
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	15
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	10
S/Partido.	1
TOTAL	81

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)
Angelo Coronel* (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)
Augusta Brito** (PT-CE)
Beto Faro** (PT-PA)
Carlos Portinho* (PL-RJ)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)
Cid Gomes* (PSB-CE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)
Confúcio Moura* (MDB-RO)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)
Daniella Ribeiro* (S/Partido-PB)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)
Dr. Hiran** (PP-RR)
Dra. Eudócia* (PL-AL)
Eduardo Braga* (MDB-AM)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)
Fabiano Contarato* (PT-ES)
Fernando Dueire* (MDB-PE)
Fernando Farias** (MDB-AL)
Flávio Arns* (PSB-PR)
Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)
Giordano* (MDB-SP)
Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)
Humberto Costa* (PT-PE)
Irajá* (PSD-TO)
Ivete da Silveira* (MDB-SC)
Izalci Lucas* (PL-DF)
Jader Barbalho* (MDB-PA)
Jaime Bagattoli** (PL-RO)
Jaques Wagner* (PT-BA)
Jayme Campos* (UNIÃO-MT)
Jorge Kajuru* (PSB-GO)
Jorge Seif** (PL-SC)
Jussara Lima** (PSD-PI)
Laércio Oliveira** (PP-SE)
Leila Barros* (PDT-DF)
Lucas Barreto* (PSD-AP)
Luis Carlos Heinze* (PP-RS)
Magno Malta** (PL-ES)
Mara Gabrilli* (PSD-SP)
Marcelo Castro* (MDB-PI)
Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)
Marcos Rogério* (PL-RO)
Marcos do Val* (PODEMOS-ES)
Margareth Buzetti* (PSD-MT)
Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Omar Aziz** (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Otto Alencar** (PSD-BA)
Paulo Paim* (PT-RS)
Plínio Valério* (PSDB-AM)
Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Renan Calheiros* (MDB-AL)
Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Rogério Carvalho* (PT-SE)
Rogerio Marinho** (PL-RN)
Romário** (PL-RJ)
Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Teresa Leitão** (PT-PE)
Tereza Cristina** (PP-MS)
Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Wellington Fagundes** (PL-MT)
Weverton* (PDT-MA)
Wilder Morais** (PL-GO)
Zenaide Maia* (PSD-RN)
Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (S/Partido-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 25 **Líder** **Efraim Filho - UNIÃO** (4,10,43,44,50,64,76) ..... **Líder do MDB - 11** **Eduardo Braga** (60) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (85) Confúcio Moura (15,86) Giordano (87) **Líder do UNIÃO - 7** **Efraim Filho** (4,10,43,44,50,64,76) **Líder do PODEMOS - 4** **Carlos Viana** (58) Vice-Líder do PODEMOS Marcos do Val (30) **Líder do PSDB - 3** **Plínio Valério** (33,62) Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,84)	**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18** **Líder** **Eliziane Gama - PSD** (11,46,55) ..... **Líder do PSD - 14** **Omar Aziz** (13,54) Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (68) **Líder do PSB - 4** **Cid Gomes** (74) Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,75)	**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 15** **Líder** **Wellington Fagundes - PL** (24,38,70) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (78) ..... **Líder do PL - 14** **Carlos Portinho** (69) Vice-Líderes do PL Jorge Seif (81) Izalci Lucas (82) Jaime Bagattoli (83) **Líder do NOVO - 1** **Eduardo Girão** (9,39)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12 **Líder** **Weverton - PDT** (20,63,73) ..... **Líder do PT - 9** **Rogério Carvalho** (61) Vice-Líder do PT Teresa Leitão (36,65) **Líder do PDT - 3** **Weverton** (20,63,73)	**Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10** **Líder** **Dr. Hiran - PP** (72) ..... **Líder do PP - 6** **Tereza Cristina** (7) **Líder do REPUBLICANOS - 4** **Mecias de Jesus** (6,59)	**Maioria** **Líder** **Veneziano Vital do Rêgo - MDB** (77)
Minoria **Líder** **Ciro Nogueira - PP** (1,8)	**Bancada Feminina** **Líder** **Leila Barros - PDT** (35,80) Vice-Líderes Teresa Leitão (36,65) Soraya Thronicke (37)	**Governo** **Líder** **Jaques Wagner - PT** (2) Vice-Líderes Otto Alencar (3,47,52,53) Confúcio Moura (15,86) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,75) Professora Dorinha Seabra (18,42) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,63,73) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,48,49,66,67,79) Leila Barros (35,80)
Oposição **Líder** **Rogerio Marinho - PL** (51,71)		

Notas:
1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designdo Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG) .
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLID/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Leila Barros foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
38. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
39. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
42. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
45. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
46. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
47. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
48. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
49. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
50. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
51. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
54. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
55. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
56. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
57. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
58. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
59. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLID/GLREPUBL)
60. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
61. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
62. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
63. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
64. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
65. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
68. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

69. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
70. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
71. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
72. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
73. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
74. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
77. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
78. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
81. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
84. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
85. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) (1)
RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

Instalação: 12/04/2023
Prazo final: 01/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2,3)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (2)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (2)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	

Notas:
1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).
3. Em 14.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Nelsinho Trad membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão (Of. nº 34/2024-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 3303 3490
E-mail: cehv@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO AOS 200 ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)

Instalação: 12/12/2023
Prazo final: 05/03/2025
Prazo final prorrogado: 17/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (1)	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4,5,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1)	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (1)	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,3,7,8)	5.

Notas:
1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.
2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).
3. Em 21.06.2024, a Presidência designa o Senador André Amaral membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão.
4. Em 19.06.2024, a Presidência designa a Senadora Janaína Farias membro suplente para compor a comissão.
5. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
6. Em 20.08.2024, a Presidência designa a Senadora Augusta Brito membro suplente para compor a comissão.
7. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
8. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Breno de Lima Andrade
Telefone(s): 3303 3490
E-mail: cti200confeq@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)	1.
	2.

Notas:
1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2)CPI DAS BETS

Finalidade: investigar, no prazo de cento e trinta dias, com limite de despesas de cento e dez mil reais, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Requerimento nº 680, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) (12)
VICE-PRESIDENTE: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (12)
RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (13)

Leitura: 08/10/2024
Instalação: 12/11/2024
Prazo final: 30/04/2025

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (6)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2,8,11)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (9)
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (5)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (5)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (5)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (10)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1)	1. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	
Bloco Parlamentar Independência	
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (14)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (7)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (7)

Notas:
1. Em 24.10.2024, os Senadores Marcos Rogerio e Eduardo Gomes foram designados membros titulares e o Senador Izalci Lucas, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 25/2024-GLPL).
2. Em 24.10.2024, os Senadores Omar Aziz e Angelo Coronel foram designados membros titulares, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2024-GLPSD).
3. Em 24.10.2024, a Senadora Soraya Tronicke foi designada membro titular, pela liderança do Podemos, para compor a comissão (Of. nº 106/2024-GLPODEMOS).
4. Em 24.10.2024, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 38/2024-GLDPT).
5. Em 24.10.2024, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e o Senador Fernando Faria, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 32/2034-GLMDB).
6. Em 24.10.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-GLPSD).
7. Em 24.10.2024, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pela liderança do PP, para compor a comissão (Of. nº 35/2024).
8. Em 24.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pela liderança do PSD (Of. nº 15/2024-GLPSD).
9. Em 30.10.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 39/2024-GLDPT).
10. Em 12.11.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, e a Senadora Professora Dorinha Seabra, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2024 - GLUNIAO).
11. Em 12.11.2024, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pela liderança do PSD (Of. nº 17/2024-GLDPSD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

12. Em 12.11.2024, a comissão reunida elegeu os Senadores Dr. Hiran e Alessandro Vieira, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2024-CPIBETS).
13. Em 12.11.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada Relatora deste colegiado (Of. nº 01/2024-CPIBETS).
14. Em 18.11.2024, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pela liderança do Podemos, para compor a comissão (Of. nº 108/2024 - GLPODEMOS).

Secretário(a): Reinilson Prado | Adjunto: Breno Andrade | Equipe: Victor Comeira e Gilvan de Almeida
Telefone(s): 6133034854
E-mail: cpibets@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (1,10)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) (7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (9)	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (9)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (9)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (9)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (9)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (9)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (9)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (11)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19
Telefone(s): 6133033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19
Telefone(s): 6133033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (15)	5. VAGO (8,11,13)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Romário (PL-RJ) (2)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (17)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (16)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (18)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Morais foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLID/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,12)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (3,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	6. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3,11,12)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (10,12)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)	3. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (4)	5. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (5)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)
Senador Weverton (PDT-MA) (5)	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (5)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (6)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6,11)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB)
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (7)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,8,10)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3,10,11,14)	4. VAGO (3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) (2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6)
VAGO (6,15)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (12)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
Telefone(s): 3303-3498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
Telefone(s): 3303-3498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
Telefone(s): 3303-3498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) (7)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (3,12)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (8,10)	4.
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (9,10)	5. VAGO (9)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (11)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (13)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	2.
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (5)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (6)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (6)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Stivenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
12. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
13. Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior
Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 33033519
E-mail: ctfc@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,10)
VAGO (3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,10)	5. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6. VAGO (9)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (13)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senador Romário (PL-RJ) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (15)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (14)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (16)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,17)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (17)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-2005
E-mail: cdh@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-2005
E-mail: cdh@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (12)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,10)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (10)	6. (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)	1. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (4)	3. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (11)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	4.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (6)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	3. Senador Beto Faro (PT-PA) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) (7)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,11)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,11)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (6)
Senador Weverton (PDT-MA) (6)	3. VAGO (6,17)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (14)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) (3)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,9)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,9,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (9)	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,9)	5. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (5)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (5)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (5)	2.
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (5)	3.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (5)	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (5)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2,10)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (7)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (7)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (7)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (7)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (7)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (1,11,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,11,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,11,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (9,11,12)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,15)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	1. VAGO (6,16)
VAGO (6,14)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) (6)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).
8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT).
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG).
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes
Reuniões: Quartas-feiras 14h -
Telefone(s): 3303 3506
E-mail: cra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) (6)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,12)
VAGO (2,10,11)	3. VAGO (2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (9,10)	4. (10)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (8,10)	5. VAGO (8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (3)	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (3)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (3)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (1)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (1)	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
	3. Senador Weverton (PDT-MA) (5)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (4)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (4)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (4)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
2. Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
7. Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
8. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:
1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,11)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,11)	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11,12)	5. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (16)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (6)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).
8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (of. nº 34/2025-GLPDT).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Instalação: 13/03/2024

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2024 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (13)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,11)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (11)
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (10,11)	6. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)	2. VAGO (4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2,15,16)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (14)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (14)
VAGO (12)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025).
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT).
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG).
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): (61) 3303-2315
E-mail: csp@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1)	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1)
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (11)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,9)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (1,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,9)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) (2)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (12)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)	1.

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
9. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
10. Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.n° 008/2025-BLDEM).
11. Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
12. Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.n° 33/2025-GLPDT).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015
11ª Eleição Geral: 30/05/2017
12ª Eleição Geral: 18/09/2019
13ª Eleição Geral: 21/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-713
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

8) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)
COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (1)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:
1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:
1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

12) COMENDA REI PELÉ

(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES

(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA

(Resolução do Senado Federal n° 17, de 2021)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

Secretaria Geral da Mesa
NPFG
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN

(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa
NPFG
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

29) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065096/2025-90

30) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

31) COMENDA CECI CUNHA

(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

32) COMENDA ZILDA ARNS

(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Número de membros: 0 titulares

Secretaria Geral da Mesa
NPFG
Telefone(s): 5713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CC12BA75006AB8B4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.